



**LUCIANA DE CASTRO SOUTELO**

**A memória do 25 de Abril nos *anos do cavaquismo*:  
o desenvolvimento do *revisionismo histórico* através da imprensa (1985-1995)**

Dissertação de Mestrado de História Contemporânea

Orientador: Prof. Dr. Manuel Loff

**Porto**  
**Setembro de 2009**



**LUCIANA DE CASTRO SOUTELO**

**A memória do 25 de Abril nos *anos do cavaquismo*:  
o desenvolvimento do *revisionismo histórico* através da imprensa (1985-1995)**

**Dissertação desenvolvida no âmbito do  
Mestrado de História Contemporânea, sob a  
orientação do Prof. Dr. Manuel Loff**

**Porto**

**Setembro de 2009**

## Resumo

O objeto desta investigação consiste na análise da memória coletiva portuguesa acerca da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, através dos periódicos nacionais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, durante o período 1985-1995 – os *anos do cavaquismo*. Trata-se período que, além de coincidir com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia, constituiu também o primeiro momento desde a Revolução em que o país desfrutou de uma estabilidade económica e política. Ao longo deste período, observa-se o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como modelo interpretativo da Revolução dos Cravos – tendência de análise empenhada em, por um lado, relativizar regimes autoritários, violadores dos direitos humanos, e, por outro lado, condenar a tradição revolucionária. O ápice deste processo ocorre no vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994, quando o avançado grau de desenvolvimento no espaço público das representações *revisionistas* da Revolução Portuguesa culmina numa situação de ampla indignação social – a “revolta da memória”. Semelhante *combate pela memória* do 25 de Abril travado na sociedade portuguesa esclarece sobre os distintos valores, princípios e visões do mundo que disputavam o poder de conferir sentido à memória do passado, à identidade do presente e aos projetos de futuro.

Palavras-chave: 25 de Abril de 1974; revolução; memória coletiva; revisionismo histórico

## **Abstract**

This master research focus on the study of the collective memory about the 1974 Portuguese Revolution – for which purpose were analyzed two national newspapers: *Diário de Notícias* and *Jornal de Notícias*. The chronological period chosen was the government of prime-minister Cavaco Silva (1985-1995) – period that coincides with the entrance to the European Economic Community, besides being the first time since the revolutionary process that the country had a period of political and economical stability. Throughout this period, it is possible to notice the development of *historical revisionism* as a paradigm to understand the Revolution. The *historical revisionist* discourse can be characterized as a tendency that, on the one hand, denies the legitimacy of revolutionary experiences and, on the other hand, minimizes the social harm caused by authoritarian governments. Thus, on the twentieth anniversary of the Revolution, in 1994, the significant number of *revisionist* representations of the Revolution in the public space led to a situation of social indignation – or the “memory’s revolt”. This *combat over memory* waged in portuguese society reflects the distinct values, principles and world vision’s that dispute the power of giving sense to the memory of the past, the social identity of the present and the political projects of the future.

Key words: April 25<sup>th</sup> 1974; revolution; collective memory; historical revisionism

Com o apoio do **Programa Alþan**, Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para América Latina, nº de identificação E06M100138BR.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Henrique, companheiro de todos os momentos. Não teria conseguido chegar até aqui sem você.

Aos meus pais, Carol e Luís, e ao meu irmão, Leonardo, por sempre me apoiarem, apesar da distância.

Ao Prof. Manuel Loff, pelas excelentes orientações, que me fizeram crescer e ganhar experiência, pelos incentivos e estímulos, e pelas críticas.

A todos os familiares e amigos que sempre acreditaram em mim.

À Mia e ao Boris, pela muito boa companhia neste último ano.

Ao meu Pai,

Porque a história de nossas vidas sempre se confunde com a História de nosso tempo. O 25 de Abril de 1974 demonstrou que o Portugal onde nasceste, cujas especificidades transformaram o rumo de tua vida, já não era o mesmo. Era a História a modificar as histórias de vida, em um tempo em que as iniciativas individuais atuaram, como nunca antes se vira, na transformação da História. Tempo de revolução.

O modo como hoje se concebe a revolução é característico do espírito de nosso tempo. Sua compreensão e crítica consiste, então, no primeiro passo para uma possível transformação.

“Foi bonita a festa, pá  
Fiquei contente  
Ainda guardo, renitente,  
um velho cravo para mim

Já murcharam tua festa, pá  
Mas certamente  
Esqueceram uma semente  
nalgum canto de jardim”

Chico Buarque de Holanda



## SUMÁRIO

Introdução – Pensar a ideia de revolução na atualidade	p. 1
Capítulo 1 – 25 de Abril: estado da questão	p. 21
1.1 – O papel do MFA e dos partidos políticos	p. 21
1.2 – O papel dos movimentos sociais	p. 40
1.3 – A descolonização	p. 56
1.4 – Considerações finais	p. 68
Capítulo 2 – A hegemonia política conservadora em finais do século XX e o desenvolvimento do <i>revisionismo histórico</i> : influências na historiografia e manifestações no “uso público da História”	p. 74
2.1 – O contexto da pós-modernidade e a ideologia do <i>fim da História</i>	p. 74
2.2 – <i>Revisionismo histórico</i> : a releitura da História sob uma visão conservadora do mundo	p. 97
2.3 – “Uso público da História”: definição do conceito	p. 125
Capítulo 3 – O 25 de Abril através da imprensa (1985-1995)	p. 131
3.1 – 1985-1988	p. 131
Sobre o socialismo	p. 132
Sobre a revisão constitucional	p. 135
Sobre a identidade nacional	p. 138
Sobre a valorização do 25 de Abril	p. 144
Sobre o <i>revisionismo histórico</i>	p. 163
Considerações finais	p. 177

3.2 – 1989-1991	p. 177
Sobre a identidade nacional	p. 181
Em defesa da memória	p. 185
Sobre a valorização do 25 de Abril	p. 190
Sobre o <i>revisionismo histórico</i>	p. 211
Considerações finais	p. 235
3.3 – 1992-1993	p. 235
Em defesa da memória	p. 237
Sobre a valorização do 25 de Abril	p. 244
Sobre o <i>revisionismo histórico</i>	p. 256
Considerações finais	p. 278
3.4 – 1994-1995	p. 278
Em defesa da memória	p. 287
Sobre a valorização do 25 de Abril	p. 293
Sobre o <i>revisionismo histórico</i>	p. 314
Considerações finais	p. 379
 Conclusão – O <i>combate pela memória</i> da Revolução em tempos de conservadorismo político	p. 381
 Bibliografia	p. 396

## **Introdução – Pensar a ideia de revolução na atualidade**

O estudo sobre a memória coletiva tem por finalidade a análise da maneira pela qual as sociedades reconstroem seu passado em conformidade com os valores e princípios vigentes na atualidade social – os quais conformam também a imagem da identidade social presente. Dessa forma, a memória coletiva do passado deve ser compatível com a identidade social defendida no presente – caso contrário a sociedade poderá sofrer uma crise de identidade, em decorrência do desnível entre as representações do passado e do presente. Tal como define Carme Molinero, a memória coletiva consiste no conjunto de elementos considerados socialmente relevantes: uma seleção de fatos destinados a integrar-se na memória individual, de modo a proporcionar imagens do passado que atuam como referência social. Esta mesma autora salienta a estreita relação existente entre *memória* e *História*, ao afirmar que entender o presente como História exige uma “objetivação” da memória; sendo assim, a memória pública consiste na memória em que se baseia um presente histórico.<sup>1</sup> Portanto, deve-se reconhecer a mútua influência entre os discursos da memória coletiva e da historiografia no presente social, apesar das consideráveis diferenças entre os seus caracteres e propósitos.

Com efeito, tal como destaca Pierre Nora, *memória* e *História* são conceitos que se opõem em muitos aspectos: a memória é um fenómeno sempre atual e em evolução permanente, aberto à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas e vulnerável a diversas utilizações e manipulações; a História, por outro lado, é uma reconstrução do passado problemática e incompleta, comprometida com a análise e o discurso crítico.<sup>2</sup> Contudo, apesar da importância de diferenciar *memória* e *História*, é inegável que estes dois âmbitos de representação do passado apresentam pontos em comum, os quais, em última instância, se relacionam com as tendências políticas e ideológicas de uma época. Desse modo, deve-se admitir a atuação de uma mútua influência, ainda que comedida, entre a memória coletiva dominante em um período histórico e a historiografia produzida neste mesmo período. Neste sentido, considera-se que a análise da memória coletiva da revolução portuguesa

---

<sup>1</sup> MOLINERO, Carme. “ ‘Lugares de memoria’ y políticas de memoria” in ISA, Felipe Gómez (dir.) *El Derecho a la Memoria*. Bilbao, Derechos Humanos 5, 2006. P. 298, 306.

<sup>2</sup> NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux” in NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. P. 24.

iniciada em 25 de Abril de 1974 deve levar em conta também a produção historiográfica sobre o este tema – o que constitui o primeiro capítulo deste trabalho.

Além destas questões acerca do estudo da memória coletiva como objeto de História, é importante destacar que, mais especificamente, a análise da memória coletiva sobre experiências revolucionárias coloca a problemática da forma como a revolução é pensada na atualidade. Desde meados da década de 1970 configura-se, em âmbito mundial, uma viragem conservadora no pensamento político internacional – acompanhada, no que tange à prática política, pelo advento do neoliberalismo na condição de política cada vez mais percebida como a única viável na contemporaneidade. Esta situação atinge seu ápice na década de 1990, com a propagação da ideia de *fim da história*, que proclama a consagração mundial do neoliberalismo num contexto em que esta política deixa de ser entendida como ideologia e adquire o sentido de normalidade social, deslegitimando, assim, a ideia de transformações sociais. Neste ambiente político-ideológico, a concepção de revolução alcança conotação amplamente negativa.

Tal como bem esclarece Manuela Cruzeiro acerca da ideia de revolução na atualidade: “Falar de revolução não está na moda. Nos nossos dias, um padrão hegemónico de análise e prática social proclama que a ideia de revolução entrou em crise. Na verdade, o século XX que se iniciou com a própria ideia de revolução no exacto sentido de que o mundo ia mudar de base, terminou com a solene proclamação da sua radical impossibilidade. Vista como um anacronismo ou uma impossibilidade histórica, face ao processo económico e social do capitalismo – considerado objectivo e fatal, portanto de acordo com a ordem natural das coisas – ela é anatemizada com a marca do voluntarismo, da violência e do totalitarismo”. Como consequência imediata de uma tal visão sobre a revolução, Manuela Cruzeiro identifica a emergência do *revisionismo histórico*, que poderia ser definido como corrente de pensamento, com diversos graus e níveis de complexidade, que compreende as experiências revolucionárias sob uma perspectiva negativa, desde a “anomalização”, passando pela “patologização”, até a “psiquiatrização”: “Estes e outros conceitos, bem como as novas leituras que possibilitam, estão na base de uma cada vez mais aguerrida e apetrechada frente crítica a que a actualidade vem submetendo a ideia de revolução, segundo um processo argumentativo que, de uma forma ou de outra, acaba por percorrer os seguintes topos: deriva totalitária, ameaça dos valores constitutivos da civilização ocidental, carácter artificial (não natural) das revoluções, resultados sociais e económicos

catastróficos face à normal e saudável lógica reformadora. Consequentemente: recusa da sua legitimidade social”.

Ainda segundo Manuela Cruzeiro, há um evidente vínculo entre tal desvalorização da ideia de revolução na historiografia contemporânea – paralela à perda do seu imenso patrimônio histórico e simbólico na consciência coletiva – e a ofensiva política neoliberal. Nestes termos, o conflito entre *revisionismo histórico* e historiografia clássica – também designada como corrente “jacobino-marxista” – “só aparentemente pode limitar-se a um puro conflito metodológico entre escolas historiográficas diferentes, pois configura, na verdade, um conflito ideológico-político, a que os historiadores não podem subtrair-se”.<sup>3</sup>

Dessa forma, o estudo da memória coletiva sobre a Revolução dos Cravos implica a consideração do alcance do *revisionismo histórico* sobre esta temática, tanto na historiografia quanto no imaginário social – âmbitos entre os quais ocorre uma mútua influência. Para uma contextualização das origens deste fenómeno, é interessante destacar que a Revolução Portuguesa – que abrange todo o processo de transformação política, social, cultural e económica da sociedade – realiza-se num momento terminal daquela que pode ser considerada como “a mais longa das fases de relativo domínio ideológico das esquerdas”<sup>4</sup>, que se estende desde o final da Segunda Guerra Mundial até fins da década de 1970, quando se verifica uma brutal viragem à direita na hegemonia político-ideológica em escala mundial. Tal como esclarece Manuel Loff, a Segunda Guerra “teve uma especial capacidade refundadora, digamos assim, da identidade do mundo contemporâneo, no seu conjunto e não só europeu. Do seu desenlace resultou uma condenação radical do racismo, das ideologias da supremacia europeia, do ultranacionalismo imperialista e autoritário e, pelo contrário, saíram reforçadas as teses socialistas da gestão social da propriedade e da produção e distribuição de riqueza, o direito de rebelião contra a dominação colonial, pela libertação nacional. Apesar da Guerra Fria e do avanço das direitas no mundo ocidental ao longo dos anos ’50, apesar das denúncias dos crimes do Stalinismo e da cisão sino-soviética, não há dúvida que nos trinta anos que medeiam entre o fim da II Guerra Mundial e a Revolução Portuguesa

---

<sup>3</sup> CRUZEIRO, Manuela. “25 de Abril – Revolução ou Revolta?” in <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/10/01/25-de-abril-revolucao-ou-revolta/>, consultado em 23 de Outubro de 2008.

<sup>4</sup> LOFF, Manuel. “As duas ‘primaveras’: do marcelismo ao 25 de Abril” in CATROGA, Fernando (coord.) *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal*, VII curso livre de História Contemporânea, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Edições Colibri, 2008. P. 112.

predominava nas sucessivas gerações de jovens (ou, pelo menos, naqueles sectores da juventude que ganhavam cada vez mais força social: os jovens urbanos, os estudantes, os operários) uma visão retrospectiva da História, com efeitos evidentemente prospectivos, que consagrava uma teleologia progressista – um optimismo progressista, justamente –, feita de um misto de valores marxistas, libertários e laicistas, um crescente anticolonialismo e antirracismo, uma reivindicação do papel de vanguarda na mudança social que os jovens se autoatribuíam”.

Neste contexto, e em completa inversão da lógica verificada na atualidade, a defesa de valores conservadores e de direita – como, por exemplo, o colonialismo, o capitalismo como portador de racionalidade económica superior a qualquer outra, a prevalência de valores religiosos tradicionais sobre manifestações de irreverência cultural e de liberdade sexual – correspondia à contra-corrente daquilo que era percebido como a tendência de uma época, que parecia irreversível, em direção a um futuro mais justo. Assim, o 25 de Abril português, como última experiência revolucionária do século XX de natureza socialista, estava inscrito nesta espécie de *espírito da época*, nesta visão do mundo progressista e transformadora, que no caso de Portugal equivalia à derrubada do regime autoritário, à descolonização e à ampla revolução social. Em tal cenário internacional de hegemonia ideológica de esquerda que contextualizou a eclosão da Revolução de Abril, esta foi interpretada, na época, como “momento único de participação da grande maioria da população portuguesa (na aceção mais ampla da palavra) que antes estavam reservadas às elites mais alargadas ou mais restritas”. Entretanto, com o decorrer dos anos 1980 e a viragem internacional conservadora e neoliberal, semelhante análise da Revolução Portuguesa foi mantida apenas “por quem conservou, desde então, uma perspectiva crítica com o processo da chamada *normalização democrática* subsequente ao 25 de Novembro de 1975 – por outras palavras, por quem permaneceu à esquerda de todas as soluções de poder que triunfaram desde 1976”.<sup>5</sup>

Nesta nova situação, que permanece até os dias de hoje – e que decorreu, juntamente com o processo de falência do socialismo real, de um conjunto de transformações sociais, económicas e culturais que viabilizaram a redefinição e fortalecimento do sistema sob o molde de capitalismo financeiro –, a memória da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 foi redimensionada, e a visão de História

---

<sup>5</sup> LOFF, 2008, *op. cit.* p. 113, 114, 117 (Itálico no original).

dominante até finais dos anos 1970 considerada como um “totalitarismo cultural marxista”. A este respeito, é possível entender a *teoria do totalitarismo* como a grande responsável pelo posterior triunfo internacional do neoliberalismo no plano intelectual: desenvolvida na década de 1950 no contexto da Guerra Fria, pretendia legitimar a visão capitalista do mundo ao opor Estados/movimentos não-totalitários representantes do *Mundo Livre* a Estados/movimentos totalitários e expressões da ideologia socialista/comunista – o que significava associar “um Comunismo a derrotar com um Nazismo já derrotado como subprodutos do mesmo conceito totalitário de intervenção na sociedade”. Sob esta acepção, a mobilização popular a favor de uma mudança social radical era explicada como decorrência da manipulação deliberada por parte de grupos políticos ou *vanguardas*. Tal como enfatiza Manuel Loff, esta fora “a maior vitória intelectual dos neoliberais dos anos ’50, herdada pelos seus correligionários do último quarto do século passado: ler os processos de mudança sociopolítica impulsionados pela participação das massas como jogos de manipulação de verdadeiros profissionais da *subversão* política, lançando, assim, a suspeita sobre a *espontaneidade*, a representatividade real de toda a mobilização sociopolítica. Lida a realidade desta forma, as únicas formas de mudança social *não artificiais*, designemo-las assim, seriam produto de longos processos de mudança, suficientemente longos para resultarem de complicados processos de negociação entre sectores das elites políticas e sociais, uns mais conservadores, outros mais reformistas, cujos produtos finais seriam, portanto, sempre consensuais com os grupos dominantes no momento em que tais processos teriam o seu início. Exemplos mais evidentes desta interpretação, obviamente neoliberal, dos processos históricos de mudança: ‘desastrosas’, ‘criminosas’ terão sido as revoluções francesa e russa; ‘naturais’, ‘moderadas’, ‘gloriosas’ até, as revoluções inglesa e americana.”<sup>6</sup>

A conjuntura político-ideológica dos anos 1980 permitiu que semelhante argumentação da *teoria do totalitarismo* fosse absorvida pela opinião pública das sociedades capitalistas ocidentais, juntamente com a disseminação da ideologia do *fim da história*, a partir do final desta década. De sorte que as oposições *Mundo Livre*; *Democracia X Totalitarismos de extrema-esquerda ou extrema-direita* e *Liberdade X Revolução* passaram a integrar o imaginário político e social; e o mais grave: ao habitarem a opinião pública da época, estas generalizações deixaram de ser percebidas

---

<sup>6</sup> LOFF, 2008, *op. cit.* p. 120. Itálico no original.

como expressão de uma vertente ideológica – a neoliberal –, transfigurando-se em simples expressão do *bom senso*, uma concepção lógica e natural da realidade social, para além da qual se adentra no suspeito e depreciado âmbito da *ideologia*. Pode-se dizer, portanto, que a consagração da hegemonia política conservadora em esfera internacional se dá quando a visão de mundo neoliberal passa a ser confundida pela percepção social dominante como a essência da realidade – e não como o reflexo de uma ideologia, passível de ser suplantada por outro paradigma social.

Os efeitos desta situação repercutem, sem dúvida, na memória coletiva dominante sobre o 25 de Abril – como também, aliás, em todas as demais interpretações que se fazem das revoluções tendo como base semelhante referencial ideológico. “Ao ler a Revolução como simples produto, ou melhor, subproduto, de uma conspiração militar, de um golpe bem sucedido, já de si resultado de uma manipulação de umas centenas de capitães por um par de ideólogos, deixa-se-a *pairar*, digamos assim, sobre a evolução histórica da sociedade portuguesa, tomando-a como um fenómeno excepcional que não se inscreve numa trajectória social, política, cultural mais ampla. Partindo deste pressuposto, como ler, então, todas as manifestações de criatividade política, social, cultural, moral, que se seguiram ao fim da ditadura, e que, visivelmente, envolviam tanta gente? Impossíveis de se conceber como elementos lógicos num caminho que se viria a percorrer nos anos anteriores, resta a possibilidade de as ler como produto, uma vez mais, da manipulação das massas por parte dos *directórios da subversão, vanguardas* que, forçosamente desligadas da vontade, dos *sentimentos mais profundos da sociedade portuguesa* – a expressão está absolutamente banalizada neste tipo de discursos –, procuraram implantar soluções inaceitáveis. Daqui até ao *totalitarismo* vai um passo curtíssimo: o que é que pretenderia a esquerda revolucionária portuguesa implantar em Portugal em 1974-75? O *totalitarismo*, claro está.”<sup>7</sup>

De acordo com semelhante versão do 25 de Abril expressiva do *revisionismo histórico*, ignora-se o elemento de espontaneidade popular característico das revoluções; espontaneidade esta decorrente de um complexo de transformações sociais responsáveis pela politização da população. Tais transformações relacionavam-se à estruturação de uma sociedade de massas: ampliação da escolaridade, industrialização, novos modelos de produção, etc. Desse modo, não foi o 25 de Abril que, artificialmente e de forma manipulada por grupos políticos, *repotilizou* a sociedade portuguesa. Pois este processo

---

<sup>7</sup> LOFF, 2008, *op. cit.* p. 124. Itálico no original.



era-lhe anterior, tendo desempenhado a guerra colonial papel fundamental como catalisador da ruptura – já que o esforço de guerra afetava imensamente a sociedade. Na medida em que os governantes se mostraram incapazes de controlar semelhante processo de mudanças, que demandava uma nova forma de estruturação social – tal como se efetivou em inúmeras outras sociedades, ou seja, uma transição democrática controlada pela elite política e econômica –, a revolução teve espaço para eclodir na sociedade portuguesa.

Neste sentido, o contexto atual de hegemonia do pensamento político neoliberal em escala mundial exerce seus efeitos sobre a memória da Revolução Portuguesa. A disputa pela memória coletiva dominante realiza-se fundamentalmente em duas frentes: uma visão progressista da revolução, que a entende como o momento máximo de democratização e avanço pela justiça social; e uma interpretação ambígua segundo a qual a revolução é aclamada por ter rompido com a ditadura e proporcionado a liberdade, mas lamentada por seus subsequentes *excessos* e *erros*, materializados na participação e mobilização política popular e nas medidas tomadas pela esquerda revolucionária no governo. Até o final dos anos 1970, o *enquadramento* da memória coletiva associava-se mais à primeira versão; porém, desde meados da década de 1980 e até a atualidade, há uma clara predominância da segunda. Percebe-se, assim, o papel essencial da construção da memória histórica como elemento de legitimação da identidade social do presente: consoante as afinidades políticas dominantes em uma dada conjuntura, manifesta-se um esforço para que a memória histórica as ratifique. Logo, a principal necessidade de discutir socialmente a memória do passado reside na importância de ressaltar a relevância do passado para a legitimação da identidade do presente, e, em consequência, dos projetos de futuro. Portanto, o *combate pela memória* significa também uma disputa política, que envolve o anseio por cristalizar no imaginário social diferentes visões do mundo, da História, e de projetos políticos futuros para a sociedade.

É claramente possível identificar tendências do *revisionismo histórico* na historiografia sobre o 25 de Abril. Tornam-se raras as visões maioritariamente positivas da Revolução, capazes de recriar a força mobilizadora desempenhada pela ideia de socialismo na época. Com efeito, em 1974 Portugal passou a representar a esperança da esquerda mundial na efetivação de transformações sociais por via revolucionária, o que motivou a confluência para o país de inúmeros militantes de esquerda europeus – onde a perspectiva revolucionária já estava desacreditada há muito – e latino-americanos –

desiludidos com a possibilidade de revolução no continente desde o golpe militar chileno que derrubou o presidente Salvador Allende. Em oposição a uma tal perspectiva otimista da Revolução como meio de viabilizar transformações sociais profundas e positivas para a sociedade, abundam na historiografia referências que a desvalorizam, minimizando sua importância e seus alcances. Assim, interpretações *revisionistas* do 25 de Abril escamoteiam o valor positivo que a ideia de socialismo comportava na época e atribuem ao período revolucionário o caráter de novo autoritarismo e *totalitarismo* – o que significa opor os conceitos de *revolução* e *democracia*. Em alguns casos, ressalta-se a preferência pela política econômica do período anterior à Revolução, ou, até mesmo, lamenta-se a Revolução pela interrupção da suposta transição marcelista.

Em crítica a este conjunto de ideias *revisionistas* sobre o 25 de Abril, Manuela Cruzeiro denuncia a priorização da ideia de *continuidade* sobre a de *ruptura*, o que constitui também outro efeito da hegemonia política conservadora de nossa época: “se quisermos pensar **o que foi**, e não o que **poderia ter sido**, considerar a democracia na linha de um continuismo liberalizante, quando na verdade ela resulta de um corte abrupto e violento com o passado de ditadura e seus fracassados impulsos reformadores, é uma mistificação”. “Dupla mistificação: primeiro porque absolve o marcelismo, investindo-o de um papel histórico que ele não tem: o de ter sido a origem remota da democracia. Segundo, porque condena a revolução, encarada como epifenômeno insignificante (na sua versão mínima) ou como ameaça à própria democracia (na sua versão máxima). Assim nasce uma história-ficção que encara o fenômeno revolucionário não como marca genética da democracia, mas o seu contrário: espécie de prelúdio anti-democrático e totalitário da verdadeira democracia. Esta opor-se-ia então a revolução, e não a ditadura. A democracia existe pois não **por** causa da revolução, mas **apesar** da revolução”.<sup>8</sup> Com efeito, Pierre Nora identifica no final dos anos 1970 uma crise da ideia de ruptura, em decorrência da crise do marxismo como método de análise da sociedade. Trata-se, de fato, da deslegitimação de toda uma visão do mundo que desfrutara de um considerável prestígio nas décadas precedentes.<sup>9</sup> Em um tal contexto de viragem conservadora no pensamento político internacional, o desenvolvimento do

---

<sup>8</sup> CRUZEIRO, Manuela. “25 de Abril – Amnésia ou mentira?” in <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/11/18/25-de-abril-amnesia-ou-mentira/>, consultado em 21 de Novembro de 2008. Negrito no original.

<sup>9</sup> NORA, Pierre. “L’ère de la commémoration” in NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. P. 4701.

*revisionismo histórico* pode ser entendido como uma decorrência de tal clima político-ideológico da época.

É possível definir, em suma, o movimento de *revisão* da História – o qual não cumpre o papel da necessária revisão histórica no sentido de atualização científica dos conhecimentos – como a tendência de análise interpretativa empenhada em, por um lado, relativizar – ou mesmo recuperar – períodos históricos ou regimes autoritários, violadores dos direitos humanos; e por outro lado, em muitos casos em uma estreita relação de compensação com a intenção anterior, condenar a tradição revolucionária. Assim, argumentam os *revisionistas* – quanto ao aspecto de relativização das anteriores experiências autoritárias – a necessidade de conciliação, ou mesmo *superação* do passado em nome da construção de um futuro inteiramente comprometido com a *democracia*. O grave paradoxo existente no fato de se desejar fundamentar a democracia em uma política de esquecimento e silêncio quanto aos males do passado evidencia o cinismo de um discurso que, sob o pretexto de negar as tendências revolucionárias por conta da potencial propensão destas ideologias a gerar o terror e a exclusão, pretende, na verdade, impossibilitar quaisquer tipos de profundas transformações na estrutura social. Verifica-se neste ponto a nítida convergência entre as intenções do *revisionismo histórico* e o discurso neoliberal, que se afirma como a única viabilidade política no atual mundo de capitalismo globalizado: a vontade de riscar a palavra *revolução* do vocabulário político inteligível na atualidade. Para tanto, ambos os fenômenos, *revisionismo histórico* e neoliberalismo político, procedem à deslegitimação das revoluções e movimentos de caráter socialista do século XX – sendo o ponto de partida para tal argumentação a atribuição de sentido extremamente negativo ao jacobinismo francês, entendido como gérmen da ideologia revolucionária que originou o *horror comunista*. Tal situação revela o extremo avanço do pensamento conservador nos dias de hoje e a intenção de atribuir à ideologia liberal/neoliberal o caráter de essência da realidade ou protótipo da *normalidade social*.

Levando-se em consideração tal contextualização do ambiente político-ideológico atual, esta investigação pretende analisar a memória coletiva portuguesa acerca da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974. Neste ponto, é importante realizar alguns esclarecimentos acerca da delimitação cronológica, por um lado, e da escolha das fontes, por outro lado. Segundo a perspectiva de António José Telo, o período de dez anos que se seguiu ao processo revolucionário caracteriza-se por uma forte “instabilidade governativa, com governos de curta duração, nenhum deles capaz de

completar uma legislatura, onde a possibilidade de desviar o processo para uma democracia presidencialista de tonalidades militares, musculada e possivelmente de esquerda, é muito forte. Em última instância foi a opção europeia que conduziu Portugal para o outro lado, mas isto só é visível *a posteriori*”.<sup>10</sup> Neste mesmo sentido, Manuel Braga da Cruz entende que “a partir de 1987, inicia-se uma *nova fase política*, de forte *estabilidade* e liderança política e de desenvolvimento económico, onde à autoridade e direcção política se aliam as enormes potencialidades provenientes dos fundos comunitários, proporcionando um período de *reformas* constitucionais, económicas e sociais de vasto alcance, que alteram significativamente a vida política nacional. Foram os anos do ‘cavaquismo’”.<sup>11</sup>

O período 1985-1995 deve, de fato, ser considerado como uma nova fase política na sociedade portuguesa. Pois, por um lado, inaugura – pela primeira vez, desde o processo revolucionário – uma fase de estabilidade política, a partir da obtenção da maioria absoluta pelo PSD em 1987, e económica, com os resultados favoráveis decorrentes do segundo programa de estabilização do FMI, de 1983; por outro lado, coincide com a eleição de um civil para presidente da República (Mário Soares) – também pela primeira vez desde a Revolução. Além disso, este período coincide ainda com a entrada de Portugal para a União Europeia, o que proporciona um grande impacto na redefinição da identidade social portuguesa. Portanto, optou-se por determinar o eixo cronológico 1985-1995 – os *anos do cavaquismo* – para delimitar esta investigação.

É interessante a contextualização deste período feita por Carlos Santos e José Casimiro, em que a caracterização interna do governo de Cavaco Silva considera também a conjuntura internacional de ascensão do neoliberalismo: “Cavaco Silva chegou ao governo em 1985, após a maior crise económica vivida no país desde o 25 de Abril, coincidindo com um momento economicamente favorável nas relações externas de Portugal (baixa do dólar, das taxas de juro e dos preços de petróleo) e com a entrada na CEE e com ela o fluxo de fundos comunitários. Beneficiando deste quadro, o PSD, de 1985 para 1987, conseguiu converter a reduzida maioria relativa numa maioria absoluta. O seu *slogan* é ‘menos Estado, melhor Estado’, o programa neoliberal centrado nas privatizações e apontando para a desregulamentação das relações de trabalho – a emergência do neoliberalismo na década de oitenta veio colocar ainda mais

---

<sup>10</sup> TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Volume 1. Lisboa, Editorial Presença, 2007. p. 197.

<sup>11</sup> CRUZ, Manuel Braga da. “A evolução da Democracia Portuguesa” in PINTO, António Costa. (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Madrid, Sequitur, 2000. p. 123.

na defensiva os movimentos que resistiam em Portugal”.<sup>12</sup> É possível afirmar, portanto, que a análise da memória do 25 de Abril ao longo dos *anos do cavaquismo* justifica-se, por um lado, pelo caráter marcadamente distinto deste período em relação à conjuntura imediatamente posterior ao processo revolucionário; por outro lado, tal período abrange também a emergência do neoliberalismo em escala mundial – o que, por influenciar o pensamento político-ideológico em âmbito internacional, surte efeitos no processo de reconstrução das memórias coletivas nacionais.

As fontes escolhidas para este estudo da memória coletiva sobre a Revolução Portuguesa foram dois jornais diários: o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, provenientes das duas maiores cidades portuguesas – Lisboa e Porto, respectivamente. Tal escolha refletiu a intenção de selecionar os diários nacionais de maior tiragem – pressupondo-se a considerável influência de suas posições na formação da opinião pública portuguesa. De acordo com Mário Mesquita, em 1986 o principal diário nacional em vendas foi o *Correio da Manhã*, seguido pelo *Jornal de Notícias* e pelo *Diário de Notícias*. Neste ponto, é importante destacar a distinção estabelecida por este autor entre imprensa sensacionalista e *quality papers*: “a imprensa escrita oscila entre dois apelos-limites: por um lado, a pressão popular no sentido do sensacionalismo e das concessões fáceis ditadas por motivos comerciais; por outro lado, a solicitação do público elitista cada vez mais exigente e requintado. O resultado desta situação é um desnível cada vez mais evidente entre os jornais de referência (*quality papers*) e os jornais populares”. Segundo Mesquita, a imprensa do tipo popular-sensacionalista afirma-se em Portugal no início da década de 1980, com a criação do diário *Correio da Manhã* e do semanário *Tal & Qual*.<sup>13</sup>

Levando-se em conta que a análise de jornais do tipo sensacionalista pouco interesse apresenta para os fins desta investigação – uma vez que este tipo de jornais não prioriza a publicação de materiais necessários para analisar a memória coletiva através da imprensa, como artigos de opinião ou reportagens de caráter histórico –, optou-se pelo exame dos diários nacionais que ocupavam a segunda e terceira posição entre os mais vendidos. De acordo com Mário Mesquita, tratando-se de quotidianos, o *Diário de Notícias* é aquele que mais se aproxima do estilo dos *quality papers*, embora evite cortar as amarras com seus leitores tradicionais das camadas mais populares; o

---

<sup>12</sup> SANTOS, Carlos; CASIMIRO, José. “O Big-Bang dos Movimentos Sociais” in LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004, p. 174.

<sup>13</sup> MESQUITA, Mário. “Os Meios de Comunicação Social” in REIS, António. *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Temas e Debates, 1996. p. 386, 387.

*Jornal de Notícias*, por sua vez, mantém características populares sem ceder ao sensacionalismo.<sup>14</sup> Sendo assim, a escolha do *Jornal de Notícias* e do *Diário de Notícias* como fontes para esta investigação justifica-se pela tentativa de estudar os jornais que, no universo da imprensa escrita e sem entrar no âmbito exclusivamente elitista, mais influência exercem sobre a formação da opinião pública portuguesa.

Todavia, a eleição da imprensa escrita como fonte para a análise da memória coletiva portuguesa impõe um problema que não pode ser negligenciado: trata-se do real alcance e influência deste meio de comunicação de massas. De acordo com Mário Mesquita, “em 1983, os valores médios de utilização diária dos *media* em Portugal foram de 71 por cento para a TV, 37 por cento para a rádio e 19 por cento para a imprensa”.<sup>15</sup> É fundamental, portanto, considerar tais limitações na influência da imprensa. Contudo, independentemente do fato de considerável parte da população não nutrir hábitos de leitura de jornais, entende-se que os principais posicionamentos presentes na imprensa nacional acabam por encontrar eco em outros meios de comunicação, influenciando, dessa forma, a formação da opinião pública. Não se pretende, evidentemente, equiparar a abordagem da imprensa nacional com a da televisão, a qual é muito mais suscetível de sensacionalismo e de juízos pouco mediados; trata-se apenas da constatação de que as visões evidenciadas na imprensa nacional expressam ou, ainda mais precisamente, pretendem moldar a opinião pública nacional. É justamente esta intenção de formar a opinião pública que interessa para os fins desta investigação, que pretende averiguar o caráter da memória coletiva sobre o processo revolucionário português iniciado em 25 de Abril de 1974.

Neste ponto, convém esclarecer acerca do conceito de *opinião pública*. De acordo com Jean-Jacques Becker, a opinião pública caracteriza-se por ser dinâmica e inscrever-se no tempo curto ou breve, o que deve ser entendido como “a reação imediata a um acontecimento preciso e num momento estritamente delimitado”.<sup>16</sup> Portanto, pode-se dizer que a opinião pública representa o juízo dominante em uma sociedade a respeito das mais variadas problemáticas sociais, em permanente processo de redefinição de acordo com a sucessão de fatos e a conjuntura específica de um momento histórico. Entende-se, dessa forma, que o processo de reconstrução da

---

<sup>14</sup> MESQUITA, *op. cit.* p. 387.

<sup>15</sup> MESQUITA, *op. cit.* p. 385.

<sup>16</sup> BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública” in RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 188, 189. Tradução do original francês *Pour une histoire politique*. Paris, Seuil, 1988.

memória coletiva está sujeito às modificações verificadas na opinião pública ao longo dos anos, motivo pelo qual se considera a imprensa nacional como um veículo válido para se empreender esta análise. Assim, é possível perceber também o *combate pela memória* da revolução efetivado na sociedade.

Tal *combate pela memória* do 25 de Abril, visto sob a ótica de reportagens e artigos de opinião publicados nestes jornais, representa um interessante âmbito do *uso público da História* – que pode ser definido como a utilização política e ideológica da História no espaço público. Pode-se dizer, portanto, que os meios de comunicação social – mais especificamente, a imprensa – constituem um objeto para a análise do *uso público da História*, através do qual a memória coletiva sobre o passado é discutida e reconstruída no espaço público, com base nos valores e princípios relevantes para o presente social. O *uso público da História* pode ser ilustrado, por exemplo, pela tese do historiador Marc Ferro de controle da História por parte do Estado e/ou da sociedade através, entre outros artifícios, dos meios de comunicação social – a ideia de *histoire sous surveillance*.<sup>17</sup> Trata-se, em suma, de formas de discutir e repensar a memória coletiva publicamente. No que diz respeito à memória do 25 de Abril, é possível considerar que os aniversários das datas mais marcantes do processo revolucionário ocasionam o *uso público da História* na imprensa nacional – o que foi escolhido como objeto para a análise da memória coletiva deste período histórico.

Nesse sentido, propõe-se a concepção de que os meios de comunicação, e a imprensa em particular, são capazes de inculcar na sociedade uma certa visão do mundo hegemônica, de modo que a memória histórica é moldada na opinião pública com base em determinados valores políticos que se pretende exaltar no presente. A este respeito, é interessante a comparação com o caso da escola e do ensino da História. Em investigação que envolvia entrevistas a duas gerações de quatro famílias pertencentes a áreas políticas distintas e que pretendia analisar suas visões relativas ao 25 de Abril, Tiago Matos Silva constatou que nas respostas da segunda geração “surgia constantemente uma influência estranha à família, uma influência que levava os filhos dos ex-maoístas a aproximarem-se dos filhos dos ex-salazaristas, uma influência tão difusa e sub-reptícia como geral e abrangente, uma influência que rapidamente reconheci como intervenção do Estado Português, não o Estado pré-25 de Abril, que não podia de modo algum ter influenciado estes filhos, já que em 1974 apenas um deles

---

<sup>17</sup> FERRO, Marc. *L'Histoire sous surveillance: science et conscience de l'histoire*. Paris, Calmann-Lévy, 1985.

era nascido, e tinha poucos meses quando se dá o golpe, mas sim o Estado democrático, representativo e supostamente não-intervencionista em matéria de *directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas*”.<sup>18</sup> Neste ponto, é interessante ressaltar a importância do ensino escolar na formação dos futuros cidadãos, de modo que uma versão da História baseada nos pressupostos da *teoria do totalitarismo*, que entende as manifestações populares essencialmente como o resultado de manipulações políticas, permite uma maior penetração na memória coletiva das avaliações negativas da Revolução e *branqueadoras* do salazarismo/marcelismo divulgadas pelos meios de comunicação e por muitos políticos. É possível afirmar, portanto, que os meios de comunicação, assim como a escola – na condição de âmbitos de atuação do *uso público da História* –, expressam, em larga medida, o sentido da memória coletiva dominante que tende a se materializar na opinião pública. Dessa forma, a análise da imprensa nacional diária permite compreender a visão da memória coletiva dominante sobre a Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974.

É importante proceder ainda a algumas considerações teóricas sobre o estudo da memória coletiva. A análise da memória sobre o processo revolucionário português, desencadeado após a derrubada do regime salazarista/marcelista em 25 de Abril de 1974 pelo Movimento das Forças Armadas, deve ser localizada, inicialmente, no cenário mais amplo em que as mais variadas sociedades europeias sofrem processos de *revisão* de seus recentes passados autoritários. Semelhante movimento de *revisão* da História – claramente evidenciado desde meados da década de 1980 – deve ser situado no quadro da atual hegemonia conservadora do pensamento político internacional. Pois, em harmonia com a ideologia neoliberal de *fim da história*, este processo de *revisão* da História não se manifesta somente no universo intelectual das Academias; evidencia-se de forma mais geral no quotidiano das sociedades através de seus mais variados meios de comunicação de massa – TV, imprensa, internet –, e dessa forma exerce clara influência na memória coletiva, em uma tentativa de moldar o *enquadramento*<sup>19</sup> desta memória.

---

<sup>18</sup> SILVA, Tiago Matos. “O 25 de Abril tal como é ensinado – a Democracia e o Ensino da História” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles (Coord.) *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*. Porto, Ed. da Universidade do Porto, 2006. p. 252. Itálico no original.

<sup>19</sup> Segundo Michael Pollak, o constante trabalho de *enquadramento da memória*, realizado por aqueles que detêm o domínio sobre a divulgação da memória, apresenta a função de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”. Este fenômeno é responsável pelo fato de



Percebe-se, portanto, a necessidade primária de considerar o ambiente político-ideológico da época que se deseja analisar: a memória coletiva dominante, ao evidenciar, a partir de sua visão do passado, a identidade social majoritária, prescinde de adequação ao sistema de valores e concepções dominante neste mesmo meio social – sob pena de ocasionar uma discrepância entre a identidade social projetada e esta instância de ideias socialmente aceitas e veiculadas. Por esta razão, a memória coletiva necessariamente sofre os efeitos de conjunturas políticas mais conservadoras ou mais progressistas – visto que tais conjunturas refletem o ânimo da época, em relação ao qual a imagem da identidade social deve ser compatível.

Considerando-se esta contextualização político-ideológica do período em análise, cabe identificar as etapas que caracterizam o desenvolvimento da memória coletiva sobre a Revolução entre 1985 e 1995: 1985-1988; 1989-1991; 1992-1993; 1994-1995. O primeiro ponto de inflexão detectado foi o ano de 1989: até então, a maioria das apreciações sobre o 25 de Abril, apesar de ressaltarem muitas vezes os *erros*, *desvios* e *desmandos* do processo revolucionário, mantinham uma valoração positiva da Revolução; no entanto, a partir de 1989 nota-se com clareza o desenrolar de um processo de releitura da História no sentido de desvalorizar a Revolução dos Cravos, o que passa a ser denunciado em muitos artigos de opinião. É importante esclarecer que não se pretende propor uma subdivisão rígida do período em análise; obviamente, não se defende a existência de uma separação drástica entre o teor de artigos publicados em Novembro de 1988 e em Abril de 1989, por exemplo. Considera-se, no entanto, que, para efeitos de análise da memória coletiva, a delimitação dos períodos 1985-1988 e 1989-1991 se justifica pelo considerável avanço verificado no discurso *revisionista* sobre a Revolução. Sem dúvida, contribuíram para esta situação aspectos da ordem política interna e externa que não se encaixam estritamente nesta delimitação cronológica, a saber, a conquista da maioria absoluta social-democrata em Julho de

---

certas lembranças serem relegadas à marginalidade e não-participação na versão da memória coletiva a ser veiculada publicamente. Pollak ressalta, porém, que este trabalho de *enquadramento da memória* precisa atender a certos limites de atuação capazes de justificar socialmente a construção de determinada memória coletiva – o que significa dizer que uma memória artificialmente construída, ou seja, sem base de legitimação social, está fadada ao fracasso no processo de disputa pela memória. Assim, o permanente processo de reinterpretação do passado de acordo com os interesses do presente e com os projetos de futuro precisa ser minimamente coerente com as vivências e percepções da sociedade sobre tais questões, sob pena de colocar em risco as identidades do grupo – já que ocorreria uma crise entre a imagem da coletividade mostrada pela memória coletiva e os valores cultivados por esta coletividade. POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio” in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 9.

1987 e a queda do Muro de Berlim em Novembro de 1989 – acontecimento internacional que provocou um ampliado impulso de *revisão* das histórias nacionais. Entretanto, sendo o avanço do *revisionismo histórico* um processo, que, como tal, não pode ser objetivamente situado, entende-se que a periodização proposta é válida, pois se baseia no resultado da análise das fontes – através das quais é possível identificar o mencionado processo de desenvolvimento do discurso *revisionista* no espaço público português.

Por outro lado, em 1992 destaca-se uma onda de denúncias contra a *falta de memória* dos portugueses, tanto no que diz respeito ao regime salazarista/marcelista quanto ao período da Revolução. Tais denúncias são motivadas, em larga medida, pelo escândalo público deflagrado neste ano acerca da concessão pelo Estado português de pensões a ex-agentes da polícia política do Estado Novo (PIDE). Considera-se que esta controvérsia pública inaugura uma primeira fase de investidas – ou uma “revolta da memória”, como denomina Manuel Loff<sup>20</sup> – contra o discurso *revisionista* que desponta no espaço público português. Por isso, entende-se que este período (1992-1993) diferencia-se das fases anteriores, já que abre uma nova etapa no processo de reconstrução da memória coletiva sobre o processo revolucionário português, marcada pelo início de um debate público sobre a questão do avanço do *revisionismo histórico* na sociedade.

Finalmente, em 1994, por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, ocorre uma confluência e acentuação das tendências anteriores, o que se evidencia num duplo movimento de *braqueamento* do Salazarismo/Marcelismo e ataque à Revolução de Abril. Neste momento, manifesta-se na sociedade portuguesa uma ampla e profunda “revolta da memória” contra o desenvolvimento do *revisionismo histórico*, já bastante evidente. Esta “revolta da memória” é acompanhada por um acentuado avanço da argumentação *revisionista* – o que faz do vigésimo aniversário do 25 de Abril um momento paradigmático do *combate pela memória* da revolução.

A este respeito, é importante mencionar que a análise da memória coletiva através da imprensa permite identificar a situação de *combate pela memória* existente nas sociedades acerca da compreensão de seu passado recente – o que também implica diferentes concepções da identidade nacional e de projetos de futuro, além de distintas

---

<sup>20</sup> LOFF, Manuel. “Esquecimento, revisão da História e revolta da memória” in DELGADO, Iva; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (orgs.). *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa, Edições Cosmos, 2000. Pp. 189-199.

interpretações sobre o significado da democracia. As problemáticas que modelam este *combate* variam ao longo do tempo, de acordo com a mudança das preocupações que marcam o presente da sociedade – o que se expressa através da transformação das versões da memória com o decorrer do tempo, e consequentemente, a modificação do caráter de sua disputa pela memória, em conformidade com a atualização das questões políticas e sociais. No caso em questão, é nítido o *combate pela memória* do 25 de Abril na sociedade portuguesa: com o passar dos anos, acirra-se a disputa entre uma versão da memória claramente *revisionista*, que ora recupera positivamente aspectos do Estado Novo, ora desvaloriza o significado e a importância da Revolução de 1974, e outra que considera o 25 de Abril, em sua totalidade – ou seja, incluindo os mais diversos aspectos do processo revolucionário –, como o ato fundador essencial da democracia portuguesa.

Neste ponto, convém realizar alguns esclarecimentos sobre a metodologia utilizada nesta investigação. Optou-se pela análise dos periódicos por ocasião das datas que marcaram o rumo do processo revolucionário português: 25 de Abril [de 1974], 28 de Setembro [de 1974], 11 de Março [de 1975], 25 de Novembro [de 1975]. Entende-se que na proximidade dos aniversários destas datas que caracterizaram a Revolução dos Cravos a imprensa publica artigos, reportagens e opiniões manifestadas por políticos e personalidades, que expressam o sentido da memória coletiva que se deseja incutir na opinião pública – e que evidenciam ainda o *combate pela memória* desencadeado na sociedade entre diferentes versões e sentidos conferidos ao passado.

Tendo em vista este método utilizado para a análise das fontes, deve-se explicar a opção pelo início da investigação no ano de 1985. É certo que o Governo de Cavaco Silva só tem início em Novembro deste ano; no entanto, optou-se por, já neste ano, proceder à análise dos periódicos em todas as datas que caracterizam o processo revolucionário – mesmo antes da posse de Cavaco Silva –, de modo a obter-se uma ideia geral sobre o estado da memória coletiva da Revolução neste ano de mudança de Governo, o que consiste, então, num ponto de comparação inicial para a posterior evolução do processo ao longo dos *anos do cavaquismo*.

Além disso, é importante explicar que apesar da escolha metodológica de análise unicamente dos diários nacionais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, por vezes são citados também editoriais e artigos de opinião sobre o tema em questão que foram publicados em outros periódicos. Isto porque durante grande parte do período em análise o *Diário de Notícias* mantém uma seção intitulada “O país através dos jornais” e

que consistia numa compilação de trechos de artigos de opinião ou editoriais publicados em outros jornais portugueses. Entende-se que é válida a utilização como fonte dos textos desta seção, pois, mesmo não sendo originários do *Diário de Notícias*, este periódico analisado procedeu a uma seleção de artigos de opinião e editoriais considerados relevantes o suficiente para serem reproduzidos. Neste ponto, cabe explicar também que a grande maioria dos artigos de opinião publicados no período analisado não correspondem a colunas reservadas a textos de um mesmo autor; sem dúvida, os articulistas, em sua maioria, são recorrentes, porém não há uma ordem certa ou periódica para a publicação de seus textos. Portanto, deve-se ter em conta que também no que diz respeito aos artigos de opinião, os jornais empreendem um importante processo de seleção, tanto mais significativo quanto não há uma regularidade ou responsabilidade de um mesmo autor para a redação destes textos.

Finalmente, cabe esclarecer sobre a metodologia utilizada no tratamento das fontes. A constatação de diversos tipos de produção de opinião sobre o sentido conferido à Revolução dos Cravos motivou a categorização das fontes segundo os seguintes critérios principais, que perpassam todo o período analisado: a *valorização da revolução* – subdividida entre uma valorização amplamente positiva e uma valorização positiva com destaque para os seus reveses: *erros*, *desvios*, *desmandos* – e o *revisionismo histórico* – subdividido entre as opiniões propriamente *revisionistas* e as opiniões críticas a esta tendência. Além disso, em cada período analisado foram identificados também uma considerável incidência de fontes cuja ênfase principal assentava em outros aspectos – o *socialismo*, a *revisão constitucional*, a *identidade nacional*, a *defesa da memória* –, os quais foram considerados, também, como critérios de categorização das fontes, à parte daqueles já mencionados.

É importante esclarecer ainda que, em virtude do significativo volume e diversidade das fontes, tentou-se seguir uma ordem temática de acordo tanto com o tipo de fonte – discursos de políticos ou de personalidades da vida pública proferidos, em sua maioria, na Assembleia da República, nas comemorações populares do 25 de Abril, ou em entrevistas concedidas aos jornais; artigos de opinião e editoriais; reportagens de caráter histórico – quanto com a orientação das opiniões – valorização amplamente positiva da revolução ou valorização com ressalvas; opiniões *revisionistas* ou críticas ao *revisionismo histórico*. Com o aumento da incidência de opiniões acerca do *revisionismo histórico*, especialmente por ocasião do vigésimo aniversário da revolução, passam a ser utilizadas também outras temáticas na organização do tratamento das

fontes: opiniões *revisionistas*, assim como suas críticas, sobre o período revolucionário, sobre a descolonização, sobre o *branqueamento* do Estado Novo, e eventuais combinações entre estes aspectos.

Além disso, optou-se pelo tratamento das fontes em ordem cronológica, com o fim de facilitar a percepção das modificações na memória coletiva sobre a Revolução ao longo dos anos. Admite-se que, por vezes, devido ao elevado volume de fontes trabalhadas, corre-se o risco de as opiniões parecerem muito repetitivas ou a sua exposição confusa. Considera-se, no entanto, que semelhante análise extensiva permite alcançar uma ampla compreensão sobre o processo de reconstrução da memória coletiva do 25 de Abril e período revolucionário nos *anos do cavaquismo*. Finalmente, cabe mencionar que a presente investigação constitui um importante contributo tanto para a historiografia da Revolução Portuguesa de 1974 – pois inicialmente é feita uma análise da forma como a Revolução é tratada pela historiografia – quanto para o estudo da memória sobre o 25 de Abril, tema ainda muito pouco desenvolvido. Dessa forma, este trabalho pode constituir uma referência para posteriores aprofundamentos da problemática em questão.

Feitas estas considerações, vale a pena explicitar, enfim, a disposição dos capítulos deste trabalho. Procedeu-se inicialmente, como já fora mencionado, a uma análise da produção historiográfica sobre o 25 de Abril. Em seguida, intentou-se contextualizar a emergência do *revisionismo histórico* em escala internacional, tendo-se em vista o relevante papel desempenhado por esta corrente de pensamento no estudo da memória coletiva sobre o 25 de Abril no período cronológico em questão. Finalmente, realizou-se a análise da memória coletiva sobre a Revolução Portuguesa através da imprensa, no período 1985-1995. Esta análise foi subdividida em quatro períodos (1985-1988, 1989-1991, 1992-1993, 1994-1995), os quais delineiam a progressão do *revisionismo histórico* no âmbito da memória coletiva sobre a Revolução, e cujo ápice está centrado no vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994 – quando todas as tendências *revisionistas* já manifestadas nos anos anteriores confluem e se ampliam. A este respeito, é interessante a comparação com a situação do bicentenário da Revolução Francesa: segundo Pierre Nora, o aniversário de duzentos anos desta revolução indicou o estado da sociedade, da política e da cultura francesas no contexto de finais do século XX<sup>21</sup>; de forma semelhante, em Portugal as comemorações do vigésimo aniversário da

---

<sup>21</sup> NORA, Pierre. “L’ère de la commémoration” in NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. P. 4691.

Revolução dos Cravos informam sobre o caráter da cultura política portuguesa da época. Em última instância, a possibilidade de analisar o *combate pela memória* do 25 de Abril através da imprensa nacional permite compreender os distintos valores, princípios e visões do mundo que disputavam, naquele momento, o poder de conferir sentido à memória do passado, à identidade do presente e aos projetos de futuro.

## **Capítulo 1 – 25 de Abril: estado da questão**

Um estudo acerca da memória do processo revolucionário português deflagrado pelo Movimento dos Capitães em 25 de Abril de 1974 deve, inicialmente, considerar a produção historiográfica sobre o tema desenvolvida até o momento. As diferentes formas de interpretação do passado conferem à Revolução significados distintos, o que, por sua vez, se reflete em variados legados históricos para o tempo presente, positivos ou negativos. Assim, a historiografia sobre o período revolucionário português projeta na atualidade não apenas diferentes versões da memória sobre a Revolução como também distintas explicações para a origem da democracia – valor fundamental da realidade política atual, reivindicado por todos os grupos e organizações políticas e sociais.

Nesse sentido, interessa perceber a forma como a abordagem historiográfica trata os principais agentes e eventos do período revolucionário, a saber: o papel das Forças Armadas e/ou do Movimento das Forças Armadas (MFA) e o papel dos partidos políticos; a importância dos movimentos sociais e a descolonização.

### **1.1 – O papel do MFA e dos partidos políticos**

Faz-se pertinente a análise em conjunto dos papéis destinados às Forças Armadas/MFA e aos partidos políticos, pois em geral a abordagem destes agentes da Revolução é relacionada, enfatizando-se a relação de forças entre ambos.

Os autores costumam convergir na consideração da atuação militar como elemento central na condução do processo revolucionário português. Não apenas por terem sido os autores do golpe que derrubou o regime salazarista, mas também pela explosão de apoio popular que se lhe seguiu, os militares – e especialmente, a organização responsável pela movimentação política, o MFA – foram, desde o dia 25 de Abril, legitimados como agentes principais da revolução social que se iniciava. Tal como destacam muitos historiadores, o plano original do MFA não contava com o apoio popular e nem pretendia ser uma explosão revolucionária, o que é comprovado pelos apelos do movimento, transmitidos pelas rádios durante o dia 25 de Abril, para que a população de Lisboa se mantivesse calma e em casa.

Segundo António Reis, a progressão desempenhada pelos militares de autores materiais do derrube do regime a dirigentes de um processo revolucionário, assim como

a facilidade com que os principais partidos políticos de imediato aceitaram este papel dirigente do MFA, explica-se justamente pela autonomia com que os militares agiram no processo de queda do regime, com a relativa subalternidade do contributo civil. No entanto, considera este autor que a falta de entrosamento prévio entre políticos civis e militares contribuiu para “tentativas de instrumentalização partidária” do MFA – tendo em vista o seu papel central na nova ordem política vigente –, principalmente por parte da Esquerda e Extrema-Esquerda. Para Reis, a partir deste contexto de influência política radicalizada no seio do MFA, a fase final e primordial do processo revolucionário terá sido protagonizada pela atuação não do MFA, e sim dos partidos políticos de “modelo democrático-ocidental” no sentido de neutralizar o “anacronismo e utopismo do projecto revolucionário-castrense”.<sup>1</sup> Assim, o posicionamento de Reis acerca de quais foram os principais agentes do processo revolucionário orienta-se no sentido de que “aparentemente” os militares exerceram o papel de principais autores da Revolução; no entanto, em breve o processo passou a ser decisivamente condicionado pelas posições das diferentes forças partidárias.<sup>2</sup>

João Medina, em outro compêndio sobre a história de Portugal<sup>3</sup>, apresenta ponto de vista semelhante – apesar de privilegiar o papel do MFA no processo revolucionário –, através de uma abordagem bastante factual e pontuada por transcrições de documentos políticos e notícias de jornais relativas ao tema em questão. O autor ressalta o fato de as Forças Armadas terem-se transformado em agente decisivo da condução do processo político português em virtude de sua ação revolucionária. Medina destaca a consensual interpretação de que o início da ascensão do MFA se dá a partir das divergências com o general Spínola em torno da descolonização. Ao conseguir impor o seu programa para a descolonização – em oposição às teses federalistas de Spínola em um primeiro momento, e à descolonização baseada em prazos dilatados após o reconhecimento por Spínola do direito à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos, em 27 de Julho – e, posteriormente, ao evitar a reação conservadora de *spinolistas* e das Direitas em 28 de Setembro, o MFA assume cada vez

---

<sup>1</sup> REIS, António. “Introdução” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 8.

<sup>2</sup> REIS, António. “O Processo de Democratização” in REIS, António (Coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Temas e Debates, 1996. p. 19.

<sup>3</sup> MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. V. 4. Lisboa, Multilar, 1990.



mais um “pendor revolucionário”, “aproximando-se dos projectos progressistas” de sociedade defendidos por partidos de esquerda.<sup>4</sup>

Medina esclarece que tal empenho do MFA no processo político de transformação da sociedade, assim como a questão da sua institucionalização como entidade distinta das Forças Armadas, foi, neste momento de fins de 1974 e inícios de 1975, desejado por todas as forças políticas e sociais, e não uma imposição do movimento – vindo a materializar-se tanto na Plataforma de Acordo Constitucional, assinada entre o MFA e os partidos políticos quanto na institucionalização do MFA, após o 11 de Março. Contudo, a partir de 1975 – especialmente a partir do 11 de Março –, com a maior polarização política entre o PS (Partido Socialista) e o PCP (Partido Comunista Português), paralela à progressiva intensificação da atuação do MFA na vida política, as forças partidárias passam a adotar atitudes distintas: “enquanto o PS, PPD e as forças mais conservadoras procuram fazer sentir nos mais diversos níveis a sua preocupação, temendo pelo não cumprimento do Programa democratizador anunciado e constantemente reafirmado pelo MFA, o PCP, e cada vez mais em sintonia, o MDP/CDE, adoptam uma posição de constante apoio às decisões dos órgãos do MFA, numa tática de colagem que virá a caracterizar a orientação política dos comunistas e a criar sérios embaraços a muitos dos membros do MFA não posicionados no espectro político do PCP”.<sup>5</sup>

Assim, conforme conquista maior espaço de intervenção na arena política, o MFA passa a manifestar em seu interior divergências acerca do projeto político a ser adotado na nova sociedade em construção. Tais divergências expressam a luta que se travava no âmbito político-partidário entre, por um lado, PS, PPD (Partido Popular Democrático) e as forças mais conservadoras, e, por outro lado, PCP e a Extrema-Esquerda. Segundo esta interpretação, enquanto este último grupo, representado pelas forças de esquerda mais radicais, defende a importância das conquistas revolucionárias e o avanço contínuo da revolução, os primeiros, democráticos, privilegiam a realização das eleições. Neste quadro, as forças de Direita atuam tanto através da organização de oposição violenta a todo o processo de transformação social – o que em finais de 1975 toma a forma de manifestações terroristas – quanto através do apoio aos defensores das eleições. Medina sublinha que por ocupar o MFA um lugar de relevo na sociedade, tais

---

<sup>4</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 111.

<sup>5</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 153.

disputas políticas são, em larga medida, transferidas para o seu interior, que se torna um espaço privilegiado de confrontação.

Tal situação conflituosa, segundo Medina, intensifica-se após a eleição para a Assembleia Constituinte em Abril de 1975. O PS, fortalecido como grande vencedor das eleições, passa a atuar mais diretamente no confronto às posições do MFA – o que até então não fizera – e na exigência pelo respeito ao resultado das eleições. O PCP, por sua vez, tende a minimizar o resultado eleitoral face à dinâmica da revolução, facilitado pela sua implantação social, especialmente junto a organizações atuantes no movimento social.

Com o *Verão Quente* de 1975 e o progressivo acirramento das posições políticas em contenda, distingue-se dentro do MFA um grupo de moderados que divulga um manifesto, o qual fica conhecido como *Documento dos Nove* – em alusão aos nove oficiais militares que o subscreveram<sup>6</sup>. Rapidamente o documento ganha amplas adesões, no âmbito militar e civil, e desde a Esquerda moderada até à Direita – que queria a todo o custo a reversão do processo revolucionário. No decorrer dos acontecimentos que culminaram no 25 de Novembro, tais forças políticas concretizaram o golpe militar moderado que afastou os comunistas e a Extrema-Esquerda dos centros de poder e refreou os movimentos sociais. Medina salienta que o projeto político dos *Nove* pretendia a transição para uma sociedade socialista, processo no qual o MFA deveria manter ainda um papel central, como condutor do processo político; era guardado, porém, o respeito pela pluralidade partidária e pelas eleições democráticas. Tal como ressalta este autor, “no rescaldo do 25 de Novembro, o Grupo dos Nove (tal como o Partido Socialista) quis conciliar as duas dinâmicas sociais que se confrontavam, mas o lastro de direita que arrastava consigo era demasiado pesado para que pudesse opor-se-lhe completamente. Entre as cedências a que foi obrigado e as exigências que pôde manter, se veio a formar o modelo de sociedade herdado deste período crucial da recente história portuguesa”.<sup>7</sup>

Reis, contudo, entende que o PS criticou firmemente a estratégia política dos *Nove*, considerando “utópica e ingénua a concepção do MFA como vanguarda nacional portadora de um projecto socialista próprio, ainda que em articulação com os partidos”, e pronunciando-se “claramente por um modelo de democracia parlamentar ocidental,

---

<sup>6</sup> Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves, Vítor Crespo.

<sup>7</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 194, 195.

assente no papel dominante dos partidos políticos, e ao qual teriam de subordinar-se quaisquer esquemas de democracia de base a serem propostos”. De acordo com o autor, o predomínio deste ponto de vista – que contava com o apoio do PPD e do CDS (Centro Democrático Social) – fez-se valer na II Plataforma de Acordo Constitucional assinada entre o MFA e partidos políticos em 26 de Fevereiro de 1976, de modo que “o compromisso a que se chegou e a prática dele resultante acabariam por apontar (...) para um modelo fortemente marcado pela dinâmica da democracia representativa que em breve faria da carga ideológica da Constituição a simples expressão simbólica de aspirações utópicas baseadas em valores consensuais”. “O suficiente embora para que comunistas e grupos de extrema esquerda passassem a pautar a sua acção pela defesa da Constituição, quando antes a procuravam subordinar aos ditames do processo revolucionário”.<sup>8</sup> Logo, para Reis, a inviabilidade do projeto político dos *Nove* pautado numa “via socialista de independência nacional” não foi consequência – contrária aos desejos do PS – do apoio da Direita aos militares e partidos políticos moderados contra a radicalização de esquerda. Foi, isso sim, vontade expressa do PS e demais partidos políticos à sua direita, os quais terão desempenhado papel fundamental e central no processo revolucionário português justamente por terem conseguido frear tanto a escalada do Partido Comunista e Extrema-Esquerda ao poder quanto as intenções do MFA de controle do processo político.

Neste contexto de *contrarrevolução* no qual se entende que após o 25 de Novembro, e especialmente a partir de 1976, já estavam afastadas as “tendências esquerdistas e potencialmente totalitárias”, é interessante a análise a respeito do sistema educativo.<sup>9</sup> O carácter claramente progressista da Constituição de 1976 previa novos moldes de funcionamento da educação, no sentido de democratizá-la e de combater as desigualdades sociais. No entanto, os primeiros governos constitucionais foram marcados por “um objectivo de inserção numa política de ‘normalização’ geral da vida pública, mais do que por uma visão transformadora do sistema escolar e da política educativa”. Nesse sentido, as anteriores metas de transformação das estruturas e dos conteúdos educativos, assim como algumas experiências de nítida inovação pedagógica foram substituídas pela necessidade de “normalizar” e de “reconstruir”, sob o pretexto da “dificuldade em distinguir claramente entre o que eram acções inovadoras,

---

<sup>8</sup> REIS, António. “A revolução do 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 60, 61.

<sup>9</sup> AMBRÓSIO, Teresa. “O sistema educacional: ruptura, desestabilização e desafios europeus” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 284, 285.

estratégias de democratização e novas experiências pedagógicas e manifestações apenas partidárias ou actuações de contrapoder”. Assim, pode-se dizer que a chamada *normalização democrática* significou, no plano do sistema educativo, uma involução para paradigmas pouco comprometidos com a mudança do sistema – em virtude da obsessão dos partidos políticos dominantes na nova correlação de forças em eliminar qualquer medida que exprimisse uma identificação com os ideais de esquerda de transformação da ordem social vigente.

Diferente de Medina, para quem as divergências políticas no seio do MFA manifestam-se a partir do 11 de Março, para Reis a “politização” do MFA por via da tomada do poder ganha força já a partir da renúncia de Spínola em 30 de Setembro, sucedendo-se a sua “ideologização” e fracionamento pela busca de uma opção para um modelo de sociedade.<sup>10</sup> Maria Inácia Rezola converge com Medina nesse sentido, entendendo que a partir da fratura do MFA, especialmente durante o Verão de 1975, as forças político-militares e os movimentos sociais ganham novo impulso e espaço na cena política. Para esta autora, os meses de Outubro de 1974 a Março de 1975 são ainda de grande unidade e fortalecimento do MFA, de modo que “a multiplicação de centros de poder e os longos debates sobre questões essenciais como o modelo económico-social, o modelo de institucionalização do MFA ou a unicidade sindical não ameaçam a coesão”.<sup>11</sup>

Tal como os demais autores citados, Rezola – para quem o MFA teve importância central no processo revolucionário – salienta que os militares, legitimados pelo seu papel fundamental na queda do Salazarismo, assumem-se como protagonistas da nova ordem política. Segundo esta autora, os partidos políticos, conscientes de suas debilidades, reconhecem a importância do MFA na vida nacional e na condução da transição portuguesa. Após a vitória do MFA no confronto com Spínola, os partidos políticos teriam procedido à estratégia de “colagem” ao MFA, o qual vê seu protagonismo no processo político reforçado, assumindo-se progressivamente como condutor/motor da revolução.

Josep Sánchez Cervelló mantém posição semelhante, ao destacar o predomínio da subalternidade civil na Revolução Portuguesa. Segundo Cervelló, os militares pautaram a conduta das forças políticas, as quais, sem exceções, se submeteram às suas

---

<sup>10</sup> REIS, 1990, *op. cit.* p. 34.

<sup>11</sup> REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril. Mitos de uma revolução*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007. p. 114.

determinações. Assim, no momento em que o MFA proclamou a defesa da via socialista, todas as forças políticas – não apenas as de esquerda mas também as de direita – declararam o seu apoio, embora com algumas nuances, como é natural. De sorte que o PDC (Partido Democrata-Cristão) reivindicou um “socialismo cristão”, o CDS um “socialismo português”, e o PPD a “social-democracia”.<sup>12</sup> Cervelló converge com Rezola no sentido de que os mais diversos partidos políticos procuraram se associar aos militares ao longo do processo revolucionário, ressaltando, no entanto, o maior benefício angariado pelo PCP nesta estratégia – o que se efetivou através do apoio cego à facção militar encabeçada pelo general Vasco Gonçalves.<sup>13</sup> Entretanto, para este autor – tal como para António Reis – é no período entre o 28 de Setembro e o 11 de Março que se definem as divisões internas no MFA.

É interessante destacar, tal como salienta Reis, que as nacionalizações decretadas pelo Conselho da Revolução logo a seguir ao 11 de Março são aprovadas por todos os partidos políticos da coligação, sendo na altura o CDS o único partido político que não previa a sociedade socialista como projeto político futuro. Maria Inácia Rezola também menciona que as nacionalizações eram, nesse momento, advogadas por amplos setores da sociedade portuguesa.<sup>14</sup>

Divergindo de Medina, Reis considera que a Plataforma de Acordo Constitucional ou o Pacto MFA/Partidos, assinado em 11 de Abril, significou “uma verdadeira moeda de troca para a realização das eleições, condicionando à partida a liberdade dos constituintes, de forma a preservar o predomínio do MFA na condução do processo político-revolucionário”.<sup>15</sup> Medina, em contrapartida, destaca que tanto no interior do MFA quanto dos partidos políticos foi sendo desenvolvida a ideia – especialmente após o 11 de Março – de que os militares não deveriam se afastar subitamente da cena política devido ao perigo de inversão do processo de democratização. Logo, seria consensual a necessidade de prolongar o empenhamento do MFA nesse processo político.<sup>16</sup> Também Rezola contraria a ideia de que a institucionalização do MFA foi uma medida imposta pelos oficiais do movimento à sociedade civil, pois desde 1974 os partidos políticos já se tinham manifestado sobre a

---

<sup>12</sup> CERVELLÓ, Josep Sánchez. *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1993. p. 191.

<sup>13</sup> CERVELLÓ, *op. cit.* p. 192.

<sup>14</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 138.

<sup>15</sup> REIS, 1990, *op. cit.* p. 43.

<sup>16</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 154.

necessidade de os militares manterem um papel ativo na vida portuguesa durante o período de transição.<sup>17</sup>

Apesar da autoria exclusiva dos militares na elaboração e condução do golpe que depôs Marcelo Caetano, diversos autores ressaltam a coincidência do programa do MFA com muitas das reivindicações da oposição democrática: “formação de um governo provisório civil e convocação de uma assembleia nacional constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, que dotasse o País de instituições democráticas; abolição da censura e exame prévio e extinção da polícia política, da Legião e da Mocidade Portuguesas; respeito pelas liberdades fundamentais; uma nova política económica e social orientada para a defesa dos interesses das classes trabalhadoras; reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação”.<sup>18</sup> Nesse sentido, Kenneth Maxwell destaca que a condenação pelo antigo regime de toda a oposição como pró-comunista provocou, inevitavelmente, o seu reflexo na situação política do pós-25 de Abril, de modo que os termos do discurso político passaram a ser quase inteiramente enquadrados no vocabulário de esquerda.<sup>19</sup> A este respeito, também Cervelló menciona que o MFA procurara apoio nos setores que haviam combatido a ditadura, o que originou um processo de legitimidade dos resistentes: “para ser respeitável era necessário demonstrar a desvinculação do ‘Estado Novo’. Assim, desde empresas a pessoas individuais encheram com anúncios pagos os jornais para desmentir a sua presumível relação com a DGS e para se demarcarem da ditadura. E as forças políticas tiveram um maior ou menor grau de legitimidade em função da sua contribuição à luta contra o fascismo”. À luz desta situação, o importante papel alcançado pelo PCP no contexto do pós-25 de Abril deve ser entendido, em larga medida, como resultado desta nova correlação de forças na sociedade portuguesa.<sup>20</sup>

Neste contexto, ressalta António Costa Pinto a importância de existirem elites políticas alternativas – a oposição semilegal e clandestina do Estado Novo, e a “ala liberal”, dissidente do marcelismo –, as quais, apesar da pouca ligação com os militares que desencadearam o golpe de 25 de Abril, constituíram desde o início da revolução uma opção política legitimada pelo anterior combate à ditadura. O autor entende, porém, que não há uma relação direta entre a descontinuidade própria de uma transição

---

<sup>17</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 115-120.

<sup>18</sup> REIS, 1990, *op. cit.* p. 15, 16.

<sup>19</sup> MAXWELL, Kenneth. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1999. p. 80. Tradução do original inglês *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge, University Press, 1995.

<sup>20</sup> CERVELLÓ, *op. cit.* p. 191.

por ruptura, tal qual a portuguesa, e alguma radicalização subsequente.<sup>21</sup> Todavia, seria conveniente considerar que o próprio caráter de ruptura que pôs fim ao Estado Novo implicou, necessariamente, que os novos projetos políticos de sociedade se situassem à esquerda do espectro político, já que se pautavam por uma total oposição ao modelo de sociedade representado pelo governo conservador derrubado – tendo em vista a ausência de negociação com as forças políticas do regime deposto.

Kenneth Maxwell frisa, entretanto, que esta extrema visibilidade da Esquerda era muito enganadora: “a desconfortável verdade era que, até mesmo ao fim do velho regime, a maioria dos portugueses ou aprovava ou admitia o sistema derrubado pelo golpe. Não tinha sido por acaso que aquele regime tinha sobrevivido durante meio século”. Assim, após o 25 de Abril uma grande parte da população, tradicionalista e conservadora, viu-se sem porta-voz. Por este motivo, as novas organizações políticas surgidas em 1974 não eram de esquerda – pois estas já existiam durante o Estado Novo –, e sim de centro e de direita.<sup>22</sup> Logo, é possível afirmar que a hegemonia política desfrutada pela Esquerda no imediato pós-25 de Abril – como consequência direta do caráter de ruptura com a antiga ordem de extrema-direita – cedo se verá questionada com a reorganização das forças políticas e sociais conservadoras.

José Medeiros Ferreira defende a ideia de que desde o início do processo revolucionário as forças políticas e militares em destaque – em um primeiro momento a Junta de Salvação Nacional, o MFA e o PCP, como partido já dotado de intensa estrutura organizacional e desde cedo atuante nos poderes locais – primam pelo estabelecimento de um poder político sob controle, dando maior privilégio à constituição de instituições do que ao apoio sistemático ao movimento popular que então se desencadeava. Segundo este autor, PS e PPD (Partido Popular Democrático) aguardaram para definir melhor suas posições “no momento da elaboração das prometidas leis eleitorais e lei dos partidos, a fim de garantirem o monopólio da actividade política através dos partidos políticos”.<sup>23</sup> Tal como os demais autores, Ferreira considera que a emergência do MFA como agente político se dá em virtude das divergências com o general Spínola, ao longo do I e II Governos Provisórios – mais especificamente, após a reunião convocada por Spínola a 13 de Junho, em que fica

---

<sup>21</sup> PINTO, António Costa. “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976)” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.) *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001. p. 359, 360.

<sup>22</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 81.

<sup>23</sup> FERREIRA, José Medeiros. *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*. Lisboa, Alfa, 1990. p. 60.

patente o confronto entre Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA, dando origem à queda do I Governo Provisório –; salienta, no entanto, que desde então o MFA será acompanhado pelo PCP, até ao 25 de Novembro de 1975.

Posicionamento semelhante é defendido por Kenneth Maxwell, para quem as divergências com Spínola marcaram o início da aproximação entre o PCP e o MFA, o que foi reforçado após a queda de Spínola – já que os acontecimentos que pressionaram a sua renúncia revelaram o poder que o PCP e o MFA podiam exercer se atuassem em conjunto.<sup>24</sup> Em consonância com os demais autores, Maxwell entende que após o 11 de Março, com a Direita e o Centro neutralizados, há o acirramento da luta pelo poder político no seio da Esquerda e do MFA. É interessante, nesse sentido, sua avaliação a respeito de três fatores complexos que emergem após as eleições para Assembleia Constituinte em Abril de 1975: “Primeiro: a coincidência da tomada do poder pelos militares radicais e seus aliados comunistas em Março, com a vitória dos partidos moderados nas eleições à Assembleia Constituinte, em Abril, criara fontes relevantes, e em potencial conflito, de poder e legitimidade. Segundo: os resultados da eleição demonstraram que a base de poder da revolução era mais estreita do que parecia ser. Terceiro: as eleições revelaram que o Partido Socialista, pelo seu alcance nacional, seria um interveniente fundamental na arbitragem da divisão explosiva entre um Norte conservador e um Sul radical”.<sup>25</sup>

Tendo em vista este papel de árbitro progressivamente assumido pelo PS, Maxwell salienta a importância deste partido no processo que culminou na derrota das forças radicalizadas em 25 de Novembro. Segundo este autor, Mário Soares iniciou o movimento de oposição a Vasco Gonçalves a partir da explosão do caso *República*, e retirou seu partido do IV Governo Provisório em Julho, logo seguido pelo PPD. “A atitude de Soares foi crucial, visto que deu imediatamente à oposição, ou ‘resistência’, como se tornou conhecido o movimento anti-comunista, uma sólida credibilidade democrática. Ninguém podia afirmar que Soares era ‘fascista’, dado o seu grande passado anti-salazarista”. Da mesma forma, com o posterior destaque do *Grupo dos Nove* no interior do MFA havia a credibilidade de tais oficiais serem membros ativos do movimento, tendo contribuído para a abertura democrática inicial.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 108.

<sup>25</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 135.

<sup>26</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 172.



Ferreira enfatiza que os partidos políticos foram as maiores criações institucionais da Revolução e que o papel desempenhado pelas Forças Armadas fora notável, devido ao incrível trânsito efetuado entre o regime ditatorial derrubado em 25 de Abril de 1974 e a promulgação da Constituição em 25 de Abril de 1976. É interessante a apreciação deste autor a respeito da trajetória do PS no período de radicalização da Revolução: considerando a vitória nas eleições para a Constituinte em 25 de Abril de 1975 como o ponto culminante da história do partido, Ferreira entende que “até aí, a equipa dirigente do Partido Socialista aceitará continuar no Governo apesar das medidas que terá de aceitar: unicidade sindical, política sistemática de nacionalizações, instituição do Conselho da Revolução, primeiro pacto MFA-Partidos”.<sup>27</sup> Sob este ponto de vista, o autor diverge tanto de Medina e Rezola – por entender que o PS era contrário à institucionalização do MFA e à Plataforma de Acordo Constitucional – quanto de Reis – quem atesta que as nacionalizações efetuadas pelo IV Governo Provisório eram desejadas pelas mais diversas forças políticas e sociais.

Ferreira ressalta ainda uma diferença no comportamento do PS e do PPD: enquanto nos primeiros meses de 1975 o PS prefere atacar a política do PCP, “atribuindo-lhe toda a responsabilidade nas questões da unicidade sindical, da tomada de assalto das autarquias e do domínio na comunicação social” – o que apenas se irá modificar com a explosão do caso *República*, em fins de Maio, quando PS rompe definitivamente com o MFA –, o PPD opta por criticar publicamente a atuação do MFA como agente político.<sup>28</sup> Para este autor, apesar da importância do papel dos partidos políticos no processo revolucionário – sendo o PPD e o CDS oriundos de diferentes alas críticas do Salazarismo, pouco comprometidos formalmente com os atos da ditadura e com pouca experiência na vida política<sup>29</sup>; ao passo que o PCP e o PS participaram ativamente na oposição democrática ao regime derrubado –, é o MFA o grande protagonista e catalisador da formação do regime político democrático. É interessante a consideração do autor de que o MFA é a metamorfose das Forças Armadas, de modo que “o Movimento das Forças Armadas jamais foi uma estrutura independente da instituição militar, antes deve ser encarado como uma organização circunstancial de que

---

<sup>27</sup> FERREIRA, *op. cit.* p. 103.

<sup>28</sup> FERREIRA, *op. cit.* p. 110.

<sup>29</sup> Ferreira chama a atenção, no entanto, para o fato de que o crescimento da amplitude política do CDS se dá em virtude das consequências do 28 de Setembro, já que diversas organizações políticas de direita são desmanteladas e impedidas de existir legalmente – como o Partido do Progresso, Partido Federalista Português, Partido Liberal. Assim, o CDS apresenta-se como aglutinador destas variadas correntes mais conservadoras.

se serviu o corpo de oficiais para atingir certos objectivos após o derrube da ditadura”.<sup>30</sup> Logo, para Ferreira o MFA surge desde o princípio como uma unidade político-militar, e apesar das mudanças de natureza e mesmo de objetivos que sofre ao longo do processo revolucionário, mantém-se como a principal instituição de viabilização da democracia, a estrutura em que assenta a gênese do Estado democrático em Portugal.<sup>31</sup>

De acordo com Ferreira, verifica-se entre Novembro de 1974 e Setembro de 1975 uma aproximação entre a estratégia militar e a planificação comunista, “tendo como pontos de maior coincidência a questão da unicidade sindical em Janeiro de 75, a crítica ao Plano Económico de Emergência, aprovado pelo III Governo Provisório em 21 de Fevereiro de 75, da responsabilidade do ministro do MFA Melo Antunes, o conteúdo das campanhas de dinamização cultural levadas a efeito pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, a política de nacionalizações efectuadas após o 11 de Março e até Agosto de 1975, a ocupação de terra no Alentejo e Ribatejo e as limitações das consequências políticas das eleições para a Assembleia Constituinte, concretamente a decisão tomada de não recompor o Governo Provisório tendo em conta a representatividade dos partidos expressa nas eleições, e a própria diminuição da Assembleia Constituinte como órgão de soberania no período intermédio, mas que irá até Novembro de 75”. O autor reconhece, contudo, que não havia uma relação de subordinação entre a estratégia militar e o PCP, apesar da influência deste partido sobre muitos oficiais e milicianos.<sup>32</sup> É interessante a apreciação de Ferreira sobre a relação entre o MFA e o PCP no final do período revolucionário: muito embora esta aproximação política em grande parte do período, o MFA acaba por fazer triunfar – em oposição aos intentos do PCP – um esquema capaz de conduzir à democracia pluralista. Trata-se, portanto, de interpretação substancialmente distinta da de António Reis, para quem o golpe moderado de 25 de Novembro foi principalmente uma vitória dos partidos “democráticos” contra o MFA, o PCP e a Extrema-Esquerda. Todavia, Ferreira salienta que semelhante retomada da liberdade de ação da estratégia militar sobre a planificação comunista só foi possível em virtude da vitória eleitoral do PS em Abril de 1975 e da mobilização popular desencadeada por este partido a partir de Maio.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> FERREIRA, José Medeiros. “Os militares e a evolução política interna e externa (1974-1982) in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001. p. 14.

<sup>31</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 125.

<sup>32</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 134, 135.

<sup>33</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 148.

Ferreira chama de “forças genéticas da Revolução”, por um lado, as Forças Armadas e sua “metamorfose política”, o MFA; e por outro lado, dois partidos políticos: o PCP e o PS, tendo em vista sua atuação na oposição à ditadura salazarista. Segundo este autor, diante da organização da Esquerda em partidos políticos, no pós-25 de Abril alguns “responsáveis liberais” das classes dirigentes constituídas durante a ditadura apressaram-se em formalizar dois outros partidos: o PPD e o CDS, os quais também tiveram importante papel na implantação do regime pluripartidário consagrado na constituição de 1976. No entanto, para Ferreira o pensamento estratégico da Revolução pertenceu à instituição militar.<sup>34</sup>

Kenneth Maxwell, por sua vez, salienta que o regime constitucional inaugurado em 1976 teve dois legados históricos distintos: tanto a reação contra a ditadura de extrema-direita derrubada pelo 25 de Abril, quanto o “trauma” provocado pela “esquerda autoritária”, vencida em 25 de Novembro. Neste contexto, o PS destaca-se no sistema democrático português por seu empenho neste duplo combate, sendo assumido como tal o legado da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974. “A força do apelo popular do dirigente do Partido Socialista, Mário Soares, residia na sua capacidade de tirar proveito da sua oposição, tanto a Salazar, antes da Revolução, como ao comunismo, depois dela. (...) Representava as alternativas ocidental e europeia aos dois legados do passado recente, e foi o principal elo português entre as forças democráticas civis de Portugal e as forças políticas e governamentais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos que, nalguns casos abertamente, noutros às ocultas, tinham apoiado a luta anticomunista no decorrer dos meses anteriores”.<sup>35</sup>

No mesmo sentido, António Costa Pinto afirma que estas vastíssimas ajudas financeiras ocidentais destinadas à Esquerda moderada liderada pelo PS pretendiam também a neutralização das forças mais conservadoras e de Extrema-Direita, as quais, com o apoio da Igreja Católica e dos partidos políticos moderados, desencadearam ações terroristas no contexto da luta anticomunista. Neste quadro, é interessante

---

<sup>34</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 193, 194.

<sup>35</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 182. A este respeito, o autor esclarece que no período de mais intensa luta política em Portugal, após a queda do V Governo Provisório, quando o país esteve à beira de uma guerra civil, o Ocidente concedeu apoio financeiro ao VI Governo: “Os Estados Unidos e a CEE concederam imediatamente a Portugal 272 milhões de dólares como auxílio de emergência no início de Outubro de 1975, a seguir ao afastamento de Vasco Gonçalves. Tanto Washington como Bruxelas deixaram claro que este auxílio era encarado como um apoio político aos socialistas moderados que tinham ganho a iniciativa no seio do MFA e do Governo”. (P. 174)

ressaltar que após o 25 de Novembro teve início um processo de *saneamentos*<sup>36</sup> contra a Esquerda, de modo que vários militantes comunistas ou de Extrema-Esquerda foram afastados de suas posições em departamentos estatais e empresas públicas. Concomitantemente, e em sentido contrário, iniciou-se a reabilitação de *saneamentos* efetuados durante o período revolucionário contra indivíduos politicamente atuantes no Estado Novo.<sup>37</sup> Pode-se dizer que semelhante situação indica tanto uma tentativa do poder político democrático português de conciliação com a elite política e econômica do antigo regime quanto a intenção de se demarcar da Esquerda radical, afastando dos centros de poder os agentes defensores de uma nova ordem político-social.

A propósito destas forças de Extrema-Direita, agrupadas em torno de duas organizações terroristas – o ELP (Exército de Libertação de Portugal) e o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), ambos sediados em Madrid –, é interessante o esclarecimento de Sánchez Cervelló sobre a sua base de apoio, estruturada em quatro componentes: “o apoio da hierarquia eclesiástica, cujo epicentro foi o bispado de Braga; a ajuda operacional, técnica e económica de Espanha, que além disso proporcionava uma retaguarda segura; a colaboração com os militares contrários ao 25 de Abril que vertebraram todo o movimento, tornando-o eficaz; e por último a concordância de todas as forças políticas desde os socialistas até à direita, maioritárias nos distritos do centro e norte do país”. “O resultado da inter-relação destes factores levou a que a cinquenta quilómetros a norte da capital não existisse o poder do governo de Lisboa, circunscrevendo-se este à zona da grande Lisboa, à sua área industrial e ao Alentejo. O resto do país fervilhava num anticomunismo primário que explodia quando grupos direitistas, em dias de romaria ou festas locais, faziam inflamados discursos nacionalistas e cristãos”.<sup>38</sup>

Fernando Rosas assinala o papel de destaque exercido pelo MFA no processo político português, uma vez que era o detentor exclusivo – ou quase – do monopólio da violência, ou seja, do uso das armas. Segundo este autor, num contexto em que o controle partidário sobre os militares era difuso e fraco, o MFA teve, durante todo o processo, um peso fundamental nas decisões políticas. Divergindo de José Medeiros Ferreira – para quem as Forças Armadas e o MFA coincidiam substancialmente –, Rosas entende que a instituição militar deixou de existir enquanto tal durante o processo

---

<sup>36</sup> Os *saneamentos*, iniciados no imediato pós-25 de Abril, consistiram na deposição dos cargos de indivíduos que eram considerados ligados e/ou adeptos à lógica social do Estado Novo.

<sup>37</sup> PINTO, *op. cit.* p. 383, 372.

<sup>38</sup> CERVELLÓ, *op. cit.* p. 237, 238.

revolucionário, fragmentando-se em variados grupos político-militares que defendiam antagônicos projetos políticos para o país, distintas alianças político-partidárias, e lutavam pela direção do processo. Apesar desta situação de pulverização do poder e da estratégia militar, lograram os militares envolvidos no MFA a manutenção de um importante poder de influência sobre os acontecimentos políticos.

Segundo Rosas, a partir do 28 de Setembro, com a neutralização política da Direita e Extrema-Direita, o PCP abandona seu inicial posicionamento de contenção e privilegia uma estratégia “de aproximação do poder através da progressiva hegemonização do MFA, do aparelho militar, da administração local, da máquina sindical e dos principais centros de decisão e informação (jornais, rádios e RTP)”.<sup>39</sup> O autor converge com Rezola e Medina ao considerar que, nesse momento, o MFA ainda se encontra, de uma forma geral, mais próximo das posições do PCP, sendo apenas após o 11 de Março que ocorre a sua fragmentação em distintos grupos políticos.

Também António José Telo entende que o 28 de Setembro cria no seio do PCP uma ilusão de força, a qual determina o abandono do comportamento moderado inicial no sentido de um reforço da aliança com o MFA, procurando conquistar para as suas posições um grande número de militares. Para múltiplos setores do partido, tratava-se da abertura da possibilidade de aproveitar o contexto revolucionário de então, conduzindo-o conforme as suas perspectivas políticas.<sup>40</sup>

Rosas chama a atenção para o fato de a radicalização posterior ao 11 de Março ter propiciado uma maior atuação de setores da Esquerda radical, os quais passaram a protagonizar confrontos iniciados pelo movimento social – sendo os mais emblemáticos os do caso *República e Rádio Renascença*. Neste contexto, desenvolve-se a ofensiva anticomunista liderada pelo PS e pela Igreja Católica. Rosas salienta, contudo, que a inversão da correlação de forças contra o campo hegemonizado pelo PCP começou, na verdade, a partir da derrota sofrida por este partido nas eleições para a Assembleia Constituinte em Abril de 1975. Nesse sentido, o autor ressalta que o PS, no âmbito civil, e o *Grupo dos Nove*, no plano militar, – ambos defensores da ideia de um “socialismo em liberdade”, ou seja, subordinado à “legitimidade das urnas e ao pluralismo partidário” – constituíram um guarda-chuva sob o qual se abrigaram “todas as forças da

---

<sup>39</sup> ROSAS, Fernando. “A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. p. 25, 26.

<sup>40</sup> TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Volume 1. Lisboa, Editorial Presença, 2007. p. 91.

direita política e militar hostis ao processo revolucionário”. “Lá cabendo alguns grupos de extrema-esquerda mais perseguidos pelos ‘gonçalvistas’ ou pelo COPCON, a Igreja Católica e a extrema-direita terrorista, exilada em Espanha ou agindo clandestinamente no Norte do país”.<sup>41</sup>

É interessante a avaliação de Rosas a respeito do 25 de Novembro, bastante distinta da dos demais autores. Para Rosas, o 25 de Novembro, ao invés de ter sido o começo de uma contrarrevolução, foi sobretudo “uma contenção pactuada – aparentemente, mesmo negociada – do processo revolucionário entre o PCP e o ‘Grupo dos 9’ do MFA, deixando razoavelmente à margem tanto o PS como as forças da direita e da extrema-direita que não escondem a sua incomodidade ou a sua frustração. Um acordo de contenção que não só faz a economia de uma contra-revolução (salvaguardando as liberdades públicas e o funcionamento de todos os partidos, mantendo o PCP incólume no VI Governo provisório), como recebe formalmente no pós-25 de Novembro o património essencial das conquistas revolucionárias (o objectivo do socialismo, a reforma agrária, as nacionalizações, o controlo operário, etc...) que terão, aliás, larga consagração na Constituição aprovada em 2 de Abril de 1976”.<sup>42</sup> O autor parte do princípio de que o PCP, como instituição político-partidária, não aprovava a escalada radical que culminou no 25 de Novembro, apesar de muitos de seus militantes, civis e militares, terem-se envolvido no processo.

No mesmo sentido, António Costa Pinto considera simplista encarar o *Verão Quente* de 1975 como uma tentativa dos comunistas portugueses imporem uma ditadura com o apoio da União Soviética – muito embora o discurso político da elite democrática seja baseado nestes termos. Para Costa Pinto, “o desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema esquerda representou nesta conjuntura de crise, e a própria penetração política desta nas forças armadas são exemplos de uma maior complexidade, que passou pelos ‘casos’ da ocupação por jornalistas de extrema esquerda da Emissora Católica Rádio Renascença, do jornal República (até aí porta-voz da esquerda moderada), ou pela dinâmica de ocupação da propriedade urbana em Lisboa. As clivagens políticas no interior das forças

---

<sup>41</sup> ROSAS, *op. cit.* p. 30.

<sup>42</sup> ROSAS, *op. cit.* p. 31.

armadas também introduziram alguma autonomia que não pode ser reconvertida em mera ‘conspiração programada’”.<sup>43</sup>

Posição semelhante acerca da atitude do PCP no pós-11 de Março é defendida por António José Telo, contrariando as explicações mais usuais que acusam uma tentativa do PCP de escalada ao poder. O fator fundamental a ter em conta, segundo Telo, é que ao longo de todo o processo revolucionário – desde o 25 de Abril de 1974 até ao 25 de Novembro de 1975 – foi o MFA, e não o PCP, o principal ator social e promotor das mudanças efetivadas. Mesmo considerando a hipótese de haver algum fundo de verdade nos argumentos que alegam a infiltração e manobra do MFA pelo PCP, especialmente em momentos fundamentais como o 28 de Setembro e o 11 de Março, o autor atesta que mesmo nesses momentos o MFA foi a força decisiva e dominante, não se podendo reduzi-lo a uma simples emanção daquele partido político. Tal como explica o autor: “Estamos, em resumo, perante uma evolução complexa, que não é dominada ou controlada por um centro. As teorias que procuram explicar as coisas no essencial a partir de uma tentativa de tomada de poder pelo PCP pecam, na minha opinião, por darem a esse partido uma importância excessiva, que ele não teve, embora eventualmente tenha pena disso. Não quer dizer que o PCP não tenha tentado tomar o poder, pelo menos em determinada altura; quer dizer é que isso não foi o fundamental do processo. Se queremos encontrar um centro no processo, e penso que não houve no sentido tradicional, ele foi o MFA e não o PCP”.<sup>44</sup> Telo pretende, dessa forma, evitar as explicações maniqueístas baseadas no elemento da *grande conspiração*, destacando, ao invés disso, a complexidade do processo. O autor salienta ainda o fato de que muitas ações atribuídas ao PCP foram, na realidade, iniciativas da Extrema-Esquerda.<sup>45</sup>

Cabe mencionar a caracterização do MFA feita por este autor, para quem o movimento dos capitães e sua orientação política de esquerda foi decorrência da experiência longa e traumática de treze anos de Guerra Colonial sem uma solução política à vista. Desse modo, “os militares eram, como quase sempre acontece quando existe serviço militar obrigatório, um espelho da sociedade portuguesa, muito em particular da sua juventude, radicalizada e fundamentalmente marxista no sector que

---

<sup>43</sup> PINTO, António Costa. “O legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. p. 40.

<sup>44</sup> TELO, *op. cit.* p. 95, 96.

<sup>45</sup> TELO, *op. cit.* p. 98.

tinha uma formação ao nível superior”. “Ao fim de 13 anos de guerra sem solução política, os militares tinham-se tornado numa espécie de imagem no espelho do seu adversário, pelo que não admira que se classificassem a si próprios em determinada altura como ‘movimento de libertação’, pois também ele era formado no essencial por militares que passaram pelas longas guerras”.<sup>42</sup> Assim, entende Telo que o predomínio de projetos políticos de esquerda ao longo do processo revolucionário é o resultado do “vento histórico”, ou seja, decorre da radicalização política que já se efetuava na sociedade portuguesa – e não apenas na instituição militar –, tendo em vista a especificidade das circunstâncias nacionais e internacionais de meados dos anos 1970.

Sobre o 25 de Novembro, Telo considera que o núcleo central da estratégia do *Grupo dos Nove* era quebrar a força da Extrema-Esquerda e do PCP, sem, no entanto, os destruir, o que alteraria toda a relação de forças a favor da Direita – procurando-se resguardar tanto a democracia e o socialismo, entendidos como indissociáveis, quanto o poder diretivo dos militares na condução do processo político.<sup>46</sup> Contudo, no que tange à reação dos partidos políticos a esta posição dos *Nove*, Telo – assim como António Reis – expressa reservas quanto ao compartilhamento do projeto político socialista.<sup>47</sup> O autor reitera a interpretação de Rosas do 25 de Novembro, enfatizando que também o PCP estava interessado em uma solução que desestabilizasse a Extrema-Esquerda civil e militar e evitasse o predomínio da Direita, preservando, porém, as suas posições de força – refletidas nos sindicatos, empresas estatais, reforma agrária. “Tratava-se para o PCP, em resumo, de aproveitar o radicalismo dos ‘cabeças-quentes’ que deixaram de ser úteis na nova situação, para os incentivar a caminharem para a sua própria perda, mas em condições tais que o sector socialista moderado dominasse facilmente a situação e em que o PCP mantivesse o essencial das ‘suas’ conquistas da revolução, ou seja, da base futura do seu poder na sociedade portuguesa. Se aceitarmos esta possibilidade, então o PCP nunca quis ir ‘até ao fim’ desde Agosto de 1975 e tudo que fez foi montar uma encenação consciente, de modo a eliminar os seus antigos aliados que se tinham tornado incómodos na nova situação e valorizar a posição negocial própria, salvaguardando o que era para si primordial. O PCP, em resumo, não recuou no último momento; na realidade, ele não avançou desde que o V GP [Governo Provisório] se formou, ou, caso se prefira, só simulou um avanço para manter as suas posições centrais firmes no futuro. A tática tinha a vantagem adicional, que não era tão pequena como

---

<sup>46</sup> TELO, *op. cit.* p. 146.

<sup>47</sup> TELO, *op. cit.* p. 151, 152.



isso, de satisfazer a pressão de muitas bases do partido, convencidas de que a revolução tinha de avançar dentro do que era o tradicional discurso gonçalvista”.<sup>48</sup> Nestes termos, acrescenta Telo que, ao contrário do que normalmente se afirma, o PCP não saiu derrotado do 25 de Novembro. Pois, em larga medida, conseguiu preservar sua base de apoio futura, além de terem sido poupadas as “conquistas” alcançadas durante o processo revolucionário.<sup>49</sup>

Sendo assim, segundo Rosas, a contestação das “conquistas revolucionárias” e o desencadeamento da contrarrevolução devem-se à atividade das futuras maiorias parlamentares e governos democráticos. Trata-se de um “processo de contra-revolução legislativa que esvaziará ou revogará progressivamente boa parte dos objectivos e das realizações mais avançadas do processo revolucionário”. Além do aspecto de contenção revolucionária, o 25 de Novembro também significou, segundo Rosas, a volta da hierarquia às Forças Armadas e o regresso ao desempenho de seu papel tradicional no Estado, com a liquidação do MFA como agente político. No entanto, como resquício do papel político dos militares, permanece até 1982 o Conselho da Revolução, “reduzido a vigilante da constitucionalidade das leis e a uma espécie de travão do acelerado revisionismo que as novas instituições vão impor, gradual mas sucessivamente, ao património político herdado do período revolucionário”.<sup>50</sup>

Manuel Loff manifesta ponto de vista semelhante a respeito do papel do PCP no processo revolucionário. Os primeiros meses da Revolução marcam um posicionamento moderado, evitando-se um excessivo impulso das reivindicações populares; progressivamente – em especial a partir da tentativa falhada de golpe de direita em 11 de Março –, no ano de 1975 assiste-se à intenção comunista de ampliar o mais possível as “conquistas da revolução”, sob a pressão radicalizadora da Extrema-Esquerda; e finalmente, com o refluxo da maré revolucionária, nos meses que antecederam ao 25 de Novembro, o partido assume uma atitude defensiva, consciente da impossibilidade de tomar o poder.<sup>51</sup>

Sobre o PS, Loff destaca o seu papel central na configuração do processo democratizador português. Tendo em vista a progressiva ocupação comunista de espaços políticos e institucionais a partir da renúncia de Spínola em 30 de Setembro, o

---

<sup>48</sup> TELO, *op. cit.* p. 161, 162.

<sup>49</sup> TELO, *op. cit.* p. 193, 194.

<sup>50</sup> ROSAS, *op. cit.* p. 32.

<sup>51</sup> LOFF, Manuel. “Fim do Colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. p. 172, 178.

PS surge em 1975 – especialmente após o seu fortalecimento com a vitória eleitoral nas constituintes em Abril – como frente de resistência anticomunista, atraindo apoios das elites e dos poderes tradicionais. Tal como salienta Loff, os socialistas tornam-se, “numa lógica muito típica da Guerra Fria, na peça fundamental na estratégia *normalizadora* das potências ocidentais, os norteamericanos em primeiro lugar, juntamente com a Internacional Socialista, e muito particularmente o SPD alemão, o que lhes permite pressionar decisivamente na direcção do afastamento dos militares próximos ao PCP do Governo, negando-se a participar neste entre Julho e Setembro, e empenhando-se eficazmente nos manejos secretos que conduzem ao golpe de 25 de Novembro e à viragem anticomunista que definitivamente se produz nesse momento”.<sup>52</sup>

Por fim, é interessante mencionar a caracterização de Loff acerca do papel central desempenhado pelo MFA no processo revolucionário: constituiu uma “verdadeira força de acção sociopolítica de aceleração das transformações democráticas”. Com o intuito de formalizar e legalizar esta função, foram assinados dois pactos entre o MFA e os partidos políticos, em 1975 e em 1976.<sup>53</sup> Trata-se de interpretação substancialmente distinta da concepção da maioria dos autores analisados, uma vez que a ênfase recai não na simples escalada dos militares ao poder político, mas na interação entre a legitimidade do MFA como agente político e a movimentação social que deu forma à Revolução Portuguesa.

## 1.2 – O papel dos movimentos sociais

É curioso o fato de que, em geral, os autores conferem pouquíssima atenção à importância dos movimentos sociais como elemento fundamental para a compreensão do processo revolucionário português. Trata-se normalmente de fator que ocupa posição secundária em narrativas que privilegiam os aspectos políticos, através dos atores militares e partidários.

Assim, alguns autores, como Medina e Ferreira, mencionam a espontaneidade do movimento popular logo no dia 25 de Abril, o que terá contribuído para a sensação de força de imediato expressa pelo golpe. Medina destaca a relação entre a explosão popular e a legitimidade da atuação militar, pois após terem sido aclamados como heróis os militares passariam a demonstrar grande relutância em contrariar qualquer movimentação popular de massas – o que indica que cedo a revolta militar foi

---

<sup>52</sup> LOFF, *op. cit.* p. 181. Itálico no original.

<sup>53</sup> LOFF, *op. cit.* p. 187.

ultrapassada pela revolução popular.<sup>54</sup> Logo, a legitimidade de ação do MFA passa a confundir-se com o processo de transformação da sociedade, de modo que o movimento militar se torna a única autoridade reclamada popularmente para intervir na resolução dos mais diversos problemas sociais.

Nesse sentido, é interessante a apreciação de Medina sobre o efeito positivo da mudança no comportamento popular: “por detrás da efervescência social, desenvolve-se um processo de aprendizagem democrática, baseada no alargamento contínuo da participação do povo na resolução dos seus próprios problemas. Realizam-se assembleias e reuniões a todos os níveis, nas fábricas, nas empresas, nas escolas, nos sindicatos, na administração pública e em todos os locais onde existem problemas colectivos por solucionar. As discussões alargam-se, os oportunismos germinam, as manipulações nem sempre são compreendidas a tempo. Mas, no essencial, as pessoas apercebem-se das novas potencialidades geradas pela participação colectiva, pela procura comum, pela legitimidade das opiniões maioritárias”.<sup>55</sup>

Este autor ressalta que as primeiras movimentações sociais – nas fábricas, empresas, administração pública, comunicação social – deram-se em torno dos *saneamentos*, traduzindo o sentimento de exigência de transformações em relação à ordem política deposta.<sup>56</sup> Nesse sentido, António Costa Pinto salienta que os primeiros afastamentos ocorreram espontaneamente, sendo a exigência de *saneamentos* parte das palavras de ordem das primeiras greves. Mesmo ressaltando que tais dinâmicas sociais muitas vezes escapavam ao controle partidário, Costa Pinto aponta a influência do Partido Comunista e da Extrema-Esquerda no desenvolvimento do processo de *saneamentos*.<sup>57</sup> A este respeito, esclarece António José Telo: “Tanto no caso dos órgãos de informação como nas universidades, e em quase todas as outras instituições, o processo de saneamento e nomeação de novas direcções improvisadas parte da base, sem ser controlado por nenhuma força política. Há incentivos no processo que vêm de várias origens, nomeadamente do PCP, da extrema-esquerda e do PS, mas não há um centro coordenador significativo. Os partidos e forças políticas, mesmo os mais moderados, aliás, são obrigados a participar no processo como forma de o tentarem controlar e de colocar alguns dos seus militantes ou simpatizantes nas novas direcções. É uma bola de neve, em que o afastamento de uma direcção dita ‘fascista’ (todas as

---

<sup>54</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 57.

<sup>55</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 111.

<sup>56</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 60.

<sup>57</sup> PINTO, 2001, *op. cit.* p. 364, 365.

saneadas são assim classificadas) numa instituição incentiva todas as outras a imitarem o exemplo”.<sup>58</sup>

De uma forma geral, os autores destacam a progressiva intervenção de partidos de extrema-esquerda e do PCP no sentido de liderar e influenciar as movimentações sociais. Assim, José Medeiros Ferreira compara o espontaneísmo das massas populares no 1º de Maio de 1974 com a forte influência comunista verificada no movimento popular de 1º de Maio de 1975.<sup>59</sup> É também inegável o apoio progressivo do COPCON aos movimentos sociais que então se desencadeavam, como o processo de autogestão em fábricas e empresas, e a ocupação de casas devolutas.

Sobre o 1º de Maio de 1974, Josep Sánchez Cervelló chama a atenção para o fato de a Esquerda ter sido muito beneficiada pela espontaneidade das manifestações populares que se seguiram ao dia 25 de Abril: “o 1º de Maio beneficiou a esquerda visto que os seus dirigentes encabeçaram as manifestações em que a população participou em massa, num acto que quase foi institucional, e que criou uma espécie de simbiose entre as forças trabalhadoras e o novo regime”.<sup>60</sup>

Nesse sentido, Maria Inácia Rezola destaca que muitas iniciativas populares acolheram-se sob o “chapéu” protetor e legitimador do MFA, tendo-se intensificado e radicalizado à medida que aumentava a fragmentação do poder e a quebra do controle estatal. Dessa forma, segundo esta autora, torna-se difícil precisar os limites de interação entre os movimentos populares e as organizações político-militares. Pois se no imediato pós-25 de Abril era claro o alto grau de espontaneidade e autonomia dos movimentos sociais, com a radicalização da luta política na sociedade portuguesa as diferentes forças político-militares procuraram capitalizar estes movimentos em seu favor.<sup>61</sup>

Ferreira e Rezola ressaltam que após o 11 de Março o movimento urbano de ocupações ganha nova feição, com a criação de creches, parques infantis e centros de saúde, tornando-se cada vez mais uma atividade planificada e organizada por forças políticas radicais em nome do poder popular. Neste contexto, destaca-se o papel do MDP/CDE (Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral) e do

---

<sup>58</sup> TELO, *op. cit.* p. 111.

<sup>59</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 43.

<sup>60</sup> CERVELLÓ, *op. cit.* p. 197.

<sup>61</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 204, 205.

PCP, os quais, “depois da derrota eleitoral, procuram legitimidade reforçando a sua influência e intervenção junto das organizações e movimentos populares”.<sup>62</sup>

Neste período, Ferreira chama a atenção para a luta institucional verificada no movimento de ocupações de casas em zonas urbanas de Lisboa e Porto. Organizações de extrema-esquerda e o PCP – por meio dos “comités de ocupantes” e das “comissões de moradores” – passam a disputar a hegemonia política no interior do movimento. No entanto, o autor destaca que os próprios ocupantes de casas e as “comissões de moradores” que os representavam sempre oscilaram entre “um anarquismo espontaneísta e um comportamento de compromisso com as estruturas do Estado, procurando a legislação formal de seus actos à luz do direito vigente”.<sup>63</sup>

Sobre o movimento de trabalhadores nas fábricas e empresas, Ferreira menciona o papel de autonomia desempenhado pelas “comissões de trabalhadores” diante dos sindicatos de influência partidária e do Governo. O autor detecta dois períodos distintos neste processo: de Maio a Junho de 1974, predominaram as reivindicações, sobretudo de carácter salarial; de Janeiro a Março de 1975, a maior radicalização expressou-se em exigências de saneamento das hierarquias superiores das empresas e na generalização das ocupações como forma de luta. Nesse ponto, Ferreira identifica intensa atuação do Partido Comunista neste segundo período. Convergindo com outros autores a respeito do comportamento do PCP ao longo do processo revolucionário, Ferreira esclarece que o partido passa de uma grande prudência no período inicial da Revolução para um apoio declarado às grandes movimentações populares entre Janeiro e Março de 1975.<sup>64</sup>

A este respeito, é interessante a distinção feita por Cervelló entre o comportamento do PCP e do PS diante da fase inicial do movimento dos trabalhadores. Tal como ressalta este autor, desde o primeiro momento o PCP tentou conter o movimento reivindicativo, apelando à calma e à disciplina; em contrapartida, o PS e a Extrema-Esquerda – que disputavam com o PCP o apoio do operariado – procuraram impulsionar as Comissões de Trabalhadores, as quais haviam surgido espontaneamente e à margem das estruturas sindicais clássicas controladas, em larga medida, pelos comunistas.<sup>65</sup>

Rezola, por sua vez, – sem subestimar a crescente sintonia de interesses entre estes movimentos e novos centros de poder partidários e militares, especialmente a

---

<sup>62</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 207.

<sup>63</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 165, 166.

<sup>64</sup> FERREIRA, 1990, *op. cit.* p. 169, 170, 171.

<sup>65</sup> CERVELLÓ, *op. cit.* p. 202, 203.

partir do 11 de Março – salienta que a radicalização das formas de luta dos trabalhadores radicou, em grande medida, na fragilidade do poder político, de sorte que os trabalhadores vislumbraram uma oportunidade única de radicalizar suas ações e protestos.<sup>66</sup> Trata-se de visão substancialmente distinta da de Ferreira, já que a tônica recai, não na manipulação partidária, mas na espontaneidade, autonomia de ação dos trabalhadores no sentido de aproveitar um momento político único de debilidade do poder político para fazer valer suas aspirações.

António José Telo menciona a existência de três vagas no movimento social nas empresas e fábricas. A primeira iniciou-se logo em Maio e consistiu num movimento tradicional com o intuito de formar sindicatos legais e reivindicar melhores condições salariais. A segunda começou a manifestar-se a partir de Junho de 1974; caracterizou-se pela extensão do movimento às grandes empresas e sob novas formas: o ataque ao poder na empresa, quer através da reclamação de uma participação dos trabalhadores na gestão, quer pelo assalto direto às administrações e o seu saneamento. A terceira e última vaga foi mais limitada e misturou-se com a segunda, sendo que a maior parte dos casos ocorreu a partir de fins de 1974. Esta fase pode ser definida pelo seu carácter defensivo, pois o objetivo principal passa a ser salvar as empresas, já com graves dificuldades financeiras – o que podia materializar-se tanto na autogestão quanto no controle sobre a administração. Telo salienta ainda que os movimentos desta última fase sempre foram acompanhados por insistentes apelos a uma intervenção direta do Estado para salvar as empresas, ou através de nacionalizações ou por meio de subsídios e ajudas.<sup>67</sup>

A respeito das nacionalizações e sua relação com os movimentos sociais, é interessante o esclarecimento deste autor: “é errado pensar que os pedidos de nacionalização que surgem um pouco por toda a parte antes do 11 de Março são meramente uma expressão da influência do PCP, uma manipulação política massiva deste partido ou o resultado de uma qualquer opção ideológica muito reflectida. Eles são sobretudo uma expressão do receio dos trabalhadores de perder o emprego, um grito de socorro numa altura em que era quase impossível conseguir um novo posto de trabalho. Esta motivação, primária e directa será um dos grandes incentivos e justificações da catadupa de nacionalizações depois do 11 de Março, contrariando abertamente o Plano

---

<sup>66</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 217.

<sup>67</sup> TELO, *op. cit.* p. 111-113.

Melo Antunes”.<sup>68</sup> Sendo assim, defende este autor que as mudanças de fundo nas políticas financeira e econômica durante o período revolucionário não obedeceram a uma reflexão madura, tendo sido pura e simplesmente o resultado da pressão das circunstâncias – diante do vazio de poder e da mudança de mentalidade. Afirma Telo que os Governos Provisórios, fracos e divididos, limitaram-se a “surfear a onda” do momento, “ou seja, a aceitar a pressão que vem da base sob pena de serem varridos pela onda”. “Qualquer tentativa de resistência frontal a uma onda forte como esta representaria o aniquilamento: o PS e o PSD entenderam isto e ‘surfaram’ a onda; os spinolistas não entenderam... e desapareceram”.<sup>69</sup> Neste contexto, pode-se dizer que os Governos Provisórios adotaram a estratégia de “fuga para a frente”, o que foi refletido em cedências legais para consagrar o que já fora feito, na tentativa de retirar o pretexto a novas movimentações – tratava-se, todavia, de algo fora do controle do Estado.<sup>70</sup>

Sobre o movimento de ocupações de terra, é curioso o fato de Ferreira não o abordar em *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*. Também Medina, em sua *História Contemporânea de Portugal*, não aborda diretamente os movimentos sociais nas fábricas e empresas, e de ocupações urbanas e rurais; assim como Reis, em artigo do seu *Portugal Contemporâneo* que pretende explicar a Revolução de 25 de Abril, não menciona os movimentos sociais.

Segundo Rezola, as ocupações de terras – iniciadas em finais de 1974, inícios de 1975 – “são um culminar de uma longa luta reivindicativa, iniciada imediatamente depois do 25 de Abril de 1974, incidindo sobre os aumentos salariais, emprego e melhoria das condições laborais”. “É em torno destas reivindicações que, autonomamente ou enquadrados pelos sindicatos, os trabalhadores rurais começam a sua mobilização”.<sup>71</sup> A autora salienta que uma questão ainda por esclarecer consiste no grau de intervenção ou apoio dos poderes estabelecidos a estas iniciativas, e aponta no sentido de que, apesar de os militares terem apoiado institucionalmente o processo, não foram responsáveis nem pelo seu desencadeamento nem pela liderança de seu desenvolvimento. Rezola menciona ainda que os movimentos de ocupação no Sul do país provocaram no Norte uma movimentação popular de sentido inverso. Em reação ao processo de coletivização da terra iniciado no Sul, desencadearam-se mobilizações

---

<sup>68</sup> TELO, *op. cit.* p. 115, 116.

<sup>69</sup> TELO, *op. cit.* p. 302.

<sup>70</sup> TELO, *op. cit.* p. 114.

<sup>71</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 209.

contra o PCP e os movimentos de extrema-esquerda, assim como a organização de movimentos de extrema-direita para defender a propriedade privada.

Para Rezola, portanto, os movimentos sociais tiveram considerável importância no processo revolucionário português, principalmente por proporcionarem a autopercepção dos indivíduos comuns como atores históricos, capazes de intervir e lutar, por si sós, pela melhoria de suas condições de vida. “Esses foram momentos únicos que assinalam experiências inéditas em Portugal de participação das populações na vida nacional. Pessoas comuns, sem qualquer experiência de intervenção ou participação política, ganham consciência de seu poder, envolvem-se em movimentos reivindicativos, organizam-se e intervêm directamente para solucionar os seus problemas. Com estas iniciativas mudaram decisivamente as suas vidas, mas também a sociedade portuguesa”.<sup>72</sup>

Coincidindo com o entendimento de Rezola sobre a influência institucional e partidária no movimento de ocupação de terras, Telo pondera ser evidente o interesse do PCP em incentivar este movimento, já que se tratava da sua base de consolidação futura como força política dominante no Alentejo; no entanto, na ótica dos trabalhadores agrícolas a dificuldade de aderir ao movimento situava-se no receio das suas consequências. “A partir do momento em que constataam que as forças de segurança e militares, não só não os reprimem, como os apoiam, e em que as primeiras unidades obtêm a legalização, a adesão foi obviamente ampla. Era a grande oportunidade para uma população formada essencialmente por trabalhadores não-qualificados, a maior parte deles temporários e com emprego seguro somente numa parte do ano, ter finalmente acesso à terra, que era ainda o principal factor de valorização social na região”.<sup>73</sup> Dessa forma, considera Telo que a apreciação sobre a reforma agrária – tal qual as nacionalizações –, antes de ser definida como o resultado imprudente de certas influências partidárias, deve ser situada em sua época. Isto porque se tratou, em larga medida, do resultado de uma forte pressão de base e, uma vez realizada, foi aclamada pela generalidade dos partidos políticos e consagrada na Constituição como “conquista irreversível”.

Kenneth Maxwell menciona a existência de três fontes de força no movimento popular de esquerda: os postos de trabalho industriais, os bairros mais pobres e bairros de lata, e as grandes herdades ocupadas por camponeses. Para o autor, tais movimentos

---

<sup>72</sup> REZOLA, *op. cit.* p. 205.

<sup>73</sup> TELO, *op. cit.* p. 121.



sociais tiveram importância central na caracterização da Revolução Portuguesa: “foram precisamente estas manifestações de controlo das fábricas pelo operariado, de poder popular nas cidades e de posse de terra pelos camponeses que conferiram aos acontecimentos em Portugal neste período o seu carácter revolucionário”. “Nunca se tinha visto nada assim na Europa desde a Espanha na década de 30, na Alemanha em 1918-19 e na Rússia de 1905 e de 1917”.<sup>74</sup>

Tal como Rezola, Maxwell entende que a situação de debilidade das forças tradicionais da ordem pública, assim como a intensificação das disputas pelo controle do aparelho de Estado, impulsionou a radicalização destes movimentos.<sup>75</sup> No caso do movimento urbano de ocupações, o autor esclarece que a atitude espontânea dos populares em dirigir-se aos quartéis do MFA para pedir apoio provocou um grande envolvimento dos militares neste processo, especialmente por parte dos oficiais que comandavam o COPCON. O contato com as comissões de trabalhadores e com as organizações de extrema-esquerda que nestas atuavam contribuiu, assim, para a radicalização deste setor do MFA.

Sobre o movimento rural de ocupações de terra, Maxwell destaca a influência comunista no processo: os sindicatos de trabalhadores rurais, dominados pelos comunistas, optaram por não dividir os latifúndios e sim transformá-los em cooperativas; no entanto, com elevadas taxas de analfabetismo, os trabalhadores não estavam preparados para a nova responsabilidade de gerir terras, de modo que a administração das cooperativas, com frequência, ficava a cargo de responsáveis do PCP ou dos sindicatos.

Assim como Rezola, Maxwell também reconhece a limitação geográfica destes movimentos – restritos às zonas urbanas, no caso das fábricas e ocupações de casas, e ao Sul, na situação da ocupação de terras. De sorte que nas regiões Centro e Norte, caracterizadas pela pequena propriedade, as palavras de ordem mobilizadoras não eram *socialismo e emprego*, mas *religião e propriedade*. Nesse sentido, o movimento popular de esquerda nessas regiões dependia, em larga medida, do apoio militar do Estado. Semelhante influência do movimento popular sobre o MFA, especialmente sobre o COPCON, garantiu um imenso poder a estas movimentações. Tratava-se, entretanto, de poder extremamente vulnerável, pois dependia da permanência de seus aliados no aparelho de Estado. Logo, considera Maxwell uma grande ironia o fato de a aliança

---

<sup>74</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 139, 140.

<sup>75</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 138.

temporária entre o Estado e a Extrema-Esquerda – que permitiu o impulso e a radicalização dos movimentos sociais – ter servido de estímulo para uma aliança contrária entre pequenos proprietários temerosos e partidos políticos moderados.<sup>76</sup>

Este último aspecto de mobilização popular contra os movimentos sociais que se desenvolviam no país é também mencionado por Medina, que aponta para o papel de liderança do PS no processo. Curiosamente, é justamente esta ampla mobilização popular no contexto pós-11 de Março – marcada tanto pela radicalização da movimentação popular de esquerda, quanto pelo início de manifestações populares que lhe são contrárias, sob a égide do PS – a única menção feita por António Reis a movimentações sociais durante o período revolucionário.<sup>77</sup> Ainda a este respeito, Costa Pinto enfatiza que “muito embora protagonizada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata em Lisboa e no Porto, à medida que o sector moderado do MFA se preparava para o golpe de 25 de Novembro de 1975, a mobilização da província a norte do Tejo só foi possível com a entrada em cena da hierarquia da Igreja Católica e da mobilização paroquial, em conjugação com a notabilidade local”.<sup>78</sup>

Visão significativamente distinta sobre a Revolução Portuguesa é defendida por Fernando Rosas. Para este autor, os movimentos sociais constituíram o elemento central do processo revolucionário português. Convergindo com Rezola e Maxwell na explicação sobre o eclodir dos movimentos sociais, Rosas entende que o golpe militar que derrubou o Estado Novo em 25 de Abril de 1974, ao propiciar o enfraquecimento do Estado e a mudança de papel e de natureza das Forças Armadas, libertou as tensões acumuladas, fez explodir as esperanças, os protestos e reivindicações, de sorte que o movimento popular tomou a ofensiva por toda a parte. “Ele compreendia que podia vencer o Estado sem que este o pudesse vencer, que o poder estava fraco, dividido e já não podia governar, sendo que ele, com o apoio do movimento militar, podia agora fazê-lo. Era o arranque da Revolução portuguesa de 1974/75”.<sup>79</sup> O destaque situa-se no espontaneísmo dos movimentos, na compreensão dos indivíduos de si mesmos como agentes históricos capazes de mudar o futuro – o que transcende as tentativas de controle de partidos e organizações políticas, apesar de estas terem existido.

Também António José Telo assinala ter sido o vazio de poder verificado no imediato pós-25 de Abril o elemento principal que impulsionou o eclodir das

---

<sup>76</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 140.

<sup>77</sup> REIS, 1990, *op. cit.* p. 44, 45.

<sup>78</sup> PINTO, 2006, *op. cit.* p. 40.

<sup>79</sup> ROSAS, *op. cit.* p. 20.

movimentações populares – situação posteriormente agravada com a efetiva pulverização do poder de Estado, tendo-se desfeito a hierarquia e a autoridade. Assim, nos mais diversos âmbitos da sociedade – nas empresas, na administração pública, nas forças de segurança, no ensino, etc. – tornava-se difícil definir e aprovar qualquer política concreta e coerente, já que diante da nova situação social os centros de poder passaram a carecer dos tradicionais mecanismos de coação.<sup>80</sup>

Segundo este autor, o fator fundamental para a compreensão da hegemonia de Esquerda no processo revolucionário português é o “vento histórico”. Este deve ser considerado num duplo aspecto: a radicalização social, e em particular nas Forças Armadas, consequente de treze anos de Guerra Colonial; e os movimentos populares mais ou menos espontâneos que surgiram na sociedade perante o vazio de poder.<sup>81</sup> Neste contexto, não é possível condicionar o desenvolvimento do processo político a esta ou àquela lógica partidária. Apesar de em muitos casos ter existido a intenção de controle dos movimentos sociais por partidos ou organizações políticas, isto deve ser percebido como um fenómeno de importância secundária, já que, no mais das vezes, é posterior ao surgimento destes movimentos, os quais em muito excederam a ação de qualquer partido. Tal como esclarece o autor: “Depois de 13 anos de guerra, de 15 anos de desenvolvimento económico a ritmo muito rápido e de 48 anos de ditadura, a sociedade portuguesa estava radicalizada em importantes franjas. As mais afectadas eram as mais directamente ligadas à guerra e com responsabilidade na sua execução: o corpo de oficiais permanente, em primeiro lugar; os militares em geral, em segundo; os estudantes, de onde provinham os oficiais milicianos, em terceiro; a restante juventude, que estava abarcada pelo serviço militar obrigatório, em quarto lugar. Foram estes sectores o motor do processo. O vento histórico está bem patente na linguagem da época: mesmo os grupos representativos das correntes de opinião mais moderadas estavam dominados pelo espírito do tempo com uma linguagem muito esquerdista, onde era quase inevitável falarem de ‘socialismo’, palavra omnipresente desde os católicos ao movimento monárquico, sem esquecer o PPD e mesmo as organizações mais à direita”.<sup>82</sup> Dessa forma, o entendimento de Telo sobre os movimentos sociais orienta-se no sentido de que, na maior parte dos casos, o vazio de poder dera origem a iniciativas

---

<sup>80</sup> TELO, *op. cit.* p. 43, 79.

<sup>81</sup> TELO, *op. cit.* p. 97.

<sup>82</sup> TELO, *op. cit.* p. 97, 98.

espontâneas – não coordenadas nem controladas – que partiam da base e atendiam aos mais diversos tipos de motivações.<sup>83</sup>

Rosas identifica dois períodos ofensivos do movimento popular: entre Maio e Agosto de 1974, de carácter espontâneo, contra a vontade e as palavras de ordem do PCP, que primava pela moderação; e entre Março e Agosto de 1975, fase marcada pela influência do PCP e das organizações de extrema-esquerda.

Sob a ótica da movimentação popular como característica fundamental do período revolucionário – já que a iniciativa popular ultrapassou largamente o movimento militar –, a Revolução Portuguesa ganha significados múltiplos: democratização do Estado, do acesso ao ensino e da vida política e social, nos seus mais variados níveis; luta por justiça social; tentativas de profundas transformações na ordem económica e social. Nesse sentido, Rosas considera que uma das marcas genéticas da democracia portuguesa é o fato de as liberdades fundamentais terem sido conquistadas, e não outorgadas; ou seja, trata-se de “uma democracia política cujos fundamentos são um fruto directo e imediato do processo revolucionário”.<sup>84</sup>

Portanto, para este autor a “marca genética” da democracia portuguesa reside no fato de ser o resultado de uma revolução social. Pois a conquista das liberdades públicas, dos direitos fundamentais e sociais, dos avanços no domínio da saúde e educação, assim como a destruição de grande parte das estruturas e políticas mais autoritárias do antigo regime, foram, em larga medida, fruto da iniciativa e combatividade cidadã, tendo sido alcançadas na rua, na empresa, na escola, antes de se plasmarem nas leis e na Constituição. Dessa forma, a Revolução – em sua totalidade e mais diversos aspectos – foi a gênese da atual democracia portuguesa; esta, apesar de tantos acidentes de percurso e de não raras desfigurações, é, ainda hoje, indissociável da Revolução de 1974/75.<sup>85</sup>

Interpretação da Revolução convergente com a de Rosas é sustentada por Manuel Loff. Este autor critica a visão corrente na sociedade portuguesa que privilegia o papel de liderança desempenhado por oficiais militares radicalizados e partidos políticos revolucionários – PCP e organizações de extrema-esquerda – na direção, controle e manipulação dos movimentos sociais em seu favor. Opor-se-lhes-iam os partidos políticos “democráticos” ou “moderados”, aliados a dirigentes militares

---

<sup>83</sup> TELO, *op. cit.* p. 109, 110.

<sup>84</sup> ROSAS, *op. cit.* p. 22, 23, 24.

<sup>85</sup> ROSAS, *op. cit.* p. 33.

moderados e a uma rede de forças internacionais representativas do Ocidente. Ainda segundo esta visão maniqueísta, este último grupo terá logrado vencer o primeiro em 25 de Novembro, permitindo assim a instauração da democracia portuguesa a partir do movimento de “resistência” contra os “excessos” da Revolução. Para Loff, este quadro explicativo, baseado numa lógica de “teoria da conspiração”, pode ser melhor compreendido pelo caráter das elites portuguesas: “Esta matriz de explicação é em tudo coerente com uma sociedade como a portuguesa, cujo modelo de desenvolvimento permitiu que as elites sociais e políticas reservassem para si um papel comparativamente superior àquele que noutros casos nacionais as elites conseguiram preservar, percepcionando a generalidade dos processos de mudança social como produto do impulso das elites, ou de segmentos delas, e raramente como processos mais ou menos espontâneos originados no seio das massas populares e dos grupos sociais dominados”. De acordo com Loff, semelhante paradigma interpretativo é não apenas subscrito pelas elites conservadoras como também pelas elites autodesignadas como progressistas – sendo neste caso, naturalmente, inverso o sentido de sua leitura histórica.<sup>86</sup>

Assim, Loff destaca o fato de que, a partir da criação de organismos sociais nos mais variados setores da sociedade – fábricas, empresas, escolas, campo, bairros, etc. –, com maior ou menor influência de instituições políticas e militares mas sempre sendo conservado um alto grau de independência por parte dos agentes sociais, geraram-se inovadoras experiências de gestão democrática. Estas significaram uma aprendizagem e inestimável legado para a instituição da democracia portuguesa.

Sobre o movimento de ocupação de terras, Loff distingue a existência de três fases no processo, em uma sequência de aceleração. A primeira, entre fins de 1974 e Julho de 1975, foi marcada pela paralisia dos investimentos e contratações no setor, assim como pelo abandono patronal das propriedades, o que impulsionou os trabalhadores às primeiras ocupações, ainda pouco enquadrados pelos sindicatos agrícolas. A segunda ocorreu durante o *Verão Quente*, entre Agosto e Setembro de 1975, quando as ocupações se realizaram já sob a ação dirigente dos sindicatos agrícolas hegemonizados pelo PCP. Finalmente, na terceira fase, entre o último trimestre de 1975 e Janeiro de 1976 – período, portanto, dividido pelo golpe militar moderado de 25 de Novembro que pôs fim à breve hegemonia política da Esquerda radical –, as ocupações corresponderam a 60% do total da terra socializada; trata-se de período em que, diante

---

<sup>86</sup> LOFF, *op. cit.* p. 169.

de circunstâncias políticas progressivamente hostis, os ocupantes da terra tentaram consolidar o processo, ampliando-o e assegurando garantias de sua formalização pelo Estado.

Loff salienta que esta estratégia de “legalizar a Revolução” – e tendo em vista ainda a influência que guardavam no processo os militares do MFA, empenhados em resguardar as conquistas dos movimentos sociais na versão final da Constituição – permitiu a inclusão no texto constitucional de um conjunto de preceitos que legitimava a Reforma Agrária, garantindo a irreversibilidade legal da apropriação coletiva da grande propriedade fundiária. Contudo, o primeiro governo socialista conseguiu aprovar em 1977, com a ajuda da Direita parlamentar, o início da reversão legal do movimento de ocupações. A partir de então, seguiu-se um progressivo processo de esvaziamento político da Reforma Agrária, mantido pelos subsequentes governos constitucionais.<sup>87</sup>

Também Boaventura Sousa Santos – discordando da tendência interpretativa que privilegia o entendimento dos movimentos sociais como subordinados às forças políticas organizadas que os procuraram hegemonizar e utilizar para fins políticos próprios – ressalta que os movimentos sociais populares não se reduziram às manipulações levadas a cabo pelo PCP e pela Extrema-Esquerda. “Tiveram em muitas situações genuína espontaneidade, abriram novos espaços de sociabilidade e criatividade social, projectaram de forma inovadora soluções autónomas para os problemas das classes trabalhadoras, da actividade cultural, da organização da produção, da vida comunitária”.<sup>88</sup>

Nesse sentido, a visão deste autor sobre a Revolução Portuguesa considera como sua característica central o papel dos movimentos sociais como pontos de partida do processo de transformação da sociedade em direção à democracia. Baseia-se, portanto, no princípio de que “o movimento popular criado ou desencadeado depois do 25 de Abril constitui uma das características mais específicas da revolução portuguesa e que, mesmo tendo em conta todas as diferenças relevantes (ou seja, o período específico em que tiveram lugar, a área social em que intervieram, a região do país onde dominaram), a riqueza do movimento popular não pode ser reduzida a estratégias partidárias ou mesmo à decisão do MFA de promover ou aceitar, a certa altura, os termos da ‘Aliança Povo/MFA’”.

---

<sup>87</sup> LOFF, *op. cit.* p. 173, 174.

<sup>88</sup> SANTOS, Boaventura Sousa. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)* Porto, Edições Afrontamento, 1990. p. 32.

Segundo o autor, a relação entre o MFA e os movimentos populares assentou em quatro dimensões principais, que obedeceram, de certo modo, a uma sequência temporal: a ratificação popular do golpe militar; a resolução dos problemas concretos das classes populares no meio rural e urbano – através principalmente da ação do COPCON –; as campanhas de dinamização cultural; e a tentativa de desenvolver uma nova forma política de Estado capaz de articular e institucionalizar de modo coerente a relação entre o povo e o MFA. Neste quadro, o autor entende que a importância do papel desempenhado pelo MFA ao longo do processo revolucionário, assim como a razão de seu progressivo fortalecimento, é devida, em última análise, a esta relação de interação com os movimentos sociais; pois é “através da solução de problemas concretos que o MFA se transforma em imaginário social de libertação, em centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e a injustiça”.<sup>89</sup> Esta visão, portanto, redimensiona o papel do MFA na revolução portuguesa: segundo uma lógica que salienta a importância dos movimentos sociais como fenômenos autônomos, o fortalecimento político do MFA, tal qual a radicalização do movimento, devem ser compreendidos como efeitos desta dinâmica social.

Seguindo esta mesma perspectiva, Fernando Oliveira Baptista, ao analisar o movimento rural de ocupação de terras, entende ter sido um dos principais objetivos da tentativa de golpe de 11 de Março a intenção de conter os movimentos sociais que então se alastravam por campos, cidades, vilas, bairros, fábricas e escolas. A partir do golpe falhado, no entanto, o MFA, como principal poder político da altura, procedeu à reestruturação e radicalização do Estado, cujas medidas passaram, então, a aproximar-se das reivindicações daqueles movimentos.

Dessa forma, este autor destaca que a determinação do IV Governo Provisório em aplicar um programa de Reforma Agrária atuou como elemento legitimador dos movimentos rurais, ao estabelecer o empenho do Estado na elaboração e aprovação dos diplomas necessários para a sua consecução. Os trabalhadores rurais, por sua vez, mesmo que influenciados pelo Partido Comunista, decidiam as opções a seguir a partir de suas experiências pessoais e de sua teia de vivências e sociabilidades. Baptista esclarece nas seguintes bases a autonomia do movimento rural: “Nos anos da Reforma Agrária estavam acesas no mundo as ideias e as lutas para construir novas sociedades que fugissem aos modelos então dominantes: a ordem capitalista e o estatismo

---

<sup>89</sup> SANTOS, *op. cit.* p. 59, 60, 61.

soviético. A autogestão, a democracia directa, os conselhos, eram temas que os movimentos sociais viviam e debatiam na procura de alternativas. Os trabalhadores dos campos do Sul não começaram por agir e actuar dentro desta perspectiva. Foi tudo mais simples: pelas marcas da sua própria história e pelas circunstâncias em que nestes anos decorreu o processo social e político em Portugal, foram colocados nos trilhos dessa alternativa e, uma vez aí, entenderam que era esse o caminho e que este valia bem o combate”.

Tal situação é reiterada ainda pelo fato de que o Estado não fez a Reforma Agrária como e onde quis, pois esta só avançou onde os contextos e as dinâmicas locais o permitiram, tendo em vista que as relações de força estabelecidas local e regionalmente sobrepuseram-se, com muita frequência, ao poder de Estado. Sendo assim, Baptista contraria a tese da Reforma Agrária como uma outorga do Estado; tratou-se, ao invés disso, de uma conquista dos trabalhadores rurais. No entanto, tal constatação é não raro ignorada por interpretações que sobrevalorizam o papel dos agentes estatais e partidários, em detrimento da autonomia das dinâmicas sociais. Conforme afirma Baptista, “muitas das numerosas crónicas, reflexões e histórias que tem sido dedicadas à Reforma Agrária omitem uma das suas dimensões mais relevantes, que é hoje, como há 25 anos, radical e subversiva. É o modo de contar dos vencedores que tende a inocentar o bom povo de qualquer desmando – para que foi arrastado pelas forças do mal – e escamoteia esta lição: os homens procuraram tomar os seus destinos nas suas próprias mãos, gerindo a produção e organizando-se em colectivos democráticos; dispensaram os patrões e tactearam, ainda que com improviso e imperfeição, novas formas de organização social”.<sup>90</sup>

Finalmente, é interessante abordar algumas análises sobre movimentos sociais específicos. Luís Salgado de Matos, ao tratar do papel da Igreja Católica na Revolução Portuguesa, menciona, evidentemente, o caso da *Rádio Renascença*. A este respeito, é importante destacar que o processo de ocupação e autogestão por trabalhadores da rádio católica tem início por indiscutíveis e irreprimíveis causas de protestos contra a censura política interna – pois a 28 e 29 de Abril de 1974 a gerência proibiu reportagens das chegadas de Mário Soares e Álvaro Cunhal, regressados do exílio; no dia seguinte, 30 de Abril, um noticiário foi suspenso por ter posto no ar um telex da *Nova China*,

---

<sup>90</sup> BAPTISTA, Fernando Oliveira. “O 25 de Abril, a sociedade rural e a questão da terra” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001. p. 143, 144, 161, 175.



agência noticiosa comunista chinesa. Com o desenrolar do processo revolucionário, o movimento trabalhista no interior da *Rádio Renascença* radicaliza-se, já sob a influência de organizações de extrema-esquerda, e a Igreja passa a alegar a limitação de sua liberdade de expressão. Utilizando em sua maioria fontes periódicas que refletem o ponto de vista da Igreja sobre a questão, Matos reproduz a interpretação maniqueísta segundo a qual a Igreja aliou-se aos partidos políticos “democráticos” na oposição ao “totalitarismo” do PCP e da Extrema-Esquerda.<sup>91</sup> Nesse sentido, é incrível a capacidade de semelhante interpretação baseada na *teoria do totalitarismo* em revitalizar positivamente o papel da Igreja no processo revolucionário, entendendo-a como “uma das instituições responsáveis pela instituição do Estado democrático”. Cabe aqui esclarecer que *democracia* nesta lógica não significa uma ampla participação popular na vida política e social, mas sim resistência ao *totalitarismo comunista*, aos *excessos revolucionários* – de sorte que sob este duvidoso paradigma é até possível considerar o apoio da Igreja Católica portuguesa a ações terroristas de extrema-direita durante o ano de 1975 como contribuições à *democracia*.

A respeito do movimento popular na imprensa, Maria Antónia Palla esclarece que logo após o 25 de Abril verificou-se em quase todos os jornais uma reação dos trabalhadores contra aqueles que ocupavam cargos de chefia. “Foi, de início, um movimento espontâneo. Havia um desejo generalizado de reposição da liberdade e das regras democráticas. Sentia-se que a uma situação de democracia deveria corresponder uma nova imprensa”. A autora ressalta, no entanto, que com o desenrolar da dinâmica revolucionária e o radicalismo de alguns ativistas, surgiram no interior dos jornais movimentos de oposição por parte de outros trabalhadores.<sup>92</sup>

De uma forma geral, nas análises sobre o movimento de trabalhadores na imprensa predomina uma sobrevalorização das estruturas partidárias na liderança do processo, desprezando-se a capacidade de decisão e organização própria dos indivíduos. Assim, Mário Mesquita, ao tratar do caso *República*, afirma que num momento que a maior parte da imprensa portuguesa estava controlada pelo PCP e seus aliados, o *República* era uma exceção incômoda.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> MATOS, Luís Salgado de. “A Igreja na revolução em Portugal” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

<sup>92</sup> PALLA, Maria Antónia. “A liberdade de imprensa entre o poder e a independência” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 274.

<sup>93</sup> MESQUITA, Mário. “Os Meios de Comunicação Social” in REIS, António (Coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Temas e debates, 1996. p. 374.

Ainda a respeito dos meios de comunicação no processo revolucionário, vale destacar a seguinte apreciação de Francisco Rui Cádima – ilustrativa do ponto de vista dominante nas análises sobre a Revolução Portuguesa. Tratando do predomínio de forças de extrema-esquerda no controle dos meios de comunicação social, o autor menciona a ocupação, em final de Setembro, da rádio e televisão por forças militares do VI Governo Provisório, com o intuito de preservar os “alicerces cívicos e morais da revolução” – medida considerada pelo PS e pelo PPD como essencial para pôr fim à manipulação informativa.<sup>94</sup> O curioso desta interpretação é que apenas são considerados arbitrários e autoritários os atos praticados pela posição política criticada – no caso, a extrema-esquerda –, de modo que o seu oposto é concebido como a *normalidade* desejada – ou seja, como se a manipulação informativa fosse atitude passível de ser praticada apenas pela Esquerda radical e não, igualmente, por grupos de Centro e de Direita.

### 1.3 – A descolonização

A descolonização, tendo sido a principal motivação impulsionadora do movimento dos capitães que derrubou o Estado Novo em 25 de Abril de 1974 – constituindo, portanto, um processo fundamental para a compreensão do período revolucionário –, deve receber a devida atenção pelo estudioso da Revolução Portuguesa. Impressiona, todavia, a superficialidade com que o assunto é em geral tratado por historiadores que pretendem alcançar uma compreensão completa do processo revolucionário português.

Assim, de uma forma geral, a descolonização é mencionada apenas na medida em que afeta o processo político português, com destaque para o período das disputas iniciais entre o general Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA – disputas essas que envolveram principalmente a efetivação do processo de descolonização, defendida pelo MFA como uma necessidade imediata. Dessa forma, em *História Contemporânea de Portugal*, de João Medina, o maior esclarecimento acerca do processo de descolonização fica por conta da transcrição de uma entrevista com o Conselho Coordenador do Programa do MFA em Angola, publicada pela revista *Seara Nova* em Junho de 1975.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> CÁDIMA, Francisco Rui. “Os media na revolução (1974-1976)” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001. p. 343.

<sup>95</sup> MEDINA, *op. cit.* p. 220.

Posição semelhante mantém José Medeiros Ferreira, quem destaca o protagonismo do MFA no desenrolar do processo de descolonização após a demissão de Spínola. Este autor também ressalta a relação entre o processo de descolonização e a institucionalização do MFA, já que o movimento dos militares – após ter vencido a contenda com Spínola sobre a questão – carecia de ser formalizado como agente político capaz de participar em órgãos de soberania, de modo a poder conduzir a descolonização nos moldes em que julgava mais adequado.

Os autores convergem no entendimento de que a vitória da Coordenadora do MFA nas divergências com Spínola sobre o processo de descolonização provocou o fortalecimento do movimento e a sua emergência como agente político no processo revolucionário português. Segundo António Costa Pinto, a emergência política do MFA impulsionou uma “revitalização da sociedade civil”, abrindo espaço para uma mobilização política e social e concomitante crise do Estado, o que “pode explicar a incapacidade das elites moderadas dominarem ‘por cima’ a rápida institucionalização da democracia representativa”.<sup>96</sup> Fernando Rosas, contrariamente, entende que o triunfo do MFA – com o apoio dos partidos de esquerda – sobre as iniciativas de Spínola tem como pano de fundo a explosão de lutas e reivindicações sociais. António José Telo reitera esta ideia, afirmando que a radicalização política do MFA é decorrência direta da ampla explosão do movimento social.<sup>97</sup> A sucinta divergência entre estas duas interpretações assenta no fato de que a primeira subordina as dinâmicas sociais aos fatores políticos – ao considerar que a mobilização social vem a reboque do posicionamento político do MFA –, enquanto a segunda concebe o caráter espontâneo das manifestações sociais, cujo efeito imediato teria sido o fortalecimento político do MFA.

É curioso o fato de que, entre os autores que pretendem traçar uma compreensão geral da Revolução Portuguesa, aqueles que mais esforços dispensam no sentido de explicar a complexidade do fenômeno da descolonização são estrangeiros: Josep Sánchez Cervelló e Kenneth Maxwell. Maxwell esclarece a respeito da relação positiva aos poucos desenvolvida entre o MFA e os movimentos de libertação. Estes – especialmente o PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) –, no início do processo revolucionário português, temiam

---

<sup>96</sup> PINTO, 2006, *op. cit.* p. 39.

<sup>97</sup> TELO, *op. cit.* p. 98, 99.

que uma revolução política mantivesse nos países africanos a condição de dependência colonial de Lisboa e dos interesses econômicos aos quais Lisboa estava ligada. Nesse sentido, a emergência de noções “terceiro-mundistas” no seio do MFA, tal como a progressiva aproximação entre a sua ala radical e os comunistas, eram fatos acompanhados com interesse pelos movimentos de libertação africanos. Pois tal situação acenava para a possibilidade de aceleração do processo de descolonização e garantia que “onde existissem grupos nacionalistas rivais, aqueles que gozassem de ligações duradouras com a antiga oposição clandestina portuguesa, como acontecia com o MPLA, receberiam especial atenção”.<sup>98</sup>

Sobre o posicionamento de Spínola no que tange à descolonização de Angola, Maxwell salienta que o encontro secreto entre este general e o presidente do Zaire, Mobutu, em Setembro de 1974, tinha como principal objetivo o desejo comum de ver o MPLA neutralizado, se possível eliminado – já que Spínola insistia na não-negociação com este movimento de libertação, alegando que Agostinho Neto recebia ordens soviéticas.<sup>99</sup>

Dessa forma, com o afastamento de Spínola da presidência da República em 30 de Setembro, o MFA empenhou-se no compromisso de descolonização imediata. A partir deste momento, então, foi crucial o papel desempenhado pelo MFA junto aos movimentos de libertação, especialmente em Angola – dada a especificidade da Guerra Colonial neste país, em que as forças portuguesas controlavam praticamente todo o território. Assim, foi concedida ajuda financeira aos movimentos de libertação – Maxwell menciona o favoritismo dado ao MPLA –, de modo a que pudessem se reestruturar e se constituir em agentes capazes de negociar a descolonização do território angolano com as autoridades portuguesas. Nesse sentido, por ocasião do Acordo de Alvor, celebrado em Janeiro de 1975 com a presença de representantes dos três movimentos de libertação angolanos, Agostinho Neto presta homenagem ao MFA, denominando-o “o quarto movimento de libertação”.

Maxwell esclarece também sobre o agravamento da situação política em Angola. Segundo este autor, o processo de descolonização que, até o 11 de Março e antes da fragmentação política no seio do MFA, “ajudou a cimentar a coesão interna do MFA tornou-se, depois dessa data, um importante factor de mal-estar e divisão, ao mesmo tempo que a situação em Angola demonstrava ser cada vez mais difícil de solucionar e

---

<sup>98</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 117.

<sup>99</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 120.

em que os estrangeiros intervinham a seu bel-prazer. (...) Depois de Março de 1975, era óbvio para todos que os portugueses não podiam conter a intervenção externa nem controlar a segurança interna em Angola – em ambos os casos obrigações que Portugal tinha assumido nos acordos do Alvor – e que qualquer simulação de governo interpartidário de transição tinha ruído. Havia luta aberta em Angola, em Portugal também, e as facções militares começavam a entreolhar-se com desconfiança. A iniciativa que tinha pertencido à Revolução durante quase doze meses desaparecera entretanto”.<sup>100</sup>

Segundo Maxwell, os fatores que provocaram o acentuado interesse internacional em Angola – interesse este transformado em intervenção quando se tornou clara a incapacidade portuguesa em controlar o processo de descolonização – assentam em especificidades deste país em relação às demais colônias portuguesas. Primeiramente, é preciso ressaltar a relativa debilidade dos movimentos de libertação, compostos, em sua maioria, por coligações de exilados e baseados em forças de insurreição – à diferença do PAIGC e da FRELIMO, que apresentavam grande capacidade ofensiva, além de terem desenvolvido estruturas administrativas rudimentares. Além disso, Angola possuía – depois da África do Sul – a maior população branca do continente, a qual dominava quase em sua totalidade as infra-estruturas da administração, dos transportes e da agricultura do país. É de destacar ainda a importante riqueza angolana em recursos naturais (petróleo, diamantes, ouro) e produção agrícola (algodão, café, sisal, milho, açúcar e tabaco), o que lhe conferia uma base firme para a independência total. Contudo, sendo a estrutura da sociedade em Angola dominada pelos brancos e com a deterioração da segurança do país em virtude dos violentos confrontos entre os três movimentos nacionalistas, a partir de Março de 1975 os brancos começaram a abandonar Angola, levando consigo quase tudo o que fazia mover o sistema de governação e de economia – de modo que o país mergulhou numa situação caótica.

Nesse sentido, é esclarecedora a apreciação de Maxwell sobre o elevado interesse de potências estrangeiras, no contexto de Guerra Fria, em interferir na descolonização das colônias portuguesas. Isto só se mostrou possível em Angola, dado a existência de três movimentos de libertação rivais e o desenrolar da situação política em Portugal, em que o acelerar das divergências políticas, especialmente no interior do

---

<sup>100</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 143, 144.

MFA – que atuara com eficácia na condução da descolonização nos outros territórios africanos, negociando exclusivamente com os movimentos de libertação e evitando qualquer tentativa de interferência externa – impediu que os militares portugueses garantissem o controle da descolonização em Angola. Assim, a respeito da declaração de Kissinger de que os Estados Unidos não se tinham oposto à subida ao poder de “movimentos radicais” em Guiné e Moçambique, Maxwell ressalta que isto “só é parcialmente verdadeiro”. “Os Estados Unidos, com efeito, estavam extremamente perturbados com as consequências da independência das ilhas de Cabo Verde sob os auspícios do PAIGC e há provas que chegaram a admitir o apoio a movimentos anti-FRELIMO em Moçambique. Não foi a falta de desejo mas a falta de capacidade que impediu os Estados Unidos, ou qualquer outro país de interferir no processo de descolonização. O reconhecimento por parte do Movimento das Forças Armadas da necessidade de negociar exclusivamente com o PAIGC e com a FRELIMO e a acção firme dos portugueses na supressão de tentativas de divisão significou que, em ambas as situações, devido à estreita colaboração entre o Exército português e os movimentos de libertação, a oportunidade para qualquer interferência relevante nunca surgiu. Em Angola, nenhum movimento, em particular, tinha capacidade para agir como o PAIGC e a FRELIMO e, quando a descolonização angolana se tornou o ponto principal da agenda, os portugueses estavam tão divididos entre si que também foram incapazes de garantir qualquer oposição eficaz ou consistente à rápida internacionalização da crise em Angola”.<sup>101</sup>

O autor salienta ainda que a intervenção da África do Sul – com o apoio norte-americano – na guerra civil em Angola minou a credibilidade dos grupos pró-ocidentais na opinião pública africana. De sorte que mesmo aqueles Estados que mais desconfiavam do caráter do MPLA – como a Nigéria – passaram a preferir a vitória política deste movimento, que contava com o apoio de soviéticos e cubanos.<sup>102</sup>

Pezarat Correia esclarece que a internacionalização de um conflito não se deve simplesmente à interferência estrangeira em apoio às diferentes partes – o que já ocorria durante a Guerra Colonial, em proveito tanto de todos os movimentos de libertação quanto de Portugal. Assim, a internacionalização de um conflito – tal qual se passou na fase de guerra civil angolana – deve-se ao envolvimento de unidades militares dos países estrangeiros, com organização e comando próprios e em atividade operacional ao

---

<sup>101</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 146.

<sup>102</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 164.

lado dos movimentos – o que é consequência de decisão dos respectivos governos estrangeiros, a pedido ou não dos movimentos.

Correia também explica a incapacidade portuguesa em impedir as intervenções estrangeiras. “Para isso teria necessitado das suas próprias forças armadas moralizadas, de umas forças militares mistas com sentido de missão nacional, coesas, de populações solidárias e com elevado espírito de resistência. Nenhuma destas condições se verificou. Pelo contrário, foram os próprios movimentos, divididos, que solicitaram as intervenções estrangeiras. Em Portugal vivia-se o período mais crítico da revolução com um poder frágil, ameaçado por uma guerra civil”. Neste quadro, o autor destaca que as Forças Armadas em Luanda cumpriram com brio aquilo que se tornou a missão possível diante das circunstâncias: assegurar as condições para a entrega do poder no dia 11 de Novembro e garantir o embarque dos portugueses que queriam deixar Angola.<sup>103</sup>

Cervelló converge com esta visão acerca da gravidade da situação angolana. Para este autor, “a verdade é que, perante o crescente contingente militar dos movimentos de libertação, as forças portuguesas, com muitas das suas unidades com graves problemas de indisciplina, pouco podiam fazer (...)”. Acrescenta Cervelló que nesta época, em Portugal, crescia a recusa de embarque de novos contingentes militares para Angola, num momento em que já havia terminado a unanimidade da Esquerda no apoio ao MPLA.<sup>104</sup>

Com a aproximação do 11 de Novembro, permaneciam em Portugal as divergências acerca do desfecho da descolonização angolana. Diante da ameaça do primeiro-ministro em demitir o VI Governo Provisório caso se reconhecesse a independência declarada por apenas um movimento de libertação, o Conselho da Revolução optou pela transferência do poder sem o reconhecimento de qualquer governo. Assim, em 11 de Novembro o MPLA declarou a independência da República Popular de Angola, enquanto a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência de Angola) declararam a independência da República Democrática de Angola – tendo sido a primeira logo reconhecida pela generalidade dos países, ao contrário da segunda. Em Portugal, entretanto, o impasse permanecia, com o Conselho da Revolução dividido sobre o reconhecimento da República Popular de Angola ao passo que PS e PPD ameaçavam abandonar o governo

---

<sup>103</sup> CORREIA, Pezarat. “Portugal na hora da descolonização” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. p. 157, 158.

<sup>104</sup> CERVELLÓ, *op. cit.* p. 278.

se este fosse feito. Assim, apenas em 20 de Fevereiro de 1976 Portugal reconheceu a República Popular de Angola, quando este governo já controlava a totalidade do território angolano – e após PS e PPD terem cedido a este respeito, com a condição de que a iniciativa não partisse do Governo e sim do presidente da República. Esta demora portuguesa no reconhecimento do governo do MPLA – tendo sido Portugal o 82º país a fazê-lo, depois de todos os países da Comunidade Europeia – criou dificuldades no relacionamento inicial com os demais países africanos recém-descolonizados. Os movimentos de libertação nacional que lideravam o governo desses países mantinham especiais ligações com o MPLA, de modo que não foi bem aceito o fato de Portugal não os ter acompanhado no imediato reconhecimento da república angolana proclamada por este movimento.

No caso de Timor Leste, Correia ressalta que – assim como em Angola – justamente no período em que a situação do país era mais grave, sendo necessário o apoio português, Portugal passava pela intensa crise política e disputa de poder que culminou no *Verão Quente* de 1975. De sorte que Portugal não foi capaz nem de manter o controle sobre o processo de descolonização timorense nem de evitar a ocupação deste território pela Indonésia.<sup>105</sup>

Cervelló também chama a atenção para a desconfiança inicial com que os movimentos de libertação africanos vislumbraram o novo poder político português. Spínola relutava em aceitar negociar com os movimentos de libertação nacional e enquanto não reconheceu o direito das colônias à independência e autodeterminação – o que se deu em 27 de Julho – estes movimentos deram continuidade à guerra, intensificando as hostilidades. Só a partir de então, com a existência de um maior controle do MFA quanto aos rumos da problemática da descolonização, os movimentos de libertação aceitaram negociar o cessar-fogo e iniciar as conversações para a independência.

Este autor destaca ainda que a colaboração das Forças Armadas com o MPLA se intensificou após o 28 de Setembro – o que é compreensível, já que esta data marca a primeira guinada à esquerda no interior do MFA, com o afastamento dos militares mais conservadores. A respeito da internacionalização do conflito angolano, o autor menciona que a estratégia adotada pelo MFA foi a da manutenção da “neutralidade ativa”, o que significava, no contexto de guerra civil, apenas uma intervenção pontual

---

<sup>105</sup> CORREIA, *op. cit.* p. 163.



com o intuito de dirimir as contendas. Neste momento, já durante as lutas pelo poder político no interior da sociedade portuguesa do pós-11 de Março, que envolvia tanto partidos políticos quanto facções divergentes do MFA, também se dividiam as posições acerca da condução do processo de descolonização em Angola: enquanto PS e PPD clamavam pelo cumprimento dos acordos de Alvor, PCP e setores do MFA defendiam o apoio ao MPLA. Esta última posição é esclarecida por Melo Antunes, para quem naquele momento os acordos de Alvor já tinham sido completamente superados pela realidade, de modo que Portugal deveria abandonar a tese de “neutralidade ativa” e assumir um claro apoio ao MPLA, com ou sem ligação à UNITA. Tal hipótese justificava-se, segundo este oficial do MFA, pelo relativo neutralismo da UNITA nas violentas confrontações que então se desenvolviam entre MPLA e FNLA e pela necessidade imperiosa de isolar a FNLA, devido às intenções imperialistas deste movimento em converter Angola em um satélite do Zaire.<sup>106</sup>

Cervelló considera uma das características fundamentais do processo de descolonização a aproximação entre o MFA – como força condutora do processo – e os movimentos de libertação marxistas, uma vez que estas eram as forças que mais se identificavam com a Esquerda revolucionária que detinha o poder em Lisboa. A este respeito, é muito significativo para a compreensão dos rumos tomados pela Revolução Portuguesa a explicação deste autor sobre a progressiva identificação e simpatia dos militares pelos movimentos de libertação africanos ao longo do desenrolar da Guerra Colonial: “O contacto com os movimentos de libertação, e com os seus métodos de guerra, conduziu necessariamente a que Estados-Maiores portugueses iniciassem um intenso estudo das técnicas de contraguerrilha, para o que era fundamental a leitura dos clássicos desta especialidade: Mao, Guevara, Giap, etc., mas especialmente as teorias dos dirigentes dos nacionalistas africanos que combatiam: Machel, Cabral, Neto, etc. Isto levou a que alguns militares se compenetrassem da legitimidade dos africanos na sua luta de libertação, aceitando os seus desejos de independência, de igualdade racial, de socialismo, etc. Embora seja difícil avaliar o grau de contágio que a guerrilha exerceu sobre o exército regular, confirmaram-mo muitos militares que entrevistei. Outros foram sensibilizados pelas injustiças da sociedade colonial no seu contacto

---

<sup>106</sup> CERVELLÓ, Josep Sánchez. “Da África à Europa: quando Portugal descolonizou” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. p. 120.

quotidiano com a vida das aldeias, ao verificarem que a igualdade social não passava de um mito”.<sup>107</sup>

Além disso, é inegável que as profundas rupturas políticas ocorridas no seio do MFA e da sociedade portuguesa a partir de meados de 1975 se refletiram nos territórios ainda por descolonizar. Produziu-se, assim, uma grande hesitação quanto às medidas a serem tomadas no desenrolar do processo de descolonização destes territórios – mais especificamente, uma hesitação quanto ao apoio direto dos movimentos de libertação de inspiração comunista –, o que acabou por derivar na internacionalização da guerra civil de Angola e na invasão de Timor Leste pela Indonésia.

Cervelló considera a apreciação sobre o contexto internacional em que a descolonização portuguesa foi realizada um aspecto fundamental para a sua compreensão. Dessa forma, o 25 de Abril coincidiu com uma fase de confrontos da Guerra Fria, o que, em grande parte, era consequência dos efeitos desestabilizadores da crise econômica de 1973, revitalizando-se, assim, as rivalidades internacionais após um período de distensão. Semelhante situação justifica o desejo de intervenção e influência no processo de descolonização da África portuguesa por parte das potências internacionais. Cabe ressaltar também que a capacidade política ocidental esteve muito limitada devido à fraqueza orgânica de sua representação nas forças em disputa nos territórios africanos. Isto se explica pelo fato de que tanto a Europa quanto os EUA tinham colaborado com Portugal para a manutenção da dominação colonial, ao contrário da URSS, que sempre apoiara os grupos armados – de modo que em nada surpreende que os movimentos de libertação africanos adotassem posicionamentos e projetos políticos de esquerda, simpáticos ao bloco comunista.<sup>108</sup>

Vale a pena mencionar a apreciação de Cervelló sobre a acirrada polêmica que até hoje divide a sociedade portuguesa a respeito da descolonização:

“El balance de la descolonización en la óptica del MFA fue ejemplar: dejaron países de lengua portuguesa en África y contrariaron cualquier posibilidad de neo-colonialismo, entregando el poder a fuerzas progresistas. Mientras que para los sectores que la contestaron en su momento o lo hicieron después el resultado fue una gran catástrofe, pues cerca de 400.000 colonos debieron abandonar Angola y 150.000

---

<sup>107</sup> CERVELLÓ, 1993, *op. cit.* p. 131.

<sup>108</sup> CERVELLÓ, 1993, *op. cit.* p. 262, 263.

Mozambique, pues se iniciaron guerras civiles que han durado hasta 1994 y 1992 respectivamente. Mientras que en Timor aún no ha concluido. En Guinea-Bissau la independencia supuso la ejecución sumaria de una parte significativa de los cerca de 7.500 soldados africanos de Portugal. En Cabo Verde y Santo Tomé se implantó la dictadura del partido único que realizó la independencia y que se ha mantenido en el poder hasta la década de los 90”.

Contudo, tal como resalta este autor, semelhante balanço da descolonização não pode ficar limitado a parâmetros tão simplificadores, sendo fundamental levar-se em conta os seguintes fatores:<sup>109</sup>

- A anacrônica política colonialista do Salazarismo-Marcelismo – que se manteve, importante frisar, até 1974, mais de duas décadas depois de o princípio de autodeterminação dos povos ter emergido do pós-guerra como uma ideia praticamente consensual – contribuiu para reforçar a atividade de guerrilha dos movimentos de libertação africanos, expondo-os, ao longo dos treze anos de Guerra Colonial, à influência das potências mundiais interessadas em tirar proveito das lutas de libertação nacional em um contexto de Guerra Fria.
- Ao negar a prática colonial e evitar o debate interno acerca da manutenção desta política, a ditadura impediu a emergência de uma diversificada corrente de opinião crítica ao colonialismo. De modo que tal posição crítica ficou restrita àquela defendida pela oposição democrática organizada, situada necessariamente à esquerda do espectro político – com particular destaque para os comunistas, que lograram manter uma estrutura clandestina ao longo do Estado Novo.
- Os militares que sentiam na pele a dureza da Guerra Colonial – os quais organizaram o Movimento das Forças Armadas com o intuito principal de pôr termo à guerra – desejavam a paz a todo custo. Este anseio poderia ser alcançado através de um processo de descolonização rápida, com o qual concordava toda a Esquerda – que após meio século de ditadura conservadora considerava as guerrilhas marxistas como suas aliadas naturais; ideia posta em

---

<sup>109</sup> CERVELLÓ, 2006, *op. cit.* p. 127, 128.

causa apenas com o acirrar das disputas políticas internas em meados de 1975, quando, entretanto, o rumo da descolonização já estava marcado.

- É inegável a liderança militar – e, em consequência, a subordinação civil – na condução do processo de descolonização. Isto pode ser explicado pela ampla legitimidade popular com que os militares, através do MFA, emergiram do golpe de 25 de Abril – em contraste com a debilidade inicial dos partidos políticos, os quais apenas se fortaleceram após as eleições constituintes em Abril de 1975. Todavia, a responsabilidade militar, por meio do Movimento das Forças Armadas, deve também ser matizada, já que o controle sobre a descolonização era uma questão complexa e delicada que nenhuma força político-partidária quis assumir, em virtude do elevado custo político que implicava.

Diante desta complexidade de elementos, considera Cervelló que dificilmente a descolonização poderia ter seguido um rumo diferente. Cabe aqui frisar que também no processo de descolonização se reflete o caráter de *ruptura* do golpe militar de 25 de Abril: ao se derrubar o Estado Novo pela força – sem negociações e conciliações com as elites políticas do regime conservador –, manifestou-se um natural processo de radicalização do cenário político português, já que as forças que então gozavam de legitimidade para exercer a função política situavam-se, necessariamente, à esquerda do espectro político. Assim, os projetos políticos de sociedade acompanharam esta lógica, e, igualmente, os projetos de condução da descolonização.

No mesmo sentido, argumenta Fernando Rosas que a descolonização deve ser entendida, em última instância, como o resultado da falta de lucidez e da absurda política belicista do colonialismo português sustentado pelo Estado Novo. Nestes termos, o novo poder colonial que emerge do triunfo do golpe militar inicia as negociações da descolonização sem contar com as Forças Armadas dispostas a combater, o que é reiterado por uma opinião pública interna e externa incapaz de apoiar outra medida que não seja o fim imediato da guerra e a retirada. Segundo Rosas, “À luz desta situação é possível discutir, apesar de tudo, a bondade de algumas opções acordadas. Mas não creio ser sério defender que o processo pudesse ter sido substancialmente distinto do que foi. A descolonização foi o que pôde ser nas condições da *débâcle* do ‘império’ e da ditadura – nas condições da revolução – precipitadas pela urgência de pôr fim a uma guerra injusta e sem sentido e de instaurar a democracia. E, apesar do seu preço dramático para tanta gente, cumpriu-se a História: liquidar a

injustiça essencial do colonialismo e reconhecer o direito à independência nacional por parte dos povos que dura e sacrificadamente lutaram por ela”.<sup>110</sup>

Também Pezarat Correia atesta a situação de progressiva fragilização das forças militares, o que retirou considerável peso ao poder de negociação português: “Eram os comandos de unidades nas zonas operacionais quem mais sentia o grau desta debilidade e a urgência da paz. Por isso, com o aval dos comandos-chefes e com o apoio do MFA foram tentando, por vezes com sucesso, contactos locais com os guerrilheiros para chegarem a situações de cessar-fogo de facto, ao mesmo tempo que pressionavam as hierarquias para se encontrarem soluções políticas. O prosseguimento da guerra tornara-se inviável, o que constitui um factor decisivo nas mesas de negociação”.<sup>111</sup> Tal como Rosas, Correia salienta que o pano de fundo para a compreensão da descolonização deve ser a recusa do regime colonial ao direito de independência, o que, além de ter retardado o processo em duas ou três décadas, gerou o elemento violência.<sup>112</sup>

Quando ainda hoje se condena o processo da descolonização portuguesa – pelos enormes prejuízos sofridos pelos colonos portugueses, as grandes *vítimas* de todo o processo, ou pelo desenrolar de violentas ditaduras e guerras civis nos países descolonizados – desconsidera-se que tais fatores são efeitos, não da prática de descolonização, mas da política colonizadora assumida durante décadas pela sociedade portuguesa, para mencionar apenas o colonialismo do século XX. Sob este prisma, é possível conceber as lutas intestinas que até à atualidade dilaceram as sociedades africanas como consequências complexas – embora não exclusivas – da política colonialista levada a cabo pelos europeus nestes territórios. De sorte que a tônica da condenação não deveria recair na forma como foi desencadeada a descolonização – em um exercício hipotético de evitar esta ou aquela consequência desagradável do processo; embora raramente seja posto em questão o imenso dano causado às populações africanas por treze anos de Guerra Colonial –, e sim na assunção da política colonialista, tema que carece de uma profunda reflexão na sociedade portuguesa.

---

<sup>110</sup> ROSAS, Fernando. “A Revolução e a Democracia” in LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004. p. 23, 24.

<sup>111</sup> CORREIA, Pedro Pezarat. “A Descolonização” in REIS, António (Coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Temas e Debates, 1996. p. 52.

<sup>112</sup> CORREIA, 1996, *op. cit.* p. 72.

Justamente neste ponto reside o problema da identidade nacional tratado por Abdoolkarim Vakil.<sup>113</sup> Tendo-se debruçado sobre o projeto de identidade europeia na sequência do 25 de Novembro e no contexto da *normalização* democrática, sem, no entanto, haver ultrapassado a problemática da descolonização – associada aos *excessos* revolucionários –, a sociedade portuguesa vê-se obrigada a lidar com uma memória histórica que privilegia a autoidentificação ao papel de *vítimas* da História (da Guerra Colonial, da descolonização) em detrimento da reflexão sobre a consciência de *responsabilidade* histórica. Assim, a definição da identidade europeia surge como resposta e superação da *crise de identidade* decorrente da descolonização, deixando, entretanto, em aberto a problemática da memória nacional sobre o colonialismo e a descolonização.

Neste sentido, Manuel Loff caracteriza “um problema de identidade, de memória e de falta de capacidade de perceber e assumir todos os danos infligidos a outros, àqueles que foram submetidos à soberania colonial portuguesa e que, por isso mesmo, se viram envolvidos violentamente em processos de transformação interna da sociedade portuguesa cujas consequências não se ficaram pelo interior das suas fronteiras estritas”. Logo, a negação em assumir uma noção de responsabilidade social sobre o processo histórico configura um problema de memória semelhante àquele que durante décadas se verificou na sociedade alemã no que tange à experiência do nazismo e do Holocausto.<sup>114</sup>

#### 1.4 – Considerações finais

É possível afirmar, portanto, que as análises historiográficas sobre o processo revolucionário português iniciado em 25 de Abril de 1974 podem ser divididas em duas correntes principais: 1) a versão dominante – e também aquela mais assimilada pela opinião pública da sociedade portuguesa – privilegia o papel das forças político-militares no processo, relegando a segundo plano, e quase sempre em subordinação a estas forças, as explicações dos movimentos sociais. Assim, ora é ressaltada a importância central do MFA, ora é salientado o predomínio dos partidos políticos na instauração da democracia portuguesa. Neste último caso, vale destacar, a ênfase recai, não na Revolução ou no processo revolucionário, mas na vitória dos partidos políticos “democráticos” *sobre a revolução* em 25 de Novembro de 1975, o que seria, então, o

---

<sup>113</sup> VAKIL, Abdoolkarim. “Heróis do Lar, Nação AmbiValente. Portugalidade e Identidade Nacional nos tempos dos pós” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006, pp. 73-101.

<sup>114</sup> LOFF, *op. cit.* p. 190.

mais importante legado do sistema democrático atual. 2) a versão que considera que o aspecto fundamental da Revolução Portuguesa foi representado pelos movimentos sociais, em relação aos quais o MFA passou a pautar a legitimidade de seu protagonismo político no cenário revolucionário. Dotados de elevado grau de espontaneidade e autonomia – embora, sem dúvida, sujeitos à influência de partidos políticos, em especial o PCP e organizações de extrema-esquerda, principalmente a partir de 1975 –, os movimentos sociais evidenciaram a iniciativa e capacidade de organização dos cidadãos na resolução de seus próprios problemas. Tais lutas dos movimentos sociais pela melhoria das condições de vida e de trabalho seriam, então, não apenas uma aprendizagem democrática do período revolucionário, como também o principal legado da democracia portuguesa.

Assim, António Reis, ao fazer um balanço sobre a Revolução de 25 de Abril, subscreve a tese do *duplo legado* da democracia portuguesa, o que significa a necessidade de superação tanto do autoritarismo fascista do Estado Novo quanto do terceiro-mundismo revolucionário. Nestes termos, o autor entende que “o anacronismo do Portugal isolado e imperial do Estado Novo via-se inicialmente substituído pelo anacronismo do Portugal revolucionário e militar-socialista, numa evidente demonstração das nossas dificuldades de adaptação ao espaço-tempo europeu ocidental, cuja superação constituirá o grande desafio dos anos subsequentes”. De sorte que para Reis o alto preço da “cegueira colonialista do regime autoritário” foi a impossibilidade de uma “transição sem sobressaltos revolucionários esquerdistas para uma democracia parlamentar”.<sup>115</sup> Sob esta ótica, a Revolução Portuguesa é concebida quase como uma anomalia social, uma *dérápée* – a exemplo da tese de François Furet sobre o jacobinismo na Revolução Francesa –, o que permite a compreensão da sigla largamente utilizada pela historiografia e pela opinião pública: PREC (Período Revolucionário em Curso) confere a ideia de uma suspensão, um *parêntesis* histórico ao qual sucederá a *normalidade* democrática.

Em consonância com esta concepção situa-se a apreciação de Francisco Rui Cádima sobre a questão. O autor considera o termo do processo revolucionário como “o fim de um tempo vivido apaixonadamente, onde a política se vivia e construía fora dos cânones e onde a Revolução era, por vezes, mais a expressão de romantismos irrepetíveis do que uma estratégia de ascensão da classe operária ao paraíso. É um

---

<sup>115</sup> REIS, 1990, *op. cit.* p. 8.

pouco desta forma, sem dramatismos, que se devem olhar estes anos quase loucos de 1974-76. Sobretudo agora, à distância de mais de um quarto de século e livres de toda e qualquer eventual prepotência”.<sup>116</sup> Tais argumentos que ressaltam a “paixão” e a “loucura” dos anos que não voltam mais são frequentemente utilizados para deslegitimar e desqualificar experiências revolucionárias e projetos políticos baseados na transformação social, numa tentativa de enfatizar a enorme distância entre o presente e aquela época – apesar de se tratar de um passado recente; um passado, entretanto, que se quer completamente superado na atualidade.

Nesse sentido, é também curiosa a ideia, bastante aceita entre os estudiosos do caso português, de que a Revolução de 25 de Abril marca o início de uma vaga de transições pacíficas para a democracia, sendo seguida por Grécia, Espanha, América Latina e Europa de Leste. O que surpreende nesta ideia é um exagerado esforço em agrupar tão variados casos pela sua característica de “transição democrática”, obscurecendo, entretanto, suas especificidades e diferenças. Ora, o 25 de Abril português – como última revolução do século XX de cunho socialista, marcada pela eclosão de inúmeros movimentos sociais e pelo predomínio de projetos políticos baseados em profundas transformações da sociedade – nada tem a ver com as transições democráticas latino-americanas, em larga medida pautadas na conciliação com as elites políticas dos regimes de ditadura militar, ou com o colapso do mundo soviético. Tal tentativa de resumir todas as experiências políticas ao seu resultado final de democracia associa-se à ideologia do *fim da História*, segundo a qual a globalização mundial, sob a égide da democracia política e do capitalismo financeiro, marca o fim das experiências revolucionárias e da possibilidade de transformação político-social – muito embora esta concepção não seja intencionalmente subscrita por muitos dos autores que reiteram a noção do 25 de Abril como precursor do processo de democratização mundial.

Em acordo com a tese do *duplo legado* da democracia portuguesa, a conclusão de Kenneth Maxwell sobre a Revolução Portuguesa orienta-se no sentido de que “o traço mais saliente da emergência da democracia em Portugal foi o triunfo dos moderados” – apesar das resistências autoritárias do Estado Novo e do fortalecimento dos radicais revolucionários.<sup>117</sup>

José Medeiros Ferreira prefere ressaltar a importância fundamental dos militares no processo, tanto no derrube do regime autoritário salazarista-marcelista quanto na

---

<sup>116</sup> CÁDIMA, *op. cit.* p. 358.

<sup>117</sup> MAXWELL, *op. cit.* p. 203, 204.



instauração da democracia política. Assim, “o que é certo é ter a instituição militar desembaraçado o Estado e a sociedade civil do regime político autoritário, corporativo e colonialista, para em seu lugar se dotar a Nação de uma democracia pluralista e representativa após a descolonização e a maior convulsão social e económica que o País sofreu no século XX”.<sup>118</sup>

Já Josep Sánchez Cervelló confere à descolonização o caráter de elemento explicativo e determinante de todo o processo revolucionário português. Para este autor, é a descolonização que irá pautar o papel central desempenhado pelo MFA no processo, influenciando a sua conduta – desde aquilo que tange às medidas de política interna até ao predomínio de projetos políticos de esquerda em nome do socialismo. “Derrubada a ditadura, o MFA foi radicalizando a sua mensagem e actuação política para poder descolonizar com maior brevidade e acabar a guerra o mais rapidamente possível. Assim, as referências ao socialismo do MFA estabelecem-se mais em função de se encontrar uma justificação ideológica que reforce o programa descolonizador em curso do que uma profunda convicção sentida pela generalidade do aparelho militar (...) Isto permitirá compreender o convívio do MFA com as forças de esquerda, uma vez que se evidenciou que a posição de Spínola não levava a lado nenhum. Assim torna-se clara a correlação entre a radicalização do processo político em Portugal e a descolonização: o 28 de Setembro permite desbloquear a união de Cabo Verde e da Guiné Bissau e sentenciar o caso de São Tomé e Príncipe, o 11 de Março permitiu traçar o destino dos territórios cuja descolonização ainda não estava clarificada, e embora o 25 de Novembro significasse a recuperação do poder por parte dos moderados, os destinos de Angola e Timor já tinham sido estabelecidos”.<sup>119</sup>

Fernando Rosas, por sua vez, entende que a Revolução de 25 de Abril – em toda a sua complexidade, marcada pela eclosão de variada mobilização social e inovadores projetos políticos de sociedade – é “marca genética” da democracia portuguesa. Se, por um lado, a Revolução foi contida em 25 de Novembro de 1975 e, já no quadro de legitimidade democrática e constitucional, seguiu-se um processo de contrarrevolução legislativa que, progressivamente, esvaziou a parte mais avançada do patrimônio revolucionário – como a meta do socialismo, a Reforma Agrária, as nacionalizações, além das experiências de democracia direta –, por outro lado, elementos fundamentais herdados do período revolucionário subsistem na democracia atual como marca genética

---

<sup>118</sup> FERREIRA, 2001, *op. cit.* p. 43.

<sup>119</sup> CERVELLÓ, 1993, *op. cit.* p. 431.

do 25 de Abril: a democracia política, social e educativa, o Estado Providência, um certo consenso quanto ao papel regulador do Estado na economia e na sociedade em nome da justiça social. Nesse sentido, para Rosas a característica central da Revolução Portuguesa foi o anseio em “mudar de forma radical a face económica, social, política e cultural do país”. “E a democracia institucionalizada em 1976, fruto, é certo, da sua contenção, é por ela genética e decisivamente marcada. É uma democracia que sai, apesar de tudo, do processo revolucionário e não, como pretende a revisão conservadora da história do período, que se imponha contra ela”. Dessa forma, o autor adverte – diante da atual tendência mundial de esvaziamento das conquistas fundamentais da democracia – que um dos desafios da cidadania nos dias de hoje consiste em impedir que a democracia portuguesa se transforme em expressão contraditória com a sua gênese, herdada da Revolução de Abril.<sup>120</sup>

Pode-se dizer que apesar da imensa diversidade de projetos políticos que floresceram ao longo do processo revolucionário português, é forçoso reconhecer que ao fim deste período – após o 25 de Novembro de 1975 – acaba por prevalecer a defesa de um projeto de sociedade socialista, consagrado na Constituição de 1976. Isto é reflexo, em larga medida, do posicionamento do *Grupo dos Nove*, que, naquele momento, ainda detinha amplo poder e influência sobre os partidos políticos. Tal opção política não deve, contudo, ser entendida como uma imposição militar, à revelia dos partidos. É importante ter em conta que durante este período histórico a opção socialista beneficiava de amplo consenso social, sendo posterior a sua condenação, tanto por parte da opinião pública em geral como dos principais partidos políticos. Em suma, o “vento histórico” em meados dos anos 1970 era definitivamente socialista.

Reside aí precisamente – no carácter socialista e socializante do processo revolucionário – um dos principais combates travados pelo *revisionismo histórico* contra a memória da Revolução Portuguesa, numa tentativa de deslegitimá-la e negativizá-la. A este propósito, cabe citar a explicação de Fernando Rosas sobre a condição espontânea das revoluções: “Historicamente, as grandes revoluções não são, nunca foram, cerebrais operações de estado-maior claramente delineadas na sua direcção principal, prevendo etapas, planeamento, e tudo o mais. São uma desordem subvertora em marcha, grandes movimentos telúricos de massa visando derrubar a ordem estabelecida e que explodem, a mais das vezes, sem que nenhum directório

---

<sup>120</sup> ROSAS, 2006, *op. cit.* p. 21, 32, 33.

político as convoque. Onde seguramente existem partidos e movimentos políticos, teorizando, prevendo, actuando, antes e depois, mas onde a vaga social de choque em muito os transcende. Sendo explosões que resultam de condicionalismos acumulados, as revoluções não deixam de constituir processos estruturalmente espontâneos no seu eclodir, nas suas dinâmicas. Mas que demonstram uma misteriosa inteligência colectiva, uma dupla e quase sempre certa intuição difusa: a intuição do momento (a compreensão da correlação de forças: ‘nós podemos vencer e eles não têm força para nos derrotar’) e a intuição da força própria (a consciência da gente simples, dos mais fracos, do mundo do trabalho, de que, naquele momento, é possível mudar o mundo com as suas mãos, que o futuro está ao seu alcance, que vale a pena intervir, que tudo é possível)”.<sup>121</sup>

Levando-se em consideração esta definição geral sobre a natureza das revoluções e tendo-se em conta a condição específica do caso português – em que a revolução pôs fim a uma longa ditadura de carácter fascista –, é facilmente compreensível o predomínio de visões do mundo e projetos políticos de esquerda no processo revolucionário português. Em um contexto em que as forças de direita se encontravam desarticuladas e desorganizadas, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, seguido de ampla revolução social, conferiu legitimidade à Esquerda – o que, evidentemente, se refletiu também na valorização das forças de oposição e resistência ao Estado Novo.

Contudo, mudado o “vento histórico”, o *espírito do tempo* de finais do século XX e princípios do XXI orienta-se no sentido do conservadorismo neoliberal. Assim, o discurso do *revisionismo histórico* incide num duplo alvo: tanto o ataque ao processo revolucionário no seu aspecto fundamental – o fato de ter sido uma revolução social – quanto o *branqueamento* do regime autoritário derrubado por esta revolução.

---

<sup>121</sup> ROSAS, 2004, *op. cit.* p. 32.

## **Capítulo 2 – A hegemonia política conservadora em finais do século XX e o desenvolvimento do *revisionismo histórico*: influências na historiografia e manifestações no “uso público da História”**

Analisar a construção da memória acerca do processo revolucionário iniciado pelo 25 de Abril português exige uma apreciação sobre as atuais tendências do pensamento político internacional – tendo em vista a sua fundamental influência na definição dos regimes políticos. Neste aspecto, cabe destacar a íntima relação entre memória e identidade social, na medida em que o processo de construção da memória coletiva pretende afirmar uma identidade social presente, a qual, por sua vez, se encontra comprometida com um projeto político-social futuro. Sendo assim, o pensamento político internacional, ao interferir nos projetos de futuro de uma sociedade, atua também na formulação de sua identidade presente, e, por conseguinte, no tratamento reservado ao passado – já que a memória do passado não pode contrariar esta identidade social que se intenta conservar na atualidade.

Logo, o estudo da memória sobre a Revolução dos Cravos relaciona-se diretamente com a construção da identidade portuguesa no pós-25 de Abril, e esta sem dúvida sofre os condicionamentos da conjuntura política internacional das décadas de 1970, 1980 e 1990. Dessa forma, é interessante discutir o contexto político-ideológico do período, assim como os principais conceitos desenvolvidos para caracterizá-lo: as noções de *pós-modernidade* e de *fim da História*. Semelhante contextualização contribui para esclarecer a atual tendência de *revisionismo histórico* manifestada nas sociedades contemporâneas acerca de seu passado recente; tendência esta que exerce considerável influência no processo de redefinição das memórias coletivas, sendo, por isso, um conceito fundamental para a análise da memória coletiva portuguesa sobre a revolução de 25 de Abril de 1974.

### **2.1 – O contexto da pós-modernidade e a ideologia do *fim da História***

Numerosos autores atribuem a origem do pós-modernismo atual ao colapso dos horizontes políticos da geração revolucionária de 1968. No entanto, tal como observa Ellen

Meiksins Wood<sup>1</sup>, não é a primeira vez que a modernidade é declarada morta e superada. Situações semelhantes também ocorreram no período de crise anterior e posterior à Primeira Guerra Mundial, assim como na época de prosperidade do pós-Segunda Guerra. Dessa forma, Wood considera interessante esta continuidade ou repetição de uma história de descontinuidade, pois “se chegamos a outro final histórico, o que acabou, aparentemente, não foi tanto uma outra época, diferente, mas a mesma, outra vez”. Todavia, segundo esta autora, o pós-modernismo atual diferencia-se devido ao total desprezo pela concepção de História; afinal, “o sentido pós-moderno de novidade que marca uma época depende de ignorarmos, ou negarmos, uma realidade histórica esmagadora: a unidade ‘totalizante’ do capitalismo, que costurou todas as rupturas memoráveis ocorridas neste século”.<sup>2</sup>

Advêm justamente desta insensibilidade para a concepção de História os aspectos de sobrevalorização do presente e recusa em considerar a possibilidade de transformação social. Nesse sentido, John Bellamy Foster salienta que “não é de espantar, por conseguinte, que na década de 1990 – uma era de triunfalismo capitalista – a direita tenha, mais uma vez, proclamado ‘o fim da história’: o triunfo eterno das instituições capitalistas em todo o mundo e o fim da luta de classe, juntamente com o ‘fim da ideologia’”. Em consonância com este diagnóstico conservador, “os pós-modernistas afirmam também que houve um fim, que vivemos em um mundo que é, em certo sentido, pós-histórico, um eterno depois. Mas em vez de expor a grande narrativa do triunfo final do capitalismo, eles, de modo geral, argumentam que devemos nos livrar de todas as grandes narrativas, incluindo as de progresso e emancipação”. É importante compreender, portanto, que a corrente pós-modernista atual promove a convergência entre as ideias de uma Esquerda frustrada e descrente com as de uma Direita ansiosa por decretar a supremacia incontestável do capitalismo. Sendo assim, “a ironia do pós-modernismo é que, enquanto alega ter transcendido a *modernidade*, abandona desde o início toda esperança em transcender o

---

<sup>1</sup> WOOD, Ellen Meiksins. “O que é a agenda pós-moderna?” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. pp. 7-22. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

<sup>2</sup> WOOD, *op. cit.* p. 10, 14.

capitalismo em si e de ingressar em uma era pós-capitalista. A teoria pós-modernista, portanto, é facilmente absorvida na estrutura cultural dominante”.<sup>3</sup>

David Harvey, na tentativa de compreender a condição histórica do pós-modernismo, entende que o seu surgimento se relaciona com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e de um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. No entanto, tais mudanças, ao serem cotejadas com as regras básicas de acumulação capitalista, denotam principalmente a existência de transformações da aparência superficial, e não sinais do surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial inteiramente nova.<sup>4</sup> Para Harvey, o início do pós-modernismo remonta ao colapso do sistema fordista-keynesiano do período de expansão do pós-guerra, o que se dá a partir da crise de 1973. Desde então, ocorreram significativas mudanças na estrutura econômica do capitalismo, marcadas por uma generalizada flexibilidade de relações. Assim, também a natureza e a composição da classe trabalhadora sofreram mudanças, o que inevitavelmente influenciou as condições de ação política: a sindicalização e a tradicional “política de esquerda”, por exemplo, depararam-se com grandes empecilhos diante da dispersão dos sistemas de produção. Segundo o autor, tais mudanças foram acompanhadas e, em parte, promovidas pela ascensão de um forte neoconservadorismo na América do Norte e em grande parte da Europa Ocidental. Neste contexto, “a gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental”.

Dada esta contextualização de mudança na economia capitalista, cabe indagar sobre a explicação da mudança paralela nos hábitos e atitudes culturais e políticos. Harvey aponta para o fato de que o processo se caracteriza por uma viragem conservadora no pensamento político e social: “Como o sucesso político do neoconservadorismo dificilmente pode ser atribuído às suas realizações econômicas globais (seus fortes resultados negativos em

---

<sup>3</sup> FOSTER, John Bellamy. “Em defesa da história” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 196, 205. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997. Itálico no original.

<sup>4</sup> HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 2005. Tradução do original inglês *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Basil Blackwell, 1989.

termos de desemprego, de crescimento sofrível, de rápido deslocamento e da espiral da dívida só são compensados pelo controle da inflação), vários comentadores têm atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida”.<sup>5</sup>

Perry Anderson também procura compreender a condição histórica da pós-modernidade. Segundo este autor, o problema de situar o *pós-modernismo* pode ser mais facilmente compreendido por meio de uma contextualização histórica comparativa a respeito das razões de emergência do *modernismo*. Assim, o modernismo poderia ser entendido “como consequência de um campo de forças triangulado por três coordenadas: uma economia e uma sociedade apenas semi-industriais ainda, nas quais a ordem dominante continuou em larga medida agrária ou aristocrática; uma tecnologia de grandes invenções cujo impacto era ainda recente ou incipiente; e um horizonte político aberto no qual levantes revolucionários de um ou de outro tipo contra a ordem dominante eram amplamente esperados ou temidos. No espaço assim limitado uma grande variedade de inovações artísticas pôde eclodir – (...) mas nenhum[a] em paz com o mercado como princípio organizador de uma cultura moderna – nesse sentido, praticamente sem exceção antiburguesa”. Segundo Anderson, o momento de ruptura deu-se com a Segunda Guerra Mundial, cujas consequências afetaram as velhas elites agrárias e seu estilo de vida na maior parte da Europa, instituíram a democracia capitalista estável, padronizaram os bens de consumo duráveis no Ocidente, e esmagaram os ideais da revolução. Logo, com todas as forças que incitaram o seu florescimento liquidadas, o ímpeto modernista cedeu. Contudo, seu legado manteve influência por algumas décadas: “O quarto de século após o fim das hostilidades parece assim, visto em retrospectiva, um interregno no qual as energias modernistas não foram sujeitas à súbita anulação mas ainda brilhavam de forma intermitente aqui e ali, onde as condições permitissem, em um clima geral inóspito. Só na virada dos anos 70 o terreno estava preparado para uma configuração totalmente nova”.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> HARVEY, *op. cit.* p. 179, 158, 161.

<sup>6</sup> ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 96, 100. Tradução do original inglês *The Origins of Postmodernity*. Londres, Verso, 1998.

Nesse sentido, Anderson propõe a análise da substituição dos principais determinantes do modernismo como forma de demarcar o surgimento do pós-modernismo. O primeiro elemento a ser destacado é a eliminação do poder da tradição aristocrática, logo após a Segunda Guerra Mundial, e também do poder da burguesia enquanto classe dotada de autoconsciência e moral, durante a década de 1970 – coincidindo, portanto, com o processo de reformulação do capitalismo internacional. Assim, no lugar das relações sociais predominantemente burguesas até então conhecidas “há um aquário de formas flutuantes, evanescentes – os projetistas e gerentes, auditores e zeladores, administradores e especuladores do capital contemporâneo: funções de um universo monetário que não conhece rigidez social ou identidades fixas”. Como consequência imediata dessa situação, o modernismo passa a carecer do elemento que lhe conferia coerência interna, ou seja, a possibilidade de representações das classes nobres e médias e a oposição à moral burguesa – esta, aliás, já havia sido devidamente afrontada pelos movimentos de contestação dos anos 1960, de modo que, aos poucos, os valores de negação da moralidade burguesa passam a ser integrados no sistema e fazer parte dele; assim, aquilo que na década de 1960 e na lógica modernista significava questionar a ordem social, perdeu completamente seu caráter contestador ao ser absorvido por ela.

A segunda condição de ruptura com o universo modernista, de acordo com Anderson, diz respeito à evolução da tecnologia. Após a Segunda Guerra Mundial, a anterior euforia quanto às invenções técnicas que de fato significavam uma inovação sem precedentes para as sociedades de inícios do século, deram lugar à ameaça representada pelas armas nucleares e indústria bélica. Além disso, passou a ocorrer uma banalização da tecnologia, na medida em que não mais havia invenções comparáveis àquelas que transformaram as sociedades no período anterior à Primeira Guerra Mundial. A televisão, no entanto, significou um avanço tecnológico paradigmático. Comercializada a partir dos anos 1950, adquire maior importância nos anos 1960; contudo, segundo Anderson, seu verdadeiro momento de ascensão dá-se com a televisão em cores, que se generalizou no Ocidente no início da década de 1970. Assim, a televisão pode ser entendida como o marco tecnológico do pós-moderno: “outrora, (...) o modernismo era tomado por imagens de máquinas; agora, o pós-modernismo é dominado por máquinas de imagens”. Entretanto, a televisão não apenas consiste na veiculação desenfreada de imagens, mas também de



mensagens. Logo, a atmosfera intelectual do pós-modernismo é moldada em larga medida por esta constante divulgação de mensagens – ideológicas – em meios de comunicação de massa de tão amplo alcance social quanto a televisão.

Finalmente, a terceira coordenada da nova situação deve-se às mudanças políticas, ou seja, a neutralização das perspectivas revolucionárias – politicamente desde o pós-guerra, e ideologicamente a partir da década de 1970. De acordo com Anderson, “o início da guerra fria, depois de 1947, congelou as fronteiras estratégicas e esfriou todas esperanças insurrecionais na Europa. (...) A estabilização do pós-guerra foi seguida pelo período de mais rápido crescimento internacional na história do capitalismo. A ordem atlântica dos anos 50, proclamando o fim da ideologia, parecia relegar a um passado remoto o mundo político dos anos 20 e 30. O vento da revolução, no qual haviam outrora prosperado as vanguardas, tinha cessado”. Todavia, esta aparente sufocação da revolução no contexto europeu chocava-se com a realidade social global e com a popularidade das ideias revolucionárias. Pois na Europa os partidos comunistas ainda tinham ampla adesão; no Terceiro Mundo, a descolonização na Ásia e África e as lutas de libertação nacional – com destaque para a Revolução Cubana no cenário latino-americano – faziam da revolução um anseio real e alcançável; e, finalmente, os exemplos da China e da União Soviética e suas perspectivas de reformas internas demonstravam que ordens alternativas ao capitalismo poderiam ser viáveis. Neste contexto, desenvolveram-se, no final dos anos 1960, revoltas estudantis e operárias contra o *status quo* em diversos países do mundo. Ao longo da década de 1970, porém, tal conjuntura de efervescência e contestação política refluíu dramaticamente. “A revolta de maio na França foi praticamente absorvida, sem deixar vestígios, na calma política dos anos 70. A Primavera de Praga – a mais audaciosa de todas as experiências de reforma comunistas – foi esmagada pelos exércitos do Pacto de Varsóvia. Na América Latina, as guerrilhas inspiradas na revolução cubana ou guiadas por Cuba foram liquidadas. Na China, a Revolução Cultural semeou o terror em vez da libertação. Na União Soviética, começou o longo declínio da era Brejnev. No Ocidente, persistia aqui e ali a agitação operária, mas na segunda metade da década a onda de militância refluíu”.<sup>7</sup> Assim, de fato o pós-modernismo encontra suas origens na derrota

---

<sup>7</sup> ANDERSON, 1999, *op. cit.* p. 101, 105, 106, 107.

política e ideológica da Esquerda dos anos 1960. A partir da década de 1970 – e paralelo ao movimento de reformulação econômica do sistema –, o capitalismo da moderna sociedade de consumo e cultura de massas procede à absorção pela lógica do mercado dos elementos que outrora significavam contestação à ordem estabelecida. Neste contexto, a própria ideia de revolução – tolhida de qualquer credibilidade ou potencial viabilização – persiste apenas como mercadoria: nas camisas do Che Guevara ou vendas de produtos nostálgicos (séries de TV, livros *best-sellers* de caráter histórico, etc.) daquele sonhador passado de revolta que não mais encontra sustentação no presente.

Nestes termos, na década de 1980 uma Direita vitoriosa passou à ofensiva. Anderson destaca que no mundo anglo-saxônico os regimes Reagan e Thatcher, depois de anularem o movimento operário, fizeram recuar a regulamentação e a redistribuição. Da mesma forma, no resto da Europa “a privatização do setor público, os cortes nos gastos sociais e altos níveis de desemprego criaram um novo padrão de desenvolvimento neoliberal, por fim adotado tanto por partidos de esquerda quanto de direita. No final da década, a missão social-democrata do pós-guerra na Europa Ocidental – o bem-estar social baseado no pleno emprego e no abastecimento geral – tinha sido abandonada pela Internacional Socialista. Na Europa Oriental e na União Soviética, o comunismo – incapaz de competir economicamente no exterior ou de se democratizar em casa – foi completamente destruído. No Terceiro Mundo, Estados nascidos dos movimentos de libertação nacional foram pegos por toda a parte na armadilha das novas formas de subordinação internacional, incapazes de escapar às pressões dos mercados financeiros mundiais e de suas instituições supervisoras”. Nesta situação, o triunfo universal do capital reflete o cancelamento das alternativas políticas. Logo, sendo a possibilidade de outras ordens sociais o horizonte essencial do modernismo, o pós-modernismo emerge quando esse horizonte desaparece.

Portanto, o pós-modernismo pode ser definido como a lógica sociopolítica e econômica da reação capitalista à crise que sucedeu o período de prosperidade econômica do pós-guerra – o que pode ser situado na década de 1970. Segundo a apreciação de Anderson, “O capitalismo como um todo entrou numa nova fase histórica, com o fim súbito do *boom* iniciado no pós-guerra. A causa subjacente do longo declínio, com seus índices de crescimento muito menores e a desigualdade maior, foi a intensificação da competição

internacional, que forçou inexoravelmente a redução das margens de lucro e portanto do investimento, numa economia global não mais divisível em espaços nacionais relativamente protegidos. (...) A reação do sistema à crise produziu o quadro dos anos 80: a derrota do movimento operário em áreas centrais, a transferência de unidades fabris para países periféricos de baixos salários, o deslocamento dos investimentos para setores de serviços e comunicações, a ampliação dos gastos militares e o aumento vertiginoso do peso relativo da especulação financeira às custas da produção”.<sup>8</sup>

Harvey também propõe uma interessante comparação entre *modernismo* e *pós-modernismo*: “O modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua desse alvo levasse à paranóia. Mas o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive as lingüísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias para produzir, algum futuro realmente diferente”.<sup>9</sup> O pós-modernismo, portanto, ao conceber o mundo como irremediavelmente fragmentado, não prevê a viabilidade de quaisquer projetos globais, de sorte que a ideia de revolução se torna um mito romantizado e inatingível.

Anderson menciona que em 1979 é publicada em Paris a primeira obra filosófica a adotar a noção: *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, que constitui a primeira teorização da pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana. Para Lyotard, a pós-modernidade é marcada pelo surgimento de uma sociedade pós-industrial, em que o conhecimento, como principal força econômica de produção, não se encontra vinculado aos Estados nacionais. Nos termos de Anderson, para Lyotard a sociedade é concebida como “uma rede de comunicações lingüísticas”, de modo que até mesmo a ciência se tornou um jogo de linguagem entre outros, não mais podendo reivindicar “o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendia nos tempos modernos”. Anderson afirma que segundo Lyotard, a pretensão da ciência à “superioridade como verdade denotativa em relação aos estilos narrativos do conhecimento comum escondia a base de sua própria legitimação, que classicamente residiu em duas

---

<sup>8</sup> ANDERSON, 1999, *op. cit.* p. 108, 109.

<sup>9</sup> HARVEY, *op. cit.* p. 57.

formas grandiosas de narrativa. A primeira, derivada da Revolução Francesa, colocava a humanidade como agente heróico de sua própria libertação através do avanço do conhecimento; a segunda, descendente do idealismo alemão, via o espírito como progressiva revelação da verdade. Esses foram os grandes mitos justificadores da modernidade”.

Com base nesta linha de argumentação, Lyotard considera como característica definidora da condição pós-moderna a perda de credibilidade dessas metanarrativas, suplantadas pela descontinuidade caótica de mini-narrativas. No plano social, manifesta-se uma total ausência de alternativas à ordem constituída, assim como uma ampla flexibilidade nas relações sociais: conforme define Anderson, “é a tendência para o contrato temporário em todas as áreas da existência humana: a ocupacional, a emocional, a sexual, a política – laços mais econômicos, flexíveis e criativos que os da modernidade”.

A obra de Lyotard alcança grande impacto, influenciando a disseminação do conceito de pós-modernidade. De acordo com Perry Anderson, tornou-se “a inspiração de um relativismo vulgar que muitas vezes, tanto aos olhos dos amigos quanto dos inimigos, passa por ser a marca do pós-modernismo”.<sup>10</sup> O principal alvo das grandes narrativas declaradas extintas por Lyotard – que abrangiam a redenção cristã, o progresso iluminista, o espírito hegeliano, a unidade romântica, o racismo nazista, o equilíbrio keynesiano, etc. – era, sem dúvida, o marxismo, o socialismo clássico e o comunismo. Negando-se a incluir o capitalismo nesta lista, a argumentação posterior de Lyotard acaba por recair em um niilismo, que entendia o capitalismo como uma representação, ou até mesmo como o resultado de um processo de seleção natural.

A ênfase da retórica pós-moderna na *língua*, no *discurso*, no *texto*, acarreta um relativismo grosseiro cuja consequência é a total ausência de parâmetros para conceber-se algo além das *interpretações*. Foster cita a declaração do historiador pós-modernista F. R. Ankersmit, que constitui um interessante exemplo deste posicionamento: “Suponhamos que perguntamos pela causa da (...) ‘Revolução Industrial’ ou da ‘Guerra Fria’. Devemos agora lembrar que esses termos não se referem a uma realidade histórica fora do texto, mas a elementos da narrativa. Isso significa que essas perguntas não são perguntas sobre a causa

---

<sup>10</sup> ANDERSON, 1999, *op. cit.* p. 32, 33, 34.

de um complexo estado de coisas no fim do século XVIII ou após a II Guerra Mundial, mas sobre a causa de uma idéia ou de um elemento da narrativa”.<sup>11</sup> Nestes termos, procede-se a uma completa negação da realidade histórica, já que se considera que a *realidade* inexistente – ou ao menos não pode ser apreendida de forma inteligível – fora do *discurso* ou do *texto*. Pode-se dizer, portanto, que o pensamento pós-modernista, na melhor das hipóteses, alega a dispersão do poder e ausência de centro na História, de sorte que se deve privilegiar os micro-aspectos da História, onde ainda é possível discernir as relações de poder; na pior das hipóteses e no extremo do relativismo, o pós-modernismo dissipa a História através da impossibilidade de compreensão do *real*.

Neste ponto, Wood identifica um curioso paradoxo no posicionamento pós-modernista: “Por um lado, a negação da história em que se baseia está ligada a uma espécie de pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco, certamente, aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo a uma contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar; o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas. Por outro lado, esse pessimismo político parece ter origens em uma visão bastante otimista das possibilidades e da prosperidade capitalistas. Para o pós-modernismo corrente (...), o aspecto dominante do sistema é o ‘consumismo’, a multiplicidade de padrões de consumo e a proliferação de ‘estilos de vida’”.<sup>12</sup> Sendo assim, David McNally considera a política decorrente deste “novo idealismo” como uma abdicação à responsabilidade política, “sobretudo em uma época de feroz reestruturação capitalista, de abismos cada vez mais profundos entre ricos e pobres, de ofensivas da classe dominante contra programas sociais”.<sup>13</sup>

Outro aspecto da retórica pós-modernista é o ataque à ciência, pois se considera que não há *verdade* ou *realidade* capazes de transcender o contexto social local da investigação. Assim, qualquer *verdade* sobre a *realidade* seria literalmente construída de acordo com o

---

<sup>11</sup> FOSTER, *op. cit.* p. 197, 198.

<sup>12</sup> WOOD, *op. cit.* p. 15.

<sup>13</sup> MCNALLY, David. “Língua, história e luta de classe” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 34. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

meio social, restando apenas, dessa forma, inumeráveis interpretações – ou ciências –, igualmente justificáveis. Tal argumentação pós-modernista contra a ciência – acusando-a de *Ocidental* – evoca a ênfase de Marx na historicidade do conhecimento, mas obscurece seu esclarecimento sobre a objetividade da realidade material ou a capacidade humana de alcançar explicações verídicas sobre essa realidade. Contrariando este posicionamento, Meera Nanda argumenta que “a objetividade científica de maneira alguma precisa atingir um ideal impossível de neutralidade. Pesquisadores limitados pela história e pelo contexto, com todos os seus preconceitos, interesses e outros defeitos, poderão, ainda assim, vir a conhecer o mundo através de um processo de revisão constante de nossos esquemas conceituais e observações do mundo à luz de cada um deles. Mediante crítica e revisão rigorosas de nossas categorias conceituais, baseadas em nova prova (justificada pela introdução de algumas outras teorias na teia de teorias que formam a ciência), é perfeitamente possível transcender os limites dos marcos de referência que herdamos e obter uma visão mais completa do mundo natural e social, cuja validade transcende o contexto de sua produção”. É irônico o fato de que esta visão de mundo relativista – geralmente proveniente de forças de esquerda – seja tão permeável à apropriação por movimentos tradicionalistas e fundamentalistas religiosos. Tal como salienta Nanda, quando a ciência passa a ser compreendida como conhecimento local, decorrente dos pressupostos sociais do Ocidente imperialista, não é surpreendente que a oposição ao imperialismo se transforme em oposição à ciência e à tecnologia.<sup>14</sup>

O campo da ciência não é o único em que a lógica relativista do pós-modernismo permite a sua apropriação por forças conservadoras. Em análise da questão racial, Kenan Malik questiona como se faz possível, segundo o arcabouço teórico pós-modernista, distinguir entre uma História racista e outra não-racista, considerando-se que ambas são entendidas como igualmente válidas em seus próprios contextos. Sendo assim, a capacidade pós-modernista de contestar o discurso racista é prejudicada por sua crença na relatividade do significado. Pois caso se queira provar que interpretações racistas e não-racistas da História não são igualmente válidas, é preciso escolher entre elas, concluir qual é a

---

<sup>14</sup> NANDA, Meera. “Contra a destruição/desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 103, 93. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

verdadeira, o que implica em aceitar a existência de algum padrão segundo o qual é possível julgá-las. No entanto, quando se entende que o princípio da diferença – tão exaltado pelo pós-modernismo – não é capaz de fornecer quaisquer padrões para respeitar essa *diferença* dos outros, recai-se em um total vazio de valores que impede a compreensão. “Se a aparência de diferença é aceita pelo seu valor aparente, na ausência de qualquer ‘essência’ comum além ou abaixo da aparência, então a *aparência* de diferença deve ser aceita como prova de que há, realmente, numerosas categorias diferentes de humanidade, e de que elas nada têm fundamentalmente em comum. Este é exatamente o método empregado pela teoria racial positivista, que deduziu da aparência de diferenças (cor da pele, formato da cabeça, etc.) a divisão da humanidade em categorias diferentes, ou ‘raças’. Claro, teóricos contemporâneos da diferença negam que diferenças biológicas superficiais definam distinções de categoria, preferindo, em vez disso, enfatizar fatores históricos ou culturais. O formalismo cultural, no entanto, não difere em substância do racial. Ambos partem do reconhecimento de diferenças formais para postular a existência de categorias ontológicas diferentes”.

Dessa forma, ao tratar-se a raça como apenas uma *identidade*, alheia a quaisquer determinantes sociais, ela deixa de evidenciar uma relação social específica e torna-se um aspecto eterno da sociedade humana, o que inviabiliza a crítica e a transformação. Tal como salienta Malik, é de suma importância o reconhecimento de que seres humanos estão sujeitos a reivindicações e identidades conflitantes. “O problema surge, contudo, quando todas as ‘identidades’, quaisquer que sejam suas formas, são tratadas como equivalentes, de modo tal que preferências pessoais em estilo de vida, como os ‘estilos musicais’, recebem o mesmo peso e importância que atributos físicos, tais como ‘deficiência física’ ou alguns produtos sociais como raça e classe, enquanto, ao mesmo tempo, cada identidade é concebida à parte de relações sociais específicas”.<sup>15</sup> Nesta situação, em que o foco de análise é restringido a guetos de identidade sem relações sociais identificáveis com o restante da sociedade e indistinguíveis entre si, a possibilidade de compreensão histórica é fortemente abalada.

---

<sup>15</sup>MALIK, Kenan. “O espelho da raça: o pós modernismo e a louvação da diferença” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 131, 132, 125, 127. Itálico no original. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

Outro aspecto da retórica pós-modernista consiste na recusa de quaisquer metanarrativas, em especial o marxismo. Também neste ponto atua um relativismo grosseiro. Tal como salienta Harvey, muitas das metanarrativas que os pós-modernistas desdenham são mais abertas e sofisticadas do que os críticos admitem; estes, no entanto, preferem substituí-las por caricaturas.<sup>16</sup> Em contraposição a esta perspectiva pós-modernista, que considera a história como “uma invocação mágica do passado para servir ao conteúdo discursivo do presente”, Bryan D. Palmer argumenta que a metanarrativa do marxismo, o materialismo histórico, “em sua insistência em que a história seja contextualizada no mundo material de possibilidades do passado, em vez de ter as amarras cortadas para flutuar livremente nas correntes cruzadas de nosso tempo, (...) tenta recriar o passado ao estudar suas relações sociais obscurecidas e colocar esses desvãos da história reprimida no conjunto mais largo de possibilidades”.<sup>17</sup> É evidente que a crítica a muitas metanarrativas estereotipadas – como a stalinista, por exemplo – é acertada e positiva; porém, a generalização da crítica a este modo de análise histórica como um todo é exagerada e incoerente, acabando por dissipar quaisquer relações causais através das quais a compreensão histórica se faz possível.

Neste ponto, é importante esclarecer a respeito das afinidades políticas do pós-modernismo. Para Perry Anderson, a ideia do pós-moderno é claramente apanágio da Direita, visto que, consideradas as amplas divergências de perspectiva e objetos de análise dos pós-modernistas, em última instância todos apontam para a conclusão de que nada pode haver além do capitalismo, o que faz com que o pós-modernismo signifique uma sentença contra as ilusões alternativas. No entanto, o autor reconhece que o pós-modernismo abrange o surgimento de novas oposições, sob a bandeira do sexo, raça, ecologia, orientação sexual, diversidade regional ou continental.<sup>18</sup> Segundo Harvey, este consiste no lado radical, positivo e progressista do pós-modernismo, “que recusa a grande narrativa, mas nem por isso deixa de cultivar a possibilidade de uma ação limitada”, acentuando “a comunidade e a localidade, as resistências locais e regionais, os movimentos sociais, o respeito pela

---

<sup>16</sup> HARVEY, *op. cit.* p. 110, 111.

<sup>17</sup> PALMER, Bryan D. “Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 77. Itálico no original. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

<sup>18</sup> ANDERSON, 1999, *op. cit.* p. 53, 54, 121.



alteridade etc.”. Todavia, esta nova Esquerda surgida das frustrações da derrota política de 1968, ao abandonar o materialismo histórico como modo de análise em favor de um relativismo extremo, “perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação que estiveram na base da emergência de modos pós-modernos de pensamento. Insistindo que eram a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado invocar a determinação econômica mesmo em última instância (para não falar de invocar teorias da circulação e da acumulação do capital ou de relações de classe necessárias na produção), ela foi incapaz de conter sua própria queda em posições ideológicas que eram fracas no confronto com a força recém-encontrada dos neoconservadores, e que a forçavam a competir no mesmo terreno da produção de imagens, da estética e do poder ideológico quando os meios de comunicação estavam nas mãos de seus oponentes”.

Ainda nesse sentido, Harvey ressalta o paradoxo em que acaba por recair este lado radical do pós-modernismo, cativo de sua própria retórica relativista, pois “enquanto abre uma perspectiva radical mediante o reconhecimento da autenticidade de outras vozes, o pensamento pós-moderno veda imediatamente essas outras vozes o acesso a fontes mais universais de poder, circunscrevendo-as num gueto de alteridade opaca, da especificidade de um ou outro jogo de linguagem. Por conseguinte, ele priva de poder essas vozes (de mulheres, de minorias étnicas e raciais, de povos colonizados, de desempregados, de jovens etc) num mundo de relações de poder assimétricas. O jogo de linguagem de um conluio de banqueiros internacionais pode ser impenetrável para nós, mas isso não o torna equivalente à linguagem igualmente impenetrável dos negros das adjacências dos centros da cidade do ponto de vista das relações de poder”.<sup>19</sup> Assim, Harvey considera que a retórica do pós-modernismo é perigosa, pois ao evitar o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global, inviabiliza ou limita a luta política.

Logo, inúmeros autores salientam a origem de esquerda do pensamento pós-modernista, cujo relativismo extremo, no entanto, o aproxima de posições da Direita política. Wood esclarece esta aproximação com a seguinte apreciação: “Para membros da esquerda, e em especial para a geração mais jovem de intelectuais e estudantes, a maior atração do pós-modernismo é sua aparente abertura, em contraste com os alegados

---

<sup>19</sup> HARVEY, *op.cit.* p. 315, 320, 112.

‘fechamentos’ de um sistema ‘totalizante’ como o marxismo. Essa alegação de abertura, no entanto, é na maior parte falsa. O problema não é apenas que o pós-modernismo represente um tipo ineficaz de pluralismo que abala suas próprias fundações. Nem é simplesmente um ecletismo acrítico mas inócuo. Há em jogo algo mais sério. A ‘abertura’ dos conhecimentos fragmentários do pós-modernismo e sua ênfase na ‘diferença’ são compradas ao preço de fechamentos muito mais fundamentais. O pós-modernismo é, à sua maneira negativa, um sistema inexoravelmente ‘totalizante’, que impede uma gama mais vasta de pensamento crítico e de política libertadora – e seus fechamentos são finais e decisivos. Seus pressupostos epistemológicos tornam-no inacessível à crítica, tão imune quanto o mais rígido tipo de dogma (como criticar um conjunto de idéias que, a priori, exclui o próprio emprego do argumento ‘racional’?). E impede – não apenas ao rejeitar dogmaticamente, mas também por tornar impossível – uma compreensão sistemática de nosso momento histórico, uma crítica geral ao capitalismo e, praticamente, a toda e qualquer ação política eficaz”.<sup>20</sup>

A incapacidade de ação política – ou, no melhor dos casos, sua extrema limitação – constitui, portanto, característica da lógica pós-modernista. A este respeito, Terry Eagleton menciona que o sujeito como produtor (coerente, determinado, autogovernado) cede lugar ao sujeito como consumidor (instável, efêmero, constituído de desejos insaciáveis). Em tal contexto, não surpreende a alegação de *fim da História* – fim este já implícito no bloqueio da ação política radical –, pois se nenhuma ação coletiva parece possível, a História pode, de fato, parecer aleatória e destituída de direção.<sup>21</sup> Dessa forma, o relativismo pós-modernista, ao provocar a impossibilidade ou limitação da ação política, torna esta corrente de pensamento muito atrativa e próxima dos propósitos da Direita, pois fornece argumentos para *naturalizar* o sistema e as práticas capitalistas, retirando-lhes toda a carga ideológica devido à inviabilidade de quaisquer alternativas.

Sob este ponto de vista, “o sistema – raramente (se alguma vez) chamado de ‘capitalismo’ – tornou-se tão difuso e heterogêneo que não só fica além do entendimento, mas não mais oferece qualquer ponto a partir do qual possa ser combatido. Na verdade, a

---

<sup>20</sup> WOOD, *op. cit.* p. 19, 20.

<sup>21</sup> EAGLETON, Terry. “De onde vêm os pós-modernistas?” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 27, 28, 29. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

‘desorganização’ do capitalismo significa que não há um ponto central ou um sistema para combater. Em uma era saturada pela mídia, na qual ninguém sabe, com qualquer grau de certeza, o que é efetivamente real, a representação – seja ela política ou artística – tornou-se impossível. O capitalismo, neste momento fragmentado e carecendo de unidade orgânica, não é mais compreensível como sistema. E, de qualquer modo, os próprios fundamentos para compreendê-lo ou conhecê-lo foram varridos para longe”. Tal situação, em última instância, elimina a perspectiva da revolução nas sociedades contemporâneas: “Uma vez que o poder não pode mais ser localizado ou identificado; uma vez que interesses unificadores ‘reais’ são uma ficção colonizadora, uma parte da visão de mundo uniformemente opressora do Iluminismo (à qual o marxismo também pertence), então a oposição organizada não é viável nem desejável. A política, e ainda mais a revolução, é reduzida à condição de guerra por controle entre ‘discursos’”.<sup>22</sup>

Dada esta incapacidade de ação política global, também as lutas particulares – aquelas entendidas por David Harvey como o “lado radical” do pós-modernismo – são afetadas. Pois devido à recusa pós-modernista em aceitar valores unificadores, a única forma de ação política concebível é com base nas *diferenças* de identidade, o que acaba por restringir e limitar demasiadamente essas formas de luta. Tal como esclarece Carol A. Stable sobre o caso do feminismo, “quando a luta política é reduzida a abstrações baseadas na linguagem e em jogos de palavras, não há como identificar o sistema contra o qual as mulheres têm que lutar ou instrumentos revolucionários com os quais poderiam orientar tal luta. Os pós-modernistas reconhecem abertamente – na verdade insistem nisso – que não haverá um ponto onde possa surgir qualquer luta anti-sistêmica, porque (mesmo que ‘sistemas’ existam) as identidades são infinitamente fragmentadas e instáveis”.<sup>23</sup>

Portanto, pode-se dizer que o pós-modernismo se baseia na hostilidade a princípios como o *universalismo* e o *humanismo*, além da rejeição das concepções de *totalidade*, *racionalidade* e ideias gerais de *igualdade*. Em oposição a estes valores, acusados de implicar uma visão do mundo *reducionista*, enfatiza-se a *diferença*. De acordo com a crítica de Wood, a rejeição do universalismo iluminista alega que “ele nega a diversidade de

---

<sup>22</sup> STABILE, Carol A. “Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 147, 155. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.

<sup>23</sup> STABILE, *op. cit.* p. 152.

experiências, culturas, valores e identidades humanas. Porém essa rejeição do universalismo em nome de um pluralismo libertador é contraditória e auto-anuladora. Um respeito sadio pela diferença e diversidade, e pela pluralidade das lutas contra os vários tipos de opressão, não nos obriga a descartar todos os valores universalistas aos quais o marxismo, em sua melhor expressão, sempre esteve ligado, ou a abandonar a idéia de uma emancipação humana universal. Ao contrário, até mesmo as formas mais moderadas de ‘pluralismo’ têm se mostrado insustentáveis sem o apelo a certos valores universalistas, tal como o princípio liberal clássico da ‘tolerância’. O pluralismo radical adotado pelos pós-modernistas – baseado na negação de quaisquer interesses fundamentais comuns, ou mesmo na possibilidade de acesso recíproco e compreensão mútua entre identidades diferentes – solapou fatalmente suas próprias fundações. (...) No fim, é difícil imaginar como qualquer uma das várias lutas que supostamente constituem a agenda pós-modernista da esquerda pode ser sustentada sem apelar para os temidos valores ‘modernistas’ e iluministas, como democracia, igualdade, justiça social etc.”.<sup>24</sup> Neste contexto, deve-se destacar ainda que o ataque ao *universalismo*, ao negar padrões de verdade, justiça ou razão, impede que se recorra a tais valores como critérios de juízo de valor ou de ação, o que limita imensamente qualquer ação política consequente, uma vez que elimina a possibilidade de comparação entre diferentes mundos de significados.

Também a negação do princípio do *humanismo* tem como consequência a impossibilidade da ação política e da transformação social. Pois como esclarece Malik: “Seja liberal ou marxista, subjacente a todas as correntes humanistas há a crença na emancipação humana – a idéia de que a humanidade pode transformar racionalmente a sociedade através de seus próprios esforços. Na verdade, nenhuma filosofia emancipadora é possível sem uma perspectiva humanista, uma vez que qualquer postura anti-humanista é obrigada a procurar um instrumento de salvação fora da humanidade – se a salvação terrena for de fato possível”. Malik identifica a origem desta rejeição de princípios universalistas e humanistas na obra de teóricos do pós-guerra, para os quais tais valores exprimiam uma teoria “totalizante”, um ponto de vista eurocêntrico com o objetivo de impor ideias euro-americanas de racionalidade e objetividade a outros povos. Sob esta perspectiva, a maior

---

<sup>24</sup> WOOD, *op. cit.* p. 18.

prova do fracasso do projeto Iluminista teria sido a experiência do Holocausto, devido à tentativa de eliminar a alteridade.

No entanto, “argumentar que o humanismo e o racionalismo (ou a ‘modernidade’) são as causas do holocausto implica pôr a lógica de cabeça para baixo. O discurso sobre raça foi produto não do universalismo e humanismo do Iluminismo, mas de sua degradação. O racismo científico não constituiu aplicação da ciência e da razão à questão das diferenças entre os homens, mas do uso do discurso da ciência para dar legitimidade a argumentos irracionais anticientíficos”. Assim, segundo Malik, a descrença no processo de transformação social levou os teóricos do pós-guerra – à semelhança dos pós-modernistas atuais, os quais, entretanto, possuem uma visão bem mais otimista em relação ao sistema político-econômico – a interpretar as barbáries do século não como o produto de relações sociais específicas, mas – sem especificidade alguma – como uma consequência da “modernidade”. Neste ponto, o autor destaca que, por um lado, o conceito de modernidade pode significar a compreensão do mundo através da razão e da ciência – o que se entende como o projeto do Iluminismo – e o progresso tecnológico gerado por esta perspectiva; por outro lado, a concepção de modernidade também pode significar o tipo de sociedade particular em que essas ideias encontraram expressão, ou seja, o capitalismo. “Ao fundir as relações sociais do capitalismo com o progresso intelectual e tecnológico da ‘modernidade’, os resultados do primeiro podem ser atribuídos ao segundo. Os problemas específicos criados pelas relações sociais capitalistas perdem seu caráter histórico. No discurso pós-estruturalista, a teoria racial, o colonialismo e o holocausto não são investigados em sua especificidade, mas reunidos num saco de gatos como consequência geral da ‘modernidade’. Dessa maneira, os aspectos positivos da sociedade ‘moderna’ – sua invocação da razão, seus progressos tecnológicos, seu compromisso ideológico com a igualdade e o universalismo – são denegridos, enquanto seus aspectos negativos – a incapacidade do capitalismo de superar as divergências sociais, a propensão para tratar grandes segmentos da humanidade como ‘inferiores’ ou ‘subhumanos’, o contraste entre progresso tecnológico e torpeza moral, as tendências para a barbárie – são considerados como inevitáveis ou naturais”.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> MALIK, *op. cit.* p. 134, 123, 138, 142.

Enfim, não se pode desprezar o fato de que a lógica da pós-modernidade, oriunda das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, não se manifesta de forma homogênea em todos os países e conjunturas sociais. Há, contudo, uma grande influência destes fenômenos em escala global – o que não significa predomínio. Tal como salienta Perry Anderson, a íntima relação entre o pós-modernismo e o universo dos meios de comunicação e tecnologias contribui para o seu considerável poder de alcance: “enquanto prevalecer o sistema do capital, cada novo avanço da indústria da imagem aumenta o raio de alcance do pós-moderno”.

Portanto, pode-se dizer que o pós-modernismo “é a lógica cultural de um capitalismo não disposto para o combate, mas de uma complacência sem precedentes”<sup>26</sup>, em que a “coisificação” e “mercantilização” se tornaram fenômenos tão universalizados que se confundem com uma situação natural. Dessa forma, a pós-modernidade, como pano de fundo do triunfo capitalista – quando as distinções entre Esquerda e Direita, cada vez mais diluídas, e as definições de classe social são entendidas como polaridades ultrapassadas – apresenta estreita correlação com a ideologia neoliberal, que pretende definir como definitiva e absoluta a atual conjuntura política – em que um claro predomínio do sistema capitalista contrapõe-se ao desaparecimento do socialismo real. Neste contexto, compreende-se o surgimento e difusão na década de 1990 da noção de *fim da História*, segundo a qual a contemporaneidade vive a situação de *morte das ideologias*, uma vez que não há alternativas político-econômicas viáveis à ordem estabelecida.

A ideia de *fim da História* – assim como a de pós-modernidade – não é nova, já tendo sido teorizada inúmeras vezes, em variados contextos históricos.<sup>27</sup> A disseminação da atual ideologia do *fim da História* remonta ao ano de 1989, quando o filósofo e politólogo norte-americano Francis Fukuyama publicou o ensaio *The End of History?*, onde recupera a ideia de *fim da História* de forma bastante otimista no que diz respeito às perspectivas para o sistema capitalista. Este autor salienta que a conjuntura política mundial de final dos anos 1980 vivenciava a vitória do liberalismo político e econômico, após as derrotas do fascismo e do comunismo ao longo do século XX. O triunfo da “ideia Ocidental” fazia-se de

---

<sup>26</sup> ANDERSON, 1999, *op. cit.* p. 141, 136.

<sup>27</sup> Cf. ANDERSON, Perry. *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. Tradução do original inglês “The Ends of History”, capítulo extraído do livro *A Zone of Engagement*, Londres, Verso, 1992.

imediato evidente, de acordo com Fukuyama, na total exaustão de sistemas alternativos viáveis ao liberalismo ocidental: as então recentes reformas nos dois maiores países comunistas, China e União Soviética, provavam a mudança no clima intelectual. Dessa forma, testemunhava-se o *fim da História* em si, ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade, o que se expressava através da universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano. Isto não significava a imediata cessação de acontecimentos e conflitos políticos no âmbito internacional, uma vez que a vitória do liberalismo ocorrera, primariamente, na esfera das ideias e da consciência, sendo ainda incompleta na esfera do mundo material. No entanto, segundo Fukutama, havia fortes razões para acreditar que seria este o ideal a governar o mundo material no longo prazo.

Fukuyama evoca Hegel para fundamentar o argumento idealista de que o plano das ideias ou ideológico conforma o plano material, o qual seria o reflexo de um anterior estado de consciência. Este estado de consciência seria, então, causa e não efeito, podendo desenvolver-se de forma autônoma em relação ao mundo material. Sendo assim, o fator explicativo das mudanças no cenário internacional em finais dos anos 1980 seria, justamente, a ideologia – e por isso o devido entendimento do processo histórico demandava a compreensão da esfera da consciência. Fukuyama defende, portanto, que a percepção do mundo material é moldada pela consciência histórica deste; no entanto, também admite que o mundo material pode afetar a viabilidade de um particular estado de consciência. De modo que a espetacular abundância das economias liberais avançadas e sua cultura de consumo infinitamente diversa permitiam-lhe tanto adotar quanto preservar o liberalismo na esfera política.

Nestes termos, saber se a História realmente chegara ao fim implicava averiguar se restavam contradições fundamentais na vida humana que não poderiam ser resolvidas pelo liberalismo moderno, e sim por outra estrutura político-econômica alternativa. Para este fim, não se fazia necessário considerar, de forma exaustiva, todos os desafios impostos ao liberalismo, apenas aqueles que incorporavam forças e movimentos político-sociais importantes – Fukuyama exemplifica a questão afirmando que pouco importava a ocorrência de estranhos pensamentos aos povos da Albânia ou do Burkina Faso, pois o que de fato interessava eram os eventos que perfaziam aquilo que se podia chamar de “patrimônio ideológico comum da humanidade”.

Primeiramente, Fukuyama considera que o fascismo fora destruído como ideologia viva pela Segunda Guerra Mundial: as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki eliminaram a ideologia tanto materialmente quanto ao nível da consciência. Ao tratar do desafio comunista, Fukuyama cinicamente afirma que a contradição de classe – a qual, segundo Marx, não poderia ser resolvida no contexto do liberalismo – já fora satisfatoriamente resolvida no Ocidente: pois o “igualitarismo” da “América” moderna representava o alcance fundamental da sociedade sem classes prevista por Marx (!).<sup>28</sup> O autor esclarece que isto não quer dizer que não existam pessoas ricas e pobres nos Estados Unidos ou que a distância entre elas não tenha aumentado nos últimos anos; significa, no entanto, que as causas originais da desigualdade econômica não têm relação com a estrutura legal e social da sociedade (!). A situação é ilustrada com o exemplo de que a pobreza dos negros nos Estados Unidos não é um produto inerente ao liberalismo, e sim ao “legado de escravidão e racismo” que persistiu por longo tempo após a abolição da escravidão – cabe questionar, todavia, se este legado não guarda nenhuma relação com o sistema político-econômico da sociedade. Dada esta resolução da questão de classe, Fukuyama atesta que a atração do comunismo no mundo ocidental desenvolvido é cada vez menor; aqueles que ainda acreditam que o futuro deve ser inevitavelmente socialista tendem a ser muito velhos ou a ocupar posições muito marginais no discurso político de suas sociedades.

Quanto aos casos da China e União Soviética, Fukuyama admite que, apesar das reformas então em curso, ainda havia muito a ser feito e a consolidação do liberalismo não podia ser prevista para o curto prazo. Contudo, aquilo que interessa para a sua linha de argumentação é a esfera da ideologia e da consciência, em que o liberalismo já podia ser

---

<sup>28</sup> Neste ponto, Fukuyama evoca o filósofo Alexandre Kojève (1902-1968). De acordo com Perry Anderson, a formulação inicial de Kojève sobre o *fim da História* identifica-o na Rússia bolchevista. Segundo Kojève, “Buscar satisfação ‘hegeliana’ é uma questão muito diferente do que procurar realizar o que é ‘útil’ na acepção comum do termo, por outras palavras, o que é necessário para a ‘felicidade’ ou o ‘bem-estar’. Se a sociedade é fruto do desejo de reconhecimento, sua meta suprema é a satisfação e não a felicidade de seus membros. Pelo contrário, em última instância, no Estado Ideal, o homem socialmente satisfeito também é (em princípio) individualmente feliz.” (*Esquisse d’une phénoménologie du droit*, Paris, 1981 cit in ANDERSON, 1992, p. 65, 66). Anderson esclarece que após o fim da Segunda Guerra Mundial o pensamento de Kojève modifica-se radicalmente, acabando por concluir que o *fim da História* tinha pendido para a Direita e seria alcançado no Ocidente. É interessante, tal como observa Anderson, o deslocamento de sentido do *fim da História* socialista para o *fim da História* capitalista, pois o alcance da felicidade dá lugar a uma espécie de animalidade degradada, reduzida às rotinas de consumo e rituais de estilo (ANDERSON, 1992, p. 55-69). Esta inflexão do pensamento de Kojève, contudo, não é mencionada por Fukuyama.



claramente considerado vitorioso. Assim, o autor argumenta que no *fim da História* não necessariamente todas as sociedades ter-se-ão tornado sociedades liberais de sucesso; apenas terão cessado suas pretensões ideológicas de representar formas diferentes e superiores de sociedade humana.

Nesse sentido, tendo sido superados os desafios do fascismo e do comunismo, Fukuyama questiona se ainda resta alguma contradição de difícil solução pelo liberalismo; menciona a religião e o nacionalismo. No caso da religião, Fukuyama reconhece que no mundo contemporâneo apenas o Islamismo foi capaz de oferecer um Estado teocrático como alternativa política tanto ao liberalismo quanto ao comunismo. Todavia, conclui que se trata de uma doutrina com reduzida atração entre não-mulçumanos, sendo dificilmente capaz de se transformar em movimento de significação universal. Quanto ao nacionalismo, assim como no que diz respeito a formas de consciência racial e étnica, especialmente fortes no Terceiro Mundo, Fukuyama considera não se tratar de contradição irreconciliável com o liberalismo. Pois, em primeiro lugar, o nacionalismo constituía um fenômeno diversificado, podendo variar desde uma nostalgia cultural suave até formas organizadas e articuladas como a doutrina do nacional-socialismo; apenas este último tipo significaria, então, uma ideologia formal ao mesmo nível do liberalismo ou comunismo. A maioria dos movimentos nacionalistas do mundo, contudo, não apresentava um programa político ou uma proposição de organização sócio-econômica para além do desejo de independência em relação a algum outro grupo. Por este motivo, tais movimentos não eram incompatíveis com doutrinas e ideologias que, de fato, ofereciam uma proposta política. Assim, se é verdade que o nacionalismo constitui uma fonte de conflito em muitas sociedades liberais, tais conflitos não são provenientes, segundo Fukuyama, do liberalismo em si, mas do fato de que o liberalismo em questão ainda está incompleto.

Desse modo, a morte das ideologias alternativas ao liberalismo significaria a emergência de um “Mercado Comum” nas relações internacionais – com a predominância de atividades puramente econômicas –, juntamente com diminuição da propensão de conflitos de larga escala entre Estados. Isto não implicaria, segundo Fukuyama, o fim dos conflitos internacionais: pois o mundo ainda estaria dividido entre uma parte histórica e outra pós-histórica, sendo possíveis conflitos entre Estados ainda na História ou entre estes

e aqueles já no *fim da História*. Além disso, ainda seria possível a emergência de violência étnica e nacionalista, mesmo no mundo pós-histórico.

Apesar do tom otimista ao longo do artigo quanto à supremacia do liberalismo em âmbito mundial, no final Fukuyama afirma que o *fim da História* será um tempo tedioso e triste, com a predominância de cálculos econômicos, resoluções de problemas técnicos, preocupações ambientais e satisfação de demandas de consumo sofisticadas; não haverá arte ou filosofia, apenas a perpétua manutenção do museu da História humana.<sup>29</sup>

As questões analisadas no artigo são posteriormente desenvolvidas no livro *The End of History and the Last Man*, publicado em 1992.<sup>30</sup> Sem dúvida, a mudança fundamental que inspirou esta recente versão do *fim da História* foi o colapso do comunismo, sugerindo a ideia de que a humanidade atingira seu *estado ótimo* com o modelo do capitalismo financeiro globalizado. Proclamou-se, assim, como consequência lógica do *fim da História*, a *morte das ideologias* – e dessa forma, retira-se, cinicamente, a condição de ideologia ao capitalismo, que se torna, então, uma obscura emanção naturalizada.

Nesse sentido, e tendo em vista a íntima relação entre as conclusões resignadas dos pós-modernistas contemporâneos e a concepção política dos neoliberais, é interessante a seguinte observação de Ellen Wood: “A crítica ao capitalismo saiu de moda – e nisso se observa uma convergência curiosa, um tipo de aliança profana, entre o triunfalismo capitalista e o pessimismo socialista. O triunfo da direita reflete-se na esquerda através de um radical encolhimento das aspirações socialistas. Os intelectuais da esquerda, se é que não estão realmente aceitando o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, pouca esperança têm de qualquer outra coisa além de um pouco mais de espaço entre os interstícios do capitalismo e esperam, na melhor das hipóteses, apenas as resistências mais locais e particulares. E há outro efeito curioso de tudo isso: o capitalismo vem se tornando universal, aceito de forma tão completa como algo natural que está se tornando invencível. Então, evidentemente temos motivos de sobra para sermos pessimistas. Fatos recentes e correntes deram-nos razões o bastante para tal. Mas há algo curioso na maneira como muitos de nós estamos reagindo a tudo isso. Se o capitalismo de fato triunfou, poder-se-ia pensar que agora, mais do que nunca, precisamos de uma crítica a esse sistema. Por que

---

<sup>29</sup> FUKUYAMA, Francis. *The End of History? In The Natinal Interest*, 1989. Disponível na internet em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm> (consultado em 26/02/2009).

<sup>30</sup> FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque, Free Press, 1992.

será este o momento exato para se adotar formas de pensar que parecem negar a própria possibilidade não apenas de ultrapassar o capitalismo, mas mesmo de compreendê-lo criticamente?”.<sup>31</sup>

É possível afirmar, portanto, que o florescimento do pós-modernismo como lógica cultural e visão do mundo de uma contemporaneidade resignada e deslumbrada com os efeitos do capitalismo vai ao encontro dos propósitos políticos neoliberais. A consequência imediata desta situação é o forte caráter conservador do pensamento político internacional, viragem que data de meados da década de 1970. Neste contexto, não surpreende a emergência a partir de finais dos anos 1980, em diversas sociedades, daquilo que passou a ser denominado *revisionismo histórico*.

## 2.2 – Revisionismo histórico: a releitura da História sob uma visão conservadora do mundo

Em análise do surgimento do pós-modernismo, David Harvey observa que a ruptura da ordem temporal – o que este autor identifica como uma de suas raízes – também origina um peculiar tratamento do passado: “Rejeitando a idéia de progresso, o pós-modernismo abandona todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente”.<sup>32</sup> Esta observação é interessante e auxilia a compreensão do fenômeno do *revisionismo histórico*, já que este se caracteriza por uma forte influência de aspectos ideológicos – os quais são, obviamente, elementos do presente social – na análise histórica. Isto de forma alguma corresponde à natural influência do presente na análise da sociedade – pois o historiador ou qualquer analista social, como homem de seu tempo, está sujeito às influências de sua época; estas, juntamente com suas próprias concepções pessoais, são responsáveis pela seleção dos aspectos a serem privilegiados na análise social, a qual, indubitavelmente, não é neutra. Contudo, o *revisionismo histórico* ultrapassa esta esperada influência dos valores de uma época no resultado da análise histórica: ocorre, muitas vezes, a desconsideração de processos e especificidades históricos de modo a confirmar posicionamentos ideológicos de seus autores.

---

<sup>31</sup> WOOD, *op. cit.* p. 20, 21.

<sup>32</sup> HARVEY, *op. cit.* p. 58.

Quando esta grave situação advém de profissionais comprometidos com a análise social – historiadores, cientistas sociais, filósofos, etc. –, pode-se afirmar que houve uma negligência metodológica com o fim de manipular a História. No entanto, o que dizer quando manifestações semelhantes provêm da generalidade dos meios de comunicação, de cidadãos comuns que simplesmente emitem um juízo sobre a História? O controle, neste caso, torna-se muito mais difícil, pois se adentra diretamente no âmbito da memória coletiva, cuja análise nos informa tanto sobre a identidade social presente quanto sobre as perspectivas de futuro de uma sociedade.

Tal relação entre o relativismo dos posicionamentos pós-modernistas e o desenvolvimento do *revisionismo histórico* é confirmada por Enzo Traverso. Este autor, tratando da relação entre memória e escrita da História, menciona a corrente intelectual chamada a “viragem linguística”, nascida nos Estados Unidos em fins dos anos 1970. Apesar de reconhecer muitos aspectos positivos evidenciados por esta corrente – principalmente a crítica a um historicismo positivista fundado na ideia de que a interpretação histórica reduzir-se-ia a um simples reflexo dos acontecimentos passados –, Traverso admite que suas variantes mais radicais, ao entender a História como uma “construção textual”, igualável a uma obra de ficção, favorecem o desenvolvimento de certas interpretações históricas como o *negacionismo* – que nega a existência de fatos históricos, como, por exemplo, o Holocausto. Isto porque a busca da verdade, segundo esta concepção, não mais seria a orientação fundamental da escrita da História, numa situação em que todas as interpretações são consideradas equivalentes.<sup>33</sup>

Neste ponto, é importante esclarecer acerca do conceito de *revisionismo histórico*. Tal como destaca Traverso, “revisionismo” é uma palavra camaleônica, que ao longo do século XX adquiriu diferentes significados, muitas vezes contraditórios. Segundo este autor, a história do revisionismo pode reduzir-se a três momentos principais: uma controvérsia marxista, um cisma comunista, e, de forma mais ampla, uma série de debates historiográficos posteriores à Segunda Guerra Mundial; apenas este último aspecto, no entanto, envolveu diretamente o processo de escrita da História.<sup>34</sup> Também Valentina

---

<sup>33</sup> TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007. p. 57, 58, 59, 60. Tradução do original francês *Le passé, modes d'emploi*. Paris, La Fabrique Éditions, 2000.

<sup>34</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 93, 94.

Pisanty identifica a origem do uso deste termo na crítica econômica à tese de Marx, na viragem para o século XX. No âmbito dos estudos que pretendem reescrever a História da Segunda Guerra Mundial, esta autora, assim como Traverso, considera fundamental a distinção entre duas correntes distintas: o *revisionismo* e o *negacionismo*. A primeira abrange as investigações históricas que pressupõem a existência de certos fatos indiscutíveis, como, por exemplo, o extermínio dos judeus, no entanto pretendem redistribuir o ônus da culpa – assim, para citar apenas um exemplo paradigmático, o alemão Ernst Nolte sustenta que o extermínio perpetrado pelos nazistas deve ser entendido dentro da lógica perversa do século XX, não divergindo muito de outros episódios, como os campos de prisioneiros de guerra nos Estados Unidos, os massacres de Pol Pot no Camboja ou os *gulags* soviéticos; Nolte defende ainda que o regime nazista foi uma resposta à ameaça de expansão bolchevista, e que a decisão do extermínio judeu pode ser explicada como uma tentativa de “autodefesa”, dada a “tradicional” relação entre bolchevismo e judaísmo. O *negacionismo*, por outro lado, nega a validade de evidências e documentos históricos, considerando-os alterados ou inventados. De acordo com Pisanty e Traverso, os *negacionistas* tentam apropriar-se do conceito de *revisionismo*, com a intenção de contraporem-se à suposta corrente oficial denominada “exterminacionismo”. Segundo Pisanty,

“Il motivo è chiaro: in questo caso non si tratta affatto di rileggere la storia a partire da un diverso punto di vista teorico, ma di negarla *tout court*. Assegnare il titolo di revisionisti a questi negatori dell’evidenza storica equivarrebbe ad ammettere che la loro posizione, per quanto discutibile, si basi su premesse teoriche e storiografiche legittime, e che la contrapposizione tra le due scuole (revisionista e sterminazionista) implichi la possibilità di scegliere tra due chiavi interpretative alternative di uno stesso fenomeno.”<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> PISANTY, Valentina. *L’irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão, RCS Libri, 1998. p. 6, 7.

É importante explicitar que em inúmeros casos tampouco a argumentação *revisionista* é baseada em “premissas teóricas e historiográficas legítimas”, já que, apesar de não haver uma negação dos fatos históricos em si, se desconsideram as especificidades e os contextos históricos de modo a favorecer determinados posicionamentos ideológicos do presente, muitas vezes em total negligência da lógica histórica do período estudado – por exemplo, a relação estabelecida por Ernst Nolte entre o nazismo e sua política de extermínio como uma reação ao bolchevismo ignora o fato, ressaltado por muitos autores, de que os fundamentos originários desta política são bem anteriores à eclosão da Revolução Russa. Nesse sentido, também muitas interpretações *revisionistas* violam princípios metodológicos da historiografia em nome de propósitos ideológicos – talvez o façam, no entanto, de forma mais sutil do que os *negacionistas*, através de subterfúgios e confusões interpretativas que acabam por conferir-lhes uma fachada de maior respeitabilidade teórica. Todavia, a distinção entre *revisionismo* e *negacionismo* é pertinente e deve ser salientada. É adequado, portanto, considerar o *negacionismo* como uma variante minoritária do *revisionismo histórico*.

Tal como destaca Pisanty, o uso do termo *revisionismo* exige um esclarecimento preciso. Pois literalmente este termo indica a natural tendência historiográfica de reavaliar interpretações históricas consolidadas à luz de novos conhecimentos surgidos no curso da investigação histórica. Nesta acepção ampla do termo, todo historiador é *revisionista*, uma vez que o desenvolvimento científico implica uma sucessão de modelos teóricos e paradigmas interpretativos. Estes são progressivamente substituídos sempre que a atividade de investigação provoca o surgimento de aspectos que – antes ignorados ou integrados com dificuldade no paradigma dominante – ocasionam uma revolução científica cujo resultado é a adoção de um novo paradigma. Dessa forma, a expressão *revisionismo* pode ser corretamente aplicada a todas as correntes que pretendem se afirmar como uma contraposição às interpretações dominantes.<sup>36</sup>

Nesse sentido, Traverso salienta que o termo evoca o caráter inovador de uma corrente de pensamento, e não necessariamente deve ser entendido sob uma acepção pejorativa ou negativa. Assim, são consideradas *revisões*, por exemplo, as tentativas de politólogos norte-americanos de questionar as origens soviéticas da Guerra Fria; a

---

<sup>36</sup> PISANTY, *op. cit.* p. 5, 6.

interpretação de que as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki intentavam principalmente estabelecer a supremacia estratégica dos Estados Unidos sobre a União Soviética, e não colocar um fim definitivo à guerra; as posições de soviólogos norte-americanos que se distanciaram das visões anticomunistas da época da Guerra Fria e passaram a estudar a História social do mundo russo e soviético, para além da fachada *totalitária* do regime; as propostas de historiadores israelitas para compreender o conflito de 1948 em toda a sua complexidade, como uma guerra ao mesmo tempo de autodefesa e depuração étnica.<sup>37</sup>

Cabe, portanto, diferenciar este processo natural de revisão historiográfica – ocasionado pela utilização de novas fontes ou pela mudança de paradigmas interpretativos – do movimento de *revisionismo histórico* que se pretende evidenciar neste trabalho. Tal como sublinha Traverso, muitas vezes a introdução de um novo paradigma interpretativo se deve à análise de fontes antes ignoradas – como, por exemplo, no caso da História das mulheres. Uma vez que a História é sempre escrita no presente, é natural e esperado que o questionamento que orienta a exploração do passado se modifique de acordo com as épocas, as gerações e as mudanças da sociedade, de modo que as *revisões* da História são legítimas e necessárias. Contudo, este mesmo autor ressalta que certas revisões – aquelas normalmente qualificadas como *revisionismo* – implicam uma “viragem ético-política” na forma de compreender o passado. Neste sentido, é evidente que o conceito *revisionismo* adquire uma conotação negativa. Para citar mais uma vez o caso da interpretação de Ernst Nolte sobre o regime nazista, segundo Traverso, mais grave do que a manipulação das fontes é o fato de que esta proposta implica uma releitura do passado em que a Alemanha já não ocupa a posição de opressor, e sim de vítima do bolchevismo soviético. Outro exemplo mencionado por Traverso é o de Renzo De Felice:

“su interpretación de la guerra civil italiana, entre 1943 y 1945, como la consecuencia de la elección antinacional de una minoría de resistentes, la mayor parte comunistas. O también, como se ha visto, su concepción del fascismo italiano como un régimen completamente diferente, por sus raíces, su ideología y sus fines, del nazismo con el cual habría

---

<sup>37</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 95, 96.

establecido una alianza contra natura en 1940. O, para terminar, su manera de hacer de Mussolini un ‘patriota’ cuando habría elegido sacrificarse fundando la República de Saló para ahorrar a Italia un destino comparable al de Polonia. Se trata aquí de una relectura apologética del fascismo fundada en la rehabilitación de Mussolini. Si se añade que estas tesis se han desarrollado en un libro – *El rojo y el negro* (De Felice, 1995) – cuya publicación coincide con el advenimiento del primer gobierno de Berlusconi, que incluía por primera vez desde el fin de la guerra a un partido ‘posfascista’ heredero de la República de Saló, esta revisión histórica aparece como el soporte intelectual de un proyecto político restaurador”.<sup>38</sup>

Para Traverso, portanto, o fenômeno do *revisionismo histórico* questiona, para além de uma interpretação dominante, uma consciência histórica compartilhada e uma responsabilidade coletiva em relação ao passado. Ao abordar sempre acontecimentos fundadores – como revoluções, fascismos, nazismo, etc. –, sua releitura da História ultrapassa as revisões de interpretação próprias de uma época histórica, afetando diretamente a visão do mundo e identidade social presentes. Todavia, Traverso acaba por concluir que a utilização da noção de *revisionismo* é muito problemática, devendo, por isso, ser evitada; isto porque a adoção do termo implicaria a aceitação de uma História “teologizada” ou oficial. Assim, de acordo com o autor, as tendências apologéticas da historiografia devem ser combatidas de forma a evitar sua oposição a uma visão normativa da História.<sup>39</sup>

Discordando de Traverso neste aspecto, considera-se que a utilização do conceito de *revisionismo histórico* é necessária. Ao invés da hipótese negativa mencionada pelo autor de oposição de uma História oficial àquilo que se identifica como interpretações *revisionistas*, corre-se hoje o risco, ainda mais nefasto, de que versões *revisionistas* se transformem justamente na “visão normativa da História” – ou seja, que tais versões passem a ser amplamente aceitas pela memória coletiva e opinião pública das sociedades.

---

<sup>38</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 97, 98, 99.

<sup>39</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 99, 100, 101.



Tal como o próprio Traverso menciona, a *revisão* de François Furet sobre a Revolução Francesa acaba por se impor como leitura dominante durante o bicentenário desta revolução.<sup>40</sup> Neste sentido, o uso do conceito de *revisionismo histórico* é importante para *desnaturalizar* e promover a crítica destas interpretações tão em voga na atualidade.

É possível localizar o impulso da atual tendência de *revisionismo histórico* no fim da Guerra Fria e desmoronamento do bloco comunista, o que proporciona uma generalizada releitura da história do século XX, tendo por base um ataque sistemático aos fundamentos antifascistas sobre os quais se assentaram distintos regimes democráticos após a Segunda Guerra Mundial.<sup>41</sup> Pode-se afirmar, portanto, que esta tendência de *revisionismo histórico* nasce no contexto de florescimento da lógica pós-modernista e de desenvolvimento da ideologia de *fim da História*, um momento em que a crise e posterior desaparecimento do socialismo real motivou uma forte crítica de toda perspectiva revolucionária, suscitando a dúvida quanto à possibilidade de futuras transformações sociais. Ancoradas neste ideário, interpretações *revisionistas* passaram a reavaliar períodos fundamentais da origem das sociedades contemporâneas com o intuito de deslegitimar a herança revolucionária que remonta à Revolução Francesa, privilegiando uma visão conservadora da História cujo fim último consiste em confirmar a hipótese de que o neoliberalismo contemporâneo é o melhor sistema político-econômico e o único a ter viabilidade no futuro das sociedades.

Nesse sentido, Domenico Losurdo considera que a consequência imediata da releitura do mundo contemporâneo feita pelo *revisionismo histórico* é a liquidação da tradição revolucionária, desde 1789 até os dias atuais.<sup>42</sup> Como marco inaugurador da Era Contemporânea e modelo para as mais diversas revoluções sociais e ideais de transformação ao longo dos séculos XIX e XX, a Revolução Francesa constitui o alvo primário da argumentação *revisionista*, a partir do qual se sustentam todas as demais reinterpretações da História Contemporânea empenhadas na deslegitimação de valores e princípios herdados da Revolução de 1789 e cultivados pelas sociedades – como base

---

<sup>40</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 96.

<sup>41</sup> MOLINERO, Carme. “‘Lugares de memoria’ y políticas de memoria” in *El Derecho a la Memoria*. Bilbao, Derechos Humanos 5, 2006. p. 296.

<sup>42</sup> LOSURDO, Domenico. “Due secoli in discussione: il revisionismo storico” in *Il Revisionismo Storico. Problemi e miti*. Roma-Bari, Laterza, 1996. pp. 3-35.

fundadora da contemporaneidade – durante todo o século XIX e grande parte do século XX.

Justamente com o intuito de explicar o considerável avanço do fenômeno *revisionista* por ocasião do segundo centenário da Revolução Francesa, Eric Hobsbawm realiza uma síntese sobre a história da recepção e interpretação da Revolução – assim como da herança que estas receberam dos séculos XIX e XX.<sup>43</sup> A este respeito, a primeira questão a chamar a atenção é o aparente paradoxo entre o consenso do século XIX quanto à necessidade e os benefícios da Revolução e o resultado de algumas das modernas investigações *revisionistas*, que enfatizam sobretudo um balanço negativo do período revolucionário: “Os revisionistas tendem a sugerir que a Revolução realmente não fez tanta diferença na história da França e que certamente não representou uma mudança para melhor. De fato, ela foi ‘desnecessária’, não no sentido de poder ter sido evitada, mas no sentido de ter tido resultados modestos – negativos mesmo – a custos desproporcionais. Poucos observadores do século XIX, e menos ainda historiadores, teriam entendido essa polêmica, e tampouco a teriam aceitado”.<sup>44</sup> Segundo Hobsbawm, aquilo que afasta as perspectivas dos observadores contemporâneos da Revolução Francesa e dos *revisionistas* da atualidade é a ênfase em distintos aspectos da realidade: pois enquanto os primeiros salientam o caráter totalmente inovador das formas de sociabilidade e valores oriundos do período revolucionário, os segundos ressaltam a imensa distância entre o final do século XVIII e as últimas décadas do século XX, quando muitas das conquistas revolucionárias parecem pouco importantes diante da atual fase do desenvolvimento ocidental – e mais do isto, quando, diante da conjuntura conservadora do pensamento político internacional, se pretende eliminar o legado revolucionário no que tange a um modelo para futuros projetos políticos e ideológicos.

Como já foi mencionado anteriormente, os historiadores escrevem a história de seu próprio tempo ao olhar o passado – na medida em que selecionam problemáticas que se mostram relevantes no contexto do presente social. Contudo, ao escrever somente a história

---

<sup>43</sup> HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Tradução do original inglês *Echoes of the Marseillaise. Two centuries look back on the French Revolution*. Londres, Verso, 1990.

<sup>44</sup> HOBBSAWM, *op. cit.* p. 11.

de seu próprio tempo os *revisionistas* arriscam-se, muitas vezes, a falsear o passado, negando a importância de experiências tão fundamentais quanto a Revolução Francesa.

É interessante, nesse sentido, acompanhar o desenvolvimento da historiografia da Revolução Francesa, no intuito de compreender a lógica da argumentação *revisionista* e o alvo principal de seu ataque. Assim, uma das críticas *revisionistas* dirige-se contra a interpretação marxista da Revolução Francesa baseada no conceito de *revolução burguesa*. Segundo esta concepção, a Revolução Francesa marcara o triunfo da classe burguesa diante da sociedade feudal-aristocrática, de modo a inaugurar a sociedade burguesa capitalista do século XIX – a qual não teria podido surgir sem a Revolução. Dessa forma, o *revisionismo* busca criticar “o conceito de que a Revolução Francesa foi essencialmente uma revolução social necessária, um passo essencial e inevitável no desenvolvimento histórico da sociedade moderna e, é claro, a transferência de poder de uma classe para outra”.

De acordo com Hobsbawm, tal crítica *revisionista* dirige-se, prioritariamente, contra o pensamento marxista do século XX que, utilizando-se do exemplo e da tradição historiográfica da Revolução Francesa, procurou explicar as revoluções – especialmente o advento da revolução socialista – como um percurso inevitável da evolução social. No entanto, a interpretação da Revolução Francesa como *revolução burguesa* não se restringe à análise marxista; na verdade, esta concepção tem sua origem no surgimento da historiografia sobre a Revolução, no início do século XIX, quando esta foi vista como um processo complexo cujo clímax foi a longa ascensão da classe média e a substituição da antiga sociedade por uma nova. Para estes primeiros analistas da Revolução – muitos deles foram mesmo seus contemporâneos –, era evidente a descontinuidade social por ela provocada, o que lhe garantia seu caráter único e central, na medida em que as sociedades do século XIX se construíam a partir da destruição das instituições feudais-aristocráticas decorrente do processo revolucionário. Desse modo, “a interpretação burguesa da Revolução Francesa tornou-se a interpretação dominante, não apenas entre os liberais franceses mas também entre os liberais de todos os países nos quais o ‘comércio e o liberalismo’, ou seja, a sociedade burguesa, não haviam ainda triunfado do modo como os liberais acreditavam que estavam destinados a triunfar em toda parte”.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> HOBBSAWM, *op. cit.* p. 23, 32.

Assim, os liberais do período da Restauração, precursores da historiografia da Revolução Francesa, – e diferentemente de seus sucessores do final do século XX – recusaram-se a abandonar mesmo aquela parte da Revolução que era indefensável em termos liberais, e que os próprios liberais tinham derrubado: o jacobinismo de 1793-1794. De fato, a Revolução Francesa que desejavam preservar – e neste aspecto aproximam-se dos neoliberais do século XX – era aquela de 1789, a da *Declaração dos Direitos do Homem* e dos princípios da Constituição de 1791. Todavia, naquele momento histórico a Revolução ainda parecia indispensável e, portanto, precisava ser valorizada em sua totalidade: “pois, assim como o Antigo Regime não teria sido derrubado sem uma revolução em 1789, a tentativa de restaurá-lo, que eles acreditavam estar acontecendo, também teria que ser anulada por uma revolução”. Logo, segundo Hobsbawm, “por trás do desenvolvimento do modelo burguês da Revolução Francesa, que eu localizei no período da Restauração, havia precisamente a política dos liberais moderados burgueses contra a tentativa reacionária de fazer voltar o tempo”.

O fato fundamental, portanto, é que a Revolução Francesa foi tanto 1789 quanto 1793, tanto moderada quanto jacobina, de forma que tanto o liberalismo burguês quanto as revoluções sociais dos séculos XIX e XX reivindicam a sua herança. As críticas *revisionistas*, ao diminuírem a importância da Revolução Francesa como acontecimento vital da Era Contemporânea, pretendem deslegitimar o caráter radical revolucionário identificado ao período jacobino. Ao fazê-lo, procedem a uma interpretação mais comprometida com uma perspectiva ideológica do presente do que com a análise histórica. Tal como ressalta Hobsbawm: “A moderna visão revisionista de que a Revolução Francesa foi, em certo sentido, ‘desnecessária’, ou seja, que a França do século XIX seria quase a mesma se a Revolução não tivesse acontecido, é o tipo de proposição contrafactual que não é plausível nem passível de prova. Mesmo em seu sentido mais restrito – o qual argumenta que a mudança atribuída à Revolução Francesa (...) é insuficiente para dar conta daquilo que pode ser atribuído a uma mobilidade social coletiva em tal escala que modificou a estrutura social, e que não era necessário desbloquear o capitalismo em um antigo regime que não oferecia a ele obstáculos sérios, e que, se a Revolução Francesa fez algo, foi desacelerar seus avanços pós-revolucionários – não se pode de modo nenhum presumir que

os moderados de 1789 poderiam ter partilhado desta visão, no mínimo porque ela pertence ao discurso do final do século XX e não àquele do final do século XVIII”.<sup>46</sup>

Ao longo de todo o século XIX, o legado da Revolução Francesa influenciou a consolidação do liberalismo, por um lado; e inspirou projetos de transformações profundas da ordem social, por outro. Estes, ou seja, as revoluções sociais, suscitavam constantes comparações com a Revolução Francesa. Contudo, cada vez mais estas comparações deixavam de ressaltar a revolução liberal para evidenciar a revolução jacobina e suas aspirações. Esse processo atinge o seu ápice em 1917, com a Revolução Russa; neste momento, “o liberalismo burguês (exceto na Rússia e na Turquia) não precisava mais de uma revolução nem a desejava. De fato, estava ansioso para afastar-se da análise que havia criado, pois tal análise, antes direcionada contra o feudalismo, agora voltava sua mira contra a sociedade burguesa”. Assim, quando o pensamento liberal passava a rejeitar semelhante análise, a questão da *revolução burguesa* tornava-se essencial nos debates dos novos revolucionários sociais. O jacobinismo, por sua vez, era visto como a possibilidade de radicalizar a revolução burguesa e empurrá-la para a esquerda, para além de seus limites burgueses. Nesse contexto, com o êxito da Revolução Russa, a associação jacobinismo-bolchevismo torna-se a fonte inspiradora das revoluções sociais do século XX que aspiravam à sociedade socialista.

E, mais uma vez, o exemplo da Revolução Francesa servia como modelo inspirador: tal como constataram os observadores políticos do século XIX, a Revolução Francesa não fora um mero acontecimento, e sim um processo; nesse sentido, era difícil não entender a Revolução Russa também como o início de um longo processo que conduziria à consolidação da sociedade socialista. Nos termos de Hobsbawm: “1789 não foi a Revolução Francesa, nem 1791 ou 1793-1794, nem o Diretório, nem Napoleão, nem a Restauração, nem 1830, 1848, nem o Segundo Império. Todas essas foram fases do processo complexo e contraditório de criar a base permanente de uma sociedade burguesa na França. Por que Lenin não pensaria, em 1923, que a Revolução Russa poderia ser também um processo histórico longo, com seus difíceis recuos e ziguezagues?”<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> HOBSBAWM, *op. cit.* p. 43, 39.

<sup>47</sup> HOBSBAWM, *op. cit.* p. 53, 78.

Com o propósito de contextualizar o desenvolvimento da análise *revisionista*, é interessante a comparação proposta por Hobsbawm entre o primeiro e o segundo centenários da Revolução Francesa como forma de notar, a partir das problemáticas suscitadas, os diferentes momentos sociais. Assim, em 1889, a questão que preocupava os analistas era a democracia, entendida como democracia eleitoral – que começava a se espalhar por todos os países burgueses. Nesse momento, portanto, o jacobinismo significava democracia, e como tal foi comparado por analistas, temerosos de uma reviravolta na estrutura social, ao alastramento de uma doença – da mesma forma como o fizeram *revisionistas* históricos do século XX, preocupados em associar aquela tradição revolucionária ao radicalismo de carácter bolchevista. Contudo, apesar da grande controvérsia em torno do debate sobre a democracia, havia consenso – entre a Esquerda e os liberais – no julgamento positivo da Revolução e seu legado.

Segundo Hobsbawm, desde o primeiro centenário a historiografia da Revolução Francesa avançou bastante – e institucionalizou-se, com a criação de uma cátedra da Sorbonne dedicada à sua História. Os historiadores clássicos da Revolução, no entanto, não eram marxistas ou extremistas, e sim republicanos democráticos que valorizavam a tradição revolucionária jacobina – e como tal, posicionavam-se à esquerda do espectro político. Conforme salienta Hobsbawm, a formação destes historiadores revolucionários franceses “reflete a institucionalização da Terceira República como uma democracia que se referia à Revolução Francesa como sua experiência fundante”. Por outro lado, a ascensão do fascismo no mesmo período expressava a completa rejeição da Revolução: “De fato, até meados do século XX, a extrema direita poderia praticamente ser definida por sua rejeição da Revolução, ou seja, não apenas dos jacobinos e de sua descendência política, mas também do liberalismo, de toda a ideologia do Iluminismo do século XVIII e do progresso do século XIX”.

Dessa forma, os antifascistas uniram-se em torno da defesa da Revolução Francesa, de modo a valorizar sua memória e cultivar a *Marseillaise*, a bandeira tricolor e os jacobinos de 1793-1794. Além disso, era inevitável a comparação entre os períodos históricos: os antifascistas procuravam apropriar-se da tradição revolucionária daqueles que haviam sido “os salvadores da França numa guerra de defesa nacional – e ideológica – contra os reacionários locais que foram ao estrangeiro aliar-se com os inimigos do país”. Neste

contexto de resistência antifascista, cresce a influência política do Partido Comunista, de maneira que ocorre uma fusão entre as tradições republicana, jacobina, socialista e comunista. A análise marxista, portanto, apropria-se da tradição jacobina e republicana da historiografia da Revolução Francesa, e dessa forma o ataque ao marxismo no final do século XX significa também o ataque àquela historiografia.<sup>48</sup>

Logo, a origem teórica do *revisionismo histórico* define-se a partir do ataque ao pensamento marxista e à tradição revolucionária – que apesar de já ser evidente desde meados do século XX, encontrou um novo impulso a partir da década de 1970, marco de uma profunda viragem conservadora no pensamento político internacional, para se tornar ostensivo nos anos 1990. A justificação *revisionista* para seu posicionamento sustenta que a acumulação de recentes investigações fez insustentável a antiga abordagem; no entanto, uma análise detalhada da situação demonstra que a disputa em questão não envolve propriamente fatos, e sim interpretações. De acordo com Hobsbawm, “o argumento revisionista não é exatamente sobre a Revolução Francesa, mas sobre as grandes generalizações historiográficas e políticas que podem ser lidas nela”.

Nesse sentido, e recuperando-se a comparação entre os dois centenários da Revolução, enquanto em 1889 o foco das preocupações e da controvérsia social consistiu na extensão da democracia política, em 1989 a questão projetou-se sobre a negação da revolução socialista – como expressão do radicalismo revolucionário, considerado excessivo e prejudicial ao desenvolvimento das sociedades. É justamente nesta direção que se orientam os *revisionistas* históricos: segundo Hobsbawm, “a revisão liberal da história revolucionária francesa é inteiramente dirigida, via 1789, para 1917 (...) De fato, a hipótese de que a Revolução Francesa não conseguiu nada proporcional a seus custos é essencial às histórias da Revolução escritas como denúncias políticas contemporâneas”.<sup>49</sup>

Pode parecer paradoxal esta forte incidência de críticas às revoluções socialistas através da experiência da Revolução Francesa em um período histórico em que aquelas não mais representam uma ameaça política provável. Na verdade, o ataque *revisionista* contra a Revolução Francesa e seu legado jacobino não reflete um perigo de revolta social, e sim a crise do pensamento marxista – cujas perspectivas radicais passaram a ser percebidas como

---

<sup>48</sup> HOBBSAWM, *op. cit.* p. 98, 100, 101.

<sup>49</sup> HOBBSAWM, *op. cit.* 107, 109, 111.

ultrapassadas e decadentes a partir da década de 1970, após o período de grande florescimento no pós-guerra. Todavia, tal como já foi destacado, este ataque *revisionista* atinge não apenas a análise marxista revolucionária, mas também o corpo principal da historiografia tradicional da Revolução Francesa desenvolvida desde princípios do século XIX.

Pode-se afirmar, enfim, que o *revisionismo* na história da Revolução Francesa – tendo em vista a consideração desta como o marco fundador da contemporaneidade – expressa uma tendência mais geral de reavaliar as bases de análise sobre o processo do desenvolvimento ocidental. Contudo, apesar das razões ideológicas atuais para negar o valor e a viabilidade das revoluções sociais – em nome da estabilidade política –, não é possível – porque contrário aos fatos históricos – rejeitar o papel fundamental da transformação social proporcionada pela Revolução Francesa, que demonstrou à posteridade o poder e capacidade das pessoas comuns em mudar a História.

Portanto, a historiografia *revisionista* baseia-se em um juízo condenatório que associa jacobinismo e bolchevismo, e que é aplicado a diversas experiências da História Contemporânea. A consequência imediata deste julgamento é o *obscurecimento* tanto da resistência antifascista – identificada à recuperação e valorização da memória revolucionária – quanto dos movimentos revolucionários anticoloniais do século XX – que também se apropriaram da herança revolucionária da Revolução Francesa e Revolução Russa como forma de legitimar sua luta e denúncia do imperialismo.<sup>50</sup> Domenico Losurdo considera, desta forma, que a corrente cultural e política do *revisionismo histórico* demonstra uma clara viragem historiográfica e cultural. Para compreender as condições de seu surgimento, Losurdo propõe uma contextualização do clima ideológico e político que explica as origens desta tendência.

Segundo este autor, desenvolve-se durante a Primeira Guerra Mundial a ideia de *revolução democrática internacional*, empenhada em vencer definitivamente a ameaça reacionária do *Antigo Regime* representada pelos Impérios Centrais, e particularmente pela Prússia; neste contexto, promove-se a relegitimação dos valores da Revolução de 1789. Da mesma forma que a Primeira, a Segunda Guerra Mundial também ganha a noção de *revolução democrática internacional*. Acrescente-se ainda que semelhante valorização da

---

<sup>50</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 4, 5, 6, 7.



Revolução Francesa diante das experiências que negaram seus princípios, e que originaram as guerras mundiais, confere uma apreciação positiva à Revolução Russa – identificada com a luta contra o imperialismo e a opressão dos povos.<sup>51</sup>

Portanto, a mobilização contra o Terceiro Reich acarreta a legitimação da tradição revolucionária em sua complexidade – situação que se sustenta, mais ou menos, até ao desenrolar da Guerra Fria. A partir de então – devido à incompatibilidade entre a valorização da tradição revolucionária, justificadora dos conflitos mundiais, e o contexto de Guerra Fria –, é possível identificar a origem primária do *revisionismo histórico* como corrente de pensamento político.

Nesse sentido, Losurdo evoca a interpretação de Hannah Arendt, que, em *Origens do Totalitarismo*, equipara a URSS de Stalin à Alemanha de Hitler sob a categoria de “totalitarismo”. Por outro lado, nesta obra Arendt interpreta o advento de *Auschwitz* como resultado da crítica reacionária alemã ao Iluminismo e à Revolução Francesa. Assim, segundo Losurdo, em *Origens do Totalitarismo* a denúncia da URSS *totalitária* ainda não implica uma condenação de 1789 e 1793, e nem mesmo de Outubro de 1917, uma vez que nesta fase Arendt manifesta a preocupação de distinguir entre a ditadura revolucionária de Lenin e o *totalitarismo* de Stalin.<sup>52</sup>

Losurdo menciona que, alguns anos após *Origens do Totalitarismo*, o historiador norte-americano Robert Palmer empenha-se em defender como fenômeno unitário o ciclo revolucionário desenvolvido entre as duas margens do Atlântico, e em particular entre os Estados Unidos e a França. Dessa forma, o conceito de “civilização ocidental e atlântica” condena a Revolução Russa em sua totalidade: pois a “revolução do mundo ocidental” desenvolvida no século XVIII em países avançados – compreendendo, portanto, a Revolução Francesa e a Revolução Americana – opor-se-ia “àquela do mundo não-ocidental” ocorrida no século XX em países atrasados, de modo que onde houve a primeira não restaria espaço para a segunda. Contudo, a expulsão da Revolução bolchevique do *Ocidente* exigia também a expulsão do jacobinismo da Revolução Francesa, o qual não mais poderia ser aceito no modelo de “Revolução Ocidental” do período da Guerra Fria.<sup>53</sup> No mesmo sentido, esta interpretação significava também a negação dos movimentos

---

<sup>51</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 8-10.

<sup>52</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 12, 13.

<sup>53</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 15, 16.

anticoloniais que se desenvolviam em diversas partes do Terceiro Mundo e apresentavam uma clara descendência da tradição revolucionária jacobina e bolchevista.

Posteriormente adotando esta mesma linha de argumentação, em *Sobre a revolução* Hannah Arendt ratifica a ideia de “civilização ocidental e atlântica” do século XVIII, a qual, no entanto, fora quebrada com o curso desastroso da Revolução Francesa – ou seja, com a emergência do jacobinismo. Assim, Arendt contrapõe a aprovação da Revolução Americana à condenação da Revolução Francesa, entendida como um processo desastroso que conduz à Revolução bolchevique e às revoluções do Terceiro Mundo que ameaçam a base estrutural da “civilização ocidental”. Em sua análise – e diferentemente da apreciação em *Origens do Totalitarismo*, em que há a condenação da cultura contra-revolucionária alemã do Terceiro Reich, assim como uma valoração positiva do período inicial da Revolução Russa –, Arendt rejeita a Revolução Francesa, na medida em que é entendida como propagadora do jacobinismo, e, desse modo, um obstáculo à liberdade. Segundo Losurdo, esta dicotomia proposta por Arendt entre *revolução boa* / *revolução má* difere da dicotomia de Palmer entre *revolução ocidental* / *revolução oriental*, e expressa-se na contraposição da Revolução Americana ao longo ciclo revolucionário que desde 1789 conduz até 1917 e aos sucessivos movimentos anticoloniais desenvolvidos sob a influência desta tradição. Semelhante trajetória de Arendt evidencia a radical mudança do discurso político entre o período da grande coalizão antifascista e o estouro da Guerra Fria, cuja consequência é a elaboração de uma ideologia *ocidental* adaptada à nova situação.<sup>54</sup>

De acordo com Losurdo, o isolamento da Revolução bolchevique acentua-se a partir da estratégia de ataque à interpretação marxista da Revolução Francesa como revolução burguesa. Este processo de liquidação da categoria de *revolução burguesa* como conceito explicativo da contemporaneidade – o que pretende deslegitimar a Revolução de 1917 – atinge também a Revolução Francesa, uma vez que sua historiografia – e não apenas a marxista – foi tradicionalmente desenvolvida a partir deste referencial teórico. Neste contexto, compreende-se a argumentação *revisionista* baseada na concepção de *dérápée*: trata-se da depreciação da Revolução Francesa, cuja fase jacobina teria significado uma espécie de *desvio* da *normal* e conveniente lógica reformadora própria das Revoluções Inglesa e Americana. Contrariamente, o caso francês teria evidenciado um “delírio

---

<sup>54</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 17, 18.

ideológico” capaz de produzir o Terror, e um século depois, o *gulag*.<sup>55</sup> Desse modo, tendo em vista o contexto de Guerra Fria em que se desejava deslegitimar a tradição revolucionária bolchevista, procedeu-se ao ataque da Revolução Francesa como modelo revolucionário “degenerado” – sob a forma do jacobinismo –, e a origem das “doenças ideológicas” que assolavam o século XX.

Como consequência da condenação da Revolução Russa e da liquidação da tradição revolucionária promovidas pelo *revisionismo histórico*, ocorre uma crise da ideologia que uniu os Aliados em torno da Primeira e Segunda Guerra Mundial – ideologia esta fortemente ancorada na tradição revolucionária e na memória da Revolução Francesa, tal como já foi ressaltado. Logo, um outro aspecto do *revisionismo histórico* consiste em uma releitura dos dois conflitos mundiais: levando-se em conta a deslegitimação da tradição revolucionária, na qual a interpretação desses fenômenos estava baseada, Fascismo e Nacional-Socialismo ganham uma conotação mais branda.<sup>56</sup> Neste aspecto, é paradigmática a interpretação de Ernst Nolte no sentido de evidenciar a incrível capacidade da argumentação *revisionista* em deturpar os fatos históricos: ao entender as guerras mundiais como “guerra civil internacional” contra o bolchevismo, as ideologias fascista e nacional-socialista conquistam a legitimidade histórica de terem feito oposição ao comunismo. Além disso, a reinterpretação dos conflitos mundiais sustenta-se em uma estratégia argumentativa relativizadora das atrocidades praticadas pelos nazis, através de sua comparação e equiparação a diversos outros atentados contra os direitos humanos ocorridos durante o século XX.

Tendo em vista estas variadas origens do *revisionismo histórico*, é possível traçar uma clara relação entre este pensamento e a ideologia neoliberal. Segundo Losurdo, trata-se de dois elementos de um mesmo movimento: ambos convergem em torno da negação dos direitos econômicos e sociais, o que pressupõe a liquidação da tradição revolucionária.<sup>57</sup> É possível afirmar, portanto, que no atual contexto histórico pós-Guerra Fria, as análises *revisionistas* apresentam-se muito comprometidas com a ideologia neoliberal, uma vez que ambas – as primeiras através do discurso historiográfico, e a segunda por meio do discurso político – pretendem atacar e liquidar a tradição revolucionária, que não seria viável na

---

<sup>55</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 19.

<sup>56</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 20, 21.

<sup>57</sup> LOSURDO, *op. cit.* p. 26.

atual conjuntura do capitalismo mundial. Assim, faz-se bastante conveniente aos propósitos neoliberais a violenta deslegitimação da revolução socialista através do exemplo da Revolução de 1917. No âmbito do pensamento neoliberal, o ataque *revisionista* à Revolução Russa – acusada de proporcionar terror e autoritarismo por conta do *delírio ideológico* – e à tradição revolucionária jacobino-bolchevista é apreendido como uma generalização para o caráter negativo, necessariamente autoritário e excludente, das revoluções sociais – e especialmente aquelas comprometidas com a perspectiva socialista. Como consequência, pode-se dizer que a análise *revisionista* legitima a asserção neoliberal segundo a qual a *modernidade globalizada* não suporta profundas transformações sociais; nesse sentido, apenas o reformismo constitui política viável, sob pena de ocasionar crises de *ingovernabilidade*.

Portanto, tal como demonstra Losurdo, data do período inicial de Guerra Fria o desenvolvimento de interpretações com o fim de deslegitimar a tradição revolucionária. No entanto, pode-se afirmar que só a partir de fins dos anos 1980 estas versões passaram a angariar um grande número de adeptos, influenciando na memória coletiva das sociedades europeias. É possível situar aí a emergência do *revisionismo histórico* como tendência crescentemente significativa, não apenas na historiografia como também na sociedade de uma forma geral. Neste âmbito, os meios de comunicação social representam um veículo privilegiado na divulgação e tentativa de inculcar tais interpretações históricas no seio da opinião pública das sociedades.

Neste sentido, é possível afirmar que o desenvolvimento de uma teorização a respeito desta atual tendência de *revisionismo histórico* remonta à *controvérsia entre historiadores* alemães em 1986/1987 (*Historikerstreit*). A situação que passou a ser denominada *controvérsia entre historiadores* (*Historikerstreit*) teve início no Verão de 1986 quando o filósofo alemão Jürgen Habermas critica publicamente as interpretações *revisionistas* de certos historiadores alemães a respeito do período nazista. Segundo Hans-Ulrich Wehler, tratou-se, não de uma provocação, e sim de reação a uma ofensiva *revisionista* anterior e sistemática.<sup>58</sup> Aquilo que inicialmente parecia ser uma discussão científica entre historiadores, desenvolve-se no sentido de uma ampla controvérsia pública

---

<sup>58</sup> WEHLER, Hans-Ulrich. *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il passato?* Florença, Ponte Alle Grazie, 1989. Tradução do original alemão *Entsorgung der deutschen Vergangenheit? Ein polemischer Essay zum "Historikerstreit"*, Munique, Verlag C. 1-1. Beck, 1988.

envolvendo questões fundamentais da consciência política e da identidade social da República Federal Alemã. De acordo com Wehler, a contenda abrangeu três aspectos principais: a valorização histórica da política nacional-socialista, de seus crimes de massa e guerra de extermínio, assim como seus significados para o presente e o futuro do país; a tentativa de relativização dos crimes nazistas; a pretensa perda de identidade capaz de criar estabilidade, suscitando a proposta de um novo sentido de identidade inspirado nos valores da viragem conservadora. Em crítica às investidas *revisionistas*, Habermas – tal como os demais atores intervenientes no conflito em seu apoio – considera tratar-se de uma “tendência apologética” do período nazista.<sup>59</sup>

De acordo com Wehler, a *controvérsia entre historiadores* envolveu, principalmente, a crítica às interpretações de três historiadores *revisionistas*: Ernst Nolte, Andreas Hillgruber e Michel Stürmer. Nolte define o nacional-socialismo como uma imitação radicalizada da política de extermínio já levada a cabo anteriormente na Rússia, com a diferença de que ao invés de extermínio de classe, ocorreu um extermínio de raça. Nesta perspectiva, o *Gulag* foi o modelo de *Auschwitz*, e o bolchevismo atuou tanto como exemplo quanto como ameaça – contra a qual Hitler teria reagido “excessivamente”. Nolte reconhece que o extermínio biológico nazista é qualitativamente distinto do extermínio social bolchevista; argumenta, no entanto, não ser possível criticar o primeiro sem levar em conta o segundo, já que existe entre ambos um “nexo causal”. Diante de tal relativização da responsabilidade política nazista – desviada para o bolchevismo soviético –, Nolte defende, finalmente, que, ao longo do século XX, vários foram os Estados que tiveram sua “época hitleriana”, com uma grande quantidade de vítimas e monstruosidade. Neste sentido, o extermínio perpetrado pelos nazistas é, de certa forma, desculpabilizado ao ser compreendido como mais um entre tantos massacres de massa do século.<sup>60</sup>

Hillgruber considera a existência de duas complexas consequências da Segunda Guerra Mundial, entendidas como “catástrofes nacionais”: por um lado, o assassinato dos judeus no território da Alemanha nazista entre 1941 e 1944; por outro lado, a posterior perseguição dos alemães da Europa centro-oriental e a desintegração do território alemão. Hillgruber reconhece que as duas catástrofes assentam em premissas diferentes, assim

---

<sup>59</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 27

<sup>60</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 23, 54.

como também é diversa a responsabilidade: pois se o assassinio judeu foi consequência da doutrina racista tornada ideologia de Estado na Alemanha de Hitler, a perseguição dos alemães do território oriental e desmembramento do Reich foi não apenas uma resposta como também um objetivo das potências adversárias. Além disso, este autor defende a identificação do historiador com o exército alemão da frente oriental, devido ao seu esforço e sacrifício para salvar aquela população da vingança e violações do Exército Vermelho.<sup>61</sup> Nos termos de Wehler, também esta interpretação evidencia uma tentativa de minimizar a responsabilidade política da Alemanha nazista, o que, sem dúvida, reflete um posicionamento político, já que se baseia numa relativização sobre a responsabilidade nacional-socialista nas consequências da guerra:

“Come ‘catastrofe’ si doveva analizzare, infatti, ‘non solo’ l’uccisione di sei milioni di ebrei, ‘non solo’ i sette milioni di morti che la guerra del Terzo Reich e l’immediato dopoguerra, con la distruzione dello Stato e l’amputazione territoriale, avevano provocato fra gli stessi tedeschi, per non parlare dei 21 milioni di russi morti dal 1941 al 1945 o del fatto, forse meno noto, che un polaco su cinque (4,5 milioni in tutto) e uno jugoslavo su cinque (1,7 milioni) erano morti per la guerra di Hitler. Come ‘vittima’ di questa ‘catastrofe’ andava ora soprattutto considerato, piuttosto, ‘il centro d’Europa, frantumato in guerra’. Con una formulazione scandalosa, sia nella forma che nel contenuto, il genocidio degli ebrei praticato dal regime nazista e *una* delle pur gravi conseguenze della guerra, cioè la distruzione del vecchio sistema degli Stati europei, venivano trattati sullo stesso piano, come equivalenti, e così le ‘vittime’ di entrambi. Si suggeriva con ciò ai lettori uno *status* categoriale in via di principio analogo per fenomeni storici e oggetti di ricerca di fatto molto diversi fra loro”.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 56, 57, 58, 59

<sup>62</sup> WEHLER, p. 57. Itálico no original.

Wehler questiona ainda a lógica de semelhante relativização, baseada em tal inversão de valores:

“Davvero la tendenza tedesca all’introspezione esasperata (qui portata all’estremo) e all’autocommisurazione porterà a non considerare più l’incommensurabile opera di sterminio della Germania nazista, con tutte le sue atrocità, come ‘la più grave conseguenza della guerra’, lasciando il primato alla perdita (per colpa propria) dei territori orientali e alla conseguente cacciata dei tedeschi che li popolavano?”<sup>63</sup>

Stürmer, por sua vez, defendia a ideia de crise da identidade social alemã, motivo pelo qual cabia aos historiadores “atribuir” uma nova identidade à Alemanha, livre da “obsessão de culpa” sobre o período nazista. Todavia, Wehler argumenta que a identidade social não pode ser artificialmente “atribuída”, pois se trata de um processo de construção e reflexão social. Ao invés de uma tal concepção conservadora de identidade social, Wehler sugere que:

“Una identità tedesco-occidentale più auspicabile dovrebbe invece mantenere una costante disponibilità all’esame critico di tutti i problemi che le derivano dalla storia tedesca e dal mondo vitale dei singoli. Dovrebbe avere la capacità di affrontare la dolorosa memoria di un passato che non potrà mai svanire nella pallida luce di una ‘normalizzazione’ o di una ‘relativizzazione’. (...) Ma la nuova ‘ideologia tedesca’ degli storici che predicano questa ‘politica del dimenticare che conferisce senso’, o la memoria ‘relativizzante’, o la smania di identità (...) si risolverà davvero (...) nella formula della ‘storia come rinuncia alla memoria’? La maturità e la consapevole identità del cittadino tedesco-occidentale si misureranno, anche in futuro, sulla sua disponibilità a confrontarsi con il grave fardello del nostro passato in

---

<sup>63</sup> WEHLER, p. 128.

maniera autocritica, libera da ogni arroganza e scevra da qualsiasi desiderio di rimozione”.<sup>64</sup>

É justamente contra tais interpretações *revisionistas* que incide a crítica de Habermas, a qual propicia o *Historikerstreit* – uma discussão pública sobre o passado recente alemão através dos meios de comunicação social. Cabe mencionar a crítica manifestada por um dos intervenientes, o historiador Christian Meier, sobre a utilização *revisionista* da palavra *vítima* – já que se trata de argumento *revisionista* aplicado aos mais diversos casos nacionais: segundo Meier, a utilização do termo *vítima* para designar tanto os prisioneiros quanto os guardas dos campos de concentração implica a perda de significado do conceito, uma vez que iguala vítimas e algozes. De acordo com Meier, não se pode permitir que a consciência político-social alemã a respeito da monstruosidade ocorrida entre 1933 e 1945 seja anulada, removida ou manipulada.<sup>65</sup>

Wehler considera que o tipo de comparação utilizado pelas interpretações *revisionistas*, ao invés de primar pela verificação das diferenças e afinidades, promove uma distorção dos contextos históricos em análise, o que evidencia o desrespeito pelas regras metodológicas da historiografia com vistas à defesa de posições políticas. De acordo com Wehler, tais interpretações não propõem nenhum argumento científico sério ou novo. Trata-se, ao invés disto, de apologia política sob vestes históricas, cujo intuito é aliviar a consciência alemã de sua responsabilidade histórica no que tange ao passado recente da Segunda Guerra Mundial, pretendendo-se transferir tal responsabilidade para as teorias de Marx ou as ações dos bolchevistas.<sup>66</sup> Nesse sentido, considera Wehler que:

“[C]hi cerca di relativizzare l’unicità dei crimini nazisti risalendo alle teorie di Marx e alle azioni dei bolscevichi, o tenta di concettualizzarla come reazione ad esempi di atrocità precedenti, non può respingere con indignazione gli interrogativi sulle sue intenzioni politiche (...) [C]hi rivela un nazionalismo poco mediato – proponendo identificazioni inopportune, rimpiangendo il vecchio ‘centro d’Europa’ e rigettando la

---

<sup>64</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 133.

<sup>65</sup> WEHLER, *op.cit.* p. 97, 98.

<sup>66</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 131, 24.



responsabilità per la sua ‘distruzione’ sugli obiettivi di guerra britannici – si schiera inevitabilmente a destra, e mina il tanto invocato legame con l’Occidente”.<sup>67</sup>

Neste ponto, é importante discutir algumas consequências do desenvolvimento de interpretações *revisionistas*. Uma primeira questão consiste na desvalorização do conceito de *fascismo*. Isto pode ser explicado, por um lado, pelo questionamento da noção de *antifascismo*, e, por outro lado, pela maior utilização da ideia de *totalitarismo*, de modo que *fascismo* deixa de ser empregado como um conceito abrangente e útil para a compreensão da realidade social de uma época – restringindo-se praticamente ao caso italiano. Ao tratar desta situação na historiografia alemã, Enzo Traverso menciona o “desaparecimento do conceito de fascismo”, como consequência da concepção de singularidade histórica do nazismo. Segundo Traverso, a opção por privilegiar uma visão *totalitarista* da Alemanha nazista sobre as diferentes teorias do fascismo não é nova; a novidade dos últimos anos consiste na adoção desta atitude por politólogos e historiadores de esquerda. Traverso acrescenta que este fenômeno também pode ser explicado pelo fato de que a noção de *antifascismo* – e em decorrência, a utilização do termo *fascismo* – consistia em ideologia de Estado na RDA (República Democrática Alemã), o que acarreta a sua desvalorização após a reunificação.<sup>68</sup> Neste contexto, Traverso questiona o modelo de comparação privilegiado pelo *revisionismo histórico*:

“¿La noción de totalitarismo, que ha conocido un renacimiento espectacular a lo largo del último decenio tanto en Alemania como en el resto de Europa, sería más apta para asimilar esta singularidad? ¿El desplazamiento de la comparación histórica entre el fascismo italiano y el nazismo a la relación entre el nazismo y el comunismo es más clarificador para conocer la naturaleza del régimen hitleriano y la singularidad de sus crímenes? ¿El paralelismo del ‘doble pasado

---

<sup>67</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 158, 159.

<sup>68</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 85, 87.

totalitario’ de Alemania – el del Tercer Reich y el de la RDA (...) – llevaría a conclusiones de más valor heurístico? Se puede dudar”.

De acordo com este autor, não se trata de negar a singularidade dos crimes nazis, mas de reconhecer que suas premissas históricas – o antissemitismo, o racismo, o colonialismo, a contrailustração, a modernidade técnica e industrial – estavam amplamente presentes, com distintos graus de intensidade, no conjunto do mundo ocidental. De modo que é possível compreender o nazismo, apesar de todas as suas particularidades, sob o ponto de vista de sua condição de pertença a uma família política mais ampla: a dos *fascismos* europeus. Tal como ressalta Traverso, a tendência recente de rechaçar semelhante referencial teórico favorece, por exemplo, a reabilitação do fascismo italiano, o qual é *branqueado* em função da ênfase na singularidade nazista<sup>69</sup> – e poder-se-ia acrescentar que algo semelhante também se passa em Portugal quanto ao regime salazarista.

Outra consequência geral das interpretações *revisionistas* é a desvalorização do projeto de revolução. De acordo com Traverso, após o fim do socialismo real, a própria ideia de revolução foi criminalizada, encerrada dentro da categoria *comunismo* e arquivada no capítulo de *totalitarismo* da História do século XX. Isto promove uma imensa distância em relação à memória comunista prevalecente em muitas sociedades europeias durante grande parte do século passado; esta memória era muito mais abrangente, e apesar de envolver também aspectos negativos, significava fundamentalmente esperança, uma alternativa pela qual valia a pena lutar – contra o fascismo, a injustiça e a opressão. Sendo assim, Traverso identifica, após a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS, um fenômeno de fusão entre a memória dos crimes nazistas e a memória do socialismo real:

“Se han vuelto indisociables, como los iconos de una era de los tiranos, definitivamente acabada. La elaboración de la memoria del pasado fascista y nazi, iniciada desde hace algunos decenios en varios países europeos, se ha incrementado con el fin del comunismo. La consciencia histórica del carácter asesino del nazismo ha servido de parámetro para

---

<sup>69</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 89, 90.

medir la dimensión criminal del comunismo, rechazado en bloque – regímenes, movimientos, ideologías, herejías y utopías incluidas – como uno de los rostros de un siglo de barbarie. La noción de totalitarismo, antes arrinconada en las estanterías de la Guerra Fría, ha conocido un retorno espectacular como clave de lectura más apta o, incluso, como la única capaz de descifrar los enigmas de una época de guerras, de dictaduras, de destrucciones y de masacres. (...) Si el nazismo y el comunismo son los enemigos irreductibles de Occidente, éste deja de ser la fuente para convertirse en la víctima, erigiéndose el liberalismo en su redentor”.<sup>70</sup>

Nesse sentido, evidencia-se, uma vez mais, a relação entre a ideologia do *fim da História* e as concepções defendidas pelo *revisionismo histórico*. Traverso acrescenta que processo semelhante ao ocorrido com a memória do comunismo nas sociedades contemporâneas também se deu com a memória do anticolonialismo, cuja noção de movimento de emancipação foi superada pelas representações de guerras e massacres.<sup>71</sup>

Vale a pena destacar ainda alguns outros casos de *revisionismo histórico*, de modo a obter-se um panorama geral desta tendência. Em estreita relação com a anteriormente mencionada transformação da memória do comunismo, encontra-se o movimento de *revisionismo* sobre a Revolução Russa: deixando de ser considerada como um dos principais acontecimentos históricos do século XX, a Revolução de Outubro começa a ser desqualificada na condição de acidente histórico.<sup>72</sup> É nítida a analogia entre o *revisionismo histórico* da Revolução Francesa e o da Revolução Russa.

Ao tratar do “uso público da História” na URSS, Marcello Flores salienta que após a abertura introduzida pela *glasnost* tem início uma intensa discussão pública nos meios de comunicação com o fim de deslegitimar a versão da História anteriormente erigida em “verdade de Estado”. Todavia, o processo alcança proporções tais que passam a ser questionadas e julgadas desde o bolchevismo, as concepções de Lenin e do marxismo

---

<sup>70</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 75, 76.

<sup>71</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 78, 79.

<sup>72</sup> ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História. Situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo, Xamã, 2004. p. 85.

russo, de Marx e do pensamento radical e democrático russo do século XIX, até às ideias de Rousseau e Platão. Desta forma, segundo Flores, prevalece uma construção da História deformada – já que contextos históricos específicos são desconsiderados em favor de premissas políticas e ideológicas em voga no presente. Como ápice deste movimento de reescrita e manipulação política da História, ocorre a reabilitação do passado anterior à Revolução. Nos termos de Flores:

“[I]l passato pre-rivolucionario ha acquistato, in ogni sua espressione, un alone di riscoperta positiva, di vicinanza e quasi di intimità, inversamente proporzionale alle condanna, al discredito o all’oblio in cui era stato posto dal regime comunista”.<sup>73</sup>

No caso francês, o *revisionismo histórico* manifesta-se – além da releitura da Revolução Francesa – na desvalorização da luta antifascista contra o regime de Vichy. Segundo Henry Rousso, a luta contra o nazismo passa a reduzir-se, retrospectivamente, a uma aliança com o comunismo – o que, ironicamente, se aproxima da argumentação utilizada pelos próprios nazistas e pelo regime de Vichy para desqualificar a luta empreendida pela resistência.<sup>74</sup> De acordo com Rousso, semelhante visão *revisionista* denota um alto grau de anacronismo, já que ignora as especificidades do contexto histórico; trata-se de anacronismo que ultrapassa em larga medida o natural fenômeno de reescrita da História à luz das motivações do presente:

“Anachronique, telle est une certaine lecture idéologique de la Résistance et de l’histoire des résistants, qui fustige les engagements antifascistes, malgré leur diversité et leurs motivations multiples. Le tout sous couvert d’un ‘antistalinisme’ d’autant plus suspect que ses hérauts d’aujourd’hui furent hier ses meilleurs défenseurs. Telle est aussi une vision simpliste qui écarte d’un même mouvement et les résistants précoces et les résistants tardifs; et les anonymes de 1940, souvent

---

<sup>73</sup> FLORES, Marcello. “La fine del comunismo” in GALLERANO, Nicola. *L’uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. p. 234, 235.

<sup>74</sup> CONAN, Eric; ROUSSO, Henry. *Vichy. Un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, 1994. p. 228, 229.

oubliés, et ceux, parfois plus célèbres, de 1943, dénoncés constamment au nom de la morale facile de ceux qui savent comment l’histoire s’est terminée. L’anachronisme atteint son paroxysme lorsqu’on finit par confondre dans l’opprobre le mythe résistancialiste d’après-guerre et la réalité du fait résistant, un processus aussi contraire à la vérité que les légendes gaullistes ou communistes qui ont prétendu réécrire l’histoire de tous les Français sous l’Occupation à l’aune de la minorité qui avait sauvé leur honneur”.<sup>75</sup>

Sendo assim, Rousso questiona a validade do relativismo defendido pelo pensamento pós-modernista – e muito conveniente às interpretações *revisionistas* – segundo o qual todos os pontos de vista e perspectivas devem ser considerados legítimos e equivalentes, negando-se a possibilidade de existência da *realidade* para além das representações:

“Ce ‘relativisme’ est porteur de lourds dangers car il finit par postuler qu’il n’y a pas d’histoire commune possible, qu’elle soit nationale ou autre, mais *seulement* des représentations antagonistes et différenciées du passé, sur la base des critères idéologiques, ethniques, géographiques, sociaux, sexuels... Aucun historien digne de nom, fut-il des plus acharnés contre le ‘positivisme’, ne peut rester indifférent devant le doute ainsi instillé quant à la possibilité d’écrire une histoire recelant une part minimale, incompressible de vérité et d’unité (...)”.<sup>76</sup>

Tal como em França, em Itália o *revisionismo histórico* envolve a deslegitimação da resistência antifascista. Conforme ressalta Traverso, a noção de *antifascismo* consistiu em um importante pilar de legitimação sobre o qual se erigiram as instituições republicanas nascidas ao final da Segunda Guerra Mundial, de sorte que durante mais de trinta anos a interpretação histórica do fascismo foi indissociável de sua condenação ética e política.

---

<sup>75</sup> CONAN; ROUSSO, *op. cit.* p. 268, 269.

<sup>76</sup> CONAN; ROUSSO, *op. cit.* p. 284, 285. Itálico no original.

Contudo, desde finais dos anos 1970 teve início uma leitura do passado que procurava enfatizar o consenso sobre o qual se apoiara o regime de Mussolini, ao mesmo tempo em que pretendia distanciar-se da lógica da tradição antifascista. Segundo Traverso, esta viragem historiográfica aprofunda-se durante a década de 1990, favorecida pelo fim dos partidos que fundaram a República – Partido Comunista, Democracia Cristã e Partido Socialista – e legitimada pelo governo de forças políticas herdeiras do fascismo – a atual Aliança Nacional. Neste contexto,

“La crisis de los partidos y de las instituciones que encarnaban la memoria antifascista ha creado las condiciones para la emergencia de otra memoria, hasta ahora silenciosa y estigmatizada. El fascismo es ahora reivindicado como un trozo de Historia nacional, el antifascismo rechazado como una posición ideológica ‘antinacional’ (el 8 de septiembre de 1943, fecha de la firma del armisticio y del comienzo de la guerra civil, ha sido presentado como símbolo de la ‘muerte de la patria’; Galli della Logia, 1999). El resultado ha sido, en otoño de 2001, un discurso oficial del presidente de la República, Carlo Azeglio Ciampi, conmemorando indistintamente a ‘todas’ las víctimas de la guerra, es decir judíos, soldados resistentes y milicianos fascistas, desde eso momento llamados, afectuosamente ‘los muchachos de Saló’ (*i ragazzi di Salò*). Dicho de otra manera, una conmemoración conjunta de los que murieron en las cámaras de gas y de quienes los ficharon, los detuvieron y los deportaron. Como si, rindiendo homenaje a su memoria, el Estado no tuviera que pronunciarse sobre los valores y las motivaciones de sus actos, o aún peor, como si pudiera poner en el mismo plano verdugos y víctimas, objetos de memorias ‘simétricas y compatibles’”.<sup>77</sup>

Tal como já fora mencionado anteriormente, a interpretação histórica *revisionista* que pretende equiparar vítimas e algozes é onipresente nos mais diversos casos nacionais,

---

<sup>77</sup> TRAVERSO, p. 44, 45.

desde as sociedades europeias que passaram por experiências fascistas até aos casos de ditaduras militares latino-americanas. Sob o pretexto de cultivar o consenso político no presente através da *superação* das contendas do passado, pretende-se, na verdade, deslegitimar as lutas políticas passadas, especialmente quando estas envolviam uma perspectiva socialista. Assim, ao serem colocados no mesmo plano algozes e vítimas políticas intenta-se enfatizar o duplo equívoco de ambas as partes, condenando-se tanto as experiências autoritárias do passado quanto os movimentos políticos que as contrariaram – no universo europeu, os movimentos antifascistas, herdeiros da tradição jacobino-bolchevista e marxista; no caso latino-americano, as organizações de luta armada desejosas da revolução social de caráter socialista. Nestes termos, negligencia-se a compreensão da complexidade do contexto histórico em que tais situações ocorreram em favor do objetivo do presente de deslegitimar aquelas lutas políticas – o que, em consequência, acaba por *branquear* e desculpar as experiências autoritárias de sentido inverso.

### 2.3 – “Uso público da História”: definição do conceito

O conceito de “uso público da História” remonta ao *Historikerstreit*, quando Jürgen Habermas propõe o termo para a definição de um debate público ao mesmo tempo ético e político sobre o passado. Para Habermas, um tal debate desenvolve-se sempre em “primeira pessoa” – abrangendo, portanto, juízos políticos sobre o presente e o futuro que envolvem as noções de memória coletiva e identidade social – e diferencia-se do discurso científico, travado em “terceira pessoa” – ou seja, segundo critérios metodológicos de objetividade. Nesse sentido, Habermas pretende distinguir dois planos do discurso histórico: o científico e o ético-político, este último travado no âmbito da esfera pública através dos meios de comunicação social.<sup>78</sup> Esta definição chama imediatamente a atenção para a oposição entre *História* – discurso em “terceira pessoa” – e *uso público da História* – discurso em “primeira pessoa” –, ou, em outros termos, entre *historiografia* e *memória coletiva* – já que o mecanismo de *uso público da História* alude diretamente à lógica da memória coletiva, em relação a qual a historiografia deve manter um distanciamento crítico.

---

<sup>78</sup> GALLERANO, Nicola. “Introduzione” in GALLERANO, Nicola. *L’uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. p. 7, 8.

Uma primeira crítica a tal definição poderia ser a argumentação de que *uso público da História* constitui um conceito ambíguo, uma vez que sugere a hipótese de um uso “privado” – restrito aos especialistas –, além de implicar a existência de um uso “impróprio” da História.<sup>79</sup> O problema, portanto, situa-se na separação entre, por um lado, *História científica* e *discurso público sobre a História*, e, por outro lado, *utilização controlada da História no meio acadêmico* e *utilização da História sujeita à manipulação política no discurso público*. Segundo Peppino Ortoleva, existem dois modelos principais de análise da relação entre *História* e *meios de comunicação social*: um deles, ligado às concepções pós-modernistas, entende que os meios de comunicação negam a História, pois seu *discurso* sobrepõe-se à consciência temporal, tornando tudo contemporâneo; o segundo modelo pretende identificar as características específicas de uma *História dos media* de forma a delimitar suas diferenças com relação a outros tipos de História, em particular a *História científica*. Neste segundo modelo interpretativo existem, de acordo com Ortoleva, diferentes proposições: a ideia de *História do alto* e *História de baixo*, em que a primeira associar-se-ia a uma História oficial e hegemônica; a oposição, proposta por Jacques Le Goff, entre *História* e *memória*, uma vez que a memória coletiva constituiria o espaço de formação e circulação dos mitos, de tradições inventadas e das versões “oficiais”, sendo os meios de comunicação os maiores propagadores desta versão mítica do passado – de acordo com esta perspectiva, cabe aos historiadores conquistar espaços para a História científica nos meios de comunicação, de modo a reduzir a influência dos mitos da memória coletiva –; a teoria de Marc Ferro que contrapõe o papel dos historiadores e a *História científica* aos *foyers de la conscience historique*, sujeitos à instrumentalização e dos quais os *media* seriam apenas um exemplo; e, finalmente, a noção que opõe *uso público* ao *uso científico da História*, identificada à posição de Habermas.<sup>80</sup>

Contra tais formas de compreender a relação entre *meios de comunicação* e *História*, Ortoleva argumenta que estas privilegiam, geralmente, a televisão, ou a oposição entre as categorias de imagem e texto, em que acaba por haver uma idealização da função positiva do livro contra o caráter destrutivo da TV; no entanto, também o livro, e inclusive

---

<sup>79</sup> GALLINA, Vittoria. “Il sapere storico come strumento didattico: processi di costruzione di identità a scuola” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. p. 103.

<sup>80</sup> ORTOLEVA, Peppino. “Storia e mass media” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. p. 63-68



o livro de História, pode ser meio de comunicação de massa na sociedade atual, havendo, além disso, uma grande variedade nas formas de circulação do discurso escrito sobre o passado. Por isso, a crítica sobre os efeitos dos meios de comunicação sobre o saber histórico deveria ser menos genérica, abrangendo tais diferenciações. Todavia, o principal problema, segundo Ortoleva, é a visão defensiva da História, entendida como um saber “autêntico” constantemente ameaçado pelos *media*:

“Da un lato, si parla del ‘senso della storia’ come si trattasse di una visione del mondo unica e definitiva, rispetto alla quale (...) o si ha una visione storica del mondo o non la si ha (...); dall’altro lato, si parla della ‘storia-scienza’ come mondo dai confini precisi, e nettamente separabile dalla storia ‘non-scientifica’: questa è la concezione implicita nelle tesi (...) di un Ferro o di un Le Goff, ma anche, più sottilmente, in quelle di Habermas”.

Dessa forma, Ortoleva identifica dois posicionamentos opostos para compreender a relação entre *meios de comunicação* e *História*: a noção de História “autônoma”, separada dos *foyers* da consciência histórica (os *media*, a escola, as instituições, algumas organizações da sociedade civil); e a ideia de História segundo o pensamento pós-modernista ou desconstrutivista. Sobre esta última posição, considera Ortoleva que

“questo atteggiamento è il rovescio speculare di quello precedente: se rinunciamo all’ideale, in fondo ottocentesco, di un sapere storico ‘puro’ e non inquinato, dobbiamo rinunciare anche all’ideale di una ricostruzione veritiera o quanto meno rigorosa; se rinunciamo a stabilire una gerarchia rigorosa tra sapere storico ‘autentico’ e ‘mito’, allora tutto diventa mito”.<sup>81</sup>

Rejeitando estas visões, Ortoleva propõe o modelo de “análise histórico-crítica da consciência histórica”, que pressupõe a aplicação dos instrumentos de crítica histórica aos

---

<sup>81</sup> ORTOLEVA, *op. cit.* p. 69, 70.

mais variados veículos de divulgação da História, inclusive a historiografia. De acordo com esta concepção, não há limites nítidos entre a *História científica* e o *uso público da História*, prevalecendo entre ambos uma relação de contínuos afastamentos e aproximações. Nos termos de Ortoleva,

“In primo luogo, dobbiamo leggere la conoscenza storica che circola in una società in un certo momento (e in particolare la conoscenza storica relativa ai periodi più vicini) come un sistema complesso, fatto di tante istituzioni diverse ma interdipendenti e mai rigidamente separabili, dalla famiglia alla scuola, dall’Università ai diversi settori dell’industria culturale. La storia ‘scientifica’, a differenza da quanto ha sostenuto da Ferro, non può essere posta all’esterno del sistema sociale della storia, ma va collocata essa stessa nei suoi propri luoghi sociali, va riconosciuta come una tra le diverse sedi di produzione e di circolazione del sapere storico, dotata, generalmente, di un compito specifico di ricerca e innovazione, ma sempre condizionata dalle richieste della società e del mercato”.<sup>82</sup>

Sem rejeitar a validade dos modelos interpretativos de Le Goff, Ferro e Habermas, para compreender as relações entre *História* e *memória coletiva*, considera-se esta crítica muito pertinente, pois chama a atenção para a necessidade de manter a crítica sobre a própria produção historiográfica. Afinal, se o *uso público da História* evidencia manifestações da memória coletiva dominante de caráter ético-político, estas também podem estar presentes na historiografia, de forma mais mediada e respeitando-se minimamente as regras metodológicas – a análise do *revisionismo histórico* demonstra, contudo, que muitas vezes esta ética metodológica é negligenciada. Portanto, é preciso levar em conta que a memória coletiva dominante pode exercer influência também sobre a produção historiográfica, assim como, contrariamente, algumas obras historiográficas de maior alcance podem influenciar a memória coletiva.

---

<sup>82</sup> ORTOLEVA, *op. cit.* p. 77.

Nesse sentido, é muito adequada a proposição alargada de Nicola Gallerano sobre o conceito de *uso público da História*. Para Gallerano, pertencem a esta definição não só os meios de comunicação de massa (jornalismo, rádio, TV, cinema, teatro, fotografia, publicidade, etc.), mas também as artes e literatura, a escola, os museus históricos, monumentos e espaços urbanos, além de inumeráveis instituições (associações culturais, partidos políticos, grupos religiosos, étnicos e culturais, etc.). Todos estes elementos promovem – com objetivos mais ou menos declaradamente ideológicos ou partidários – leituras do passado a partir da memória dos grupos que representam. Assim, os políticos exercem importante papel na configuração do *uso público da História*, e inclusive obras científicas que alcançam um considerável impacto social também participam do *uso público da História*.

É importante mencionar a observação de Gallerano segundo a qual não se deve, necessariamente, atribuir um sentido nocivo à manifestação do *uso público da História*: apesar da possibilidade negativa de manipulação histórica no espaço público, o *uso público da História* pode significar um terreno de confronto que implica a participação ativa dos cidadãos, o que pode provocar frutos positivos em uma discussão pública sobre o passado recente.<sup>83</sup> Um exemplo desta situação é o já mencionado caso do *Historikerstreit*: segundo Hans-Ulrich Wehler, o balanço positivo da contenda supera seus elementos negativos, já que houve uma ampla discussão social sobre a consciência histórica do delicado passado recente alemão; o debate demonstrou, além disso, que a opinião pública é, em sua maioria, vigilante e crítica.<sup>84</sup>

Gallerano salienta que o *uso público da História* não é um fenômeno novo, identificando nos anos 1920 e 1930 o ponto de inflexão em que os meios de comunicação de massa, já consideravelmente difundidos, passaram a protagonizar conflitos políticos da época envolvendo fatos históricos. Contudo, o autor reconhece a emergência de uma hipertrofia do *uso público da História* nos últimos anos, o que atribui, em parte, ao marco

---

<sup>83</sup> GALLERANO, Nicola. “Storia e uso pubblico della storia” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. p. 17, 18.

<sup>84</sup> WEHLER, *op. cit.* p. 149.

de 1989. Pois o advento do fim da Guerra Fria e do bloco comunista ocasionou, nas mais diversas sociedades, um ímpeto por reescrever a História.<sup>85</sup>

Neste sentido, é possível afirmar que o fenômeno dos anos 1990 de intensa rememoração do passado recente – muitas vezes denominado *excesso de memória* – apresenta íntima relação com o imperativo de reescrever o passado ocasionado pela redefinição da ordem política mundial. Neste mesmo marco temporal pode-se situar, por um lado, a ratificação da viragem conservadora do pensamento político internacional – já iniciada desde meados dos anos 1970 –, e, por outro lado, o desenvolvimento da tendência de *revisionismo histórico* – que aplica à interpretação da História uma visão conservadora do mundo, sem dúvida influenciada por aquela viragem política. Assim, a atual recorrência do *uso público da História* nas sociedades deve ser compreendida sob a ótica do desenvolvimento da tendência de *revisionismo histórico*. Tal tendência, apesar de encontrar sua origem na historiografia, também se manifesta na memória coletiva das sociedades, sendo particularmente evidente nos espaços de disseminação do *uso público da História*. É justamente sob esta perspectiva de *uso público da História* que se pretende analisar a memória coletiva portuguesa sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974, através do estudo de dois diários nacionais: o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*.

---

<sup>85</sup> GALLERANO, Nicola. “Introduzione” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. p. 7, 8.

### **Capítulo 3 – O 25 de Abril através da imprensa (1985-1995)**

#### **3.1 – 1985-1988**

No período 1985-1988, a maior parte das referências ao 25 de Abril e ao processo revolucionário valorizam-nos positivamente em sua totalidade, sem ressaltar contrapartidas. Não se pode dizer que neste período o *revisionismo histórico* já constituía uma corrente de pensamento político-ideológica; no entanto, existem já tendências *revisionistas*, as quais são, todavia, largamente superadas pelas críticas a estas tendências. Além disso, predominam neste período posicionamentos contrários ao socialismo, o que, em muitos casos, está relacionado à defesa da revisão constitucional. Esta polémica, por sua vez, mantém-se relativamente equilibrada, havendo uma ligeira predominância de pontos de vista contrários à revisão da Constituição. Há ainda uma considerável quantidade de referências à Comunidade Europeia como elemento de redefinição da identidade portuguesa.<sup>1</sup>

Especificamente sobre cada um dos anos deste período, pode-se dizer que tanto em 1985 quanto em 1988 há uma considerável superação das opiniões que valorizam a revolução em sua totalidade sobre aquelas que a valorizam com ressalvas. Nos anos 1986 e 1987, contudo, as apreciações sobre este aspecto mostram-se equilibradas. No mesmo sentido, há em 1985 e em 1988 uma clara superação das posições críticas às tendências *revisionistas* em relação às manifestações de juízos deste teor, situação que, no entanto, se encontra equilibrada nos anos 1986 e 1987. Além disso, concentram-se nos anos 1985 e 1986 as poucas referências diretamente favoráveis ao socialismo. Também nestes anos há menção da questão da crise de identidade nacional. A ocorrência de alusões à Comunidade Europeia, por sua vez, permanece relativamente constante ao longo destes quatro anos.

---

<sup>1</sup> É importante destacar que tais constatações se referem às ocorrências nos jornais em períodos próximos das datas que caracterizaram o processo revolucionário (25 de Abril, 28 de Setembro, 11 de Março, 25 de Novembro). Como o objetivo desta investigação é compreender a memória coletiva sobre a Revolução dos Cravos, não se procede à análise extensiva de todos os números dos periódicos para o período 1985-1995, pois se entende que fora dos períodos próximos às datas que marcaram a Revolução as referências a esta são muito limitadas. Portanto, muitas das apreciações mencionadas, como, por exemplo, a questão da revisão constitucional, são feitas a propósito dos aniversários e das comemorações do 25 de Abril, o que não necessariamente significa que correspondem à visão maioritária da sociedade sobre o tema.

É importante mencionar ainda acerca da direção dos periódicos analisados. O *Diário de Notícias*, ao longo do ano de 1985, apresenta como diretor e diretor-adjunto, respectivamente, Mário Mesquita<sup>2</sup> e Dinis de Abreu. Entre 1986 e 1988, o diretor deste jornal passa a ser Dinis de Abreu<sup>3</sup> e os diretores-adjuntos são Helena Marques e M. Bettencourt Resendes. Já o *Jornal de Notícias*, durante o ano de 1985 e parte do ano de 1986, possui como diretor José Saraiva<sup>4</sup> e diretor-adjunto, F. Pereira Pinto. Entre Setembro de 1986 e Março de 1987, Sérgio de Andrade passa a ser diretor interino deste jornal; a partir de Abril de 1987 e durante o ano de 1988, Sérgio de Andrade<sup>5</sup> ocupa o cargo de diretor e Frederico Martins Mendes, o de diretor-adjunto.

#### - Sobre o socialismo

Em Março de 1985, um artigo crítico da concepção condenatória do socialismo, da autoria de Francisco Marcelo Curto<sup>6</sup>, confere o tom da problemática a ser aprofundada nos anos subsequentes e que constitui um âmbito da argumentação *revisionista*: a oposição entre *socialismo* e *democracia*. A propósito de um comentário ouvido na Rádio Renascença em que se condenava o “Estado sufocador da economia em sua ânsia *socializante*”, o articulista salienta a confusão que se faz – e questiona se esta atitude será ou não de boa-fé – entre o “socialismo dito real” e o “socialismo democrático”. Pois “a ideia de socialização nada tem a ver com as hediondas corruptelas do ‘socialismo’ totalitário, da polícia e de partido único, geradoras inevitáveis do contrário da ideia socializante: racismo, repressão, tortura, colonialismo, privilégios de casta, de dinheiro ou de classe burocrática dirigente. Não, quem diz socialização não diz razão de Estado ou de práticas discriminatórias. Quem diz e faz socialização devolve ao povo e ao cidadão associado nas suas diversas capacidades individuais com outros cidadãos, a resolução e a organização dos seus problemas e necessidades”. E em antecipação do argumento a ser amplamente difundido, especialmente após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, Curto considera que “de tudo isto se diz ser utopia e no entanto receia-se e contraria-se e combate-se a sua

---

<sup>2</sup> Mário Mesquita (n.1950): Jornalista. Foi um dos fundadores do PS. Integrou a Assembleia Constituinte.

<sup>3</sup> Dinis de Abreu (n.1944): Jornalista. Iniciou sua atividade profissional em 1964, no *Diário Popular*.

<sup>4</sup> José Saraiva (1946-2005): Jornalista; dirigente e militante do PS.

<sup>5</sup> Sérgio de Andrade: Jornalista.

<sup>6</sup> Francisco Marcelo Curto (1937-2001): Advogado, professor universitário e um dos fundadores do Partido Socialista. Ocupou o cargo de ministro do Trabalho no I Governo Constitucional.

concretização. Porque essa ideia de socialização é verdadeiramente uma ideia revolucionária (...).<sup>7</sup>

Este artigo é muito interessante, pois apresenta uma visão crítica a argumento cada vez mais generalizado na contemporaneidade e expoente da hegemonia política conservadora da época. Semelhante posicionamento crítico acerca do sistema capitalista raramente volta a figurar na imprensa em análise, já que, cada vez mais, a ideia de que socialismo é sinônimo de utopia passa a ser assimilada pela opinião pública como expressão de um dado da realidade, e não uma opinião político-ideológica. Com efeito, a condenação do *socialismo* como política contrária à *democracia* constitui um dos pilares da argumentação *revisionista* no sentido de desvalorizar a Revolução de 1974. Portanto, semelhante artigo do início de 1985 reflete uma visão do mundo que sofre progressivo descrédito ao longo do período em análise.

Neste mesmo sentido, por ocasião das comemorações populares do 12º aniversário do 25 de Abril, em 1986, Francisco Louçã<sup>8</sup> afirmou que o 25 de Abril foi uma revolução que ficou a meio, apelando pela unidade das forças políticas para concretizar uma revolução socialista.<sup>9</sup> Contudo, mais numerosas são as opiniões contrárias ao socialismo. Em seção do *Diário de Notícias* dedicada ao destaque de trechos de artigos de opinião dos mais variados jornais portugueses, um editorial de *A Tarde*, de Março de 1985, defende que “um regime político formalmente democrático não pode ser considerado globalmente como tal enquanto as regras do jogo económico forem socialistas”. Tal apreciação é feita a propósito dos dez anos do 11 de Março, momento em que, segundo o editorial, foram criados os alicerces seguros de um poder *totalitário* identificado ao comunismo, de sorte que “aquilo que foi concebido para servir de base ao poder comunista jamais poderá ser fundamento de um poder democrático”. Nestes termos, o socialismo é entendido como uma “monumental desgraça” para o presente e o futuro de Portugal, tanto pior por estar “sacralizado na cadavérica rigidez da Constituição”.<sup>10</sup> Sem dúvida, esta visão condenatória

---

<sup>7</sup> “Socialização e Estado” in *Diário de Notícias*, 1 de Março de 1985, p. 7.

<sup>8</sup> Francisco Louçã (n.1956): Economista e professor universitário. Participou no movimento estudantil dos anos 1970; foi preso em 1972; em 1973, aderiu à LCI (Liga Comunista Internacionalista), de cariz trotskista, posteriormente – em 1978 – transformada no PSR (Partido Socialista Revolucionário). Foi um dos fundadores do Bloco de Esquerda, em 1999.

<sup>9</sup> “Não se assustem ao ver-nos juntos! – avisou Manuel Alegre” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 5.

<sup>10</sup> *A Tarde* - “11de Março”, do editorial in *Diário de Notícias*, 12 de Março de 1985.

do socialismo, do processo revolucionário e da Constituição evidencia a tendência do *revisionismo histórico*, ao utilizar o conceito de *totalitarismo* para contrapor *socialismo* e *democracia* – em uma lógica em que o *totalitarismo* é diretamente associado à ideia de *socialismo*. Além disso, a apreciação – pouco fiel aos fatos históricos – de “poder comunista” na sequência do 11 de Março constitui um aspecto de caráter *revisionista* extremamente permeável à memória coletiva dominante sobre o período revolucionário: a aplicação do conceito *comunismo* para expressar a hegemonia dos projetos políticos de esquerda em disputa ao longo do processo revolucionário pretende, ao simplificar e distorcer a História, desvalorizar a Revolução, identificando-a com um autoritarismo de sentido contrário ao regime derrubado em 25 de Abril.

Esta mesma noção de *socialismo X democracia* reaparece em Setembro de 1986 a propósito de uma nota que informa que os Franceses não querem o liberalismo, pois, segundo André Fontaine, trata-se de uma moda lançada pelo carisma mediático de Reagan e de um “ismo” como muitos outros, suscetível de tanto fanatismo quanto o socialismo. A notícia segue com a seguinte apreciação: “Mas, já agora, o que é o liberalismo?... Nasceu do século XVII como crítica ao absolutismo do direito divino. De há uma geração para cá renasce como uma crítica ao socialismo de Estado. Em ambos os casos, opõe-se a um absoluto, a um poder que não permite aos cidadãos discutir a sua legitimidade”.<sup>11</sup> Neste caso, apesar de o liberalismo ser considerado ideologia, é contraposto ao socialismo de modo que este é comparado a um poder absoluto, antidemocrático, portanto. Esta é a tônica do tipo de argumentação *revisionista* – muito assimilada pela opinião pública portuguesa – utilizada para interpretar o processo revolucionário, deslegitimando-o.

Pode-se dizer que a progressiva vulgarização de semelhante visão do mundo – tendo-se sempre em conta o contexto internacional de hegemonia político-ideológica conservadora – guarda íntima relação com a posição de descrédito que a Esquerda passa a enfrentar neste mesmo período. Esta problemática é abordada por José Medeiros Ferreira<sup>12</sup> em artigo de 1988, onde atesta que “há uma realidade muito mais dramática para a esquerda portuguesa, quinze anos após a queda da ditadura contra a qual praticamente sozinha lutou:

---

<sup>11</sup>“O liberalismo é moda” in *Diário de Notícias*, 26 de Setembro de 1986.

<sup>12</sup> José Medeiros Ferreira (n.1942): Historiador e professor universitário. Foi dirigente estudantil na crise de 1962; militante e dirigente do PS; ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros no I Governo Constitucional.



a anexação do poder político pela direita (...). Mais adiante o articulista indaga: “Que se pretende fazer da esquerda em Portugal? Uma real garantia da liberdade e da justiça social ou apenas a ilustração da existência de democracia política, hegemonizada esta por entidades que não se manifestaram contra a ditadura e para as quais o regime democrático é apenas um dado de facto?”.<sup>13</sup> Com efeito, a crise dos paradigmas de esquerda abre amplo espaço para a ofensiva político-ideológica de condenação do socialismo, o que abrange não apenas medidas políticas como também a memória coletiva das sociedades sobre o seu passado recente – no caso português, esta situação repercute na desvalorização da memória da Revolução dos Cravos.

#### - Sobre a revisão constitucional

Outras opiniões contrárias ao socialismo realizam-se em defesa da revisão constitucional. Assim, em 1985 o presidente da Comissão Política do CDS, Lucas Pires, deu conhecimento público do “Programa para a Democracia sem Socialismo”, alertando para a necessidade de reformas fundamentais necessárias para inverter a negativa situação política, econômica e social, de forma a preparar a integração na CEE (Comunidade Econômica Europeia). Sustentando a ideia de oposição entre *socialismo* e *democracia*, o líder do CDS afirmou “não fazer sentido que se mantenham artigos que constituem limites graves à plenitude do princípio democrático, assim como a Constituição econômica e social, que socializou as estruturas fundamentais da economia, da educação, das relações industriais e da informação”. Segundo esta mesma linha de argumentação e adotando interpretação *revisionista* sobre o 25 de Abril, Daniel Proença de Carvalho<sup>14</sup> defendeu a revisão constitucional como necessidade de corrigir os *desvios* cometidos em decorrência do 11 de Março. O advogado argumentou que o 25 de Novembro marcou um paradoxo, pois “no plano político, a democracia foi assegurada” enquanto “no plano econômico e social foi a perversão totalitária que ganhou”.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> “Formar o quadrado” in *Diário de Notícias*, 27 de Novembro de 1988, p. 9.

<sup>14</sup> Daniel Proença de Carvalho (n.1941): Advogado. Em 1986, foi diretor político da candidatura de Freitas do Amaral à presidência da República.

<sup>15</sup> “CDS propõe encontro sobre revisão com os partidos ‘não comunistas’”; “Nunca se poderá vencer a crise sem romper com o sistema político – disse Proença de Carvalho no American Club” in *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 1985, p. 3.

Neste mesmo ano de 1985, na sessão solene da Assembleia da República por ocasião do 25 de Abril, o deputado a discursar em nome do CDS, Gomes de Pinho, afirmou que “ou derrotamos o socialismo ou o socialismo derrota a democracia”. Defendia, portanto, a revisão constitucional “para remover o socialismo e para fazer avançar a alternativa democrática”. O deputado centrista avançou ainda com uma visão *revisionista* ao dizer que tal “necessidade de libertação da sociedade portuguesa” é idêntica àquela representada há onze anos pelo 25 de Abril<sup>16</sup> – subentendendo-se com isto a noção de que o *socialismo* impede a concretização da *democracia*. Nesta mesma sessão do Parlamento, também o líder parlamentar do PSD, António Capucho, defendeu a revisão constitucional, justificando a sua necessidade pela entrada na CEE.

No mesmo sentido, em 1986, o primeiro-ministro Cavaco Silva defendeu “a desdogmatização” da Constituição, “retirando-lhe as componentes ideológicas marxistas, nomeadamente nos princípios fundamentais e na parte económica”.<sup>17</sup> Da mesma forma, em 1987 novamente o CDS afirmou ser “a eliminação da ideologia e objectivos socialistas dos princípios fundamentais da Constituição” a primeira alteração proposta por este partido para a revisão constitucional, tal como anunciou o líder centrista Adriano Moreira.<sup>18</sup> Em Novembro de 1987, Cavaco Silva manifestou a opinião de que a revisão constitucional “significa a opção definitiva pelo modelo económico que vigora na CEE, permitindo ao mesmo tempo começar a enterrar, também definitivamente, o 11 de Março, e tudo o que ele trouxe de irracional e prejudicial à economia portuguesa”.<sup>19</sup> Em 1988, em discurso na sessão parlamentar do 25 de Abril, também o presidente da República, Mário Soares, evocou a CEE como justificativa para a revisão da Constituição, alegando a finalidade de aperfeiçoamento das instituições e melhor funcionamento de “uma sociedade que se quer democrática, moderna e europeia”.<sup>20</sup>

As opiniões contrárias à revisão constitucional são, em larga medida, manifestadas nas comemorações populares do 25 de Abril. Assim, em 1985 a valorização do texto

---

<sup>16</sup> “25 de Abril: festejar o passado e reflectir sobre o presente. Inadmissível que haja homens que trabalham sem serem pagos – viva denúncia do presidente Eanes” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1985, p. 2.

<sup>17</sup> “Cavaco quer reduzir número de deputados” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1986, p. 2.

<sup>18</sup> “CDS quer eliminar ideias socialistas da Constituição” in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1987, p. 2.

<sup>19</sup> “Cavaco Silva define revisão constitucional – A opção é o modelo económico da CEE ou a rejeição definitiva do 11 de Março” in *Jornal de Notícias*, 28 de Novembro de 1987, p. 2.

<sup>20</sup> “Constituição deve estar acima de querelas e ser traço de união entre os Portugueses – afirmou o Presidente da República na sessão solene” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 3.

constitucional constituiu o lema do cortejo alegórico que desfilou na Baixa do Porto.<sup>21</sup> Também em 1988 o lema que presidiu as celebrações do 25 de Abril no Porto foi “em defesa da Constituição”. Neste mesmo ano, nas comemorações populares de Lisboa os oradores criticaram o Governo de Cavaco Silva, com especial relevo para a questão da revisão constitucional e o ataque às conquistas democráticas. Este mesmo tom marcou também os discursos que se fizeram junto das ex-instalações da PIDE no Porto.<sup>22</sup> Em 1985, Vasco Lourenço<sup>23</sup> expressou julgamento crítico acerca das razões alegadas para a revisão constitucional: “Hoje ouvimos dizer que é preciso rever novamente a Constituição por causa da adesão à CEE. Ora isso é falso. O Lucas Pires é que é um homem coerente. Luta contra a Constituição porque não está de acordo com ela. Agora dizerem que é preciso rever a Constituição por causa da adesão à CEE é uma falsidade”.<sup>24</sup>

Neste mesmo sentido, em discurso na sessão solene do 11º aniversário do 25 de Abril, o líder parlamentar do MDP, Raul de Castro, defendeu que a adesão à CEE é um “alibi para a subversão do regime constitucional numa mera operação ao serviço de interesses pessoais e partidários”.<sup>25</sup> De forma geral, as forças políticas à esquerda do PS manifestam-se contrárias à revisão constitucional. Em 1988, por ocasião do aniversário do 25 de Abril, foi divulgado um “Apelo às Forças Democráticas representadas na Assembleia da República”. Neste manifesto, subscrito por numerosos cidadãos, afirmava-se que a “democracia política – os direitos, as liberdades e garantias, o pluralismo político, a representação democrática proporcional, etc. – é indissociável da organização democrática da economia, constitucionalmente consagrada”, com destaque para o direito ao trabalho, à habitação, à saúde e à segurança social, ao ensino e à cultura. Logo, argumentava-se que rever a Constituição não podia significar alterá-la em aspectos substanciais, e apelava-se para a defesa destas conquistas: “A fidelidade das forças democráticas ao essencial da

---

<sup>21</sup> “Síntese” in *Diário de Notícias*, 20 de Abril de 1985, p. 4.

<sup>22</sup> “Multidão desceu à Baixa do Porto para reafirmar os ideais de Abril”; “Militares de Abril prontos a lutar se a democracia for posta em causa – reafirmou Vasco Lourenço em Lisboa”; “Homenagem às vítimas da PIDE. Diga-se aos jovens o que foram os crimes do fascismo – lembrou Manuel Ramos” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 3.

<sup>23</sup> Vasco Lourenço (n.1942): militar membro do MFA; integrou o Conselho de Estado, Conselho dos Vinte e Conselho da Revolução – até à extinção deste último, em 1982. Fez parte do *Grupo dos Nove*. É presidente da Associação 25 de Abril.

<sup>24</sup> “Mandaram os militares para os quartéis e agora querem um para presidente – Vasco Lourenço no Centro de Formação de Jornalistas” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1985, p. 3.

<sup>25</sup> “25 de Abril assinalado na AR” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1985, p. 4.

herança do 25 de Abril será suficiente para impedir que o regime seja subvertido. É por isso preciso reafirmar os consensos que deram corpo à democracia portuguesa, recusando firmemente as cedências ou compromissos que a direita procura alcançar”.<sup>26</sup> É interessante notar a diferença na argumentação daqueles que defendem a revisão constitucional e daqueles que a criticam: enquanto para os primeiros trata-se de imperativo para a consagração da democracia, *contra o socialismo* cristalizado no texto constitucional, para os segundos trata-se de defesa da democracia, inseparável das conquistas sociais possibilitadas pela Revolução de 1974.

Tal discussão pública acerca da revisão constitucional deve ser situada em seu período histórico específico, ou seja, os anos do *cavaquismo*. Ao longo deste período, como se sabe, houve um considerável avanço na investida contra as conquistas sociais advindas do período revolucionário, o que se materializou nas leis através de duas revisões constitucionais, em 1989 e 1992. Por esse motivo, o debate que precedeu esses processos de revisão da Constituição – e em especial, por ocasião das datas que evocam a lembrança do período revolucionário – ganhou contornos de ataque ou defesa à Revolução de Abril e seu legado socialista. Tais posicionamentos políticos divergentes refletiam-se, primordialmente, em vozes ligadas ao CDS e PSD, por um lado, e expoentes variados da oposição de esquerda, por outro lado. Semelhante situação é comprovada ao longo do período 1985-1988 – período este dividido pelo alcance da maioria absoluta pelo PSD em Julho de 1987, o que facilitou a aprovação de medidas de caráter conservador. Logo, neste cenário político de início do *cavaquismo* e consolidação da maioria parlamentar, o discurso *revisionista* sobre a Revolução Cravos encontra ambiente propício para florescer – sobretudo por contar com o respaldo da retórica governamental.

#### - Sobre a identidade nacional

Sobre a questão da identidade nacional, manifesta-se no início do período em análise certa polêmica acerca de uma suposta *crise de identidade*. Assim, em artigo de Março de 1985, João Bentes Pimenta propõe a ideia de um museu dos Descobrimentos como forma de criar na mentalidade portuguesa “um verdadeiro sentido de identificação

---

<sup>26</sup> “Apelo às Forças Democráticas representadas na Assembleia da República” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1988, p. 2.

nacional”, “um sentido de responsabilidade, e porque não um orgulho, que os conduza [os portugueses] a empreendimentos integrados no tempo em que vivemos”. O articulista defende a valorização das glórias passadas dos Descobrimentos como forma de superar a crise de identidade decorrente do fim do colonialismo: “É importante demonstrar que os nossos antepassados souberam superar os difíceis condicionamentos geográficos, políticos e económicos em que nasceram e com entusiasmo cometeram feitos de fazer admirar o mundo inteiro, nós, os portugueses dos finais do século XX, poderemos e deveremos mobilizar a nossa imaginação criadora para, neste rectângulo europeu, sobrevivermos dignamente de acordo com o nosso passado, fazendo reviver em nós um sentido de confiança em nós próprios, para solucionarmos os problemas inerentes em que nos debatemos após estar concluído o ciclo imperial e colonial e termos regressado ao nosso canto europeu, onde temos de sobreviver com o valor ou valores que soubermos readquirir e pôr a render”.<sup>27</sup> Ainda em Março de 1985, outro artigo, de J. Baptista Comprido, apresenta visão crítica a esta concepção: “Alguns ainda andam à procura da identidade nacional como se ela se tivesse perdido ou deixado de existir. (...) Continua a discutir-se o sexo europeu e atlântico de Portugal à mistura com o fantasma espanhol, vestido de formas e cores variadas. Esbate-se, assim, a questão real que se resume brutalmente em saber se somos ou não capazes de criar o Poder interno novo para continuarmos a ser europeus e atlânticos e a ter os Espanhóis como nossos vizinhos de sempre”.<sup>28</sup>

Por ocasião das comemorações populares do 12º aniversário da Revolução, Manuel Alegre<sup>29</sup> contestou a existência de uma crise de identidade, a qual constituía, segundo o socialista, uma invenção da Direita para pôr em causa o 25 de Abril. Pois a Revolução dos Cravos não provocara uma crise de identidade em Portugal, muito pelo contrário: “A liberdade é um valor indissociável da identidade portuguesa. Não foi o 25 de Abril que a deformou. Foi o fascismo. Não foi a descolonização que distorceu a nossa história; foi o colonialismo e a guerra colonial. Por isso, o 25 de Abril não foi só o reencontro de um povo

---

<sup>27</sup> “Um museu dos Descobrimentos?” in *Diário de Notícias*, 5 de Março de 1985, p. 8.

<sup>28</sup> “A estratégia à procura da política” in *Diário de Notícias*, 26 de Março de 1985, p. 7.

<sup>29</sup> Manuel Alegre (n.1936): Poeta e dirigente socialista. Foi líder da oposição estudantil ao Estado Novo, tendo apoiado a candidatura de Humberto Delgado à presidência da República, em 1958; em 1963, foi preso em Angola, onde prestava serviço militar; em 1964, passou à clandestinidade e seguiu para o exílio; após o retorno a Portugal, com o 25 de Abril de 1974, ingressou no Partido Socialista e participou no I Governo Constitucional.

com a sua liberdade; foi o reencontro de uma pátria com a sua identidade, a sua história e a sua vocação”.<sup>30</sup>

Neste mesmo ano de 1986, o presidente da República Mário Soares evocou a questão da identidade nacional em discurso na sessão do Parlamento comemorativa do 25 de Abril. Segundo Soares, “Portugal está hoje em condições de retomar um papel importante na comunidade internacional, na linha da sua história gloriosa, da sua velha e original cultura, da vocação própria do seu povo e dos seus próprios projectos nacionais. Os portugueses têm que se convencer disso e afastar de si complexos de inferioridade, face ao estrangeiro, que nada justifica. Há aí espaço para um saudável patriotismo, voltado relutantemente para o futuro, como ensinava Jaime Cortesão, e não apenas para a rememoração de antigas glórias.”<sup>31</sup> A partir de 1987 a problemática da crise de identidade não é mais abordada; cada vez mais a identidade nacional é associada à Europa e à adesão à CEE. No entanto, já desde 1985 abundam as referências em que a Europa figura como elemento redefinidor da identidade portuguesa – tanto em artigos de opinião quanto em discursos políticos no Parlamento ou nas comemorações populares da Revolução.

Assim, em Abril de 1985, um artigo de Raul Rêgo<sup>32</sup> menciona a consciência continental, destacando que a entrada portuguesa na Comunidade Europeia significa o fim do ciclo de intercontinentalidade e colonialismo de que Portugal e Espanha foram pioneiros.<sup>33</sup> Na sessão parlamentar comemorativa do 25 de Abril deste ano o presidente da República, ainda Ramalho Eanes, afirmou que as mudanças a serem operadas em função da adesão de Portugal à CEE significariam um “estímulo positivo e importante na recuperação da dinâmica de um verdadeiro projecto europeu”, o que deveria contribuir para ultrapassar a crise que o país vivia desde 1974.<sup>34</sup> Nesta mesma sessão parlamentar também o deputado representante do PS, José Luís Nunes, abordou a adesão à CEE, definindo-a como a “maior

---

<sup>30</sup> “Milhares desceram do Marquês ao Rossio para comemorar 12 anos de democracia – Partidos à esquerda do PSD e Associação 25 de Abril no comício evocativo da Revolução” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 2.

<sup>31</sup> “Falta construir uma sociedade sem pobreza e sem ignorância – venceu o presidente da República Mário Soares in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 2.

<sup>32</sup> Raul Rêgo (1913-2002): Jornalista. Foi membro do Movimento de Unidade Democrática (MUD), o que o levou à prisão em 1945; participou das candidaturas presidenciais dos generais Norton de Matos (1949) e Humberto Delgado (1959); dirigente do PS, ocupou o cargo de ministro da Comunicação Social no I Governo Provisório.

<sup>33</sup> “Consciência e cidadania continentais” in *Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1985, p. 8.

<sup>34</sup> “Consolidação da democracia não irá escorar-se na CEE – afirmou Eanes na sessão parlamentar que assinalou o 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1985, p. 1.

e mais importante reforma estrutural da nossa economia e das nossas mentalidades”.<sup>35</sup> Em editorial do *Diário de Notícias* a respeito desta sessão solene na Assembleia da República, salienta-se a recorrência nas intervenções parlamentares quanto à estreita associação entre a urgência de responder ao repto da modernidade, de construir um projeto de mudança e de finalmente promover o esperado desenvolvimento e a integração de Portugal na Comunidade Europeia.<sup>36</sup>

Com efeito, a relação entre a adesão à CEE e a promoção do desenvolvimento em Portugal passa a ser muito comum. A articulista Luísa Bessa, jornalista, refere que no que diz respeito ao desenvolvimento a CEE é vista por alguns como um “oásis redentor”.<sup>37</sup> Em artigo a propósito das presidenciais, Helena Vaz da Silva<sup>38</sup> defende que “esta próxima votação é uma fronteira: entre a pré-história e a história desta democracia; entre uma terceiro-mundização e uma europeização deste país”.<sup>39</sup> Percebe-se, portanto, que a adesão à CEE é evocada como uma positiva redefinição da identidade nacional, enfatizando-se ora a possibilidade de promover o desenvolvimento do país, ora o afastamento da situação provocada pela Revolução dos Cravos. Neste último caso, aproxima-se, muitas vezes, de interpretações *revisionistas*, pois o contexto social decorrente da Revolução é considerado negativo e associado às crises. Este é o caso, por exemplo, do último artigo referido: é possível ler nas entrelinhas que os dez primeiros anos que se seguiram ao 25 de Abril são, na verdade, a “pré-história da democracia”, período caracterizado pela “terceiro-mundização” – obviamente decorrente das opções feitas durante o período revolucionário –, ao passo que a “história da democracia” começaria com a mudança no sentido da “europeização” do país. Trata-se, evidentemente, de uma releitura histórica que pretende desvalorizar o período que se seguiu à Revolução de 1974.

Em 1986, a relação entre Europa e desenvolvimento aparece em editorial do *Diário de Notícias* a respeito da posse do presidente da República Mário Soares; este sentido é

---

<sup>35</sup> “25 de Abril: festejar o passado e reflectir sobre o presente. Inadmissível que haja homens que trabalham sem serem pagos – viva denúncia do presidente Eanes” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1985, p. 2.

<sup>36</sup> “A festa do consenso” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1985, p. 6.

<sup>37</sup> “Amanhã” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1985, p. 32 (“Última Página”).

<sup>38</sup> Helena Vaz da Silva (1939-2002): Jornalista. Em 1994, foi eleita deputada ao Parlamento Europeu pelo PSD.

<sup>39</sup> “Votar com a cabeça” in *Diário de Notícias*, 27 de Novembro de 1985, p. 7.

novamente retomado em editorial a propósito do 25 de Abril.<sup>40</sup> Tal associação é também evocada em artigo da autoria do jornalista Fernando Martins, ao defender que para os jovens o 25 de Abril deve ser projetado no futuro, de modo a retirar Portugal do atraso.<sup>41</sup> Assim, em muitos casos o 25 de Abril é valorizado de forma positiva justamente por ter viabilizado a entrada do país na CEE; em artigo de Roque Lino<sup>42</sup> publicado em *A Capital*, o 25 de Abril é positivamente apreciado – apesar de serem estabelecidas algumas ressalvas, em especial sobre a descolonização – por ter criado as condições de acesso à Europa dos Doze, permitindo também a renovação da identidade nacional.<sup>43</sup>

Tal relação positiva entre o 25 de Abril e a adesão à Comunidade Europeia – “a abertura política e a descolonização, que só foram possíveis com a revolução de Abril, relançaram Portugal depois do Império e permitiram a opção europeia” – foi, nas palavras de Jorge Sampaio<sup>44</sup>, segundo reportagem do *Diário de Notícias*, a principal conclusão do colóquio “O impacte internacional da Revolução portuguesa”, organizado pela Associação 25 de Abril, em Abril de 1987.<sup>45</sup> Neste caso – ao invés de se enfatizar a *ruptura* entre a conjuntura passada inaugurada pelo 25 de Abril e a realidade presente da adesão à CEE, tal como sustenta a argumentação de carácter *revisionista* –, ressalta-se a relação de *continuidade* e de causa e efeito entre a Revolução e a possibilidade de redefinição da identidade portuguesa em um quadro em que a Europa ocupa posição de destaque. Na sessão solene deste ano comemorativa do 25 de Abril, o discurso do presidente Soares salientou as inúmeras mudanças positivas ocorridas no país depois do 25 de Abril, com ênfase para o pertencimento “de pleno direito à Comunidade Europeia, um dos pólos mais avançados da terra no desenvolvimento económico, científico e tecnológico”.<sup>46</sup>

---

<sup>40</sup> “Um ciclo novo” in *Diário de Notícias*, 10 de Março de 1986, p. 1, 12; “25 de Abril: Os novos desafios” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1986, p. 6.

<sup>41</sup> “Recordar Abril” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1986, p. 35 (“Última Página”).

<sup>42</sup> José Maria Roque Lino: Advogado. Foi um dos fundadores do PS.

<sup>43</sup> *A Capital* – “Doze anos depois”, de um artigo de Roque Lino in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1986, p. 6.

<sup>44</sup> Jorge Sampaio (n.1939): Advogado e político do PS. Participou na oposição estudantil ao Estado Novo e, como advogado, atuou na defesa de presos políticos. Após o 25 de Abril, foi um dos fundadores do MES (Movimento de Esquerda Socialista), do qual, no entanto, se dissociou por ocasião do seu Congresso fundador, ainda em 1974, denunciando a prevalência de uma linha radical. Em 1978, aderiu ao PS. Ocupou o cargo de presidente da República entre Março de 1996 e Março de 2006.

<sup>45</sup> “Revolução descolonizou e permitiu opção europeia – afirmou Jorge Sampaio” in *Diário de Notícias*, 17 de Abril de 1987, p. 5.

<sup>46</sup> “Temos de afastar as novas gerações do pessimismo e do conservadorismo – disse Mário Soares na sessão solene no Parlamento” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1987, p. 3.



Em 1988, o editorial do *Diário de Notícias* a propósito do 25 de Abril realiza um balanço da Revolução e suas consequências, com destaque para os muitos erros do processo; prevalece, no entanto, uma apreciação positiva devido às expectativas otimistas projetadas pela integração na CEE. Nesse sentido, a análise do 25 de Abril culmina numa perspectiva promissora de futuro, pautada pela identidade europeia e pela realização do desenvolvimento, viabilizando-se “a execução plena de programas que visem anular assimetrias e ascender a padrões de vida verdadeiramente europeus”.<sup>47</sup> No discurso deste ano de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República, a Europa ocupou, novamente, papel de relevo, em íntima sintonia com os avanços em desenvolvimento alcançados por Portugal.<sup>48</sup>

É possível afirmar, portanto, que ao longo deste período e em virtude da adesão à CEE, a Europa é entendida positivamente como elemento de redefinição da identidade nacional. Este processo de reconstrução da identidade portuguesa é muitas vezes evocado em harmonia com o espírito e as conquistas do 25 de Abril e outras vezes em oposição a estas. Assim, ora é salientado que a entrada na Comunidade Europeia ocorreu *graças ao 25 de Abril*, ora é enfatizado que esta situação se deu *apesar do 25 de Abril*, significando neste último caso um evidente avanço em relação ao legado revolucionário. Pode-se dizer, portanto, que o processo de reconstrução da identidade portuguesa em função da integração na CEE propicia um *combate pela memória* em que se confrontam distintas visões do mundo: uns pretendem ressaltar a relação de *continuidade* entre o passado e o presente, a Revolução e a adesão à CEE, já que os últimos não poderiam ser tal como são sem os primeiros – sustentam esta posição vozes vinculadas à setores do PS, assim como à tendências políticas à esquerda deste partido –; outros, contrariamente, evidenciam uma relação de ruptura, como se adesão à CEE significasse uma afortunada recuperação em oposição ao passado marcado pela Revolução – trata-se, nomeadamente, de juízos conotados com posicionamentos do PSD e demais forças políticas à sua direita –; outros, ainda, optam por manter uma prudente e, apenas aparente, posição de neutralidade, enfatizando tão só a relação entre a adesão à CEE e as perspectivas futuras de desenvolvimento, sem se manifestar diretamente sobre o passado – o que é defendido por

---

<sup>47</sup> “Do dogma à concertação” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1988, p. 6.

<sup>48</sup> “Constituição deve estar acima de querelas e ser traço de união entre os Portugueses – afirmou o Presidente da República na sessão solene” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 3.

certos setores ligados ao PS; no entanto, tais posicionamentos que primam pelo consenso e pela esquiva do debate sobre o passado, acabam por se aproximar, mesmo que somente pela omissão, das interpretações *revisionistas* que desvalorizam o período revolucionário.

- Sobre a valorização do 25 de Abril

Outro âmbito de análise da memória coletiva sobre o 25 de Abril é o das apreciações feitas na imprensa sobre esta revolução. Tais apreciações seguem, de forma geral, uma das três tendências: valorizam positivamente a Revolução e o seu legado; valorizam positivamente o 25 de Abril, mas com algumas ressalvas, especialmente quanto ao período revolucionário; privilegiam interpretações *revisionistas* que desvalorizam o processo revolucionário e suas consequências para a sociedade portuguesa. A análise comparativa dessas duas primeiras tendências é interessante para perceber o nível de aprovação social da Revolução – pois se a tendência que valoriza o 25 de Abril com ressalvas não pode ser considerada expressão do *revisionismo histórico* encontra-se, todavia, a um passo deste. Estas apreciações sobre a Revolução dos Cravos dividem-se entre aquelas manifestadas em artigos de opinião, aquelas inseridas em discursos ou declarações políticas e aquelas relacionadas às comemorações populares da efeméride, além das opiniões expressas em reportagens ou entrevistas publicadas pelos jornais.

No ano de 1985, tal como já fora mencionado anteriormente, as concepções que valorizam a Revolução em sua totalidade ultrapassam, em larga medida, aquelas que a valorizam com ressalvas. No âmbito das apreciações oficiais sobre o 25 de Abril, as forças políticas com representação parlamentar tendem a salientar os seus aspectos positivos amplamente consensuais, tais como a liberdade, a democracia, o fim da ditadura. Tal é o caso, por exemplo, por ocasião da aprovação unânime no Parlamento açoriano de um voto de congratulação pela passagem do 11º aniversário do 25 de Abril. Este padrão repete-se na sessão solene deste ano na Assembleia da República; apenas as forças políticas à esquerda do PS ressaltam outras conquistas da Revolução e denunciam a ofensiva no sentido de descacterizar o regime saído do 25 de Abril.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> “Congratulação pelo 25 de Abril aprovado no Parlamento açoriano” in *Diário de Notícias*, 17 de Abril de 1985, p. 2; “25 de Abril na AR” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1985, p. 4.

Nas comemorações populares do 25 de Abril tende-se, obviamente, a valorizar a revolução de forma positiva, não apenas em seus aspectos mais consensuais da democracia formal, ressaltando-se também os amplos direitos sociais conquistados. Assim, os “apelos” publicados nos jornais para a participação nas comemorações do 25 de Abril salientam não só o objetivo de homenagear os militares de Abril, como também a finalidade de defender e aprofundar os ideais e as conquistas da Revolução, no presente e no futuro. Muitas vezes, estes apelos mencionam a necessidade de participação dos jovens, de modo que tenham consciência sobre o que foi o passado ditatorial, e valorizem, dessa forma, os princípios instaurados pelo 25 de Abril.<sup>50</sup> Esta mesma tônica é, evidentemente, mantida nos discursos das comemorações populares; assim, no ano de 1985, em Lisboa, Piteira Santos<sup>51</sup> alertou para o fato de os ideais do 25 de Abril estarem em causa, sendo por isso necessário “defender a Democracia, a Liberdade, lutar pelo direito ao trabalho e manter viva a chama de Abril”.

Por outro lado, nas comemorações militares do 25 de Abril o tom do discurso do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) normalmente valoriza o 25 de Abril apenas pelo ato de ter posto fim à ditadura, enfatizando, todavia, os *desvios* e *desmandos* do processo revolucionário; assim, em 1985, Lemos Ferreira afirmou que “militares ao serviço de certos grupos e forças políticas colaboraram activamente em desmandos e em projectos que hoje apesar dos poucos anos decorridos, nos parecem pesadelos irreais”.<sup>52</sup> Tal visão da Revolução – que subestima enormemente a espontaneidade dos movimentos sociais ao passo que sobrevaloriza o papel das forças políticas e condena os projetos políticos de carácter socialista – é, com o passar do tempo, cada vez mais assimilada pela memória coletiva dominante, especialmente após o fim do socialismo real e o acirramento da crise das Esquerdas em âmbito mundial. Neste momento, no entanto, constitui ainda visão minoritária.

---

<sup>50</sup> “COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL – BAIXA DO PORTO – 24 e 25 DE ABRIL – APELO” in *Jornal de Notícias*, 10 de Abril de 1985, p. 2; “Apelo Nacional para as comemorações do 11º aniversário do 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 2.

<sup>51</sup> Fernando Piteira Santos (1918-1992): Historiador, jornalista e professor universitário. Foi membro do Comité Central do PCP entre 1941 e 1950. Antifascista atuante, esteve preso por três vezes ao longo do Estado Novo. Esteve exilado desde 1961 até ao 25 de Abril de 1974. Defensor de uma política alternativa de esquerda, foi crítico dos posicionamentos do PS.

<sup>52</sup> “Desfile e comício no Rossio. Daremos forma aos ideais que nos guiaram – assegurou Marques Júnior, capitão de Abril” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1985, p. 2.

É, todavia, em sentido semelhante que se orientam os editoriais do *Diário de Notícias* já em 1985 – embora o balanço final destas apreciações editoriais seja muito mais positivo quanto ao valor da Revolução do que a visão manifestada pelo CEMGFA. No editorial do dia 25 de Abril considera-se que, “independentemente dos perigosos desvios” que inicialmente ameaçaram o regime instaurado pelo 25 de Abril, “a esmagadora maioria dos portugueses não renegou, nem renegará certamente, os valores e os ideais que estão na génese do 25 de Abril e se implantaram posteriormente”. Neste sentido, entende-se que, após onze anos, “o que gera profunda controvérsia na sociedade portuguesa não são os fundamentos da democracia, nem o 25 de Abril que a simboliza: é uma prática política nem sempre digna nem dignificante, é o exercício do poder em obediência a estratégias pessoais, de grupos ou de partidos, não raro contrárias ao interesse nacional, são, acima de tudo, as dificuldades económicas para que se não vê fim e que produzem distorções e injustiças sociais dia a dia mais acentuadas”. Sobre o processo de transição, é mencionado que este foi “revestido de aspectos indesejáveis”; mas salienta-se que “as culpas têm de ser repartidas entre líderes políticos que quase transformaram os capitães em ‘bodes expiatórios’ das suas impotências e alguns dos próprios militares, cuja conduta em certos momentos se revelou menos adequada”. A respeito da descolonização e da democratização, ressalta-se que foram cometidos erros, “mas a descolonização e a democratização, se não foram perfeitas, nem por isso deixam de ter um valor inestimável no balanço que se fez do 25 de Abril”. Finalmente, a propósito do terceiro “d”, o desenvolvimento, o editorial frisa que com a perspectiva da integração europeia se vislumbra, enfim, uma via para o desenvolvimento. A conclusão do editorial é otimista, afirmando que cabe aos portugueses atuar no sentido de cumprir o terceiro “d” do 25 de Abril.<sup>53</sup> Não se pode dizer que uma tal visão da Revolução seja *revisionista*, já que prevalece uma compreensão claramente positiva do seu legado; contudo, em certos casos, apreciações que seguem esta mesma lógica de ressalvas aproximam-se bastante deste tipo de interpretação, pois muitas vezes são valorizados apenas os aspectos amplamente consensuais, contra os quais seria politicamente incorreto insurgir-se na contemporaneidade: a democracia e a liberdade – e tal parece ser o caso, por exemplo, do anteriormente mencionado discurso de Lemos Ferreira sobre o 25 de Abril.

---

<sup>53</sup> “O terceiro “D” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 6.

Semelhante tendência de valorizar o 25 de Abril com ressalvas é também muito presente nas análises sobre o 25 de Novembro que interpretam a data que pôs fim ao processo revolucionário como o restabelecimento da democracia em oposição aos *erros* e *desvios* da Revolução. Pode-se dizer que esta visão do 25 de Novembro constitui interpretação bastante assimilada pela memória coletiva e opinião pública. Em artigo publicado no *Diário Popular*, da autoria de Pacheco Pereira<sup>54</sup>, os dez anos do 25 de Novembro são relembrados pelos “desvios” e “excessos iniciais” do 25 de Abril: “Parecia que um mau destino nos preparava para sermos, nesta ponta da Europa, uma qualquer república popular democrática. Faz hoje 10 anos que terminou esse pesadelo”. Segundo esta visão, o 25 de Abril é valorizado apenas no sentido em que representa alguns valores, como liberdade, justiça, dignidade, condenando-se todo o processo de movimentação social e suas consequências. Nos termos do artigo, “apenas se quisera reconquistar o 25 de Abril e restituir o País a um programa inicial”.<sup>55</sup>

É possível considerar este tipo de visão sobre o 25 de Novembro já como expressão de tendências *revisionistas*, pois predomina uma interpretação negativa do processo revolucionário. Neste mesmo sentido, em discurso das comemorações militares dos dez anos desta data, o CEMGFA, Lemos Ferreira, afirmou que o 25 de Novembro significou o “retorno aos ideais mais puros desejados pela esmagadora maioria da população” e esteve em harmonia com “um sentimento popular profundo de inegável rejeição de potenciais sistema políticos de cariz totalitário ou anárquico e actividades associadas de manipulação da opinião pública”.<sup>56</sup> Utilizando também o conceito de *totalitarismo*, tão a gosto do *revisionismo histórico*, o editorial do *Diário de Notícias* de 1985 sobre o 25 de Novembro defende a comemoração da data que marcou “o restabelecimento da liberdade democrática que a tentação totalitária ameaçara durante algum tempo”, “a data em que o pluralismo democrático foi reassumido em Portugal”.<sup>57</sup> O curioso destas interpretações de carácter

---

<sup>54</sup> José Pacheco Pereira (n.1949): Historiador, professor universitário. Foi um dos fundadores do PCP-ML, de inspiração maoísta; entre 1973 e o 11 de Março de 1975, viveu na clandestinidade. Filiou-se ao PSD em 1988, tendo sido deputado por este partido.

<sup>55</sup> *Diário Popular* – “Uma data” – Da secção “Só uma palavra”, de Pacheco Pereira in *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1985, p. 8.

<sup>56</sup> “Militares não se sujeitam a influências partidárias – ‘aviso’ de Lemos Ferreira aos políticos” in *Jornal de Notícias*, 26 de Novembro de 1985, p. 2; “É importante referir que não existem Forças Armadas progressistas ou conservadoras – disse o general Lemos Ferreira na celebração do 25 de Novembro” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1985, p. 3.

<sup>57</sup> “Uma data quase esquecida” in *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1985, p. 8.

*revisionista* é que prevalece uma visão simplista da História e até mesmo deformadora dos fatos históricos, cujo objetivo é desvalorizar a Revolução – pois, por exemplo, o pluralismo democrático nunca deixou de existir em Portugal durante o período revolucionário.

Visão diferente sobre o 25 de Novembro foi expressa por Vasco Lourenço, no Centro de Formação de Jornalistas, em 1985. Diante da pergunta de um estudante sobre se o 25 de Novembro de fato abriu caminho a situações de autênticos atropelos do espírito do 25 de Abril, este capitão de Abril negou e afirmou que se tratou da única solução para que a Extrema-Direita não tomasse o poder.<sup>58</sup> Em entrevista ao *Jornal de Notícias* neste mesmo ano, Vasco Lourenço exprimiu opinião claramente positiva do 25 de Abril: “Acho que o regime nascido do 25 de Abril foi uma experiência muito importante para a esmagadora maioria dos portugueses, que ajudou a formar melhor as pessoas, para melhor poderem lutar pelas suas ideias”. Também sobre a descolonização o juízo deste militar era positivo, além de apresentar o diferencial – raro nas apreciações sobre este tema – de enfatizar o papel dos movimentos de libertação africanos: “Eu penso que a descolonização foi uma conquista importante do 25 de Abril. Apesar da guerra colonial, do atraso em muitos anos em que a descolonização foi feita, a própria forma como decorreu, ela foi muito positiva. E o aspecto mais importante, em meu entender, foi a participação dos militares no processo. Porque é bom que se saiba que a descolonização foi feita pelos movimentos de libertação das ex-colónias, nós apenas participámos no processo”.<sup>59</sup> Ainda sobre a questão da descolonização, Vasco Lourenço afirmou – em seminário promovido pela Associação 25 de Abril sobre as relações entre as Forças Armadas e a sociedade – ser preciso levar em conta alguns aspectos normalmente esquecidos: que a descolonização ocorreu com trinta anos de atraso, o que provocou a perda da capacidade de Portugal para definir as regras do jogo, além do fato de a intransigência do sistema colonial português ter desencadeado a desconfiança dos povos colonizados.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> “Mandaram os militares para os quartéis e agora querem um para presidente – Vasco Lourenço no Centro de Formação de Jornalistas” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1985, p. 3.

<sup>59</sup> “Há muitos militares dispostos a defender o regime de Abril – afirma Vasco Lourenço em entrevista ao JN” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 4.

<sup>60</sup> “Seminário na Associação 25 de Abril. Relações civis-militares são más a nível político – afirmou o general Garcia dos Santos” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril 1985, p. 3.

Outro capitão de Abril, Sousa e Castro<sup>61</sup>, concedeu entrevista ao *Diário de Notícias* em 1985, onde valorizou a Revolução e suas consequências, devido às alterações políticas, aos direitos conquistados, à modernização, progresso e avanço cultural: “não é só a grande questão dos direitos democráticos terem sido adquiridos, é a questão deles se terem enraizado e termos, hoje, uma situação de consciência nacional democrática que potencia as nossas próprias capacidades, não só ao nível do cidadão mas dos grupos”. Sousa e Castro admitiu que os militares, juntamente com os políticos, eram responsáveis por erros que impediram que o país vivesse no presente uma melhor situação económica e social; contudo, o tom da visão deste militar era de valorização positiva do 25 de Abril, insurgindo-se claramente contra tendências *revisionistas* – o que será analisado posteriormente.<sup>62</sup>

Semelhante posicionamento foi também manifestado por Zeca Afonso<sup>63</sup>, em entrevista ao *Jornal de Notícias*. Avaliando o legado do 25 de Abril, a visão do cantor é positiva, apesar de identificar a ocorrência de uma contrarrevolução: “Para além da interpretação que cada força política faz do 25 de Abril, há factos e consequências que o 25 de Abril nos trouxe. De carácter cultural, por exemplo. É certo que as transformações fundamentais estão hoje a ser demolidas, como a Reforma Agrária, o chamado poder popular, a iniciativa de grupos de cidadãos deste país, sobretudo os oprimidos, em relação a coisas muito simples, como ter uma casa, como ter uma clínica popular, como ocupar os tempos livres com uma casa de cultura... Mas, para lá de tudo isso, há hábitos que apesar de tudo se infiltraram neste país, ou em algumas classes deste país, e que são oriundos, digamos, do 25 de Abril. O acesso da mulher ao desporto, por exemplo, a liberalização dos costumes, com o derrube de determinado tipo de ‘totens’, de mitos como os sexuais, uma certa desenvoltura do quotidiano, que não existia antes do 25 de Abril. Esse tipo de coisas, que não são propriamente palpáveis, é, apesar de tudo, aquilo que o 25 de Abril deixou de

---

<sup>61</sup> Rodrigo Sousa e Castro (n.1944): militar membro do MFA; integrou o Conselho da Revolução; foi um dos autores do “Documento dos Nove”.

<sup>62</sup> “Entrevista: Sousa e Castro” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 26, 27, 28.

<sup>63</sup> José Afonso (1929-1987): Cantor e compositor, expoente da *música de intervenção*, e por este motivo, da luta antifascista, ao longo do Estado Novo. Durante o período revolucionário, envolveu-se diretamente com os movimentos populares e estabeleceu estreita colaboração com o movimento revolucionário LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária).

duradouro nesta população, para lá da contra-revolução que está ser feita. É de facto uma contra-revolução que estamos a viver”.<sup>64</sup>

Este mesmo tom de crítica às visões correntes que desvalorizam as experiências revolucionárias dos movimentos populares encontra-se presente em artigo da jornalista Luísa Bessa: “A democracia ficou-se nas suas possibilidades mais formais. Ninguém se quer já lembrar das comissões, das experiências inovadoras que nos deram a sensação de ter chegado o momento de tomar nas mãos a própria vida. Hoje, delega-se, delega-se, delega-se... e já não há quem queira recordar com uma ponta de entusiasmo saudosista as aventuras desses tempos – é tão ‘demodé’ e não fica nada bem nos dias que correm”.<sup>65</sup> É interessante esta identificação do *espírito do tempo* como avesso à valorização das experiências revolucionárias. É justamente este ponto de vista dominante, reflexo dos *ventos conservadores de nossa época*, que permitirá o desenvolvimento das tendências de *revisionismo histórico* ao longo dos anos seguintes.

Também recuperando positivamente o espírito revolucionário do 25 de Abril – opção cada vez mais rara na imprensa nacional – posiciona-se o editorial do *Jornal de Notícias*, da autoria de José Saraiva, a propósito dos dez anos do 11 de Março: “Fervilhava nas veias o sangue. Cada dia era vivido intensamente. O país era um plenário com múltiplas ordens de trabalho e cada português redigia o seu comunicado e cada portuguesa o seu caderno reivindicativo. Era a Revolução! Nas ruas, a plenos pulmões, gritava-se que Portugal não seria o ‘Chile da Europa’ e quase se santificava a aliança Povo-MFA. Despertava o ‘poder popular’...” Mais adiante é mencionado que o então primeiro-ministro, Mário Soares, recentemente se recusara a ser um homem do sistema herdado do 11 de Março, a respeito do que se avança com a seguinte apreciação: “Foi um sinal importante da boa-vontade em promover a reforma do sistema. Mas esse gesto, essa palavra do líder socialista não pode significar uma ‘traição’ a essa ‘grande ideia’ que une milhares de homens e de mulheres (...) Não se ignora que o sistema económico precisa ser reinventado – mas não se pode negar que ao Estado, apesar de tudo o que dizem os

---

<sup>64</sup> “Zeca Afonso. Da Revolução que houve à contra-revolução que há. Hoje é mais tempo de falar dos ‘vampiros’ que de ‘grândola’” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 5.

<sup>65</sup> “Amanhã” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1985, p. 32 (“Última Página”)



neoliberais, que não preconizam senão modelos que são catecismos do capitalismo insensível, cabe uma função determinante no equilíbrio do sistema”.<sup>66</sup>

No editorial deste ano do dia 25 de Abril, também da autoria de José Saraiva, mantém-se este tom de ampla valorização positiva da Revolução e crítica às tendências *revisionistas*. Apesar das dificuldades e desilusões do momento, defende-se uma postura otimista quanto às consequências do 25 de Abril: “que as noites perdidas, os esforços despendidos, os entusiasmos gastos, as lágrimas choradas, os desgostos acumulados sejam referências não de um tempo histórico passado mas do futuro que começou na madrugada de 25 de Abril de 1974 e que vale a pena viver”.<sup>67</sup> Neste mesmo sentido exprime-se um artigo publicado no *Diário de Lisboa* e citado no *Diário de Notícias*<sup>68</sup>; além de valorizar os ideais consagrados pela Revolução, elogiar o papel dos militares de Abril, o artigo salienta que “o povo estava com o MFA” e critica as atitudes políticas quanto ao tratamento dado aos capitães de Abril e aos direitos sociais: “Nenhum ‘restauracionismo’ reforçará a Democracia. Qualquer ‘restauracionismo’ ofende a Liberdade em Abril reconquistada. Seja qual for a roupagem jurídica, é contra ela”. Também neste sentido, o editorial de *O Diário* critica a política que procura “restaurar a antiga ordem económica e social”, situação contra a qual os cidadãos deviam manifestar-se de modo a reconduzir o país à estrada de Abril: “à luz do dia aparecerá a grande contradição existente entre a fidelidade da grande maioria aos ideais de Abril e a teoria e a prática de uma política de direita incompatível com esses ideais”.<sup>69</sup>

No ano de 1986, o primeiro discurso de Mário Soares como presidente da República na sessão solene do Parlamento ressaltou os valores consensuais sobre o 25 de Abril: liberdade, prosperidade, futuro.<sup>70</sup> Segundo reportagem do *Jornal de Notícias*, os elogios aos capitães de Abril constituíram, nesta sessão solene, tônica comum à generalidade das intervenções dos partidos políticos, com exceção do CDS. A intervenção do deputado deste partido, Manuel Monteiro, evidenciou uma tendência de releitura histórica no sentido de

---

<sup>66</sup> “Os tempos e as vontades (dez anos depois)” in *Jornal de Notícias*, 11 de Março de 1985, p. 2.

<sup>67</sup> “25 de Abril – Valeu a pena!” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 1.

<sup>68</sup> Trata-se, provavelmente, de artigo da autoria de Piteira Santos, já que “Política de A a Z” era a sua coluna no *Diário de Lisboa*; no entanto, esta informação não consta no *Diário de Notícias*.

<sup>69</sup> *Diário de Lisboa* – “Pensar Abril sem triunfalismos”, Da secção “Política de A a Z”; *O Diário* – “O 25 de Abril está vivo”, do editorial in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1985, p. 4.

<sup>70</sup> “Falta construir uma sociedade sem pobreza e sem ignorância – venceu o presidente da República Mário Soares in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 2.

desvalorizar a Revolução e suas consequências, pois afirmou que “o verdadeiro 25 de Abril se encontra ainda por cumprir”, “o verdadeiro 25 de Abril começa hoje, no Portugal de 1986”. Por outro lado, o discurso do deputado do PCP, Octávio Pato, enfatizou a valorização positiva do 25 de Abril, ao afirmar a plena identificação deste partido com a democracia portuguesa, “entendida não como um conceito abstracto e nebuloso onde possam caber as piores perversões antidemocráticas e o revanchismo mais brutal, mas como o concreto regime democrático-constitucional vigente em Portugal, caracterizado por uma indissociável ligação entre a democracia política, económica e social, entre direitos e liberdades de notável amplitude e profundas transformações socioeconómicas, expressão superior do insubstituível património de objectivos, conquistas, ideias e valores do 25 de Abril”. Já o deputado do PRD, Marques Júnior, mencionou que desde o 25 de Abril até a atualidade ocorreram “excessos e desvios”, concluindo, todavia, que “no cômputo geral” e “após uma ditadura tão longa e tão brutal, nunca houve uma revolução tão bela, tão generosa e tão fraterna”.<sup>71</sup>

Nas comemorações militares de 1986, o discurso do CEMGFA, Lemos Ferreira, expressou alguns juízos positivos sobre o 25 de Abril. Primeiramente, atestou a legitimidade da iniciativa de derrubar o regime, “indispensável face à incapacidade, incoerência, indecisão e falta de objectivos claros por parte de um regime político que se tinha isolado da Nação e que vegetava em torno de si próprio e dos benefícios dos grupos restritos que, no fundo, constituíam o regime e que com ele se confundiam formando uma nomenclatura fechada”; o CEMGFA salientou ainda ter-se tratado de “um acto das Forças Armadas justificado pelos sentimentos existentes na população em geral e legitimado pelo apoio feito de esperança que expontaneamente esta lhe dispensou”. Além disso, afirmou que “o 25 de Abril de 1974 pretendeu criar condições para que a democracia, a liberdade, as responsabilidades cívicas e o desenvolvimento ganhassem entre nós uma expressão similar à das democracias mais evoluídas do tipo ocidental”. Por outro lado, no que diz respeito ao processo revolucionário, manifestou opinião de carácter *revisionista* ao considerar que “Portugal não chegou a resvalar para uma situação bem mais grave em que,

---

<sup>71</sup> “Depois de descolonizar e democratizar é possível realizar o desenvolvimento – sublinhou o deputado (‘capitão de Abril’) Marques Júnior in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 3; “Voz da boa vontade é cada vez mais rigorosa – advertiu Fernando Amaral na celebração solene do 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 4.

após ter-se libertado de um regime antidemocrático e autoritário, iria cair numa ditadura desumana”.<sup>72</sup> É justamente esta apreciação de carácter *revisionista* que é elogiada em artigo de Alves Fernandes publicado em *O Dia*; além de aprovar também a intervenção do parlamentar democrata-cristão na sessão solene da Assembleia da República por precisar que rejeitava tanto o 24 de Abril de 1974 quanto o 24 de Novembro de 1975, o articulista declara: “De facto, é bom lembrar, de vez em quando, como fez agora o CEMGFA, o que foram os longos meses que mediaram entre o começo do Verão de 74 e o Outono de 75, em que um certo poder quis impor o que era moralmente injusto e mau, tudo desconjuntando e arrasando e só não levando os seus planos até ao extremo por ter contra si a maioria dos portugueses e da opinião pública e por haver desencadeado uma impressionante onda geral de revolta contra a lava revolucionária que expeliu, abrindo feridas que, em tantos casos, ainda não cicatrizaram”.<sup>73</sup>

É possível considerar que o processo de intensificação das movimentações sociais é um dos aspectos mais suscetíveis às interpretações de carácter *revisionista* do 25 de Abril, que culminam no entendimento de que o 25 de Novembro significou a *reconquista* da democracia e da liberdade. Nesse sentido, no discurso de Lemos Ferreira nas comemorações militares do 25 de Novembro, o CEMGFA ressaltou que esta data foi “decisiva para repor o país no caminho da dignidade e da democracia em liberdade”.<sup>74</sup> Visão diferente do 25 de Novembro é evidenciada em artigo da autoria de Nuno Teixeira Neves<sup>75</sup> – artigo a propósito da situação de Otelo Saraiva de Carvalho, militar de Abril que se encontrava preso há mais de um ano, à espera de julgamento, sob a acusação de envolvimento na organização de extrema-esquerda FP-25 (Forças Populares 25 de Abril). O articulista caracteriza como mistificações tanto a concepção do 25 de Novembro como restituidor da pureza inicial do 25 de Abril quanto a opinião de que o 25 de Novembro foi

---

<sup>72</sup> “Instituição militar não pode servir de válvula de escape das frustrações – afirmou Lemos Ferreira” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 4, 26; “Antigo regime constituía uma nomenclatura fechada – afirmou Lemos Ferreira ao recordar a acção das Forças Armadas” in *Diários de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 3.

<sup>73</sup> *O Dia* – “Discurso modelar”, dum artigo assinado por Alves Pereira in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1986, p. 6.

<sup>74</sup> “Forças Armadas não têm excesso de pessoal – resposta de Lemos Ferreira ao exíguo orçamento” in *Jornal de Notícias*, 26 de Novembro de 1986, p. 2.

<sup>75</sup> Nuno Teixeira Neves (1922-2007): Jornalista e escritor. No decorrer das décadas de 1940 e 1950 foi preso várias vezes pela PIDE. Desde o 25 de Abril até à data em que se reformou (Março de 1987), foi responsável pela seção *Ser Cidadão*, do *Jornal de Notícias* – seção na qual se publicou o referido artigo.

uma traição ao 25 de Abril. Segundo o articulista, o 25 de Novembro foi, na verdade, muito ambíguo: “num terço, um golpe contra-revolucionário, noutro uma tentativa de salvar o viável de uma revolução, e noutro ainda o propósito de introduzir algo de novo, não só em referência ao antigo regime como às concepções revolucionárias de qualquer natureza, mesmo moderadas”.<sup>76</sup> Com efeito, são raras na imprensa as apreciações que procuram compreender o 25 de Novembro em sua complexidade, predominando as visões simplistas e caricaturais no teor de *golpe contra a tomada de poder pelos comunistas e instauração do totalitarismo*.

Por outro lado, as comemorações populares do 25 de Abril são caracterizadas por interpretações positivas e prospectivas da Revolução. Assim, em apelo para as comemorações populares do Porto salientava-se que “a evocação da ‘madrugada libertadora’, dos homens que a rasgaram, e dos ideais que nela floresceram, é, não apenas a memória, mas, e sobretudo, um projecto e um caminho para a imensa maioria dos portugueses”. “‘Abril’ é a esperança sempre renovada da concretização da sociedade desenvolvida, democrática e humanizada, para a qual a acção libertadora dos capitães franqueou as portas”.<sup>77</sup> Nas comemorações populares de Lisboa de 1986, o capitão de Abril Vítor Alves<sup>78</sup> salientou que os valores que estiveram na gênese do 25 de Abril eram já dados adquiridos para a juventude, motivo pelo qual esta, muitas vezes, não compreendia a realidade de Abril: “o colonialismo e a guerra, a repressão estudantil e sindical, a marginalização cívica, o obscurantismo cultural, o isolamento internacional configuram um passado sombrio, cuja proximidade a juventude não sente e cuja invocação pouco a sensibiliza”. Por isso, Vítor Alves ressaltou ser preciso dar resposta aos problemas que afligiam os jovens da época, pois a “transformação da sociedade também passa por aí”.<sup>79</sup>

A valorização positiva do 25 de Abril transparece também em alguns artigos de opinião. Em artigo da autoria de um membro do Conselho Nacional da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), Vieira Mendes, são destacados, como a essência da Revolução, os direitos, liberdades e conquistas, os quais se mantinham

---

<sup>76</sup> “Otelô” in *Jornal de Notícias*, 30 de Novembro de 1986, p. 60 (“Última Página”).

<sup>77</sup> “COMEMORAÇÕES POPULARES DO XII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL – BAIXA DO PORTO – APELO” in *Jornal de Notícias*, 6 de Abril de 1986.

<sup>78</sup> Vítor Alves: Militar membro do MFA; integrou o Conselho da Revolução e o *Grupo dos Nove*.

<sup>79</sup> “Milhares desceram do Marquês ao Rossio para comemorar 12 anos de democracia – Partidos à esquerda do PSD e Associação 25 de Abril no comício e vocativo da Revolução” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1986, p. 2.

apesar do desenrolar da contrarrevolução e da ofensiva da Direita.<sup>80</sup> Da mesma forma, no editorial do *Jornal de Notícias*, da autoria de José Saraiva, prevalece tom positivo acerca da Revolução e crítico quanto às tendências que pretendem condená-la.<sup>81</sup>

Já em editorial do *Diário de Notícias*, da autoria de Dinis de Abreu e a propósito da posse de Mário Soares, primeiro presidente da República civil “após sessenta anos de *dinastia militar*”, manifesta-se o entendimento de carácter *revisionista* segundo o qual “nem todos os militares de Abril comungavam os mesmos votos de liberdade e de democracia”. “O regime esteve à beira de resvalar para uma outra tirania (...)”.<sup>82</sup> Um tom semelhante – embora mais positivo quanto ao juízo sobre o 25 de Abril – transparece no editorial do dia 25 de Abril, que considera como “romantismo arcaizante” as opiniões nostálgicas acerca da emotividade das primeiras comemorações do 25 de Abril. Expressa-se, assim, uma visão que aprecia o 25 de Abril pelos seus valores, mas o condena pelos seus *desvios*, considerando-se o período revolucionário como questão já ultrapassada e sem relevância para o presente: “O balanço de quanto ele [o 25 de Abril] trouxe ao País está feito, os principais desvirtuamentos que se lhe acrescentaram estão sanados, as suas conquistas não abandonaram o campo de referências para que a sociedade apela e a que as instituições estão sujeitas. Só nos resta, a 12 anos de distância, fazer da sua evocação um reafirmar, sim, dos valores que a partir dele plasmaram a nossa vida colectiva, mas também da vontade de aproveitar as potencialidades que a nova conjuntura oferece”.<sup>83</sup>

Um artigo da autoria de Roque Lino, publicado em *A Capital* e transcrito parcialmente no *Diário de Notícias*, segue a tendência de valorizar o 25 de Abril pelos princípios de democracia, generosidade, liberdade, além das transformações nas relações internacionais e na política interna e o acesso à Comunidade Europeia; no entanto, faz-se dura condenação da descolonização, nos seguintes termos: “(...) Que era uma imposição histórica, que foi um acto de liberdade nacional e não só dos povos colonizados. Mas que descolonização? A que produziu e produz guerras intestinas em Angola? A que transformou Moçambique num enorme campo de batalha? A que transportou Timor-Leste para um dos mais trágicos genocídios da actualidade? A que desenraizou centenas de

---

<sup>80</sup> “O 25 de Abril vive!” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1986, p. 36 (“Última Página”).

<sup>81</sup> “Um ciclo novo” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1986, p. 1, 2.

<sup>82</sup> “Um novo ciclo” in *Diário de Notícias*, 10 de Março de 1986, p. 1.

<sup>83</sup> “25 de Abril: Os novos desafios” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1986, p. 6.

milhares de portugueses cujo crime tinha sido, na grande maioria dos casos, o de desenvolverem, com o seu trabalho, as plagas africanas? Onde tudo deixaram, até vidas, amizades, familiares?”.<sup>84</sup> De fato, a descolonização – juntamente com as questões da intensificação dos movimentos sociais e do 25 de Novembro – constitui aspecto muito permeável às interpretações *revisionistas*, as quais, ao negligenciar os precedentes e o contexto em que a descolonização ocorreu, defendem uma visão histórica simplista de condenação absoluta do processo. Sob este ponto de vista, leva-se em conta apenas o interesse dos portugueses prejudicados pela descolonização, desconsiderando-se por completo o lado africano de longa luta pela autodeterminação e independência.

Em 1987, o discurso de Mário Soares na sessão solene sobre o 25 de Abril manteve o tom habitual, enfatizando as inúmeras melhorias ocorridas em Portugal em relação à realidade anterior a 1974; o presidente da República não deixou de salientar os *erros* cometidos, privilegiando, todavia, o enfoque no futuro. No mesmo sentido, o presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral<sup>85</sup>, evocou os valores consensuais de liberdade, independência, justiça, solidariedade e democracia.<sup>86</sup> Neste ano, tanto as intervenções parlamentares quanto os discursos nas comemorações populares foram dominados pela questão da crise política em virtude da aprovação no Parlamento de moção de censura ao Governo minoritário do PSD – situação que deveria ser decidida pelo presidente da República, havendo a opção de formar um novo Governo ou dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas.

Tal como nos anos anteriores, os apelos para a participação nas comemorações populares privilegiavam a valorização integral da Revolução e a importância da defesa de seus valores para o presente e o futuro do país. Assim, em apelo divulgado para incentivar a participação nas comemorações do Porto afirmava-se que: “Celebrar o 25 de Abril é recordar a acção corajosa dos militares de Abril que devolveram aos seus concidadãos a plena dignidade cívica. É evocar a longa e persistente resistência popular ao fascismo. É

---

<sup>84</sup> *A Capital* – “Doze anos depois” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1986, p. 6.

<sup>85</sup> Fernando Amaral (1925-2009): Advogado. Integrou a Assembleia Constituinte e foi deputado pelo PSD. Exerceu os cargos de ministro da Administração Interna e ministro adjunto do primeiro-ministro nos Governos de Pinto Balsemão (1981-1983). Foi presidente da Assembleia da República entre 1984 e 1987.

<sup>86</sup> “Temos de afastar as novas gerações do pessimismo e do conservadorismo – disse Mário Soares na sessão solene do Parlamento” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1987, p. 3.

olhar o futuro, as jovens gerações, os jovens que nasceram para a vida no Portugal. É dar sentido cultural ao nosso estar como povo”.<sup>87</sup>

Quanto aos artigos de opinião a propósito do 25 de Abril, predominam em 1987 visões positivas da Revolução dos Cravos. Em editorial do *Diário de Notícias*, por exemplo, apesar de se ressaltar os *erros* e *acidentes de percurso* cometidos durante o processo revolucionário, o tom da apreciação sobre a Revolução é claramente otimista, criticando-se ainda as tendências no sentido de condená-la.<sup>88</sup> Exatamente neste sentido posiciona-se também artigo de Piteira Santos publicado no *Diário de Lisboa* e reproduzido parcialmente no *Diário de Notícias*: “(...) O 25 de Abril abriu um caminho. E feito o balanço, com todos os erros e com todas as contradições, os resultados são positivos no que respeita aos direitos políticos e às liberdades cívicas”.<sup>89</sup> Cabe mencionar ainda a referência a artigo publicado na Guiné-Bissau sobre o 25 de Abril – em notícia a propósito da ausência de comemorações na capital guineense devido ao falecimento da cooperante portuguesa Maria N’Zambi. Uma visão africana sobre o 25 de Abril é raramente encontrada na imprensa nacional; a tônica do artigo valoriza positivamente a Revolução, ressaltando o papel importante da Guiné-Bissau na tomada de consciência por parte dos capitães do seu “inglório” empenhamento na defesa de um império em desagregação, o que teria contribuído para a organização do movimento que conduziu ao 25 de Abril. Nestes termos, entende-se que “com a nossa gloriosa luta de libertação nacional demos uma contribuição fundamental e solidária para a libertação do próprio povo português”.<sup>90</sup>

No ano de 1988 há, de forma geral, grande predominância de apreciações que valorizam o 25 de Abril em sua totalidade. Na sessão solene da Assembleia da República, Mário Soares saudou os militares de Abril e enfatizou a atualidade do 25 de Abril, cujos ideais contínuavam vivos na consciência dos portugueses. As intervenções dos deputados da Intervenção Democrática, João Corregedor da Fonseca, e do PRD, Hermínio Martinho, ressaltaram a situação de injustiça sofrida por muitos militares de Abril; João Corregedor da Fonseca foi mais direto nas acusações contra o Governo: os militares de Abril eram

---

<sup>87</sup> “25 de Abril: amanhã festa... e luta” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1987, p. 3.

<sup>88</sup> “Treze anos” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1987, p. 3.

<sup>89</sup> *Diário de Lisboa* – “Restauracionismo”, da secção “Política de A a Z” in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1987, p. 6.

<sup>90</sup> “Falecimento de Maria N’Zambi inviabilizou festa em Bissau” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1987, p. 4.

“surpreendentemente discriminados por aqueles que, sem nunca terem lutado pela democracia, beneficiando contudo da democracia instaurada, teimam em não aceitar os valores profundamente humanistas defendidos pelos militares de Abril a quem injustamente marginalizam”. Já a intervenção do deputado social-democrata, Correia Afonso, pautou-se em princípios de interpretação *revisionista* ao afirmar que “o 25 de Abril está cumprido” e que “deixou de ter sentido a bandeira do antifascismo que alguns, poucos, incapazes de se habituarem à democracia, ainda desfraldam”; o parlamentar defendia, então, a revisão constitucional como forma de pôr termo à estatização e à coletivização, de modo a libertar a sociedade civil.<sup>91</sup> Este tipo de visão aproxima-se das tendências de *revisionismo histórico* porque desvaloriza tanto a experiência revolucionária quanto a resistência antifascista, pretendendo relegá-las a um passado sem qualquer ligação ou importância para o presente, e o futuro.

Uma crítica a esta intervenção, e , por extensão, às visões *revisionistas* do 25 de Abril, é evidenciada em editorial de *O diário*, reproduzido em parte pelo *Diário de Notícias*: “Na linha do primeiro-ministro, sete vezes repetiu o líder do PSD a afirmação de que o ‘25 de Abril está cumprido’. Foi na sessão solene da Assembleia da República e a frase soou aos ouvidos de todos os que acompanharam a sessão como se Correia Afonso quisesse, de facto, dizer que o 25 de Abril está morto e encerrado. Afinal, foi essa a contramensagem que a direita e (torna-se imperioso denunciá-lo) alguns sectores que a si próprios se classificam de ‘esquerda moderna’ pretenderam transmitir ao País nas comemorações deste ano”. “Que a direita no Poder, em plena ofensiva restauracionista, procure enterrar o 25 de Abril é sintoma que apenas confirma as mais veementes prevenções dos democratas reunidos em Lisboa e Porto. Outra coisa seria, ainda, de esperar por parte de quem insinua junto dos seus concidadãos como porta-voz de uma fantasmagórica ‘esquerda moderna’”.<sup>92</sup> Esta crítica insurge-se contra um tipo de visão do 25 de Abril que tende a se alastrar com o passar do tempo. Ainda a propósito das reações dos partidos políticos quanto ao significado do 25 de Abril, é curioso o fato, mencionado em editorial do *Jornal de Notícias*, de que a grande maioria dos deputados do PSD e do

---

<sup>91</sup> “Solidariedade é imperativo moral – sublinhou Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 2; “Constituição deve estar acima de querelas e ser traço de união entre os Portugueses – afirmou o Presidente da República na sessão solene” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 3.

<sup>92</sup> *O diário* – “Contra-mensagem”, do editorial in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1988, p. 8.



CDS recusaram a oferta de cravos vermelhos para serem ostentados na lapela, por ocasião da sessão solene comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República – posição oposta à dos demais partidos com representação parlamentar.<sup>93</sup>

É exatamente na mesma linha de argumentação do deputado social-democrata que se posiciona o discurso de Lemos Ferreira nas comemorações militares evocativas do 25 de Abril em 1988. Assim, o CEMGFA entendia que “o 25 de Abril é factualmente um acontecimento histórico do passado e há que olhar para o futuro que conjuntamente teremos de construir pelo trabalho, pela dedicação às nossas funções e pelas obras que realizarmos”. A respeito do 25 de Novembro, Lemos Ferreira defendeu que esta data permitiu a “recuperação do essencial do processo histórico”, desvalorizando, dessa forma, o processo revolucionário.<sup>94</sup> Semelhante visão histórica foi expressa novamente pelo CEMGFA nas comemorações militares do 25 de Novembro, quando esta data foi considerada como “um marco fundamental para que a evolução política nacional se processasse posteriormente em plena liberdade de escolha por parte dos cidadãos”, lamentando-se, por isso, o seu progressivo apagamento da memória coletiva.<sup>95</sup>

No âmbito das comemorações populares do 25 de Abril, as declarações do ano de 1988 salientaram tanto a valorização positiva da Revolução quanto a crítica às atitudes governamentais no que tange ao significado deste período histórico. Assim, o apelo à participação nas comemorações populares do Porto afirmava que “as preocupações criadas pela direcção política a que o país está sujeito levam a que o 25 de Abril assuma o carácter de uma manifestação e uma reafirmação do regime democrático”; e em diretas críticas ao Governo destacava que: “o comportamento antidialogante e o conjunto de medidas já impostas ou anunciadas causam a maior inquietação pelos riscos que indiciam”, “é ponto assente que uma simples maioria governativa não dispõe de legitimidade para alterar os mecanismos configurantes da democracia, nem delimitar o âmbito e a natureza da representação das forças políticas nos órgãos do Estado”. Sob esta perspectiva, o documento apelava à participação nas comemorações populares, pois “face aos riscos de autoritarismo que pesam sobre o sistema, é imprescindível reafirmar, uma vez mais, que a

---

<sup>93</sup> “ ‘25 de Abril’ O poder é transitório” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 2.

<sup>94</sup> “Portugal será o que todos quisermos e desejarmos transmitir aos vindouros – disse Lemos Ferreira na cerimónia militar na Praça do Império” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 2.

<sup>95</sup> “Lemos Ferreira pede paciência aos militares” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1988, p. 2.

democracia que o MFA restituiu e que o povo consagrou, continua a dispor da confiança dos portugueses”.<sup>96</sup>

Neste mesmo tom de valorização positiva da Revolução, o presidente da Comissão Organizadora das comemorações na Madeira declarou ser “imprescindível comemorar o 25 de Abril, que representou a ruptura com a opressão e obscuridade. O 25 de Abril foi a semente da aprendizagem, o tentar acabar com a ignorância”.<sup>97</sup> Em homenagem às vítimas da PIDE, junto às antigas instalações da polícia política no Porto, o jornalista Manuel Ramos desferiu dura crítica às posições governamentais que primavam pela desvalorização da memória do 25 de Abril e da resistência antifascista: “Importa recordar o passado, que queremos que não volte, e dizer à juventude o que foram os crimes do regime fascista; mas também importa dizer ao senhor primeiro-ministro que ele não tinha razão quando afirmou que os democratas se entretinham em actos folclóricos para comemorar o 25 de Abril. É que, este, é um acto muito sentido por aqueles que foram torturados pela PIDE”.<sup>98</sup>

Em reportagem do *Jornal de Notícias* acerca das comemorações do 25 de Abril, é expresso também um juízo histórico positivo sobre a Revolução e o processo revolucionário: “A acção desencadeada pelo MFA, em 25 de Abril de 1974, quebrou as cadeias e rasgou as mordças do regime Salazar/Caetano. Pôs termo à guerra colonial. Abriu os caminhos do progresso e do bem-estar dos portugueses. Devolveu aos cidadãos os direitos democráticos. Introduziu no país profundas alterações sociais, económicas e culturais”. É curiosa a apreciação que se segue, a qual, com o intuito de valorizar o regime democrático saído da Revolução de Abril, destaca a capacidade da democracia portuguesa em absorver personalidades do regime deposto em 25 de Abril de 1974: “Uma das provas mais evidentes da vivência democrática portuguesa, após a Revolução de Abril de 1974, é o facto de praticamente metade dos membros ainda vivos do último Governo de Marcelo Caetano ter sido absorvida pelo novo regime político, exercendo hoje funções institucionais no país. O último Governo português antes do MFA era constituído por 34 personalidades,

---

<sup>96</sup> “Porto celebra Revolução dos Cravos sob o signo da Constituição” in *Jornal de Notícias*, 19 de Abril de 1988, p. 3; “Comemorações do 25 de Abril reafirmam defesa de valores de liberdade e democracia”; “Uma manifestação do regime democrático” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1988, p. 2.

<sup>97</sup> “Porto celebra Revolução dos Cravos sob o signo da Constituição” in *Jornal de Notícias*, 19 de Abril de 1988, p. 3

<sup>98</sup> “Homenagem às vítimas da PIDE. Diga-se aos jovens o que foram os crimes do fascismo – lembrou Manuel Ramos” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 3.

15 das quais com funções ministeriais actualmente”.<sup>99</sup> Convém esclarecer o perigo de tal ponto de vista que vê com bons olhos o trânsito da ditadura para a democracia de eminentes figuras políticas de outrora – opinião partilhada por muitos que defendem o carácter positivo da Revolução dos Cravos –, pois semelhante posição abre espaço para as ofensivas contra o legado da Revolução e para o desenvolvimento de visões *revisionistas* do 25 de Abril, que pretendem desvalorizá-lo e deslegitimá-lo. É possível dizer-se – em adiantamento dos resultados desta investigação – que este processo culmina no vigésimo aniversário da revolução, em 1994, quando defensores deste tipo de posicionamento conciliador vêm-se indignados com a avançada investida *revisionista* contra o legado revolucionário e em prol do *branqueamento* do Salazarismo/Marcelismo.

Quanto aos artigos de opinião, predominam, em 1988, julgamentos de valorização positiva da Revolução. No editorial do *Diário de Notícias* manifesta-se, novamente, a tendência de valorizar o 25 de Abril com ressalvas. Assim, destaca-se positivamente a instauração da liberdade e as perspectivas de modernização, representadas especialmente pela integração à Comunidade Europeia; no entanto, salientam-se também os *erros* do processo. Pois: “Restituída, no primeiro semestre de 1974, a liberdade do povo, num corte cerce com a longa ditadura, pouco depois desenhavam-se tentativas de prepotência de sinal contrário, que forças democráticas, contando para o efeito com grande base de apoio, impediram se institucionalizassem. A ‘festa dos cravos’ foi de imediato ensombrada por aquele período (embora breve) de arbitrariedades e socialmente explosivo, cujos artífices o próprio tempo se encarregaria de penalizar”. Nestes termos, considera-se que com o fim do processo revolucionário fora “[r]etomado, no horizonte do Poder, o autêntico espírito do 25 de Abril”.<sup>100</sup> Em outro editorial – a propósito do inquérito efetuado pelo *DN-Magazine*, que evidenciou o enorme desconhecimento dos jovens sobre o 25 de Abril – transparece um consideravelmente maior sentido de valorização positiva da Revolução, diante do choque com a ignorância sobre um período fundamental da História portuguesa recente. Nesse sentido, o editorial questiona “quantos estudantes haverá como a aluna do 11º ano para quem o 25 de Abril foi uma revolução que derrubou a monarquia?” E acrescenta: “Sem dúvida, é chocante, para quem conheceu, pelo menos, os últimos anos do Estado Novo, a

---

<sup>99</sup> “Comemorações do 25 de Abril reafirmam defesa de valores de liberdade e democracia” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1988, p. 2

<sup>100</sup> “Do dogma à concertação” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1988, p. 6.

Revolução de Abril e o que (apesar de erros e desvios de percurso) ela nos trouxe de bom – e muito foi –, é chocante, dizíamos, verificar o esquecimento, a mole indiferença dos jovens ante essa memória tão crucial e tão próxima”.<sup>101</sup> Este exemplo antecipa situações que se repetirão com mais frequência nos anos subsequentes, em que aqueles para quem o 25 de Abril deveria ser valorizado com ressalvas indignam-se perante o grave desprezo evidenciado na sociedade pela memória da Revolução de Abril.

Finalmente, um artigo da jornalista Maria Antónia Palla coloca em relevo as profundas transformações positivas que o 25 de Abril proporcionou ao dia-a-dia dos portugueses: a liberdade, a democracia que se enraizou nos hábitos quotidianos e garantiu os direitos fundamentais, o sistema de saúde – “não é bom, mas todos têm direito a ele” –, o ensino – “não é óptimo, mas população escolar explodiu” –, a mudança das mentalidades – “(...) catorze anos não são nada para mudar as mentalidades. E estas, apesar de tudo, mudaram” –, a participação das populações no poder local. Sob esta perspectiva dos benefícios e mudanças trazidos pelo 25 de Abril, avança-se com uma crítica ao poder constituído: “Neste ano em que festejamos os Descobrimentos, bom seria que os dirigentes partidários e sindicais, deputados, ministros organizassem uma campanha alegre e partissem à descoberta do que mudou neste país e neste povo, e que merece ser conhecido. É bem possível que, longe do mundo, do que parece ser e não é, descobrissem, pacífico e viçoso, o 25 de Abril”.<sup>102</sup>

O balanço acerca da valorização da Revolução ao longo deste período demonstra que os posicionamentos políticos oficiais, realizados na Assembleia da República, privilegiam a menção dos valores amplamente consensuais sobre o 25 de Abril, especialmente a democracia e a liberdade – esta é, nomeadamente, a opção do presidente da República, Mário Soares. Apenas os partidos à esquerda do PS costumam ressaltar a defesa das conquistas sociais alcançadas durante o período revolucionário, assim como criticar o Governo quanto ao tratamento conferido ao significado e legado da Revolução. Tais críticas tornam-se mais incisivas a partir de 1988, em um ambiente político em que já vigorava a maioria parlamentar social-democrata. Curiosamente, é também a partir de 1988 que a intervenção social-democrata na Assembleia da República opta por abordagem que se

---

<sup>101</sup> “As culpas da ignorância” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1988, p. 6.

<sup>102</sup> “A revolução silenciosa” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 8.

aproxima das tendências de *revisionismo histórico*, ao defender que o 25 de Abril pertence ao passado e não guarda grande relevância para o presente social – posturas semelhantes já eram sustentadas pelo CDS desde os anos anteriores. Quanto ao posicionamento militar oficial, através dos discursos do CEMGFA, predomina também, desde 1985, visão muito próxima do *revisionismo histórico*, já que a Revolução só é positivamente valorizada em seus aspectos consensuais, ao passo que se enfatizam os *erros* e *desvios* do processo revolucionário e se entende o 25 de Novembro como a *restituição da liberdade* contra o *totalitarismo*.

Pode-se dizer, enfim, que as apreciações que valorizam a Revolução com ressalvas situam-se politicamente entre setores do PS e forças políticas à sua direita, nomeadamente, PSD e CDS – sendo os aspectos mais controversos o período de radicalização do processo revolucionário e a descolonização. Contudo, neste período 1985-1988 predominam amplamente as posições que valorizam positiva e integralmente a Revolução e seu legado e que defendem um sentido prospectivo para o 25 de Abril; tais apreciações provêm, especialmente, de setores políticos situados à esquerda do PS, com destaque também para as declarações de militares de Abril. Além disso, durante este período a posição editorial do *Diário de Notícias* orienta-se no sentido de valorizar a Revolução com ressalvas, contrariamente ao posicionamento editorial do *Jornal de Notícias*, que valoriza positivamente a Revolução em toda a sua complexidade. É importante mencionar ainda que a partir da vigência da maioria absoluta social-democrata passa a haver uma grande incidência de críticas – em especial por ocasião das comemorações populares do 25 de Abril – quanto à postura do Governo em relação ao significado atribuído à Revolução, postura esta que prima pela desvalorização da memória deste período histórico. É possível considerar que tais críticas refletem o impulso conferido pelo alcance da maioria absoluta ao avanço de posicionamentos conservadores na sociedade portuguesa, inclusive no que diz respeito ao tratamento dado ao passado.

#### - Sobre o *revisionismo histórico*

Finalmente, cabe tratar das visões que expressam já claramente tendências de *revisionismo histórico*, no sentido de minimizar a importância da Revolução de 1974/1975. Em 1985, além dos casos já mencionados anteriormente, há um artigo a propósito do 11 de

Março, da autoria de Roque Lino, que evidencia de forma clara a condenação do processo revolucionário. Segundo o articulista, o “25 de Abril foi uma revolução democrática, profundamente impregnada de motivações sociais, económicas e culturais”, foi uma “revolução libertadora do homem português e do homem pluricontinental”, cumprindo “desígnios de justiça social, de progresso, de paz, de emancipação política dos cidadãos”. Avança-se, no entanto, com as concessões, que significam a condenação do processo revolucionário: “Mas o 25 de Abril despertou cobiças, desencabestou animais políticos, derramou na praça pública o fervor revolucionário de novos jacobinos. Os quais, movidos embora por razões históricas diferentes da revolução francesa, submergiram a pureza e a beleza de uma revolução romântica nos seus desígnios de novas ditaduras, efluentes, como água turva de fontes subterrâneas, da velhaca e inteligente doutrina bebida na Bíblia estalinista. Não demorou tempo a fazer o 11 de Março, daí que seja legítimo perguntar se os autores morais desse dia cinzento não foram mais responsáveis do que os autores materiais. A meu ver foram até os únicos responsáveis. O 11 de Março, tal como o vejo, foi uma ficção do general Spínola, mas foi sobretudo uma acção premeditada dos novos ditadores”. Nestes termos, o 11 de Março é entendido como “condição *sine qua non* para uma estratégia totalitária de vanguardas revolucionárias”, e o 25 de Novembro, como a reposição do 25 de Abril.<sup>103</sup> De acordo com este tipo de interpretação da Revolução dos Cravos, o 11 de Março teria significado o equivalente português da *dérápée* jacobina da Revolução Francesa, o que teria permitido os *desastres da ideologia*. Pautada em visão simplista e deformadora do processo histórico, com o objetivo de condenar a Revolução Portuguesa através de sua equiparação ao comunismo soviético, tal interpretação sobreestima o papel dos agentes políticos e militares ao passo que subestima a espontaneidade das movimentações sociais, ou seja, o carácter relativamente autónomo do processo revolucionário.

Entretanto, muito mais numerosas são as referências presentes na imprensa no ano de 1985 que manifestam posicionamento contrário às visões que desvalorizam o 25 de Abril. Assim, no apelo nacional para a participação nas comemorações do 25 de Abril, afirmava-se: “Rejeitamos a acusação, em que as forças saudosistas e retrógradas se obstinam, de que a ‘crise’ seja o efeito do 25 de Abril. Pensamos, muito ao contrário, que

---

<sup>103</sup> “O 11 de Março: ficção ou realidade?” *Diário de Notícias*, 11 de Março de 1985, p. 7.

ela é consequente a um longo período de governação ditatorial e reflexo de uma conjuntura internacional adversa, a que nem sempre se tem respondido da melhor maneira, designadamente não se criando condições de maior e mais vasta participação dos cidadãos na vida pública, nem levando mais longe a desejada justiça social”. E acrescentava-se: “Ocorrem, igualmente, neste ano de 1985, as celebrações do 40º Aniversário da derrota do nazismo, o que insere as celebrações da liberdade de Portugal num contexto politicamente relevamente. Infelizmente, a derrota do nazismo, e o ocaso dos fascismos europeus, não determinou a queda da ditadura em Portugal. Entroncam nessa ‘vida póstuma’ do fascismo português – com as guerras coloniais, a que a audácia do MFA e o 25 de Abril vieram pôr termo – muitas das nossas dificuldades presentes”. Enquadrado nesta perspectiva de rejeição das visões de carácter *revisionista*, o apelo salientava ainda a importância das comemorações do 25 de Abril: “Essa é uma razão mais para que, associada ao 40º Aniversário da vitória das forças democráticas e populares sobre o nazi-fascismo, a comemoração do 11º Aniversário da Revolução do 25 de Abril nos vá juntar, uma vez mais, numa manifestação que constitua afirmação forte, iniludível e unânime, da vontade popular e patriótica de defender Abril, de continuar Abril, nas suas finalidades de maior justiça social, com total respeito pela liberdade e pelo pluralismo democrático, regras mestras da nossa Constituição, tanto no aspecto político, como nas directivas sociais, económicas e culturais”.<sup>104</sup>

Segundo esta mesma linha de crítica, Vasco Lourenço – em seminário promovido pela Associação 25 de Abril – identificou o desenrolar de releituras históricas sobre o período revolucionário de cariz *revisionista*: “Hoje, quando, com um enorme desencanto, assistimos ao refluxo da Revolução, quando vemos que, a coberto da Democracia, se põe em causa e se anulam transformações importantes que o 25 de Abril e a Revolução promoveram e que, invocando a liberdade, esse refluxo se traduz sempre no benefício e no reforço dos privilégios daqueles que já os desfrutavam antes da Revolução, vem-se pondo em causa, o que é natural, a questão da total liberdade que se seguiu ao golpe militar e que chegou a raiar as fronteiras da anarquia”.<sup>105</sup> Com base nesta crítica às interpretações de teor

---

<sup>104</sup> “Apelo Nacional para as comemorações do 11º aniversário do 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 2.

<sup>105</sup> “Seminário na Associação 25 de Abril. Relações civis-militares são más a nível político – afirmou o general Garcia dos Santos” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1985, p. 3.

*revisionista*, é possível inferir o carácter destas visões históricas, as quais consideram as movimentações sociais que se seguiram ao derrube do regime e que caracterizaram a explosão revolucionária, em larga medida marcadas pela espontaneidade, como estratégias de *vanguardas* políticas ou militares com intuítos *totalitários*.

Outro capitão de Abril, Sousa e Castro, em entrevista ao *Diário de Notícias*, também rejeitou as interpretações que imputam ao 25 de Abril a responsabilidade pela situação de crise econômica e social. E em crítica ao poder político quanto ao tratamento conferido ao militares de Abril, afirmou que “temos vivido um processo político em que à falta de capacidade para se avançar com medidas, algumas das quais difíceis de tomar, os políticos avançam com os chamados álibis – foi o Conselho da Revolução, foi o sector público e o sector privado, foi a revisão da Constituição. Os políticos para se manterem na crista da onda estão, neste momento, a atirar para a opinião pública com um novo álibi, que é o da nova revisão constitucional, isto quando não há mais nada a rever, funcionando da mesma maneira como funcionou contra o CR. Sob este ponto de vista os militares estiveram mais tempo no Poder do que deviam. Se os militares não tivessem sido suficientemente honestos, ou demasiado honestos, para aceitar as regras do jogo, tinham dito pura e simplesmente ‘bom dia meus senhores, tomem conta disto que não estamos para vos aturar’”.<sup>106</sup> Com esta crítica, Sousa e Castro alude às visões que intentam deslegitimar a permanência de militares em funções governamentais através do Conselho da Revolução ou culpá-los pelos problemas sofridos pelo país – visões estas também de carácter *revisionista*, já que valoram negativamente a influência dos militares no poder em consequência do processo revolucionário.

Em entrevista ao *Jornal de Notícias*, Zeca Afonso ilustrou o *espírito do tempo* de carácter conservador e conivente com interpretações *revisionistas* através de um exemplo ligado à sua realidade de cantor: mencionou recente homenagem aos cantores dos anos 1960 em que ele, Adriano Correia de Oliveira e Fernando Tordo figuravam ao lado de mais uns quinze ou vinte cantores da mesma época “que eram de certo modo, quer eles quisessem quer não, porta-vozes de uma dada situação, contra a qual eu me insurgia”. A conclusão de Zeca Afonso era que “está a gerar-se determinado tipo de atitudes em que há uma certa confusão e em que nós, cantores de Esquerda, passamos a ser os algozes, e os

---

<sup>106</sup> “Entrevista: Sousa e Castro” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 26, 27, 28.



outros as vítimas”. E acrescentou: “Mas isso não é culpa dos cantores, é também culpa dos tempos que estamos vivendo”. Este depoimento de Zeca Afonso ilustra a transigência da época contemporânea com visões históricas simplificadas que, de forma geral, atuam no sentido de desvalorizar atitudes de setores da Esquerda contra o autoritarismo e a injustiça – o que engloba desde o caso específico citado pelo cantor até às visões mais gerais a respeito da Revolução dos Cravos, seus atores e suas consequências. Zeca Afonso denunciou ainda que tais situações se desenvolviam diante da cumplicidade ou omissão de grande parte da opinião pública: “Não existe só o poder, a classe dominante, com o seu comportamento historicamente determinável. Existe também o consentimento de indivíduos que têm algumas responsabilidades intelectuais, ou políticas, com a atitude de deixar andar, que no fundo é uma atitude cúmplice”.<sup>107</sup> Tal como já fora apontado anteriormente, semelhante situação denunciada por Zeca Afonso aprofundar-se-á nos anos subsequentes, culminando no vigésimo aniversário do 25 de Abril, quando muitos daqueles que até então mantiveram uma postura conciliadora, omissa quanto ao avanço dos ataques à Revolução e da recuperação do Estado Novo, indignam-se com o cúmulo da *falta de memória* e da permeabilidade ao *revisionismo histórico* atingido na sociedade portuguesa.

Em editorial do *Jornal de Notícias* de 1985, da autoria de José Saraiva, já figura também a denúncia de tendências *revisionistas*, contra as quais se reitera a valorização do 25 de Abril em sua totalidade: “Quando se desperta – consciente ou inconscientemente – um certo memorialismo sobre o modo de ser dos personagens que mantiveram os espíritos dos portugueses nas trevas, há que ousar dizer que é mil vezes preferível uma turbulenta Democracia livre a uma plácida ditadura. O 25 de Abril foi e é uma aquisição importante das nossas vidas e decisiva da História de Portugal”. O editorial defende ainda que não se deve procurar os culpados pela situação de crise que o país enfrenta; mas, caso se faça isto, a responsabilidade deve recair sobre todos, “já que, em momentos diversos ou em ocasiões diferentes, cometemos erros penalizáveis”.<sup>108</sup>

Em 1986, um comentário de Cavaco Silva diante do Muro de Berlim permite notar uma já considerável permeabilidade social às visões conotadas com o *revisionismo histórico*. Nos termos do jornalista Óscar Mascarenhas, escrevendo em coluna semanal que

---

<sup>107</sup> “Zeca Afonso. Da Revolução que houve à contra-revolução que há. Hoje é mais tempo de falar dos ‘vampiros’ que de ‘grândola’” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 5.

<sup>108</sup> “Valeu a pena!” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1985, p. 1.

versava sobre acontecimentos da vida pública: “Cavaco Silva emocionou-se diante do Muro de Berlim e não esteve com rodeios: a liberdade, disse, é ainda mais flagrantemente posta em causa nos sistemas de tipo soviético do que nos regimes autoritários de direita. Para lá de uma crítica retroactiva às escolhas dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, Cavaco Silva deu um passo destemido para solucionar esta moderna querela dos universais que é o de conseguir escolher entre o Chile de Pinochet e a URSS de Gorbachev – inclinando o fiel da balança para o primeiro...”<sup>109</sup> É significativo quanto ao grau de tolerância social no que toca a semelhantes visões de cunho *revisionista* o fato de esta ser a única referência nos diários nacionais analisados sobre tal comentário do primeiro-ministro português. Poder-se-ia argumentar que o comentário não dizia respeito à realidade portuguesa e que a condenação do regime soviético era maioritariamente percebida quase como uma posição politicamente correta; no entanto, desde uma tal apreciação feita pelo primeiro-ministro até a concepção de que o regime salazarista/marcelista foi, afinal, menos grave – ou tão grave quanto – do que a situação política posterior ao 25 de Abril, particularmente durante o período revolucionário, é um passo curtíssimo. E não é rara nem pouco aceita pela opinião pública uma tal visão do processo revolucionário português, em que a complexidade da disputa entre projetos políticos de sociedade é confusamente sintetizada em *tentativa de tomada do poder pelos comunistas com fins totalitários*.

Um artigo de Medeiros Ferreira, a propósito da posse de Mário Soares como presidente da República, alerta para os perigos de visões baseadas no *revisionismo histórico*. O articulista contesta as repetidas declarações de Mário Soares, desde o anúncio de sua vitória eleitoral, de que o período de transição estava terminado e que Portugal vivia então em “democracia plena”. Segundo Medeiros Ferreira, há um vazio político em tal afirmação, pois pretende, falsamente, estabelecer que a legitimidade deste mandato presidencial é maior do que aquela adquirida pelo general Eanes em duas eleições consecutivas. Contra esta concepção, Medeiros Ferreira atesta que o “regime constitucional é legítimo desde a aprovação da Constituição em 1976 e continua, mesmo após a revisão de 82”. E acrescenta que tal afirmação é tanto mais paradoxal quanto Mário Soares frisou, por ocasião da luta política travada na segunda volta, ser o presidente da República do regime democrático originado pelo 25 de Abril – tendo aprendido que não podia contar com a

---

<sup>109</sup> “A semana vista... ... e prevista” – “As escolhas” in *Diário de Notícias*, 20 de Abril de 1986, p. 2.

Direita social e cultural para se libertar do “povo de esquerda”. Dessa forma, Medeiros Ferreira identifica nesta declaração de Mário Soares uma releitura histórica que deslegitima e desvaloriza o 25 de Abril e o seu legado – ao estender o período de transição e deslocar para o presente o usufruto da democracia plena –, e, em larga medida, antevê o sentido do *revisionismo histórico* a ser verificado nos anos subsequentes, ao longo do Governo Cavaco Silva: “o precedente que Mário Soares abre com o seu conceito político de transição é apenas uma fase de estratégia mais vasta (e na qual ele acabará também por ser visado) de negar ao 25 de Abril a legitimidade da revolta. Caso um dia vença um candidato (civil ou militar) da direita unida, este dirá certamente que com ele se inicia um novo ciclo da vida política portuguesa. Mário Soares será catalogado entre os instrumentos obsoletos da transição e convidado a sair, de braço dado com os que lutaram contra a ditadura, do País que ajudou a tornar livre e fraterno. Um Presidente da República do regime democrático originado a 25 de Abril não pode fazer cirurgia histórica. A democracia plena deve ser preocupação desse Presidente, não uma proclamação de combate político. O conceito de transição aplicado ao último mandato do general Eanes é falso, inútil e é perigoso”.<sup>110</sup>

Em editorial do *Jornal de Notícias* sobre o 25 de Abril, da autoria de José Saraiva, enfatiza-se a importância de aprovar a Revolução em toda a sua amplitude e de rejeitar as visões que pretendem desvalorizar este período histórico e culpá-lo pelos problemas do presente: “Há doze anos reinava uma calma aparente – embora muitos, em nome de princípios que só alguns se reclamavam, derramassem o sangue e perdessem a vida em cada emboscada no capim africano. Libertada a pátria prisioneira de si própria, desamordaçadas as vozes autênticas, Portugal reencontrava-se pela acção de um punhado de homens que quiseram, no momento próprio, interpretar os sentimentos profundos dos portugueses. Há doze anos tivemos encontro marcado com a Dignidade e com a História e, pesem todas as vicissitudes, corolário natural de uma revolução, não recusemos hoje, mesmo perante os obstáculos e as dificuldades, a verdadeira dimensão do 25 de Abril. Portugal cumpriu-se! (...) Há doze anos queríamos todos construir, num instante, o que durante meio século nos fora negado. Não havia tempo a perder e no turbilhão das alegrias fomos desperdiçando oportunidades até esgotarmos a capacidade anímica para enfrentar os reveses... (...) Há doze anos, porém, não se pensava ser possível banalizar uma data que,

---

<sup>110</sup> “Um perigoso conceito de transição” in *Diário de Notícias*, 13 de Março de 1986, p. 8.

sejam quais forem as asperezas da nossa vida quotidiana, não desejamos – e recusamos mesmo! – ignorar ou mesmo esquecer. (...)”<sup>111</sup> Neste editorial, a recuperação do espírito da época em que a revolução eclodiu – aspecto sempre ignorado pelas visões *revisionistas* do 25 de Abril – confere o tom positivo que se deseja incutir àquele período histórico.

Em artigo publicado no suplemento *Juventude* do *Jornal de Notícias* – da autoria de António Ferreira Neto, funcionário sindical e membro da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes do Porto –, figura também a crítica contra as visões que responsabilizam o 25 de Abril pelos problemas da época. É abordada a questão de que os jovens não possuíam noção clara sobre o que foi o fascismo; seus problemas eram bastante distintos daquela realidade, e o apelo a essas angústias dos jovens muitas vezes os tornava vulneráveis às campanhas da Direita. Segundo o artigo, a Direita era a culpada pela situação em que a juventude se encontrava, mas procurava fazê-la esquecer disso “e empurrar as culpas para o ‘25 de Abril’ e a Constituição que reflecte, no essencial, as alterações e as conquistas alcançadas”.<sup>112</sup>

Em 1987, em editorial do *Diário de Notícias* sobre o 25 de Abril, prevalece juízo positivo sobre a Revolução e critica-se o desenvolvimento de visões de cariz *revisionista*: “O movimento militar de há treze anos foi, antes de mais, obra de um número alargado de *capitães* ousados e generosos, aos quais o País deve homenagem – independentemente dos erros que alguns deles vieram a cometer mais tarde –, mas logo se transformou em factor de mobilização da esmagadora maioria dos portugueses. (...) Ano após ano, são esboçados balanços e já surge, de quando em vez, quem procure, por essa via, questionar o *deve e haver*, induzindo especialmente os mais jovens, que não guardam na memória qualquer reminiscência da ditadura, na dúvida e no desencanto, através da minimização do gesto dos *capitães* e da exploração, em contraponto, do que falta a cumprir do 25 de Abril”. É muito curiosa a diferença no tom dos editoriais do *Diário de Notícias* sobre o 25 de Abril em 1986 e em 1987: enquanto em 1986 aprecia-se positivamente a transformação das comemorações do 25 de Abril em atividades rituais em relação às quais a maioria dos cidadãos é alheia – o que confere ao texto um sentido menos positivo do 25 de Abril, pois este período histórico é retradado como um passado já felizmente ultrapassado, apesar de

---

<sup>111</sup> “Um ciclo novo” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1986, p. 1, 2.

<sup>112</sup> “A juventude está com Abril” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1986, suplemento *Juventude*, p. 12.

guardar algumas relações positivas com o presente –, em 1987, contrariamente, afirma-se não poder “correr-se o risco de que o 25 de Abril se converta numa efeméride como qualquer outra, assinalada por discursos formais, sessões solenes e algumas manifestações políticas de sentido unívoco (...)”. Em 1987, o editorial é muito mais positivo quanto à valorização do 25 de Abril, embora ainda se destaque os erros e acidentes de percurso do período revolucionário.<sup>113</sup>

Em artigo da autoria de Piteira Santos, publicado no *Diário de Lisboa*, denuncia-se o desenrolar das visões *revisionistas* sobre a Revolução dos Cravos: “De Francisco Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa, pensadores, artífices da Aliança Democrática, até hoje, com prejuízo da qualidade e acanhamento da imaginação, o plano para reduzir a Revolução de Abril a um acidente de substituição de um regime político desacreditado prossegue com frontalidade ou sinuosamente, consoante as possibilidades que se oferecem às forças que apostam num obstinado restauracionismo”.<sup>114</sup>

No entanto, em 1987 são relativamente numerosas as apreciações que expressam visões *revisionistas*, em desvalorização da Revolução e de seu legado. Em editorial de *O Século*, transcrito no *Diário de Notícias*, desenvolve-se a ideia de que a socialização política passa pela transmissão inter e intrageracional dos grandes valores “culturais” de um regime, o que permite a sua perpetuação nas mentalidades. Exposta esta ideia sobre o mecanismo de perpetuação do poder político, avança-se com a seguinte apreciação sobre o destino dos valores políticos de Abril no presente: “Quem, por tarefa profissional ou a outro título, pode contactar largos extractos da juventude portuguesa, percebe facilmente que a nova geração nada tem já a ver com o ‘espírito de Abril’, com os seus fantasmas e os seus heróis, com os seus santos e os seus demónios, com as duas palavras de ordem e projectos. Em Portugal, os homens do futuro pertencem a um grupo que teve de viver entre dois mundos. (...)”.<sup>115</sup> É possível perceber nas entrelinhas desta opinião a valoração negativa deste “espírito de Abril”, o qual tenderia a desaparecer no futuro.

---

<sup>113</sup> “Treze Anos” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1987, p. 6.

<sup>114</sup> *Diário de Lisboa* – “Restauracionismo” – Da secção “Política de A a Z” in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1987, p. 6.

<sup>115</sup> *O Século* – “O futuro de Abril”, do editorial in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1987, p. 6.

Em artigo a propósito do 28 de Setembro, da autoria de António Maria Pereira<sup>116</sup>, verifica-se uma visão *revisionista* muito assimilada pela opinião pública e memória coletiva portuguesas. Segundo esta visão, o PCP é elevado à condição de agente dominante da vida portuguesa após o 25 de Abril, menosprezando-se a importância das variadas outras forças políticas e sociais atuantes no período: “Com efeito, logo após o 25 de Abril, os comunistas iniciaram a sua escalada para a conquista do poder por métodos antidemocráticos, a qual viria a culminar no comprovado envolvimento no ‘pronunciamento’ do 25 de Novembro de 1975. Valendo-se do ascendente conseguido junto do sector mais radical do MFA – em particular da sua Comissão Coordenadora –, o PCP, com a activa colaboração do seu duplicado, o MDP/CDE, lançou-se ao assalto e passou a controlar os meios de informação, as autarquias locais, a Comissão de Extinção da PIDE-DGS, numa palavra, a maioria dos centros de decisão. Essa escalada, que antes do 28 de Setembro ainda não era evidente para toda a gente, tornou-se patente a partir dessa primeira grande crise da revolução”.

A concepção do processo revolucionário defendida neste artigo desvaloriza a atuação dos movimentos sociais, os quais estariam submetidos ao total controle do PCP, tendo em vista sua intenção de atentar contra a democracia pluralista: “A concepção de democracia pluralista, no estilo das democracias ocidentais, que Spínola queria ver adoptada por Portugal, estava cada vez mais comprometida perante as iniciativas das massas populares fomentadas pelo duo PC-MDP/CDE e pelos grupos da extrema esquerda, e toleradas, senão mesmo aplaudidas, pela Comissão Coordenadora do MFA”. Uma tal visão maniqueísta do processo revolucionário – baseada nas oposições *Spínola; democracia pluralista X PCP e aliados; socialismo marxista* – é também aplicada à questão da descolonização, sendo evidente a preferência pela opção de Spínola: “uma descolonização decidida, por via de um referendo”.

Nestes termos, os acontecimentos do 28 de Setembro, que propiciaram a renúncia de Spínola da presidência da República, são compreendidos como uma contraofensiva protagonizada pelo PCP dentro de sua estratégia de tomada do poder: “Desembarçado assim dos seus principais adversários, o PC arrancou então em força com dois objectivos: antes de mais, conseguir liderar o processo de descolonização, especialmente o de Angola –

---

<sup>116</sup> António Maria Pereira (1924-2009): Advogado. Militante do PSD, foi deputado por este partido entre 1987 e 1995.

que Spínola desesperadamente tentara conduzir –; em segundo lugar, e se possível, transformar Portugal, a curto prazo, numa democracia popular. Graças à vitória obtida na crise do 28 de Setembro, depois aprofundada no rescaldo do ‘putch’ spinolista do 11 de Março de 1975, o primeiro objectivo foi alcançado, daí resultando uma alteração radical, em favor da União Soviética, do equilíbrio geoestratégico na África Austral; o segundo esteve também quase a ser conseguido, mas acabou por falhar em consequência da vitória final, aos 25 de Novembro de 1975, das forças democráticas, lideradas por Mário Soares, aliadas aos militares ‘moderados’, sob o comando do general Ramalho Eanes”.<sup>117</sup> Esta visão da Revolução dos Cravos abrange os principais aspectos suscetíveis ao *revisionismo histórico*: a condenação da descolonização, a concepção de tentativa de tomada do poder pelo PCP ao longo do processo revolucionário e a ideia de total submissão dos movimentos sociais às estruturas partidárias. Tal como já fora anteriormente mencionado, estas interpretações *revisionistas* baseiam-se numa excessiva simplificação da realidade histórica e, por vezes, na sua deformação.

De uma forma geral, nas interpretações que enfocam o 25 de Novembro predominam as concepções *revisionistas* de condenação do processo revolucionário. Assim, em editorial do *Diário de Notícias* ressalta-se que a liberdade, as perspectivas de progresso e de justiça social só foram possíveis graças aos acontecimentos de Abril de 1974 e de Novembro de 1975, acrescentando-se que nesta última data as Forças Armadas puseram termo à “tentativa de tomada do Poder absoluto por grupos de militares e de civis apostados na instauração de uma ditadura de sinal contrário à que caíra um ano e meio antes”.<sup>118</sup> Este tipo visão *revisionista* pretende equiparar, numa dupla condenação, o regime ditatorial deposto pelo 25 de Abril e o processo revolucionário. Ambos são, dessa forma, rotulados de *totalitarismo*, evitando-se a compreensão de suas especificidades – as quais os afastam muito mais do que os aproximam.

Em 1988, um artigo a propósito do 25 de Novembro, da autoria de Edmundo Pedro<sup>119</sup>, reproduz esta visão *revisionista* sobre a Revolução Portuguesa. O articulista,

---

<sup>117</sup> “Recordando o 28 de Setembro”, in *Diário de Notícias*, 28 de Setembro de 1987, p. 8.

<sup>118</sup> “As pequenas tempestades” in *Diário de Notícias*, 27 de Novembro de 1987, p. 6.

<sup>119</sup> Edmundo Pedro (n.1918): Antifascista, aos treze anos filou-se à Juventude Comunista. Foi preso por três vezes durante o Estado Novo, em 1934, 1936 e 1962. Entre 1936 e 1945, esteve preso no campo de concentração do Tarrafal. Foi um dos fundadores do PS; eleito deputado por este partido em 1976, exerceu o cargo ao longo de onze anos.

deputado e membro da Comissão Nacional e Política do PS, considera que sempre houve entre a Esquerda, “mesmo a esquerda democrática”, uma atitude complexada e envergonhada quanto ao 25 de Novembro. Defende, no entanto, ser chegado o momento de liquidar esse constrangimento, de modo que a Esquerda, e inclusive os comunistas, deve “assumir, sem complexos, o verdadeiro significado do 25 de Novembro no quadro global da luta pela liberdade no nosso país”. “É tempo de considerá-lo como o momento a partir do qual foi possível clarificar o caminho que conduziu a uma sociedade aberta, plural, liberta do medo policiesco que começara a instalar-se na sociedade portuguesa ao longo de todo o ano de 1975”.

O artigo avança no sentido de caracterizar a Aliança Povo-MFA como a prova do intento dos comunistas de alcançar o poder pela força das armas. Assim, o “PCP, com a sua teoria da ‘vanguarda revolucionária’, proporcionou aos seus aliados militares o ‘álibi’ de que precisavam para se apropriarem do Poder em estreita colaboração com aquele partido”. Neste contexto, entende-se que a luta travada pelo PCP pela conquista das liberdades essenciais ao longo da ditadura “não passara de mero expediente táctico destinado a vencer, com a ajuda dos autênticos democratas, uma fase transitória do seu processo de ascensão ao Poder”. De sorte que “o mérito dos socialistas” foi “não se deixarem paralisar pela tradição da luta antifascista”. A conclusão do articulista a este respeito orienta-se, portanto, no sentido de desvalorizar a resistência antifascista levada a cabo pelo PCP, argumentando com base em especulações contrafactuais: “a luta pelas liberdades públicas que o PCP procurou liderar antes da queda da ditadura revestiu-se de um sentido meramente instrumental, já que visava, como fim último, suprimi-las logo que tivesse consolidado, através delas, o seu poder”.

Nestes termos, o articulista pretende ressaltar o papel fundamental desempenhado pelo Partido Socialista na luta contra um projeto antidemocrático de nova ditadura. Assim, os socialistas teriam, novamente, “resistido” e criado “as condições políticas que permitiram, enfim, em 25 de Novembro, inverter a relação de forças ao nível militar”, viabilizando a liberdade em Portugal.<sup>120</sup> Esta visão caricatural do processo revolucionário português elege como agentes principais do período, quase únicos, o PCP e o PS, além de alguns militares revolucionários a reboque daquele partido. O tom maniqueísta perpassa

---

<sup>120</sup> “O 25 de Novembro e a esquerda” in *Diário de Notícias*, 30 de Novembro de 1988, p. 10.



toda a análise, pautada na luta entre “duas concepções diametralmente opostas de sociedade e de regime político” – o que sugere oposições simplistas do gênero de *comunistas-revolução-ditadura X socialistas-democracia-liberdade*, eliminando-se da análise histórica a complexidade dos agentes e projetos de sociedade em disputa. Além disso, tal visão *revisionista*, ao responsabilizar o PCP pelo rumo do processo revolucionário – identificado ao *totalitarismo* soviético – deslegitima o passado comunista de luta antifascista, o que explica o uso de termos ambíguos como “esquerda democrática” ou “autênticos democratas”. Uma tal visão de investida do PCP na direção do poder não se sustenta em fatos históricos, embora não seja rara – em moldes mais elaborados, obviamente – na historiografia sobre este tema.

Encontra-se outra visão *revisionista* do 25 de Abril em editorial de *O Século*, reproduzido parcialmente no *Diário de Notícias*. Além de enfraquecer a necessidade da ação do MFA para derrubar o governo de Marcelo Caetano, o editorial condena o desenrolar do processo revolucionário, o que configura uma ampla reprovação do 25 de Abril e processo revolucionário: “(...) Um '25 de Abril' qualquer era inevitável, pois o antigo regime mostrava-se esgotado e sem capacidade de resposta para os problemas, nem vontade para enfrentar os desafios. (...) E, se hoje podemos respirar, teremos de ter presente o papel que exerceram instituições da sociedade que, testemunhando a vontade da maioria, levaram a que as Forças Armadas pusessem um ponto final no desastre”.<sup>121</sup>

Em 1988 – em consonância com a tendência observada neste período em análise –, as críticas às visões *revisionistas* ultrapassam as opiniões desta tendência. Nas comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa, Vasco Lourenço denunciou a situação de “perseguição, marginalização e desconsideração” sofrida pelos militares de Abril, o que, segundo este capitão de Abril, era “reflexo do procedimento de políticos, incluindo altos responsáveis, que, enchendo a boca com os ideais e os militares de Abril, os têm ignorado a cada passo”. E acrescentou: “Pretendem encarar-nos como se o facto de termos participado no 25 de Abril constituísse um anátema, uma nódoa ou um motivo de desconfiança”.<sup>122</sup>

Neste mesmo sentido de crítica ao poder político no que tange ao significado dado à memória Revolução, Raul Rêgo – em artigo que recupera a história do Estado civilista em

---

<sup>121</sup> *O Século* – “Quadro diferente”, do editorial in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 6.

<sup>122</sup> “Militares de Abril são perseguidos – afirmou Vasco Lourenço no Rossio” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 4.

Portugal – conclui que “[o] ideal do 25 de Abril parece-me que o buscam desgastar algumas das mesmas forças que fizeram o 28 de Maio”.<sup>123</sup> Muitas das críticas às visões *revisionistas* presentes na imprensa em 1988 são diretamente voltadas contra posturas governamentais de desvalorização da Revolução. Assim, em editorial de *O diário* denuncia-se que “[n]ão são as palavras a pior arma dos que pretendem esvaziar a Revolução de Abril do seu conteúdo. É certo que são esses os primeiros a insinuar no espírito dos Portugueses a ideia de que a revisão da Constituição é um problema de palavras cruzadas. Mas, se o fazem, é, precisamente, para desviar as atenções dos actos que preparam”.<sup>124</sup>

Finalmente, em artigo do jornalista Fernando Martins – enquadrado, também, no contexto da prisão de Otelo Saraiva de Carvalho – transparece o tom de valorização positiva da Revolução e crítica ao desenrolar do *revisionismo histórico*: “Abril do amanhã dos meus filhos, dos nossos filhos, de um futuro colectivo com sombras despedaçadas, calcadas aos pés da esperança e lançadas na sarjeta da História. E Abril de um passado que se reabilita, que se lava e recupera de revolta. Abril dos companheiros de tantas lutas, de tantos sonhos, sonhos furtados e revendidos, atraíçoados. Mas puros. Tão ingénuos... (...) Porque Abril é futuro mais 14 anos de um passado. Com erros mas sem vergonha. Porque Abril é História e a História de um povo não se renega. Assume-se e respeita-se. Ama-se. E Otelo é História, herói da madrugada chamada liberdade. É Abril”.<sup>125</sup>

Portanto, é possível considerar que – a exemplo da situação verificada no que diz respeito à valorização da Revolução – os posicionamentos acerca do *revisionismo histórico* na interpretação do 25 de Abril e processo revolucionário situam-se no seguinte sentido quanto à orientação política: setores ligados ao PS e às forças políticas à sua esquerda criticam esta tendência, ao passo que outros setores conotados com o PS, o PSD e demais forças de direita, subscrevem-na.

---

<sup>123</sup> “Militares e paisanos” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1988, p. 7.

<sup>124</sup> *O diário* – “Para além das palavras”, do editorial in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1988, p. 6.

<sup>125</sup> “Abril de Otelo” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1988, p. 52 (“Última Página”).

### - Considerações finais

É possível afirmar, portanto, que o período 1985-1988 é marcado por um predomínio de valorações positivas acerca do 25 de Abril e seu legado. Já se identifica com clareza opiniões que expressam tendências do *revisionismo histórico* em desvalorizar e deslegitimar a Revolução – tais opiniões abrangem principalmente os aspectos da descolonização, da radicalização do processo revolucionário e da interpretação do 25 de Novembro, e baseiam-se numa sobrestimação do papel dos agentes políticos e militares e numa subestimação da espontaneidade dos movimentos sociais. No entanto, estas tendências *revisionistas* são ainda minoritárias neste período, sendo amplamente ultrapassadas por opiniões críticas a tais visões.

Dessa forma, pode-se dizer que o *combate pela memória* durante este período se manifesta entre interpretações maioritárias que valorizam positivamente o 25 de Abril e seu legado para o presente, rejeitando a desvalorização desta memória, e interpretações que expressam o *revisionismo histórico*. Num âmbito intermediário situam-se as interpretações que valorizam o 25 de Abril com ressalvas, ora aproximando-se mais de uma ou outra das tendências anteriormente mencionadas. É importante destacar que a circunstância de política interna caracterizada pelo alcance da maioria absoluta pelo PSD, em 1987, interfere neste *combate pela memória*, pois configura um ambiente político-social que contribui para uma maior incidência de juízos sobre a Revolução conotados com o *revisionismo histórico*.

Quanto às questões que animam a evocação da memória sobre o 25 de Abril durante este período figuram o socialismo, a revisão constitucional e a adesão à Comunidade Europeia. Este último aspecto corresponde a um importante fator de redefinição da identidade nacional, havendo também neste âmbito um *combate pela memória* entre as visões que entendem a identidade europeia como *continuidade* ou como *ruptura* com o espírito e o legado da Revolução dos Cravos.

### 3.2 – 1989-1991

No período 1989-1991 há, em relação ao período anterior, um considerável aumento das apreciações que valorizam o 25 de Abril de forma positiva e integral sobre aquelas que o valorizam com ressalvas. Uma diferença digna de importância é a mudança de orientação

dos editoriais do *Diário de Notícias* sobre o 25 de Abril: enquanto no período 1985-1988 os editoriais deste periódico adotavam a posição de valorizar a Revolução com destaque para as suas contrapartidas – *erros, desvios, desmandos, acidentes de percurso* –, a partir de 1989 passam a enfatizar a valorização do 25 de Abril de forma mais ampla, ressaltando a necessidade de preservar esta memória. Levando-se em consideração que a direção deste periódico permanece a mesma entre os anos de 1986 e 1992, é possível inferir que a mudança na tendência editorial do *Diário de Notícias* se deve a alguma modificação ocorrida na sociedade portuguesa.<sup>126</sup>

Com efeito, há neste período um significativo aumento das referências baseadas em visões *revisionistas* da Revolução dos Cravos. Há também um certo equilíbrio entre a ocorrência destas visões *revisionistas* e de opiniões que lhes são críticas – as quais encontram-se, muitas vezes, relacionadas com as atitudes do poder político quanto ao significado conferido à memória do 25 de Abril. Além disso, muitas destas críticas referem o processo de reabilitação do Estado Novo, situação mais rara no período anterior. Tal relativo equilíbrio entre as visões *revisionistas* e as suas críticas reflete a situação de avanço das opiniões que intentam desvalorizar a Revolução de Abril, pois no período 1985-1988 verificava-se uma clara superação dos posicionamentos críticos a esta tendência.

Há ainda, tal como no período anterior, um grande número de referências à Europa como elemento de definição da identidade nacional. Um fator novo surgido no período 1989-1991 é a incidência de alusões à necessidade de cultivar a memória do 25 de Abril e, em alguns casos, do Estado Novo. Outra diferença em relação ao período 1985-1988 é o significativo aumento das referências à questão da descolonização – referências estas que, naturalmente, se diferenciam quanto ao tom, podendo expressar uma valorização positiva do 25 de Abril, juntamente ou não com uma crítica ao *revisionismo histórico*, ou mesmo ser a expressão de visões *revisionistas*.

As ocorrências em cada um dos anos deste período mostram, de forma geral, resultados similares: uma considerável maioria de referências que valorizam positivamente o 25 de Abril sobre aquelas que o valorizam com ressalvas; um certo equilíbrio entre as visões favoráveis e contrárias ao *revisionismo histórico*; algumas referências à Europa

---

<sup>126</sup> Neste ponto, é importante esclarecer que o *Diário de Notícias* foi desnacionalizado em Maio de 1991. Portanto, o fator da mudança de propriedade do jornal não pode ser considerado como possível causa para a modificação da linha editorial deste periódico.

como elemento de identificação nacional e certas apreciações sobre a necessidade de preservar a memória. No ano de 1989 há ainda algumas referências à revisão constitucional que se aproximava.

Portanto, é possível concluir que se evidencia no período 1989-1991 uma mudança na sociedade portuguesa no que tange à memória coletiva sobre o 25 de Abril e processo revolucionário. Pode-se identificar nestes anos o início do desenvolvimento do *revisionismo histórico* como tendência cada vez mais presente na sociedade. Tais releituras históricas no sentido de desvalorizar a Revolução e *branquear* o Estado Novo desencadeiam, evidentemente, muitas críticas; no entanto, contrariamente ao período anterior, em 1989-1991 as críticas não são mais numerosas do que as visões *revisionistas*, havendo um relativo equilíbrio. Assiste-se, dessa forma, ao acirrar do *combate pela memória* na sociedade portuguesa: a intensificação das tendências de *revisionismo histórico* provoca, em reação, um aumento das opiniões que valorizam positivamente o 25 de Abril, em toda a sua amplitude, e uma diminuição dos juízos que valorizam a Revolução com ressalvas. Além disso, o surgimento de tendência que enfatiza a necessidade de cultivar e defender a memória do 25 de Abril é mais um reflexo da ampliação do *combate pela memória* ocorrido neste período.

Quanto à direção dos periódicos analisados, permanece a mesma no *Diário de Notícias* durante o período 1989-1991: Dinis de Abreu como diretor; Helena Marques e M. Bettencourt Resendes como diretores-adjuntos. Já no *Jornal de Notícias*, durante os anos de 1989 e 1990, Sérgio de Andrade permanece como diretor e Frederico Martins Mendes, como diretor-adjunto. No ano de 1991, o diretor desse periódico passa a ser António Freitas Cruz e os diretores-adjuntos, Armando da Fonseca e Fernando Martins.

No ano de 1989 há, nos meses consultados para o propósito desta investigação, dois artigos que tratam sobre a situação da Esquerda naquele momento histórico. Mesmo sem dizer respeito diretamente à memória do 25 de Abril, a análise destes artigos é interessante pois abordam questões do contexto político do período, o qual, indubitavelmente, influencia nos rumos da memória coletiva sobre a Revolução dos Cravos. Assim, em editorial de *O diário* coloca-se a questão a respeito daquilo que um cidadão portador de visão progressista do mundo poderia e deveria exigir das forças de esquerda naquele momento político. A resposta demonstra a vasta influência do conservadorismo político da época e, em

consequência, a situação de crise da Esquerda: “Há quem ache que a esquerda precisa é deixar de ser esquerda. Esquecer os ideais, mudar de ideias, dizer à direita que o campo está livre e ela, ex-esquerda, disponível para o que for preciso. É, obviamente, uma proposta interessada, feita por uma falsa esquerda, ou, se se quiser, por uma direita disfarçada de esquerda (como, por exemplo, o chamado ‘clube da esquerda liberal’). Há quem ache que a esquerda precisa é de fingir que não é esquerda, para enganar a direita. Assobiar para o ar quando lhe falam de ideais, fugir à conversa quando se discutem ideias, tentar convencer a direita a deixar-lhe dar uma voltinha no carrossel do Poder, com a promessa de que não parte a baixela”.<sup>127</sup>

Em artigo de opinião de Novembro de 1989, Henrique de Barros<sup>128</sup> aborda a ideia, cada vez mais corrente, segundo a qual não há mais distinção entre Direita e Esquerda. O articulista contesta esta noção alegando não ser tarefa árdua para observadores medianamente informados e de boa-fé distinguir entre as diferentes respostas políticas aos problemas da sociedade consoante orientações de direita ou de esquerda. Após uma breve análise dos posicionamentos políticos governamentais em Portugal ao longo do século XX, o articulista conclui com a constatação de que são distintas as atitudes da Direita e da Esquerda diante das esperadas consequências com a queda do Muro de Berlim: “a primeira esperando e desejando o retorno ao capitalismo; a segunda ansiando pela instauração do socialismo democrático”.<sup>129</sup>

Estes artigos evidenciam, por um lado, a crise de paradigma sofrida pela Esquerda no âmbito mundial – e acentuada com o fim do socialismo real, ocorrido justamente entre os anos de 1989 e 1991 – e, por outro lado, o avanço de tendências conservadoras, cada vez mais assimiladas pela opinião pública, as quais acabam por escamotear a legitimidade dos posicionamentos políticos da Esquerda. Exemplos nítidos desta situação são tanto a ideia de que não há mais diferença entre Direita e Esquerda quanto o descrédito do conceito de *socialismo democrático*, sendo cada vez mais assumida pela opinião pública a noção de oposição entre *democracia* e *socialismo*. Tal contexto político internacional é, portanto, o pano de fundo para o início do desenvolvimento do *revisionismo histórico* em Portugal.

---

<sup>127</sup> *O diário* – “A esquerda”, do editorial, in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1989.

<sup>128</sup> Henrique de Barros (1904-2000): Engenheiro e professor universitário. Durante o período revolucionário, integrou o Conselho de Estado. Foi presidente da Assembleia Constituinte. Durante o I Governo Constitucional, ocupou o cargo de Ministro de Estado.

<sup>129</sup> “Direita e esquerda: uma distinção a manter” in *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1989, p. 9, 14.

Evidentemente, a situação de descrédito das posições de esquerda – reiterada pela conjuntura interna de um governo maioritário de Direita – favorece o desenvolvimento de releituras conservadoras da História, tanto no sentido de recuperar positivamente o passado ditatorial quanto no sentido de desvalorizar o significado e o legado de uma revolução em que predominaram projetos políticos e visões do mundo conotadas com a Esquerda.

#### - Sobre a identidade nacional

No período 1989-1991, tal como na fase anteriormente analisada, a Europa e a integração na Comunidade Europeia constituem elementos de refinição da identidade nacional em sentido amplamente positivo – mesmo que variem os entendimentos sobre a relação desta identidade europeia com o 25 de Abril, como a expressão de uma *continuidade* ou de uma *ruptura*. Além disso, na maioria das referências a este tema a questão do desenvolvimento encontra-se intimamente relacionada às perspectivas abertas pela integração europeia. Dessa forma, a redefinição da identidade nacional segundo o paradigma europeu comporta as noções otimistas de desenvolvimento, progresso e futuro.

Em 1989, a Europa ocupa papel de destaque no discurso de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República a propósito do 25 de Abril. Ao tratar dos desafios de progresso e desenvolvimento que se colocavam ao país, o presidente da República mencionou a importância de Portugal estar seguro da sua identidade, ativo e competitivo numa Europa unida. E acrescentou: “não perguntem o que a Europa vai fazer por nós, perguntem o que nós, cidadãos portugueses e europeus, poderemos fazer por Portugal integrado numa Europa, capaz de se tornar, cada vez mais, a vanguarda da liberdade, do progresso e do bem-estar”. Sob este ponto de vista de um otimista futuro no contexto da integração europeia, o 25 de Abril é compreendido como acontecimento histórico que viabilizou o desfrute de tal situação presente. Assim, segundo esta perspectiva ressaltada por Soares, o 25 de Abril abriu o caminho para a construção da identidade europeia, em íntima relação com a meta do desenvolvimento: “É nessa Europa do futuro que o Portugal de Abril está vitalmente empenhado, no reforço da sua identidade própria”.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> “É na Europa do futuro que Portugal está empenhado – sublinhou o presidente Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 3.

Ainda nesta sessão solene, o presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo<sup>131</sup>, reforçou a valorização da identidade europeia como justificativa para a importância da revisão constitucional, o que seria imperativo para adequar a lei fundamental às necessidades do presente e, especialmente, às exigências do futuro: “Não pode haver progresso quando se está tolhido por obstáculos insanáveis. Impunha-se que a Constituição não fosse, ela própria, entrave ao desenvolvimento do Portugal comunitário. Desenvolvimento que é o grande desafio de hoje e que exige uma modernização que nos coloque a um nível semelhante ao dos demais países europeus”.<sup>132</sup> Evocando a identidade europeia – o “sonho europeu”, que também é parte integrante do “sonho português” –, também o centrista Lucas Pires alegou a pertinência da revisão constitucional: “é necessário substituir o modelo social da Constituição portuguesa, acabando com os mitos da luta de classes e introduzir-lhe uma estrutura mais solidária”.<sup>133</sup>

Nas comemorações populares da Revolução, o socialista José Apolinário<sup>134</sup> evocou, em Lisboa, a identidade europeia como um ponto positivo propiciado pelo 25 de Abril. Pois este dia teria significado uma “vitória de Portugal europeu sobre um Portugal esquizofrénico”.<sup>135</sup> Em 1989, por ocasião da cerimônia militar evocativa do dia 25 de Novembro, o CEMGFA, Soares Carneiro<sup>136</sup>, afirmou ter sido a intervenção das Forças Armadas em 25 de Novembro o que possibilitou retomar o projeto nacional de inserção na Europa.<sup>137</sup> É interessante, a este respeito, comparar a ocorrência de opiniões contrárias sobre a origem da identidade europeia: aqueles que adotam uma visão de valorização do 25 de Abril entendem a identidade europeia como um dos efeitos das inúmeras perspectivas positivas propiciadas pela revolução que se iniciou em 25 de Abril de 1974; ao passo que aqueles que ratificam uma visão *revisionista* do 25 de Abril – segundo a qual o processo

<sup>131</sup> Vítor Pereira Crespo (n.1938): Químico e professor universitário. Dirigente do PSD, ao qual aderiu em 1976. Exerceu os cargos de ministro da Educação e Ciência e de ministro da Educação e das Universidades nos Governos Sá Carneiro e Pinto Balsemão (1980-1983). Foi presidente da Assembleia da República entre 1987 e 1991.

<sup>132</sup> “25 de Abril. Renovadas esperanças...” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 2.

<sup>133</sup> “Sonho europeu também é português” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1989, p. 3.

<sup>134</sup> José Apolinário (n.1962): Advogado; militante e político do PS.

<sup>135</sup> “Não se confronte a liberdade com jactos de água e cães-polícias – Exigida a libertação de Otelo Saraiva de Carvalho” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 2.

<sup>136</sup> Soares Carneiro (n.1928): Por ocasião do 25 de Abril, era Secretário-Geral do Governo Geral de Angola. Em 1980, foi o candidato da Direita para as eleições presidenciais.

<sup>137</sup> “‘25 de Novembro’ possibilitou a integração na Europa – afirmou Soares Carneiro” in *Jornal de Notícias*, 26 de Novembro de 1989, p. 4.



revolucionário é condenado por expressar tentativa de implatação de regime *totalitário*, tal qual o entendimento do CEMGFA – consideram a construção da identidade europeia como avanço possibilitado pelo 25 de Novembro, e não pelo 25 de Abril, o que significa dizer que a integração europeia ocorreu devido à contenção da Revolução, ou seja, *apesar do 25 de Abril*, e não *graças ao 25 de Abril*. Em sentido semelhante – denotando, portanto, também uma orientação política de direita – posicionam-se as opiniões que evocam a identidade europeia como justificativa para a revisão da Constituição, alegando a necessidade de corrigir a influência socialista no texto constitucional. Trata-se, também neste caso, de concepção que pressupõe a oposição entre as noções de *identidade europeia* e *legado revolucionário*.

Em 1989, um artigo de José Augusto Seabra<sup>138</sup>, abordando a situação da conjuntura de estabilidade em Portugal sob um ponto de vista positivo, evoca a identidade europeia ao mencionar a necessidade de mobilizar a juventude para as grandes tarefas de construção de um país novo, de modo que certos valores – como a liberdade, a responsabilidade, a tolerância, o diálogo, a solidariedade, a justiça, a criatividade, o trabalho – sejam conjugados “num horizonte patriótico, europeu e universalista, qual é o da nossa identidade e diversidade como povo”.<sup>139</sup> Em editorial do *Diário de Notícias* a propósito da sessão solene sobre o 25 de Abril no Parlamento, recupera-se a relação entre identidade europeia e futuro; o 25 de Abril é avaliado positivamente por ter definido a “resposta justa” para a escolha que decidira a leitura para a identidade portuguesa: “a escolha entre um Portugal aliado e fraterno, ou imperial, acossado e só”.<sup>140</sup>

Em 1990, o discurso de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República salientou a relação harmoniosa entre o 25 de Abril e a integração europeia, afirmando que “foi o 25 de Abril ainda que abriu a Portugal as portas do desenvolvimento e permitiu que nos inseríssemos tempestivamente na Comunidade Europeia”. Nestes termos, a identidade europeia adquire o sentido de desenvolvimento e modernização: “Portugal, aberto ao Mundo e à modernidade, não só está também a mudar, e acaso, pela primeira vez, ao ritmo

---

<sup>138</sup> José Augusto Seabra (1937-2004): Advogado, professor universitário, diplomata. Aos 17 anos foi preso pela PIDE pela primeira vez. A partir de 1961 exilou-se em Paris, e só regressou a Portugal após o 25 de Abril. Integrou a Assembleia Constituinte; foi deputado pelo PSD; entre 1983 e 1985, ocupou o cargo de Ministro da Educação.

<sup>139</sup> “O 25 de Abril e o futuro” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1989, p. 7.

<sup>140</sup> “As portas abertas de um novo caminho” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 8.

do tempo que vivemos, como é, ele próprio, factor de mudança, integrado como está na Comunidade dos Doze – verdadeiro epicentro da nova construção europeia que se esboça”. Também o presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, ressaltou a continuidade entre as perspectivas abertas pelo 25 de Abril e a identidade europeia: “Passamos a ser um país europeu, firmado no humanismo, um estado de direito, crente na fraternidade entre os homens”.<sup>141</sup>

Em editorial do *Diário de Notícias* a respeito do discurso de Soares no Parlamento, reforça-se a relação entre a integração europeia e o desenvolvimento do país, afirmando-se que o “combate que nos espera na grande tarefa de desenvolvimento é um compromisso que nos obrigámos com a nossa entrada na Comunidade dos Doze”.<sup>142</sup> Em artigo do cartoonista Osvaldo de Sousa, novamente a integração europeia é apontada como uma das consequências positivas trazidas pela Revolução dos Cravos.<sup>143</sup> É interessante notar o amplo alcance de tal apreciação segundo a qual a integração à Comunidade Europeia é considerada um efeito positivo do 25 de Abril, compatível até mesmo com algumas interpretações de tendência *revisionista*. Tal é o caso, por exemplo, de artigo publicado em *O Comércio do Porto*, da autoria do jornalista Silva Tavares, que menciona o “assalto de 75 ao castelo impoluto da liberdade”, mas afirma que “seria mesquinho não reconhecer que se ganhou um País, de novo marinheiro cruzando as ondas duma Europa quase unida, do Atlântico aos Urais”.<sup>144</sup>

Em 1991, na sessão solene do Parlamento em homenagem ao 25 de Abril, o presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, salientou a identidade europeia ao afirmar que “vivemos o retorno de Portugal à sua vocação europeia, sem descurar os laços tradicionais que cabocámos ao longo dos séculos”. A identidade europeia é também evocada pelo parlamentar do Partido Renovador Democrático, Carlos Lilaia, para quem, a dezassete anos do 25 de Abril, Portugal depara-se com os desafios do desenvolvimento e da construção da Europa.<sup>145</sup> Em editorial do *Diário de Notícias* que manifesta posicionamento crítico quanto às tendências *revisionistas* existentes na sociedade, é ressaltado o papel

---

<sup>141</sup> “Tenhamos a coragem de cortar com os velhos hábitos obsoletos”; “A caminhada para o futuro” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 2.

<sup>142</sup> “A mensagem do Presidente” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>143</sup> “Liberdades da Revolução” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>144</sup> *O Comércio do Porto* – “A data” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>145</sup> “Soares propõe às gerações jovens prosseguir grande ambição nacional”; “Cerimónia solene no Parlamento” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 3, 4.

fundamental do 25 de Abril para a integração europeia, pois “[c]ondição essencial para que a CEE nos acolhesse como parceiro europeu foi o passarmos a ser uma democracia que gradualmente se foi consolidando, até se tornar, hoje, realidade irreversível”.<sup>146</sup>

Portanto, é possível afirmar que ao longo deste período a identidade europeia é unanimemente considerada como elemento positivo e otimista quanto ao futuro do país, capaz de viabilizar o desenvolvimento. Variam, no entanto, as interpretações quanto à relação entre a adesão à Comunidade Europeia e o 25 de Abril: a exemplo da situação verificada no período anterior, setores ligados à Esquerda ressaltam a *continuidade* entre a Revolução e a possibilidade de entrada para a CEE; enquanto setores conotados com a Direita, defensores de visões *revisionistas* baseadas na condenação do processo revolucionário, enfatizam a ideia de *ruptura* entre o advento da Revolução e a adesão à Comunidade Europeia – além de, por vezes, também utilizarem o argumento da identidade europeia para legitimar a necessidade de revisão constitucional, de modo a eliminar os princípios socialistas da Lei Fundamental, juízo este que também implica a noção de oposição entre o legado do 25 de Abril e a identidade europeia. Contudo, é importante mencionar que o juízo da identidade europeia como decorrência positiva do 25 de Abril é muito mais consensual na sociedade portuguesa do que a interpretação da Revolução em si, havendo inclusive opiniões *revisionistas* quanto ao período revolucionário que admitem o benefício propiciado pela Revolução no que diz respeito à integração europeia.

#### - Em defesa da memória

As opiniões que enfatizam a necessidade de preservar a memória do 25 de Abril normalmente apresentam também posicionamento crítico quanto às tendências de *revisionismo histórico* nas interpretações sobre a Revolução. Em 1989, na primeira das sessões da Assembleia da República comemorativas do 25 de Abril neste ano – na qual intervieram os jovens de cada bancada parlamentar, além do poeta e filósofo Agostinho da Silva –, o deputado do PS, José Apolinário, alertou para a situação de “um progressivo divórcio entre as novas gerações e o 25 de Abril”; contra o agravamento deste quadro, o socialista defendeu que “todos nós temos o direito à memória e a nossa memória colectiva

---

<sup>146</sup> “O declínio de uma data” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1991, p. 8.

de Abril precisa de ser urgentemente dignificada”.<sup>147</sup> Nas comemorações populares de Lisboa, este mesmo dirigente socialista, em crítica à Direita portuguesa, acusou-a de querer “limitar a memória do dia 25”.<sup>148</sup>

Os editoriais do *Diário de Notícias* do período 1989-1991 evocam todos os anos o imperativo de cultivar a memória do 25 de Abril, perante a incidência de visões *revisionistas* que pretendem desvalorizar este período da História portuguesa. Assim, em 1989, diante da constatação da força adquirida por visões que evidenciam o *revisionismo histórico*, questiona-se como foi possível ter deixado adormecer a “memória do contraste”. “Porque a paixão de uma mudança histórica (por muito discutíveis que possam ser, depois, os termos exactos do seu curso seguido) só é decifrada à luz quente desse contraste. A explosão súbita de alegria, de fraternidade e de fim do medo que redescobre nos filmes de rua desses primeiros dias fundadores, só é entendível porque tudo quanto fosse desvio da ordem imposta por um Poder arrogante tinha de ser conquistado contra a resistência do seu aparelho repressivo atento. Foi assim, em 25 de Abril, porque os jovens viam chegar os seus vinte anos tendo de decidir se aceitavam ir fazer a guerra em África ou se pensavam seriamente em desertar. E porque todos os que, como nós, jornalistas, viviam de escrever, sabiam que, antes de escreverem palavras para o seu público, as escreviam para um coronel investido nas funções de censor da Imprensa. E foi assim, também, porque todos quantos pretendiam organizar os seus semelhantes em defesa de si próprios, dinamizá-los em associações sindicais ou políticas, sabiam que actuavam no risco de, mais cedo ou mais tarde, terem de correr à frente dos canhões de água da polícia de choque ou serem detidos e espancados nas cadeias de uma polícia política, deportados, alguns mesmo mortos”. Neste contexto, o editorial sustenta que recordar o 25 de Abril deve significar “redescobrir a força dessa alegria que acompanha todas as grandes transformações, e que parece difícil de explicar porque só lhe bebe a embriaguez quem viveu os anos cinzentos do medo, da desesperança e da violência instituída”. “O problema da evocação do 25 de Abril é que essa alegria, essa fraternidade e esse fim do medo só se comunicam por contágio e por contraste, e não temos hoje (nem desejamos repetir) as condições que nos façam sofrer os mesmos

---

<sup>147</sup> “Restituir o sonho – a proposta do Prof. Agostinho da Silva” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 4.

<sup>148</sup> “Ideais da Revolução de Abril evocados no Rossio para defesa dos valores da solidariedade social” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 3.

longos túneis escuros, para desejarmos, no fim deles, as mesmas explosões de luz. Mas importa (justificadamente para evitar que se repitam) que o poder democrático seja convincente na pedagogia dessa memória”.<sup>149</sup>

No mesmo sentido, em 1990, diante da eminência de visões *revisionistas* sobre o 25 de Abril, o editorial do *Diário de Notícias* aborda a questão da “armadilha da memória”. Pois “[o] espaço de uma geração é bastante para colocar problemas na retransmissão do testemunho e na pedagogia das grandes mudanças sociais tornadas instituição”, de modo que “[g]estos que foram arriscados, ou mesmo heróicos, na sua sua hora própria, são atenuados, por pudor, pelos mesmos que o protagonizaram, quando não distorcidos pelos que faltaram a esse encontro com a História (ou simplesmente estavam lá, mas do outro lado)”. “É tão difícil reviver a humilhação e o ressentimento experimentados sob a opressão como comunicar a leveza e a alegria das primeiras horas de liberdade. O fim do medo só parece compreensível a quem o conheceu daquele modo quodiano, persistente, quase banal, como as ditaduras o sabem interiorizar nos cidadãos reduzidos a súbditos. Como contá-lo aos jovens, sem parecer excessivo, propagandístico ou auto-elogioso?” Nesses termos, põe-se em evidência o imperativo de contar a história da Guerra Colonial: “os seus absurdos, as suas crueldades, a sua ilusão de império, a bravura dos dois lados, quando a houve, ou os artifícios a que se recorria no terreno para evitar batalhas inúteis e trazer as companhias, de volta, com todos os seus efectivos. A memória dessas violências, o sentido do combate obscuro dos clandestinos ou dos exilados políticos parecem hoje desvalorizados, aos olhos de muitos, em comparação com outras batalhas mais recentes, que têm alterado a face do globo nos últimos meses”. Chama-se a atenção também para a importância de valorizar o papel dos militares no processo revolucionário. Isto porque “os homens que fizeram o 25 de Abril souberam, no seu conjunto, gerir as contradições da sociedade portuguesa entre si, evitando cobrar o seu preço em mais violência nas ruas. (...) Quantos recordam, hoje, esse período sendo capazes de reconhecer a contenção dos que tinham de facto (e eram atçados a usar) o Poder?” Sendo assim, o editorial conclui pelo imperativo de a sociedade valorizar esta memória – abrangendo tanto a realidade do Estado Novo quanto aquela instaurada pelo 25 de Abril –, de forma a admitir a influência positiva desse passado na configuração do presente: “Cabe-nos a todos – com especial responsabilidade para os meios de

---

<sup>149</sup> “A memória do contraste” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 6.

Comunicação Social – recordar essa história, contá-la ao lado de outras aparentemente mais na moda, impedir que seja esquecida na sua importância, na sua necessidade, no preço que custou. Sem ela não seríamos democracia, não teríamos encontrado os caminhos da reconciliação com os povos africanos, não estaríamos nas Comunidades Europeias. É a nossa história presente”.<sup>150</sup>

Em 1991, seguindo a mesma linha de argumentação dos anos anteriores, o editorial do *Diário de Notícias* ressalta a importância de valorizar positivamente a memória do 25 de Abril e “acentuar que se trata de um momento histórico que não pode nem ser esquecido nem esvaziado dos valores que transporta”.<sup>151</sup> Neste mesmo ano, em editorial a propósito do discurso de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República, é abordada a questão do desvirtuamento de um período histórico fundamental para o presente dos portugueses, o que impõe a necessidade de defender a importância desta memória: “A chamada de atenção do Presidente da República para o perigo de se banalizar o 25 de Abril, confinando-o a um mero *slogan*, baseia-se numa realidade que não deixa de ser preocupante. Na verdade, as grandes datas que recordam momentos altos da nossa História não devem ser esquecidas nem subalternizadas na memória dos Portugueses”.<sup>152</sup>

Sob o mesmo ponto de vista destes editoriais, um artigo de Francisco Marcelo Curto considera, tendo em vista o refluxo conservador nas formas de interpretar o 25 de Abril, a importância de reavivar a memória. Assim, “[m]esmo correndo o risco de ser considerado saudosista, o que é uma etiqueta fácil para os que recusam a complexidade das questões, é necessário que, o antes do 25 de Abril seja restituído às gerações mais novas, não só, na segura intelectual da interpretação dos factos mas principalmente, no que houve de positivo e negativo, antes e depois do movimento militar e da onda popular e política que passou por nós em 1974 e 1975”. Em direta crítica à postura governamental, o articulista manifesta que “[n]ão basta ainda agradecer e incensar os Capitães de Abril e passar rapidamente ao enunciado constitucional da consagração dos direitos, liberdades e garantias da pessoa humana se a organização do Estado e as reformas legais do actual Governo passam a restringir, por exemplo e por forma intolerável, a liberdade dos profissionais da Comunicação Social e a limitar a apreciação ética do comportamento de quem informa e de

---

<sup>150</sup> “A memória difícil da nossa liberdade” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>151</sup> “O declínio de uma data in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1991, p. 8.

<sup>152</sup> “Rejuvenecer Abril” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 6.

quem é informado”. Em conclusão, Curto apela para que não se dê por adquirida a democracia, a liberdade, a tolerância, a solidariedade: “Para que não sejam meras palavras ocas é necessário ter presente os exemplos dos que fizeram o 25 de Abril de 1974 e dos que o continuam”.<sup>153</sup>

Em um diferente tom, não muito preocupado em denunciar o *revisionismo histórico*, um artigo de Manuel Coelho dos Santos<sup>154</sup> realiza análise da realidade social em que identifica um processo de reabilitação de personalidades do Estado Novo e ressalta a importância de manter viva a memória do passado: “Estamos – não sou o primeiro a dizê-lo – na fase do neomarcélismo, sem Censura e sem Pide, que eram antes os símbolos do anterior regime, com o mundo político e económico a dar-nos a prova de que as pessoas e grupos ligados ao passado conseguiram ressuscitar das cinzas, adaptar-se ao esquema democrático e demonstrar-nos que são necessários ao progresso do país. E é bom que finalmente se entenda que o país é de todos os portugueses, sem, todavia, perdermos a memória quanto ao passado”.<sup>155</sup>

Já um artigo publicado no *Diário de Lisboa* e reproduzido parcialmente no *Diário de Notícias*, da autoria de João Paulo de Oliveira e a propósito da sessão solene na Assembleia da República em homenagem ao 25 de Abril, enfatiza a importância de relembrar a memória do fascismo como forma de redimensionar a realidade presente e encontrar soluções para as problemáticas da época. Pois os problemas do momento não são “menos urgentes, estimulantes e suficientemente claros para, à semelhança dos antigos, fomentarem ampla unidade: o ‘regresso’ a África, a construção de uma Europa que as mudanças no Leste obriga a redefinir, o desenvolvimento em todas as frentes internas, o aprofundamento da democracia, tarefa inacabável”. “Tudo referido a Abril, porque estas obras que nos esperam só a cidadãos competem e dantes não éramos. Saberão disso os jovens nascidos no gozo da liberdade?” Nestes termos, considera-se que “frisar assim o 25 de Abril como data na história de um povo, que tem um antes e um depois, é saudável,

---

<sup>153</sup> “Pensar o 25 de Abril hoje” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>154</sup> Manuel Coelho dos Santos (n.1928): Foi deputado pelo PSD.

<sup>155</sup> “Dezassete anos depois” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1991, p. 8.

renovador de esperanças e fundamental para religar os nossos concidadãos mais jovens a um passado de luta estimulante que, tanto como o futuro, estão obrigados a merecer”.<sup>156</sup>

Pode-se dizer, portanto, que as opiniões que salientam a necessidade de conservar a memória do 25 de Abril e do Estado Novo insurgem-se, de forma geral, contra as tendências de *revisionismo histórico* em ascensão na sociedade portuguesa, e pertencem, em sua maioria, a setores de orientação política socialista. O surgimento no período 1989-1991 deste gênero de linha argumentativa para valorizar positivamente a Revolução dos Cravos indica o avanço das visões *revisionistas*, que atuam em sentido contrário ao pretendido por aqueles que clamam pela *defesa da memória*. Deve-se salientar ainda que, no âmbito da política interna, a vigência de governo maioritário social-democrata exerce influência na configuração desta situação – o que é comprovado pelo fato de que muitas das apreciações que reivindicam o imperativo de *defesa da memória* da Revolução criticam, de forma paralela, a postura governamental quanto ao tratamento conferido ao passado.

#### - Sobre a valorização do 25 de Abril

Em todo o período 1989-1991 as apreciações que valorizam o 25 de Abril de forma positiva em toda a sua amplitude superam, em larga medida, aquelas que o valorizam com ressalvas. Em 1989, na primeira das sessões solenes realizadas no Parlamento em homenagem ao 25 de Abril, as intervenções parlamentares apreciaram positivamente este período histórico. O representante do PCP, António Filipe, considerou o 25 de Abril “uma revolução inacabada” e alertou para a existência de “distorções” nos valores de Abril; neste contexto, o 25 de Abril era entendido como “um projecto de futuro a defender e prosseguir, de liberdade, de democracia, de justiça social, de uma sociedade aberta à juventude e à sua plena realização humana”. A deputada do PRD, Isabel Espada, salientou que “o 25 de Abril é o maior marco da história de Portugal contemporâneo”, e até mesmo o deputado do CDS manifestou juízo positivo sobre este período histórico, afirmando que “15 anos passados, nenhuma dúvida subsiste de que se trata de uma data que lançou os alicerces de uma ordem melhor e superior para o nosso país”.<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> *Diário de Lisboa* – “Uma data histórica” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>157</sup> “Restituir o sonho – a proposta do Prof. Agostinho da Silva” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 4; “O 25 de Abril contém no seu ideal sonho e objectividade, audácia e cuidado – afirmou Agostinho da Silva em sessão especial na Assembleia da República” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 3.



Na sessão solene da Assembleia da República do dia 25 de Abril, o discurso de Mário Soares – embora salientando inicialmente uma interpretação *revisionista* da Revolução dos Cravos, em comparação com a sua homóloga análise da Revolução Francesa – expressou visão positiva acerca do 25 de Abril e seu legado: “O balanço, necessariamente sintético, que podemos fazer, com objectividade, destes quinze anos tão intensos de vida democrática é, sem contestação possível, amplamente positivo: a democratização da sociedade portuguesa e a consolidação das suas instituições políticas; a descolonização dos territórios africanos e o advento de cinco novas nações de língua oficial portuguesa; o fim do isolamento internacional e a reconquista do prestígio de Portugal no Mundo; o processo de adesão à Comunidade Europeia; a constituição e consolidação do poder local democrático e das autonomias regionais; o desenvolvimento progressivo da cooperação com os novos países africanos de língua portuguesa, baseada na igualdade, no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens; a emergência de uma vida cultural intensa, original, criativa e como tal reconhecida no estrangeiro; a afirmação de uma comunidade científica muito activa e consciente das responsabilidades que lhe cabem na modernização e transformação que o progresso do país exige; enfim, o aparecimento de uma juventude reivindicativa do papel que lhe compete como principal protagonista da mudança em que a sociedade portuguesa está empenhada. Não se trata, naturalmente, de fazer um balanço exaustivo nem, muito menos, idílico. Mas tão-só de afirmar, com objectividade, repito, uma linha de rumo, indiscutível, apesar dos acertos e desacertos inevitáveis de uma tão complexa caminhada. Basta percorrer Portugal de lés a lés, com olhos abertos, para compreender até que ponto a face do país se transformou profundamente com o 25 de Abril, e para melhor”.<sup>158</sup>

Ainda nesta sessão solene, em que estava presente a presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Carmen Pereira, expressou-se – através da voz desta líder política guineense – uma visão positiva do 25 de Abril sob o ponto de vista africano: “queremos, em nome do povo guineense, render uma profunda homenagem ao povo português que, compreendendo a evolução irreversível da História, decidiu percorrer, com os nossos povos, um novo caminho de paz, liberdade e amizade”.<sup>159</sup> Segundo nota

---

<sup>158</sup> “É na Europa do futuro que Portugal está empenhado – sublinhou o presidente Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 3.

<sup>159</sup> “25 de Abril. Renovadas esperanças...” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 2.

publicada no *Diário de Notícias* a respeito desta sessão solene, novamente os parlamentares da bancada do PSD e do CDS optaram por não usar cravos na lapela, ao contrário da atitude dos demais partidos com representação no Parlamento.<sup>160</sup> Trata-se de um detalhe aparentemente desprezível; evidencia, no entanto, o fato de que, apesar de uma certa convergência dos discursos políticos favoráveis ao 25 de Abril, nem todos os partidos valoram a Revolução e aderem aos seus valores com o mesmo empenho.

Em 1989, o apelo à participação nas comemorações populares do Porto valorizava o 25 de Abril pelas conquistas e transformações vividas por Portugal: a liberdade, a democracia, a esperança num futuro de paz e justiça social. A realidade repressiva da ditadura – “a asfixia de direitos e liberdades, as perseguições, a censura, a exploração, a guerra colonial” – foi evocada para justificar a atualidade da defesa e aprofundamento da “democracia conquistada pelo acto revolucionário dos militares do MFA com o apoio e a participação entusiástica de todo o povo”. Além disso, o apelo salientava a defesa da Constituição, sustentando que as comemorações populares não pretendiam apenas celebrar o fato histórico, mas também reafirmar a “vontade do povo, na defesa do caminho traçado – por uma sociedade mais livre, mais democrática, que garanta o bem estar de todos – e em particular este ano levantando bem alto a defesa dos valores essenciais do 25 de Abril que não devem ser retirados da Lei fundamental do país. É a democracia nascida de Abril, simultaneamente política, social, económica e cultural que o povo português quer construir. Na prática do diálogo, no respeito pela diferença, lutar por Abril, em unidade na defesa da Constituição”.<sup>161</sup>

No apelo nacional à participação nas comemorações populares, além do destaque para a valorização positiva do 25 de Abril, criticava-se o avanço das tendências de *revisionismo histórico*. Fazia-se uma contextualização histórica de modo a valorizar a Revolução em sua integralidade: “Há quinze anos, o 25 de Abril derrubou um regime ditatorial de meio século que estabelecera privilégios, asfixiara direitos e liberdades, instituíra a censura, movera perseguições, ordenara prisões e deportações, compeliu portugueses aos exílios e à emigração. O 25 de Abril encerrou as tragédias das guerras coloniais, que eram contrárias aos verdadeiros interesses de Portugal e condenavam ao

---

<sup>160</sup> “Cravos a menos” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 2.

<sup>161</sup> “15º aniversário das comemorações populares do 25 de Abril . Apelo” in *Jornal de Notícias*, 9 de Abril de 1989, p. 2.

sofrimento e à morte a juventude. A data do 25 de Abril é, portanto, uma referência fundamental para o povo português e representa não só a comemoração da revolta vitoriosa dos jovens capitães do MFA, como a adesão entusiasta de um país que veio para a rua aclamar e apoiar o corajoso acto revolucionário dos militares. Em 25 de Abril de 1974 deu-se início à construção de um Portugal livre. E a data tem sido ocasião para manifestarmos a nossa indefectível vontade de prosseguir na via da liberdade e da democracia, da cidadania e da justiça social, da paz e da independência nacional”. Nestes termos, as comemorações assumiam contornos otimistas e prospectivos em uma valorização positiva da Revolução dos Cravos: “Comemorar Abril, agora e sempre, é continuar Abril. É gratificar a alegria da libertação, afirmar a integridade da democracia. Comemoração aberta e abrangente, mas de consciente determinação contra quaisquer tendências para abuso do poder, qualquer revivalismo do autoritarismo passado. Frontalmente se reafirmam – esse é o sentido desta data histórica – os propósitos de Abril: democratizar, desenvolver, cultivar as relações de respeito e de interesse mútuo com os povos a quem a independência restituiu o destino livre e soberano. A data do 25 de Abril tem um valor simbólico: é o momento fundador de uma nova etapa da nossa vida como Nação”.<sup>162</sup>

Este mesmo sentido de valorização positiva do 25 de Abril em relação direta com as demandas do presente é a tônica de manifesto a favor das comemorações subscrito por alguns partidos políticos e associações (Associação Política Regional de Intervenção Local, Associação 25 de Abril, Movimento Democrático Português, Partido Renovador Democrático, Partido Socialista, Partido Socialista Revolucionário, União Democrática e Popular). Afirmava-se, neste manifesto, que comemorar o 25 de Abril “é saudar a restauração das instituições democráticas”, “é manter a esperança num futuro com mais justiça social”, “é lutar contra os vícios que o individualismo gera na democracia”, “é fazer de Abril um património cultural”, “é continuar Abril como projecto de esperança que restituiu aos portugueses a capacidade de pensar e querer, o direito à solidariedade e à dignidade e o entusiasmo na construção de um Futuro mais justo, mais responsável e mais humano”.<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup> “Apelo à participação nas comemorações populares do 25 de Abril e no desfile na Avenida da Liberdade” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1989, p. 23.

<sup>163</sup> “Vamos comemorar o 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1989, p. 4.

Nos discursos proferidos por ocasião das comemorações populares manteve-se este tom de defesa dos ideais do 25 de Abril na realidade presente, com destaque para as críticas à atuação do poder político neste sentido. Marques Júnior<sup>164</sup> salientou que “cumprir Abril não são palavras bonitas ditas por ocasião de festas solenes, são acções concretas no sentido de resolver os graves problemas que afectam a nossa sociedade”. “É preciso exigir mais justiça social, mais democracia, mais habitação, mais saúde e cultura, mais futuro”. Dessa forma, Marques Júnior empreendeu crítica ao Governo, ao afirmar que se devia responder com um “não, obrigado” “à tentativa de reduzir a democracia e a liberdade aos aspectos puramente formais sem conteúdo e sem alma”. Rui Grácio<sup>165</sup>, por sua vez, afirmou que o 25 de Abril pertencia ao património político e cultural português, e acusou a política governamental de limitar as liberdades e os direitos sindicais e perverter o significado do 25 de Abril”.<sup>166</sup>

Nas comemorações populares do Porto, fez-se a leitura de um manifesto – crítico, também, da política governamental, que “acentua a degradação da situação política, económica, social e cultural” – em que se afirmava que celebrar o 25 de Abril deveria significar a defesa dos princípios e valores consagrados na Constituição da República.<sup>167</sup>

A partir de 1989 passam a ser divulgadas, por ocasião do 25 de Abril, declarações da maçonaria com intuito de valorizar o 25 de Abril em toda a sua complexidade e estabelecer duras críticas à política governamental. Neste ano, o Grémio Vitória, do Porto, declarou que o 25 de Abril “foi um acontecimento ético, porque restituiu ao Estado o respeito pela Liberdade, pela Igualdade e pela Fraternidade”; além disso, a Revolução “modificou as condições da nossa história individual e colectiva, ao tornar possível que fosse por nós assumida a dignidade de plena cidadania”. Sob este ponto de vista, apelava-se ao Estado para que “saiba viver a História numa interdependência do Passado com o Futuro, deixando que o Povo seja o sujeito da História, recusando a subversão dos princípios democráticos por missões salvíficas, maniqueísmos perversos que transformam

---

<sup>164</sup> Marques Júnior (n.1946): Militar membro do MFA. Fez parte do Conselho da Revolução até à sua extinção, em 1982. Exerceu o cargo de deputado pelo PRD e, posteriormente, pelo PS.

<sup>165</sup> Rui Grácio (1921-1991): intelectual que se dedicou às questões da educação. Após o 25 de Abril assumiu atividades governativas, inclusive durante o período revolucionário.

<sup>166</sup> “Não se confronte a liberdade com jactos de água e cães-polícias” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 2; “Ideais da Revolução de Abril evocados no Rossio para defesa dos valores da solidariedade social” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 3.

<sup>167</sup> “Porto defendeu em festa princípios da liberdade” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 4.

até o próprio conceito de oposição numa palavra-espectro imposta como realidade colectiva, conflituosa e perturbante, e antitotalitarismos intolerantes que mascaram apetências hegemónicas”.<sup>168</sup>

Em editorial do *Diário de Notícias* a propósito da sessão solene na Assembleia da República, mantém-se esta postura de valorizar positivamente o 25 de Abril e criticar as tendências *revisionistas* do momento. Em elogio à ação histórica dos capitães afirma-se: “Souberam as Forças Armadas interpretar melhor os sinais do tempo. Souberam também entender que uma ditadura que pretendia manter-se ‘orgulhosamente só’ contra o mundo e contra a História, que as utilizava como instrumento de poder, seria a primeira a vilipendiá-las quando tivessem de deixar as praças perdidas”.<sup>169</sup>

Em 1989, foi divulgado o resultado de sondagem encomendada pela agência Lusa que ilustrava os principais pontos da memória coletiva dominante dos portugueses a respeito do 25 de Abril. Para 60,1% dos entrevistados, tratava-se da data histórica mais importante, que ocasionou “grandes mudanças” na vida pessoal de 33,1% – 18,2% consideram ainda que as mudanças neste aspecto foram “muito grandes” e 20,3% que elas foram “pequenas”. No que diz respeito à vida do país, 42,9% entendiam que o 25 de Abril trouxe “grandes mudanças”, 33,9% achavam que estas mudanças foram “muito grandes” e apenas 2,4% pensavam não ter havido “nenhuma mudança”. Quanto à maior intervenção no poder local, tratava-se de aspecto positivo para 66,6% e negativo para apenas 6%.

No que tange às mudanças decorrentes do 25 de Abril, foram “positivas” para a maioria dos entrevistados. Em primeiro lugar, figurava a maior liberdade desfrutada (77,1%), seguida do desenvolvimento e progresso (73,6%), melhores salários (66,8%), melhores condições de habitação (54,4%), de educação (54,2%) e de saúde (51,7%). Além disso, para 51,5% a economia evoluíra positivamente e para 17,9%, negativamente. Já no que diz respeito às questões da moral, as opiniões eram mais divididas, considerando 38,6% que houve evolução “positiva” e 33,5%, “negativa”.

---

<sup>168</sup> “Loja maçónica portuense saúda a Revolução” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 2; “Civis e militares comemoram 15 anos de Abril – Maçonaria do Porto surge publicamente com apelo à ética política” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 3.

<sup>169</sup> “As portas abertas de um novo caminho” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 8.

Para a maioria o 25 de Abril significava “liberdade”, e apenas 2,3% associavam a revolução ao “fim da guerra colonial”. 1,5% relacionava o 25 de Abril com “desenvolvimento” e 1% com “piores condições de vida”.

O aspecto mais polêmico era, evidentemente, a descolonização, considerada como uma “consequência negativa” por 35,3% e “positiva” por 34,2%, enquanto 30,5% “não sabem” ou “não respondem”. Para os jovens de 15 a 24 anos, 30,6% consideravam a descolonização “positiva” e 29,3% consideravam-na “negativa”; no entanto, a maioria dos jovens “não sabe” ou “não responde” sobre esta questão. O grupo etário dos 35 aos 44 anos era aquele que apreciava mais positivamente a descolonização (41,4%), ao passo que a maioria do grupo etário dos 45 aos 54 anos tinha uma visão negativa deste processo (41,7%).<sup>170</sup>

Tal resultado confirma a tendência já verificada ao largo desta investigação a respeito da memória coletiva dominante sobre o 25 de Abril: o amplo consenso quanto aos seus efeitos positivos situa-se em torno dos valores de liberdade e democracia, além do fato de ter posto fim à ditadura. Em contrapartida, a descolonização – juntamente com o período de maior radicalização do processo revolucionário – é um dos aspectos mais condenados, e por isso mais suscetíveis de ser objeto de leituras que evidenciam o *revisionismo histórico*.

Em 1990, o discurso de Mário Soares na Assembleia da República foi claramente otimista e elogioso do 25 de Abril. Além de evidenciar uma visão positiva da descolonização – entendida como um fato inelutável e característico de nosso tempo, ao qual se procedeu com atraso e em situação de verdadeira emergência –, o presidente da República considerou o 25 de Abril como uma das datas de maior significado da história contemporânea portuguesa, “que mudou a história de Portugal e o destino pessoal de cada um de nós”. Foi salientado ainda “o carácter precursor da Revolução dos Cravos”, já que foi “a primeira revolução democrática que ocorreu na Europa após a 2ª Grande Guerra” e influenciou de forma decisiva a transição democrática espanhola assim como a democratização da América Latina. Nestes termos, Mário Soares defendeu a atualidade do 25 de Abril: “Assim, podemos afirmar, com boa consciência, que os cravos de Abril não murcharam – nem os deixaremos murchar! – porque estão na origem da grande viragem de

---

<sup>170</sup> “Portugueses consideram 25 de Abril a data histórica mais importante – revela sondagem da Norma encomendada pela Lusa” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1989, p. 5.

Portugal para o desenvolvimento e para o progresso, na liberdade. Não foi uma revolução fracassada, como alguns sugeriram, só por não termos caminhado para utopias que o andar dos anos mostrou serem puras miragens de falsa propaganda; pelo contrário, foi uma revolução que realizou os seus grandes objectivos e, por isso, teve pleno êxito, na medida em que continua a ser um motivo de inspiração e uma referência democrática não só para nós como para outros povos, que a vêem como um exemplo de que vale a pena ousar e que as transformações democráticas são possíveis, benéficas e exequíveis, mesmo em países pobres, antes submetidos a longas ditaduras”.<sup>171</sup>

É interessante observar que semelhante linha de argumentação adotada por Soares – e cada vez mais difundida, especialmente no contexto de crise e fim do socialismo real –, a qual pretende valorizar positivamente a Revolução de Abril por seu exemplo democrático, procede a um deslocamento de sentido ao eliminar do horizonte histórico do 25 de Abril o socialismo como perspectiva otimista de futuro. Pois sob o ponto de vista da maior parte dos projetos de sociedade em disputa ao longo do processo revolucionário, a democracia era uma condição necessária à efetivação do socialismo, este sim, o elemento central no qual se conjugavam as promessas de transformação e otimismo para Portugal. Um tal deslocamento do sentido histórico é facilmente explicável em função dos valores em voga na realidade daquele momento, os quais impulsionavam a tarefa de reconstrução da memória histórica de modo que esta se adaptasse ao teor da identidade social. Dessa forma, contrariamente à situação existente ao longo do período revolucionário – em que, ainda no contexto que logo viria a ser revertido de hegemonia internacional do pensamento político de caráter progressista, o socialismo tinha conotação amplamente positiva, significando esperança e um futuro melhor –, no início dos anos 1990 – em um contexto em que o socialismo é já condenado como expressão de *totalitarismo*, deixando de representar um projeto político acreditado – era apenas a democracia que orientava as vontades políticas.

No entanto, no contexto de finais dos anos 1980, a democracia travestira-se em valor difuso em que cabiam praticamente todos os projetos sociais, desde os mais progressistas até aos mais conservadores – situação que não surpreende, já que predominava neste período a situação de viragem conservadora do pensamento político

---

<sup>171</sup> “Tenhamos a coragem de cortar com os velhos hábitos obsoletos” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 2.

internacional. Sendo assim, os valores em voga neste momento social motivaram uma tal reconstrução da memória coletiva sobre o 25 de Abril, em um sentido que, embora pretendesse valorizar este período histórico, escamoteava o elemento central que esteve por trás da explosão revolucionária em 1974/1975: a transformação socialista da sociedade, como expressão de melhor qualidade de vida, bem-estar e dignidade para todos os cidadãos. E escamoteava também o fato de que naquele período o projeto político socialista era ainda amplamente respaldado e defendido, o que propiciou, por exemplo, a vinda a Portugal de milhares de estrangeiros entusiasmados pela perspectiva aberta com a Revolução Portuguesa, tanto europeus – onde o ciclo revolucionário já se fechara desde o período entre-guerras –, quanto exilados latino-americanos – desiludidos com a causa revolucionária em seu continente após o trágico fim do socialismo chileno. Tratou-se, portanto, de uma revolução de esperança, em que o futuro significava socialismo. Nestes termos, sendo fiel à realidade histórica, é legítimo considerar o 25 de Abril como última revolução de caráter socialista do século XX. Contudo, uma tal visão é rejeitada na mesma proporção em que a versão de Soares da “subversão democrática” iniciada pelo 25 de Abril se populariza. Isto porque, no contexto de fins dos anos 1980, tornou-se difícil, especialmente para um chefe de Estado, valorizar positivamente o 25 de Abril pelo seu caráter socialista – pois se tratava de valor político desprezado pela sociedade e por isso incompatível com a identidade social portuguesa voltada para a Europa. O socialismo passa a ser, então, no âmbito da memória coletiva dominante, fonte de desvalorização da Revolução, identificada com o *totalitarismo*, nos moldes do *revisionismo histórico*; apenas nas memórias dissidentes, de grupos políticos de esquerda, o socialismo subsistia como elemento positivo e fundamental na visão sobre o 25 de Abril.

Uma visão do 25 de Abril semelhante àquela sustentada por Mário Soares foi expressa pelo presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, que ressaltou ainda o renascimento da liberdade, da dignidade e do destino do povo português. O deputado do PSD, Montalvão Machado, procurou traçar uma visão consensual do 25 de Abril: este teria sido positivo porque “acabou-se o medo e nasceu a Liberdade” e porque “foi uma revolução de todo um Povo, da iniciativa de alguns bons militares, militares diferentes dos que implantaram a ditadura”. “Por isso, não houve sequer sangue, já que não houve opositores à revolução. Todo o Portugal a queria, todo um povo a festejou”. Já o



parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, optou por salientar as conquistas viabilizadas pelo 25 de Abril: “a Revolução de Abril instaurou as liberdades democráticas fundamentais e os direitos básicos dos cidadãos e das organizações de trabalhadores, e abriu as portas à consolidação da democracia política assente na conjugação da imprescindível democracia representativa, com o aprofundamento da participativa”. O representante do PRD, Marques Júnior, acentuou que a primeira e decisiva vitória do 25 de Abril foi assegurar os direitos do homem num Portugal democrático, e por isso valores como justiça social e solidariedade não podiam ser palavras vazias que “todos dizem defender para descanso das suas consciências”. Segundo este deputado, não bastava estar na Constituição o direito à saúde e habitação e a garantia das liberdades civis e políticas se todos os portugueses não desfrutavam de condições de vida minimamente dignas e a mesma igualdade de oportunidades, como cidadãos de um país livre.<sup>172</sup>

Nas comemorações militares de 1990, a mensagem do CEMGFA, Soares Carneiro, aproximou-se, em parte, da visão defendida por Mário Soares sobre o 25 de Abril. No entanto, ao invés de a ênfase recair na expansão da democracia em âmbito mundial, Soares Carneiro preferiu especificar que o 25 de Abril foi “precursor das transformações em curso no Leste Europeu e nas relações Leste-Oeste”.<sup>173</sup>

A respeito das comemorações populares do 25 de Abril, ocorreu em 1990 uma situação curiosa: o Partido Socialista recusou-se a participar nas celebrações do Porto – organizadas pela Associação Política Regional de Intervenção Local (APRIL), Associação 25 de Abril, Intervenção Democrática, MDP/CDE, PCP, Verdes, PSR e UDP – alegando o fato de o PSD e o CDS não terem sido convidados. Segundo o dirigente do CDS, João Porto, “é compreensível que os socialistas comecem a sentir-se mal em tais ambientes”. Este líder centrista declarou ao *Jornal de Notícias* que o CDS jamais fora convidado a participar em tais comemorações, que caracterizou como dominadas pela organização do PCP, acrescentando que o partido não participaria numa tal festa ao lado de um Partido Comunista Português tão rígido em termos de ortodoxia ideológica.<sup>174</sup> Por outro lado, a

---

<sup>172</sup> Celebrar Abril para a invenção do futuro”; “Há motivos suficientes para celebrar o 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 3, 4.

<sup>173</sup> “Abril foi precursor das mudanças no Leste – refere mensagem de Soares Carneiro no desfile militar de Lisboa” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 5.

<sup>174</sup> “PCP/Porto anuncia e lamenta: PS recusa festejar o 25 de Abril sem a presença do PSD e do CDS – afirmou o dirigente comunista João Semedo” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1990, p. 2.

APRIL manifestou estranheza pela decisão da Federação do Porto do Partido Socialista em se recusar a participar nas comemorações populares do 25 de Abril, salientando que tal posição nunca antes havia sido assumida por aquele partido. Esta Associação considerava “natural” a presença do PS nas comemorações que estavam a ser organizadas; esclareceu tratar-se de iniciativa que dependia apenas da vontade de cada partido e que “constitui uma afirmação viva e actual de valores, vontades e objectivos exigidos pelo momento político presente aos partidos e organizações”, realçando que o PSD e o CDS “só por equívoco ou mistificação” se incluiriam nesta comemoração. Em manifesto divulgado a propósito das comemorações do 25 de Abril realizava-se a seguinte apreciação da realidade social, a qual, segundo a APRIL, não seria subscrita pelo PSD ou pelo CDS: “Não nos identificamos nem resignamos com o presente social e político. Acreditamos ser possível uma alternativa com base em outros, e melhores, processos de construir o ‘viver social’”.<sup>175</sup>

Muito provavelmente em virtude desta controvérsia em torno da participação nas comemorações populares, a Federação Distrital do Porto do Partido Socialista divulgou neste ano uma “saudação” ao 25 de Abril. Tal declaração era marcada pela valorização positiva da Revolução: “A Federação Distrital do Porto do PS, saúda no 25 de Abril um dos dos momentos mais altos e nobres da luta pela liberdade de um povo oprimido. Data sem mácula de uma revolução que ganhou Portugal para a civilização democrática e para a participação na construção da unidade de uma Europa finalmente libertada de todas as tiranias. A FDP do PS saúda os militares de Abril. A dívida do povo para com eles só se paga com gratidão e fidelidade a valores éticos, sociais e políticos humanistas, que são o melhor legado da revolução”.<sup>176</sup>

No apelo para a participação nas comemorações populares do Porto, sobressaía o sentido de valorização dos princípios e ideais da Revolução: “o 25 de Abril trouxe uma perspectiva de sociedade democrática em que os valores de liberdade e de justiça seriam consagrados pela democracia política, económica, social e cultural e na qual as aspirações do Homem, liberto da exploração, da repressão e do obscurantismo, se realizariam livremente na harmoniosa conciliação entre os interesses individuais e globais da comunidade”. De forma que as comemorações do 25 de Abril adquiriam sentido

---

<sup>175</sup> “Presidente Soares demove militares do cancelamento do desfile de Abril” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1990, p. 2.

<sup>176</sup> Federação Distrital do Porto – 25 de Abril – Saudação” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1990, p. 5.

prospectivo, de luta contra os problemas da realidade presente: “quando as desigualdades económicas acentuam o fosso social, quando se restringem direitos e se agrava a insegurança no trabalho, quando a maioria dos jovens se sente frustrada e continua a encontrar dificuldades para realizar as suas legítimas aspirações, quando o individualismo selvagem e a violência irrompem na sociedade, o 25 de Abril continua a manter a sua actualidade de promessa não esgotada, de combate, de caminho que queremos percorrer”.<sup>177</sup>

Em 1990, a saudação da maçonaria ao 25 de Abril valorizava a Revolução em toda a sua amplitude, de modo a projetar os seus valores em um sentido prospectivo:<sup>178</sup> “Saudamos o 25 de Abril, saudando os capitães de Abril que souberam assumir o compromisso cívico de dizer basta ao totalitarismo e souberam tornar possível que o Futuro fosse obra de todos nós. Saudamos o 25 de Abril, saudando os que ousam construir a esperança e dizer não ao individualismo, ao egoísmo, ao hedonismo e ao nihilismo axiológico. Saudamos o 25 de Abril, saudando todos os que na política, nos meios de informação, nos sindicatos, nas associações cívicas e nas diferentes instituições lutam para que o Estado seja um Estado ético, porque mais respeitador dos princípios de LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE que Abril reconquistou. (...) Saudamos o 25 de Abril, porque acreditamos ser possível um país livre, mais igual, mais fraterno. Viva o 25 de Abril”.<sup>179</sup> É interessante observar que nesta apreciação do 25 de Abril, claramente positiva, o termo *totalitarismo* é utilizado para designar o Estado Novo, ao passo que as visões *revisionistas* do 25 de Abril utilizam-no para caracterizar o processo revolucionário.

Neste ano de 1990, o *Diário de Lisboa* promoveu a realização de colóquio sobre o 25 de Abril. Falando na sessão de abertura, o ministro adjunto e da Juventude, Couto dos Santos, intercalou valorações positivas da Revolução com visões *revisionistas*. Como valorização positiva da efeméride, referiu que “o povo português deu ao Mundo uma lição de verdadeiro civismo e de respeito pelos valores democráticos” e ressaltou a capacidade dos portugueses de promover a “descolonização dos territórios africanos” ao mesmo tempo

---

<sup>177</sup> “Abril continua a ser uma promessa não esgotada de esperança – Amanhã é dia de festejar a Revolução dos Cravos” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1990, p. 3.

<sup>178</sup> A notícia não especifica a loja maçônica responsável pela declaração; refere apenas que se trata de saudação da “maçonaria portuguesa”, divulgada em conferência de Imprensa, no Porto.

<sup>179</sup> “Saudação da Maçonaria” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1990, p. 2.

em que se evitou que “a instabilidade do sistema político e a crise derivada do choque petrolífero provocassem o descalabro dos sistemas económico e produtivo”. Além disso, o ministro salientou que o 25 de Abril teve um grande impacto político na Europa: “Em primeiro lugar porque acelerou a queda do regime franquista em Espanha e em segundo lugar porque a vitória do sistema democrático e pluralista sobre o marxismo-leninismo foi um sinal de alarme à Europa de que algo poderia acontecer nos sistemas comunistas”. Neste caso, a tese defendida por Mário Soares, segundo a qual o 25 de Abril influenciou a posterior vaga de democratização mundial, ganha evidentes contornos *revisionistas* ao subscrever também a ideia de “vitória do sistema democrático e pluralista” *sobre* a revolução.<sup>180</sup>

No encerramento deste colóquio, Mário Soares afirmou que a Revolução dos Cravos contribuiu para a origem de três consensos: a democracia, a descolonização e a integração europeia. Além disso, salientou que o 25 de Abril serviu como exemplo para muitos povos “oprimidos por regimes totalitários, em busca da liberdade”, destacando ainda ter-se tratado da primeira de uma série de revoluções que originaram a democratização da América Latina e a queda do Muro de Berlim. Segundo a reportagem do *Jornal de Notícias*, esta ideia foi corroborada pela maioria dos intervenientes no colóquio.<sup>181</sup> A este respeito, é conveniente realizar alguns comentários; em primeiro lugar, não é verosímil considerar o processo de democratização da América Latina como decorrência de uma larga vaga de *revoluções democráticas* que teria abrangido tanto os países latino-americanos quanto os do Leste Europeu. Isto porque não houve na América Latina nenhuma *revolução democrática*; muito pelo contrário, as transições para a democracia foram processos negociados e controlados, em maior ou menor escala, pelas elites políticas que estiveram à frente das ditaduras militares. Também no caso dos países do Leste Europeu, as transformações decorrentes do fim do comunismo foram muito mais o resultado de uma implosão do sistema do que de uma explosão revolucionária.<sup>182</sup> A questão

---

<sup>180</sup> “25 de Abril não estará cumprido enquanto Timor-Leste não for livre – disse o ministro Couto dos Santos” in *Jornal de Notícias*, 18 de Abril de 1990, p. 4.

<sup>181</sup> “O 25 de Abril foi exemplo para muitos povos oprimidos – disse o presidente Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1990, p. 3.

<sup>182</sup> A este propósito, cabe mencionar a crítica de Marcello Flores ao uso do conceito de *revolução* para caracterizar as transformações políticas ocorridas na Europa Oriental. Segundo este autor, uma tal interpretação, amplamente divulgada pelos meios de comunicação social, atende a interesses ideológicos, pois se pretende sobrepor a emergência de uma suposta *revolução boa* à *revolução má* de Outubro de 1917.

suscita a discussão do conceito de revolução; porém, o curioso é que justamente em um período de hegemonia política conservadora em que as experiências revolucionárias são sistematicamente deslegitimadas pelo avanço do *revisionismo histórico*, pretende-se pintar com as cores da revolução processos políticos que claramente não o foram. Pode-se dizer que tal orientação interpretativa só se dá porque o adjetivo *democrático* para qualificar estas supostas revoluções tornam-as aceitáveis, e mesmo desejadas, em um contexto político-social que pretende varrer as revoluções da História.

Uma tal opção interpretativa intenta ainda *branquear* os processos de democratização latino-americanos e leste-europeus, tornando-os mais palatáveis ao gosto da opinião pública internacional. Nesse sentido, a consideração do 25 de Abril como *revolução pioneira* da democratização da América Latina e do Leste Europeu infringe em um duplo deslocamento de sentido: primeiramente, elimina-se a perspectiva socialista como elemento central para compreender a explosão revolucionária portuguesa; em segundo lugar, traveste-se como *revolução* processos políticos que não tiveram este caráter. Tal como já foi anteriormente discutido, trata-se de um exemplo de reconstrução da memória coletiva em função dos valores cultivados pela realidade presente e à custa da fidelidade à realidade passada.

Quanto às intervenções dos jornalistas estrangeiros neste colóquio, cabe mencionar a apreciação da belga, Colette Braeckman, que enfatizou a importância da perspectiva socialista no 25 de Abril ao dizer que a Revolução Portuguesa contou “com as simpatias de uma esquerda alternativa, libertária”, uma vez que Cuba não mais representava “um exemplo mobilizador”; de sorte que o processo revolucionário português significou “a nova esperança de uma terceira via”. Por outro lado, o testemunho do jornalista norte-americano Henry Giniger evidencia a visão corrente nas sociedades de fins do século XX segundo a qual as revoluções são processos violentos e negativos: “Quando se deu o 25 de Abril, eu estava em Madrid, vim para Portugal e fiquei surpreendido porque nada de violento ocorria. Viam-se alguns militares e tanques, mas nada que se parecesse com uma revolução”; “No

---

FLORES, Marcello. “La fine del comunismo” in GALLERARANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milano, Franco Angeli, 1995, p. 232.

fundo, surpreendemo-nos com a calma e a felicidade que se sentiram no país. Foi a revolução mais simpática que eu vi”.<sup>183</sup>

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, o capitão de Abril Vítor Alves também subcreveu a ideia de que o 25 de Abril foi “a primeira tentativa de revolução democrática na Europa” e não a última revolução socialista na Europa, e atestou que o objetivo do MFA era o de “fazermos uma revolução democrática e não socialista”. Vítor Alves afirmou ainda que os capitães do MFA, sem coincidirem todos em termos ideológicos, encontraram uma plataforma comum na liberdade e na descolonização. Sobre este último aspecto, mesmo reconhecendo que para muitos a descolonização foi dura e teve custos elevados, este militar defendeu que teria sido impossível proceder de outro modo. Isto porque havia a “desmobilização em Lisboa e nas antigas colónias a partir da qual todos ficámos sem força local e capacidade para intervir. As coisas entraram quase em roda viva”.<sup>184</sup>

É também uma visão maioritariamente positiva sobre o processo de descolonização que Mário Soares expressa em almoço-debate no American Club. O presidente da República ressaltou que toda a comunidade internacional era contrária à manutenção da Guerra Colonial, ao passo que internamente já não havia motivação para continuar a lutar. Segundo Soares, a sua grande preocupação foi acabar com as guerras, recordando que a assinatura do cessar-fogo entre Portugal e o PAIGC provocou “um movimento delirante” nas ruas. Assim, para Soares “a descolonização foi um fruto que caiu de podre”, acrescentando que “quando se começou a negociar o cessar-fogo com Angola e Moçambique, já as tropas portuguesas e locais confraternizavam e trocavam armas nas ruas” – de modo que “a continuação da guerra era insustentável”. No entanto, o presidente da República procurou demarcar-se da totalidade do processo de descolonização, afirmando que a sua responsabilidade naquele processo acabou no dia 11 de Março de 1975.<sup>185</sup>

Em 1990, os artigos de opinião sobre o 25 de Abril enfatizam a valorização positiva da Revolução. Em editorial do *Diário de Notícias*, afirma-se que “[m]ais do que uma efeméride respeitável, mais do que uma solenidade, o 25 de Abril recorda o acto fundador

---

<sup>183</sup> “Foi uma esperança para a esquerda – concluem jornalistas estrangeiros” in *Jornal de Notícias*, 18 de Abril de 1990, p. 4; “O 25 de Abril foi exemplo para muitos povos oprimidos – disse o presidente Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1990, p. 3.

<sup>184</sup> “Festa em vez de protestos na celebração de Abril” in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1990, p. 2, 4.

<sup>185</sup> “Soares falou aos americanos da descolonização e do PREC” in *Jornal de Notícias*, 30 de Novembro de 1990, 3; “Descolonização foi negociada com tropas em confrontação – recordou Mário Soares em almoço do American Club” in *Diário de Notícias*, 29 de Novembro de 1990, p. 3.

do regime democrático em que vivemos”. Com base em argumentação contrária ao desenvolvimento de visões *revisionistas* na sociedade portuguesa, o editorial avança com o seguinte juízo sobre a Revolução, clamando ainda pela defesa desta memória: “O 25 de Abril recorda como o improvável foi tornado possível e como a ditadura que tinha incapacitado e minorizado politicamente todo um povo – empurrando-o, nos seus últimos anos, para a aventura de prosseguir o mais tardio império colonial, depois do fim de todos os outros – pôde ainda ser removida, com um mínimo de acidentes, pela sua própria força armada, que desempenhou o papel e se retirou”.<sup>186</sup>

O editorial deste periódico a propósito do discurso de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República mantém este mesmo tom positivo sobre o 25 de Abril. Abordando o quadro otimista que se configurou em decorrência da Revolução de Abril – com especial destaque para as relações portuguesas com os países africanos descolonizados e a integração na Comunidade Europeia –, o editorial conclui no sentido da valorização positiva da Revolução: “Tudo como consequência de um dia de Abril em que as espingardas saíram para a rua mas não dispararam, e em que os cravos, estranhamente e fraternalmente, quiseram substituir as balas”.<sup>187</sup>

É também um tom positivo do 25 de Abril e suas consequências que sobressai em artigo do cartoonista Osvaldo de Sousa: “A revolução dos cravos vermelhos foi então embandeirada como símbolo de que todas as ditaduras se não caem, apodrecem; como exemplo de que a esquerda vermelha pode fazer revoluções sem sangue”.<sup>188</sup> Posicionando-se também em defesa da valorização positiva do 25 de Abril, um comentário do jornalista Silas de Oliveira ressalta o contraste entre a realidade do Estado Novo e aquela inaugurada pela Revolução: “O que nos parece, hoje, tão natural e tão indispensável, não era há dezasseis anos: escrever essas coisas sem censura, dizer mal do Governo sem temer os ‘ouvidos’ das paredes, promover a sua substituição sem ir preso. E outras militâncias de efeito quotidiano: discutir as condições de trabalho, fazer greve se necessário. Ou uma coisa tão simples como ir à tropa sem ter de acabar aos tiros contra alguém que também combatia para ser livre na sua própria terra. Não era óbvio, há dezasseis anos. Foram precisos duzentos capitães, uma canção de Zeca Afonso, o atrevimento de Salgueiro Maia

---

<sup>186</sup> “A memória difícil da nossa liberdade” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>187</sup> “A mensagem do Presidente” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>188</sup> “Liberdades da Revolução” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1990, p. 8.

diante do Carmo e a ‘desobediência’ cívica de uma população que desembrolhou a prenda imediatamente sem esperar que lhe dessem licença. Quarta-feira, 25 de Abril. Faz anos a liberdade”.<sup>189</sup>

Em 1991, o discurso de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República repetiu a tese, já anteriormente discutida, segundo a qual o 25 de Abril teria iniciado uma vaga de “revoluções democráticas” pelo mundo: “foi uma Revolução pioneira e com enorme repercussão não só na Europa, iniciando a série de revoluções democráticas a Ocidente e depois a Oriente, com década e meia de intervalo, mas também na América Latina e noutras áreas do mundo, como nas Filipinas e, agora, em África”. Especificamente sobre o 25 de Abril, Soares expressou a valorização positiva consensual da Revolução, ressaltando os valores de liberdade e desenvolvimento: “Foi o sopro de liberdade, que irrompeu na sociedade portuguesa com o 25 de Abril, que nos criou as condições de progresso e nos transformou numa comunidade participativa, aberta sobre o futuro”. No entanto, o presidente da República destacou também os “desvios, a seu tempo denunciados e corrigidos”, as “inevitáveis imperfeições” e os “dramáticos envolvimento”, como os decorrentes das independências africanas e o caso de Timor-Leste.<sup>190</sup>

Os demais discursos proferidos nesta sessão solene evidenciaram a valorização positiva do 25 de Abril. O presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, mencionou a importância de “recordar as datas grandes do nosso percurso histórico, em particular as mais felizes” e homenageou os capitães de Abril. A deputada do PS, Edite Estrela, salientou que “o 25 de Abril é património do nosso imaginário colectivo”. “Foi uma ruptura com o passado e reencontro com o melhor da nossa história”. Já o deputado do PCP, Jerónimo de Sousa sublinhou que “Abril é necessariamente trabalhadores exercendo direitos, empresas públicas vitalizadas, agricultura apoiada e modernizada, Poder Local dignificado, regionalização concretizada” e afirmou a necessidade de retomar os caminhos de Abril na busca de soluções para os problemas do presente.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup> “A Semana vista... e prevista” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1990, p. 2.

<sup>190</sup> “Soares propõe às gerações jovens prosseguir grande ambição nacional” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 3; “Não devemos ser modestos nos objectivos para Portugal – mensagem do presidente da República” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 2.

<sup>191</sup> “Soares propõe às gerações jovens prosseguir grande ambição nacional” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 3; “Cerimónia solene no Parlamento” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 4.



Em 1991, o apelo nacional para participar nas comemorações do 25 de Abril caracterizava a Revolução como a “grande festa da liberdade” e “um marco que identifica o regime democrático com aspirações e ideais que, combatendo a ditadura de 50 anos e os bloqueios que ela criou na sociedade, se projectaram na construção de uma democracia política, económica, social e cultural”. O apelo divulgado no Porto enfatizava a atualidade dos princípios e valores do 25 de Abril, especialmente diante dos problemas sociais verificados no presente: “Dezassete anos passados sobre a Revolução de Abril, os seus ideais e as suas conquistas, a alegria da liberdade e o progresso social, permanecem vivos na consciência e no quotidiano dos portugueses. Mas, no Portugal de hoje, também marcado por exclusões e desigualdades, por limitações à participação dos cidadãos e a outros direitos, pela mercantilização da cultura e dos saberes, por barreiras impostas ao pleno aproveitamento e realização da juventude e por um desenvolvimento desequilibrado, neste Portugal, crescem novas motivações e razões para retomar o caminho de Abril”.<sup>192</sup>

Nas comemorações populares de Lisboa de 1991, Vasco Lourenço fez menção às conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que constituíram dados adquiridos para as novas gerações; estas não se davam conta do fato de se tratarem de conquistas recentes, que datam da Revolução de Abril: as liberdades políticas e sindicais, os direitos sociais, a igualdade legal entre homens e mulheres, a existência de um poder local pujante e realizador, o fim do isolamento internacional e a consequente integração na Europa comunitária, a mudança das mentalidades.<sup>193</sup>

Esta mesma situação é evocada em editorial de *O jornal*, publicado em parte no *Diário de Notícias*: “Salvo os nostálgicos da ditadura, ou a franja da sociedade que não se reconhece nas virtudes da democracia, ninguém hoje, em Portugal, discute que, mesmo com erros e imperfeições, o regime saído do acto revolucionário de 1974 é aquele que melhor serve as necessidades de um país moderno como Portugal já merece ser. O passado a que o 25 de Abril pôs termo é um tempo sem memórias e um quadro de referência sem sentido, sobretudo para os mais jovens: para eles, os valores da democracia política, de liberdade e da paz, que justamente estiveram na génese de uma revolução feita em nome do

---

<sup>192</sup> “Portugal celebra 17 anos de Abril em ambiente de paz e estabilidade” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1991, p. 3; “Comemorações Populares 17º aniversário 25 de Abril/1991” in *Jornal de Notícias*, 20 de Abril de 1991, p. 2.

<sup>193</sup> “Manifestação na avenida marcada pela ausência da juventude” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 2.

futuro, são agora dados adquiridos, cuja repetição no discurso de cada dia soa a redundância”. Nestes termos, a Revolução é valorizada de forma amplamente positiva e os capitães de Abril, homenageados: “Nada disso seria possível sem o acto de coragem de há 17 anos. Por isso, nesta data, sem retórica mas também sem ingratidão, é justo que, ao menos por um momento, se evoquem os capitães que tornaram possível o sonho de liberdade acalentado por muitas gerações”.<sup>194</sup>

Em editorial do *Diário de Notícias* a propósito do discurso de Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República, sobressai, também, o sentido de valorização positiva da Revolução e de suas consequências: “O desenvolvimento do País foi uma das realidades que o Presidente da República apontou, como possibilitada pelo 25 de Abril, ao integrarmo-nos na Comunidade Europeia e ao iniciarmos os caminhos da modernização da sociedade e do Estado. Na verdade, sem democracia e sem a descolonização não teríamos lugar numa Europa que se havia fechado para nós, mas que nos acolheu sem reservas quando a liberdade e o respeito pelos direitos dos cidadãos passaram a enformar as nossas instituições e o comportamento político dos vários Governos”.<sup>195</sup>

Também a propósito do discurso de Mário Soares no Parlamento, um comentário do jornalista Martinho de Castro valoriza o 25 de Abril positiva e integralmente, e crítica tendências *revisionistas* de reescrever a História: “Houve etapas. E, conforme acentuou o Presidente da República no Parlamento, nenhuma etapa *posterior* à institucionalização do regime democrático teria sido viável sem as restantes. Foram dezassete anos de etapas em que – note-se – cada uma teve a sua especificidade. Um somatório de vivências e gestões que torna difícil dizer, com rigor, quais se revelaram mais decisivas neste processo inacabado. Em concreto seria falsear os factos inscrever também no espaço temporal sobretudo de 1976 a 1991 outro *antes* e outro *depois*”. Martinho de Castro enfatiza ainda a atualidade dos princípios de Abril para a resolução dos problemas do momento presente: “Os desafios do presente são outros, outro é o mundo. As respostas técnicas e políticas não podem observar o mesmo figurino. Os grandes princípios é que permaneceram imunes a qualquer desgaste. Por isso, comemorar Abril nada tem a ver com rituais”.<sup>196</sup>

---

<sup>194</sup> *O jornal* – “O passado e o presente” in *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1991.

<sup>195</sup> “Rejuvenecer Abril” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 6.

<sup>196</sup> “A Semana vista... e prevista” in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1991, p. 2.

Em artigo de José Augusto de Seabra, prevalece, também, visão positiva acerca do balanço do período revolucionário, levando-se em conta a conjuntura do derrube da ditadura: “A queda de um sistema autoritário velho de meio século, como o era aquele a que entre nós o 25 de Abril pôs termo, através do levantamento das Forças Armadas, até então implicadas na guerra colonial, não podia deixar de ser seguido de um período de graves perturbações, resultantes de vários factores conjugados: a interferência inevitável do poder político e do poder militar, a acção conspiratória de minorias revolucionárias organizadas, uma das quais apoiada por uma grande potência política ainda em via de expansão imperial hegemónica, enfim, a impreparação dos partidos democráticos recentemente criados”.<sup>197</sup> Todavia, tal apreciação – apesar de procurar compreender o rumo do processo revolucionário e não condená-lo diretamente – subscreve a ideia de subalternização dos movimentos sociais às forças políticas (“minorias revolucionárias organizadas”), negando o alto grau de espontaneidade do processo revolucionário.

Cabe mencionar ainda uma apreciação sobre o 25 de Abril que, embora pretenda valorizar a Revolução, evoca-a como um acontecimento distante e superado; os *erros* do processo são abordados com um certo ar romantizado – “Hoje, muitos desses acidentes de um percurso difícil (inevitável) fazem parte de uma poética de Abril, que facções ainda diametralmente divergentes aceitam como quem viaja até um mesmo sonho partilhado embora de formas diferentes”. Considera-se, finalmente, que, ao fim de dezassete anos, Portugal já procedera ao “salto para a maturidade democrática, a ponte, que, longe de separar, apenas liga a Revolução à normalidade”.<sup>198</sup> Não se pode dizer que uma tal visão do período revolucionário de fato valoriza positivamente o 25 de Abril; pois o destaque para a superação do passado pelo presente – materializado na oposição *revolução X normalidade* – prima pelo afastamento entre as realidades do passado e do presente, como se a Revolução já não guardasse muita importância ou conexão com o contexto do presente social. No entanto, é possível afirmar que as apreciações do 25 de Abril de um tal teor, que estabelecem certas ressalvas na valorização da Revolução, constituem uma minoria no período 1989-1991; prevalecem amplamente as visões que valorizam o 25 de Abril em sua

---

<sup>197</sup> *Jornal de Notícias* – Escreve José Augusto Seabra in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 6.

<sup>198</sup> “Olhar Abril” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1991, p. 8. Não há menção quanto à autoria do texto.

totalidade – apesar do já nítido crescimento das tendências de *revisionismo histórico* na interpretação da Revolução dos Cravos.

O balanço sobre a valorização da Revolução durante o período 1989-1991 confirma a anterior tendência segundo a qual as apreciações que valorizam positivamente o 25 de Abril e o processo revolucionário provêm de setores do PS e de forças políticas à sua esquerda. Tais juízos positivos sobre a Revolução Portuguesa, especialmente no âmbito das comemorações populares, são muitas vezes acompanhados por críticas ao Governo maioritário social-democrata quanto à sua política de memória referente ao 25 de Abril. Com efeito, PSD e CDS optam por não participar das comemorações da Revolução, e mesmo na solenidade realizada todos os anos na Assembleia da República, rejeitam, desde 1988, a ostentação de cravos vermelhos. Posicionamento próximo ao das forças de esquerda é sustentado pelos militares de Abril, que optam por uma ampla valorização positiva da Revolução, ressaltando, em geral, o legado de direitos e conquistas sociais sob uma perspectiva prospectiva.

A novidade surgida neste período consiste na tese que entende o 25 de Abril como *revolução democrática pioneira* e precursora de uma onda mundial de *subversão democrática*. Esta reconstrução da memória da Revolução é defendida por Mário Soares desde 1990 – o que se explica, provavelmente, pela conjuntura internacional posterior à queda do Muro de Berlim e o contexto de derrocada do bloco soviético – e ratificada por ampla parcela da sociedade portuguesa, de variadas tendências políticas – inclusive capitães de Abril, como Vítor Alves, por exemplo. Logo, o curioso acerca da disseminação de semelhante deslocamento de sentido da Revolução dos Cravos é o fato de tal visão ser defendida tanto por vozes ligadas à Esquerda, que pretendem atribuir significado positivo à Revolução, quanto por opiniões de direita que subscrevem o *revisionismo histórico*. É possível explicar esta situação através da constatação da ampla abrangência da viragem política conservadora no contexto de fins dos anos 1980: pois, por um lado, o socialismo deixou de significar um valor político positivo aos olhos da opinião pública e, por outro lado, a oposição *democracia X revolução* sempre foi um argumento utilizado pelo *revisionismo histórico* para desvalorizar e deslegitimar o processo revolucionário português, tendência esta que ganha novo impulso com o contexto de fim do socialismo real.

- Sobre o *revisionismo histórico*

No período 1989-1991, as opiniões favoráveis ao *revisionismo histórico* e aquelas que lhe são críticas aparecem com um relativo equilíbrio quanto à incidência, tendo havido um aumento de ambas em relação ao período anteriormente analisado. Este quadro mantém-se no que diz respeito a cada um dos anos, especificamente.

No ano 1989, no que tange às declarações realizadas por personalidades políticas e militares, as visões de caráter *revisionista* são menos incidentes do que as suas críticas, as quais se manifestam nos discursos dos deputados na Assembleia da República e nas comemorações populares da Revolução. No discurso proferido por Mário Soares na sessão solene do Parlamento em homenagem ao 25 de Abril, fez-se a seguinte interpretação da Revolução Portuguesa, em uma base de comparação com a versão *revisionista* da Revolução Francesa: “O 25 de Abril terá sido, porventura, das derradeiras revoluções europeias de um ciclo iniciado há duzentos anos com a grande revolução francesa. Também ele conheceu desvios ao espírito original e sofreu os impulsos contraditórios da tentação restauracionista e da tentação totalitária. Finalmente, porém, foi o ideal democrático pluralista que prevaleceu – e venceu – na fidelidade ao espírito do 25 de Abril”.<sup>199</sup>

Tal visão *revisionista*, em analogia com a sua respectiva versão da Revolução Francesa, desvaloriza o curso da Revolução em virtude do seu radicalismo, considerado como *totalitário* e antidemocrático; de modo que, em 25 de Novembro de 1975 a democracia teria finalmente *vencido* a Revolução e restituído o espírito, a *pureza* do 25 de Abril. É interessante proceder à comparação entre os discursos do presidente da República deste ano e do ano seguinte: enquanto em 1989 Soares adota esta visão do *revisionismo histórico* baseada na condenação do rumo da Revolução, em 1990 – em virtude, obviamente, das transformações que entretanto ocorreram no mundo, especialmente nos países comunistas – Soares defende a tese da vaga de *revoluções democráticas* das quais o 25 de Abril teria sido o precursor. Assim, de acordo com a linha argumentativa de 1989, a Revolução dos Cravos é associada à família de revoluções iniciada com a Revolução Francesa e diretamente relacionada ao surgimento e defesa do socialismo – afinidade esta que lhe torna alvo de críticas e condenações. Em 1990, no entanto, a mudança de

---

<sup>199</sup> “É na Europa do futuro que Portugal está empenhado – sublinhou o presidente Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 3.

perspectiva para a caracterização da Revolução de Abril aponta-a como a primeira das revoluções de tipo novo do século XX, mais especificamente do pós-2ª Guerra Mundial: as *revoluções democráticas*. Neste quadro, o socialismo – como projeto político e como aspiração social – desaparece do corpo explicativo da Revolução dos Cravos, o que permite – em consonância com os valores em voga no presente social – valorizá-la e engrandecê-la como a pioneira de uma época de *democratização* mundial.

É possível afirmar ainda que uma tal visão histórica encontra-se em harmonia com a ideologia do *fim da História*, pois o socialismo é eliminado como elemento central para a compreensão de um período histórico e substituído pelo nexos da democracia. Se esta visão não pode ser considerada *revisionista* – afinal prevalece a tônica de valorização do 25 de Abril como precursor das revoluções de tipo democrático –, o deslocamento do sentido histórico para melhor adaptação aos valores do presente aproxima-a muito desta tendência. Pois, assim como nas interpretações *revisionistas* o passado revolucionário é caricaturalmente condenado, havendo pouco cuidado com a fidelidade aos fatos históricos, também neste caso o passado é distorcido para melhor caber nas valorações do presente; a diferença é que em um caso tal distorção se faz pela negativa, e em outro, pela positiva. Dessa forma, os discursos de Mário Soares na Assembleia da República em 1989 e em 1990 podem ser entendidos como duas faces de uma mesma visão do mundo para a qual o 25 de Abril não pode ser valorizado por aquilo que significou em seu próprio tempo, já que uma tal visão da memória entra em contradição com os valores dominantes na sociedade presente. De sorte que, ou a influência do socialismo no processo revolucionário é condenada, ou é escamoteada e substituída por princípio tão consensual quanto a democracia.

As críticas ao *revisionismo histórico* realizadas por parlamentares na Assembleia da República estão comumente relacionadas a críticas às atitudes do Governo quanto ao significado atribuído ao 25 de Abril e seu legado. Assim, na primeira das sessões solenes realizadas em 1989, o deputado do PS, José Apolinário, censurou a classe política dominante, a qual, “sem passado de luta pela democracia”, tem “legitimado um discurso de subversão dos valores e dos ideais de Abril”. A deputada do PRD, Isabel Espada, por sua vez, denunciou as tentativas *revisionistas* de reescrever a História, afirmando que independentemente das diferenças ideológico-partidárias era fundamental reconhecer que a

história de Portugal, a história da democracia, deu o seu salto mais qualitativo no dia 25 de Abril e “jamais depois”.<sup>200</sup>

Este mesmo sentido crítico das políticas governamentais foi evocado nas comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa. Carlos Carvalhas, vice-secretário-geral do PCP, afirmou que “não se pode aceitar uma política que marginaliza, isola, subalterniza ou persegue os obreiros da revolução e premeia os torturadores e sustentáculos do fascismo”. Também Corregedor da Fonseca, da Intervenção Democrática, salientou o “desvirtuamento ilegítimo dos valores de Abril”. A reprovação das tendências de *revisionismo histórico* figura ainda no apelo nacional às comemorações populares, assinado por centenas de personalidades da vida pública portuguesa: “As comemorações populares do 25 de Abril, os actos cívicos, as manifestações desportivas, as festas – e designadamente os grandes desfiles na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e na Avenida dos Aliados, no Porto – têm sido grandes mobilizações em unidade, apesar de não serem apreciadas pelos que são reticentes em relação à mensagem de Abril e que têm repetido que o 25 de Abril é uma página que a História já virou, que perdeu o sentido, que é como que uma reportagem da televisão a preto e branco. A nossa convicção é profundamente diferente: esta data reafirma sempre que não há participação cívica sem liberdade, não há liberdade sem participação cívica. A vida política pauta-se por direitos e deveres. A relação entre o poder e a oposição exige transparência e responsabilidade”.<sup>201</sup>

Nas comemorações militares do 25 de Novembro, em 1989, o CEMGFA, Soares Carneiro, expressou a visão *revisionista* do 25 de Abril, bastante aceita pela memória coletiva dominante e opinião pública portuguesa, que condena o processo revolucionário ao opor a *revolução* à *democracia*: “Pretenderam uns tantos, poucos, a implantação de um regime de cariz totalitário, em que a pessoa humana, as liberdades individuais e o pluralismo de expressão social, seriam violados e oprimidos. Quiseram impor aos portugueses uma organização do Estado e uma forma de viver ofensiva aos valores éticos, morais e culturais, que historicamente nos enformam e nos dão razão de ser”. Sob esta perspectiva, o 25 de Novembro teria significado o *retorno* a um caminho positivo que o

---

<sup>200</sup> “O 25 de Abril contém no seu ideal sonho e objectividade, audácia e cuidado – afirmou Agostinho da Silva em sessão especial na Assembleia da República” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 3.

<sup>201</sup> “Não se confronte a liberdade com jactos de água e cães-polícia – Exigida a libertação de Otelo Saraiva de Carvalho” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 2; “Apelo à participação nas comemorações populares do 25 de Abril e no desfile na Avenida da Liberdade dia 25” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1989, p. 23.

processo revolucionário teria desvirtuado: “Graças à intervenção das Forças Armadas, foi possível então retomar o projecto nacional em que os valores, as estruturas e os programas, nos inserem na Europa Ocidental dos nossos dias”.<sup>202</sup>

Ainda em Novembro de 1989, a propósito de homenagem prestada por Mário Soares em Bissau aos militares portugueses mortos em combate na Guiné, o marechal Spínola manifestou visão *revisionista* ao tentar reabilitar o passado de Guerra Colonial, considerando-o um motivo de “orgulho” para Portugal: “É preciso que os portugueses não esqueçam que o sangue que corria nas veias dos militares mortos em combate na Guiné é o mesmo que corria nas veias daqueles que, em 25 de Abril de 1974, se bateram pela democratização de Portugal e pela libertação dos povos de expressão portuguesa. É tempo de acabar com baixos complexos políticos do período revolucionário e de assumirmos em toda a sua plenitude a história vivida pelo generoso povo português em etapas diferentes, passado que não nos envergonha e de que, pelo contrário, nos devemos orgulhar”.<sup>203</sup> Há neste depoimento uma nítida intenção *revisionista* de *braquear* o passado de Guerra Colonial, como se os diferentes períodos históricos pudessem e devessem ser “assumidos em toda a sua plenitude” sem se realizar distinções quanto ao seu valor e legitimidade.

Esta mesma problemática é abordada em artigo, da autoria de Artur Portela<sup>204</sup>, que aprova também a atitude do presidente da República: “Para Portugal, tratou-se de ouvir o Chefe de Estado dizer a História com a generosidade e a inteligência política da democracia, através da homenagem à dignidade que foi o serviço de Portugal culminado na morte. Por lamentáveis que houvessem sido os desígnios políticos que enquadraram esse serviço. Por desastroso que houvesse sido o colonialismo. Para a Guiné, tratou-se, possivelmente, de um confronto com um certo discurso da cultura e da ética democráticas, do entendimento, da assunção, do não temor à História”. Neste ponto, cabe mencionar a ausência de um qualquer comentário acerca da opção unilateral da homenagem; pois, mesmo corroborando o gesto de Mário Soares em homenagear os portugueses mortos na Guiné durante a Guerra Colonial, poder-se-ia ainda lamentar que tal homenagem não se estendesse também aos mortos guineenses, que lutavam pela independência de seu país –

---

<sup>202</sup> “CEMGFA pede direitos especiais para militares” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1989, p. 6.

<sup>203</sup> “Spínola elogia gesto do Presidente – Homenagem aos militares portugueses mortos em combate” in *Diário de Notícias*, 23 de Novembro de 1989, p. 3.

<sup>204</sup> Artur Portela (n.1937): Escritor e jornalista. Em 1975, fundou e dirigiu o diário *Jornal Novo*, de orientação socialista.



neste caso sim, seria justo considerá-la um ato generoso e digno da parte do presidente da República português. No entanto, não se verifica um tal ponto de vista solidário com o outro lado, com o lado africano deste período histórico trágico – o que, em si, é significativo quanto à dificuldade da opinião pública portuguesa em lidar com a questão da Guerra Colonial e da evocação desta memória –; em contrapartida, repreende-se a atitude do Presidente guineense, Nino Vieira, que optou por não acompanhar Mário Soares nesta homenagem.

Trata-se de uma grave omissão, se aquilo que se deseja é reconhecer os erros do passado e homenagear as suas vítimas – as quais figuram nos dois lados da guerra. Contudo, sob a perspectiva do artigo de Artur Portela, a ação de Mário Soares foi amplamente positiva, cabendo críticas apenas à “falha” do Presidente da Guiné. O mérito de tal homenagem seria o alcance de um “descomplexo”, capaz de contribuir para a institucionalização profunda da democracia: “Deste descomplexo. Da perspectiva que este descomplexo abre. Do virtuosismo político que é distinguir a memória destes mortos do trauma do colonialismo. Da inteligência da História que a assunção da dignidade destes mortos reveste. Da vantagem democrática de não necessitar de vazios na memória, amnésias selectivas, soluções de continuidade. A democracia é não apenas a circunstância Estado, mas Nação”.<sup>205</sup> Pode-se dizer que uma tal visão da Guerra Colonial segue a tendência do *revisionismo histórico*, pois, ao não se reconhecer a dignidade do *outro* no contexto da guerra, acaba-se, de certa forma, por legitimar ou reabilitar, como o fez Spínola, a situação da Guerra Colonial. Privilegia-se, assim, uma visão etnocêntrica da História, em que o *descomplexo* só surte efeitos para reconhecer as vítimas de um dos lados. Sob este prisma, cabe indagar se o esquecimento sobre o *outro* não é, com efeito, um *complexo*. É, no mínimo, uma opção de reescrever a História com o intuito de *branqueá-la*, ou seja, evitando a reflexão sobre as responsabilidades em uma guerra que não vitimou apenas portugueses.

Este mesmo tema é abordado em editorial da revista *Sábado*, da autoria de Miguel de Sousa Tavares<sup>206</sup>, publicado parcialmente no *Diário de Notícias*. A propósito da atitude de Mário Soares na Guiné – e considerando que “[u]m país que não é capaz de homenagear

---

<sup>205</sup> “Lança em Portugal” in *Diário de Notícias*, 28 de Novembro de 1989, p. 9.

<sup>206</sup> Miguel de Sousa Tavares (n. 1952): Escritor e jornalista.

os seus mortos de guerra, ou que só o faz se entender que as guerras foram justas, é um país que não se respeita a si próprio” –, o editorial realiza apreciações sobre a Guerra Colonial e a descolonização, âmbito em que avança com teses do *revisionismo histórico*. A guerra, como é consensual, é criticada: “A guerra de África foi uma guerra injusta onde toda uma geração foi chamada a bater-se para defender os privilégios de uns quantos ou o sonho defasado de um segmento de portugueses – os colonos – que julgaram poder adiar os ventos da história, escudados no esforço militar e financeiro dos portugueses da Metrópole. Foi uma guerra que os generais não conseguiram ganhar (embora tenham prometido bastas vezes) e que os políticos não souberam resolver com outras soluções que não o sacrifício sem fim nem sentido da juventude”. Todavia, a seguir, a descolonização é amplamente condenada, criticando-se a atuação do MFA e desconsiderando-se o contexto histórico que a motivou: “Os erros de uns e de outros pagámo-los com a descolonização – inevitavelmente apressada e descontrolada. A bem dizer, a discussão sobre a justiça ou injustiça da guerra colonial perdeu a razão de ser no dia em que o Exército depôs as armas e recusou continuar a bater-se. A partir daí, estava encerrado o sonho da colonização e estava perdida a oportunidade de uma descolonização feita sem ódios e ressentimentos. Na sua imensa ignorância política, o MFA ousou classificar de exemplar uma descolonização que se limitou a entregar o Poder, sem mais, nas mãos de quem tinha armas, do lado de lá. Assim saímos de África, sem honra nem glória, deixando as colónias entregues a quem não tinha preparação para as governar”.<sup>207</sup>

Além destas apreciações sobre as questões da Guerra Colonial e da descolonização, em que predominam visões *revisionistas* – as quais ora *aliviam* a caracterização da guerra, ressaltando apenas as vítimas do lado português, ora condenam o processo de descolonização levado a cabo no curso da Revolução –, foram identificados no ano de 1989 mais dois artigos de opinião que expressam tendências do *revisionismo histórico*. O primeiro, da autoria de José Augusto Seabra, a propósito do aniversário do 25 de Abril, realiza uma comparação entre a situação posterior ao 25 de Abril e o contexto da Primeira República: há a constatação de terem sido evitados alguns erros fundamentais que estiveram na origem da crise das instituições republicanas, embora outros tivessem sido cometidos, cujas consequências “nefastas” ainda repercutiam no presente. Nestes termos, o

---

<sup>207</sup> *Sábado* – “Um gesto de orgulho” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1989, p. 9.

período histórico da Revolução e o seu legado é desvalorizado pela ocorrência dos “desvios revolucionários”, ao passo que se enfatiza a estabilidade política do presente: “Convenhamos todos: vencidos e ultrapassados os desvios revolucionários, que foram de certo modo mais graves no início desta República do que no da Primeira, o bom senso dos Portugueses, bem como a clarividência e a coragem dos partidos democráticos, encaminham pouco a pouco o País para uma estabilidade política, que é hoje o nosso bem mais precioso. Em vez de uma anarquia resultante de crises governamentais sucessivas, temos agora, por vontade livremente expressa dos cidadãos, através de um sistema de representação proporcional, uma maioria parlamentar nítida, cuja legitimidade no exercício do poder é inegável, sejam quais forem as críticas das oposições, naturais e necessárias numa qualquer democracia, para corrigir defeitos e morigerar abusos”.<sup>208</sup> Trata-se de opinião *revisionista*, pois o passado revolucionário é desvalorizado em oposição à valorização positiva da situação do momento de estabilidade calcada na maioria absoluta social-democrata.

O outro artigo de opinião que evidencia o *revisionismo histórico*, da autoria de Edmundo Pedro, evoca as transformações então em curso no Leste Europeu para tratar do 25 de Novembro. Identificando como uma “autêntica revolução” a situação que ocorria nesta região da Europa, o articulista afirma que estes países estão a realizar “o seu 25 de Novembro”. Nestes termos, o artigo avança com argumentação *revisionista* ao opor a Revolução à democracia, além de nivelar as forças de extrema-direita e de esquerda: “Em resumo: se a democracia não tivesse sido salva em 25 de Novembro de 1975 teriam sido vãos os sacrifícios de várias gerações de resistentes. Nessa infeliz hipótese, qualquer que fosse a bandeira empunhada pelas forças antidemocráticas vencedoras, ou seja, quer elas se reclamassem da esquerda, quer da direita, o resultado prático seria o mesmo: estaríamos hoje a acompanhar a vaga libertadora que percorre o Leste europeu. Seríamos forçados novamente a lutar, tal como o fizemos antes do 25 de Abril, pela democracia, pelos direitos essenciais, pelo alinhamento com a Europa da liberdade”.

Tal apreciação contrafactual baseia-se na suposição – também contrafactual – de que o PCP pretendia tomar o poder em Portugal em 1975 e instalar um regime *totalitário*: “Em 25 de Novembro de 1975 o projecto do PCP foi definitivamente derrotado a nível

---

<sup>208</sup> “O 25 de Abril e o futuro” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1989, p. 7.

nacional. Hoje está a ser repudiado, de forma radical e irreversível, pela generalidade dos povos que, em má hora, foram obrigados a adoptá-lo. Esse projecto está, pois, a ser afastado da cena da História”.<sup>209</sup> É possível afirmar que a situação de crise e fim do socialismo real redimensiona e reforça as bases da argumentação *revisionista* sobre a Revolução dos Cravos. Pois a derrocada do mundo comunista abre espaço àqueles que, já desde antes, sustentavam que o que estava em jogo no período de radicalização da Revolução era a implementação de um projeto político comunista de tipo soviético – desprezando todos os demais projetos de sociedade em disputa no período. Dessa forma, não surpreende que seja justamente num período de tal conjuntura política internacional que se identifique o considerável desenvolvimento da tendência de *revisionismo histórico* na interpretação do 25 de Abril português.

O sinal da ocorrência de semelhante situação é indicado em artigo, da autoria de Artur Portela, que denuncia o “processo de revisão da historiografia política” – trata-se da primeira vez em que esta problemática é diretamente abordada na imprensa nacional em análise, sendo possível inferir que a sua menção demonstra o grau já avançado de aceitação que as visões *revisionistas* desfrutavam na sociedade portuguesa.<sup>210</sup> A crítica deste artigo realiza-se a propósito de declaração no Parlamento da parte de “uma muito jovem deputada da maioria” para quem a democracia só foi implantada em Portugal com a revisão constitucional de 1982 – tendo tal declaração ocasionado o choro de um deputado, não por acaso da oposição e um capitão de Abril. Segundo o articulista, semelhante episódio de revisão da historiografia política iniciado por esta deputada no Parlamento tem um valor simbólico e íntima conexão com as comemorações do 25 de Abril: “Com efeito, não sendo o 25 de Abril de 1974 a implantação da democracia (para a deputada, para a bancada da deputada? Para a maioria? Para o Governo que é expressão dessa maioria?), sendo não democrático, e até, eventualmente, anti-democrático o período que vai, presume-se, de 28 de Maio de 1926 até ao termo da revisão constitucional de 1982, possamos nós (nós,

---

<sup>209</sup> “O 25 de Novembro e a crise do Leste europeu” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1989, p. 10.

<sup>210</sup> É curioso e digno de nota o fato de que o autor deste artigo, extremamente crítico quanto ao avanço das tendências *revisionistas* na interpretação do 25 de Abril, seja o mesmo do já mencionado artigo sobre a homenagem de Mário Soares aos portugueses mortos na Guerra Colonial na Guiné – onde são manifestadas apreciações de caráter *revisionista* a respeito da Guerra Colonial e da evocação desta memória. Trata-se de mais uma evidência de que as questões da Guerra Colonial e da descolonização são muito controversas e suscetíveis de interpretações de cunho *revisionista*, mesmo por parte daqueles que defendem integralmente a memória da Revolução dos Cravos.

quem?, nós, com que representatividade?, nós, que parte do Estado?, nós, que parte do País?) comemorar amanhã? A pré-democracia? O golpe de Estado? O golpe das Caldas II? O início da pré-história da democracia? O período que vai de uma barafunda de tanques e de flores até 1982?”

A consequência imediata deste deslocamento temporal da instauração da democracia em Portugal é a desvalorização do 25 de Abril e de seu legado: “Põe directamente em causa o que, afinal, talvez menos de metade do País, e talvez apenas parte do Estado, e talvez apenas um ou dois órgãos de soberania, vamos comemorar amanhã. Subalterniza uma data alegadamente refundadora da democracia portuguesa. Separa as águas, entre aqueles que se reivindicam da revisão constitucional de 1982, embora naturalmente não só, e aqueles que se reivindicam do 25 de Abril”. Dado um tal contexto político conservador que impulsiona o avanço do *revisionismo histórico*, o articulista aponta para a possibilidade de outros deslocamentos de sentido da História portuguesa: “A democracia portuguesa não estará, antes, a ser inaugurada agora, com a revisão constitucional de 1989, insistentemente reclamada pela bancada da muito jovem deputada, pelo partido da bancada da muito jovem deputada, pelo Governo do partido da bancada da muito jovem deputada, como absolutamente indispensável à libertação da sociedade civil, à libertação económica da sociedade civil, à plena integração de Portugal na Comunidade Europeia? Ou não terá a democracia portuguesa sido, antes, inaugurada com o 19 de Julho, que veio abrir uma nova forma da social-democracia, a uma nova geração social-democrática, o caminho do Poder? Ou com a chegada do actual chefe do Governo ao Poder do seu primeiro Ministério?”

Neste sentido, Artur Portela questiona: “Que significa a aparente tendência do actual poder político para refundar a nossa cronologia histórico-política e identificar essa cronologia com a sua própria estruturação, afirmação, avanço?” E constata o descrédito e declínio de uma determinada visão do mundo, cujo efeito imediato é a difusão de interpretações que desvalorizam o significado histórico do 25 de Abril: “Chora, no Parlamento, um deputado, capitão do 25 de Abril. Deputado de uma minoria. Das várias minorias que constituem a oposição, ela própria minoritária. Não serão essas lágrimas, elas próprias minoritárias? Não será o 25 de Abril, ele próprio minoritário? A História, é o poder político que a determina? A historiografia faz-se por maioria simples? Ou carece de

maioria qualificada? Politicamente qualificada? Ou cientificamente qualificada? A maioria cientificamente qualificada é minoritária? E pode uma data, que se reivindica refundadora da democracia, ser minoritária, mesmo que cientificamente qualificada?”

A questão indica o perigo de que tais tendências de *revisionismo histórico*, amplamente difundidas no meio político, se estendam à historiografia, ou seja, o perigo de que apreciações políticas de evidente orientação ideológica passem também a ser defendidas através de meios e métodos supostamente científicos e dotados de legitimidade para escrever a História. Pois se reconhece que uma maioria política não faz historiografia; porém, pode ser “o sinal de uma lógica política e cultural que apeteça e, eventualmente, desencadeie uma corrente historiográfica”. Neste contexto, Artur Portela conclui identificando a responsabilidade cívica que se coloca aos portugueses quanto ao futuro do significado social do 25 de Abril e seu legado: a gênese da democracia ou apenas parte de sua *pré-história*? Nas palavras do articulista: “O que se joga aqui, e não apenas amanhã, é o valor do 25 de Abril e é a genealogia desta democracia. Mas é, sobretudo, o significado e a natureza da democracia: a sua habitação e o seu controlo. Por isto, e por tanto mais que esta tese de doutoramento partidário que fez chorar um capitão de Abril exprime, é acrescida a nossa responsabilidade por este 25 de Abril”.<sup>211</sup>

A aguda crítica deste artigo – além de ser o primeiro a denunciar diretamente na imprensa nacional o “processo de revisão da historiografia política” – identifica, portanto, a ameaça representada pela possibilidade de expansão das tendências de *revisionismo histórico* para meios cientificamente acreditados. Com efeito, não se trata de hipótese improvável, muito pelo contrário; tal como já foi discutido no capítulo 1, algumas teorias do *revisionismo histórico*, bastante assimiladas pela memória coletiva dominante e pela opinião pública portuguesa, figuram também na historiografia sobre o 25 de Abril – é o caso, por exemplo, da ideia de *resistência contra a revolução*; do *duplo legado* do passado, o do autoritarismo de direita e de esquerda; e até mesmo a tese de tentativa de tomada do poder pelo PCP. É evidente que na historiografia as tendências *revisionistas* revestem-se de formas mais cuidadas, não sendo tão grosseiras como a declaração política criticada neste artigo. Todavia, a análise da historiografia sobre a Revolução Portuguesa demonstrou ser, de fato, minoritária a corrente que valoriza a complexidade do processo revolucionário e

---

<sup>211</sup> “As lágrimas de Abril” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1989, p. 11.

seu legado de forma positiva; em especial no que diz respeito aos movimentos sociais, os quais são maioritariamente interpretados como controlados por centros de poder políticos e militares. Desse modo, é possível afirmar, utilizando-se os termos do artigo, que uma visão amplamente otimista quanto ao significado e aos efeitos do 25 de Abril na sociedade portuguesa é, de fato, minoritária, mesmo que cientificamente qualificada.

Esta questão do deslocamento da legitimidade histórica é também abordada em artigo de Medeiros Ferreira que trata das dificuldades que revestiam as comemorações do 25 de Abril. A respeito de Mário Soares, o articulista afirma que “foi aliás o primeiro dos grandes dirigentes da oposição democrática a pretender descolar do acto que levou à queda do regime ditatorial”. “Pertence-lhe a frase mais importante (das que ficaram arquivadas) proferida na manifestação do 1º de Maio de 1974 no estádio da ex-FNAT: *Foi hoje, foi aqui, que nós destruímos o fascismo*. Separar-se dos militares de Abril, da unidade de esquerda ou da política radical levou-o para caminhos que percorre com aparente segurança e grande convicção.”<sup>212</sup> Tais deslocamentos do sentido histórico com fins políticos acabam por, em maior ou menos escala, desvalorizar o significado do 25 de Abril e a sua importância para o presente.

Justamente contra esta situação posicionam-se os editoriais do *Diário de Notícias*. Assim, é identificada a ocorrência de uma mudança na sociedade portuguesa, uma vez que a valorização positiva do 25 de Abril já não é mais tão consensual como fora nos anos que se seguiram à Revolução: “Evocar o 25 de Abril, quinze anos depois, é pôr o problema da resposta que suscita a simples menção da sua data, havendo indícios preocupantes de que ganham força determinadas releituras que pretendem desvalorizá-lo. E se, durante muito tempo, os factos em si pareciam indiscutíveis e geradores de consenso, hoje parece que geram a discórdia entre alguns e a indiferença entre muitos outros. Nos primeiros anos subsequentes a 74, o derrube do regime que teve entre nós, durante mais de quarenta anos, um único partido e um único primeiro-ministro (substituído, no seu impedimento final, por um sucessor, saído das mesmas fileiras) era inquestionável. As divergências seriam de interpretação de outras datas e outros factos na evolução do processo revolucionário nos meses posteriores. Havia, assim, quem se reclamasse do 25 de Abril somado ao movimento das nacionalizações e ocupações de terras e de empresas, que ganhou força após o 11 de

---

<sup>212</sup> “Dificuldades nas comemorações de Abril” in *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1989, p. 7.

Março de 75, ou quem preferisse o 25 de Abril corrigido pela travagem desse ‘Verão Quente’ na noite de 25 de Novembro. Vemos hoje gerações muito jovens, a quem o próprio facto desse derrube quase nada diz, ao lado de cidadãos mais velhos que conscientemente assumem o saudosismo de um regime que de algum modo lhes foi útil, ou que lhes parece menos inseguro que o presente. Alguma coisa falhou na nossa comunicação do que realmente aconteceu, para termos assim deixado adormecer a memória do contraste”.<sup>213</sup>

Em outro editorial, a propósito da sessão solene na Assembleia da República, o saudosismo do passado é também abordado, especificamente no que diz respeito à situação da descolonização: “Contra este sonho possível, preferem alguns chorar o 25 de Abril como a perda de um ilusório império do Minho a Timor, com o mesmo pessimismo de catástrofe com que outros, há pouco mais de século e meio, choraram a independência do Brasil. Esquecem a violência que a teimosa manutenção desse império implicava sobre os povos nele integrados e a manifesta impossibilidade da sua perpetuação, fechado o ciclo de todos os grandes impérios coloniais”.<sup>214</sup>

Insurgindo-se também contra as tentativas de reabilitação e *branqueamento* do Estado Novo, o jornalista Silas de Oliveira – ao escrever a propósito de recente comemoração de dois aniversários contraditórios entre si: os quinze anos da Revolução de Abril e o centenário do nascimento de Oliveira Salazar – julga preocupante a tendência de considerar o regime democrático adquirido, em um contexto em que “se reabilita o discurso do antigamente e se consentem cedências a determinadas saudades suspeitas”. Nesse sentido, o jornalista condena amplamente as crescentes tendências *revionistas* para *branquear* o passado ditatorial: “Não se trata agora de limitar a liberdade de expressão da direita (que nunca teve esses cuidados), mas a História ensina que as decisões têm consequências e as escolhas têm preços. A direita não tem o direito de pegar num ditador bota-de-elástico, que era mais velho com vinte anos do que Agostinho da Silva com oitenta, e fazer dele uma espécie de paraíso perdido das frustrações do presente, ou, ainda pior, uma encarnação moderna do espírito atrevido e aventureiro dos navegadores, que ele nunca teve na sua vida. Se querem chorar na campa dele a suposta grandeza de um império preso por arames, então contem tudo: a história de um regime de aflitos, com uma visão política de

---

<sup>213</sup> “A memória do contraste” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1989, p. 6.

<sup>214</sup> “As portas abertas de um novo caminho” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1989, p. 8.



quintal, poupadinho e ‘pobrete-alegrete’, mas que sabia ser cruel quando se sentia afrontado; um regime que não industrializava o País porque tinha medo de muitos operários juntos; que se acostava à hierarquia eclesiástica ressabiada com a República porque não tinha capacidade ideológica própria; que punha o coração nos fascismos da Segunda Guerra mas soube pôr a bolsa (e as ilhas) do lado dos Estados Unidos quando o vento mudou; que não quis dialogar com dirigentes africanos que eram, no fundo, mais portugueses do que muitos desses tecnocratas da CEE, e ficou tontamente à espera do fim de uma guerra colonial que teria acabado muito pior se não fossem os capitães de Abril. Agora querem pintar dele aquela imagem do ‘pai tirano’ que dava o pão e a educação. É preciso recordar que ele tirava ambas as coisas”.<sup>215</sup>

Em editorial de *O diário* reproduzido no *Diário de Notícias*, a respeito das comemorações do 25 de Abril, é abordado o esforço empreendido pela Direita ao longo dos anos para “mudar no subconsciente colectivo as linhas divisórias do campo democrático”; segundo o editorial, tal esforço mostrava-se ineficaz perante o agrupamento das forças que se identificavam com o 25 de Abril. Denuncia-se ainda que neste ano de 1989 semelhante postura a favor do *revisionismo histórico* expressou-se em “uma massiva campanha de condicionamento psicológico, destinada a distanciar historicamente a revolução, remetendo-a para o sótão das efemérides mais longínquas”. “Com uma fingida ausência de paixão, os ‘analistas’ de costume fizeram o que puderam para emprestar peso de verdade consagrada a versões fantasmáticas do processo de transformação revolucionária por que passou a sociedade portuguesa. Vilipendiaram militares e civis, democratas e patriotas; transformaram o sentimento dominante nestes dias e meses, que foi o de uma imensa alegria, num inexistente ‘terror’; deram por morto e enterrado o que não só está vivo, como se mantém desperto no espírito de milhões de portugueses. Aberração das aberrações, amalgamaram salazarismo e democracia, para fazer uma (por eles) desejada continuidade, na qual o 25 de Abril surgiria como um passageiro desvario de aventureiros”.<sup>216</sup>

Em 1990, as interpretações sobre o 25 de Abril começam a ser divulgadas na imprensa a propósito de um colóquio organizado pelo *Diário de Lisboa* sobre a Revolução dos Cravos. Falando na sessão de abertura do colóquio, o ministro da Juventude, Couto dos

---

<sup>215</sup> “A Semana vista... e prevista” in *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1989, p. 2.

<sup>216</sup> *O diário* – “As comemorações do 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1989, p. 10.

Santos, manifestou visão *revisionista* ao tratar do impacto político do 25 de Abril na Europa; pois, segundo este ministro, além de ter acelerado a queda do regime franquista em Espanha, “a vitória do sistema democrático e pluralista sobre o marxismo-leninismo foi um sinal de alarme à Europa de que algo poderia acontecer nos sistemas comunistas”. Uma tal interpretação da realidade faz uso dos acontecimentos do momento – a situação de derrocada do comunismo – como instrumento de reforço para a argumentação *revisionista* que compreende o período revolucionário com base na oposição *democracia X revolução/marxismo-leninismo*. Seguindo esta mesma linha de argumentação, o ministro afirmou ainda que o povo português conferiu ao mundo uma lição de civismo e de respeito pela democracia ao ter, em um curto espaço de tempo, lutado contra “a ditadura de direita e o totalitarismo marxista-leninista”.<sup>217</sup>

No encerramento deste colóquio, Mário Soares defendeu a tese da *sublevação democrática* que se estaria a verificar no mundo e cuja origem remontaria ao 25 de Abril – de sorte que a Revolução Portuguesa não teria sido a última do tipo antigo, mas a primeira de um tipo novo. Tal como já foi anteriormente discutido, esta visão, apesar de pretender valorizar o 25 de Abril, encontra também suas raízes na tendência de *revisionismo histórico*. No entanto, nesta intervenção o presidente da República procedeu ainda a nítidas interpretações *revisionistas* ao utilizar a comparação com o comunismo soviético para desvalorizar o período revolucionário. Nestes termos, Soares afirmou que o 25 de Abril mostrou ao mundo que “afinal os mencheviques conseguiram vencer os bolcheviques” e que Lisboa não quis ser Sampetersburgo.

Ainda no encerramento do colóquio, Pinto Balsemão<sup>218</sup> expressou visão *revisionista* idêntica àquela criticada em artigo de Artur Portela no ano anterior: afirmou que “a democracia plena” só foi conseguida com a revisão constitucional de 1982. Por outro lado, Medeiros Ferreira criticou este gênero de posicionamentos *revisionistas*, denunciando que

---

<sup>217</sup> “25 de Abril não estará cumprido enquanto Timor-Leste não for livre – disse o ministro Couto dos Santos” in *Jornal de Notícias*, 18 de Abril de 1990, p. 4; “Abril contribuiu para mudar política na Europa de Leste e resto do Mundo – sublinhou Couto dos Santos” in *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 1990, p. 4.

<sup>218</sup> Francisco Pinto Balsemão (n.1937): Empresário. Nos últimos anos do Estado Novo ocupou o cargo de deputado independente na Assembleia Nacional, representando a *Ala Liberal*. Fundou o semanário *Expresso*, em 1973. Foi um fundadores do PSD. Entre 1981 e 1983 exerceu a função de primeiro-ministro.

há democratas para quem a legitimidade da democracia não decorre da Revolução de Abril e sim dos sucessivos atos eleitorais.<sup>219</sup>

Também assume posição contrária a certas tendências *revisionistas* o capitão de Abril Vítor Alves, quem, em entrevista ao *Diário de Notícias*, recusa o mito de que o MFA era comunista. No entanto, apesar de criticar este tipo de tendência *revisionista* que condena o papel do MFA no processo, este militar corrobora a visão que entende a Revolução como realidade já muito afastada do presente social: “O 25 de Abril foi um sonho colectivo, os capitães de Abril nada devem à sociedade, como a sociedade nada lhes deve. As contas estão saldadas. Temos o que queríamos – a Democracia”. Apesar deste juízo, Vítor Alves critica a incapacidade da instituição militar de, com dignidade, reabsorver os capitães de Abril.<sup>220</sup>

No ano de 1990, o aniversário do 25 de Novembro foi evocado no Regimento de Comandos, na Amadora. O então comandante do regimento, Raul Tomás, manifestou apreciação de carácter *revisionista* ao utilizar a comparação com o comunismo soviético para desvalorizar o período revolucionário português: segundo este militar, o 25 de Novembro teria impedido “a implantação de um regime político que o tempo veio demonstrar ser utópico”.<sup>221</sup> Em alusão a este evento militar, o editorial do *Diário de Notícias* expressa também visão *revisionista* sobre o processo revolucionário, afirmando que em 25 de Novembro as Forças Armadas foram chamadas a “deter o aventureirismo e a irresponsabilidade política e a reconduzir a nova República às promessas da sua fundação, em 25 de Abril”.<sup>222</sup> É interessante mencionar que desde 1989 os editoriais do *Diário de Notícias* seguem um padrão bastante crítico quanto ao avanço das tendências de *revisionismo histórico*, ao mesmo tempo em que procuram valorizar positivamente o 25 de Abril, em toda a sua complexidade. Dada esta orientação editorial do periódico, é significativo o teor de tal editorial a propósito do 25 de Novembro: demonstra o elevado grau de aceitação pela memória coletiva e pela opinião pública da visão *revisionista* que

---

<sup>219</sup> “O 25 de Abril foi o exemplo para muitos povos oprimidos – disse o presidente Mário Soares” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1990, p. 3; “Portugueses foram os precursores das actuais transformações políticas – disse Mário Soares no colóquio sobre o 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 20 de Abril de 1990, p. 4.

<sup>220</sup> “Festa em vez de protestos na celebração de Abril” in *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 1990, p. 2, 4.

<sup>221</sup> “O Regimento de Comandos evoca o 25 de Novembro de 1975” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1990, p. 4.

<sup>222</sup> “A herança cívica de um feito militar” in *Diário de Notícias*, 27 de Novembro de 1990, p. 6.

condena o processo revolucionário por seus *excessos* e defende que o 25 de Novembro *reconduziu à pureza inicial* do 25 de Abril.

Seguindo a linha de argumentação *revisionista* que condena o processo revolucionário através de sua comparação com o comunismo, Mário Soares – ao falar em almoço do American Club sobre a descolonização, tema a respeito do qual manifesta julgamento positivo, tendo em vista o contexto da época – afirmou que a partir do 11 de Março de 1975 deixou de ter responsabilidades sobre o processo de descolonização, já que suas preocupações se voltaram para a “tentativa de tomada de poder do PCP, que queria para Portugal um regime à cubana”.<sup>223</sup>

Sobre a descolonização, um artigo, da autoria Guilherme de Melo<sup>224</sup>, aborda a questão em profundidade, considerando toda a complexidade de seu contexto histórico e rejeitando as interpretações *revisionistas* – as quais são muito comuns na abordagem deste tema, nomeadamente no que diz respeito à influência comunista no processo, às suas *vítimas* e aos seus *erros*. O articulista chama a atenção para a importância fundamental da Guerra Colonial, longa de treze anos, na explicação da queda do regime ditatorial e salienta a impossibilidade de continuar a guerra no contexto posterior ao 25 de Abril, em que a exigência do seu termo era uma das bandeiras defendidas pela explosão revolucionária que se lhe seguiu: “porque havia uma guerra – e uma guerra que, doa a quem doer ter de admiti-lo, jamais se resolveria pelas armas, como todas as demais à base da guerrilha oculta no mato –, compreendeu-se que a única maneira de nos livrarmos dela foi a da recusa em continuarmos a lutar. ‘Nem mais um soldado para as colónias’, o *slogan* revolucionário que já nos últimos meses que precederam o 25 de Abril surgia nas paredes e nos muros de Portugal, não representava *apenas* o sentir dos comunistas, como hoje se pretende fazer crer; traduzia, sim, o sentir da esmagadora maioria dos pais, das mães, das noivas, das mulheres, dos jovens, dos amigos dos jovens, dos professores dos jovens, para quem a guerra era um destino infalível. Significa isto que, no momento em que o 25 de Abril ocorreu, o País estava nas mãos dos comunistas? É evidente que não. Quando muito, estes limitaram-se a aproveitar-se habilmente desse sentir generalizado (e que era também o seu)

---

<sup>223</sup> “Soares falou aos americanos da descolonização e do PREC” in *Jornal de Notícias*, 30 de Novembro de 1990, 3; “Descolonização foi negociada com tropas em confrontação – recordou Mário Soares em almoço do American Club” in *Diário de Notícias*, 29 de Novembro de 1990, p. 3.

<sup>224</sup> Guilherme de Melo (n.1931): escritor e jornalista, nascido em Moçambique.

face à guerra que vivíamos longe, mas que se reflectia psicologicamente, aqui. E, se de facto não havia mais hipótese de alimentar essa guerra, em termos humanos (no próprio teatro da luta, e antes mesmo de qualquer decisão oficial, já companhias havia que espontaneamente começavam a depor as armas e a entrar em diálogo com o adversário da véspera), é evidente que a única via que aos políticos se ofereceu foi a de descolonizar. Uma descolonização naturalmente apressada porque o País tinha pressa de se desembaraçar dessa dor de cabeça – quando tantas outras, aqui mesmo, aguardavam solução, na sequência directa de quase 50 anos de uma ditadura de um dia para o outro derrubada”.

Exposta esta contextualização do período histórico, que explica a impossibilidade de a descolonização ter ocorrido de outro modo, o articulista contesta a argumentação *revisionista* que condena a descolonização pelo custo para as suas *vítimas*: “Os portugueses que faziam a sua vida no então Ultramar não foram vítimas do dr. Mário Soares, do dr. Almeida Santos, do major Melo Antunes; foram-no, sim, das circunstâncias que determinaram que tudo se processasse como se processou. Não é justo deitar-se mão de uns quantos *bodes expiatórios* para justificar algo que é, afinal, fruto directo de um tempo, de um enquadramento específico, de um pano de fundo próprio”.

E, finalmente, Guilherme de Melo recusa a ideia *revisionista* dos *erros* como forma de condenar o processo de descolonização: “Foi uma descolonização eivada de erros? Claro que foi. Que os que nela intervieram, tanto do nosso lado como do lado dos povos que descolonizámos, têm hoje uma noção exacta desses erros? É evidente que têm. Mas, na altura, eles tiveram de ser cometidos tanto por nós como por eles. Porque também eles os cometeram – e crassos! O maior dos quais o de se terem eufudado e deixado dominar da maneira como o fizeram pelos países do Leste. Mas, para que outros mentores se haveriam de voltar, se afinal tinham sido eles o seu grande suporte em toda a luta de libertação em que se haviam empenhado? (...) Os erros só se reconhecem como erros depois de lhes enfrentarmos as consequências. Antes disso, e na altura em que os praticámos, encarámo-los como as soluções que se afiguram certas”.<sup>225</sup>

Outra aguda crítica às tendências *revisionistas* na sociedade portuguesa é evidenciada em artigo de Francisco Marcelo Curto. O articulista denuncia o *revisionismo histórico* nos seguintes termos: “É que, na verdade, alguns afirmam, por sua vez que, ‘um

---

<sup>225</sup> “A descolonização (im)possível” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1990, p. 10.

25 de Abril' era inevitável e que a descolonização foi uma 'desgraça', o que significa não ter sido o 25 de Abril de 1974 nem necessário, nem sequer útil. Ou, pelo menos que teria sido necessário 'outro 25 de Abril' como se a História se fizesse ao sabor das análises de conveniência ou medida a régua e esquadro de pretensas inteligências privilegiadas! Os militares do MFA não vão pedir desculpa por terem feito o 25 de Abril de 1974 e quanto a erros, nem eles nem os que enformaram a democracia pluralista e o povo que apoiou e defendeu, na rua, a liberdade reconquistada, têm de reconhecer como legítimas as análises e os ressentimentos dos que estavam do outro lado. A pacificação e a estabilidade democrática em 1990 não podem ser reclamadas à custa dos que fizeram o 25 de Abril e muito menos só com os méritos dos que vieram depois, por muito importantes que esses méritos sejam e ainda que tenham existido, porque existiram e existem realmente".<sup>226</sup>

Sob este mesmo prisma, o editorial do *Diário de Notícias* a propósito do 25 de Abril enfatiza a importância da Revolução para o presente social, rejeitando as interpretações *revisionistas*: "Continua a ser o nosso espaço habitável, por muito que se adiantem novas leituras ou que alguns entendam mesmo desvalorizá-lo no contexto de outras transformações. É deste ponto – da actualidade do 25 de Abril – que nos importa partir, numa altura em que o desgaste da distância parece consentir a manobra de rasurar a sua necessidade e legitimidade, ou a própria imagem do impasse em que se afundava o regime que ele veio substituir".<sup>227</sup>

Em editorial do *Expresso*, reproduzido no *Diário de Notícias* e da autoria José António Saraiva<sup>228</sup>, critica-se a tendência *revisionista* em certas medidas do poder público, mais especificamente no que diz respeito ao tratamento dos capitães de Abril: "Como aceitarão – eles que, no dia 25 de Abril de 1974, arriscaram a carreira ou mesmo a vida, porque no momento em que saíram para a rua não podiam ter a certeza do que iria acontecer-lhes – o facto de verem oficiais que não arriscaram nada ascenderem a postos de chefia? Tomemos um exemplo: o general Soares Carneiro. Como verão os militares de Abril a ascensão a chefe máximo das Forças Armadas de um homem que não só não terá saído de casa no dia 25 de Abril como terá chorado a queda do anterior regime? Foi para

---

<sup>226</sup> "Pensar o 25 de Abril hoje" in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>227</sup> "A memória difícil da nossa liberdade in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1990, p. 8.

<sup>228</sup> José António Saraiva (n.1948): Arquiteto e jornalista. Foi diretor do *Expresso* entre os anos 1985 e 2006.

isto que fizemos a revolução – perguntar-se-ão os capitães. Será legítimo que os políticos usem o poder que lhes demos para fazer nomeações que directamente nos afrontam?”<sup>229</sup>

Em estreita relação com esta situação de injustiça sofrida por muitos militares de Abril em decorrência de opções do poder político, um artigo da autoria de Rodrigues da Silva<sup>230</sup>, publicado no *Diário de Lisboa*, aborda o espaço concedido pela sociedade à voz destes agentes históricos. Comentando o colóquio promovido pelo *Diário de Lisboa* sobre o 25 de Abril, o articulista identifica o esforço da parte daqueles que participaram neste processo histórico em manifestar o seu relato dos acontecimentos, de modo a evitar que a História peque por omissões, assuma como certezas adquiridas algumas inverdades ou cometa injustiças. “Mas a História não é uma ciência moral. Daí que ontem, no colóquio, alguns dos que se bateram por, a tempo ainda a corrigiram, terem sido dos que a História ceifou, o mesmo é dizer atirou para as margens do seu curso: capitães do MFA sem MFA, ex-ministros, líderes e militares, agora sem poder, sem partido, sem lugar onde militar, actores todos, enfim, de uma peça retirada de cartaz. Que estes intérpretes de outrora repitam hoje antigas deixas, tentando fixar o texto que em definitivo a História há-de registar, é algo imbuído de uma certa nobreza, mas algo também que causa alguma apreensão. É que o 25 de Abril instaurou a democracia, mas a democracia, hoje, dezasseis anos depois, reduziu os espaços de intervenção, sofisticou os *media*, profissionalizou o acesso aos meios de expressão, gerou silêncios, castrou espontaneidades – a liberdade, em suma, tornou-se Poder”.<sup>231</sup>

Tal comentário é muito interessante, pois alude ao controle exercido sobre o *uso público da História*: se certos agentes históricos têm mais voz no espaço público do que outros, por outras palavras, se alguns protagonistas do passado – especificamente aqueles envolvidos no processo revolucionário – encontram dificuldade para expressar a sua visão dos acontecimentos, é, no mínimo, revelador sobre o avanço das tendências de *revisionismo histórico* na sociedade. Pois a maior ou menor voz no espaço público desfrutada por agentes que veiculam uma determinada visão do mundo indica o grau de afinidade do poder público com tal visão, a qual não ilumina apenas o passado, mas também o presente e o futuro. Ou seja, quando o *revisionismo histórico* possui suficiente abertura para se

---

<sup>229</sup> *Expresso* – “O destino dos capitães” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1990, p. 7.

<sup>230</sup> José Manuel Rodrigues da Silva (1939-2009): Jornalista. Foi militante da UDP.

<sup>231</sup> *Diário de Lisboa* – “Passar ou não à História” in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1990, p. 8.

desenvolver no espaço público, enquanto outras vozes se silenciam, pode-se inferir que a sociedade cultiva determinados valores compatíveis com uma tal visão do mundo reacionária. Com efeito, esta reflexão relaciona-se com outras, já manifestadas no período anteriormente analisado (1985-1988), que evocam o grau de tolerância social aos juízos que desvalorizam o significado do 25 de Abril e que *branqueiam* o Estado Novo.

Cabe mencionar ainda um artigo publicado no suplemento *Jovem* do *Diário de Notícias*, da autoria de João Machado, então com dezassete anos. O extremo afastamento com que escreve sobre o 25 de Abril impede que a Revolução seja minimamente valorizada, mesmo nos pontos em que esta parece ser a intenção do autor – de modo que o tom *revisionista* do artigo varia entre o distanciamento romantizado e a direta condenação do processo revolucionário. O primeiro destes posicionamentos evidencia-se na caracterização da revolução: “A revolução de 74 foi uma das mais belas de que já ouvimos falar. O golpe foi bem delineado, o regime anterior não resistiu teimosamente como por vezes acontece, a população recebeu efusivamente a revolução e os seus membros; mas sempre numa alegria moderada, o sangue raramente manchou os corpos e as calçadas. Foi uma revolução quase perfeita. Mas como não há bela sem senão, e como, geralmente, depois de uma modificação profunda numa sociedade os espíritos anteriormente recalcados se radicalizam e se extremam, nós, Portugueses, sofremos inevitavelmente desse mal: à radicalização de direita seguiu-se a radicalização de esquerda em vez da moderação consciente”.

Nestes termos, avança-se com a pergunta sobre a possibilidade de Portugal ter seguido um rumo diferente. A resposta consagra a total condenação do processo revolucionário e seus agentes, principalmente os militares, num generalizado desprezo pelas especificidades do contexto histórico: “Responder é, obviamente, pura especulação, mas também nada nos impede de o fazer. O primeiro erro do pós-25 de Abril foi, na nossa opinião, o facto de os militares não terem regressado aos quartéis após assegurarem a formação do I Governo Provisório. Eles foram os precursores da instabilidade durante este período. A grande maioria dos militares não tem capacidade para governar, embora a eles não lhes pareça. A sociedade civil não é um campo de batalha onde os tiros são moeda de troca, nem o número de mortos resultado da competência ou incompetência dos chefes. As eleições deviam ter sido realizadas muito mais cedo e logo para um Governo, dando assim



a legitimidade e o poder que faltaram aos Governos Provisórios. Se tivéssemos seguido estas medidas talvez as nacionalizações não tivessem sido tão extensas e problemáticas para a economia do País ou a nossa actual situação social e económica fosse superior”.

A seguir, o artigo destaca, com um certo tom de apreciação, o espírito politizado daquela época, sem perder, no entanto, a marca do distanciamento e a ideia de superação do passado pelo presente: “Mas o 25 de Abril e os tempos conturbados que se lhe seguiram foram muito mais do que os políticos ditaram. As pessoas tornavam-se livres, liam Marx e Engels, gritavam vivas ao comunismo, os mais liberais escreviam nos jornais, sem censura, contra os monopólios dos grandes empresários. Desfrutavam-se avidamente as novas liberdades: fazia-se greve, falava-se alto e bom som aquilo que viesse à cabeça. Apareciam os livros proibidos, a pornografia era legalizada, o divórcio novamente permitido. Como viveriam os jovens dessa época nesses dias tumultuosos? Falavam de política em vez de discutirem futebol. Iriam a manifestações em vez de irem ao cinema ou discotecas. Fariam greve às aulas por acharem que ‘aquela stora é uma autêntica ditadora’. Liam os jornais todos os dias à procura de argumento para as suas teses. Queriam ser os primeiros a falar e os últimos a estar calados. Como estão distantes os dias agitados da nossa democracia, hoje só se fala neles quando se comentam as privatizações, quando algum jornal se lembra de realizar uma retrospectiva sobre as datas mais importantes desses tempos, ou quando, ocasionalmente, alguém recorda uma personagem dos meses do PREC. São histórias sem heróis essas, onde os golpes eram sempre frustrados, onde o feitiço se virava contra o feiticeiro, onde os melhores momentos foram a abertura das portas do mundo a uma população dominada”.

O artigo acaba por concluir, em consonância com as teses do *revisionismo histórico*, que o período revolucionário foi uma espécie de *parêntesis* na história portuguesa, com pouca influência e significado para o presente social: “Esse ano e meio (de 25 de Abril de 74 a 25 de Novembro de 75) ficará na história portuguesa como momento de instabilidade e indefinição que normalmente surge quando se dá a transição de um regime ditatorial para uma democracia. Não influiu no nosso trajecto como nação, de forma significativa, e terá sido esse, provavelmente, o seu principal mérito”.<sup>232</sup> Uma tal visão do 25 de Abril pretende,

---

<sup>232</sup> “1975” in *Diário de Notícias*, 27 de Novembro de 1990, suplemento *Jovem*, p. 49.

com efeito, desvalorizá-lo, caracterizando-o como um simples acidente de percurso e um conjunto de contratempos evitáveis – e não como a gênese da democracia portuguesa.

Em 1991, por ocasião das celebrações militares do 25 de Abril, o CEMGFA, Soares Carneiro, manifestou, como de costume, visão *revisionista* da Revolução dos Cravos, em que se fazia a condenação do processo revolucionário. De acordo com Soares Carneiro, a Revolução teria sido marcada por uma dinâmica “abusivamente apropriada por minorias activistas que, durante alguns meses, mantiveram um clima de intimidação e violência”; de sorte que em 25 de Novembro de 1975 “as Forças Armadas puseram cobro a esse aventureirismo desatinado, reconduzindo a Nação aos caminhos da liberdade e da esperança”.<sup>233</sup> Semelhante interpretação do 25 de Abril desconsidera o alto grau de espontaneidade dos movimentos sociais, entendendo-os como necessariamente controlados por “minorias activistas”; além disso, atribui indevidamente a característica de violência ao processo revolucionário português, com o intuito de desvalorizá-lo.

Em artigo, de autoria do jornalista Nuno Rogeiro<sup>234</sup>, o *revisionismo histórico* também desponta como tendência interpretativa para a compreensão da Revolução Portuguesa. O articulista começa por tentar provar, utilizando alguns exemplos, o caráter ambíguo da personalidade dos tiranos, os quais não seriam unicamente a expressão do mal, sendo possível até mesmo explicar e compreender os seus condicionamentos: “O que é que se pretende provar com tudo isto? Apenas que é impossível julgar a vida e o legado dos políticos isolando partes da sua história e ignorando as outras. Todos os tiranos terão alguma vez amado a liberdade. Todos os carneiros se enterneceram, com certeza, nem que por um minuto, com o choro de uma criança ou com um crepúsculo. Os ditadores também têm – ou tiveram – alma. E não se pode também ignorar que muitos tiranos – por defeito de título ou por exercício – sofreram, na juventude ou na idade adulta, agruras de cárcere, de exílio, de tortura, de ostracismo. E muitos, também, ao sofrerem tudo isso antes de tomar o poder, tinham já em mente planos para repetir esse sofrimento noutros, depois do poder tomado. Complicado, não é verdade?” Nestes termos, a argumentação avança com a tentativa deslegitimar as experiências revolucionárias: “É a participação numa revolução que derruba um sistema semifechado a garantia eterna de amor à liberdade? Que valor

---

<sup>233</sup> “Parada e desfile no Porto in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 2.

<sup>234</sup> Nuno Rogeiro (n.1957): Jornalista e comentador político.

celebracional terão os actos que pretendem apenas substituir um mal por outro? Deveriam os cidadãos da URSS celebrar hoje a memória de Estaline, esquecendo os seus crimes enquanto no Poder e lembrando apenas as suas presumíveis virtudes românticas de revolucionários?”

Do exemplo soviético para o caso português o passo é bem curto, tão a gosto do *revisionismo histórico*: “Estão a ver que tudo isto tem a ver com o dia 25 de Abril de 1974. No movimento que o marcou, conjugaram-se libertários e liberticidas. Que celebração, assim? (...) E deve dizer-se que um ‘regime de liberdade’ só se dá em Portugal não em virtude do 25 de Abril de 1974 mas do 25 de Novembro de 1975. E se os vencedores de Novembro não tivessem sido aqueles, que tirania mais ou menos folclórica não se perfilaria ao sol abrasador de Lisboa? E do Porto?”<sup>235</sup> Neste tipo de visão *revisionista* intenta-se, através da comparação com o comunismo soviético, desvalorizar as experiências revolucionárias, e especificamente o processo revolucionário português. Entende-se a Revolução como ameaça à liberdade e à democracia, sustentando-se a existência de pouca diferença entre a realidade da ditadura e aquela posterior ao 25 de Abril de 1974 e anterior ao 25 de Novembro de 1975. Dessa forma, procede-se à concomitante condenação da ditadura e da Revolução, em uma abusiva generalização que simplifica a História e negligencia as especificidades e as diferenças de cada contexto político-social.

Em crítica ao desenvolvimento de tendências *revisionistas* na sociedade portuguesa, o editorial de 1991 do *Diário de Notícias* identifica o declínio de importância e de significado do 25 de Abril. E contesta as interpretações que pretendem definir a Revolução dos Cravos pelos *excessos* e *desmandos* verificados. É verdade, contudo, que o editorial subscreve a visão que condena o processo revolucionário em nome da *pureza* do 25 de Abril: “E, no entanto, o que resultou do 25 de Abril, uma vez expurgado de um anarco-populismo que nos primeiros tempos o desvirtuou, e reconduzido às intenções que o inspiraram, foi a liberdade e um sentido de dignidade que afirma perante a lei e perante a sociedade a importância de cada indivíduo, e a possibilidade de ele expandir o seu pensamento e as suas opiniões”. No entanto, prevalece no editorial o sentido de crítica à desvalorização da Revolução, afirmando-se ser “legítimo que se manifeste estranheza quando a própria comunicação social, cautelosa ou oportunisticamente, é omissa, ao falar-

---

<sup>235</sup> “Os tiranos também têm alma” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1991, p. 8.

se de uma data a partir da qual Portugal mudou, e viu abrirem-se-lhe as fronteiras da Europa”.

Desse modo, a conclusão do editorial enfatiza a valorização do 25 de Abril: “Tudo isto, a democratização do País, o prestígio internacional de quem optou pela liberdade e pelo respeito dos direitos humanos e desvinculação definitiva de territórios que secularmente nos pertenceram, resultou do 25 de Abril. Por isso, se é legítimo condenar os excessos, é justo que nos honremos de um acontecimento que nos trouxe a dignidade de sermos livres”.<sup>236</sup> O teor deste editorial demonstra, tal como já foi anteriormente assinalado, o incômodo diante do avanço das tendências de *revisionismo histórico* por parte daqueles que optavam, e optam, por valorizar a Revolução com ressalvas – ou seja, ressaltando os *erros, desvios e excessos*.

É possível afirmar, enfim, que o aumento das apreciações na imprensa nacional que aludem ao *revisionismo histórico* no período 1989-1991 – assim como a incidência e agudeza das críticas a estas tendências – evidencia a maior penetração na sociedade das visões *revisionistas* sobre a Revolução dos Cravos e, em consequência, o acirramento do *combate pela memória*. Ocorre também neste período uma significativa incidência de críticas contra a postura do Governo quanto à desvalorização do significado e importância do 25 de Abril. A orientação política das vozes que criticam o *revisionismo histórico* situa-se entre setores do PS e forças políticas à sua esquerda, incluindo os militares que integraram o MFA; enquanto as opiniões *revisionistas* provêm, especialmente, de expoentes ligados ao PSD e forças políticas à sua direita e, mais raramente, de setores conotados com o PS. É importante notar, no entanto, a especificidade da problemática da descolonização e Guerra Colonial: muitas vezes, as mesmas vozes que manifestam visões *revisionistas* sobre estes temas insurgem-se contra o *revisionismo histórico* que desvaloriza o período revolucionário – o que reflete, principalmente, posicionamentos socialistas e demonstra a elevada permeabilidade da opinião pública portuguesa para a aceitação de interpretações *revisionistas* a este respeito.

Deve-se considerar ainda a influência do contexto histórico no processo de reconstrução da memória coletiva sobre a Revolução Portuguesa. A ocorrência neste

---

<sup>236</sup> “O declínio de uma data” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1991, p. 8.

período da queda do Muro de Berlim reforça e impulsiona a argumentação *revisionista* que pretende desvalorizar e deslegitimar o período revolucionário português com base na comparação com o comunismo. Pode-se dizer inclusive que, em um âmbito mais geral, a situação de crise do comunismo, deflagrada em finais da década de 1980, influencia o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como corrente de pensamento com considerável visibilidade social nos mais variados casos nacionais – sendo ainda neste mesmo período que ganha notoriedade mundial a ideologia do *fim da história*. No âmbito interno, como já foi ressaltado, a vigência de um governo maioritário social-democrata também favorece o avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português; pois, como demonstram os resultados desta investigação, uma tal interpretação da Revolução vai ao encontro da visão do mundo dos setores sociais ligados ao partido governista.

#### - Considerações finais

No período 1989-1991 pode ser identificado, portanto, o início do desenvolvimento do *revisionismo histórico* como tendência político-ideológica para interpretar o passado recente português. Verifica-se, assim, uma intensificação do *combate pela memória*, estando em jogo não apenas o sentido da memória coletiva dominante mas também o significado da democracia portuguesa e, em consequência, a orientação da identidade nacional. Como resultado parcial desta disputa pela memória, pode-se dizer que cada vez mais se tornam minoritárias as visões do 25 de Abril em que a perspectiva socialista é entendida como um elemento central e positivo para a compreensão da Revolução e de seu legado – situação que deve ser apreciada à luz do contexto de hegemonia conservadora no pensamento político internacional.

### 3.3 – 1992-1993

No período 1992-1993 predominam, tal como no período anterior, as referências que valorizam o processo revolucionário de forma positiva e integral sobre aquelas que apreciam a Revolução com ressalvas. Há um pequeno aumento das visões críticas ao *revisionismo histórico*, enquanto as opiniões que expressam esta tendência permanecem estáveis. Além disso, continua a verificar-se opiniões que enfatizam a necessidade de

preservar a memória do passado. Por outro lado, há uma grande diminuição das referências relativas à Comunidade Europeia e sua importância na redefinição da identidade nacional – motivo pelo qual se optou por abordar este assunto juntamente com os temas com os quais estejam relacionados, e não como um tópico à parte, como foi feito para os dois primeiros períodos analisados, em que a incidência desta questão era considerável.

Existem algumas diferenças no que diz respeito à ocorrência das opiniões relativas ao 25 de Abril em cada um destes dois anos. Em 1992 há um notório predomínio tanto de apreciações que valorizam a Revolução, em toda sua complexidade, de forma positiva quanto das visões críticas ao *revisionismo histórico*. Em 1993, no entanto, há um aumento das referências que valorizam a Revolução com ressalvas; além disso, as opiniões *revisionistas* ultrapassam ligeiramente a incidência das suas críticas.

Com efeito, o período 1992-1993 mantém muitas das características e tendências do período anterior. Considera-se, todavia, que deve ser analisado separadamente, pois representa uma nova fase do desenvolvimento da memória coletiva portuguesa sobre a Revolução de Abril. Isto porque, a partir de 1992, a questão do avanço das tendências de *revisionismo histórico* passa a ser mais amplamente debatida na sociedade – especialmente em virtude do caso das pensões concedidas pelo Estado a ex-agentes da PIDE. Além disso, enquanto no período 1989-1991 as referências à *defesa da memória* sobre o 25 de Abril e o Estado Novo enfatizavam a importância de preservar esta memória, em 1992-1993 as apreciações deste gênero passam a denunciar também a situação de *esquecimento* do passado – o que indica um maior alcance do *revisionismo histórico* na sociedade.

Quanto à direção dos periódicos, no *Diário de Notícias*, a partir de Março de 1992, o diretor passa a ser M. Bettencourt Resendes e o diretor-adjunto, João Fragoso Mendes. No *Jornal de Notícias*, permanece, em 1992, António Freitas Cruz como diretor e Armando da Fonseca juntamente com Fernando Martins como diretores-adjuntos. Durante a maior parte do ano de 1993, o diretor deste periódico passa a ser Armando da Fonseca e o diretor-adjunto, Fernando Martins; a partir de Novembro, o diretor passa a ser Frederico Martins Mendes e os diretores-adjuntos, Fernando Martins e José Luís de Abreu.

- Em defesa da memória

Concentram-se nos artigos de opinião as referências à importância de preservar a memória do passado. Em 1992, um artigo do jornalista José Saraiva manifesta-se contra o esquecimento da memória do 25 de Abril: “E a indignação interior consente a revolta contra o esquecimento de um certo passado que se pretende, por vezes, esconder, ou, pior, ignorar. Lutarei pelo avivar de uma memória teimosamente esquecida... o ‘25 de Abril’”.<sup>237</sup>

Já um artigo de Francisco Marcelo Curto enfatiza a necessidade de evitar a “amnésia” sobre o passado do Estado Novo, a realidade anterior ao 25 de Abril, fundamental para a sua compreensão: “Pela minha parte, estou disposto a impedir que a amnésia do 25 de Abril de 1974 se instale na memória dos mais novos. Se não se pode viver sem ideias, nenhum povo pode sobreviver sem memória”. O articulista ressalta ainda o imperativo de desenvolver o debate sobre a Guerra Colonial: “A guerra colonial não teve ainda uma análise interpretativa e desmistificadora à altura do período em que se processou e da sua importância, direi que decisiva, para a queda da ditadura no 25 de Abril”.<sup>238</sup>

É interessante a referência deste artigo à importância para as sociedades do cultivo da memória do passado; com efeito, como já fora anteriormente mencionado, a memória histórica é constantemente reconstruída com base nos valores atuais da sociedade, de modo a conferir sustentação tanto à identidade social forjada no presente quanto aos projetos sociais de futuro. Dessa forma, levando-se em conta a importância da memória histórica para as sociedades, é possível realizar algumas reflexões a respeito das denúncias de *amnésia* e *esquecimento* sobre o 25 de Abril: pois se o passado é constantemente reformulado como legitimação do presente, pode-se inferir que o *esquecimento* sobre um período histórico – tanto a realidade repressiva do Estado Novo quanto a Revolução dos Cravos – indica a intenção social de demarcar-se, afastar-se deste passado. Isto significa, explicitamente, uma vontade de negar a importância e influência no presente tanto da resistência antifascista, que se contrapôs ao regime do Estado Novo, quanto da revolução que o derrubou. Logo, pode-se dizer que a recorrência dos apelos na imprensa nacional em *defesa da memória* exprime uma reação à existência de tendências na sociedade portuguesa

---

<sup>237</sup> “Amêndoas amargas... (sobre o ‘25 de Abril’)” in *Jornal de Notícias*, 19 de Abril de 1992, p. 64 (“Última Página”).

<sup>238</sup> “A memória antes de Abril” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 10.

para desvalorizar esta memória – tendências estas que podem ser identificadas como a expressão *revisionismo histórico*.

A *falta de memória* sobre este passado, especialmente entre os jovens, é o alvo das críticas de um comentário publicado no *Diário de Notícias* a respeito de entrevistas de rua sobre o 25 de Abril exibidas na televisão: “A ignorância associada à indiferença; nenhuma meditação sobre a distância entre uma ditadura e uma democracia, nenhuma lembrança de que havia uma guerra colonial, nenhuma memória da necessidade de combater a prepotência em nome da solidariedade. E ouvir aquela jovem, bonita, descuidada, a dizer que ‘isto agora tem liberdade a mais’... Começa a ser arrepiante”. Neste quadro, questiona-se sobre como foi possível ter chegado a este ponto, ou seja, o porquê de um tal vazio de memória: “As perguntas inevitáveis: em que é que falhámos, nós, que tínhamos a Polícia atrás e a guerra à frente no princípio dos anos 70? Que grande vazio de comunicação põe estes jovens a pisar, inconscientes, um chão onde se corria para fugir da tropa de choque? Falhámos como pais ou como jornalistas?” E acrescenta-se – a propósito do comentário de Cavaco Silva, segundo o qual o 25 de Abril está bem e “já não precisa ser amparado” – uma crítica às tendências de *revisionismo histórico*, intimamente associadas a esta situação de *falta de memória*: “Com todo o respeito pela legitimidade que lhe dá a maioria absoluta num regime pelo qual duzentos capitães arriscaram mais do que umas eleições que então não havia: não se trata de amparar coisa nenhuma, mas a vitória da democracia nunca está adquirida. Principalmente quando a falta de memória consente respostas como aquelas, ou pensões a ex-pides ‘por altos e assinalados serviços prestados à Pátria’ como as que foram publicadas dez dias antes deste 25 de Abril”.<sup>239</sup> Pode-se afirmar, com base nesta apreciação, que a *falta de memória* sobre o passado põe em questão a consolidação da democracia, pois implica um corte na ideia de conexão entre o 25 de Abril e a realidade presente – ou seja, semelhante esquecimento sobre o passado questiona a noção de que o 25 de Abril fora a gênese da democracia portuguesa.

A respeito desta mesma problemática, um artigo do jornalista José Silva Pinto, publicado em *O jornal*, considera que “[d]ezito anos depois da libertação, para uma parte bem significativa dos portugueses, o passado a que o 25 de Abril pôs termo é um tempo sem memória e um quadro de referência sem sentido”. Neste contexto, o articulista defende

---

<sup>239</sup> “Diário de Notícias” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1992, p. 2.



que a celebração do 25 de Abril deve, “sem desprezar a pedagogia dos valores adquiridos”, responder aos anseios da juventude e compreender o seu inconformismo.<sup>240</sup> Neste caso, a constatação da ausência de memória sobre o Estado Novo – o que necessariamente implica uma deficiência na compreensão do 25 de Abril – suscita a proposta de aproximação dos problemas do época presente no ato de evocação do passado. Trata-se, com efeito, de estratégia para incentivar a valorização da memória do 25 de Abril; pois quando se ressalta a relação entre o passado revolucionário e perspectiva de resolução dos problemas do presente privilegia-se a noção da influência positiva do passado sobre o presente e o futuro.

A importância da memória para as sociedades é o argumento central de um artigo de José Augusto Seabra a propósito do 25 de Abril. Dessa forma, afirma-se: “A memória de um povo é a garantia de que ele é o sujeito da sua história, isto é, da sua liberdade e da sua independência, reassumidas de geração em geração, como uma herança viva e um projecto em acto. Co-memorar – lembrar em comum – é por isso um acto cívico e patriótico por excelência, pelo qual uma comunidade se reconhece nos seus valores essenciais, afirmando a sua personalidade histórica, de modo a pôr, como dizia Joaquim de Carvalho, ‘o seu estar mudável em consonância com o seu ser permanente’. Para os portugueses que não perderam essa memória fundadora, celebrar, ainda e sempre, o 25 de Abril, é não só um reencontro do nosso povo com a sua história mais recente, mas com as suas mais fundas raízes originárias, o mesmo é dizer com as suas grandes tradições democráticas (...)”.

A seguir, no entanto, o artigo avança com uma visão *revisionista* sobre a Revolução, segundo a qual todo o processo revolucionário é condenado, afirmando-se a tese da *resistência contra a revolução*, em um prolongamento da oposição à ditadura. É justamente esta a versão da memória defendida pelo articulista, com base na qual sustenta a importância da valorização do 25 de Abril: “para quem não tenha a memória curta, que caminho foi já percorrido, desde que, com o 25 de Abril, os portugueses recuperaram a dignidade de cidadãos! Quem se lembra da repressão odiosa, da censura, das farsas eleitorais do antigo regime, sabe dar o devido valor à vivência actual de uma democracia política. E quem lutou, antes e depois dela recuperada, por uma ‘liberdade livre’, arrostando com os anátemas dos seus inimigos simétricos, continuará como até aqui a dar o seu contributo activo à consolidação dessa democracia, que passa também por uma democracia

---

<sup>240</sup> *O jornal* – “Dezoito anos depois” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1992, p. 8.

social e cultural”. Nestes termos, o artigo conclui que esta é a legítima versão da memória da Revolução dos Cravos, a partir da qual o 25 de Abril deve ser comemorado por ter permitido o alcance da liberdade e o fim da ditadura: “O povo português é hoje senhor do seu destino, da sua liberdade, porque é senhor da sua memória. Por isso ele comemora o 25 de Abril com serenidade e confiança, como uma data histórica inesquecível e como um símbolo indelével da sua maioria cívica”.<sup>241</sup>

Semelhante ponto de vista difere da maioria das apreciações até então analisadas que evocam a *defesa da memória*, as quais pretendem valorizar positivamente o 25 de Abril em toda a sua amplitude – ou seja, sem condenar nenhuma de suas fases –, insurgindo-se ainda contra as tendências de *revisionismo histórico*. No entanto, neste artigo, elege-se uma interpretação *revisionista* do 25 de Abril e defende-se o cultivo desta memória – o que significa dizer que, subtraindo-se o período revolucionário, o qual é condenado, a valorização positiva do 25 de Abril deve sustentar-se apenas nos valores de democracia, liberdade, dignidade. Pode-se considerar que o teor deste artigo indica um elevado grau de aceitação social e penetração na memória coletiva da visão *revisionista* da Revolução Portuguesa baseada na ideia do *duplo legado* da democracia: a luta contra o autoritarismo de direita e de esquerda. Isto porque, pela primeira vez na imprensa nacional, a defesa de uma visão *revisionista* do 25 de Abril não intenta, preferencialmente, condenar este período histórico e sim valorizá-lo; de modo que a condenação do período revolucionário é entendida como uma virtude, uma memória que deve ser cultivada, pois dela deriva a democracia portuguesa atual. Trata-se, como já foi abordado no capítulo 1, de visão da memória coletiva ratificada por setores da historiografia sobre este tema.

Em 1993, predomina a tônica que clama contra o *esquecimento* da memória. Outro artigo de José Augusto Seabra mantém a mesma linha argumentativa daquele publicado no ano anterior. Há destaque para a preservação das memórias do Estado Novo e do 25 de Abril, com ênfase na importância da conquista da democracia, considerada já adquirida naquele momento de inícios dos anos 1990: “Só aqueles que eram insensíveis à repressão de um regime que negava aos cidadãos as mínimas liberdades poderão ser hoje indiferentes ao que representou a recuperação destas, agora que elas parecem naturais e asseguradas mesmo para os seus inimigos. Quanto às jovens gerações, que já nasceram em democracia e

---

<sup>241</sup> “O 25 de Abril, a liberdade e a memória” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 9.

a respiram quotidianamente, sem sequer dar por isso, não a valorizando como deviam, há que acordar nelas o respeito pelos que a tornaram possível, pois sem memória histórica não há futuro possível”. A seguir, todavia, manifesta-se a intenção de cultivar na memória coletiva uma visão *revisionista* do 25 de Abril, idêntica àquela evidenciada no artigo do ano anterior. Assim, são evocados os “direitos básicos à liberdade e à justiça” para sustentar que “[f]oram esses direitos – recordemo-lo aos que têm a memória curta – que mobilizaram os Portugueses no 25 de Abril, permitindo a implantação e a estabilização subsequente de uma democracia pluralista, que teve de ser construída em Portugal em duas frentes: a luta contra os remanescentes da ditadura do passado e a luta contra as tentativas de imposição de uma nova ditadura”.<sup>242</sup> Sob este ponto de vista, considera-se que a democracia portuguesa foi implantada *contra a revolução*, subscrevendo-se a oposição *democracia X revolução*. Uma tal visão *revisionista* nada tem de novo, tendo já aparecido inúmeras vezes ao longo dos outros períodos já analisados nesta investigação. Contudo, a novidade presente nestes artigos publicados em 1992-1993 consiste na expressa demanda de legitimidade para a consagração na memória coletiva desta visão do 25 de Abril.

Em um sentido sensivelmente distinto destes artigos de José Augusto Seabra, um artigo e um editorial do *Jornal de Notícias* enfatizam a necessidade de cultivar a memória do 25 de Abril, mesmo evocando os *erros* do período revolucionário. A diferença é significativa, pois neste caso a menção dos *erros* não implica uma condenação absoluta do processo revolucionário, a ênfase permanece na valorização da Revolução em sua integralidade. Assim, em artigo de José Saraiva, o destaque recai no não-esquecimento do 25 de Abril: “Hoje há apenas uma luta contra o esquecimento. Que não deverá ser um ritual, mas uma constante da vida dos que sabem que outras e mais subtis formas assumem o carácter violento do dia anterior à madrugada... Hoje é, parece ser, quase inadmissível lembrar o que aconteceu em Portugal em 1974. Os que teimam em fazê-lo são, em alguns casos, apodados de nostálgicos”. Dessa forma, o articulista defende a importância do debate, da discussão e da lembrança sobre o que foi o 25 de Abril: “Ninguém deve deixar de se perguntar – e hoje, pelo menos hoje, discuta isso com os seus amigos, com os seus familiares, fale com os seus filhos, converse com os seus netos – se o 25 de Abril valeu a pena. Aceite-se o diálogo mesmo com os que argumentam, quando já não têm outros

---

<sup>242</sup> “O 25 de Abril ainda e sempre” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 10.

argumentos, com a descolonização (que ninguém sabe como deveria ser feita...), com os que vivem hoje com o credo liberal/reaccionário na boca, com os que sentem o espectro do desemprego sempre possível, ou, até, com os fantasmas do convite à reforma antecipada... Fale-se hoje das contradições e dos erros. Da intolerância que andou à solta durante meses – agora dura há mais tempo! –, da estupidez demencial que invadiu empresas, amigos, famílias; das ‘cambalhotas’ e dos arrependimentos de muitos que foram disto e que hoje são daquilo... Expliquem-se as coisas. Não percamos esta oportunidade. Mais uma. Enunciemos os valores e os princípios do relacionamento salutar que a vida verdadeiramente democrática reclama e impõe. (...) Vivamos a festa dando os bons-dias! aos que pensam diferentemente de nós próprios. Sempre na certeza de que, apesar de tudo, foi para isso que os ‘capitães’ fizeram Abril. Por favor, não esqueçam!”<sup>243</sup>

No mesmo sentido, o editorial do *Jornal de Notícias* também salienta a necessidade de preservar a memória do 25 de Abril, evitar que seja esquecida e que se negligencie a sua importância e influência para a realidade presente: “se é verdade que o tempo oxida tudo aquilo em que toca, há memórias que devem resistir-lhe, quanto mais não seja por aquilo que foram e por aquilo que representam. O ‘25 de Abril’ é uma dessas memórias. Não é possível nem eliminá-lo nem esquecê-lo, mesmo que se evoquem os desmandos, erros e injustiças que se lhe seguiram. Os excessos da Revolução merecem ser condenados, mas não devem ser confundidos com ela, nem ser utilizados para a banir e aos seus ideais. Na verdade, não pode ignorar-se que se hoje somos um país democrático, e fazemos parte da Comunidade Europeia, e temos credibilidade nos aerópagos internacionais, tudo isso o devemos a uma madrugada em que um grupo de capitães arriscou fazer virar uma página da nossa História, e abrir outra, onde estavam inseridas algumas realidades, até então encarceradas, como liberdade, tolerância, adopção, sem reticências, de todos os legítimos direitos, possibilidade de divergir, e a capacidade de percorrer, sem obstáculos, todos os espaços a que deve ter acesso a dignidade humana. (...) Começou sendo liberdade, depois ameaçaram torná-lo intolerância, e logo houve quem lhe restituíssem a sua intenção inicial. Não se pode apagar-se uma memória que a História fez ponte por onde passa a liberdade que hoje temos”.<sup>244</sup>

---

<sup>243</sup> “Por favor, não esqueçam” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 68 (“Última Página”).

<sup>244</sup> “Memória Viva” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1993, p. 4.

Deve-se admitir que esta visão do 25 de Abril apresenta estreita conexão com a interpretação *revisionista* expressa por José Augusto Seabra – à diferença do artigo de José Saraiva, que prima por uma mais abrangente valorização positiva da Revolução, diante da constatação do *esquecimento* desta memória. No entanto, tal como já foi anteriormente referido, não se pode colocar no mesmo plano as visões que valorizam o 25 de Abril com ressalvas e as visões *revisionistas*, apesar de sua íntima relação. Pois as primeiras – como é o caso deste editorial – não chegam ao ponto de subscrever a ideia *revisionista* de que a realidade presente encontra suas origens na *resistência contra a revolução*. Privilegiam, ao invés disso, um significado mais amplamente positivo para o período revolucionário, embora sejam destacados os seus *erros e excessos*.

Neste mesmo ano de 1993, em sessão comemorativa dos 150 anos do Tribunal da Boa Hora, o historiador Fernando Rosas<sup>245</sup> aludiu ao imperativo de os cidadãos conservarem a memória da repressão do Estado Novo: “Perdoar, perdoa quem quer, mas esquecer, só poderão esquecer os que se esqueceram do essencial de si mesmos”.<sup>246</sup> Há ainda um outro episódio sobre a necessidade de preservar a memória, o qual, embora sem dizer respeito diretamente ao 25 de Abril, guarda relação com a situação que vinha sendo denunciada de desvalorização desta memória: em evento comemorativo dos vinte anos do Partido Socialista, António Arnaut acusou a tendência existente no partido para renegar a memória da Esquerda e do socialismo, e referiu que “há vinte anos eu era um moderado entre os fundadores. Hoje estou na extrema-esquerda do partido e não fui eu que mudei”.<sup>247</sup> Tal declaração é significativa e denota tanto o avanço de tendências conservadoras na sociedade quanto a crise de paradigma vivida pela Esquerda, contexto no qual não surpreende a situação de desenvolvimento do *revisionismo histórico* na interpretação do 25 de Abril e do processo revolucionário. Pois em um tal contexto político-ideológico tornam-se cada vez mais minoritárias as opiniões que entendem sob um ponto de vista positivo o predomínio na Revolução dos Cravos de projetos de sociedade e princípios conotados com visões do mundo de esquerda.

---

<sup>245</sup> Fernando Rosas (n.1946): Historiador e professor universitário. Foi militante do PCP e, posteriormente, do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), de inspiração maoísta. Participou na fundação do Bloco de Esquerda, em 1999, tendo sido candidato por este partido às eleições presidenciais de 2001.

<sup>246</sup> “Receita para tempos difíceis” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 5.

<sup>247</sup> “Radicalismos e mimos de esquerda no PS” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1993, p. 6.

Pode-se dizer, portanto, que o posicionamento pela *defesa da memória* do 25 de Abril e, mais especificamente, contra o *esquecimento* dessa memória, reflete o desenrolar na sociedade de tendência no sentido de uma ampla desvalorização da memória deste período histórico – para além dos âmbitos mais controversos da radicalização revolucionária e da descolonização. Isto porque no período anterior (1989-1991) as opiniões que reivindicavam a *defesa da memória* insurgiam-se, em sua maioria, contra as interpretações *revisionistas*, reclamando uma valorização positiva da Revolução em seus mais variados aspectos. No entanto, em 1992-1993, não apenas surgem posições que, ao mesmo tempo que clamam contra o *esquecimento* do 25 de Abril, defendem a valorização da Revolução com ressalvas – ou seja, com destaque para os *erros* e *excessos* do processo; posições conotadas com uma orientação política socialista –, como também aparecem apreciações em prol da defesa de uma memória *revisionista* do 25 de Abril, o que expressa as posições políticas da Direita. Trata-se, de qualquer forma, de mais um indício do avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português, não só porque passa a ser necessário defender a memória do 25 de Abril em âmbitos antes considerados consensuais – como a própria legitimidade dos fatos do dia 25 de Abril de 1974, e sem entrar no mérito do processo revolucionário –, mas também porque surge pela primeira vez um gênero de opinião que reivindica a legitimidade da memória *revisionista* sobre a Revolução.

#### - Sobre a valorização do 25 de Abril

Em 1992, a comemoração oficial do 25 de Abril não ocorreu no Parlamento. Por decisão de Mário Soares – no intuito de promover uma comemoração solene menos formal e ritualizada, e aproveitando a coincidência com as celebrações dos 500 anos dos Descobrimentos –, a comemoração oficial da Revolução dos Cravos deste ano deu-se ao ar livre, à beira da Torre de Belém. Discursaram apenas o presidente da República e o presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo<sup>248</sup>; porém, o evento contou também com a presença dos deputados de todos os partidos, além das chefias militares, corpo diplomático e membros da Associação 25 de Abril. Os discursos coincidiram na valorização positiva do 25 de Abril ressaltando-se os seus aspectos consensuais. Barbosa de

---

<sup>248</sup> António Moreira Barbosa de Melo (n.1932): Advogado. Foi um dos fundadores do PSD. Entre Novembro de 1991 e Outubro de 1995, exerceu a função de presidente da Assembleia da República.

Melo acentuou a abertura de uma nova etapa na história de Portugal, em que as liberdades fundamentais passaram a ser referências obrigatórias. Mário Soares salientou que o 25 de Abril subsistia incólume na memória e coração de todos os democratas; ressaltou ainda a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, ato que abrisse ao país as portas do desenvolvimento e da modernidade.<sup>249</sup>

No que tange às comemorações populares da Revolução, prevaleceu, como de costume, a valorização positiva do significado do 25 de Abril e de seu legado. Nas comemorações de Lisboa, predominaram os elogios e o otimismo quanto aos valores do 25 de Abril, juntamente com críticas ao Governo; em nome da Associação 25 de Abril, o tenente-coronel Fischer Lopes<sup>250</sup> declarou que os militares assumiam os erros cometidos, mas que apesar disso valeu a pena fazer a Revolução, na qual “a maioria dos portugueses continua a acreditar”.<sup>251</sup>

Em reportagem do *Diário de Notícias* que recolheu depoimentos de algumas personalidades políticas e militares atuantes no 25 de Abril, todos convergiam na valorização positiva deste período histórico e na sua importância para o presente; no entanto, as ênfases variavam de forma significativa. Mário Soares optou por ressaltar o valor consensual da liberdade para caracterizar o 25 de Abril: “o 25 de Abril – para além das inevitáveis polémicas a que deu e dará lugar, como facto histórico que é – deve ser, antes de mais e acima de tudo, *liberdade*. Deve ser vivido fraternalmente, em concórdia nacional, como a  *festa da liberdade*. Com a juventude e o povo a conviverem na rua, como no cartaz da Vieira da Silva sobre o 25 de Abril – lembram-se?, ‘a poesia está na rua!’”. Álvaro Cunhal<sup>252</sup>, por sua vez, além de mencionar a liberdade conquistada depois de quase meio século de ditadura, destacou as demais transformações sociais decorrentes da Revolução de Abril: “Alcançando outras grandes conquistas que pouco a pouco e a partir do Poder têm sido destruídas, mas de que permanecem traços profundos na sociedade, nas

---

<sup>249</sup> “Velas ao vento festejaram” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 5.

<sup>250</sup> Fischer Lopes: militar membro do MFA; fez parte do Conselho da Revolução.

<sup>251</sup> “‘25 de Abril’ revisitado” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1992, p. 4; “Manifestantes do 25 de Abril recordam Salgueiro Maia” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 3.

<sup>252</sup> Álvaro Cunhal (1913-2005): Antifascista histórico e dirigente do PCP. Filiou-se ao PCP em 1931. Ao longo do Estado Novo esteve preso durante um total de treze anos, em 1937, 1940, e entre 1949 e 1960. Ocupou o cargo de secretário-geral do PCP entre os anos de 1961 e 1992. Após o 25 de Abril, exerceu a função de ministro nos I, II, III e IV Governos Provisórios; foi deputado à Assembleia da República entre os anos 1975 e 1992.

realidades, nas ideias, nos sentimentos, nas acções e na capacidade de sonhar, de querer e de lutar. É nisso que consiste a maioria do 25 de Abril”.

Já o militar de Abril Melo Antunes destacou a atualidade dos valores e princípios do 25 de Abril, e a necessidade de conferir-lhes continuidade no presente: “O 25 de Abril atingiu a maioria, uma vez que a democracia política foi alcançada. Como acontece com os homens, isto não significa que estejamos inteiramente satisfeitos com a sociedade que nos rodeia, visto que, mesmo com maioria, muitos dos objectivos da Revolução ficaram por alcançar. Como a vida dos homens é uma constante renovação, assim também as aspirações do 25 de Abril se vão renovando à medida dos anos que vão passando...” Um semelhante sentido prospectivo foi expresso também por Vasco Lourenço: “Julgo que se devem aproveitar os benefícios da sua própria natureza e razão de ser, isto é, liberdade, democracia, poder autáquico e independente e outros, para construir um Portugal cada vez mais sério, justo e livre”.<sup>253</sup>

Percebe-se, portanto, a existência de consideráveis diferenças mesmo entre as opiniões que pretendem valorizar o 25 de Abril amplamente. Quando se ressaltam apenas os seus valores mais consensuais – especialmente a liberdade e a democracia –, privilegia-se a compatibilidade com os mais variados posicionamentos acerca deste período histórico, inclusive as visões *revisionistas*. Por outro lado, quando se destacam as inúmeras transformações sociais ocorridas, até mesmo as que ficaram por fazer e que devem ser continuadas no presente, evidencia-se uma visão do mundo de esquerda, baseada no ideal de transformação da sociedade, por muitos contestada. Pois para os adeptos de uma visão do mundo conservadora, não é admissível valorizar o 25 de Abril por algo além dos generalizados princípios de *democracia e liberdade*.

Em 1992, a única referência que valoriza o 25 de Abril com ressalvas é um artigo, da autoria de Rui Osório<sup>254</sup>, que critica a descolonização em virtude das guerras civis que se lhe seguiram.<sup>255</sup> Opinião divergente sobre este assunto é manifestada em artigo, da autoria de Alberto Martins<sup>256</sup>, que aprecia positivamente os efeitos da descolonização,

---

<sup>253</sup> “A Revolução atingiu a maioria” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1992, p. 2.

<sup>254</sup> Rui Osório (n.1940): jornalista e sacerdote católico.

<sup>255</sup> “ ‘25 de Abril’ – descolonização e humanismo” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 56 (“Última Página”).

<sup>256</sup> Alberto Martins (n.1945): Advogado. Participou no movimento estudantil em 1969, motivo pelo qual foi detido pela PIDE. Integrou o comité central do Movimento de Esquerda Socialista (MES), onde se manteve



argumentando que “as sequelas coloniais e as dependências económico-sociais e cívicas nem sempre aportaram à democracia, mas esse foi o caminho que os próprios povos foram erigindo a partir da sua liberdade externa de autodeterminação”; neste artigo prevalece um juízo amplamente positivo acerca das consequências do 25 de Abril, considerando-se ter sido “todo um novo mundo democrático e social que emergiu.”<sup>257</sup> Também a respeito da descolonização, um artigo publicado no *Expresso* e parcialmente reproduzido no *Diário de Notícias*, da autoria do oposicionista histórico António de Figueiredo, menciona “o irrealismo da fantasia salazarista de que o governo de Caetano era ainda cativo”; neste sentido, o 25 de Abril é valorizado pelo seu significado e suas consequências: “A descolonização tardia poderá não ter sido exemplar, mas o 25 de Abril, como acto libertador, é um dos exemplos mais impressionantes da capacidade de um pequeno país virar o curso da sua longa história e abrir novos horizontes”.<sup>258</sup>

Em editorial do *Diário de Notícias* a propósito da comemoração oficial da Revolução dos Cravos, o 25 de Abril é recuperado positivamente ao ser abordado o sentimento da juventude quanto à garantia dos valores de Abril: “Para os nascidos em 1974, não existiu a alegria maior do 25 de Abril nem desse primeiro 1 de Maio onde todo um povo cantou a liberdade e a esperança, abraçou amigos e desconhecidos e viveu em exemplar, única e exaltante solidariedade. Para os nascidos em 1974, a censura à Imprensa, o partido único, a polícia política, os tribunais plenários, o delito de opinião e de reunião, a inexistência de sindicalismo livre e outros atropelos aos direitos dos cidadãos limitam-se a representar meras referências históricas de um tempo felizmente desaparecido. E mesmo se, de vez em quando, afloram sinais ou sintomas de saudosismos doentios, de tentações redutoras ou de desrespeito pelas regras básicas de convivência democráticas, elas não são suficientes para incomodar, nem sequer minimamente perturbar, quem assume a liberdade e a democracia como dados adquiridos, perenes e inabaláveis”.<sup>259</sup>

Esta mesma questão é tratada em artigo de Manuel Coelho dos Santos, no qual há também o sentido de valorização positiva do 25 de Abril em virtude de seus valores, em especial a liberdade: “O 25 de Abril não tem naturalmente qualquer significado para os

---

até à sua extinção, em 1981. Posteriormente, aderiu ao PS. Entre 1987 e 1995, exerceu o cargo de deputado pelo PS.

<sup>257</sup> “A liberdade é a liberdade de escolha” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 8.

<sup>258</sup> *Expresso* – “Libertação exemplar” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1992, p. 8.

<sup>259</sup> “Liberdade e mar” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 8.

jovens que não podem estabelecer o contraste com o anterior regime autoritário, nem para quantos (felizmente são poucos) permaneceram saudosamente no passado, alheios à aragem que varre o mundo. O 25 de Abril é, em qualquer caso, um marco miliário que separa um passado sombrio de um regime de liberdade, que nos abre as portas do progresso”.<sup>260</sup>

Um comentário do jornalista Silas de Oliveira, que alude ao então recente falecimento de Salgueiro Maia, elogia o papel dos militares no 25 de Abril e critica o tratamento que lhes foi reservado pelo poder público: “o Estado a que hoje chegámos (este legítimo, sem dúvida) nem sempre soube respeitar, nele e nos seus companheiros, o desprendimento com que intervieram, devolveram o Poder aos civis, contiveram o risco de uma guerra civil e recolheram a quartéis”.<sup>261</sup> Uma apreciação elogiosa ao papel desempenhado pelos militares foi também manifestada por Otelo Saraiva de Carvalho<sup>262</sup>, em entrevista ao *Jornal de Notícias*: “Os ‘capitães de Abril’ foram movidos por altos e nobres ideais e continuam orgulhosos da sua activa participação na acção de ‘viragem histórica’ que em Abril de 1974 protagonizaram em Portugal”.<sup>263</sup>

Em artigo do jornalista Fernando Martins, após serem feitas especulações sobre a eventualidade da inexistência do Movimento dos Capitães, o 25 de Abril é positivamente valorizado, destacando-se a importância de ter viabilizado a integração europeia: “Só a dúvida do que poderia ter acontecido penso que é razão mais do que suficiente para saudar Abril. Até porque nos terá permitido (quaisquer que tenham sido os desacertos nesse domínio) fazer a opção europeia a tempo de apanhar o comboio da reconversão económica”.<sup>264</sup>

Há em alguns artigos de opinião ênfase na importância de conferir ao 25 de Abril um sentido prospectivo, recuperando-se este período histórico de maneira amplamente

---

<sup>260</sup> “25 de Abril: ‘É jovem, tem futuro?’” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 12.

<sup>261</sup> “A semana vista... e prevista” in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1992, p. 2.

<sup>262</sup> Otelo Saraiva de Carvalho (n.1936): militar membro do MFA, foi responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora e dirigiu as operações do 25 de Abril. Durante o período revolucionário foi Comandante do COPCON (Comando Operacional do Continente), Comandante da Região Militar de Lisboa e integrou o Conselho da Revolução, tendo sido preso após o 25 de Novembro. Foi candidato às presidenciais de 1976 e 1980 pela Extrema-Esquerda. Em 1984 foi preso, acusado de chefiar a organização terrorista FP-25 (Forças Populares 25 de Abril); em 1987 foi condenado a 18 anos de prisão, dos quais cumpriu cinco, tendo apresentado recurso da sentença condenatória; em 1996 a Assembleia da República aprovou uma anistia para os presos do caso FP-25.

<sup>263</sup> “Otelo Saraiva de Carvalho ao JN – É necessário modificar o espírito das comemorações” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 9.

<sup>264</sup> “‘Abril’ atingiu a maioridade” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 8.

otimista – tanto por aquilo que significou no passado e que representa no presente quanto pelas perspectivas que projeta no futuro. Assim, em um artigo de Carlos Marques<sup>265</sup>, além de se criticar o desenvolvimento do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa, afirma-se: “O 25 de Abril não pode ser encarado como uma data nostálgica, de religiosa comemoração através de sorumbáticas figuras que o esvaziam de conteúdo actual. Relembrar e comemorar o 25 de Abril hoje é seguramente o prosseguir de uma caminhada no caminho do futuro, respondendo às novas exigências do presente. E se o 25 de Abril foi uma necessidade histórica, os seus grandes objectivos Democratizar, Descolonizar e Desenvolver continuam inacabados”.<sup>266</sup>

No mesmo sentido, com ênfase em uma visão da Revolução que a caracteriza pela conquista de direitos e transformações sociais, um artigo de Zita Seabra<sup>267</sup> destaca a importância fundamental do socialismo no contexto em que se desenvolveu a Revolução dos Cravos: “Há 18 anos, por altura do 25 de Abril, o socialismo era de tal forma um ideal dominante, mobilizador, uma aspiração tão sentida, que se associava imediatamente a justiça social, dignidade cívica, direitos dos trabalhadores, autonomia e independência dos povos colonizados. A força desse ideal era tão grande que o socialismo fez parte do programa político de quase todos os partidos portugueses, incluindo o PSD, e os artigos da Constituição da República, que colocavam Portugal a caminho do socialismo ou que nos idealizavam numa sociedade sem classes, apenas tiveram o voto contra do CDS”.

Com base neste ponto de partida, o artigo aborda a situação de crise vivida pela Esquerda e a confusão que se fazia entre *comunismo*, tal como realmente existiu nos países da Europa Oriental, e *socialismo*: “Passados menos de 20 anos, é fácil perceber que o ideal socialista não sobreviveu ao fim do comunismo no Leste, arrastando a Esquerda no seu conjunto, para uma situação de crise, de incredibilidade, enquanto alternativa, e de cuja saída ainda é difícil perceber os contornos. Não se trata evidentemente de uma questão nacional. (...) Será que a Esquerda estará condenada a transformar-se numa espécie de provedoria das queixas sociais e cívicas dos cidadãos, face à governação da Direita, essa sim, elegível e governamentalizável?” “Vaclav Havel, quando ainda era um dissidente do

---

<sup>265</sup> Carlos Marques: Engenheiro. Foi um dos fundadores da UDP e candidato às presidenciais de 1991 por este partido.

<sup>266</sup> “É por estas e por outras...” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1992, p. 8.

<sup>267</sup> Zita Seabra (n.1949): Aderiu ao PCP em 1966, e já no ano seguinte passou à clandestinidade. Em 1988, foi expulsa deste partido; em meados da década de 1990, aderiu ao PSD.

regime comunista e não, como actualmente, presidente das repúblicas Checa e Eslovaca, escreveu que: ‘Houve uma época em que eram socialistas todos aqueles que simpatizavam com os oprimidos, os humilhados, todos aqueles que se opunham aos benefícios imerecidos, aos privilégios hereditários, à injustiça social, às barreiras imorais, às quais o homem estava condenado a submeter-se, perdendo a dignidade’, para concluir que no Leste o conceito tinha perdido todo o sentido quando se falava ‘dos caminhos-de-ferro socialistas, do comércio socialista, da poesia socialistas’ e tudo se resumia afinal e apenas à propaganda do regime totalitário. Não é pois difícil de perceber que no Leste e em todos os outros países em que os partidos comunistas estiveram no poder a palavra socialismo esteja associada a colectivização total dos meios de produção, a partido único e de vanguarda e a todas as outras características com que inevitavelmente o modelo soviético foi exportado e logo imitado. (...) Por que é que o derrubamento do comunismo arrastou para uma espécie de maldição tudo o que de alguma forma tinha a ver com o socialismo, criando um vazio na alternativa de poder Direita/Esquerda?”

Mais adiante, a articulista constata a hegemonia do conservadorismo da época. Pois a perspectiva de modernidade, do sucesso, da riqueza individual sobrepunha-se aos valores da solidariedade, dos direitos cívicos, da cidadania, da justiça social, e até “mesmo as vítimas do monetarismo estão de momento mais ganhos para a ideia de que um dia podem vir a ser um dos privilegiados, do que para qualquer valor colectivo de solidariedade social”. Neste contexto, o artigo conclui que “[p]erante tal realidade, o pior que a Esquerda pode fazer é seguir um de dois caminhos: descaracterizar-se, imitando o discurso monetarista; ou manter-se agarrada aos velhos dogmas que caíram com o muro de Berlim”.<sup>268</sup>

As reflexões contidas neste artigo são pertinentes e interessam aos objetivos desta investigação. Isto porque a comparação entre a realidade política do tempo em que o 25 de Abril se deu – quando o socialismo era uma perspectiva política amplamente acreditada, tendo exercido um papel central nos acontecimentos do período revolucionário – e a realidade política de inícios da década de 1990 – quando se verificava uma crise não apenas dos valores e projetos políticos socialistas mas também dos paradigmas da Esquerda como um todo – permite compreender a situação de progressiva desvalorização do significado do

---

<sup>268</sup> “A Esquerda e o Socialismo” in *Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 1992, p. 10.

25 de Abril, o que se reflete no aparecimento do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa. Com efeito, diante dos valores políticos e sociais dominantes neste momento de início dos anos 1990, a maior parte das interpretações sobre o 25 de Abril segue um dos dois caminhos: ou valoriza unicamente os princípios de liberdade e democracia e ignora toda a dinâmica dos movimentos sociais pela conquista de direitos básicos, ou desvaloriza o processo revolucionário, conotando-o com o controle de organizações políticas com intenções *totalitárias*. De sorte que se tornam cada vez mais minoritárias as interpretações do 25 de Abril que enfatizam a espontaneidade dos movimentos sociais, a luta dos cidadãos comuns pela melhoria de suas condições de vida quotidiana – pois uma tal interpretação otimista quanto à realização de transformações sociais implica uma visão do mundo também minoritária naquele contexto social.

Em 1993 também não há comemoração oficial do 25 de Abril no Parlamento, neste caso devido a uma controvérsia entre deputados do PSD e jornalistas. Estes declararam um boicote à Assembleia da República em virtude da proibição de sua circulação em alguns corredores, decisão dos deputados da maioria; com a ausência dos jornalistas, o presidente da República, Mário Soares, afirmou que não participaria na sessão solene, o que levou o PS e o PCP a anunciar que não fariam discursos; de modo que, diante da impossibilidade de resolver o impasse a tempo, o presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, optou por cancelar a sessão solene do 25 de Abril no Parlamento. Dessa forma, Mário Soares foi a Braga, para a inauguração de um monumento ao 25 de Abril; em seu discurso, considerou a liberdade como “a melhor herança do 25 de Abril” e concluiu no seguinte sentido: “O 25 de Abril foi uma revolução de generosidade e de tolerância e todos aqueles que hoje exercem funções públicas neste país têm a obrigação estrita de se curvar perante este dia e perante os homens, os ‘capitães de Abril’, que tornaram possível a Portugal a liberdade”.<sup>269</sup>

Na Madeira, a Assembleia Legislativa Regional rejeitou uma proposta do PS para comemorar o 25 de Abril em sessão solene. De acordo com o líder parlamentar do PSD, tratava-se de “uma posição coerente porque sempre defendemos que esta data deve ser comemorada a nível da República”. “É uma data histórica para o País. Não somos contra o

---

<sup>269</sup> “Mário Soares apelou em Braga à concertação e solidariedade” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1993, p. 2.

25 de Abril nem contra as comemorações na Assembleia da República”. Também para o líder parlamentar do CDS, o 25 de Abril é “um feriado nacional e deve estar centralizado”. No mesmo sentido, o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim<sup>270</sup>, declarou que o 25 de Abril é um feriado nacional e, como tal, deveria ser festejado pelo Governo da República. Posição diferente foi manifestada pelo PS, que assinalou que “sem revolução não haveria autonomia, velha e arreigada aspiração dos ilhéus”. Também favoráveis à comemoração, a UDP (União Democrática Popular) e a CDU (Coligação Democrática Unitária) ressaltaram que o 25 de Abril contribuiu para um processo de mudança e é uma data importante para todos os portugueses. No entanto, em 25 de Abril acabou por decorrer na Madeira a Festa da Flor, o que, segundo o deputado socialista João Paulo, foi “uma forma de secundarizar a data da revolução”.<sup>271</sup>

Nos artigos de opinião, aparecem em 1993 algumas apreciações que, embora pretendam valorizar positivamente o 25 de Abril, acabam por atuar em sentido contrário ao considerar como virtude o desconhecimento dos jovens sobre este período histórico. Assim, em artigo do jornalista Fernando Martins, o 25 de Abril é caracterizado somente pelo fim de um regime de opressão, do que decorria a ignorância do momento sobre a realidade daquele passado: “Abril é os meus filhos não saberem quem foi Salgueiro Maia, é ter de explicar aos jovens estudantes como actuavam os coróneis da Censura, como se escrevia nas entrelinhas e porquê se ia à Praça, ao fim da tarde, comprar o ‘República’ ou o ‘Diário de Lisboa’. Abril é não ter que saber a verdadeira História de um povo por militância, não ter que ensinar política nos cemitérios. (...) Os jovens de hoje são a verdadeira conquista de Abril. Orgulhem-nos da sua ignorância. Sobre Abril. Por Abril”.<sup>272</sup> Segundo esta concepção do 25 de Abril, restrita à ideia de substituição de um regime de ditadura por outro de democracia e liberdade, o conhecimento sobre o passado não tem valor para o presente.

---

<sup>270</sup> Alberto João Jardim (n.1943): Advogado; jornalista. Foi um dos fundadores do PSD. Ocupa o cargo de Presidente do Governo Regional da Madeira desde Março de 1978.

<sup>271</sup> “Assembleia da Madeira sem cravos” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1993, p. 4; “Associação 25 de Abril expôs programa das comemorações” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1993, p. 3; “Em nome da liberdade” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1993, p. 4.

<sup>272</sup> “As duas idades de Abril” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1993, p. 6.

Assumindo esta mesma noção, um artigo de Paulo Mendo<sup>273</sup> infere que “o 25 de Abril triunfou, permitindo criar em Portugal um verdadeiro clima de democracia que faz com que a juventude já nem saiba, nem tenha que saber, que a democracia que vive tão naturalmente como respira faz hoje 19 anos e que antes era a ditadura. O que quer dizer que a democracia existe em Portugal, pujante, indiscutível, contraditória e frágil como a própria vida”. Segundo esta linha de argumentação, uma tal comparação entre as realidades do passado de ditadura e do presente de democracia evidencia a falta de legitimidade das críticas ao Governo: “E quem aponta como perigos da nossa democracia uma hipotética arrogância do poder laranja ou um demasiado poder da maioria, se tem a minha idade, não percebeu nada do que sofreu em salazarismo, o que é muitas vezes o caso, ou não sofreu nada e só agora se preocupa porque a democracia o permite. Se é mais novo, então não tem que ter memória e pode mandar pôr uma República amordaçada num dos maiores jornais do país, porque tiraram um corredor aos jornalistas. Sem precisar de comparações com o antigamente. (...) Desculpem lá os mais novos, mas só quem como eu viveu em ditadura de banho-maria pode sentir o que é o 25 de Abril e o enternecedor ridículo de certas lutas que a democracia gera e a ‘petite politique’ alimenta”.<sup>274</sup>

Em uma visão mais positiva das consequências do 25 de Abril, um artigo do médico psiquiatra José Barrias caracteriza-o como a “data que determinou grandes mudanças no modo de vida dos cidadãos portugueses”, considerando ainda que “foi a pensar numa vida melhor para os portugueses que os capitães de Abril e o povo se levantaram contra o regime ditatorial que nos oprimia”. Faz-se também menção à necessidade de reformular a identidade nacional devido à integração à CEE; contudo, esta questão é abordada de forma pouco usual, já que não é tanto otimista quando aos efeitos da integração europeia, sendo destacados os aspectos de redução da capacidade de decisão e crescente dependência.<sup>275</sup>

Em duas crônicas do suplemento *Jovem* do *Diário de Notícias*, o 25 de Abril é positivamente apreciado, havendo destaque em ambas para o contraste entre o otimismo do passado revolucionário e a resignação do presente. Assim, em texto de Dalila Honorato, de dezoito anos, afirma-se: “Sou filha da Revolução, filha de uma mãe que desconheço. Parto

---

<sup>273</sup> Paulo Mendo (n.1932): Médico. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Saúde nos períodos 1976-1977 e 1981-1983. Foi ministro da Saúde do Governo Cavaco Silva entre 1993 e 1995.

<sup>274</sup> “O 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 1993, p. 4.

<sup>275</sup> “(Re)Aprender a viver” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 4.

pela estrada em busca dos ideais que os mais velhos, a custo, me descrevem, os ideais pelos quais eles lutaram, mas não encontro nada. Existe incerteza e pessimismo nos olhos das pessoas e não vejo força para continuar a combater nas lágrimas de cada um.” No mesmo sentido, a crítica à ausência de ação do presente é a tônica do texto de Susana Queiroga, de vinte anos: “E lembro-me de anos atrás: dizem que as mentes fervilhavam de ideias revolucionárias. Como teria sido? (...) Passaram os dias dourados da mudança. E hoje, vivemos os dias cinzentos da eterna passividade de um povo brando nos costumes”.<sup>276</sup>

A valorização do 25 de Abril é também o foco de um artigo de Manuel Coelho dos Santos. Além de criticar as tendências de *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa, o articulista menciona a ampla mudança por que passou o país, tendo havido “uma quase generalizada melhoria das condições de vida dos portugueses”, e ressalta a relação entre a Revolução e a resistência antifascista: “O que o 25 de Abril teve de audácia e de generosidade – à mistura também com uma forte dose de ingenuidade – só o podem sentir hoje os que antes se insurgiam contra o autoritarismo salazarista, repugnando-lhes viver numa sociedade em que não havia o mínimo de respeito pelos direitos humanos”. Em conclusão, faz-se um apelo para que o sonho de Abril não esmoreça em definitivo.<sup>277</sup>

A menção ao “sonho de Abril” faz-se presente também em artigo de Alberto Martins, em que o elogio da Revolução se destaca pela conquista da liberdade: “*Ai, no se muera* é uma prece a quem foi o sonho, a esperança, o tempo novo, que vive e é ainda terra da liberdade, para onde hão-de sempre navegar as naus de um sonho insatisfeito que nunca terá regresso. (...) *Ai, no se muera*, ao menos o 25 de Abril que foi criança e sonho e liberdade, e dia bonito igual aos dias de luar sem fim e sem tristezas. Onde tudo foi possível, e tudo se pensou em infinito e sem medida, como é necessário na rota da descoberta e do achamento. (...) *Ai no se muera* para que no 25 de Abril, para além dos capitães, de todos os rebeldes, do povo pequeno e nu, das crianças por nascer, dos velhos e gastos rituais, do medo acomodado, das servidões pregressas, dos peregrinos sem destino... continuem a existir a claridade universal e o gesto, repetido e eterno, de buscar a liberdade”.<sup>278</sup>

---

<sup>276</sup> “Em busca da Revolução perdida”; “Croissant” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1993, suplemento *Jovem*, p. 2.

<sup>277</sup> “Dezanove anos depois” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 4.

<sup>278</sup> “Para que o 25 de Abril não se muera!” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1993, p. 6.



Em crítica às atitudes governamentais posiciona-se um editorial do *Diário de Notícias* a propósito da contenda que motivou a ausência de sessão solene parlamentar em homenagem ao 25 de Abril: “O 25 de Abril abriu novos caminhos à Comunicação Social. Hoje, quando se comemoram 19 anos sobre o acontecimento mais marcante da nossa história recente, a Imprensa vê-se confrontada com uma situação que aponta claramente para um recuo na sua liberdade e cerceadora do seu direito de acesso à informação. Muito mais que um corredor (ou parte dele), estão em causa princípios que os jornalistas consideram essenciais para o exercício da sua função”.<sup>279</sup>

Em outro editorial do *Diário de Notícias*, a propósito das comemorações do 25 de Abril e da falta de consenso em torno do significado conferido a este período histórico, prevalece o sentido de ampla valorização positiva da Revolução dos Cravos: “Nos primeiros dias após a libertação, o País viveu um estado de felicidade colectiva que não é repetível. Muitos dos que mais tarde repudiaram a data foram, então, contagiados pelo sentimento de festa, de partilha, de gratidão. As divisões não tardaram, mas enquanto não foram assumidas viveu-se a unidade dos conversos, num presente em que tudo parecia possível, contra um passado que se deixava cair nos ombros como um sobretudo ensopado de chuva. Porque toda a unidade é contra alguém (ou a parte de si mesmo que se recusa), e toda a conversão é contra algo em que se acreditou. O MFA era a única instituição com que o povo português se podia, naquele momento, identificar; e a primeira derrota da Revolução foi a partidarização do Movimento em tendências correspondentes à atracção dos partidos que se implantavam apressadamente no terreno”.<sup>280</sup> Uma tal apreciação do 25 de Abril procura explicar a espontaneidade da explosão revolucionária inicial, assim como as posteriores divisões políticas que se lhe seguiram.

Neste ponto, é possível ensaiar uma sistematização política mais precisa acerca das visões sobre o 25 de Abril e o processo revolucionário. Assim, os setores sociais ligados ao PCP e extrema-esquerda, assim como, em larga medida, os militares do MFA, valorizam positivamente a Revolução em toda a sua amplitude, com destaque para a conquista de direitos e transformações sociais e ênfase num sentido prospectivo do legado revolucionário. Já os setores sociais conotados com o PS oscilam entre visões bastante

---

<sup>279</sup> “Opinião” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 8.

<sup>280</sup> “O paraíso perdido” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1993, p. 6.

positivas do período revolucionário, juízos que salientam unicamente os seus valores mais consensuais, como liberdade e democracia, e apreciações que valorizam a Revolução com ressalvas, salientando os *erros*, *excessos* e *desvios* do processo revolucionário. Finalmente, o espectro político da Direita, com destaque para os posicionamentos do PSD, apenas concebe uma valorização positiva do 25 de Abril em virtude do contraste com o passado do Estado Novo, ou seja, pelo derrube da ditadura; por vezes, as visões oriundas desta camada social manifestam ainda um menosprezo quanto à importância da memória do passado para o presente, além de serem as principais vozes do *revisionismo histórico* na interpretação da Revolução dos Cravos.

- Sobre o *revisionismo histórico*

Em 1992 a grande maioria das referências ao *revisionismo histórico* são críticas a esta tendência de desvalorização do 25 de Abril e do processo revolucionário. Tal como nos anos anteriores, muitas dessas críticas se fazem através da censura de atitudes do Governo no que diz respeito ao significado conferido à Revolução dos Cravos. Dessa forma, nas comemorações populares deste ano, o discurso do tenente-coronel Fischer Lopes, em Lisboa, em nome da Associação 25 de Abril, criticou a intenção de reescrever a História, salientando que “a História é escrita pelo povo e não é qualquer Governo, por mais forte que seja a sua maioria, que o pode alterar”.<sup>281</sup> Por ocasião da homenagem às vítimas do fascismo nas antigas instalações da PIDE no Porto, o orador Raul de Castro<sup>282</sup>, em crítica a alguns aspectos da situação política do momento, lamentou a reabilitação de homens que pertenceram à polícia política do Estado Novo, enquanto eram esquecidos os militares que tudo arriscaram para libertar Portugal do regime de opressão que dominava o país.<sup>283</sup>

Em cerimônia, promovida pela Associação 25 de Abril, na qual Costa Gomes recebeu o bastão de marechal, Vasco Lourenço tentou desfazer a ideia – que, de acordo com este militar, se vinha impondo à opinião pública – segundo a qual Costa Gomes é evocado como o homem “de Moscovo”, no que diz respeito ao seu papel ao longo da

---

<sup>281</sup> “Manifestantes do 25 de Abril recordam Salgueiro Maia” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 3.

<sup>282</sup> Raul de Castro (1921-2004): Advogado. Foi oposicionista ao Estado Novo, tendo sido preso pela PIDE em 1947; atuou na defesa de presos políticos. Integrou a Assembleia Constituinte e exerceu o cargo de deputado. Foi militante do PCP.

<sup>283</sup> “Homenagem às vítimas do fascismo” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 5.

Revolução de Abril, ao passo que Spínola é relembado como “o democrata”.<sup>284</sup> Um tal ponto de vista, criticado por Vasco Lourenço, acerca da conduta dos dois homens que exerceram o cargo de presidente da República durante o período revolucionário constitui, evidente, expressão do *revisionismo histórico*. Isto porque simplifica em demasia a explicação histórica, ao estabelecer rótulos maniqueístas baseados na oposição *comunismo/revolução X democracia* – cujo intuito é desvalorizar a Revolução, conotando-a com aquilo que se entende por *totalitarismo*.

Em 1992, a maioria das críticas ao *revisionismo histórico* faz alusão ao caso das pensões concedidas a ex-agentes da PIDE. Um artigo de José Saraiva, ao abordar uma possível homenagem que deveria ser feita a Salgueiro Maia, destaca a inversão de valores dominante no âmbito do poder público português, já que uma pensão fora negada a Salgueiro Maia e concedida a membros da PIDE: “Quem o fizer, certamente o fará com contida emoção. Oxalá, porém, que não se lembre de que o Estado (importa-me muito pouco saber quem ou qual estrutura foi) lhe negou uma atenção – um subsídio, uma pensão, uma promoção... – ‘tendo em consideração os altos e assinaláveis serviços prestados à Pátria’..., as mesmas fundamentações que ‘merecem o reconhecimento do Supremo Tribunal Militar’ para distinguir um ex-inspector da PIDE/DGS, como consta do ‘Diário da República’, II Série, de um despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças e tornado público na última semana.” Diante desta situação, em que os militares que fizeram o 25 de Abril são sucessivamente atingidos e o próprio significado deste período histórico é desvalorizado, o articulista defende uma valorização prospectiva do 25 de Abril, chamando a atenção para a importância de os cidadãos despertarem para um combate indispensável: “o de não deixarem que seja o povo quem mais ordena”.<sup>285</sup>

Seguindo esta mesma linha de argumentação, um artigo de Carlos Marques empreende dura crítica à conduta governamental: “A presidência do Conselho de Ministros e o Ministério das Finanças, os mesmos que estão sempre a dizer que não há dinheiro para aumentar as reformas dos portugueses, e que não há dinheiro para aumentos salariais que diminuam o fosso com os salários europeus, esses mesmos, decidiram dar uma pensão a um

---

<sup>284</sup> “Costa Gomes recebeu bastão de marechal” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 5.

<sup>285</sup> “Amêndoas amargas” in *Jornal de Notícias*, 19 de Abril de 1992, p. 64 (“Última Página”).

ex-inspector da PIDE/DGS. Se o leitor logo pensou que o que norteava o Governo era um qualquer princípio filantrópico, ou qualquer necessidade humana, enganou-se. O Governo não deixou margem para dúvidas. A pensão foi concedida ‘tendo em consideração os altos e assinalados serviços prestados à Pátria’. Ou seja, o Governo está a pagar a um ex-inspector da PIDE/DGS do dinheiro dos impostos que os portugueses descontam exactamente por ele ter sido um torcionário da Polícia política do fascismo, por ele ter sido um dos inspectores da Polícia política que invadia a casa de qualquer um a qualquer hora, que prendia, que torturava. (...) Hoje, 18 anos após o 25 de Abril, Cavaco Silva e o seu Governo, que não teve dinheiro para a doença de Zeca Afonso, que durante anos se esqueceu do capitão de Abril, Salgueiro Maia, lembram-se agora e tem dinheiro para dar uma pensão a um ex-inspector da PIDE”. Nestes termos, o articulista conclui pela necessidade de unidade das forças da oposição democrática “num mesmo combate por uma democracia participada e descentralizada e contra esta governamentalização, que em véspera do 18º aniversário do 25 de Abril, escreve no ‘Diário da República’ que ser ex-inspector da PIDE/DGS é ter prestado altos e assinalados serviços à Pátria”. E acrescenta: “É por estas e por outras que a extrema-direita vai crescendo pela Europa fora”.<sup>286</sup>

Identificando o conservadorismo político dominante naquele momento, um artigo de Manuel Coelho dos Santos denuncia que, para alguns “espíritos néscios” que sempre mantiveram este propósito, o 25 de Abril, ao atingir a maioridade, está na altura de ser julgado. E exemplifica: “ ‘Morte ao socialismo!’ – diz o impagável líder madeirense, como diria naturalmente no tempo do salazarismo: ‘Morte aos comunistas!’”. E por cá, na sombra, muitos o aplaudem, porque com ele se identificam, embora se proclamem, contraditoriamente, adeptos da social-democracia. A ideia de desforço começa a revelar-se em factos que são significativos: dois inspectores da PIDE são premiados por ‘relevantes serviços prestados à Pátria’, prémio este que é, além do mais, antipedagógico relativamente aos jovens que não conheceram as instituições odiosas do salazarismo; o empresário Champalimaud, com o mesmo ódio que quase duas décadas não apagaram, retoma uma sua antiga companhia de seguros e a primeira declaração pública que faz é a de que vai eliminar os últimos resquícios de socialismo que porventura ainda lá proliferem”. Pode-se dizer que a intenção de “julgar o 25 de Abril” – especialmente no que diz respeito à sua afinidade

---

<sup>286</sup> “É por estas e por outras...” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1992, p. 8.

com o socialismo, com visões do mundo e projetos políticos de esquerda – apresenta estreita conexão com o desenvolvimento do *revisionismo histórico* como tendência interpretativa que pretende desvalorizar o significado e o legado da Revolução dos Cravos.

Neste mesmo artigo, Manuel Coelho dos Santos realiza direta crítica a esta tendência, ao afirmar que muitos dos problemas do presente encontram suas origens na realidade anterior, e não posterior, ao 25 de Abril: “Aliás, se quisermos olhar para o passado com objectividade – e é urgente fazê-lo, apenas para a educação cívica dos jovens –, haveremos de verificar que o nosso atraso de hoje e até muitos dos erros cometidos na fase inicial da democracia se devem ao salazarismo. E este só sobreviveu por meio século graças à complacência de muitos dos que ainda agora nos querem aparecer como vítimas só porque os democratas de sempre se recusam a considerá-los como algozes”. E assim como no artigo de Carlos Marques, aponta-se para a ameaça da extrema-direita que um tal ambiente de conservadorismo político fomenta: “Futuro tem, isso sim, o 25 de Abril – futuro democrático que, todavia, é preciso saber acautelar, porque as nuvens do neonazismo acastelam-se no horizonte”.<sup>287</sup>

Em artigo de Francisco Louçã, a ênfase da crítica ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*, refletido em certos atos governamentais, situa-se na cumplicidade da democracia com esta situação. Pois o regime democrático optou por absorver e *perdoar* personalidades que cometeram crimes contra os direitos humanos ao longo do Estado Novo: “Não vale a pena fugir à questão: a culpa essencial não é destes arrivistas e carreiristas que se limitam a pagar os serviços prestados com pensões e medalhas, desprezando grosseiramente a memória de uma ditadura que a sofreu. A culpa é mesmo dos antifascistas que decidiram, depois do 25 de Abril, dar a outra face: nunca foi divulgada uma lista dos pides, nunca estes foram processados por crimes contra o povo português, nunca foi aberto um museu que narrasse o seu tempo de onnipotência, nunca foram julgados e destituídos os juízes que condenavam na base de acusações sustentadas em tortura e perseguição política, nunca os assassinos da PIDE foram perseguidos e os únicos julgados – os de Humberto Delgado – foram tão tarde e tão mal que já tinham instalado fazenda noutros países ou tinham mesmo tido tempo de ir tranquilamente desta para

---

<sup>287</sup> “25 de Abril: ‘É jovem, tem futuro’?” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1992, p. 12.

melhor. Ministros da ditadura, comandantes de batalhões de gorilas lançados contra estudantes das faculdades, podem agora fazer figura em partidos de oposição ao lado dos mesmos que os seus lacaios agrediam e prendiam. Outros ministros da mesma ditadura têm lugar cativo no telejornal para comentar como evolui a democracia no Afeganistão, na Guatemala ou no Butão. Não, não se pode ser ex-pide, como não se pode ser ex-legionário. Os crimes contra a humanidade nunca prescrevem, e um ministro de Salazar é um ministro de Salazar tanto hoje como em 1973, um pide é um pide e nunca poderá dizer que não sabia, que não fez, que não aconteceu. Aconteceu tudo isso e mais: é cúmplice. À revelia: porque a democracia nunca foi suficientemente democrática para o julgar”.<sup>288</sup>

É possível afirmar que a polémica provocada na sociedade portuguesa em decorrência do caso das pensões concedidas pelo Estado a antigos agentes da PIDE atinge o seu ápice com o processo crime instaurado contra Francisco de Sousa Tavares<sup>289</sup> e o jornal *Público* – em virtude de artigo extremamente crítico a tal situação, da autoria daquele advogado e publicado neste periódico. Diante de semelhante acontecimento escandaloso – ou seja, a instauração de processo crime contra um cidadão e um jornal por divulgarem dura crítica à atitude do poder público, em si mesma questionável –, o *Diário de Notícias* reproduz, em Novembro de 1992, este artigo e também um outro escrito após a instauração do processo crime; publica, juntamente, um manifesto, assinado por dezenas de personalidades, que expressava a indignação com “a inversão de valores que a instauração do processo crime exprime”, além de subscrever o conteúdo dos artigos.<sup>290</sup>

Vale a pena, portanto, mencionar o teor destes artigos, os quais representam uma dura crítica ao *revisionismo histórico*, considerando a atitude governamental como um ataque ao 25 de Abril. Em artigo intitulado “Motivos que envergonham Portugal” há destaque para uma aguda crítica à conduta da hierarquia militar:

“O Supremo Tribunal Militar, que negou a Salgueiro Maia uma pensão por serviços distintos concedeu-a a dois ‘heróis’ dos que julgaram a nação, durante décadas sem fim. O insulto é feito a Portugal e a cada um de nós. E eu

---

<sup>288</sup> “Como é que um pide pode ser ex?” in *Jornal de Notícias*, 30 de Abril de 1992, p. 10.

<sup>289</sup> Francisco de Sousa Tavares (1920-1993): Advogado. Foi oposicionista ao Estado Novo. Por ocasião do 25 de Abril esteve politicamente próximo do PS; posteriormente, foi eleito deputado pelo PSD.

<sup>290</sup> “Benesses a pides e atentados à democracia in *Diário de Notícias*, 14 de Novembro de 1992, p. 8.

devolvo-o. Considero essa trupe de generais e de almirantes um punhado de parasitas, sem sentido de dignidade nem de amor à pátria, sem actos de heroísmo ou de valor que lustrem os galões que ostentam, sentados à manjedoura do Estado, sempre a reclamarem uma maior ração, e que talvez se sintam desprotegidos pela ausência da PIDE que lhes dava segurança. Porque nós assistimos ao 25 de Abril e vimos como se fecharam em casa e em copas os estrénuos defensores da ditadura; vimos a face da cobardia colectiva, sentimos como a instituição militar vivia para a sua conservação e para a perpetuação dos seus privilégios. Vimos como em catorze anos duma guerra absurda, injusta e sem finalidade morriam soldados, milicianos, sargentos e até pides, e só por excepção bem rara morria um oficial de quadro. Talvez por isso, esta insólita homenagem a dois agentes dos genocídios africanos cumpre agradecer a quem fez por eles o trabalho sujo e o trabalho perigoso. Mas este esgar em tudo o que representou a Revolução de Abril ressoará muito tempo em todos os que sofreram, em todos os que foram perseguidos pela PIDE, em todos os que prestaram à pátria o excelso serviço de luta pela sua liberdade, com sacrifício da vida, do bem-estar, da carreira e da sua própria segurança. E que nunca pediram pensão nem preço pela sua luta jamais interrompida”.<sup>291</sup>

O mesmo tom, assim como a crítica à desvalorização do sentido do 25 de Abril, faz-se presente no outro artigo, publicado após a instauração do processo crime:

“Se a atribuição de pensão vitalícia a dois pides reformados é moralmente chocante, sob o aspecto legal é uma grave violação dos preceitos da Constituição e da lei comum, cometida por um Supremo Tribunal (ST) e confirmada na sua execução por acto do Governo. Este facto merece um exame cuidadoso. Como é possível que um órgão intitulado como ST desconheça ou despreze preceitos claríssimos da Constituição e da lei? Ou será que a ‘justiça militar’ obedece a princípios corporativos que fogem aos princípios gerais do Direito que regem a vida nacional? Leva-nos este facto a uma questão de

---

<sup>291</sup> “Motivos que envergonham Portugal” in *Diário de Notícias*, 14 de Novembro de 1992, p. 8.

fundo: será que é admissível a existência de uma justiça militar? Tudo leva a crer que a justiça militar não é justiça, não obedece às leis e representa um privilégio pouco curial num país democrático, no qual todo o sistema de privilégios se encontra abolido e a Constituição estabelece a absoluta igualdade dos cidadãos em face da lei. É certo que o privilégio da justiça militar foi já substancialmente cerceado quando lhe foi subtraído o julgamento dos crimes comuns. (...) Quando tomei conhecimento da incrível decisão, inconstitucional e ilegal, de considerar serviços de pides – tais como o aniquilamento de ‘grupos terroristas’ (*sic!*) e o exercício do comando do Tarrafal –, a minha indignação não teve limites, sobretudo por essa instituição caduca e indefensável, que dá pelo nome de Supremo Tribunal Militar (STM), ter levado o primeiro-ministro e o ministro das Finanças a suarem o nome com a assinatura posta no despacho de concessão de subsídios por ‘serviços excepcionais prestados ao País’. Sabia que esse reconhecimento fora negado a Salgueiro Maia – a imagem de Epinal da Revolução de Abril e da democracia portuguesa. E, quer queiram quer não, é difícil não ver na atitude do STM uma actuação de ‘contra-revolução’, de regresso ao passado, de espírito corporativo de casta, de inimizade com os revolucionários de Abril e de solidariedade com uma associação de malfeitores e assassinos. Serão, por acaso, impunes os generais do STM? Terão o direito de desrespeitar a Constituição, de ignorar as leis, de desprezar o sentimento geral da Nação e de nos insultar a todos e a cada um de nós, que somos solidários com o 25 de Abril e queremos continuar em democracia e liberdade? Qual é a escala de valores e de preceitos que regula a actuação do STM? Qual o seu código? É apenas um código do gatilho, ou de número de negros assassinados? Revê-se na imagem que escandalizou o mundo, dum militar exibindo como troféu a cabeça de um negro espetada numa baioneta? Porquê o sr. ministro da Defesa, que sempre considerei um homem recto e preocupado com a Nação, em vez de pedir à PGR um exame ao meu suposto crime, não pede explicações ao presidente do ST sobre as leis por que se rege esse Tribunal e justifica as suas sentenças? Como querem as Forças Armadas e os muitos comandantes ter o respeito e a solidariedade do povo



quando o seu foro especial age contra a lei, não respeita a soberania nacional expressa na Constituição, continua a chamar terroristas aos nossos irmãos negros que falam a nossa língua e glorifica o símbolo da prepotência, da crueldade e da não juridicidade que foi a Polícia do Estado Novo?”<sup>292</sup>

Dias após a publicação destes artigos no *Diário de Notícias*, é publicada uma carta dirigida ao jornal, da autoria do presidente do Supremo Tribunal Militar, almirante José Miguel Gomes de Sousa Ceregeiro. Nesta carta procura-se justificar a pertinência do processo crime, afirmando-se que “o processo crime em causa não foi instaurado pela crítica, discordância ou ataques feitos a decisões do S.T.M mas somente pelas injúrias pessoais que, a pretexto dessas decisões, foram dirigidas aos Juízes que as lavraram”. De modo que se reivindica a legitimidade do processo crime pela defesa da honra dos juízes militares.<sup>293</sup> É válido considerar que tal justificativa alegada para a instauração do processo crime procede, de fato, a uma inversão dos valores e prioridades em jogo. Pois o foco da crítica é deslocado do mérito, justiça e justeza da decisão do STM, ratificada pelo Governo, de conceder pensões a ex-agentes da PIDE para a suposta difamação da honra dos autores desta decisão.

Esta polémica pública ocorrida no ano de 1992 em torno da concessão de pensões a ex-membros da PIDE denota o avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa – e pode-se dizer que as ásperas críticas de Francisco de Sousa Tavares a este respeito conferem o tom do desprezo pelo significado do 25 de Abril que tais posicionamentos sugeriam. É adequado considerar que semelhante situação escandalosa envolvendo os poderes militar e político não teria tido lugar caso não houvesse suficiente espaço social para uma tal tomada de posição. O que significa dizer que em 1992 o *revisionismo histórico* contava com tamanho grau de penetração na sociedade portuguesa que chegou a ser legitimado pelo poder público – pois o ato júnico de conceder pensões a antigos agentes da polícia política do Estado Novo, justamente pelo fato de terem exercido esta função, não difere muito das interpretações de carácter histórico que pretendem reabilitar o passado do Estado Novo e ao mesmo tempo depreciar o significado e as consequências do 25 de Abril.

---

<sup>292</sup> “Quem é o criminoso?” in *Diário de Notícias*, 14 de Novembro de 1992, p. 9.

<sup>293</sup> “Um esclarecimento” in *Diário de Notícias*, 20 de Novembro de 1992, p. 8.

Em 1992, portanto, predominam as críticas ao *revisionismo histórico*, as quais quase unanimemente fazem referência a este ato governamental que tinha vindo a público havia pouco tempo. A única apreciação de caráter *revisionista* divulgada pela imprensa nacional neste ano e que, significativamente, não faz menção à controvérsia das pensões, é aquela contida em artigo de José Augusto Seabra. Este artigo, já mencionado, defende a necessidade de cultivar a memória do 25 de Abril; no entanto, a versão desta memória é claramente *revisionista*, pois pretende desvalorizar o período revolucionário. Assim, o elogio à Revolução dos Cravos limita-se ao derrube da ditadura: “Devemos às Forças Armadas, no 25 de Abril, o terem desencadeado o processo que levou, em consonância com as forças democráticas, ao colapso final do Estado Novo, redimindo-se assim de terem estado na sua origem, com a ditadura militar, do 28 de Maio. Ao ganharem consciência de que a sua nobre missão é a de defender a pátria e não a de sustentar qualquer regime autoritário, os militares portugueses fiéis à sua honra compreenderam que não só não podiam ser sacrificados ingloriamente numa guerra desastrosa como não era sua função sustentarem a opressão do povo português, de cuja soberania deviam, ao contrário, ser garantes.” Em seguida, no entanto, afirma-se que “alguns militares pseudo-revolucionários instrumentalizados por forças totalitárias e estrangeiras” tentaram usurpar o poder político.

Nestes termos, o processo revolucionário é condenado, subscrevendo-se a tese da *resistência contra a revolução* protagonizada pelos partidos políticos: “Prolongando-se a oposição à ditadura, os partidos políticos democráticos, ao mobilizarem depois do 25 de Abril a imensa maioria dos portugueses para a salvaguarda da liberdade, dotando o país de uma Constituição e de instituições representativas sólidas, souberam impedir as forças extremistas de sinal oposto de qualquer veleidade de se alcandorarem ao poder. A derrota do projecto comunista em Portugal foi um elemento importante não só para que o nosso país pudesse ser admitido no seio da Comunidade Europeia, mas para que se evidenciasse a crise dessa ideologia já em estertor, mostrando aos povos por ela dominados que era possível resistir à sua engrenagem aparentemente implacável. Apesar das distorções introduzidas no processo democrático pelo 11 de Março e pelo Gonçalvismo, cujas consequências no campo económico, com as nacionalizações forçadas, os portugueses levaram tempo a pagar – para além das violações graves dos seus direitos cometidas em nome do ‘processo revolucionário’ –, pouco a pouco o nosso povo soube, através do

exercício do seu voto livre, ir escolhendo os seus representantes legítimos, segundo a regra democrática do acatamento da vontade das maiorias e do respeito da opinião das minorias, na plenitude do uso da liberdade de expressão, de reunião e de associação, bem como da defesa dos direitos sociais e culturais”.

Uma tal visão do processo revolucionário, baseada em sustentações contrafactuais – como a ideia de tentativa de tomada do poder de um “projecto comunista” ou a assertiva de que as nacionalizações foram “forçadas”, ignorando-se a amplitude do apoio a esta decisão política –, pretende desvalorizá-lo através de sua comparação e nivelamento ao comunismo soviético, em uma evidente simplificação do processo histórico com fins ideológicos. Pois o propósito da mensagem veiculada por este artigo é evidenciar o contraste entre o passado revolucionário que se condena e se pretende antidemocrático e *totalitário* e o presente de democracia com maioria parlamentar. Esta oposição *democracia X revolução* é expressamente ressaltada no final do artigo: “É essa paciência quotidiana, no exercício da democracia, que não devemos jamais perder, não cedendo nunca à impaciência suspeita dos que desejariam, como os falsos revolucionários, impor um modelo de sociedade pela força, sobrepondo à vontade da maioria a das minorias”. De modo que a defesa da preservação da memória do 25 de Abril – tônica que perpassa todo o artigo – implica a intenção de incutir na memória coletiva dominante tal visão *revisionista* da Revolução dos Cravos, segundo a qual esta revolução é valorizada apenas por ter propiciado a democracia e a liberdade, sendo o processo revolucionário negativamente caracterizado com o intuito de recuperar positivamente o momento presente. Sob este ponto de vista, portanto, a realidade presente, inclusive a integração europeia, encontraria suas origens numa relação de *ruptura* – e não de *continuidade* – com o passado revolucionário.<sup>294</sup>

Em 1993, outro artigo de José Augusto Seabra, publicado desta vez no *Diário de Notícias*, segue esta mesma linha de argumentação. De sorte que o processo revolucionário é condenado por ser conotado com um suposto domínio comunista, sobressaindo, dessa forma, o nivelamento entre as forças autoritárias de direita e as suas ditas homônimas de esquerda – ideia que expressa a tese do *duplo legado* da democracia portuguesa, a qual não seria o resultado da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 mas o fruto da *resistência* contra esta revolução. Nos termos do artigo: “O que tornou a experiência portuguesa

---

<sup>294</sup> “O 25 de Abril, a liberdade e a memória” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1992, p. 9.

paradigmática no plano nacional e internacional foi precisamente ter ao mesmo tempo neutralizado as forças direitistas e esquerdistas, nomeadamente as comunistas, evitando que no extremo ocidente se instaurasse uma espécie de Cuba europeia”. O artigo subscreve ainda a ideia, popularizada a partir de 1990, de que o 25 de Abril guarda estreita relação com a situação de crise e fim do socialismo real: “A vitória das forças democráticas em Portugal foi também um rude golpe para os regimes totalitários de Leste: imagine-se o que teria sucedido na hipótese contrária... O 25 de Abril foi, nessa medida, além do mais, premonitório do que viria a suceder com a queda do sistema do ‘socialismo real’ do ex-império soviético”.<sup>295</sup> Assim, caminha-se ainda no terreno do *revisionismo histórico*, pois o padrão de comparação do comunismo soviético é utilizado ora para condenar o processo revolucionário, ora para valorizar o 25 de Abril pela derrota deste projeto – e desta forma é negligenciada a alargada disputa que se desenrolou na sociedade portuguesa entre projetos político-sociais que de modo algum se restringiram ao *comunismo* ou foram por ele hegemonizados.

É interessante comparar a incidência de referências ao *revisionismo histórico* nos anos de 1992 e 1993: enquanto em 1992 predominam largamente as críticas ao *revisionismo*, com ênfase na questão das pensões concedidas a ex-PIDES, em 1993 há uma ligeira predominância de posicionamentos *revisionistas* – não só em artigos, como o anteriormente mencionado, mas também em declarações de políticos, entrevistas e reportagens. Um outro artigo, da autoria de Victor Cunha Rego<sup>296</sup>, manifesta opinião *revisionista* ao realizar especulações acerca de uma eventual transição marcelista, além de caracterizar o período revolucionário por seus *erros*: “Se não fosse a guerra colonial, a transição, nesse caso muito provável, ter-se-ia feito à custa dos mais irreverentes e dos mais intransigentes oposicionistas. Teriam sido poupados grupos económicos e quadros profissionais indispensáveis à nação portuguesa, um bem para todos. Mas no plano político institucional, o regime não tolerava quaisquer ‘forças de bloqueio’. Os anos do PREC foram clamorosos de tantos erros. Mas muitos de nós, se tivéssemos de voltar atrás,

---

<sup>295</sup> “O 25 de Abril ainda e sempre” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 10.

<sup>296</sup> Victor Cunha Rego (1933-2000): Jornalista. Foi oposicionista ao Estado Novo. Em virtude da ação da censura, decidiu mudar-se para o Brasil em 1956, tendo regressado a Portugal após o 25 de Abril. Militante da *Acção Socialista Portuguesa*, foi um dos fundadores do PS. Durante os I, II e III Governos Provisórios foi Chefe de Gabinete de Mário Soares, que exercia o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Posteriormente, aproximou-se do projeto político da coligação de direita, Aliança Democrática.

combateríamos o anterior regime provavelmente com uma estratégia diferente mas com igual determinação”.<sup>297</sup> Cabe mencionar que a utilização da sigla “PREC” (Processo Revolucionário em Curso) – apesar de ter surgido durante o próprio período revolucionário, sendo comum o seu uso por parte dos Governos Provisórios e do MFA – ganha contornos pejorativos nos anos 1980 e 1990, passando a constituir uma forma de desvalorizar o período. Pois este se torna, assim, um período em suspenso, alheio à *normalidade* da sociedade; segundo esta concepção, promove-se uma estigmatização da época – felizmente superada e afastada da realidade presente, de acordo a lógica dos que adotam este gênero de terminologia para interpretar o 25 de Abril.

A condenação do processo revolucionário é também sublinhada em entrevista concedida por António de Spínola ao *Diário de Notícias* – em que este militar referiu o “decalabro que atingiu o Estado em Portugal em 1975”. O posicionamento *revisionista* de Spínola abrangia também a questão da descolonização: “Portugal não descolonizou as suas províncias ultramarinas. Não houve regras para a ‘autodeterminação’ nem respeito por quaisquer direitos humanos. Os esforços por mim realizados foram sistematicamente boicotados e classificados de reaccionários e as negociações políticas desenvolvidas no âmbito da ONU, pelo nosso embaixador Veiga Simão, não foram devidamente aproveitadas. Portugal também não entregou os seus territórios de modo a moralmente poder pedir contas aos que receberam o Poder e causaram as tragédias conhecidas. Portugal abandonou simplesmente o Ultramar de forma irresponsável e anárquica, sacrificando pessoas – africanos e europeus de todas as cores –, permitindo a violação dos seus direitos, cooperando na destruição da propriedade, com o fim único de entregar territórios africanos à influência comunista. Alguns ‘descolonizadores’ até recorreram ao ultimato da cobarde rendição”. Como é habitual nas opiniões *revisionistas* sobre este tema, são desconsideradas as razões e o contexto histórico que implicaram uma descolonização rápida e marcada pela influência de organizações políticas africanas de esquerda.

Em justificativa para a sua renúncia, e em estreita relação com este juízo negativo acerca da descolonização, Spínola entendia ainda que o processo revolucionário significara uma ameaça à democracia em Portugal: “O processo de descolonização seguia os caminhos dramáticos do abandono e o processo político interno punha em causa a

---

<sup>297</sup> “25 anos depois” in *Diário de Notícias*, 29 de Setembro de 1993, p. 36.

democracia em nosso país”. Dessa forma, este militar subscrevia as ideias *revisionistas* de oposição entre *revolução* e *democracia* e de reposição da *pureza inicial* do 25 de Abril, o que teria sido protagonizado por Mário Soares, quem “em 1975 foi o condutor do caminho da liberdade, em convergência com o Programa do MFA por mim proposto à Nação em 25 de Abril.”<sup>298</sup>

Ainda envolvendo a questão da descolonização, ocorre, em Novembro de 1993, uma polémica acerca de declarações feitas por Aristides Pereira<sup>299</sup> a jornalista do *Expresso* e publicadas sob o título “Autonomia, sim; independência, não”. Em reação a esta publicação, o político cabo-verdiano afirmou jamais ter defendido a autonomia, o que representaria um “suicídio político”, e esclareceu que suas declarações versaram sobre uma situação hipotética: se as “*demarches*” dos adjacentistas cabo-verdianos dos anos 1930 e 1940 – ou mesmo nos anos 1950 e 1960, utilizando-se a comparação com os casos de autonomia dos Açores, Madeira e Canárias – tivessem sido aprovadas pelo Governo Colonial, havendo a concessão de uma autonomia limitada, então a situação posterior teria sido diferente. O resultado de um tal erro de comunicação no espaço público foi a abertura social para refletir sobre a hipótese falhada da autonomia; segundo a reportagem do *Diário de Notícias*, em Cabo Verde a polémica gerou desabafos de cidadãos que “sempre defenderam a autonomia”, mas que até então nunca tinham expressado tal posição publicamente.<sup>300</sup> Assim, ao lado desta referida reportagem, o *Diário de Notícias* publica um esclarecimento acerca da opinião de Spínola, afirmando-se que “[o] marechal António de Spínola concorda com Aristides Pereira: ‘Cabo Verde não tinha, não tem, dimensão para a independência.’” A seguir, é exposto o posicionamento deste militar, para quem deveria ter sido negociada a autodeterminação, a capacidade de decidir conscientemente sobre o próprio destino, podendo esta decisão ter indicado a independência, adjacência ou federalismo.<sup>301</sup>

---

<sup>298</sup> “António de Spínola em entrevista ao DN – Cabral: perda irreparável” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1993, p. 4.

<sup>299</sup> Aristides Pereira (n.1923): Foi presidente da República de Cabo Verde entre 1975 e 1991. Envolveu-se na luta pela independência de Cabo Verde na década de 1940; em 1956, juntamente com Amílcar Cabral, fundou o PAIGC.

<sup>300</sup> “Aristides Pereira reafirma posições – “com autonomia limitada teria sido diferente” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1993, p. 16.

<sup>301</sup> “António de Spínola revela acordo de princípio com Amílcar Cabral – Autodeterminação foi ignorada” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1993, p. 16.

Pode-se dizer, portanto, que esta controvérsia em torno destas declarações de Aristides Pereira sobre a independência e uma hipotética autonomia das ex-colônias suscitou a emergência no espaço público de opiniões *revisionistas* que condenam o processo de descolonização. Assim se posiciona um comentário de Vasco Graça Moura<sup>302</sup> a respeito do ocorrido: “A história às vezes parece uma peça de teatro no absurdo irreparável do seu desfecho trágico. Aristides Pereira, em entrevista ao *Expresso*, veio confirmar a grotesca leviandade da política portuguesa a seguir ao 25 de Abril. O ex-presidente diz-se convencido de que o povo de Cabo Verde afinal não aspirava à independência, mas sim à autonomia! Estas declarações cobrem do ridículo mais atroz os autores dessa vergonha generalizada que alguém crismou de ‘descolonização exemplar’. Aí está um problema colectivo que Portugal tem vindo a digerir com a facilidade do costume. A acrescer a tudo isto, a terrível constatação, que talvez ainda muitos se recusem a fazer, de que já morreu mais gente em cada semana de guerra civil nalguns países africanos de língua portuguesa do que nos treze anos de guerra colonial. Talvez essas centenas de milhares de mortos também só quisessem a autonomia ou não tivessem mesmo chegado a saber bem o que é que queriam...”<sup>303</sup>

Em Novembro de 1993, inicia-se no *Diário de Notícias*, a propósito do aniversário do 25 de Novembro, prática que terá seguimento nos anos posteriores: a publicação de reportagens de carácter histórico, da autoria de José Manuel Barroso<sup>304</sup>. Destaca-se nestas reportagens, de forma geral, um tom *revisionista* sobre o 25 de Abril, insistindo-se no predomínio comunista ao longo do processo revolucionário. Em 1993, um comentário do diretor do *Diário de Notícias*, M. Bettencourt Resendes, caracteriza estas reportagens como um “trabalho de investigação”, com o intuito de ser “uma contribuição de matiz histórico”<sup>305</sup>; no entanto, a *História* escrita por jornalistas conta com o suspeito benefício

---

<sup>302</sup> Vasco Graça Moura (n.1942): Escritor e tradutor. Militante do PSD, foi eleito para a Assembleia Constituinte por este partido. Exerceu funções no IV e no VI Governos Provisórios, respectivamente como Secretário de Estado da Segurança Social, e dos Retornados.

<sup>303</sup> “Dois pesos...”, seção sobre atualidades da semana composta por comentários de Vasco Graça Moura e de Álvaro Guerra, in *Diário de Notícias*, 28 de Novembro de 1993, p. 4.

<sup>304</sup> José Manuel Durão Barroso (n.1956): Advogado. Ex-militante da extrema-esquerda, aderiu ao PSD em 1980. Dirigente do PSD, ocupou os seguintes cargos no Governo Cavaco Silva: sub-secretário de Estado no Ministério de Assuntos Internos (1985-1987), secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação (1987-1992) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1992-1995). Foi primeiro-ministro entre 2002 e 2004. Desde Novembro de 2004 ocupa o cargo de presidente da Comissão Europeia.

<sup>305</sup> “Passaram os anos suficientes” in *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1993, p. 8.

de poder manter silêncio sobre suas fontes, caso seja esta a vontade daqueles que contribuíram com seus depoimentos. De modo que o leitor de um tal “trabalho de investigação” vê-se obrigado a confiar nas palavras do autor-jornalista, sem nem ao menos ter conhecimento sobre o caráter e orientação das fontes utilizadas na produção do texto.

Pode-se dizer que esta situação se encontra relacionada com a premissa de que os jornais e os jornalistas primam pela comunicação da informação, de forma objetiva e neutra – sabe-se que tal não se verifica de fato, já que toda informação é mediada e expressa, de certo modo, um posicionamento político-ideológico; contudo, a crença nesta suposta *objetividade jornalística* é, para muitas pessoas, motivo para justificar a leitura de um determinado jornal em detrimento de outro considerado *ideológico*. Portanto, tendo-se em vista este entendimento acerca da *objetividade jornalística*, bastante aceito nas sociedades, é conveniente proceder a algumas reflexões em virtude da identificação do *revisionismo* em reportagens históricas. Pois se o propósito deste tipo de reportagens é prover o leitor de informação, conhecimento sobre um período histórico, a opção por uma visão *revisionista* denota a intenção de influenciar a opinião pública e a memória coletiva no sentido de uma tal interpretação histórica. Quando tal sucede em periódico de amplo pretígio e aceitação social, é possível inferir que as tendências de *revisionismo histórico* contam então com um considerável grau de penetração na sociedade.

Feitas estas considerações a respeito de tais reportagens históricas, pode-se debruçar sobre a análise de seu conteúdo. O 25 de Novembro é entendido como o resultado de uma tentativa de golpe comunista: “O 25 de Novembro não foi uma reivindicação ‘corporativa’ dos pára-quedistas de Tancos. Foi um golpe de força militar, preparado pelo Partido Comunista, com o objectivo de negociar a recomposição do Conselho da Revolução e de substituir o governo do almirante Pinheiro de Azevedo por outro onde o PCP tivesse uma presença importante. A hesitação dos fuzileiros, que deveriam ter acompanhado os pára-quedistas na ocupação de objectivos, provocou o rápido fracasso do golpe e levou o PCP a recuar e a negociar numa posição de fraqueza”. Considera-se que esta tentativa de golpe contou com dois postos de comando: um militar e um civil, o qual correspondia ao da “ direcção militar do PCP”, caracterizada como uma direcção paralela. Assim, afirma-se que “[é] esta superestrutura militar que elaborará, em Outubro de 1975, juntamente com oficiais afectos ao Partido, a ‘ordem de batalha’ de resposta ao ‘golpe da



direita””.<sup>306</sup> Entende-se, desta forma, que militares pertencentes ao PCP atuaram em nome do partido com o intuito de “tomar o poder”.

A demonstração desta intenção é o foco da segunda reportagem: “Durante todo o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril o Partido Comunista não alterou o seu objectivo principal: chegar ao poder, por via extraparlamentar. O 25 de Novembro é disso prova clara: mesmo estando em perda, desde o início do Verão, o PCP avança até à linha limite da guerra civil. O poder estava na ponta das baionetas”. Sob este ponto de vista, o PCP torna-se o principal protagonista em função do qual se desenrola o processo revolucionário, sendo desprezados todos os demais agentes e variáveis que intervieram de forma significativa no processo: “Nos dias que se seguem ao 25 de Abril a preocupação do PCP é garantir a sua liberdade de actuação legal. Quando a luta entre Spínola e o MFA se agudiza, provocando a queda do I Governo, os comunistas apercebem-se, após o plenário do MFA realizado na Manutenção Militar, da existência de uma realidade autónoma: a Comissão Coordenadora. Esta constatação é vital para a definição do caminho a seguir – o poder, através dos militares. O partido incentiva a subida do coronel Vasco Gonçalves, a primeiro-ministro, e a entrada de militares da Coordenadora para o Governo. Durante os meses do Verão de 1974, o PCP ganha posições. Procura dominar o poder autárquico; controlar o poder sindical; ocupar posições nos órgãos de comunicação social; e, sobretudo, penetrar nas unidades militares, multiplicando as suas células de oficiais milicianos e de sargentos e ‘enquadrando’ oficiais do quadro”.<sup>307</sup>

Esta visão do processo revolucionário caracteriza-se, como habitualmente sucede com o *revisionismo histórico*, pela simplificação da análise e até mesmo distorção dos fatos históricos – ao considerar, por exemplo, a nomeação de Vasco Gonçalves a primeiro-ministro como resultado de influência do Partido Comunista. Pode-se dizer que tal interpretação sobrestima a margem de manobra e de influência do PCP ao longo do processo revolucionário – ao passo que ignora a importância fundamental de outros agentes, como, por exemplo, o MFA ou os movimentos sociais –, com o propósito de desvalorizar este período histórico.

---

<sup>306</sup> “A última cavalgada para o Poder – o papel do PCP no 25 de Novembro” in *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1993, p. 7.

<sup>307</sup> “Até ao limite da guerra civil – renegociar o poder numa posição de força” in *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1993, p. 8.

Outro posicionamento *revisionista* sobre o 25 de Abril é manifestado em carta dirigida ao *Diário de Notícias* pelo presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim. Com o intuito de desmentir a afirmação publicada neste periódico de que o Governo Regional da Madeira tinha “transformado o feriado nacional do 25 de Abril no Dia da Flor”, João Jardim expressa o seguinte juízo negativo acerca do legado revolucionário: “Mas fica bem claro que os responsáveis políticos madeirenses sabem quanto a autonomia política deve ao 25 de Abril, e nunca o esconderam publicamente, até porque as autonomias insulares são dos poucos sucessos incontestáveis da Revolução. Só que, por um lado, não confundimos o 25 de Abril com muitos dos seus desenvolvimentos posteriores, nem com os farisaicos aproveitamentos políticos de ainda agora. Por outro lado, se o 25 de Abril permitiu a autonomia política, a verdade é que este processo se caracteriza por bem distinto de posteriores seguimentos políticos do referido 25 de Abril, e feito mesmo também contra esses referidos procedimentos e contra as resistências dos respectivos autores. Daí que o 1 de Julho, Dia da Região Autónoma e das Comunidades Madeirenses, não pretenda ter filiação no 25 de Abril, mas tão-só reconhecer que este evento propiciou um determinado processo nosso, da nossa responsabilidade e marcado por identidade própria”.<sup>308</sup> É possível afirmar que de acordo com esta visão os benefícios desfrutados na realidade presente são considerados consequência de uma relação de *ruptura*, e não de *continuidade*, com o 25 de Abril; à semelhança das opiniões que valorizam o 25 de Abril positivamente apenas pela democracia e liberdade e condenam todo o processo revolucionário, a visão de João Jardim elogia este período histórico somente pela obtenção da autonomia.

Em almoço comemorativo dos dezanove anos do 25 de Abril promovido pelo PSD, o deputado Costa Andrade expressa também opinião *revisionista*, ao deslocar para o momento de maioria parlamentar social-democrata a legitimidade do legado conferido pelo 25 de Abril. Assim, segundo este deputado, “Abril se fez também para pôr termo ao governo de minorias”, até porque “só com o triunfo das maiorias democráticas se consumou uma das dimensões essenciais de Abril”.<sup>309</sup> Um tal posicionamento constitui

---

<sup>308</sup> “O 25 de Abril e o Dia da Flor” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1993, p. 10.

<sup>309</sup> “PSD na FIL” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1993, p. 2; “PSD critica boicote à AR com Cavaco Silva ausente” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1993, p. 4.

mais um exemplo das interpretações – muito difundidas entre os social-democratas – que pretendem retirar à Revolução a legitimidade da conquista da democracia.

Em Setembro de 1993, o canal televisivo comercial SIC promoveu um debate acerca do terrorismo de extrema-direita desenvolvido no processo revolucionário. A este respeito, foram publicados alguns artigos de opinião no *Jornal de Notícias*. Em texto de J. Pinto da Costa<sup>310</sup>, é evidenciado um ponto de vista *revisionista* sobre a questão, já que se intenta justificar a ocorrência do terrorismo pelo contexto histórico da época. Um tal ponto de vista implica a assunção de que diante da conjuntura revolucionária o terrorismo foi justificável, e até mesmo legítimo: “O clima de hoje (1993) é diferente do clima de 1975. Num critério ético de que tudo valia para derrotar uma certa ascensão política, então vislumbrada, os bombistas seriam heróis. Fora disso, o bombismo é crime, agravado quando há morte de alguém, pelo valor privilegiado que a vida tem no normativo português. (...) Para compreender o nosso terrorismo de há vinte anos, é preciso estudar a sociedade de então, de um ponto de vista político, sociológico, económico e essencialmente, psicológico e moral!”<sup>311</sup>

Opinião diferente é manifestada pelo jornalista César Príncipe, que critica um tal posicionamento tolerante com o terrorismo de extrema-direita: “No Palácio da Bolsa, repisou-se que a violência do MDLP se orientava pelo amor à democracia. Mas o que os teóricos do ‘branqueamento’ bombista não esclareceram é que combatentes ‘à lei da bomba’ recebiam salário de sangue para executar operações. O seu apego à democracia, além de remunerado, era de fresca data. Durante o antigo regime, nunca haviam manifestado vocação para resistentes. Também não se explicou como conciliar a sinceridade da luta pela ‘Liberdade’, em Portugal, com o apoio às teses da ditadura de Suharto”. Além disso, o artigo aponta ainda para a importância de a sociedade debater esta questão: “O ‘julgamento’ da SIC proporcionou a reabertura de um processo público, que seria cómodo manter no silêncio dos deuses e de pardas eminências. Este país tem obrigação de se recordar e de se repensar. Podem círculos policiais ou triângulos conspiratórios não evidenciar empenho no deslindamento de tramas e ocorrências. Há

---

<sup>310</sup> J. Pinto da Costa (n.1934): Médico e professor universitário. Foi diretor do Instituto de Medicina Legal do Porto.

<sup>311</sup> “Questão de bombas” in *Jornal de Notícias*, 28 de Setembro de 1993, p. 4.

cadáveres e destroços que sempre interrogarão a lógica das instituições e das convicções. Podem alguns cobrir-se com mantos celestes e terrestres. Por maiores cumplicidades que substituam – a História não os absolverá”.<sup>312</sup>

No mesmo sentido, um artigo de Carlos Marques critica a falta de empenho da sociedade em promover o julgamento dos crimes deste terrorismo e insurge-se contra as tendências de *revisionismo histórico* na apreciação da questão: “O que é de espantar é que neste país, maioritariamente católico, um sacerdote tenha sido assassinado, à bomba, no dia 2 de Abril de 1976, pela rede bombista do MDLP, e hoje, Setembro de 1993, os assassinos continuem a ser julgados, e mesmo as personagens que se assumem como dessa rede bombista ainda queiram fazer-se passar por defensores da Democracia, pretendendo fazer crer que se fizeram o que fizeram era porque a Democracia estava em risco. Claro que pretendem esconder que o assassinio do padre Max se deu em Abril de 1976, já depois do golpe militar de 25 de Novembro de 1975, ou seja, já o tão apregoado Verão quente tinha passado. E mais: pretendem esconder que o padre Max, quando é assassinado, é, nessa ocasião, candidato a deputado da Nação, concorrendo, como independente, nas listas da UDP. Estranha forma esta de defender a Democracia, assassinando candidatos a deputados ao órgão representante da Democracia – a Assembleia da República”.

Para além desta crítica ao *revisionismo histórico*, o artigo aborda também uma questão relacionada ao *uso público da História*, destacando o alto poder de manipulação detido pelos meios de comunicação social: “Mas do debate que a SIC teve a ousadia de produzir e de transmitir ficou uma dúvida à qual ainda não consegui obter resposta: se um dos temas certos do debate, porque mais escandaloso, era o assassinio do padre Max; se o padre Max era na altura candidato independente pela UDP à Assembleia da República; se o padre Max, alguns dias antes de ser assassinado, tinha usado da palavra no 2º Congresso da UDP, no Coliseu dos Recreios, de que a UDP tem registo sonoro, já usado em actos públicos; se a SIC tinha decidido convidar partidos a dar a sua opinião, cuja prova foram as declarações dos representantes do PCP e do CDS; se a UDP antes da realização do debate se dirigiu aos responsáveis da SIC para indagar da possível participação no debate, por que é que a UDP foi exactamente a corrente política que a SIC não deu voz? Eis uma pergunta

---

<sup>312</sup> “A História não os absolverá” in *Jornal de Notícias*, 27 de Setembro de 1993, p. 56 (“Última Página”).

cuja frontalidade não permitiria calar, por maior que tenha sido a coragem da SIC em trazer ao país o escândalo da rede bombista, nomeadamente do processo do assassinio do padre Max e da jovem estudante Maria de Lurdes, que há dezassete anos aguarda por conclusão”.<sup>313</sup>

Neste ano de 1993, um editorial do *Jornal de Notícias* manifesta crítica ao *revisionismo histórico* ao afirmar que “é um erro secundarizar o ‘25 de Abril’”. E acrescenta: “Todos os partidos o celebram, cada um à sua maneira e segundo a sua óptica, pois para cada um deles continua a ser, na sua essência e no seu estatuto, uma resposta e um apelo. Da idolatria à sua quase inteira marginalização vai o erro dos extremos”.<sup>314</sup> O *revisionismo histórico* é também criticado em artigo de Manuel Coelho dos Santos, que rejeita a tendência para atribuir os erros do período revolucionário à Esquerda, e não à conduta política do Estado Novo: “Já a geração que ronda hoje os trinta anos não tem qualquer ideia do que tenha sido a vida em Portugal no meio século que precedeu o 25 de Abril. Não o sabendo, não encontra explicação para os erros e desmandos que se cometeram na fase revolucionária, que hoje é fácil atribuir à Esquerda e não à situação de minoridade cívica em que se encontrava o país”.

Além disso, o articulista identifica que os valores cultivados no presente social são contrários àqueles suscitados e representados pela Revolução dos Cravos: “Demais, vivemos um período que é a negação dos chamados ‘ideais de Abril’. Vivemos a época de um capitalismo que endeusa a ‘encomenda do mercado’ e que encontra aí o remédio para todos os males. E, como sempre, os defensores deste capitalismo julgam que ele vai eternizar-se, tal como há vinte anos os socialistas julgavam ser no sentido que preconizavam a marcha irresistível da História. (...) Passamos a cultivar um egoísmo feroz e a ter como meta única a prosperidade económica individual, indiferentes à solidariedade social – que é esta uma exigência menos de ordem moral e mais de preservação da espécie. E corremos o risco de, dentro de alguns anos, considerarmos louco quem se exhibir socialmente numa postura de independência e de dignidade pessoal”.<sup>315</sup> Este comentário é interessante, pois a ênfase na distância existente entre os valores e ideais do passado

---

<sup>313</sup> “Bombistas reúnem?” in *Jornal de Notícias*, 29 de Setembro de 1993, p. 4.

<sup>314</sup> “Memória Viva” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1993, p. 4.

<sup>315</sup> “Dezanove anos depois” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1993, p. 4.

revolucionário e aqueles em voga no presente explica, em larga medida, o fato de os anos 1990 constituírem terreno fértil para o desenvolvimento do *revisionismo histórico*.

Em artigo do jornalista M. A. Pina<sup>316</sup>, empreende-se dura crítica ao *revisionismo histórico*, com destaque para a tendência governamental de desvalorizar o significado do 25 de Abril. Assim, abordando-se o projeto do Governo no sentido de mudar as datas dos feriados, em cada ano, de acordo com o que melhor conviesse à Administração Pública, denuncia-se: “Para o primeiro-ministro e para o Governo, o 25 de Abril é só uma data em que, mais ou menos contraditoriamente, se têm que fazer uns discursos; e cravos vermelhos são só flores, podem muito bem (aliás com evidente vantagem gastronómica) ser substituídos pelas laranjas espanholas que ornaram os assados e as sobremesas da comezaina ‘comemorativa’ do PSD na FIL. Por que razão se há-de comemorar, o que quer que seja que se comemore nesse dia, em 25, se em 24 der mais jeito? E por que diabo com cravos e não fruta da época? E ultimamente a comer, em vez de ir para a ‘baixa’ à chuva? (A lógica destas questões é justamente a mesma que levou o primeiro-ministro a despachar pensões a dois ‘pides’ e a recusar-se a fazê-lo a um desconhecido capitão de Cavalaria que, parece, num dia 25 de um mês de Abril qualquer – ou teria sido 23?, ou 26? – desobedeceu aos superiores e marchou sobre Lisboa para cercar o Quartel do Carmo e dar voz de prisão ao primeiro-ministro desse tempo)”. E acrescenta, em direta crítica à postura do partido do governo quanto à evocação da importância da Revolução de Abril: “Carlyle (que não era propriamente um revolucionário...) observa na sua ‘História da Revolução Francesa’ que as revoluções são sonhadas por utópicos e realizadas por fanáticos, mas que quem delas tira proveito acabam sempre por ser – a expressão não é minha, é dele – os desavergonhados de todas as espécies. O que no passado dia 25 de Abril mais me revoltou não foram sequer as laranjas no lugar dos cravos na farta mesa do almoço do PSD; foi o deputado Costa Andrade clamando que aquela gente ali compostamente reunida assumia para si (‘sem complexos’, disse ele) o significado da data. É caso para perguntar: que significado da data? Não estavam todos só a gozar um merecido dia de descanso – que podia muito bem ser 23, ou 24, ou 26, ou 27 – da árdua tarefa de acriticamente se levantarem e sentarem na AR ao som da batuta do dr. Duarte Lima?”

---

<sup>316</sup> Manuel António Pina (n.1943): Jornalista e escritor.

A conclusão do artigo aproxima-se da identificação, anteriormente mencionada, dos valores dominantes na sociedade da época: “O que de mais preocupante avulta na acção visível da casta política que tomou nas mãos o nosso destino colectivo (e não só no PSD) é a sua quase total ausência de referências profundas, a sua insensibilidade cultural, a sua absoluta ignorância. Uma monocórdica legião unidimensional de gestores e de técnicos está a ocupar o lugar, no partido da situação como nos da oposição, das últimas ideias e dos últimos ideais. E, quase sem darmos por isso, o futuro começa perigosamente a parecer-se com o pesadelo orwelliano, mesmo que em versão ‘soft’ e climatizada”.<sup>317</sup>

Finalmente, em palestra proferida na cooperativa *Árvore*, no Porto, o ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves<sup>318</sup> criticou também a postura de certos partidos políticos na interpretação que faziam do processo revolucionário. Censurando as tendências *revisionistas* da época, este militar afirmou que muitos dos que no momento atacavam a Revolução “estiveram com ela em períodos determinantes”. “Nas primeiras eleições para a Constituinte, o PS e o PPD fizeram campanha defendendo o socialismo. A Constituição foi aprovada por aclamação, o PS e o PPD aprovaram a reforma agrária e a opção socialista do MFA”. Além disso, Vasco Gonçalves declarou nunca ter existido um poder revolucionário em Portugal, “o que houve foi revolucionários no Poder”.<sup>319</sup> Este posicionamento contradiz a visão segundo a qual o processo revolucionário teria sido marcado pelo “poder comunista”, finalmente vencido em 25 de Novembro.

Em síntese, é válido admitir que o período 1992-1993 corresponde a uma nova fase no âmbito da memória coletiva sobre a Revolução dos Cravos – fase marcada pelo maior desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público português. Por um lado, em 1992, em função do escândalo acerca da concessão de pensões a ex-membros da polícia política do Estado Novo, ocorre um impulso do debate público em torno da questão do *revisionismo histórico*. Dessa forma, predominam neste ano, na imprensa nacional analisada, críticas a esta tendência de desvalorização da Revolução, com ênfase para a reprovação da postura governamental a este respeito. Por outro lado, a significativa incidência de visões *revisionistas* em 1993 – em que se destacam vozes ligadas ao partido

---

<sup>317</sup> “Feriados” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1993, p. 52 (“Última Página”).

<sup>318</sup> Vasco Gonçalves (1922-2005): Militar membro do MFA. Foi primeiro-ministro durante os II, III, IV e V Governos Provisórios.

<sup>319</sup> “O ouro que Abril salvou” in *Diário de Notícias*, 13 de Março de 1993, p. 4.

governista – indica uma consideravelmente maior penetração desta tendência interpretativa na sociedade, levando-se em consideração a comparação com os períodos anteriores. Acirra-se, assim, o *combate pela memória* da Revolução. Pode-se dizer que no âmbito estrito do *revisionismo histórico* este combate apresenta menos nuances do que aquele referente à forma de valorização do 25 de Abril e processo revolucionário: estabelece-se, basicamente entre forças de esquerda – que abrange, conjuntamente, a Esquerda radical, PCP, PS e militares do MFA – e de direita – sendo muito raras as vozes ligadas a este último grupo que criticam as tendências *revisionistas*, como o faz, por exemplo, Manuel Coelho dos Santos. Além disso, é paradigmática – e reflete, em larga medida, o avanço do *revisionismo histórico* – a visão surgida pela primeira vez neste período, através da voz de José Augusto Seabra, que reivindica a legitimidade de uma memória *revisionista*, baseada em alargada condenação do processo revolucionário e do legado da Revolução.

#### - Considerações finais

Pode-se dizer que o período 1992-1993 representa uma nova fase no desenvolvimento da memória coletiva portuguesa sobre o 25 de Abril. Pois a polémica suscitada na sociedade em virtude da concessão pelo Estado de pensões a antigos agentes da PIDE demonstrou, por um lado, o avançado estado de penetração social do *revisionismo histórico*; por outro lado, propiciou o debate público e a afluência de críticas contra tais tendências de desvalorizar a Revolução dos Cravos. Além disso, a incidência de referências que clamam pela *defesa da memória* do 25 de Abril e denunciam o seu *esquecimento* reforça a constatação do elevado grau de influência do *revisionismo histórico* na sociedade. Semelhante quadro reflete, portanto, a intensificação do *combate pela memória* da Revolução de Abril.

#### 3.4 – 1994-1995

Neste último período em análise há grande destaque, evidentemente, para o ano de 1994, uma vez que a ocorrência do vigésimo aniversário do 25 de Abril propiciou uma excepcional afluência de iniciativas comemorativas. O ciclo de comemorações deste ano teve início oficial no dia 5 de Março; o intenso debate que se instalou na sociedade foi



refletido nos jornais através da cobertura das atividades comemorativas, além de uma grande incidência de artigos de opinião acerca do passado recente português. No entanto, foram os programas televisivos que protagonizaram a polémica dos vinte anos da Revolução dos Cravos, cujo enfoque se situou na questão do avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa. O ápice desta polémica desenrolou-se a propósito de um debate promovido pela SIC em que um dos convidados era um ex-agente da PIDE, um dos que fora agraciado pelo Estado dois anos antes em virtude dos *serviços pretados à pátria*. Neste quadro, a crítica ao *branqueamento* do Estado Novo e à paralela desvalorização do 25 de Abril dominou o tom das intervenções a propósito do vigésimo aniversário da Revolução.

Com efeito, contrariamente aos períodos anteriormente analisados, em que sempre houve um predomínio de referências a respeito da valorização do 25 de Abril, em 1994 estas são largamente ultrapassadas pelas opiniões que abordam diretamente a problemática do *revisionismo histórico*. Só no ano de 1994 é enorme a incidência de opiniões tanto favoráveis quanto críticas ao *revisionismo histórico*; contudo, estas últimas constituem quase o dobro das primeiras, no conjunto das fontes trabalhadas. É possível constatar, portanto, que o longo e progressivo desenvolvimento do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa desde finais dos anos 1980 emerge no espaço público por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, situação que propicia uma vaga de indignação social.

Em um tal contexto de amplo debate acerca do *revisionismo histórico* – ou o processo de “revisão da História”, como é algumas vezes aludido –, é natural a existência de variações no teor das abordagens sobre a questão. Assim, há grande ênfase na tendência de *branqueamento* do Estado Novo, o que é muitas vezes associado à intenção de desvalorizar a Revolução. Curiosamente, algumas opiniões combinam críticas ao *revisionismo* – no que tange ao *branqueamento* da ditadura – com posições *revisionistas* – acerca da interpretação sobre a Revolução. De fato, a tentativa de reabilitação do Estado Novo não é subscrita por muitos daqueles que defendem uma opinião *revisionista* sobre o 25 de Abril – mais comumente aquela que o valoriza pela aquisição da liberdade e democracia e o condena pelo processo revolucionário. Pode-se dizer, portanto, que o *revisionismo histórico* em Portugal encontra maior capacidade de penetração na memória coletiva no que diz respeito à desvalorização do processo revolucionário do que no que

concerne à reabilitação do regime ditatorial. Outra situação nova surgida em 1994 é a ocorrência de opiniões *revisionistas* que condenam inteiramente o 25 de Abril; trata-se de posicionamento bastante raro nos anos anteriores, em que as apreciações *revisionistas* sobre o 25 de Abril costumavam ressaltar positivamente pelo menos o fim da ditadura e a liberdade, apesar da ênfase nas ameaças representadas pelo processo revolucionário.

É válido concluir, desta forma, que o vigésimo aniversário da Revolução dos Cravos traz à tona o considerável nível de desenvolvimento do *revisionismo histórico* em Portugal. Continua a haver algumas opiniões que se posicionam expressamente em *defesa da memória* do passado recente, sendo, normalmente, também críticas ao *revisionismo histórico*; no entanto, a simples abordagem das questões da *memória* e do *esquecimento* constitui, neste ano, tônica comum a muitas apreciações. Tal como no período anteriormente analisado, as menções à integração europeia como redefinidora da identidade nacional não são tão numerosas, razão pela qual se optou por abordar esta questão juntamente com os assuntos com os quais estão relacionadas.

Em 1995, a abordagem sobre o 25 de Abril por ocasião do aniversário da Revolução retoma o seu aspecto e volume habitual. Há um predomínio das visões que valorizam positivamente o 25 de Abril sobre aquelas que o valorizam com ressalvas, além de um certo equilíbrio entre opiniões favoráveis e contrárias ao *revisionismo histórico*. Grande parte das opiniões que tratam do *revisionismo* são, neste ano, motivadas pela decisão do PSD de comemorar o aniversário da Revolução.

Em 1994, o tema da Guerra Colonial e descolonização ocupa papel de destaque, sendo objeto de muitos artigos de opinião e reportagens de caráter histórico. A partir do dia 16 de Março, o *Diário de Notícias* inicia a publicação de uma série de reportagens, intitulada “Retratos de Ontem”, sobre aspectos do Estado Novo. Algumas dessas reportagens tratam da questão da Guerra Colonial, como aquelas a respeito do ritual de embarque para as colónias, dos repórteres de guerra, além de outras sobre Angola, Moçambique e Guiné.

A partir do dia 26 de Abril, a série de reportagens “Retratos de Ontem” é sucedida por outra, “Segredos de Abril”, a respeito de situações do pós-25 de Abril e da autoria José Manuel Barroso. Tais reportagens envolvem aspectos institucionais, associados às relações de poder; seus títulos foram: “O Congresso de Aveiro ao Poder – a primeira escolha

política do MFA no 25 de Abril”, “Um golpe dentro do golpe – a luta pelo poder no MFA nos primeiros dias da revolução”, “O protocolo nunca assinado – o MFA à procura da institucionalização do seu poder”, “Manutenção Militar, 13 de Junho – o dia em que o MFA derrota Spínola e o PCP percebe que pode avançar”, “O convite a Marcelo Caetano – para um outro 25 de Abril”. Tais reportagens não serão analisadas separadamente; vale a pena destacar, contudo, que expressam uma visão do 25 de Abril, também dominante na historiografia, segundo a qual os agentes militares e políticos são considerados os principais, e quase únicos, protagonistas da Revolução, sendo desprezado o papel dos movimentos sociais.

O resultado de uma sondagem a respeito do 25 de Abril confere o tom da polémica ocorrida por ocasião do vigésimo aniversário da Revolução, além de demonstrar uma considerável assimilação do *revisionismo histórico* pela opinião pública, especialmente no que toca à questão da descolonização. Para 35,1% dos entrevistados, o motivo que levou os militares a fazer o 25 de Abril foi “acabar com a ditadura”; segundo 24,1%, “restituir a liberdade”; para 23,7%, “pôr fim à guerra colonial”; e de acordo com 9,5%, “os capitães estavam insatisfeitos com as chefias”. A respeito dos objetivos do 25 de Abril, a maioria considerava que “democratizar, descolonizar e desenvolver” só foram cumpridos em parte. No entanto, de acordo com a maioria (76,1%), o 25 de Abril foi mais importante do que o 25 de Novembro para a democracia em Portugal.

No que diz respeito à descolonização, os juízos negativos são mais elevados. De acordo com os termos da reportagem do *Diário de Notícias*, 25,1% dos entrevistados concordaram com a ideia de que a descolonização foi um desastre e 20,3% revelaram-se totalmente de acordo – o que totaliza 45,4% dos entrevistados que subscreveram este juízo largamente negativo da descolonização –; apenas 23,8% discordaram desta afirmação, enquanto 30,7% não souberam responder. Por outro lado, 31% concordaram com a ideia de que a descolonização foi a que era possível, 20,3% concordaram totalmente – totalizando 51,3% de opiniões favoráveis à afirmação –, enquanto 25,6% discordaram e 23,1% não responderam.

Além disso, apenas 24,2% disseram que a culpa da descolonização era dos governos anteriores ao 25 de Abril – e 44,1% não souberam responder a esta pergunta. No entanto, 13,4% concordaram e 14,1% concordaram totalmente com a ideia de que a descolonização

foi mal feita por culpa dos governos a seguir ao 25 de Abril – o que totaliza 27,5%, indicando, portanto, a superação dos juízos que culpabilizam pela descolonização os governos posteriores ao 25 de Abril sobre as opiniões que culpabilizam o Estado Novo – ; somente 22,8% rejeitaram esta afirmação e 49,7% não deram resposta. Entre os que responderam que a descolonização foi “mal feita por culpa dos governos a seguir ao 25 de Abril”, 28% consideraram Mário Soares “o mais responsável”, seguido pelo regime/Governo, Rosa Coutinho e Vasco Gonçalves, Cunhal, Spínola, Otelo, Costa Gomes e outros militares. Quanto aos políticos que mais contribuíram para a democracia e desenvolvimento em Portugal, Mário Soares foi também o mais mencionado (33,8%), seguido por Sá Carneiro (15,8%), Cavaco Silva (10,9%), Ramalho Eanes (7,6%), Álvaro Cunhal (7,4%), Otelo Saraiva de Carvalho (4,5%), Spínola (4,3%), Costa Gomes (1,6%), Vasco Gonçalves (1,4%), Freitas do Amaral (0,4%).

Finalmente, sobre o processo de nacionalizações, a maioria entendia que “não beneficiaram o País” e que “foram mal feitas, não beneficiando também os trabalhadores”. Quanto às privatizações, a maioria concordava que foram positivas para Portugal, mas também achava que “foram mal feitas e que os trabalhadores saíram prejudicados”.<sup>320</sup>

Esta sondagem revela opiniões maioritariamente condenatórias do processo de descolonização. Juntando as opiniões que “concordam” e as que “concordam totalmente” – artifício que revela, na verdade, uma intenção de manipulação da reportagem, com o fim de mascarar os resultados amplamente negativos sobre a descolonização – obtém-se os seguintes resultados: 45,4% concordavam com a afirmação de que a descolonização foi um desastre, enquanto 23,8% discordavam e 30,7% não responderam; 51,3% concordavam com a asserção de que a descolonização foi a que era possível, 25,6% discordavam e 23,1% não responderam; 24,2% concordavam com a ideia de que a culpa da descolonização foi dos governos anteriores ao 25 de Abril e 44,1% não souberam responder; 27,5% concordavam com a ideia de que a descolonização foi mal feita por culpa dos governos a seguir ao 25 de Abril, 22,8% discordavam e 49,7% não responderam. Assim, a única opinião maioritária não-negativa sobre esta questão é aquela segundo a qual a descolonização foi “a que era possível”. Pode-se dizer, portanto, que a descolonização

---

<sup>320</sup> “Soares duas vezes ‘culpado’ – Maioria dos portugueses não participa nas comemorações” in *Diário de Notícias*, 20 de Abril de 1994, p. 8, 9.

constitui um âmbito da opinião pública e memória coletiva portuguesas muito permeável à influência do *revisionismo histórico*.

Antes de iniciar a análise sobre as percepções acerca do 25 de Abril através dos tópicos até então utilizados, cabe mencionar alguns comentários muito interessantes sobre os debates televisivos que protagonizaram a polémica do vigésimo aniversário da Revolução dos Cravos. Um artigo de Mário Mesquita a propósito do vigésimo aniversário do 25 de Abril aborda a questão do *uso público da História* através dos meios de comunicação social. O articulista constata que, ao longo das comemorações dos vinte anos da Revolução, políticos, militares, jornalistas, escritores não especializados exerceram, nos *media*, o papel da História autorizada, produzida por historiadores. Esta conclusão suscita reflexão quanto à relação entre a *História científica* – ou seja, da autoria de historiadores – e a *História divulgada pelos meios de comunicação social*:

“A irónica expressão ‘exercício ilegal da história’ corresponde à frase utilizada pela investigadora Barbie Zelizer para designar o conjunto da produção editorial e jornalística com incidência em temas de história imediata, mas realizada à margem da vigilância crítica dos historiadores. Claro que não existe, nem faria sentido que existisse uma ‘legalidade’ imposta ao exercício da investigação histórica, nem uma ‘carteira profissional’ de historiador. No entanto, a longa tradição da história universitária, preocupada em alcançar um estatuto científico, criou um aparelho conceptual e metodológico que permite distinguir o produto dos historiadores profissionais das obras resultantes da actividade dos jornalistas ou de outras pessoas sem habilitação própria na matéria. (...) As crónicas e memórias dos jornalistas, das ‘testemunhas oculares’ e dos intervenientes antecipam-se aos historiadores no espaço público mediatizado. A memória e narrativa prevalecem nessas obras, sobre as metodologias académicas. A proximidade sobre a distância ou o recuo. A imagem sobre o escrito. A televisão sobre o livro. Pode-se questionar a validade dos pressupostos da elaboração desta história-testemunho. Serão apenas ‘materiais’ para uso de futuros historiadores? Talvez, mas não se

pode negar o seu impacto imediato, nem a forma eficaz como actuam nas sociedades contemporâneas.”

Ainda segundo o autor do artigo, a divisão concebida entre *História científica* e *História produzida nos meios de comunicação* impede que esta última desfrute do estatuto de “História”, com maiúscula:

“Depoimentos, reconstituições, imagens, interpretações que perpassaram pelas páginas dos jornais ou pelos ecrãs televisivos, nestas semanas comemorativas, não pertencem ainda, em sentido rigoroso ao domínio da História, com maiúscula, mas ao desejo de antecipá-la, à intenção de ‘fazer justiça por mãos próprias’, deixando algures inscritas a única, a verdadeira, a ‘nossa’ perspectiva dos acontecimentos”<sup>321</sup>

Esta discussão, acerca da legitimidade da História divulgada pelos meios de comunicação social, já foi tratada no capítulo 2 a propósito do *uso público da História*. Com efeito, é grande a sua influência sobre a formação da opinião pública e memória coletiva, em larga medida maior do que a influência exercida pela historiografia. No entanto, é preciso admitir a existência de pontos de confluência, apesar das diferenças quanto ao método e à abordagem que separam a *História mediática* da *História académica*; pois os historiadores, sendo homens de seu tempo, também estão submetidos às influências dominantes na memória coletiva de sua época, o que, em certo sentido, se reflete na produção historiográfica. Há, portanto, uma influência de sentido duplo na relação entre produção histórica e memória coletiva, de modo que ambas compartilham certas visões sobre o passado, apesar de as expressarem publicamente de maneira distinta. Por este motivo, pode-se dizer que as versões da memória em disputa na sociedade e evidenciadas no espaço público através dos meios de comunicação social também encontram sua expressão na historiografia, de forma mais cuidada, evidentemente. Portanto, pode-se considerar que o debate ocorrido na sociedade portuguesa por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril ilustra o *combate pela memória* da Revolução.

---

<sup>321</sup> “O ‘exercício ilegal da história’” in *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1994, p. 13.

Combate este que se resume à disputa entre visões que valorizam positivamente todo o processo revolucionário, entendendo a Revolução e seu legado como a génese da democracia em Portugal – o que se expressa politicamente em setores sociais conotados com a esquerda radical, PCP, e alguns setores do PS –; visões que valorizam positivamente o 25 de Abril, mas ressaltam os reveses do período revolucionário – identificadas a setores do PS e, por vezes, do PSD –; e visões que evidenciam o *revisionismo histórico* e se baseiam numa ampla condenação da Revolução – expoente das opiniões da Direita.

Após estas reflexões a respeito do *uso público da História*, o artigo de Mário Mesquita procede a alguns comentários sobre o carácter das programações televisivas comemorativas do 25 de Abril. Menciona-se que a concorrência entre televisões comerciais estimulou os combates da memória, ocasionando a emergência de testemunhos e recordações pessoais em programas variados e de qualidade irregular. Dessa forma, a luta pela audiência resultou, muitas vezes, em sensacionalismo e baixa qualidade: “O debate entre intervenientes directos nos acontecimentos foi privilegiado, secundarizando-se o género (mais dispendioso) do ‘documentário histórico’. O recurso a consultores especializados (historiadores, por hipótese) constituiu a excepção. As temáticas escolhidas obedeceram, sobretudo, aos critérios da espetacularização. O amadorismo e o improvisado preponderaram”.

Em outro artigo, de autoria do jornalista Manuel Pinto Teixeira, a propósito dos programas comemorativos do 25 de Abril, prevalece um juízo negativo sobre os efeitos de tais iniciativas: “Foi, de facto, a grande oportunidade perdida para consciencializar as novas gerações sobre os valores da liberdade e do pluralismo e, ao mesmo tempo, consolidar nos mais velhos um espírito de sã convivência e tolerância cívica. Em vez de se fazer história, gastaram-se quilómetros de prosa e horas de palavreado desconexo, onde ponderou a voz do mais desavergonhado. Em vez de se fazer pedagogia política, e esclarecer momentos obscuros, procurou-se vender doutrina, ao gosto e sabor de interesses pré-determinados”.<sup>322</sup>

No mesmo sentido, um artigo de José Medeiros Ferreira critica o género comemorativo que se praticava em Portugal, em que o aniversário de um evento histórico estimula o interesse da sociedade pela História deste período. Segundo o articulista,

---

<sup>322</sup> “Aniversário das palavras e oportunidades perdidas” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 6.

“[i]nvestigar para celebrar não me parece um bom lema científico”. “Em termos de comemoração do 25 de Abril o que se deveria ter feito era um monumento que não esquecesse as vítimas da ditadura. (...) Querer discutir história a propósito de datas reduz quase sempre o estatuto do saber histórico”.<sup>323</sup> Especificamente a respeito das iniciativas promovidas pela televisão, o *Diário de Notícias* expressa o seguinte juízo sobre o caráter da programação comemorativa: “o 25 de Abril foi nomeado arena oficial da competição entre RTP, SIC e TVI. Toda a capacidade de trabalho do sector informativo de cada estação foi colocada sob a bandeira do ‘esclarecimento’ da revolução – equivalendo, na prática, a um amontoado de debates cujos participantes eram anunciados como atracções de circo, enquanto os moderadores se deixavam vergar pelo excesso de carga”.<sup>324</sup>

Independentemente das críticas, sem dúvida pertinentes, sobre o domínio sensacionalista neste tipo de evocação histórica comemorativa, é forçoso reconhecer que o debate social acerca do passado recente – por mais que este debate seja mal conduzido – é importante e acaba por gerar frutos positivos. Tal como muitos intervenientes admitiram através da imprensa nacional, a escandalosa e descarada emergência do *revisionismo histórico* no vigésimo aniversário do 25 de Abril propiciou a indignação – a “revolta da memória” – e, dessa forma, uma intensa vaga de críticas, o que acabou por resultar em um saldo positivo, pois provou que uma vasta camada da sociedade civil se mantinha vigilante e rejeitava que uma tal visão de seu passado recente se tornasse dominante na memória coletiva. Pode-se dizer, portanto, que o *combate pela memória* ocorrido no espaço público português nos vinte anos do 25 de Abril – apesar de marcado pelo sensacionalismo característico da busca por audiência – demonstrou o conflito no âmbito da memória coletiva dominante sobre a Revolução dos Cravos entre distintas visões do passado e, em consequência, diferentes concepções sobre o presente e sobre o futuro.

Quanto aos diretores dos periódicos analisados durante este período, permanecem os mesmos já mencionados anteriormente: no *Diário de Notícias*, Mário Bettencourt Resendes como diretor e João Fragoço Mendes como diretor-adjunto; e no *Jornal de Notícias*, Frederico Martins Mendes como diretor e Fernando Martins juntamente com José Luís de Abreu como diretores-adjuntos.

---

<sup>323</sup> “O Congresso de Aveiro, o Programa do MFA e a História” in *Diário Notícias*, 5 de Abril de 1994, p. 11.

<sup>324</sup> “Nada melhor que as imagens” in *Diário Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 75.



- Em defesa da memória

É possível dividir as opiniões que clamam pela *defesa da memória* – ou se pronunciam contra o *esquecimento do passado* – entre uma maioria que também se posiciona contra o *revisionismo histórico* e uma minoria que subscreve juízos *revisionistas* acerca do processo revolucionário.

Um artigo do jornalista Pedro Cid identifica a atividade mediática como uma ameaça à memória do 25 de Abril: “A memória que reavivamos do 25 de Abril de 1974 está a correr vários riscos, sobretudo junto das gerações para quem a liberdade, o contraditório e o confronto de ideias políticas é algo perfeitamente natural. (...) A mediatização constante dos fenómenos políticos impede-os de reflectir [os homens do século XXI]. O país está, de certa forma, nas mãos da comunicação social, que não mede, por vezes, as consequências terríveis que provocam uma reportagem menos cuidada, uma notícia mais sensacionalista, tudo em nome de uma coisa que passou a ser fundamental na nossa sociedade: as audiências. Em seu nome, vasculha-se, até ao pormenor, a vida privada dos cidadãos, na ânsia doentia de descobrir algum facto que os destrua, que os torne maleáveis, que ponha a sua honra na praça pública e que, mesmo quando os tribunais ou a evolução natural das coisas os iliba, causa danos irreparáveis. Em nome da mediatização, certos sectores da nossa sociedade estão a viver ambientes perfeitamente pidescos”. Neste contexto, e em crítica ao *revisionismo histórico* que pretende *branquear* o Estado Novo, o articulista destaca a importância de conservar a memória da Revolução dos Cravos: “É bom celebrar o 25 de Abril, enquanto o hino à liberdade. Tal como a lista de Schindler não permite que se perca a memória de um tempo de horror, o 20º aniversário da linda ‘revolução dos cravos’ aviva a memória dos portugueses. De uma maneira diferente de há 10 ou mesmo de há 15 anos. Hoje a liberdade tornou-se tão natural entre nós que alguns agentes activos do passado querem distorcer a realidade do regime de Salazar e de Marcelo Caetano. Não o conseguirão. Mas também não vale a pena transformar o país numa gigantesca arena de confrontação entre os bons de Abril, os maus do regime, aqueles que depois da Revolução tomaram o gosto pela política, seguiram os mais diversos e legítimos caminhos e, agora, esquecem a pureza dos ideais em detrimento de punhado maior ou menor de recriminações recíprocas”.<sup>325</sup> Neste caso, a crítica incide também sobre o padrão

---

<sup>325</sup> “Memórias de Abril” in *Jornal de Notícias*, 15 de Abril de 1994, p. 2.

comemorativo, adotado principalmente pela televisão, que privilegia o embate entre atores do passado recente.

Em um artigo da autoria do jornalista Pedro Rolo Duarte, o posicionamento em *defesa da memória* implica a crítica ao *revisionismo histórico* que intenta desvalorizar a memória do 25 de Abril: “As traições da memória podem ser fatais: reescrevem o passado sem pedir licença nem desculpa, alteram a razão, a ordem e a lógica, deturpam a História sem que o futuro se possa emendar. Não querendo ser pedagógico, e recorrendo apenas às evidências, gostava de reavivar a memória mínima de alguns e enumerar algumas alterações que a Revolução de 25 de Abril de 1974 provocou, desencadeou, impôs, sugeriu e permitiu. Pode servir de cábula a todos os que, desse tempo, guardam apenas a liberdade como conquista efectiva do movimento dos capitães, e esquecem que, com a liberdade, como é sensato admitir, tudo mudou”.<sup>326</sup> É interessante constatar as nuances existentes mesmo entre opiniões que defendem a memória do 25 de Abril e criticam o *revisionismo histórico*: o primeiro artigo mencionado insurge-se especificamente contra o *revisionismo histórico* relativo à reabilitação do Estado Novo, sem se pronunciar de forma direta quanto à extensão desta tendência à memória da Revolução, ao passo que o artigo de Pedro Rolo Duarte aborda o *revisionismo histórico* que atinge 25 de Abril e seu legado, defendendo uma mais abrangente valorização positiva da Revolução.

Também em crítica ao *revisionismo histórico* acerca do processo revolucionário, um artigo do jornalista Albano Matos sobre os programas televisivos menciona que “convém não esquecer o passado a golpes de mataborrão”.<sup>327</sup> No mesmo sentido, uma crônica da autoria de Olga Vasconcelos denuncia a situação social marcada pelo *esquecimento do passado*, o que propicia o avanço do *revisionismo histórico*:

“O lusitano é brando. Esquecido. Mole. Um caso. Ao menos, com um não sei quê anarca. Vinte anos são uma lonjura. Tão grande que os filhos nem sabem o que são vinte anos. Tão perigosamente perto que as serpentes enterradas já mexem e até a cabeça levantam. Cerca de 37% dos jovens com mais de 20 anos não sabem em que ano Abril se fez.

---

<sup>326</sup> “O resto da revolução que tivemos” in *Diário de Notícias*, 15 de Abril de 1994, p. 10.

<sup>327</sup> “Os falsos debates” in *Diário de Notícias*, revista “Programas – Semana de 8 a 14 de Abril de 1994”, p. 7, 7 de Abril de 1994.

Como figuras gradas só repetem Sá Carneiro, Soares, Cavaco / Sá Carneiro, Soares, Cavaco. O mais é uma parede cinzenta que não sabem como se fez. Um muro argamassado obstinadamente de ‘não sei’, ‘não me lembro’ ou ‘não faço ideia’. Espelho de uma adolescência crescida na intolerância de não querer ouvir falar mais de prisões/pides/ditadura/fascismo. Jovens na idade de ouro da afirmação. Jovens nascidos velhos de tanta política, de tanto Governo a mudar, do grande baralho de presidentes e tropa, de conversas chatas à mesa, de comícios à noite, de sindicalismos, de domingos de votos, de pais superpolitizados... uma seca. Jovens/homens de amanhã. Herdeiros de um Portugal amarrotado, esquecido dos mortos dos seus históricos, física e moralmente dependente de uma Europa que ninguém garante, país distraído em futebolis e telenovelas... enquanto os ovos das serpentes eclodem e se espalham nas pedras. A democracia dormida. Portugal já não conquista nada, já não descobre nada, já nem catecismos ensina a ninguém. Portugal dorme, tolera, esquece, branqueia. Branqueia a gestão dos governos, as acções dos políticos, os perfis dos históricos, os crimes e escândalos das ‘jet-set’, os dinheiros ilícitos, os erros, os xenófobos, os ultras, os pides. Portugal perdeu a memória. Janta com criminosos sociais e políticos e aceita ombrear com eles na televisão. Logo que protagonize... Portugal já nem as histórias secretas da PIDE na Torre do Tombo quer revelar. Como nunca apontou os figurantes de atentados políticos. Andam serpentes escondidas por todo o lugar. Numa paz. Portugal, assim ‘blasé’, está um perigo.”<sup>328</sup>

A aguda crítica desta crônica evidencia o clima de então, marcado pela resignação política, o que estimulava o desenrolar do *revisionismo histórico* na sociedade no sentido de *branquear* o passado.

---

<sup>328</sup> “Portugal assim ‘blasé’ está um perigo” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 58 (“Última Página”).

Em um diferente tom, um texto de José Augusto Seabra a propósito de uma exposição iconográfica em Paris sobre *O imaginário da “Revolução dos Cravos”*, menciona a importância de cultivar a memória do 25 de Abril e critica as tendências *revisionistas* no sentido de reabilitar o Estado Novo: “Num momento em que os sinais de retorno de um passadismo mórbido se acumulam, sob a forma de um nacionalismo larvar, é importante que não só a memória histórica seja reavivada, mas se torne a base de uma reflexão aprofundada sobre o presente e o futuro de Portugal na Europa e no Mundo. As nossas comunidades precisam de reconhecer-se numa imagem autêntica do que foi e é a construção da democracia portuguesa e não nas contrafacções que alguns nostálgicos querem de novo servir-lhes”.<sup>329</sup> Nesta apreciação evoca-se a importância da memória na configuração da identidade social presente, o que, segundo o autor, não poderia coincidir com a reabilitação do passado.

Em comentário a respeito de sessão da Assembleia da República marcada por efusivas críticas ao *branqueamento* da PIDE na televisão, Álvaro Guerra<sup>330</sup> – escrevendo na seção “Dois Pesos...”, que trata de atualidades da semana e que é constituída por comentários de Álvaro Guerra e de Vasco Graça Moura – reafirma a importância de preservar a memória: “É reconfortante verificar que os ideais democráticos estão vivos na consciência da grande maioria dos portugueses e que o essencial dos princípios que conduziram ao triunfo de 25 de Abril de 1974 é respeitado e merece adesão inequívoca. Permito-me sublinhar o vigor e a limpidez do discurso do deputado Manuel Alegre, chamando a atenção para o facto de os crimes praticados pelos pides ainda não terem prescrito. Os crimes contra a humanidade não prescrevem. A memória, também não”. Nesta mesma seção, Álvaro Guerra evoca o período anterior ao 25 de Abril também com o intuito de valorizar a memória: “Porque, de facto, nos parecia um sonho que estivéssemos tão perto de romper o cerco dos medos e das mentiras. Era no tempo em que, soldados à força, os Portugueses começavam a sua vida de adultos com o crepitar das metralhadoras e a explosão das minas, lá nos matos da guerra – da COLONIAL, sim senhores! –, por onde andávamos condenados pela nossa consciência e pela história que se fazia à nossa margem. Completam-se hoje exactamente 20 anos, ao ser-me confiada uma missão de código via

---

<sup>329</sup> “A iconografia do 25 de Abril exposta em Paris” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1994, p. 40.

<sup>330</sup> Álvaro Guerra (1936-2002): Escritor e diplomata.

rádio, soube que faltavam dois dias para a liberdade. É estranho pensar agora na força dessa certeza absoluta, pois jamais me ocorreu que o golpe dos capitães pudesse falhar. Inclusive, assegurei-lhes repetidamente – perante uma das suas dúvidas principais – que o povo viria para a rua apoiar o movimento. Então, comecei a contar as horas e os minutos, na espera mais longa de toda a minha vida. Valeu a pena! Sobretudo quando revejo os sofrimentos de tantos dos meus semelhantes durante o longo combate comum pela liberdade, pela dignidade, pela justiça. É por tudo isso que a memória não prescreve. Nunca!”<sup>331</sup>

Em outro comentário a respeito das comemorações do 25 de Abril, Álvaro Guerra denuncia a *falta de memória* das gerações jovens sobre o passado de ditadura; demonstra ainda preocupação quanto ao desenvolvimento do *revisionismo histórico* na interpretação deste período: “Então, não era preciso explicar as razões que nos moviam, as causas dos riscos que assumíamos. Havia um programa comum que se sintetizava na ideia de liberdade, coisa sonhada no quotidiano de gerações vigiadas pela PIDE e pela Censura. Todos sabíamos, em suma, do que se tratava. Hoje, já aí está uma geração sem memória que nos pede contas, muitas vezes sem saber a tabuada. A culpa é nossa porque deixámos enterrar o passado à pressa, sem lhe rezarmos pela alma e sem lhe identificarmos a tumba com a única lápide inequívoca e justa, a que clamasse: ‘Aqui jaz a ditadura!’ Não quero com isto sugerir desforras absurdas, condenações salomónicas e ressurreições de ódios primários. Não nego, sequer, que o 25 de Abril seja já história. Mas o que pretendo é que a história seja bem contada, com o rigor que merecem aqueles que agora a aprendem. E pretendo, sobretudo, que os 48 anos de ditadura não surjam como algo que se passou noutro planeta, com outra gente que não nós próprios”.<sup>332</sup>

Trata-se de contundente crítica contra as tendências *revisionistas* que pretendem *branquear* o passado do Estado Novo, esquecendo a memória deste período histórico. É necessário constatar, contudo, que muitas das críticas contra o *revisionismo histórico* que atinge o período de ditadura não se estendem ao movimento homônimo de desvalorização do significado do 25 de Abril, e muitas vezes subscrevem-no – o que indica orientações políticas de direita e de alguns setores ligados ao PS. Pois muitas das vozes que ao longo

---

<sup>331</sup> “A memória não prescreve” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>332</sup> “Impressões” in *Diário de Notícias*, 20 de Março de 1994, p. 6.

dos anos anteriores protagonizaram o desenvolvimento de interpretações *revisionistas* baseadas na condenação do processo revolucionário, em 1994 insurgem-se contra a tentativa de reabilitar o passado do Estado Novo. Tal situação não é surpreendente; afinal, como já fora assinalado, muitas visões *revisionistas* do 25 de Abril valorizam-no apenas pelo fim da ditadura e restituição da liberdade, condenando o processo revolucionário – de sorte que é natural que tais visões não admitam a tentativa de reabilitar o Estado Novo, defendendo, no entanto, uma memória do 25 de Abril baseada em interpretação *revisionista*.

Há ainda as declarações de personalidades da vida pública que enfatizam a *defesa da memória*. Em sessão da Assembleia da República, o deputado socialista Manuel Alegre insurgiu-se contra a tentativa de reabilitação da PIDE em debate promovido pela SIC. Afirmando que a SIC perdeu a capacidade de se indignar, na ânsia pela originalidade a todo custo, clamou pela preservação da memória: “Não estamos dispostos a permitir que depois de termos sido perseguidos toda a vida venham agora enxovalhar a nossa memória colectiva. E não nos envergonhamos nem negamos nenhum dos três dêes do 25 de Abril”.<sup>333</sup> Sobre esta mesma polémica, o socialista Tito de Morais, em jantar comemorativo do aniversário do PS, confessou-se indignado pelo fato de a televisão entrevistar “um torturador, um assassino dos democratas portugueses”, e exigiu a *defesa da memória*: “A SIC deve começar por pedir desculpas ao povo português! E a direcção do PS deve protestar”, pois “um partido sem memória não é um partido. É uma espécie de PPD”.<sup>334</sup>

Ressaltando a importância da memória histórica para o presente e o futuro, a secretária de Estado da Juventude, Maria do Céu Ramos, – ao falar a respeito de disquete interativa a ser distribuída nas escolas secundárias sobre os acontecimentos que marcaram o 25 de Abril de 1974, desde o dia 24 até à realização das primeiras eleições livres no ano seguinte – afirmou que “sem memória não há futuro” e, por isso, era importante lembrar que nem sempre houve liberdade e que se soubesse aquilo que não havia antes do 25 de Abril, de modo a se dar valor ao que se tinha no momento.<sup>335</sup>

---

<sup>333</sup> “Ferida do 25 de Abril – PS pede julgamento de Óscar Cardoso e revisão da atribuição das pensões dos ex-pides” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>334</sup> “PIDE da SIC assombrou jantar do PS” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>335</sup> “25 de Abril em versão interactiva – Americanos deixam interrogações sobre a Revolução dos Cravos in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1994, p. 6; “Jovens já podem descobrir 25 de Abril em ‘disquete’ – Relatados os acontecimentos mais marcantes” in *Jornal de Notícias*, 19 de Abril de 1994, p. 4.

Pode-se dizer, portanto, que o tom das apreciações que clamam pela *defesa da memória* varia bastante em 1994 – desde as opiniões que se insurgem claramente contra o *revisionismo histórico* que desvaloriza o significado do 25 de Abril e reabilita o Estado Novo, passando por aquelas que se preocupam mais com a tendência *revisionista* para *branquear* a ditadura, e mesmo aquelas que defendem a memória do 25 de Abril destacando apenas a aquisição da liberdade e fim da ditadura. É importante esclarecer que enquanto esta primeira tendência de ampla crítica ao *revisionismo histórico* situa-se politicamente na esquerda, as duas últimas identificam-se mais com as posturas da direita, assim como de alguns setores do PS, podendo ocorrer que as mesmas visões críticas quanto ao *branqueamento* do Estado Novo sejam adeptas da condenação *revisionista* do período revolucionário. Em 1995, pelo contrário, não há referências deste gênero.

#### - Sobre a valorização do 25 de Abril

Em 1994, muitas são as apreciações que valorizam o 25 de Abril positivamente. Por ocasião da sessão solene de abertura do ciclo de comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril, Mário Soares combinou este gênero de opinião sobre a Revolução com posições *revisionistas* – no que diz respeito ao processo revolucionário – e com opiniões críticas ao *revisionismo histórico* – no que diz respeito à descolonização. Manifestando juízo predominantemente positivo sobre a Revolução dos Cravos, o presidente da República declarou que “[t]emos de olhar o 25 de Abril com todas as suas contradições, com todos os seus encontros e desencontros, mas olhá-lo com respeito pela liberdade”. A liberdade, juntamente com o desenvolvimento, desempenha papel de relevo na concepção de Soares acerca do significado da Revolução; ao finalizar seu discurso, declarou: “O 25 de Abril está de acordo com a modernidade do nosso tempo. É a liberdade e deve ser também dirigido para a juventude”. Em alusão à integração europeia Soares salientou ser este um dos efeitos positivos propiciados pelo 25 de Abril, afirmando que os dirigentes que estiveram à frente do país em 1974 e 1975 “contribuíram para que Portugal seja o que é e esteja integrado num dos maiores pólos de desenvolvimento do Mundo (União Europeia)”. Além disso, Soares expressou ainda a ideia conotada com o *revisionismo histórico*, apesar

de pretender valorizar positivamente o 25 de Abril, segundo a qual Revolução dos Cravos teria dado início à última vaga democrática do século XX.<sup>336</sup>

Esta mesma ideia – cuja divulgação teve início a partir de 1990 – foi reiterada por Mário Soares em evento comemorativo do Partido Socialista.<sup>337</sup> Tal como já foi anteriormente referido, esta ideia, embora intente valorar positivamente o 25 de Abril, procede a um duplo deslocamento do sentido histórico: por um lado, elimina a perspectiva socialista como elemento central para compreender a explosão revolucionária iniciada em 25 de Abril de 1974; por outro lado, caracteriza como *revoluções democráticas* as transições políticas ocorridas na América Latina e no Leste Europeu no decorrer da década de 1980. Pretende-se, desta forma, forçar uma similitude entre processos políticos cujo caráter fundamental os distancia mais do que os aproxima. O intuito de uma tal opção interpretativa consiste, evidentemente, em privilegiar o sistema de valores dominante no presente social, em que a transformação social em geral e o socialismo em particular deixou de significar um horizonte otimista de futuro.

A propósito do lançamento do livro *Intervenções* 8, de Mário Soares, uma reportagem do *Diário de Notícias* afirma que o prefácio desta obra, aproveitando o vigésimo aniversário da Revolução, constituía um hino à liberdade. O presidente da República manifestava apreciação positiva sobre o 25 de Abril, considerando que os três dês – democratizar, descolonizar, desenvolver – haviam sido atingidos, “apesar de alguns traumas profundos – devido sobretudo à descolonização, feita nas condições possíveis, com 15 anos de atraso relativamente às outras potências”.<sup>338</sup>

Em intervenção no colóquio “25 de Abril, ontem, hoje e amanhã”, o ex-líder comunista Álvaro Cunhal expressou entendimento que valorizava a Revolução integralmente, com destaque para o papel desempenhado pelos movimentos sociais. Nesse sentido, salientou que a liberdade e a democracia não foram concedidas nem oferecidas. Foram conquistadas pela dinâmica conjugada da luta das massas e dos elementos progressistas do MFA”.<sup>339</sup> Sob este mesmo prisma, uma reportagem do *Diário de Notícias* refere que Cunhal, em entrevista ao *Journal Révolution*, afirmou que o levantamento

---

<sup>336</sup> “Revolução de Abril abriu portas à libertação dos povos colonizados – disse Mário Soares na sessão de abertura das comemorações” in *Jornal de Notícias*, 6 de Março de 1994, p. 3.

<sup>337</sup> “Soares diz que o 25 de Abril foi ‘revolução de sucesso’” in *Diário de Notícias*, 16 de Março de 1994, p. 6.

<sup>338</sup> “Soares justifica descolonização” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 7.

<sup>339</sup> “ ‘Grande operação de falsificação’ ” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6.



militar de 25 de Abril de 1974 “foi imediatamente seguido de um levantamento popular que interveio directamente na transformação da sociedade e imprimiu, entre 1974 e 1975, uma nova dinâmica ao processo revolucionário”. Dessa forma, Cunhal considerava como “grandes realizações democráticas” as nacionalizações, a reforma agrária, os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores e o fim da guerra colonial.<sup>340</sup> Cabe destacar que um tal ponto de vista sobre o 25 de Abril – que entende inclusive a liberdade e a democracia como conquistas relacionadas aos movimentos populares – diverge substancialmente das opiniões que valorizam a Revolução apenas pela aquisição da liberdade e democracia sem mencionar a importância dos movimentos sociais, ou, muitas vezes, condenando-os por considerá-los controlados por grupos políticos minoritários. Tal como na historiografia sobre o 25 de Abril, também no âmbito da memória coletiva é minoritária a visão que ressalta a importância e o papel positivo desempenhado pelos movimentos sociais.

Adotando perspectiva semelhante à de Cunhal, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, por ocasião da inauguração de uma exposição sobre “O 25 de Abril e os direitos dos trabalhadores”, declarou que a intenção das comemorações da CGTP é “salientar hoje ideais, conquistas e direitos obtidos com o 25 de Abril, para que eles se mantenham, cumpram e aprofundem”. Destacou ainda que para a CGTP o progresso social evidenciado nos direitos dos trabalhadores era “indissociável da democracia”.<sup>341</sup> No mesmo sentido, em apelo divulgado pela União dos Sindicatos do Porto, desta mesma confederação sindical, para a participação nas comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril, a Revolução era positivamente recuperada, com destaque para o papel dos movimentos sociais de trabalhadores: “Fruto de longa luta do povo e dos trabalhadores portugueses, o 25 de Abril derrubou a ditadura fascista, trouxe a Liberdade, a Democracia, os direitos e uma radical e rápida melhoria das condições de vida. Sem o contributo decisivo da luta e das conquistas dos trabalhadores, o 25 de Abril não teria sido a revolução profunda em que se veio a transformar”. Além disso, diante da situação de avanço do *revisionismo histórico* na intenção de desvalorizar o 25 de Abril e *branquear* o Estado Novo, o apelo enfatizava ainda a atualidade dos ideais e visões do mundo do tempo

---

<sup>340</sup> “A contra-revolução – Álvaro Cunhal critica destruição das conquistas de Abril” in *Diário Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>341</sup> “Direitos que Abril trouxe – CGTP promove exposição sobre os 20 anos da Revolução dos Cravos” in *Diário Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 10; “Cavalho da Silva reafirma validade dos ideais de Abril” in *Jornal Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 4.

da Revolução: “Neste contexto, a União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN faz questão de reafirmar que os ideais e projectos de sociedade que emergiram com o 25 de Abril são válidos e actuais. E que, por eles, os trabalhadores e as suas organizações de classe vão continuar a lutar”.<sup>342</sup>

Em intervenção em debate sobre os “Valores de Abril”, ocorrido em S. Pedro da Cova, o jornalista César Príncipe manifestou uma visão do 25 de Abril que também enfatizava a importância dos movimentos sociais, os quais haviam evidenciado a iniciativa cidadã na resolução de seus próprios problemas: “com o 25 de Abril, o povo deste país veio do fundo da história, veio à superfície tratar do seu destino”. O jornalista ressaltou ainda o papel importante das lutas dos trabalhadores, que datam do período do Estado Novo, acrescentando que “se o 25 de Abril assim foi, deve-se ao PCP, porque organizou os trabalhadores”.<sup>343</sup>

Distinta visão do 25 de Abril foi evocada por Mário Soares em evento que homenageou Salgueiro Maia e Adriano Correia de Oliveira, em Santarém. Como era habitual, o presidente da República elogiou o 25 de Abril por seus valores consensuais, afirmando que “o mais importante da Revolução dos Cravos é o bem da liberdade”. Defendendo a ideia de “revolução da generosidade”, Soares realizou a seguinte apreciação do 25 de Abril: “O processo da democracia foi difícil, mas temos de reconhecer que a Revolução dos Cravos foi a da generosidade. Os heróis de Abril deixaram sair os ditadores e nas suas armas puseram cravos de liberdade, que impressionaram todo o mundo”. Ao finalizar seu discurso, destacou os grandes valores de Abril – liberdade, solidariedade, respeito pelos outros, tolerância – e alertou para o fato de que “a democracia como a liberdade nunca estão completamente conseguidas, só a tolerância, o respeito pelo outro e a solidariedade a podem garantir”.<sup>344</sup>

Esta mesma linha de argumentação prevaleceu no discurso proferido na sessão solene da Assembleia da República. Defendendo a ideia de que o 25 de Abril foi uma *revolução pioneira*, o presidente da República manifestou juízo amplamente positivo sobre os efeitos da Revolução, com destaque, contudo, para os seus reveses: “Conseguimos

---

<sup>342</sup> “O 25 de Abril com os trabalhadores” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>343</sup> “Mineiros recapitulam Abril” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>344</sup> “Democracia é flor delicada de que é preciso cuidar – lembrou Soares aos jovens, na homenagem a Salgueiro Maia” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 3; “Vozes de indignação – homenagem a Salgueiro Maia embaraça ministro Fernando Nogueira” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 3.

instaurar uma democracia pluralista, vencer os radicalismos de sinal contrário, entrar na Comunidade Europeia, dar a Portugal uma voz respeitada no Mundo. O que se fez nestas duas décadas foi imenso. Recebemos um país amordaçado, isolado, com uma guerra colonial em três frentes, que se perpetuava sem saída nem glória, um país com um imenso atraso, a todos os níveis, sem sociedade civil autónoma. Instituições como a censura e a odiosa polícia política fomentavam o medo, a subserviência, a denúncia. O pensamento era policiado e muitas vezes silenciado”. “Fomos capazes, não obstante os acidentes de percurso, de construir um Estado de Direito, de dar voz à sociedade e iniciativa dos cidadãos, de modernizar, até certo ponto, as estruturas económicas e sociais, de consolidar o poder local, de assegurar a autonomia aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, de abrir a cultura e a ciência em diálogo com o que de mais avançado se faz no Mundo, de criar uma consciência de cidadania”. Sobre a integração europeia, Soares defendeu a necessidade de criar uma nova mentalidade, pois só assim “é possível construir a Europa dos cidadãos, da cultura, da ciência, do ambiente e da paz, prevenindo os perigos do racismo, dos nacionalismos agressivos, da intolerância e do autoritarismo”.

Em sentido semelhante, o presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, ressaltou uma visão que valorizava o 25 de Abril positivamente, com destaque para os aspectos da democracia formal: “Os objectivos que a si se propuseram os ‘Capitães de Abril’ continuam a ser firmemente saudados pela esmagadora maioria dos portugueses de todos os estratos sociais e de todas as parcelas territoriais. O derrube do regime opressivo, autoritário e arcaico não perdeu, seguramente, o consenso generalizado e a gratidão do povo português. A igual dignidade social de todos, sem distinções em razão do sexo, da raça, do território de origem ou das convicções políticas ou ideológicas; o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; a existência de instituições democráticas (eleições livres, partidos políticos, sindicatos livres, direito à greve, etc...), em suma, as regras basilares da liberdade e da democracia, hoje consagradas na Constituição da República e nas leis, são tidas pelo povo português como uma aquisição histórica e como um feito excepcional dos ‘Capitães de Abril’. As muitas pessoas, simples ou ilustres, que entusiasticamente se lançaram na longa e exaltante reconstrução da Pátria apenas prosseguiram a obra iniciada por esses soldados generosos”. Em juízo já não tão positivo quanto ao legado da Revolução dos Cravos, Barbosa de Melo considerou ainda, em

consonância com as opiniões *revisionistas*, que a consolidação das instituições democráticas se deu em 1982 através da concretização da revisão constitucional.<sup>345</sup>

As intervenções dos deputados nesta sessão solene versou principalmente em torno da questão do *revisionismo histórico*. A deputada do partido “Os Verdes”, Isabel de Castro, valorizou positivamente a Revolução dos Cravos após recordar a Guerra Colonial, as perseguições políticas, o tempo dos muros, das grades, da tortura e da morte; destacou ainda o significado prospectivo da Revolução, afirmando que: “Vinte anos depois do 25 de Abril, falar de futuro é falar da democracia por reinventar. É ser capaz de devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que sobre si se fecham (...) É ser capaz de recusar a apatia”. Um sentido prospectivo da Revolução foi defendido também pelo deputado do PSN (Partido da Solidariedade Nacional), Manuel Sérgio: após afirmar que “o 25 de Abril está por cumprir”, ressaltou o forte cunho pedagógico das comemorações.<sup>346</sup>

O presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral<sup>347</sup> divulgou mensagem, especialmente dedicada aos jovens, em que prevalecia o sentido de valorização positiva do 25 de Abril: “Vinte anos depois, o 25 de Abril mantém toda a sua luminosa vitalidade. Os ideais de Liberdade, de Democracia, de Desenvolvimento têm valor perene”. Após recordar a realidade opressiva do Estado Novo, foi feita breve menção aos *erros* do processo revolucionário; no entanto, o enfoque da mensagem era fundamentalmente positivo quanto ao significado do 25 de Abril e à importância de seus valores para o presente e o futuro, num sentido semelhante ao tom consensual dos discursos de Mário Soares: “No meio de alguns exageros e certamente com erros e insucessos, nunca se viveram tempos de maior generosidade. Valeu a pena o 25 de Abril – e de modo muito especial para os Açores e para os Açorianos. Aqui a Liberdade também se chama Autonomia. Por ela avançamos no progresso, em justiça, e solidariedade, construindo

---

<sup>345</sup> “Temos de defender a democracia dos perigos que a atropelam – disse Mário Soares na sessão solene da Assembleia da República” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 2; “ ‘Precisamos de mais pluralismo’ – Presidente da República aproveita 25 de Abril para deixar recados sobre a ‘falta de transparência’ ” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 5.

<sup>346</sup> “Guterres lembrou o passado com os olhos postos no futuro – Líder do PS deixou alguns ‘recados’ ao Governo e avançou as suas propostas para a revisão constitucional” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 3; “Tutores da memória – António Guterres apela a revisão constitucional ainda este ano” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>347</sup> Mota Amaral (n.1943): Advogado. Nos últimos anos do Estado Novo, foi deputado à Assembleia Nacional, representando a *Ala Liberal*. Foi um dos fundadores do PSD. Integrou a Assembleia Constituinte. Exerceu o cargo de Presidente do Governo Regional dos Açores entre 1975 e 1995. Posteriormente, exerceu a função de deputado, tendo sido presidente da Assembleia da República entre 2002 e 2005.

fraternalmente a Unidade Açoreana e dando o nosso contributo para a afirmação de Portugal e da União Europeia (...). Celebrar o 25 de Abril não é pois contemplar estático o passado – mas sim, à bela luz da Liberdade, avançar, confiantes, com entusiasmo e alegria, para enfrentar e vencer os desafios correspondentes rumo ao futuro”.<sup>348</sup>

Sobre as comemorações populares de Lisboa, o *Diário de Notícias* refere a ocorrência da maior manifestação do 25 de Abril dos últimos anos – resultado da indignação que invadiu largos setores da sociedade civil em virtude da polémica dominante nas comemorações do vigésimo aniversário da Revolução, envolvendo o avanço do *revisionismo histórico*. Também no Porto as comemorações populares na baixa da cidade contaram com maior participação em comparação com anos anteriores. Em contraposição à situação de repressão, tortura, censura, emigração, vigente durante o Estado Novo, foram evocadas as conquistas sociais da Revolução.<sup>349</sup>

Em discurso no Largo do Carmo, novamente Mário Soares privilegiou uma visão amplamente consensual do 25 de Abril, ressaltando a importância do próprio dia em que a ditadura foi derrubada: “Seria injusto que não nomeássemos todos aqueles que, independentemente dos seus percursos posteriores, participaram no 25 de Abril, pois o que interessa é o próprio dia”. O *Jornal de Notícias* menciona terem estado presentes neste evento deputados dos mais variados partidos políticos, com exceção do CDS/PP.<sup>350</sup> A respeito da postura dos partidos políticos quanto ao significado atribuído ao 25 de Abril, é curioso mencionar que em 1994 o PSD – também sempre ausente das comemorações populares nos aniversários do 25 de Abril – promoveu, no Porto, uma cerimônia evocativa do 25 de Novembro. Tal atitude demonstra o posicionamento do partido de desvalorização da Revolução – uma vez que se abstinha de comemorar o 25 de Abril ao passo que evocava a data que marcou a contenção do processo revolucionário.<sup>351</sup>

Quanto às iniciativas regionais para a comemoração do 25 de Abril, novamente a maioria social-democrata do Parlamento madeirense decidiu não realizar sessão solene comemorativa do 25 de Abril, alegando que, por ser um feriado nacional, a data deveria ser

---

<sup>348</sup> “Ideais de liberdade têm valor perene – mensagem de Mota Amaral dirigida aos jovens” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>349</sup> “Milhares na Avenida da Liberdade – Manifestação do 25 de Abril sob o signo da unidade” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 9; “Expressões de repulsa” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 7.

<sup>350</sup> “Juventude desencantada vaiou política educativa do governo – Entusiasmo e preocupação marcaram encontro no Largo do Carmo” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>351</sup> “Cerimónia evocativa do 25 de Novembro” in *Jornal de Notícias*, 25 de Novembro de 1994, p. 3.

celebrada pelo Governo da República. Assim, como era habitual, o Governo Regional organizou evento para a evocação do 25 de Abril no dia 26, o que motivou a declaração dos demais grupos parlamentares de que estariam ausentes nesta iniciativa.<sup>352</sup>

Em declaração sobre a Revolução dos Cravos, o bispo de Setúbal, D. Manuel Martins<sup>353</sup>, afirmou que “esta revolução exemplar e única espantou o Mundo e o povo cantou o 25 de Abril, porque ele dignificou a pessoa humana, teve uma mensagem evangélica e continua a tê-la”.<sup>354</sup> São também visões positivas do 25 de Abril, relacionadas com o universo religioso, que constituem a ênfase de artigo de opinião da autoria de Rui Osório. Em conclusão, o articulista, citando Manuel Braga da Cruz, afirma que “a Igreja desempenhou um relevante papel na consolidação da democracia”.<sup>355</sup> Não cabe discutir aqui o mérito desta asserção; é pertinente ressaltar, contudo, que uma tal análise do papel da Igreja no 25 de Abril ignora, por exemplo, o comprovado apoio de figuras da hierarquia eclesiástica às organizações terroristas de extrema-direita surgidas durante o processo revolucionário – o que, sem dúvida, não constituiu um contributo para a consolidação da democracia em Portugal.

Em outro artigo, Rui Osório sublinha que, para além da reconquista da liberdade e da democracia, um importante benefício propiciado pelo 25 de Abril foi a integração na Europa. Em concordância com declaração divulgada pelos bispos portugueses a propósito das eleições para o Parlamento Europeu, a realizar-se em Junho de 1994, o articulista salienta que “[e]stamos na Europa não apenas para os benefícios, de que os fundos comunitários são a expressão mais visível, mas para participar na sua construção, na construção (...) de uma Europa de economia partilhada, de diálogo cultural, de grandes objectivos comuns, para se situar, desse modo, no convívio dos homens e das nações”.<sup>356</sup>

Visão pouco positiva acerca da discussão pública sobre o passado é expressa em artigo de Raul Rego: “Não nos parece que o 25 de Abril seja uma data de plenitude da vida nacional, como o seria o dia da República. Essa é a vida comum, o estreitamento, a

---

<sup>352</sup> “Funchal recorda Abril” in *Diário de Notícias*, 6 de Março de 1994, p. 5; “25 de Abril saudado na Madeira” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 10.

<sup>353</sup> D. Manuel Martins (n.1927): Foi nomeado Bispo de Setúbal em 1975. Foi apelidado de “Bispo vermelho”, por ter conseguido aproximar-se da população local de Setúbal, bastante identificada com o PCP e com reservas quanto ao papel da Igreja.

<sup>354</sup> “Revolução teve mensagem cristã – considera o bispo de Setúbal, D. Manuel Martins” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>355</sup> “Lembranças de Abril” in *Jornal de Notícias*, 16 de Abril de 1994, p. 68 (“Última Página”).

<sup>356</sup> “O desafio europeu” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1994, p. 76 (“Última Página”).

fraternidade entre os cidadãos, tem significado em si mesmo e para todos nós. É uma aspiração e nós devemos celebrar a esperança, a luz do dia de amanhã e não o passado. A vida está à nossa frente, ao que nos parece, e o respirar das mágoas do passado nada acrescenta, já ninguém constrói o futuro a pensar no dia de ontem, lembrando avós e bisavós de que mal sabemos os nomes, e, sim, a olhar os filhos que crescem e que não precisam de olhar ao passado. Não é com mágoas e tristuras, lembranças de tiranias que se cultiva a comunhão entre os homens, a verdadeira república, solidária, cheia de esperança, no ânimo de nós todos. Não é lembrando avejões, desenterrando cadáveres, ressuscitando a lembrança de tiranos que se solidifica a república de todos nós. Ela deve estar cada vez mais firme, mais sólida na vida de cada um e de todos nós. Nem todos foram heróis, com certeza, mas que todos sejam simplesmente cidadãos; e que ideia triste esta de todos os anos lembrar os morcegos de um dia”.<sup>357</sup> É certo que tal apreciação foi, muito provavelmente, motivada pelo clima de confrontação – pouco esclarecedor e sem dúvida criticável – que prevaleceu nos debates televisivos dos vinte anos do 25 de Abril; no entanto, convém esclarecer que, sob a perspectiva da importância da memória coletiva para as sociedades, a conclusão segundo a qual a discussão sobre o passado é infrutífera, importando apenas concentrar-se no futuro, tampouco favorece o avanço da cidadania social. Como já foi mencionado anteriormente, o efeito deste tipo de concepção é a desvalorização do passado, uma vez que este é considerado pouco relevante para as realidades presente e futura.

Em artigo da autoria de José Augusto Seabra, prevalece visão que valoriza o 25 de Abril com ressalvas. Dessa forma, menciona-se a necessidade de assumir “as luzes e as sombras que atravessaram e envolveram o processo, primeiro revolucionário e depois democrático, perturbado por desvios e regressões recorrentes, que nos trouxe até onde hoje estamos, confrontados já não apenas com as sequelas de um passado recente, ainda não de todo exorcizado, mas com um presente e com um futuro preñes de interrogações e de incertezas”. Assim, como é habitual nas apreciações deste autor sobre a Revolução, o período revolucionário é compreendido sob uma perspectiva *revisionista*, subscrevendo-se a oposição *revolução X democracia*. A valorização positiva do 25 de Abril é baseada nos

---

<sup>357</sup> “Todos foram heróis” in *Jornal de Notícias*, 12 de Abril de 1994, p. 4.

aspectos da democracia formal, insinuando-se ainda crítica às tentativas *revisionistas* de reabilitar o Estado Novo: “O principal activo da nossa Democracia, constitucionalmente institucionalizada num Estado de Direito, é sem dúvida a garantia do exercício das liberdades fundamentais, bem como do pluralismo político-partidário e sindical, conquistas básicas do 25 de Abril com que não pode deixar de regozijar-se o povo português, que agora se exprime e informa, se reúne e associa, se manifesta e vota sem os espectros da polícia política e da censura, mesmo se aqui e ali alguns remanescentes destas são escandalosamente branqueados e se vai assistindo ao levantar de cabeça de uns quantos nostálgicos”.

No que tange à descolonização, o artigo destaca os *erros* do processo; já a integração europeia é tratada como decorrência amplamente positiva do 25 de Abril: “No plano externo, o fim das guerras coloniais e o estabelecimento de relações de cooperação fraterna com os novos países de língua portuguesa, malgrado os erros cometidos no processo de descolonização, permitiram a saída de um isolamento internacional nefasto, tendo depois a adesão de Portugal à Comunidade Europeia consolidado a posição de Portugal no mundo, dando-lhe uma nova imagem”. A conclusão do artigo, ressaltando a identidade europeia, é positiva quanto ao significado do 25 de Abril: “Os cidadãos portugueses – e hoje também europeus – que desde sempre lutaram pela liberdade, pela democracia e pela justiça devem unir-se para que estes valores de Abril renasçam com uma luz nova”.<sup>358</sup>

Em sentido semelhante, um editorial do *Diário de Notícias* – a propósito do discurso de Mário Soares na abertura oficial das comemorações da Revolução – manifesta visão essencialmente positiva do 25 de Abril, apesar dos reveses ocorridos durante o “PREC”. Além disso, a integração europeia, e os benefícios decorrentes dela, é abordada como um processo em construção, à semelhança da democracia: “Ontem, como hoje, havia voluntarismos de diverso propósito a tentar gerir as ‘leis da História’. A primeira reacção de felicidade gratuita, de autêntico ‘baptismo’ colectivo, logo cedeu lugar ao choque desses voluntarismos – a que chamamos PREC. O balanço é positivo, porque resulta de alguns esforços bem sucedidos. Mas uma visão lúcida do que se está a passar na Europa deve

---

<sup>358</sup> “Luzes e sombras de Abril” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 11.



ensinar-nos que não estamos prometidos à prosperidade e ao bem-estar só por termos aderido à Comunidade, assim como há vinte anos não ficámos doutorados em democracia por acto de conversão de Estado. Estas coisas têm um caminho e supõem uma aprendizagem. É neste contexto que continua a ter sentido ‘criar’ democratas”.<sup>359</sup>

A intenção de valorizar o 25 de Abril manifesta-se também em artigo de Paulo Mendo. Ao tratar da questão da ausência de julgamentos promovidos pela Revolução contra os agentes do Estado Novo, o articulista aproxima-se da ideia de *revolução generosa*: “A democracia portuguesa não tem pecado original, não assenta como tantas outras em nenhuma violência mortal. (...) [S]into-me orgulhoso por essa prova de consideração pelos vencidos que a Revolução teve, embora saiba que seguramente ter-se-iam enchido as prisões se a ditadura tivesse ganho. É esta a força e a fraqueza da democracia. A de dar o direito de cidade a todos, mesmo aos seus inimigos”. A conclusão do artigo é otimista quanto aos efeitos do 25 de Abril, evocando ainda a importância da identidade europeia: “a democracia é um encantamento. Que em vinte anos transformou Portugal, nos transformou a nós e nos fez europeus. O 25 de Abril cumpriu-se e há-de continuar a cumprir-se!”<sup>360</sup> Como já fora mencionado, uma tal visão da Revolução, ancorada na conciliação com as forças sociais da ditadura, concede espaço ao desenvolvimento do *revisionismo histórico* com vistas a desvalorizar a memória do período.

O sentido de ampla valorização da Revolução dos Cravos sobressai em artigo de Manuel Villaverde Cabral<sup>361</sup>. O 25 de Abril é considerado como “a data mais importante e mais feliz da história portuguesa dos últimos 150 anos”, tendo permitido a entrada do país nas comunidades restritas dos povos livres e das sociedades modernas. Destaca-se o fato de o 25 de Abril ter propiciado o fim do império colonial, o que permitiu o desenvolvimento da identidade social europeia: “Com o fim das ilusões e das mistificações imperiais, Portugal regressou à Europa e a si próprio. Conforme alguns haviam dito ao longo dos séculos, mas ao contrário da ideologia dominante das elites tradicionais, ainda hoje

---

<sup>359</sup> “As datas da decisão” in *Diário de Notícias*, 7 de Março de 1994, p. 6.

<sup>360</sup> “25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1994, p. 10.

<sup>361</sup> Manuel Villaverde Cabral (n.1940): Sociólogo, professor universitário. Foi exilado político em França entre 1963 e o 25 de Abril. Em 1984, foi um dos fundadores do *Clube da Esquerda Liberal*, composto por um grupo de pensadores políticos portugueses que tinham tido afinidades com a Esquerda revolucionária no passado, mas que no momento tinham abandonado o marxismo e defendiam o liberalismo, a economia de mercado e a social-democracia.

infelizmente demasiado perceptível, ao libertar-se das colónias, Portugal libertou-se a si mesmo para as tarefas da integração europeia. Esta não é tanto integração num grande espaço económico como, sobretudo, adesão aos valores da nossa comunidade de origem”.

Em conclusão, o juízo positivo quanto aos efeitos do 25 de Abril dá lugar à crítica da realidade política do momento – com especial destaque para o Governo, cujos representantes mantinham um significativo afastamento dos valores e ideais do 25 de Abril –, marcada pela resignação: “Consolidada a democracia, vencido o desencanto inerente ao fim da festa revolucionária e à sua substituição pela legitimidade eleitoral e, finalmente, ancorado o País no porto de abrigo da Europa comunitária, o novo regime cumprira-se a si mesmo em pouco mais de uma década. Para ficar. Desde então, e já lá vai quase outra década, a rotinização dos procedimentos democráticos sob o peso da maioria eleitoral de um novo grupo dirigente, feito de ‘adesivos’ da elite conservadora e dos seus pupilos pós-democráticos, desvinculados do 25 de Abril e das suas batalhas, promoveu o retorno da apatia política própria de uma sociedade imperfeitamente modernizada. A desmobilização cívica foi encorajada pelo acesso maciço, mas crescentemente inigualitário, aos sinais exteriores de uma riqueza inédita, se bem que fugaz e precária. Como resultado, 20 anos depois, os Portugueses confrontam-se, praticamente sem orientação nem liderança, com uma democracia consolidada, mas cuja baixa qualidade é atestada por todos os indicadores internacionais de participação e mobilização. Nada está perdido, mas muito está por ganhar”.<sup>362</sup> Uma tal visão crítica da realidade do momento salienta – à semelhança de outras apreciações anteriormente analisadas – a distância existente entre os valores cultivados no presente social e aqueles que eram dominantes na época da Revolução dos Cravos.

Um artigo de Carlos Marques, após insurgir-se contra o *branqueamento* da PIDE na televisão, valoriza positivamente o 25 de Abril ao conferir-lhe um sentido prospectivo: “Festejar os 20 anos de Abril é, sobretudo, trazer o inconformismo e a esperança de que o povo português não está condenado a viver na amargura do amanhã incerto, e trazer as soluções de novos caminhos solidários que reponham as esperanças que Abril fez brotar nos corações”.<sup>363</sup>

---

<sup>362</sup> “A qualidade da democracia” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 13.

<sup>363</sup> “O cinismo do carrasco” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 6.

Em texto da autoria José Augusto Seabra com o objetivo de abordar a exposição a ser realizada em Paris sobre o “O imaginário da ‘Revolução dos Cravos’”, sobressai uma visão amplamente positiva da Revolução. Pois é recuperado o clima de otimismo que perpassou as mensagens e os propósitos da Revolução: “Os grandes movimentos históricos, que mudam a face política de um país, não se reduzem a uma dimensão circunstancial e transitória, por muito que certas forças os queiram esquecer ou recuperar. Eles exprimem, quando correspondem às aspirações profundas de um povo, toda uma vivência multifacetada dos valores cívicos e culturais de uma comunidade em crise e em busca de novas referências, debatendo-se entre o passado e o futuro. Assim acontece com as revoluções autênticas, quaisquer que sejam os desvios que no seu curso posterior venham a conhecer. Elas não são mais, afinal, do que a inscrição nos factos de ideais comuns longamente amadurecidos, que acabaram por encontrar a sua forma própria de manifestação”. E tratando especificamente do 25 de Abril considera que “[a] revolução foi, antes de mais, a tomada pelo povo português da palavra e da imagem, nas suas diversas expressões semióticas, que é necessário analisar e interpretar para captar-lhes o sentido profundo”.<sup>364</sup> Uma tal visão do 25 de Abril enfatiza a participação popular como um aspecto positivo da Revolução.

Visão semelhante é expressa em crônica da autoria de Artur Costa<sup>365</sup>, cronista semanal do *Jornal de Notícias*. Com o propósito de criticar o *revisionismo histórico*, tratando especificamente da participação de agente da PIDE em debate televisivo, o articulista recupera, inicialmente, o clima do 25 de Abril de intensa felicidade e esperança: “as ruas foram sendo ganhas pela bebedeira de um povo em liberdade. (...) Uma vasta onda de solidariedade e de autêntica fraternidade nos começou a invadir e era por isso que nos abraçávamos efusivamente, que nos falávamos com um calor desconhecido, que nos olhávamos com um olhar limpo de toda a manha”. Em seguida, o articulista evoca o ambiente opressivo do Estado Novo de modo a redimensionar a intensidade da alegria proporcionada pela Revolução: “Pertencço a uma geração que já só apanhou a última fase do fascismo (ou, se esta designação é excessiva para os juristas da História ou violenta para certos ouvidos mais delicados, da ditadura), mas, ainda assim, uma geração que sofreu as

---

<sup>364</sup> “A iconografia do 25 de Abril exposta em Paris” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1994, p. 40.

<sup>365</sup> Artur Costa (n.1947): Juiz. Na altura exercia o cargo de Procurador-geral adjunto no Tribunal da Relação do Porto.

perseguições da PIDE, as cargas brutais da Polícia de Choque, as exclusões da Universidade, a castração imposta pela Censura, as difíceis paragens do exílio, os horrores da guerra. Só de o escrever a minha mão treme de emoção. Gerações anteriores à minha têm mais coisas para contar. Muitos passaram décadas, vidas inteiras a lutar por uma dignidade de ser portugueses. Volta e meia estavam presos, volta e meia, em liberdade, uma liberdade sempre efémera, sempre vigiada. (...) Sofreram a tortura, o exílio, o desterro. Ficaram com os nervos destrambelhados, as famílias destroçadas, as profissões estragadas. Alguns sucumbiram; outros sobreviveram, apesar da carga de sofrimentos. Uns viram o 25 de Abril e disseram: ‘Valeu a pena’. Outros morreram sem terem visto a liberdade e disseram lá para eles: ‘Vale a pena lutar por ela’. Quem assim viveu esse tempo português de ‘uma apagada e vil tristeza’ sentiu uma forte comoção com o 25 de Abril. Houve quem caísse fulminado pelo abalo dessa comoção, como o escritor surrealista Pedro Oom. Os portugueses recuperaram, então, toda a alegria de viver, a alegria de serem senhores de si próprios, donos do seu destino. Os muros que os separavam uns dos outros derreuíram, a sombra do medo deixou de acompanhar os seus passos, os cafés, os lugares públicos deixaram de ser lugares de constrangimento e de mútua desconfiança, a fala dos portugueses tornou-se liberta. As ruas encheram-se de pessoas e havia uma alegria festiva em todos os rostos, uma proximidade quente que a todos envolvia”.<sup>366</sup>

Em estreita relação com este clima de otimismo quanto ao futuro da sociedade suscitado pela Revolução dos Cravos, o *Diário de Notícias* publica, no suplemento *Cultura*, reportagens sobre a *utopia*, da autoria de António Rego Chaves<sup>367</sup>. O motivo para a discussão do assunto é a proximidade do aniversário do 25 de Abril, o que suscitava o contraste com os valores resignados do momento político de meados dos anos 1990, que rejeitavam a possibilidade de transformação da sociedade: “A poucos dias das comemorações oficiais dos 20 anos do 25 de Abril de 1974, vem a propósito fazer uma reflexão, ainda que breve, sobre a Utopia (ou melhor, as utopias) e o que resta desses sonhos de um mundo diferente. Até que ponto somos ainda movidos, ou comovidos, por essas ideias? Neste final de século, quando o pragmatismo e a ‘Realpolitik’ surgem como os grandes motores da História que se vai fazendo, ainda haverá lugar na nossa imaginação

---

<sup>366</sup> “Contra o esquecimento” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1994, p. 10.

<sup>367</sup> António Rego Chaves (n.1939): Jornalista. Antes do 25 de Abril, colaborou na revista *Seara Nova*, conhecida pelo seu papel ativo na oposição ao Estado Novo.

para o pensamento utópico? Aqui ficam algumas pistas.” Apesar de o 25 de Abril não ser objeto de análise destas reportagens, a analogia entre a Revolução dos Cravos e uma concepção positiva da *utopia*, entendida como transformação social, sugere a intenção de valorização deste período da História portuguesa. Não é difícil, por exemplo, associar a definição do polaco Jerzy Szacki a respeito da *utopia* com o ambiente vivido em Portugal durante a Revolução: “o utopista não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com as possibilidades actualmente existentes: sonha, antecipa, projecta, experimenta. É justamente esse acto de acordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é e o que deveria ser; entre o mundo que é e o mundo que pode ser pensado”.<sup>368</sup>

Também com o objetivo de valorizar positivamente o 25 de Abril, o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* publicam em 1994 suplementos especiais sobre este período histórico. Ambas as iniciativas são, de certa forma, impulsionadas pela polémica que marcou as comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril envolvendo o *revisionismo histórico*. Neste sentido, o *Diário de Notícias* critica esta tendência de reabilitar o Estado Novo e desvalorizar a Revolução:

“Vinte anos depois, o 25 de Abril está a ser julgado. De uma forma disfarçada, suave, de esguelha – mas está a ser julgado. A técnica mais comum é a de aligeirar as culpas da ditadura e colocar brandas reticências nos méritos de Abril. É um processo curioso: de um lado, compara-se o fascismo à portuguesa com outras formas de totalitarismos para que se conclua que ‘o nosso (?) não foi dos piores’; do outro, aprecia-se Abril comparando a fervilhação revolucionária de há 20 anos com a pacatez contida dos dias de hoje, para se fazer sobressair aquilo a que chamam ‘os excessos’. A ditadura tem a atenuante de não ter sido a pior de todas; o 25 de Abril tem a agravante de não ter sido feito de roupão e pantufas. É um modelo de equidade comparável ao do mestre que, prometendo fazer uma só pergunta a cada menino, quer saber, de um, quando foi a Grande Guerra

---

<sup>368</sup> “Utopias. O que resta do sonho” in *Diário de Notícias*, suplemento *Cultura*, 27 de Abril de 1994, p. 2, 3, 4.

e, de outro, os nomes e moradas dos mortos, sem desculpar o Soldado Deconhecido!”

A seguir, o 25 de Abril é positivamente valorizado em toda a sua amplitude:

“Os ‘excessos’ do 25 de Abril foram a sua unanimidade, o fervor colectivo, a entrega total, a descoberta do romance em ex-pacatos burgueses, o crime colectivo de deixar todos ter uma ideia, uma proposta, uma solução. Só não viveu Abril em pleno quem tinha a alma espessa pelo que fez na ditadura. E mesmo esses, na solidão do seu exílio no meio da festa, levantaram as mãos postas em agradecimento a Abril, por este não se fazer pagar como eles o faziam quando puderam. Quem agora apouca Abril é que tem um problema interior para resolver, não Abril. É gente que se envergonha de ter vivido, de ter abraçado ideias e ideais tão piegas como ser bom, ser generoso, ser justo, distribuir, repartir, partilhar. E de ter caído na suprema boçalidade de festejar na rua – e de ter gostado! E de ter resvalado no destempero de não gostar de outras coisas – e de ter protestado, ali, de viva voz, alucinado e sincero! É gente que não se quer rever no que pensou, disse e fez – e que foi lindo! (...) Mas estejam à vontade. Podem julgar o 25 de Abril. Podem julgá-lo mil vezes. Com a certeza de que nunca o julgarão à revelia – porque o 25 de Abril estará sempre presente! Mesmo que seja para enfrentar o mais iníquo dos julgamentos”.<sup>369</sup>

Este suplemento especial aborda variados aspectos da realidade relacionada ao 25 de Abril, abrangendo tanto acontecimentos ocorridos durante o período revolucionário quanto outros que lhe foram posteriores: a situação dos militares que protagonizaram a Revolução, assim como depoimentos de alguns deles; a libertação dos presos políticos; a Revolução vista da Madeira, de Macau, de Moçambique, dos Açores; os presos do 25 de Novembro; a independência da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Cabo Verde, de S.

---

<sup>369</sup> “Estranha equidade” in *Diário de Notícias*, Suplemento “25 dias de Abril”, 25 de Abril de 1994, p. 32.

Tomé e Príncipe, de Angola; a invasão de Timor-Leste; o acordo sobre Macau; a eleição da Constituinte; a aprovação da Constituição; as primeiras eleições: presidencial, regionais, autárquicas, legislativa; a autonomia regional; o primeiro Governo de coligação (PS/CDS); a primeira coligação com maioria absoluta (AD); o primeiro partido com maioria absoluta (PSD); o Parlamento Europeu; a entrada na CEE e a ratificação do Tratado de Maastricht. É válido salientar, como ponto positivo deste suplemento, a presença de depoimentos africanos sobre o 25 de Abril, os quais convergem na valorização positiva da Revolução, rejeitando, por vezes, ideias *revisionistas*.

O suplemento especial do *Jornal de Notícias* também situa esta iniciativa no contexto que dominou as comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril. Pois “[n]o seu afã comemorativo, a comunicação social fartou-se de, nos últimos tempos, bombardear leitores, ouvintes e telespectadores, rivalizando nas doses maciças de informação e desinformação, na produção industrial de interpretações e de mal-entendidos”. Neste quadro, despontou uma considerável quantidade de visões que primavam pela desvalorização da Revolução, “como se, afinal, o despertar da longa noite da ditadura tivesse gerado monstruoso pesadelo envolto em cravos”. Dessa forma, o editorial empreende duras críticas à situação de avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa:

“A memória dos homens não pode ser assim tão curta que dê para caluniar, para mistificar, para reinventar caminhos de Abril, atalhos de Março, estradas de Novembro... ‘Abril’ foi o que foi – e não o que, hoje, desavergonhada e despudoradamente, se dogmatiza o que deveria ter sido. E agora, que a Inês revolucionária está morta, ninguém estranhe que reapareça muito boa gente a arrotar, na cara do país, postas de arrogância, só porque, graças a esse ‘golpe satânico’, andamos com a barriga cheia de liberdade. Quem não tiver enjoado com os debates e depoimentos televisivos, onde se desencantaram envenenadas (não venenosas...) versões abrilistas, sentir-se-á, por certo, desiludido e frustrado com tantas histórias tão mal contadas, com tantas explicações mal amanhadas, com tanta miopia na análise sóciopolítica dos tempos ‘emocionalmente

heróicos’, das decisões tomadas de cabeça a ferver e de coração a estourar de sangue revolucionário. Vinte anos depois, não falta quem, hipocritamente, ande a fingir ‘Abril’, e quase exija, de olhos nas câmaras, de boca no microfone, ou de dedos no terminal, que o acto libertador devia ter sido feito por ecomenda, escolhido por catálogo. (...) Assim, em nome da mãe Democracia, reconstruíram-se, num ápice, modelos de ‘Abril’ para uso doméstico, como se ‘Abril’ figurasse, com armas e brasões assinalados, nos manuais militares, nos encartes políticos, nos desdobráveis partidários ou nos livros de bolso populares”.

Nestes termos, justifica-se a elaboração deste suplemento como um “empenhado e honesto suporte documental para quem deseja compreender esse período de modo algum desonroso da História Pátria”; trata-se, além disso, de um suplemento “que, obrigatoriamente, entrará em rota de colisão com quantos se comprazem em confundir o ‘25 de Abril’ com um cometa de cauda revolucionária que terá passado, meteoricamente, no céu da indiferença nacional...”<sup>370</sup>

Com efeito, este suplemento surpreende pela tentativa bem conseguida de dar conta da complexa realidade que envolveu a eclosão da Revolução dos Cravos. É dividido em três partes constituídas por reportagens que abordam o *antes*, o *durante* e o *depois* do processo revolucionário. A respeito o período do Estado Novo, fala-se sobre o ambiente de ausência de liberdades, a polícia política – envolvendo as questões da repressão, prisões, tortura e Tribunais Plenários –, o Tarrafal, a censura, a Guerra Colonial, o golpe das Caldas e o livro de Spínola *Portugal e o Futuro*. Sobre o período revolucionário são tratados os seguintes aspectos: as movimentações do próprio dia 25, em Lisboa e no Porto; a 5ª Divisão; a dinamização cultural; os *saneamentos*; o COPCON; o 28 de Setembro; as CDR’s e CRDP’s (Comités de Defesa da Revolução e Corpos Revolucionários de Defesa Popular); o 11 de Março; os SUV’s (Soldados Unidos Vencerão); os atentados bombistas; o 25 de Novembro; além de depoimentos de muitos militares de Abril. Finalmente, são abordadas as “derrotas de Abril” – âmbito em que se fala sobre os órgãos de democracia direta (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores) e a reforma agrária – e as

---

<sup>370</sup> “Em nome de Abril” in *Jornal de Notícias*, Suplemento “20 anos de liberdade”, 25 de Abril de 1994, p. 2.



“conquistas de Abril” – a Constituição; a descolonização e o crédito internacional; os partidos políticos; o sufrágio direto, secreto e periódico; o poder local; a liberdade de consciência e de culto; os direitos de trabalho; o sindicalismo; os direitos à segurança social, saúde, habitação, educação, justiça. Pode-se dizer, enfim, que este suplemento do *Jornal de Notícias* procede a uma análise extensiva da complexidade que envolveu a Revolução dos Cravos, sendo evitados os juízos simplistas. Além disso, o considerável destaque conferido à caracterização dos movimentos sociais e ao legado da Revolução permitem a ampla valorização positiva deste período histórico.

Em 1995, à semelhança dos anos anteriores, a maioria social-democrata do Governo Regional da Madeira optou por não comemorar o 25 de Abril, evocando a efeméride apenas no dia 26. De acordo com o PSD da Madeira, a recusa do grupo parlamentar do PS em participar no debate agendado para 26 de Abril consistia em “postura antidemocrática”.<sup>371</sup> No entanto, a direção nacional do PSD resolveu comemorar o 25 de Abril neste ano, com ênfase na ideia de que este partido cumprira o papel de motor do desenvolvimento nos anos de democracia. Assim, no evento comemorativo, realizado em Coruche, o então vice-primeiro-ministro, Fernando Nogueira, afirmou que “o outro lado da paz e da liberdade se chama desenvolvimento”. Nas declarações de Cavaco Silva – que participou nestas comemorações na qualidade de militante do PSD –, houve destaque para o contexto das eleições que se aproximavam: “Em minha opinião, só uma força política tem condições para assegurar a estabilidade, oferecer experiência e apresentar quem pode continuar a obra e quem pode ser a locomotiva da nova fase em que o país vai entrar”. Chama a atenção ainda para “o facto de que a continuação do desenvolvimento não é um dado adquirido e poderá ser posta em causa se não houver estabilidade política”.<sup>372</sup>

Nas comemorações populares deste ano, o militar de Abril Pezarat Correia<sup>373</sup> manifestou, em Lisboa, uma apreciação que valorizava positivamente o 25 de Abril ao destacar a atualidade de seus valores e ideais: “Alguém escreveu, um dia, num rasgo de

---

<sup>371</sup> “25 de Abril volta a dividir Madeira” in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1995, p. 7.

<sup>372</sup> “A ‘locomotiva’ do desenvolvimento – Cavaco dá o primeiro apoio público de campanha a Nogueira na festa do 25 de Abril do PSD” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 5; “Não podemos resvalar – votos de Cavaco e Nogueira em Coruche” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 4.

<sup>373</sup> Pedro Pezarat Correia (n.1932): Militar membro do MFA; fez parte do *Grupo dos Nove*. Integrou o Conselho da Revolução.

rara sensatez: ‘É-se velho quando se tem mais memória do que projecto; é-se jovem enquanto se tem mais projecto que memória’”. De modo que este militar de Abril defendeu “um 25 de Abril sempre jovem”, na condição de “projecto mobilizador para querer mais e melhor”.<sup>374</sup> No Porto, as comemorações populares foram dedicadas a um aspecto específico, a *Guerra Colonial*. De acordo com a vereadora da Cultura da Câmara do Porto, Manuela de Melo<sup>375</sup>, estas comemorações serviam para que se percebesse que a Guerra Colonial fora um momento determinante na queda do regime – e, por isso, tratava-se também de uma homenagem aos capitães de Abril.<sup>376</sup>

Outro militar de Abril, Vasco Lourenço, em entrevista ao *Jornal de Notícias* abordou a importância de discutir a questão da Guerra Colonial. Em tentativa de explicar o motivo pelo qual este tema permanecia como um tabu na sociedade portuguesa, apontou o fato de os militares que fizeram a guerra terem sido os mesmos que derrubaram o regime que a promoveu: “Aí funcionou um pouco o aspecto corporativo, ou seja, houve uma condenação global da guerra, mas depois não houve vontade de a dissecar porque havia a consciência das coisas negativas ligadas à guerra. Houve, de facto, massacres, mas de ambos os lados. A verdade é que não há guerra sem violência. No caso dos norte-americanos e franceses, há que ter em conta o facto de eles não terem protagonizado, como em Portugal, o derrube dos regimes que fomentavam a guerra”. E acrescenta: “Eu acho que era preferível dissecar esses aspectos, mas sem apontar o dedo acusador nem tentar sentar no banco dos réus os militares envolvidos numa situação comandada pelo poder político”.<sup>377</sup>

Em reportagens publicadas no *Jornal de Notícias* sobre o significado do 25 de Abril para pessoas entrevistadas na rua, não prevalece um forte sentido de valorização positiva da Revolução. Os entrevistados com mais de quarenta anos mencionaram, de forma geral, os aspectos positivos da liberdade e melhoria das condições de vida; no entanto, os méritos associados ao 25 de Abril acabavam por ser ensombrados pelos variados problemas económicos e sociais daquele momento dos anos 1990: a crise económica, o desemprego, a

---

<sup>374</sup> “Tradição renovada na Avenida da Liberdade” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 3.

<sup>375</sup> Manuela de Melo (n.1945): Jornalista. Dirigente do PS.

<sup>376</sup> “Comemorações de Abril – recordar a guerra para reviver a liberdade” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1995, p. 3.

<sup>377</sup> “Guerra Colonial deve ser estudada sem os militares no banco dos réus – declarou Vasco Lourenço ao JN” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1995, p. 3.

criminalidade, a situação do sistema de saúde. Entre os jovens predominava a noção positiva do 25 de Abril, não sendo raros, entretanto, a indiferença e os afastamentos – cabe mencionar, a título de exemplo, o depoimento de uma jovem universitária de 23 anos para quem o 25 de Abril é “apenas um feriado”; referiu que nunca lhe haviam ensinado nada sobre a Revolução, de modo que não associava a liberdade cívica e política do presente ao 25 de Abril.<sup>378</sup>

Finalmente, em artigo de opinião da autoria de Manuel Coelho dos Santos, sobressai apreciação positiva do 25 de Abril, havendo destaque para os valores de liberdade e democracia, além da ênfase no contraste com o Estado Novo: “Quem viveu uma parte substancial da sua vida antes do 25 de Abril e teve consciência dos mecanismos monstruosos em que assentava o regime autoritário português, não pode deixar de ligar a data a um momento alto de libertação do nosso povo e de a comemorar sempre com o mesmo entusiasmo interior, por mais anos que passem sobre o evento. (...) O 25 de Abril – que é como quem diz: a democracia – nunca está cumprido, porque traduz a saudável aspiração a um mundo mais humano e mais solidário”.<sup>379</sup>

Portanto, pode-se dizer que no período 1994-1995 a valorização do 25 de Abril e período revolucionário segue a seguinte tendência: vozes politicamente conotadas com a esquerda radical, PCP e setores do PS apreciam a Revolução positivamente, nos seus mais variados aspectos, com destaque para a importância dos movimentos populares, a conquista de direitos e transformações sociais, além da ênfase num sentido prospectivo do 25 de Abril; alguns setores da Esquerda moderada e do PSD valorizam o 25 de Abril de forma positiva, ressaltando apenas os seus valores consensuais de liberdade, democracia, integração europeia, e também através do contraste com o passado do Estado Novo; expoentes ligados à Direita valorizam a Revolução positivamente, mas salientam os seus *erros e desvios*. É importante notar que neste período ocorre ligeira, porém significativa, mudança na orientação política das opiniões que valoram a Revolução dos Cravos. Pois a tendência que valoriza a Revolução com ressalvas sofre considerável decréscimo e deslocamento para a direita – já que setores da Esquerda moderada que antes subscreviam esta opção interpretativa passam a optar por uma mais ampla e positiva valorização do

---

<sup>378</sup> “Uma certa desilusão – Quem viveu a revolução esperava mais...”; “Jovens: sim à liberdade – A maioria desconhece o que se passou” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 5.

<sup>379</sup> “Vinte e um anos depois” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1995, p. 8.

período. Tal situação pode ser explicada pelo já mencionado clima social que dominou as comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril, em larga medida marcado pelo avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português – o que ocasionou uma reação social de crítica e, em consequência, uma maior incidência de apreciações positivas da Revolução.

No entanto, no que diz respeito aos posicionamentos das direções partidárias, mantém-se a opção dos partidos de direita – nomeadamente, PSD e CDS – em demarcarem-se das comemorações do 25 de Abril, o que indica as suas visões pouco positivas acerca da Revolução de Abril. Uma tal postura é, todavia, rompida, quando em 1995 a direção nacional do PSD decide, pela primeira vez, comemorar o 25 de Abril, com ênfase nos aspectos de desenvolvimento e estabilidade – assunto que será melhor analisado a seguir.

#### - Sobre o *revisionismo histórico*

Na sessão solene de abertura do ciclo de comemorações do vigésimo aniversário do 25 de Abril, Mário Soares expressou opinião *revisionista* a respeito do processo revolucionário, manifestando a sua compreensão pelos *excessos* cometidos. Contudo, mais incisiva foi a sua crítica às tendências de *revisionismo histórico* na interpretação da descolonização. Lembrando que o 25 de Abril não foi só a revolução da liberdade, foi também a revolução que deu início a um processo de libertação dos povos colonizados, Soares censurou as opiniões *revisionistas*: “Como é que alguns se atrevem agora a criticar os que se lançaram na senda da descolonização”, quando, na altura, existia na sociedade portuguesa um “coro unânime” que defendia “nem mais um soldado para o ultramar”? Assim, o presidente da República destacou que a “descolonização foi feita quando o poder estava na rua”, contexto em que não havia outras alternativas para a resolução da questão: “Não nos arrependamos do que fizemos. Foi um momento difícil e traumático para a sociedade portuguesa, como não poderia deixar de ser, mas a descolonização feita foi a possível e a necessária, para a resposta à essência do próprio movimento dos capitães”. Soares reconheceu que a descolonização não fora perfeita; no entanto, recusava as visões *revisionistas* que culpabilizam o 25 de Abril e seus agentes. Salientou, em contrapartida, que as responsabilidades cabiam, em primeira linha, àqueles que prolongaram durante

treze anos uma situação injusta nas ex-colónias, e recusaram o diálogo com homens com a estatura de Amílcar Cabral.<sup>380</sup>

Em comício, realizado no Porto, para assinalar os 73 anos do Partido Comunista, Álvaro Cunhal empreendeu dura crítica ao avanço do *revisionismo histórico* na sociedade, no sentido tanto de reabilitar o Estado Novo quanto de depreciar o 25 de Abril. Segundo o ex-líder comunista, “forças reaccionárias e conservadoras” “tentam reescrever a história” com o intuito de “inocular na consciência da nação e designadamente nas jovens gerações o branqueamento e absolvição de meio século de ditadura fascista e a total incompreensão e mesmo a condenação da revolução de Abril”. Cunhal insurgiu-se ainda contra as opiniões que afirmam não ter existido uma ditadura fascista em Portugal, apenas “um governo autoritário”, e criticou os juízos que louvam “os méritos e a tolerância de Salazar” e elogiam Marcelo Caetano como “um liberal voltado para a criação de um regime democrático”. Além disso, o ex-líder comunista considerou “inteiramente falsa” a acusação de que o PCP tentou o assalto ao poder, durante período revolucionário, para instaurar uma nova ditadura.<sup>381</sup>

Em outro evento comemorativo do 73º aniversário do PCP, ocorrido em Faro, Álvaro Cunhal reiterou as críticas ao *revisionismo histórico*, afirmando que “neste momento há uma operação de falsificação da história e de branqueamento do regime fascista em Portugal” e que se procura, simultaneamente, a reabilitação das figuras de Salazar e Marcelo Caetano. Criticando as visões *revisionistas* do período revolucionário, Cunhal declarou: “Actualmente pretende-se reescrever a história, imputando ao nosso partido a intenção de tomada de poder no pós 25 de Abril”. Em recusa de uma tal interpretação, enfatizou o papel e importância dos movimentos sociais no processo: as “transformações democráticas ocorridas em Portugal, com o 25 de Abril, resultaram mais da dinâmica da sociedade do que da acção do PCP”.<sup>382</sup> No mesmo sentido, em um jantar deste partido realizado em Coimbra, Cunhal sublinhou a criatividade das massas na

---

<sup>380</sup> “Revolução de Abril abriu portas à libertação dos povos colonizados – disse Mário Soares na sessão de abertura das comemorações” in *Jornal de Notícias*, 6 de Março de 1994, p. 3; “Democratas precisam-se – Mário Soares sobre o pós-25 de Abril: ‘Ninguém tem de se arrepender’” in *Diário de Notícias*, 6 de Março de 1994, p. 5.

<sup>381</sup> “Forças reaccionárias tentam branquear a ditadura – acusou Cunhal no comício no Mercado Ferreira Borges para assinalar os 73 anos do PCP” in *Jornal de Notícias*, 14 de Março de 1994, p. 2.

<sup>382</sup> “Regime fascista está em branqueamento – adverte Álvaro Cunhal” in *Jornal de Notícias*, 20 de Março de 1994, p. 4.

transformação da sociedade durante o processo revolucionário; criticou, além disso, as visões que negam o papel importante desempenhado pelo PCP na formação, instauração e institucionalização do regime democrático depois de 48 anos de ditadura.<sup>383</sup>

A crítica contra a distorção do papel do PCP contida em muitos debates televisivos sobre o 25 de Abril foi também mencionada pelo sindicalista Ernesto Cartaxo no âmbito de um debate organizado pelo setor intelectual do PCP sobre “O 25 de Abril e as configurações da democracia”, em que houve destaque para a longa e persistente resistência antifascista empreendida pelos comunistas. Carlos Aboim Inglês<sup>384</sup>, por sua vez, lembrou o significado de 48 anos de luta clandestina, mais de metade da existência do partido, e acentuou que a clandestinidade “não foi uma mania dos comunistas”, mas antes a alternativa de ação imposta pela instauração da ditadura; de modo que “quem quisesse prosseguir a luta e não capitular tinha forçosamente de recorrer à clandestinidade”. Por fim, o orador salientou a importância desta múltipla ação do PCP na criação das condições que geraram o 25 de Abril, incluindo o papel do partido na vinda das massas para as ruas, logo a seguir ao golpe militar. Esta influência do PCP na explosão revolucionária foi referida ainda por Sérgio Vilarigues<sup>385</sup>, para quem “o 25 de Abril nasceu em consequência de muitas lutas, mas alguém trabalhou muito para que elas tivessem lugar”.<sup>386</sup>

Em meados do mês de Abril, a Comissão Política do PCP, em conferência de imprensa, denunciou o *revisionismo histórico*, insurgindo-se “contra a campanha política e ideológica com o intolerável objectivo de proceder ao branqueamento e reabilitação da ditadura fascista e do colonialismo”. A propósito dos debates televisivos sobre o 25 de Abril, o dirigente comunista Vítor Dias condenou “a arrogância verbal e o revanchismo com que, aproveitando a escandalosa recuperação e promoção que lhes tem sido proporcionada por importantes meios de comunicação social, antigos altos responsáveis políticos e militares do regime fascista, e até ex-agentes da PIDE, estão atacando o 25 de

---

<sup>383</sup> “Política do governo incita à corrupção – disse Álvaro Cunhal ao evocar o papel dos comunistas no 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 27 de Março de 1994, p. 4.

<sup>384</sup> Carlos Aboim Inglês (1930-2002): Intelectual e dirigente comunista. Aderiu ao PCP em 1946; foi opositor ao Estado Novo.

<sup>385</sup> Sérgio Vilarigues (1914-2007): Dirigente histórico do PCP. Em 1932, aderiu à Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, e em 1935 aderiu ao PCP. Entre 1934 e 1940 passou pelas prisões de Peniche e Angra do Heroísmo e pelo campo de concentração do Tarrafal. Esteve na clandestinidade desde 1942 até ao 25 de Abril de 1974.

<sup>386</sup> “‘Clandestinidade não foi uma mania dos comunistas...’ – PCP não aceita ‘amnésia’ sobre meio século de trabalho para o 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 1 de Abril de 1994, p. 24.

Abril e insultando democratas”. Neste sentido, o PCP censurou o caráter dos debates televisivos, por promoverem a “recuperação mediática das vozes saudosistas do antigamente”. Além deste aspecto de *branqueamento* do Estado Novo, o PCP também identificou, no quadro do debate sobre os vinte anos do 25 de Abril, a ocorrência de uma “campanha para contestar e caluniar as grandes transformações económicas e sociais que, durante o processo revolucionário, acompanharam a conquista da liberdade”.<sup>387</sup>

Em outro colóquio promovido pelo PCP, e subordinado ao tema “25 de Abril, ontem, hoje e amanhã”, a intervenção de Álvaro Cunhal conferiu amplo destaque à crítica ao *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa. Baseando a sua crítica, em larga medida, no teor dos debates televisivos sobre o 25 de Abril, Cunhal afirmou que “a operação de branqueamento do regime anterior e da ex-PIDE/DGS” tinha uma finalidade: por um lado, enterrar o passado de opressão e terror fascista e, por outro lado, transformar as celebrações no julgamento e na condenação do 25 de Abril. Nestes termos, denunciou a inversão de valores patente naquele momento: “Silenciam-se as vítimas do fascismo e as forças às quais se deve a liberdade e a democracia e tratam-se como heróis torcionários e assassinos que vêm falar e negar os seus crimes como se estivéssemos ainda nos tempos da ditadura fascista e dos tribunais plenários e fossem eles os acusadores”. Além da crítica à tentativa de reabilitar o Estado Novo, Cunhal identificou a intenção, presente em algumas iniciativas dos meios de comunicação, de inculcar a ideia de que a Revolução de Abril não democratizou nem desenvolveu o país e que a descolonização resumiu-se a uma série de erros e traições. Dessa forma, o ex-líder comunista referiu-se, sucessivas vezes, “à grande operação de falsificação histórica” cuja intenção era “não comemorar, mas denegrir e pôr em causa o 25 de Abril e a revolução democrática”, ao passo que pretendia transmitir a ideia de que era a política de direita – nomeadamente o governo do PSD de Cavaco Silva – que constituía a verdadeira democracia contra projetos totalitários. Neste sentido, criticou ainda a intenção *revisionista* de atribuir à Revolução dos Cravos a responsabilidade por variados problemas da época.

Sobre o processo revolucionário, Cunhal salientou o papel determinante desempenhado pelos movimentos sociais; pois o levantamento militar fora imediatamente seguido por um levantamento popular, caracterizado por uma intervenção própria e

---

<sup>387</sup> “PCP contra fascistas no debate de Abril” *Diário de Notícias*, 14 de Abril de 1994, p. 11.

autônoma. Ressaltou ainda que as transformações sociais ocorridas, de fato, coincidiram com muitos dos objetivos do programa do PCP; no entanto, sua concretização não decorreu de imposição deste partido, tendo sido, ao invés disso, uma necessidade imperativa para pôr fim ao poder político e econômico da ditadura. Em conclusão, expressou a importância de conferir à Revolução um sentido prospectivo, de modo a prosseguir e defender os seus valores, projetando-os no presente e no futuro.<sup>388</sup>

A amplitude da polémica em torno do *revisionismo histórico* suscitada pelos programas televisivos – com destaque para o já mencionado debate da SIC em que um ex-agente da PIDE foi um dos convidados – motivou a divulgação de um abaixo-assinado, subscrito por mil personalidades, contra a campanha de *branqueamento* do anterior regime. O documento considerava que se vinha assistindo a “uma despudorada campanha de branqueamento do antigo regime, recorrendo quer ao escamoteamento da verdade histórica, quer ao confusionismo”, e que pretendia “passar uma esponja sobre os crimes da ditadura e recuperar o seu ideário”. Em repúdio de tal posicionamento, reiterava-se o carácter opressivo do Estado Novo, assim como a necessidade de preservar e respeitar a memória da resistência antifascista: “Não nos esquecemos que o regime de Salazar e Caetano assentava directamente na PIDE/DGS, nos tribunais plenários, na Censura e na exploração colonial, recorrendo para o efeito à permanente violação dos direitos humanos”. “E por não nos esquecermos, não admitimos que, pela perversão da realidade histórica, se pretenda apagar a memória dos que se sacrificaram para a instauração de uma democracia”. E acrescentava-se: “Não calamos a nossa revolta perante o silenciamento dos crimes do fascismo e a promoção dos seus executores”.<sup>389</sup> Com efeito, pode-se dizer que uma consequência imediata das intenções de *branquear* o Estado Novo é a desvalorização da resistência antifascista. Isto explica, em larga medida, a indignação do PCP – assim como de outros segmentos sociais, inclusive de setores da Direita, que sofreram com a repressão salazarista/marcelista – com esta tentativa de *enquadramento* da memória coletiva, já que os comunistas exerceram papel fundamental neste processo ao longo de

---

<sup>388</sup> “No branqueamento do Antigo Regime tenta-se condenar o 25 de Abril – acusou Álvaro Cunhal, num colóquio do PCP” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6; “ ‘Grande operação de falsificação’ ” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>389</sup> “Não calamos a revolta perante o silenciamento dos crimes do fascismo – refere abaixo-assinado subscrito por mil personalidades” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1994, p. 4.



toda a ditadura, além de terem sido dos opositores ao regime que mais sofreram com a repressão e a tortura.

Também em um apelo divulgado pela União dos Sindicatos do Porto para a participação nas comemorações populares do 25 de Abril criticava-se a situação de avanço do *revisionismo histórico* na sociedade: “Num momento em que se comemoram 20 anos sobre esta data memorável multiplicam-se os ataques e deturpações da realidade histórica, assistindo-se à tentativa de julgar os Capitães de Abril, a luta dos trabalhadores e do povo português, bem como dos povos das ex-colónias pelo direito à Liberdade e à Democracia, branqueando aquilo que foi, de facto, o fascismo em Portugal e o carácter repressivo e violento que assumiu”.<sup>390</sup> No mesmo sentido, em intervenção no plenário distrital o coordenador da União dos Sindicatos do Porto, Vítor Ranita, recordou a realidade de Portugal durante o Estado Novo – quando a expressão de pensamento e a criatividade intelectual eram controlados pela censura e julgados nos tribunais políticos do regime, os trabalhadores e o país eram atingidos pela falta de empregos, salários e pensões sociais de miséria, falta de proteção na saúde e elevadas taxas de analfabetismo – e denunciou a intenção de *branqueá-la*: “É tudo isto que alguns pretendem limpar da nossa memória, maltratando, deturpando e atacando o 25 de Abril. Temos de impedir, esclarecendo e mobilizando os trabalhadores, em geral, e os mais jovens, em particular”. Ressaltou ainda a importância de preservar a memória da resistência antifascista, sendo preciso “lembrar às jovens gerações de trabalhadores que a conquista da liberdade foi um longo processo de 48 anos, em que os trabalhadores muito sofreram e muito lutaram”.<sup>391</sup>

Em reunião da Comissão Executiva da CGTP constatou-se a existência na sociedade portuguesa de uma “campanha difamatória do 25 de Abril”. Segundo o líder desta central sindical, Carvalho da Silva, tal iniciativa partia de “algumas pessoas que pretendem reescrever a história, reabilitando o fascismo e o colonialismo e, em última instância, condenar a revolução democrática e os militares de Abril”. Afirmou-se ainda que “os recentes debates televisivos vieram dar maior expressão à campanha revanchista da

---

<sup>390</sup> “O 25 de Abril com os trabalhadores” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>391</sup> “Sindicatos do Porto recordam 25 de Abril em plenário distrital” in *Jornal de Notícias*, 15 de Abril de 1994, p. 5.

extrema direita”, o que, todavia, propiciou “uma saudável onda de indignação popular” – situação que, de acordo com esta Comissão Executiva, “deve ser desenvolvida”.<sup>392</sup>

Em homenagem ao cantor Adriano Correia de Oliveira e também a Salgueiro Maia, realizada em Santarém, sobressaiu o tom de crítica ao *revisionismo histórico*. Vasco Lourenço destacou a reprovação ao Governo, que negou pensão a Salgueiro Maia mas concedeu-a a ex-agentes da PIDE. No mesmo sentido, Manuel Alegre declarou: “Nos tempos que correm, os heróis são enxovalhados e os torcionários promovidos a heróis”. Até mesmo Mário Soares – quem, normalmente, privilegia observações amplamente consensuais sobre o 25 de Abril –, criticou o *revisionismo histórico* ao evocar a ideia de *revolução da generosidade*: “Aqueles que hoje se atrevem, ao fim de 20 anos, a evocar serviços quando foram torcionários, esquecem-se que os heróis de Abril não lhes tocaram um dedo e deixaram os ditadores sair para fora de Portugal”.<sup>393</sup>

Neste contexto de avanço do *revisionismo histórico*, que marcou as comemorações dos vinte anos do 25 de Abril, as bancadas parlamentares do PS e do PCP revelaram-se preocupadas com o que classificaram de “campanha de branqueamento” de responsáveis pelo regime de ditadura derrubado em 1974 e da polícia política que servia de suporte a esse regime. O problema foi levado a plenário da Assembleia da República pela deputada socialista Ana Maria Bettencourt, que disse logo de início que “não podemos permitir, de braços cruzados, que, por falta de informação, se produzam novos heróis entre os mais sinistros inimigos da liberdade do antigo regime”. A deputada socialista alertou para o fato de estarem a surgir novos dados históricos sobre os antecedentes do 25 de Abril e, na múltipla informação produzida, ser notória a existência em Portugal de muitos defensores do Estado Novo; de modo que devia competir à Assembleia da República “um papel essencial na defesa da democracia e da sua pedagogia”.<sup>394</sup>

Em outra sessão da Assembleia da República, o socialista Manuel Alegre insurgiu-se contra o “branqueamento e reabilitação da PIDE”, evocando o debate da SIC que

---

<sup>392</sup> “CGTP afirma que estão a difamar a Revolução” in *Jornal de Notícias*, 19 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>393</sup> “Vozes da indignação – homenagem a Salgueiro Maia embaraça ministro Fernando Nogueira” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 3; “Democracia é flor delicada de que é preciso cuidar – lembrou Soares aos jovens, na homenagem a Salgueiro Maia” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 3.

<sup>394</sup> “Branquear a ditadura preocupa PS e PCP – Ana Bettencourt propôs jornada denominada ‘Dia D da Democracia’” in *Jornal de Notícias*, 15 de Abril de 1994, p. 2.

transformou “em herói” um assassino e torcionário. O deputado socialista afirmou que, a pretexto das comemorações da Revolução de Abril, procedia-se à revisão da História do último meio século de ditadura – situação que considerava uma “subversão da memória”, evidenciada na tentativa concomitante de julgar a Revolução e absolver a ditadura. Nesse sentido, Alegre manifestou o seguinte apelo pela rejeição do *revisionismo histórico*: “Não podemos permitir que os mortos sejam mortos outra vez, nem vamos consentir que aqueles com quem fomos magnânimes venham a transformar-se, agora, em juízes morais do 25 de Abril. Eles não são apenas os derrotados de uma revolução; são réus da História, réus de um crime sem perdão: o de terem sido responsáveis, agentes ou cúmplices de uma ditadura”. A intervenção de Manuel Alegre foi longamente aplaudida, com as bancadas do PS e do PCP de pé; apenas o CDS se manteve silencioso. O deputado do PCP, João Amaral, também mostrou-se indignado e pediu o fim dos privilégios concedidos a autênticos criminosos, lançando a pergunta: “Não está na altura de rever a atribuição das pensões aos pides?”

Contudo, a unanimidade no Parlamento foi quebrada pela intervenção do social-democrata Silva Marques, que pretendeu equiparar a repressão do Estado Novo ao processo revolucionário. Assumindo-se como preso, espancado e torturado pela PIDE/DGS, relativizou a situação ao dizer que “[n]ão há perseguições políticas boas e más e eu também me levantei contra as que foram movidas depois do 25 de Abril”. Manuel Alegre retrucou: “Também fui preso e torturado e não me transformei de perseguido em perseguidor. Só que os agentes da PIDE não eram contínuos, eram assassinos”. A mesma linha de argumentação relativizadora conduziu a intervenção do centrista Narana Coissoró. Dizendo-se, também ele, perseguido e *saneado* pela PIDE, afirmou que o “PCP não é o detentor da liberdade” e questionou a autoridade do discurso daqueles “que se solidarizaram com a KGB”. Dessa forma, Coissoró evocou os *saneados* de 1975 para pedir que a história não fosse escrita a favor da PIDE, mas que também não omitisse estes fatos.<sup>395</sup>

Pode-se dizer, portanto, que as intervenções dos deputados do PSD e do CDS demonstraram ser mais ampla a indignação social contra as tendências do *revisionismo*

---

<sup>395</sup> “Para o fascismo português todos os opositores eram judeus – lembrou Manuel Alegre, recebendo aplausos de todas as bancadas” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6; “Feridas do 25 de Abril – PS pede julgamento de Óscar Cardoso e revisão da atribuição das pensões dos ex-pides” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6.

*histórico* para *branquear* o Estado Novo – já que os deputados de ambos os partidos evocaram a condição de perseguidos pela ditadura para desvalorizar o processo revolucionário; argumento que, na verdade, não deixa de implicar também um *branqueamento* do Estado Novo, em virtude da comparação relativizadora, mas cujo principal objetivo é a condenação da Revolução. Assim, no que tange à desvalorização, ou mesmo condenação, da Revolução dos Cravos, é possível afirmar tratar-se de aspecto mais facilmente aceito – sendo, ao menos, esta a posição de partidos políticos de direita como o PSD e o CDS. Este tipo de argumentação *revisionista*, que pretende nivelar as situações anterior e posterior ao 25 de Abril – com o intuito de rotular o processo revolucionário de autoritário, tal qual a ditadura – ignora alguns elementos da realidade histórica: os *saneamentos* de personalidades do Estado Novo eram exigência dos movimentos populares surgidos com eclosão revolucionária; no entanto, a maior parte dos *saneados* da Revolução acabaram por ser reintegrados em seus antigos postos, não tendo ocorrido o mesmo com os *saneados* do 25 de Novembro.<sup>396</sup> Estes, ligados a partidos e organizações políticas de esquerda, foram, na verdade, mais penalizados pelo regime democrático do que aqueles comprometidos com o anterior regime – situação raramente lembrada e significativa quanto aos valores políticos dominantes na sociedade.

Na sessão solene da Assembleia da República comemorativa do 25 de Abril, as intervenções dos deputados abordaram também a questão do *revisionismo histórico*, mantendo-se as tendências anteriormente delineadas, ou seja, PS e PCP mostraram-se críticos do *revisionismo* enquanto PSD e CDS lhe eram omissos ou concordes. António Guterres, secretário-geral do PS, em representação do seu partido, criticou os “saudosistas do antigo regime”, e apesar de salientar os “excessos da revolução”, destacou que foi ela quem criou as condições “para uma economia moderna e desenvolvida”. Neste ponto, denunciou a existência de “uma completa mistificação”: “a ponto de um dos mais altos responsáveis do partido do Governo ter afirmado recentemente que a economia portuguesa estaria muito melhor se não fosse o 25 de Abril”. Dessa forma, Guterres opunha-se tanto à reabilitação do Estado Novo quanto à depreciação do 25 de Abril: “Decidi intervir, não

---

<sup>396</sup> Cf. PINTO, António Costa. “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976)” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.) *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001. P. 372, 373. PINTO, António Costa. “O legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. P. 55, 56, 57.

tanto pelas caricaturas do antigo regime e da Revolução que nos têm servido (...), mas de um impulso que me veio, sobretudo, da forma envergonhada com que de Abril têm falado muitos daqueles que, na política ou fora dela, têm sido os seus principais beneficiários”.

No mesmo sentido, o deputado e secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas observou que “há quem quer ter a memória curta”; não obstante, “a PIDE existiu, perseguiu, prendeu, torturou e matou ao serviço de uma ditadura fascista que alguns pudicamente apelidam de antigo regime ou de regime derrubado”. “É preciso que isto se lembre, quando aqui assistimos à mistificação histórica do que foi quer o antes quer o depois do 25 de Abril, e na Europa ao ressurgimento dos nacionalismos, do fascismo, do racismo e de xenofobia”. Deste modo, Carvalhas insurgia-se contra as visões *revisionistas* do 25 de Abril: “Combateremos as tentativas de reescrever a história e as campanhas de palavras e imagens que procuram resumir o 25 de Abril a um alucinante vendaval de agitações e confrontos, e insistiremos em que a revolução foi sobretudo um tempo de participação popular”. Nestes termos, Carvalhas afirmou que comemorar Abril num tal contexto significava a defesa de uma política específica: “é combater o autoritarismo, a governamentalização do Estado e a sua desresponsabilização em áreas fundamentais como a saúde, o ensino e a habitação e, ainda, a degradação da democracia e a concentração da riqueza”. E acrescentou: “Vinte anos depois, os portugueses não perderam a sua capacidade de indignação, de revolta e de luta, e para a frustração de alguns, a Revolução dos Cravos continua no coração do povo”. É interessante a alusão comparativa, mencionada por este deputado, ao contexto europeu – questão que também já fora sublinhada em 1992 por algumas vozes críticas a respeito da polémica envolvendo a concessão de pensões a ex-membros da PIDE –; pois, como já foi tratado no segundo capítulo, neste mesmo período era já evidente o desenvolvimento do *revisionismo histórico* em outros países, como Alemanha, França, Itália.

Diferente posicionamento foi sustentado pelo deputado do PSD, Passos Coelho, quem minimizou a importância da discussão sobre o passado, afirmando: “O que importa aqui não é tanto a luta da memória contra o esquecimento, mas antes o redescobrir pontos de partida para novas ideias e novas acções”. Uma tal postura de subestimação do problema suscitado pelo *revisionismo histórico* implica, com efeito, a conivência com suas premissas de desvalorização do passado. Em estreita relação com este posicionamento, o deputado

social-democrata subscreveu ainda a ideia de que não se devia debruçar sobre a análise do passado recente: “Quando o tempo mal ganhou ainda distância suficiente para ser escrito ou interpretado (...), queremos destacar aqui o respeito por aqueles, de entre os mais importantes, que guardam sábia e prudente discrição sobre o passado, evitando ser historiadores de si próprios”.

Já o deputado centrista Lobo Xavier não procurou dissimular sua concordância com o *revisionismo histórico*. Tratando do polémico debate da SIC, considerou-o corolário da liberdade de expressão e, ironicamente, criticou aqueles que se indignaram com a presença do agente da PIDE: “Sosseguem os tutores da memória colectiva. Em 1994, o País não mudou assinalavelmente o seu juízo sobre o processo de construção da democracia portuguesa”. Contra tal postura que identificou como “um inconfessável desejo de tutela da consciência popular”, Lobo Xavier afirmou: “Há uma geração com discernimento político para a qual o 25 de Abril pode significar apenas as reconstituições dos programas de televisão. Os políticos não lhe podem legar uma História escrita pelo seu próprio punho, sobretudo porque não estamos ainda de acordo sobre a versão do passado”. O deputado centrista avançou com a condenação da Revolução ao dizer que esta geração, à qual afirmava pertencer, “concluirá, por entre as suas angústias de educação e de emprego, que a Revolução não foi original como prometiam os revolucionários, nem no sistema político que gerou nem no modelo económico que se foi instalando”.<sup>397</sup>

Na Madeira, a disputa pela memória em torno do avanço do *revisionismo histórico* situava-se entre a maioria parlamentar social-democrata e a oposição. Pois, todos os anos, a maioria do PSD decidia pela comemoração do 25 de Abril no dia 26, o que levava os demais partidos com assento parlamentar a boicotar o evento. Em 1994, o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, declarou entender que a simples existência da maioria parlamentar conferia legitimidade a qualquer que fosse sua decisão quanto à maneira de evocar o passado: “o PSD detém uma maioria absoluta na Assembleia, ou seja, mais de dois terços dos deputados, e representa uma grande fatia do eleitorado madeirense e por isso mesmo tem legitimidade para comemorar o 25 de Abril como quiser.

---

<sup>397</sup> “Guterres lembrou o passado com os olhos postos no futuro – Líder do PS deixou alguns ‘recados’ ao Governo e avançou as suas propostas para a revisão constitucional” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 3; “Tutores da memória – António Guterres apela a revisão constitucional ainda este ano” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 6.

Senão, serão apenas umas cadeiritas que vão ficar vazias”. Em contrapartida, o líder do PS-Madeira, Mota Torres, considerando que as comemorações do 25 de Abril têm tanta importância quanto as celebrações da autonomia, denunciou a falta de respeito da Assembleia Regional pela data da Revolução: “Não entendemos, nem percebemos, como é que se evita por todos os meios comemorar o 25 de Abril na Madeira de forma digna e em simultâneo se comemore o dia da autonomia no dia 1 de Julho”.<sup>398</sup>

Assim, no debate ocorrido no dia 26 sobre “o 25 de Abril e as suas repercussões na Madeira” – e que só contou com a participação dos deputados do PSD, João Jardim prestou homenagem aos “militares que fizeram o 25 de Novembro”, considerando que “esses sim, garantiram a democracia”. Além desta evidente desvalorização do 25 de Abril, Jardim avançou com juízos *revisionistas* ao elogiar os participantes na organização terrorista de extrema-direita de carácter separatista, FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), caracterizando-os como “aqueles que, também por via armada, defenderam a democracia na Madeira, no pós-25 de Abril”. Em declaração a respeito deste debate promovido pelo Governo Regional, Mário Tavares, do PCP, classificou de “estranho e incómodo este 25 de Abril celebrado a 26”, interpretando-o como “a vontade do Governo Regional de levar o 25 de Abril a matadouro”. Mota Torres, do PS, criticou a postura do Governo quanto ao significado conferido ao 25 de Abril, afirmando que o real propósito do debate era “comemorar a chegada à Madeira de Marcelo de Caetano e Américo Tomás”.<sup>399</sup>

Nas comemorações populares, tanto em Lisboa quanto no Porto, houve consideravelmente mais participação do que nos anos anteriores, sendo evidente a determinação de convocar a memória do 25 de Abril contra os *branqueamentos*. No desfile realizado no Porto, cartazes, carros alegóricos e enorme garrafa de lixívia chamavam a atenção para o *braqueamento* da PIDE.<sup>400</sup> A preocupação com avanço do *revisionismo histórico* na sociedade também transparecia em Declaração divulgada pela comissão promotora das comemorações em Lisboa: mencionava-se a “entrada na vida activa das novas gerações que não conheceram directamente as violências da ditadura” e que as desconheciam, considerando-se ser grande parte deste desconhecimento imputável à

---

<sup>398</sup> “Oposição isola o PSD madeirense” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>399</sup> “Homenagem ao 25 de Novembro – Jardim ‘reata’ relações com jornalistas” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 8.

<sup>400</sup> “Expressões de repulsa”; “Milhares na Avenida da Liberdade – Manifestação do 25 de Abril sob o signo da unidade” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 7, 9.

“orientação ideologicamente conservadora” e à “prática propensa ao autoritarismo do poder instituído”. Em discurso proferido no Largo do Carmo, Vasco Lourenço criticou a tendência *revisionista* de condenar a Revolução dos Cravos: “o gesto nobre dos capitães de Abril nem sempre tem sido bem entendido, quer por alguns cidadãos quer por alguns membros do poder, que apenas são poder porque existiu o 25 de Abril”. E advertiu, em crítica ao *revisionismo histórico*: “Não se deixem manipular pelos que agora apontam o dedo acusador ao regime da liberdade. Como se o mal estivesse na democratização e não no fascismo, na descolonização e não na guerra, na liberdade e não na ditadura”.<sup>401</sup>

Em reportagem publicada no *Diário de Notícias* sobre o papel da Igreja no Estado Novo e no 25 de Abril, são mencionados variados depoimentos de personalidades religiosas. Alguns conferem significado positivo ao 25 de Abril, com especial destaque para o sentido de libertação e de festa, e os valores de liberdade e democracia; outros, porém, manifestam juízos *revisionistas* sobre a Revolução. Para o cônego Melo, de Braga,<sup>402</sup> “[f]alar do 25 de Abril presta-se a equívocos, já que equívocos, e muitos, existiram, não tanto naquele dia, mas nos posteriores”. E acrescentou, evidenciando total desprezo pelo significado e legado da Revolução: “O dia 25 de Abril é um dia da nossa história pátria igual a tantos outros, nobres e esplendorosos... mas tantos e tantos dias negros se seguiram ao 25 de Abril de 1974!”. Já o padre Carlos Leonel Santos procurou justificar o envolvimento de membros da Igreja nas organizações terroristas de extrema-direita, esclarecendo que “entre o clero havia os que viviam na paz dos anjos e os que sentiam que o Reino de Deus não existe nas nuvens, mas se constrói e se realiza já neste mundo e é um reino de justiça, de liberdade, de amor e de paz. E não é oferecido de bandeja, mas exige luta contra as forças do mal” – segundo esclarece a reportagem, as “forças do mal” eram, naquela época, identificadas à ameaça do comunismo. O Arcebispo de Braga, D. Eurico Nogueira, que estava em Angola quando ocorreu o 25 de Abril, testemunhou que, após sentir “consolidar a esperança”, ao conhecer o Programa do MFA, “em vez da libertação de um regime autoritário, mais ou menos ditatorial, pairava sobre os Portugueses o risco de

---

<sup>401</sup> “Liberdade também é festa”; “Juventude desencantada vaiou política educativa do governo – Entusiasmo e preocupação marcaram encontro no Largo do Carmo” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 5, 6; “Abril é juventude” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 8.

<sup>402</sup> Cônego Melo (1927-2008): Ficou conhecido em todo o país durante o *Verão Quente* de 1975, devido à sua postura anticomunista, tendo chegado inclusive a associar-se a movimentos armados de extrema-direita, nomeadamente, o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal). Posteriormente, foi acusado de envolvimento no assassinato do padre Max, ocorrido em 1976.



caírem noutra bem pior”. Neste último depoimento é evidente e descarada a subscrição aos dois âmbitos do *revisionismo histórico*: ao considerar o Estado Novo como um regime “mais ou menos ditatorial”, a situação revolucionária é expressamente condenada, como se tivesse significado uma involução para o país.

Sobre a descolonização predominaram também os juízos *revisionistas*. Segundo o cónego Melo, “já que os culpados e responsáveis por tanto sangue derramado se passeiam e riem e zombam do povo português, assumamos, embora sem culpa, o nosso papel de reedificadores e reconstrutores das pátrias irmãs, ora desmanteladas”. Seguindo a mesma linha de argumentação, o Arcebispo de Braga, D. Eurico Nogueira, considerou que “a Revolução não pode orgulhar-se da descolonização”. Posição diferente foi defendida pelo pároco de Queluz, padre Teixeira Dias, quem também manifestou um juízo positivo sobre o 25 de Abril: “Poderá perguntar-se se a revolução era inevitável ou se teria sido possível a ‘evolução na continuidade’, como preconizava Marcelo Caetano. Pessoalmente, estou convencido de que muito dificilmente poderia ter sido de outro jeito. Em meu entender, havia duas questões fundamentais que tinham de ser resolvidas: a democracia política e a guerra em África. Sem a solução clara para estas duas questões, não haveria evolução possível”.<sup>403</sup>

Quanto às demais declarações de políticos e personalidades que, em 1994, manifestaram opinião *revisionista* sobre o 25 de Abril, deve-se mencionar o colóquio promovido pela Distrital de Lisboa do PSD, onde foram evocados aspectos da história deste partido. Assim, Júlio Castro Caldas<sup>404</sup> oportunamente *esqueceu* – tendo em vista os valores cultivados pelo partido em meados da década de 1990 – que no momento histórico em que se deu a Revolução o socialismo constituía projeto político-social amplamente aceito e valorizado, subscrito inclusive pelo nascente PPD. Nos termos da reportagem do *Diário de Notícias*, este orador considerou datarem do período revolucionário os “momentos mais difíceis do partido, com este a ter de emitir um comunicado público de apoio às nacionalizações enquanto os dirigentes nacionais faziam figa para que os militantes não acreditassem no seu conteúdo e entendessem que só o clima de coacção – e a necessidade

---

<sup>403</sup> “A Igreja e o 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 24, 25.

<sup>404</sup> Júlio Castro Caldas (n.1943): Advogado. Foi Bastonário da Ordem dos Advogados entre 1993 e 1999.

de se conseguirem eleições – levava o partido a engolir esse sapo”. Ângelo Correia<sup>405</sup>, outro orador do evento, expressou visão *revisionista* de condenação do processo revolucionário ao destacar a dicotomia entre os setores que queriam um regime *democrático* e os que queriam um regime *revolucionário*.<sup>406</sup>

Em debate promovido no Porto pelo *Instituto Erasmus*, José Miguel Júdice<sup>407</sup>, militante do PSD, concluiu sua intervenção afirmando que, se não fosse o MFA, em 1994 Portugal seria igualmente democrático, com as mesmas liberdades políticas de que desfrutava naquele momento.<sup>408</sup> Trata-se, evidentemente, de opinião *revisionista*, pois desvaloriza o significado e a importância do legado do 25 de Abril, além de considerar a Revolução evitável e desnecessária.

Em entrevista à revista *25 de Abril – Memórias*, publicada pela agência Lusa, António de Spínola manifestou opiniões *revisionistas* quanto ao processo revolucionário e à descolonização. Sobre o primeiro, mencionou os “excessos da revolução”, os quais “podiam ter sido evitados” e pelos quais “responsabiliza totalmente Marcelo Caetano”. Já a descolonização é caracterizada como “um crime”.<sup>409</sup>

Finalmente, em ciclo de conferências, em Coimbra, organizado pelo *Instituto Irene Lisboa* com o propósito de abordar o sistema educativo desde 1974 até o momento presente, o ex-ministro da Educação do Estado Novo, Veiga Simão – tendo-se irritado com a intervenção do professor de filosofia Cabral Pinto, quem afirmou que a sua reforma da educação se impunha por uma questão de sobrevivência do regime – declarou que o seu objetivo “não era o da sobrevivência do regime; era claramente a democracia”. Diante da continuação da exposição de Cabral Pinto, o ex-ministro novamente se exaltou e afirmou: “É evidente que existem contradições na minha reforma e, até reconheço alguns erros, mas em quatro anos eu também não tive tempo de fazer tudo, o que eu pretendia era derrubar o

---

<sup>405</sup> José Ângelo Ferreira Correia (n.1945): Administrador de empresas. Foi um dos fundadores do PSD. Foi deputado à Assembleia Constituinte (1975-1976) e à Assembleia da República (1976-1995). Exerceu o cargo de ministro da Administração Interna no Governo Pinto Balsemão (1981-1983).

<sup>406</sup> “Histórias e memórias do PPD – Do 25 de Abril até a legitimação democrática” in *Diário de Notícias*, 23 de Abril de 1994, p. 12.

<sup>407</sup> José Miguel Júdice: Advogado e professor universitário. Foi Bastonário da Ordem dos Advogados entre 2001 e 2004.

<sup>408</sup> “ ‘Mesmo sem o 25 de Abril Portugal teria mudado’ ” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 8.

<sup>409</sup> “Spínola atribui ‘excessos’ a Caetano” in *Diário de Notícias*, 11 de Abril de 1994, p. 8.

regime”.<sup>410</sup> Pode-se considerar que um tal tipo de descarada distorção do contexto histórico – não tendo sido motivado por intenções humorísticas ou irônicas – ocorre apenas em ambiente social não completamente hostil a este gênero de asserções, o que constitui mais uma evidência do desenvolvimento do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa.

Por ocasião do 25 de Novembro de 1994, em colóquio/debate realizado em Lisboa e intitulado “25 de Novembro: 19 Anos depois”, Vasco Pulido Valente<sup>411</sup> manifestou opinião *revisionista* ao sustentar que a democracia em Portugal não foi inaugurada pelo 25 de Abril de 1974 – quando “um poder de facto enfrentou outro poder de facto” – e sim pelo 25 de Abril de 1975 – primeiras eleições livres – juntamente com o 25 de Novembro de 1975 – quando os militares optaram entre regressar ao seu estatuto normal ou manter-se como poder de fato.<sup>412</sup> Pode-se dizer que uma tal visão da Revolução dos Cravos limita a análise ao âmbito institucional – político e militar – desconsiderando que a democracia, antes de ser oficialmente consagrada, foi conquistada em decorrência da explosão revolucionária que se seguiu ao 25 de Abril de 1974.

Seguindo linha de argumentação semelhante, um artigo de opinião, da autoria de Nuno Rogeiro, procede à completa condenação do 25 de Abril: “Em si mesmo, o 25 de Abril foi só o começo de um processo. E dizer que há só um 25 de Abril é celebrar ou maldizer sem compreender. E dizer que o 25 de Abril é o dia da afirmação ou da liberdade é maldizer ou louvar sem compreender. Tecnicamente, e em rigor, o 25 de Abril foi só o apagar de um regime, ou, talvez mais rigorosamente ainda, a negação de um sistema de governo. Não foi a afirmação de nada: será que António Spínola, Costa Gomes, Diogo Neto, Pinheiro de Azevedo, Rosa Coutinho, Silvério Marques (para falar só nos membros da Junta) possuíam a mesma opinião sobre o que era a Liberdade, que tipo de associações partidárias deviam ser permitidas, que tipo de regime devia ser construído, que política havia a seguir em relação a África, que estratégia económica deveria delinear-se?”

A seguir, o articulista demonstra que em diferentes momentos do processo revolucionário alguns militares manifestaram distintos posicionamentos e contaram com

---

<sup>410</sup> “O que eu pretendia era derrubar o regime – afirmou Veiga Simão num debate sobre a educação em 1974” in *Jornal de Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 4.

<sup>411</sup> Vasco Pulido Valente (n.1941): Historiador e comentador político. Exerceu a função de Secretário de Estado da Cultura no Governo Sá Carneiro; apoiou a primeira candidatura presidencial de Mário Soares, em 1986; em 1995, foi eleito deputado pelo PSD, mas demitiu-se ao fim de quatro meses.

<sup>412</sup> “Portugueses contestam os vanguardismos políticos – afirmou Ramalho Eanes num debate sobre o 25 de Novembro” in *Jornal de Notícias*, 26 de Novembro de 1994, p. 5.

divergentes graus de prestígio, de modo que a conclusão do artigo orienta-se nos seguintes termos: “Se em 25 de Abril de 1974 uns queriam uma ‘democracia liberal’ e outros uma ‘democracia popular’, se em 25 de Abril de 1974 uns queriam desembaraçar-se de África sem dar explicações a ninguém e outros queriam um processo de transição controlado, se em 25 de Abril de 1974 uns queriam obedecer a Roma, outros a Cartago e outros ainda a eles próprios, o que se celebra em 25 de Abril de 1974? O triunfo da liberdade? Mas esta só nasceu e só se impôs pelo menos um ano depois de Abril de 74. O fim do Estado Novo? E eu que sempre pensei que as mortes só são celebradas nas culturas bárbaras...”<sup>413</sup> Pode-se dizer que tal ponto de vista sobre o 25 de Abril apenas considera como elementos dignos de análise os aspectos do poder institucional, negligenciando a importância dos movimentos sociais. Além disso, é importante mencionar que opiniões deste gênero se destacam pela integral condenação do 25 de Abril, sem que sejam salientados quaisquer aspectos positivos do período. Tal tipo de apreciação – que desloca, por exemplo, a conquista de valores consensuais, como a liberdade e a democracia, para períodos posteriores ao 25 de Abril – não era muito comum até então; compreende-se a sua maior incidência em 1994 tendo-se em conta, por um lado, o ampliado debate sobre o tema que se instalou na sociedade, e, por outro lado, o ambiente social de certa forma tolerante à emergência do *revisionismo histórico*.

É justamente este sentido de condenação irrestrita do 25 de Abril que transparece em comentário de Vasco Graça Moura, publicado na seção “Dois pesos”. A Revolução dos Cravos é avaliada nos seguintes termos: “A revolução não instaurou a liberdade. Derrubou um regime autoritário mas tentou erguer um regime totalitário em seu lugar. A liberdade e a democracia pluralista fomos nós que as instaurámos depois, todos os que nos opusemos a isso. Mas Portugal ainda não digeriu a sua própria má consciência de ter sido o único país da história cujas forças armadas, não tendo sido derrotadas, tiveram a singularidade destemida de entregar de bandeja tudo quanto lhes apeteceu. Preferiram uma insubordinação corporativa por patrióticas razões de pré e promoções no quadro, seguidas de soviéticas motivações que por pouco iam tomando conta disto tudo. Preferiram abandonar heroicamente ao seu destino milhões e milhões de pessoas que entretanto morreram, numa das catástrofes mais pavorosas da história da humanidade e cuja

---

<sup>413</sup> “Abril: a porta” in *Jornal de Notícias*, 8 de Abril de 1994, p. 6.

responsabilidade lhes cabe por inteiro. Preferiram culminar numa rendição sem dignidade, perante interlocutores que, afinal, como agora se reconhece com todo o impudor, não tinham então a mínima representatividade em Angola e em Moçambique. Tudo isto foi feito com o aplauso alarve de uma consciência colectiva em estado de choque, sujeita às mais desenfreadas intimidações, em que o medo e a estupidez imediatista ditavam o salve-se quem puder a cada momento”.<sup>414</sup>

Em tal tipo de visão, a reprovação da Revolução vai além do período de radicalização revolucionária e da descolonização: todo o processo histórico é condenado, desde a organização do MFA e os acontecimentos do dia 25 de Abril. Sob esta perspectiva, a Revolução dos Cravos é considerada não apenas desnecessária mas também desastrosa. Em um outro comentário desta mesma seção em que escrevia semanalmente, tratando das discussões públicas sobre o 25 de Abril, Vasco Graça Moura mantém esta visão largamente condenatória da Revolução. Especificamente, apresenta o desenrolar do período revolucionário como espécie de compensação para os crimes do Estado Novo: “Na semana passada, muita gente se encarregou de vir recordar na comunicação social toda uma série de crimes da PIDE que convirá não esquecer. Ninguém se lembrou das prisões arbitrárias, da censura, dos processos de intimidação, das denúncias, das manipulações, das calúnias, das ameaças de morte, das torturas e sevícias, das ocupações, saneamentos, destruições e outras selvajarias do pós-25 de Abril. Já não foi a PIDE quem as praticou. Deve-se à aliança MFA-PCP de rejubilante memória, esse autêntico escarro no processo de democratização do nosso país. Mas há quem entenda que a democracia deve escamotear estes acidentes de percurso, num enlevo edulcorado e manso. O melhor é sobrar-lhe a lembrança para umas coisas, desde que lhe fique rigorosamente curta para outras.”

Mais adiante, em alusão à apreciação do brigadeiro Monge, reitera a condenação não apenas do processo revolucionário – associado ao domínio comunista – mas de todo o período iniciado pelo derrube do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974: “O brigadeiro Monge confirmou que o 25 de Abril foi obra de um punhado de descontentes corporativos, de um punhado de tansos bem-intencionados e de um punhado de ideólogos feitos à pressa, todos manipulados por um punhado de agentes soviéticos que sabiam perfeitamente o que queriam e para onde iam: tomaram logo conta da revolução e transformaram forças

---

<sup>414</sup> “Portugal e o passado” in *Diário Notícias*, 10 Abril de 1994, p. 6.

armadas dignas desse nome numa tropa-fandanga que envergonharia qualquer país do 28º mundo. (...) Pode haver quem pense que a Lisboa pombalina foi construída pelo terramoto de 1755. Mas não foi assim. Do mesmo modo, também não devemos nada aos militares que não trouxeram democracia nenhuma. Que o 25 de Abril seja um símbolo desse dia seguinte”.<sup>415</sup>

Nesta mesma perspectiva, um artigo de Jaime Nogueira Pinto<sup>416</sup> elogia os debates televisivos justamente por expressarem visões *revisionistas* da Revolução dos Cravos: “Com todas as limitações inerentes a este tipo de programas – há um grande número de participantes, o que os leva geralmente (e basta um para puxar o resto) a bater-se quase tumultuariamente pela palavra –, também algumas coisas se têm dito, e, pela primeira vez, nas televisões: que a democratização, ou o regime das liberdades públicas, é o resultado de um longo processo de 20 anos, e não de um mítico 25-A de ‘jovens capitães’; que, pelo contrário, uma linha destes – dominante depois do 28 de Setembro de 74 até ao 25 de Novembro – quis implantar um regime policial do tipo comunista, ensaiando-o largamente, com repressões, confiscos, ocupações selvagens, prisões e saneamento de opositores políticos; que a ‘descolonização’ nem foi a consequência de uma ‘derrota militar’ (até ao 25 de Abril) nem de um imperativo superior e cego da história, mas sobretudo o produto de uma conduta, deliberada, dos maximalistas da Revolução, do PCP e dos seus asseclas militares, perante a indiferença satisfeita das alas festivas; que o desenvolvimento continua em banho-maria, que o País regrediu em índices de crescimento económico – poder de compra, salários, nível de vida –, que só recentemente, e com a ajuda dos fundos europeus, recuperou”.

A seguir, o articulista critica aqueles que se insurgiam contra semelhante quadro explicativo do 25 de Abril, e explicita a sua própria visão, segundo a qual a Revolução não passou de um grande equívoco: “O regime anterior não poderia ter continuidade institucional, para além do poder pessoal – e da vida física – de Salazar. Marcelo Caetano pôs o problema da própria legitimidade. A falta de soluções políticas significou o suicídio. O 25 de Abril, mais que morte, foi eutanásia. A evolução para um regime de liberdades políticas era fatal, na falta de uma proposta institucional alternativa. O País – e o Ultramar –

---

<sup>415</sup> “Cemitérios à Lua” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>416</sup> Jaime Nogueira Pinto (n.1946): Pensador político de direita.

transcendiam o regime. Tinham-no transcendido para os democratas e republicanos da Primeira República; para os monárquicos antifascistas; para as dezenas, ou centenas, de milhares de jovens que passaram pelas fileiras, enquadrados pelo Exército, de 1961 a 1974. Não se provou nem se prova – pelo contrário – que a política de ‘descolonização’ feita fosse a única possível. Foi, sim, a que voluntariamente desejaram os que então tomaram o Poder. A ‘democratização’ também não pode continuar a servir de panaceia para tudo”.

Em conclusão, o articulista recusa a legitimidade das críticas atribuídas ao *revisionismo histórico*, argumentando tratar-se, simplesmente, da “factualidade”: “A reivindicação de certas verdades ou de uma certa factualidade não tem a ver, de modo nenhum, com reabilitações do regime anterior, cujos responsáveis sobreviventes – com excepção dos ministros Rui Patrício, Veiga Simão e Hermano Saraiva – têm primado pela ausência. Quando gente da direita intervém em tais debates, tem-no feito no exercício de direitos próprios e conquistados contra a esquerda policial, que lhos negou em 74-75, com o enlevado silêncio ou cumplicidade de alguns dos sopranos agora mais indignados com o ‘revisionismo’. Estes então perderam uma bela oportunidade de falar; agora, abriram a boca”.<sup>417</sup> Pode-se dizer que este artigo ilustra o estado em que se encontrava o *combate pela memória* na sociedade portuguesa em 1994, quando defensores das mais extremas versões do *revisionismo histórico* – aquelas que condenam o 25 de Abril por completo e que se baseiam, em larga medida, na distorção da realidade histórica – reivindicavam o estatuto de verdade histórica. É importante frisar que não se trata apenas de divergências interpretativas, pois o *revisionismo histórico* deforma os próprios fatos históricos – e os exemplos são numerosos, desde o domínio do PCP, tentativa de golpe e de implantação de outra ditadura, passando pela possibilidade de uma descolonização lenta ou de uma transição sem ruptura com o regime, incluindo a consideração de que a situação econômica e social do país era melhor antes do 25 de Abril.

Existem ainda as opiniões *revisionistas* – as quais constituem a maioria das apreciações deste gênero – que condenam especificamente o período de radicalização revolucionária. Como já foi mencionado anteriormente, muitos daqueles que manifestam este tipo de opinião sobre a Revolução mostram-se críticos ao *revisionismo histórico* que pretende reabilitar o Estado Novo. Em comentário de Álvaro Guerra a respeito de

---

<sup>417</sup> “Debates e balanços” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 12.

declarações de Vasco Gonçalves, publicado na seção “Dois pesos”, o conceito de *totalitarismo* é utilizado para caracterizar o período revolucionário. Afirma-se que “o *República* manteve-se fiel aos ideais de liberdade e democracia, que também passaram a estar ameaçados pelos radicalismos das esquerdas totalitárias amplamente representadas nos Governos presididos por Vasco Gonçalves”.<sup>418</sup>

Neste mesmo sentido posiciona-se um artigo de José Augusto Seabra, que menciona “a derrota das tentações totalitárias supervenientes” à queda da ditadura. Outro artigo deste mesmo autor, dedicado aos jovens, mantém esta visão do processo revolucionário; no entanto, inicialmente enfatiza a importância da memória do Estado Novo. Assim, o artigo começa por identificar que as gerações jovens, não tendo conhecido o regime ditatorial e a Guerra Colonial que originou o levantamento militar em 25 de Abril, possuíam dificuldades para compreender o sentido deste acontecimento histórico, de modo a valorizá-lo devidamente e nele se reconhecerem; e atribui a responsabilidade desta situação a uma falha na transmissão da memória: “De quem a culpa senão das gerações antecedentes, que não souberam transmitir-lhes a memória desse tempo trágico, em que tantos se sacrificaram para que um dia a liberdade fosse possível?” Além disso, o articulista elogia a militância da juventude de outrora, em contraste com a resignação do momento, e afirma, em apreciação positiva do 25 de Abril: “Quando a hora da libertação soou, esses jovens estavam na primeira linha de combate. Jovens eram também os oficiais e soldados que se revoltaram contra uma guerra criminosa e insensata, que conduziu o país a uma crise sem saída, senão o derrube de um regime decrépito, que se esboroou sem qualquer defesa. É a essa juventude que devemos em grande parte a liberdade”.

Contudo, ao tratar do período revolucionário prevalece a condenação da Revolução: “Passada a euforia inicial, que a recuperação desta [liberdade] provocou no povo português, seguiu-se, como se sabe, uma luta implacável pelo poder, que alguns pensavam, como Mao Tsé-Tung, estar na ponta das espingardas, enquanto outros, mais organizados, puxavam por detrás os cordéis, para no momento oportuno tomarem o comando do ‘processo revolucionário em curso’, através de um poder totalitário. Muitos jovens foram então atraídos por essa ‘ilusão revolucionária’. Alguns deles, inebriados pelo marxismo-leninismo, semearam a agitação e a desordem, dificultando aliás os desígnios dos

---

<sup>418</sup> “Crises e más memórias” in *Diário de Notícias*, 27 de Março de 1994, p. 6.



comunistas. Outros alinharam num projecto de subversão militar extremista. Só a muito custo os jovens democratas puderam então afirmar-se, sob o signo do socialismo ou da social-democracia. Mas eles tiveram o mérito de se opor a ideologias alienantes, condenadas ao fracasso”.<sup>419</sup> Esta apreciação subscreve, portanto, o juízo *revisionista* que opõe *democracia e revolução*.

No mesmo sentido, em artigo de Rui Osório, o 25 de Abril é avaliado positivamente por ter posto fim ao regime do Estado Novo; no entanto, menciona-se “a bonança do ‘25 de Novembro’”, que se opôs à “nova tentação totalitária” e aos “erros e desmandos do Processo Revolucionário em Curso (PREC)”.<sup>420</sup> A propósito do 25 de Novembro, outro comentário de Álvaro Guerra, da seção “Dois pesos”, refere que esta data representou a reposição do país “no trilho da democracia” – o que significa assumir o juízo *revisionista* segundo o qual o processo revolucionário foi um *desvio* neste caminho democrático.<sup>421</sup>

Em editorial do *Diário de Notícias*, o 25 de Abril é valorizado por ter posto fim ao Estado Novo; no entanto, considera-se que durante o processo revolucionário o PCP procedeu à tentativa de golpe para instaurar um regime equiparável àquele derrubado: “A ditadura derrubada no dia 25 de Abril de 1974 tem, indiscutivelmente, no Portugal democrático dos nossos dias, a sua maior condenação histórica. Com todos os défices de desenvolvimento que se lhe reconhece, Portugal é hoje substancialmente diferente para melhor – e é-o basicamente porque cresceu em democracia, no âmbito de uma Comunidade Europeia que é um sistema de liberdade e progresso incompatível com regimes cerceadores das liberdades públicas – seja aquele de que Oliveira Salazar e Marcelo Caetano foram os chefes supremos seja aquele que o Partido Comunista Português, acolitado por alguns inocentes úteis nas áreas cívil e militar, desejou e tentou impor aos Portugueses nos agitados anos de 1974 e 1975. E é também por isso que não devem passar em claro as tentativas de sinal contrário que hoje se ensaiam para *branquear* actuações condenáveis. Perdoar ou reintegrar (verbos que ficam bem a uma sociedade tolerante e aberta), não podem ser sinónimos ou pretextos de distorção da verdade histórica”.<sup>422</sup> Pode-se dizer, portanto, que esta visão editorial do *Diário de Notícias* ao mesmo tempo que reprova o

---

<sup>419</sup> “Do Norte e dos seus direitos em democracia” in *Jornal de Notícias*, 7 de Abril de 1994, p. 32; “O 25 de Abril e a juventude” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 36.

<sup>420</sup> “1º de Maio” in *Jornal de Notícias*, 30 de Abril de 1994, p. 82 (“Última Página”).

<sup>421</sup> “A causa da liberdade” in *Diário de Notícias*, 27 de Novembro de 1994, p. 6.

<sup>422</sup> “A memória de Abril” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 3.

*revisionismo histórico* que pretende *branquear* o Estado Novo, aprova as apreciações *revisionistas* no sentido de condenar o processo revolucionário.

Em artigo da autoria de Carlos Gaspar<sup>423</sup>, evidencia-se também a ideia de golpe do PCP, ao se afirmar que “em 25 de Novembro de 1975, os comunistas portugueses e os seus aliados precipitaram-se numa última tentativa de golpe e perderam a parada”. O articulista defende ainda a tese de que o 25 de Abril inaugurou uma vaga de democratização mundial – na Espanha, seguida da América Latina, Europa central e oriental, e União Soviética. Além disso, a concepção *revisionista* é reiterada ao se utilizar o comunismo soviético como paradigma comparativo para o processo revolucionário português, concluindo-se que em Portugal os mencheviques venceram os bolcheviques.<sup>424</sup> O intuito de uma tal visão é, evidentemente, depreciar o período revolucionário, associando-o ao domínio comunista. Como é comum nas apreciações *revisionistas*, predomina neste artigo a extrema simplificação da realidade histórica, desconsiderando-se a complexidade das forças e agentes atuantes no processo revolucionário.

Da mesma forma, em artigo da autoria de Alberto João Jardim sobre o 25 de Abril na Madeira, defende-se a existência, durante o período revolucionário, de um poder estabelecido “de maioria comunista” cuja atuação é amplamente condenada, afirmando-se que “[a] ‘esquerda’ desencadeia acções das mais larvares contra direitos, liberdades e garantias individuais”. Nestes termos, Jardim justifica e legitima a atividade de organizações terroristas de extrema-direita, sustentando que, na Madeira, contra este poder de esquerda, lutou o PPD juntamente com “outros grupos clandestinos, estes incluso com recurso a acções violentas”. Assim, subscreve-se a ideia *revisionista* da oposição entre *democracia* e *revolução*, considerando-se que só depois da vitória das “forças democráticas” foi possível “concretizar os tais ‘três dê’s’”. A conclusão do artigo é positiva quanto aos efeitos que o 25 de Abril permitiu que se alcançasse, embora todo o período revolucionário seja reprovado com veemência: “O 25 de Abril permitiu que a Madeira concretizasse inequivocamente o democratizar, o descolonizar e o desenvolver. Não teríamos, hoje, as nossas liberdades, a nossa Autonomia Política e o progresso inequívoco em curso, se não fora o 25 de Abril. Obviamente que repudiamos tudo o que de negativo se

---

<sup>423</sup> Carlos Garpar: Politólogo. Ex-maoísta, foi assessor da Presidência da República durante os mandatos dos socialistas Mário Soares (1986-1995) e Jorge Sampaio (1996-2005).

<sup>424</sup> “O ponto de partida para uma vaga de democratização” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 14.

passou. Mas, por muito firme e permanentemente que militemos tal repúdio, há que agradecer ao 25 de Abril. Sempre com a consciência de que os regimes não são eternos e que, portanto, não há que recear um 26 de Abril que substitua as muitas deficiências do actual sistema político-institucional”.<sup>425</sup>

Em artigo de Cavaco Silva sobre o 25 de Abril – convém mencionar que se trata do único artigo de autoria do primeiro-ministro publicado na imprensa nacional durante os dez anos de seu Governo –, despontam juízos *revisionistas* sobre o processo revolucionário – associado ao *totalitarismo* – e a descolonização: “Muitas foram as atribulações e reveses que o regime democrático experimentou, numa primeira fase. Sofremos tentativas de domínio totalitário, de reforço da tutela estatal, de perpetuação de uma orientação marxista e socializante para a sociedade portuguesa. E o povo português não foi consultado sobre algumas das principais decisões políticas tomadas a seguir à revolução – falo, sobretudo, da descolonização e das nacionalizações, domínios em que as orientações seguidas contrariaram o sentir maioritário dos portugueses”. Sobre a descolonização, o primeiro-ministro ainda acrescenta: “Procuramos ultrapassar as sequelas de uma descolonização inevitável, mas cujo processo, que não respeitou a dignidade de Portugal nem os nossos mais legítimos interesses, originou as mais trágicas consequências para as populações dos antigos territórios portugueses, que ainda hoje sofrem os horrores da fome e da guerra”.

Feitas estas repreensões quanto ao rumo da Revolução, o 25 de Abril é valorizado positivamente por ter permitido a mudança, destacando-se os âmbitos do desenvolvimento, da integração europeia e da estabilidade política: “Apesar das turbulências iniciais, o regime democrático permitiu-nos corrigir muitos erros e orientar a mudança para o desenvolvimento integral e duradouro para o nosso país. Esta é uma batalha que ainda não está definitivamente ganha e que está associada ao fortalecimento do princípio da democracia representativa ocidental, à opção europeia e à estabilidade política conquistada depois de 1985”. Este último aspecto é considerado essencial para a viabilização do desenvolvimento: “Está provado que Portugal só começou a realizar o desenvolvimento sustentável quando conquistou a estabilidade política. Mesmo abandonando projectos políticos ultrapassados e anacrónicos – o embuste socialista que persistiu na Constituição

---

<sup>425</sup> “O 25 de Abril na Madeira” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, Suplemento “20 anos de Liberdade”, p. 4.

até 1989 –, Portugal não conseguiria o desenvolvimento se o país continuasse ingovernável”.<sup>426</sup>

Pode-se dizer, portanto, que segundo a visão de Cavaco Silva as realizações do período revolucionário são condenadas, ao passo que o valor positivo do 25 de Abril é deslocado para o período em que o país passou a desfrutar de estabilidade política – o que, não por acaso, ocorreu durante o seu Governo, com a maioria parlamentar alcançada pelo PSD. Trata-se, evidentemente, de interpretação *revisionista* sobre o 25 de Abril, já que, por um lado, se reprova tanto o rumo do processo revolucionário quanto os projetos de sociedade socialista que no período floresceram e a descolonização levada à cabo; por outro lado, a identificação dos efeitos positivos permitidos pelo 25 de Abril – desenvolvimento, integração europeia, estabilidade política – é entendida como uma mudança *posterior* alcançada *apesar* das “turbulências” e “erros” da Revolução.

Em 1994, Marcelo Rebelo de Sousa<sup>427</sup> assina uma crônica em que elege oito personalidades políticas dos últimos vinte anos que deveriam ficar na História: António de Spínola, Francisco Costa Gomes, Álvaro Cunhal, Mário Soares, António Ramalho Eanes, Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Aníbal Cavaco Silva. A conclusão desta tentativa de resumo da vida política portuguesa é a seguinte: “Em síntese, da fase revolucionária, diria que ficam Spínola como símbolo, Costa Gomes como contra-símbolo e Cunhal como a revolução em acto primeiro e a revolução contida depois. A fazer a ponte entre a revolução e o começo da institucionalização democrática fica o papel relevante de António Ramalho Eanes. Do ciclo da institucionalização democrática ficam o cometa brilhantíssimo, intenso e breve, como só os cometas, que foi Francisco Sá Carneiro e o pedagogo da democracia à direita, Diogo Freitas do Amaral. Do ciclo da estabilização política e da inserção económico-social de Portugal/Europa fica Cavaco Silva. A atravessar as três fases, desde a revolução à institucionalização democrática e daí para o aval à gestão duradoura do centro-direita no poder, encontra-se Mário Soares. São oito nomes, todos

---

<sup>426</sup> “Reflectir sobre a mudança” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, Suplemento “20 anos de Liberdade”, p. 3.

<sup>427</sup> Marcelo Rebelo de Sousa (n.1948): Advogado e professor universitário. Militante do PSD desde 1974, integrou a Assembleia Constituinte. Exerceu as funções de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro para os Assuntos Parlamentares durante o Governo Pinto Balsemão (1981-1983). Foi presidente do PSD entre 1996 e 1999.

importantes”.<sup>428</sup> Esta crônica apresenta juízos *revisionistas* por defender alguns estereótipos sobre o período revolucionário, tais como as definições de Spínola e Costa Gomes como “símbolo” e “contra-símbolo” da Revolução, respectivamente, sendo que no caso deste último entende-se que “simbolizou os equívocos, os equilíbrios, as contradições de um período revolucionário”; a ideia de que o PCP, através da figura de Cunhal, “liderou a esquerda em Portugal” e “conduziu setores do MFA à distância” – o que constitui uma considerável sobrevalorização do poder de influência dos comunistas –; e a ideia de que Mário Soares representou o líder da “esquerda democrática” ao travar o avanço do PCP e afirmar a supremacia da democracia. Trata-se, portanto, de visão que subscreve a oposição entre os conceitos de *democracia* e *revolução*.

Em notícia de caráter informativo sobre o 28 de Setembro de 1974 aparecem também tais estereótipos a respeito do período revolucionário, com o intuito depreciá-lo. Há uma simplificação da realidade histórica, como se todos os acontecimentos do período estivessem sob o controle estrito dos setores radicalizados do MFA, com destaque para a liderança do PCP no processo: “Com a ala radical do MFA a impor as regras do jogo, cujo exemplo máximo é a nomeação de Vasco Gonçalves para primeiro-ministro, e Otelo a liderar o ‘terror’ nas ruas, Spínola vê-se isolado em Belém. Com o país a resvalar para o controlo da Esquerda mais radical, com a supervisão sempre atenta do PCP, António de Spínola faz o seu célebre apelo à ‘maioria silenciosa’ (...) Para conter o gonçalvismo, Spínola tenta a fuga para a frente. Sem trunfos para opor ao pacto MFA-PCP, que já detinha os cordelinhos do poder, volta-se para a sociedade civil”.<sup>429</sup> Como é comum neste gênero de interpretação *revisionista*, a simplificação histórica acarreta a própria distorção dos fatos – por exemplo, considerar a nomeação de Vasco Gonçalves a primeiro-ministro como decisão de setores radicalizados, afirmar que o COPCON, chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho, promovia o “terror nas ruas”, ou assumir a existência de um “pacto MFA-PCP”.

---

<sup>428</sup> “Oito nomes para a História” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 11.

<sup>429</sup> “Quando Portugal esteve à beira da Guerra Civil – 28 de Setembro marcou o ‘braço de ferro’ entre Spínola e Vasco Gonçalves, que quase incendiou o país” in *Jornal de Notícias*, 28 de Setembro de 1994, p. 2.

Há ainda as interpretações *revisionistas* que focalizam a descolonização. Um artigo de Manuel José Homem de Melo<sup>430</sup> – a propósito de um programa exibido na SIC e intitulado “Marcelo Caetano. A corda no pescoço” – faz considerações sobre a hipótese de o problema da descolonização ter sido resolvido nos limites do Governo de Marcelo Caetano. Em referência à intervenção de António Almeida Santos neste programa, o articulista menciona que “o percurso da descolonização portuguesa deverá ser revisto, após o programa apresentado pela SIC, na medida em que ficou provado que mesmo aqueles que mais se opunham à descolonização – e que ainda hoje contra ela se rebelam – teriam acabado por ceder face aos inelutáveis ventos da História”. Sob esta linha de argumentação está implícita, obviamente, a condenação da descolonização levada a cabo durante a Revolução: “a verdade é que o epílogo do ciclo colonial português correspondeu precisamente – como já referi inúmeras vezes – ao oposto do que a ‘política ultramarina’ do Estado Novo pretendia acima de tudo evitar: em primeiro lugar a perda das parcelas de além-mar e depois a respectiva queda na esfera de influência soviética. Perderam-se *todas*; ficaram *todas* sob a alçada de Moscovo. Pior seria impossível”. A conclusão do artigo orienta-se no sentido de que, apesar do ensaio de negociações tentado por Marcelo Caetano, já era demasiado tarde; pois “[n]ão se pode circular impunemente, por muito tempo, ‘na contramão da História’”.<sup>431</sup>

Em artigo da autoria de um estudante de dezanove anos, Jorge Oliveira Santos, – publicado no suplemento *Jovem* do *Diário de Notícias*, especialmente sobre o 25 de Abril – sobressai juízo amplamente condenatório acerca da descolonização. O texto começa por elogiar o 25 de Abril pela viabilização da democracia, mas logo enfatiza a reprovação da descolonização: “Graças ao 25 de Abril, vivemos hoje num regime democrático em que as instituições são baseadas no voto livre e na soberania popular, havendo igualmente liberdade de consciência, de expressão e de informação. Contudo, o grande apreço que sinto por essas conquistas da Revolução dos Cravos não me impede de condenar vivamente o modo precipitado, irresponsável e antinacional como foi conduzido o processo da ‘descolonização’, o qual, a meu ver, comprometeu gravemente os interesses e a posição de Portugal no mundo”.

---

<sup>430</sup> Manuel José Homem de Melo: Foi deputado à Assembleia Nacional durante o Governo de Marcelo Caetano. Foi diretor do periódico *A Capital*.

<sup>431</sup> “O meu depoimento e a contramão da História” in *Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 13.

O tom do artigo surpreende pelo elevado grau de assimilação do mito colonizador da parte de um jovem nascido depois do 25 de Abril. Defende-se a ideia, justificadora do colonialismo, de que a colonização efetivada por Portugal era diferente, o que se explicaria pelos *brandos costumes* portugueses: “aqueles territórios não eram simples colónias, mas sim o prolongamento de Portugal em África. Humanistas e dialogantes, os Portugueses sempre privilegiaram o diálogo e a convivência pacífica nas suas relações com os povos do Ultramar. Ao invés de outras potências coloniais, que consideravam as colónias apenas como um espaço fornecedor de matérias-primas baratas e um mercado consumidor dos produtos manufaturados provenientes das respectivas metrópoles, Portugal, embora não descurasse a vertente económica da colonização, dedicava especial atenção ao desenvolvimento de laços de amizade com as populações indígenas”.

Nestes termos, o texto sustenta que os “defeitos” da colonização poderiam ter sido “corrigidos” de modo a “realizar-se a integração efectiva e duradoura das várias parcelas da Nação portuguesa”. A Guerra Colonial é justificada pela justeza do lado dos portugueses, e o sistema federalista, tal como apontava Spínola em *Portugal e o Futuro*, é considerado o ideal para que Portugal fosse, no momento presente, uma “nação pluricontinental”. Sob esta perspectiva, procede-se à dura condenação da descolonização, pautando-se sempre nos mitos do colonialismo: “Desprezando as potencialidades de um próspero futuro que poderíamos construir sobre os alicerces herdados de um passado glorioso, os Governos Provisórios abdicaram definitivamente do Ultramar e deixaram-no à mercê do apetite voraz das potências que sempre o cobiçaram... Em nome de utopias, amputou-se à Nação portuguesa quase 96 por cento do seu território! A meu ver, a entrega do Ultramar foi uma alta traição. Não há qualquer desculpa para o modo claramente antinacional como os Governos Provisórios actuaram. E nem o clima de agitação revolucionária, que dominou Portugal no pós-25 de Abril, pode servir de justificativa para tamanha irresponsabilidade. Perante as situações políticas criadas nos novos Estados africanos, os portugueses residentes nesses territórios viram-se obrigados a regressar em massa, deixando para trás os seus bens e os seus sonhos; tiveram de renunciar aos imensos espaços de África para virem acotovelar-se na insignificância geográfica a que o País ficou reduzido. Os Governos Provisórios não haviam sabido acautelar devidamente os seus interesses... (...) Às vezes, releio as páginas douradas da nossa História... É triste verificar que a gesta gloriosa dos

Descobrimentos, essa extraordinária epopeia de portugueses empenhados no engrandecimento de Portugal, tenha sido em vão. Destruíu-se em dois anos o resultado do árduo trabalho de cinco séculos! Tanto esforço em vão!”<sup>432</sup>

Um artigo de Manuel Coelho dos Santos combina juízos *revisionistas*, que reprovam a descolonização e o processo revolucionário, com críticas ao *revisionismo histórico* evidenciado em programas televisivos por figuras devotas ao regime derrubado em 25 de Abril de 1974. Assim, inicialmente o articulista critica a lógica dominante nos debates televisivos, em que desponta a tentativa *revisionista* de reabilitar o passado colonial: “É saudável que, como povo, saibamos assumir o nosso passado na sua integralidade, mesmo nos erros e desvarios susceptíveis de nos envergonhar. Mas nos debates a que assisti não pude deixar de sentir certa impaciência ao voltar a ver na minha frente múmias do passado, com a aura da beatitude e a dar-nos a certeza de que, se tivessem prosseguido no comando do país, se abriria na nossa frente um futuro radioso. E voltei a ouvir, neste final do século XX, que a pátria era una e indivisível e que o portuguesismo era o mesmo em Angola ou na Beira Baixa. E voltou até a insinuação de que a guerra ultramarina estava ganha e de que ainda hoje poderíamos ser donos das colónias, tal como no tempo de Salazar”. E acrescenta, a respeito dos limites que devem cercear este tipo de programação: “É legítimo que se pergunte: deve o regime democrático demitir-se da sua função pedagógica e ir ao ponto de deixar colocar de novo no palco os que impediram entre nós a democracia, tendo sido eles o pilar do anterior regime autoritário? A que propósito é que uma televisão oficial – a televisão do Estado democrático – permite que gente como Kaúlza de Arriaga produza sucessivas arengas contra a democracia e mereça nos debates um especial tratamento de deferência? O problema não está nem no respeito que devemos a todos os cidadãos deste país nem na liberdade de expressão que nos cumpre defender em toda a sua amplitude e que a todos é hoje, felizmente, consentida. Está antes, em que a democracia, mormente da parte dos órgãos do Estado, tem por obrigação primeira defender os valores democráticos e, por contraste, mostrar-nos o que foi o passado, na sua realidade nua e crua. É assim que se consolida a democracia”.

---

<sup>432</sup> “Tanto esforço em vão” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, Suplemento *Jovem / O 25 de Abril*, p. 6.



Contudo, mais adiante, apesar de manifestar compreensão acerca do contexto histórico em que se produziu a descolonização, o articulista reprova o processo, assim como o período revolucionário: “A descolonização faz-se tardiamente, na sequência de uma revolta militar que visava exactamente pôr termo à guerra colonial, numa altura em que o Estado se encontrava pulverizado e o Exército depunha as armas antes ainda de qualquer acordo com os movimentos de libertação das colónias. Nestas circunstâncias, ninguém seria capaz de fazer uma descolonização satisfatória, porque faleciam os meios – sobretudo os de natureza militar – para a poder levar a cabo com êxito. Isto não quer dizer, porém, que os actores militares da descolonização devam ser isentos de culpa ou de imprevidência ou até de propósitos ocultos na forma desastrosa como conduziram esse processo de descolonização. Ou seja: apesar das circunstâncias adversas, poderemos hoje dizer, desapassionadamente, que teria sido possível uma descolonização menos desastrosa e menos traumatizante do que aquela que foi realizada. Em última instância, a culpa é também de cada um de nós, que permitimos que um grupo minoritário tomasse o comando do país na fase subsequente ao 25 de Abril. É essa responsabilidade colectiva que deveremos saber interiorizar, não atribuindo as culpas aos outros, como sempre costumamos fazer”.<sup>433</sup> Pode-se dizer que o teor deste artigo é sintomático quanto ao posicionamento de setores da Direita que se indignam e criticam efusivamente as tentativas de *branquear* o Estado Novo que abundam por ocasião dos vinte anos do 25 de Abril, mas, ao mesmo tempo, defendem opiniões *revisionistas* quanto à condenação do processo revolucionário e da descolonização.

Entre as opiniões críticas ao *revisionismo histórico*, algumas abordam, também, especificamente a questão da descolonização. Em comentário de Álvaro Guerra publicado na seção “Dois pesos”, a respeito dos debates televisivos sobre a descolonização, as opiniões *revisionistas* que condenam este processo são criticadas, levando-se em conta as suas circunstâncias históricas: “Pese embora a teima dos sobreviventes e herdeiros da ‘brigada do reumático’, que ainda vêem o Minho igual a Moçambique, a verdade é que os dramas da descolonização foram sobretudo causados por ela não ter sido feita no momento histórico adequado, quando as potências colonizadoras – sobretudo o Reino Unido e a

---

<sup>433</sup> “O tema da descolonização” in *Jornal de Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 6.

França – a fizeram, pela via do processo político, a única que poderia minimizar os traumas, ainda hoje tão vivos em muitos sectores da sociedade portuguesa”.<sup>434</sup>

Em crônica de autoria do jornalista Oscar Mascarenhas, a propósito dos debates televisivos, há também crítica ao *revisionismo histórico* acerca da descolonização: “Discute-se ainda a descolonização com as certezas do motorista que buzina para o *nabo* da frente, como se quem fez a descolonização fosse senhor de todas as circunstâncias, como se – maior equívoco ainda – se pudesse identificar um alguém que tenha feito a descolonização e esta não fosse um produto de um milhão de circunstâncias aceleradas em espiral”. Mais adiante, critica-se o caráter da maioria destes juízos *revisionistas*, segundo os quais a descolonização portuguesa é condenada por não ter havido o resguardo dos interesses econômicos europeus em África: “A Namíbia! Sim, a Namíbia! Isso é que foi uma descolonização exemplar! Alguém o disse, num dos debates sobre a descolonização. Terá até sido sincero. Como devem ser sinceros os muitos economistas norte-americanos que louvam a exemplaridade do processo de democratização do Chile na era (ainda não) pós-Pinochet. Pessoalmente, não tenho argumentos para aqueles que acham que uma chacina pode ser boa – se se salvar a propriedade. Nem quero”. Mascarenhas identifica ainda que o objetivo de tais debates é discutir a política do momento por meio dos fatos históricos.<sup>435</sup>

Esta mesma conclusão é assumida em artigo de Manuel Villaverde Cabral. Os debates televisivos são criticados pelo tom predominante do *revisionismo histórico* que incide sobre a condenação da descolonização e da Revolução dos Cravos e acarreta um movimento de reescrita da História: “Pelo que vi (não acompanhei a emissão da SIC mas tive ecos), fiquei com a impressão de que a mensagem dominante, nem que seja subliminarmente, se resume em poucas e tristes palavras: a guerra colonial estava ganha ou quase pela nossa tropa; os povos colonizados, como se viu pelos vinte anos de independência, estavam manifestamente imprevistos; finalmente, à vista dos trágicos efeitos da descolonização, tanto para brancos como para negros, parece que a colonização foi exemplar. Salazar e os seus acólitos afinal é que tinham razão. Qualquer pseudo-sondagem telefónica teria certamente confirmado esta impressão deprimente. Daqui a

---

<sup>434</sup> “As fronteiras medonhas” in *Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>435</sup> “A arma do arremesso” in *Diário de Notícias*, 13 de Abril de 1994, p. 10.

perguntar para que serviu o 25 de Abril vai um pequeno passo. Quase nenhum dos intervenientes teve o descaramento de o dar, mas esse passo constituiu com certeza, para muitos telespectadores, a conclusão virtual das mensagens dominantes. Em meu entender, isto é menos surpreendente do que possa parecer e só confirma o regime de restauração social e cultural dos últimos anos e que agora se apresta a consumir a *revanche* política e ideológica. Chama-se a isto reescrever a história em toda a linha”.

Nestes termos, o articulista considera haver a utilização da questão colonial no debate político do momento – o que se tornava mais importante do que o próprio apuramento dos fatos históricos –, cuja finalidade última era deslegitimar o 25 de Abril. Esta situação de *uso público da História* com propósitos políticos é ilustrada, segundo o articulista, pela ausência neste debate do Governo e do seu partido, o PSD, dando a entender que o 25 de Abril e a descolonização constituíram uma querela entre fascistas e esquerdistas, sendo que a maior parte do odioso acabou por, convenientemente, recair sobre os últimos. Dessa forma, os “adesivos da ‘democracia de sucesso’ lavam daí as suas mãos tecnocráticas”. Neste sentido, pode-se dizer que no contexto de hegemonia conservadora da época evidenciou-se a intenção de fazer *uso público da História* de modo a deslegitimar a Revolução e culpabilizar a Esquerda pelos seus efeitos considerados nocivos. Villaverde Cabral exemplifica a manipulação mediática de carácter *revisionista* citando o caso das revelações sensacionais sobre um encontro secreto entre representantes da ditadura e de um movimento de libertação africano: “O encontro pode fazer as delícias dos amadores de romances de espionagem, mas é de pasmar que se lhe atribua mais importância do que o próprio Caetano nas suas memórias do ressentimento: isto é, nenhuma. O que é que pesa essa eventual manobra secreta perante os factos públicos e notórios de Caetano ter alienado, sucessivamente, as vias alternativas que lhe foram oferecidas pela Ala Liberal, levando à ruptura de Sá Carneiro com o regime na sua globalidade, e depois pelos chefes máximos das Forças Armadas, com as demissões dos generais Spínola e Costa Gomes e o consequente desencadeamento do levantamento militar?”

Finalmente, o articulista identifica a má consciência da Esquerda sobre a problemática da descolonização, o que atribui à considerável influência, mesmo nestes setores de esquerda, do mito da especificidade da colonização portuguesa – de modo que muitos dos protagonistas da descolonização não conseguem justificá-la sem se esconderem

atrás do *possível*. Contrariando as opiniões *revisionistas* a este respeito, Villaverde Cabral rejeita a condenação do processo e esclarece sobre as suas circunstâncias específicas: “Ora, o facto é que, *mutatis mutandis*, o colonialismo português nunca foi diferente dos outros. O que aconteceu aos colonos, como aos franceses da Argélia, por exemplo, foi o resultado do prolongamento da guerra para além de todos os limites. Quanto ao que veio a suceder em Angola e Moçambique – a guerra, a destruição, a fome –, não é diverso, desgraçadamente, do que se verificou e continua a verificar todos os dias no resto de África. Não é caso para dizer que ninguém tem culpa, mas também não é certamente caso para restaurar o mito do fardo do homem branco e, muito menos, para a esquerda democrática assumir tal fardo”.<sup>436</sup>

Além da questão da descolonização, muitas opiniões críticas ao *revisionismo histórico* abordam o *branqueamento* da PIDE – em virtude, especialmente, do polémico debate da SIC em que um ex-agente da polícia política foi um dos convidados. Ainda antes da realização deste debate, uma crônica do jornalista José Sousa Monteiro trata do problema das *transferências* para a democracia de figuras afetas à ditadura: “Quem herdou, na tradição cultural, *A Arte de Cavalgar Toda a Sela*, deve ter a obrigação de saber ser sempre democrata, tanto em democracia como em ditadura, de colaborar com a PIDE e de festejar com foguetes a derrocada do patrão. Para a nossa literatura ficar completa já só falta autor para escrever obra de tomo na linha da *Arte de Branquear Informadores da PIDE*”.<sup>437</sup>

Em comentário de J. Fragoso Mendes, diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, sobressai a crítica ao debate da SIC, no qual se evidenciou tentativa de reabilitar a polícia política do Estado Novo através da intervenção de um ex-agente desta instituição: “rapidamente o entrevistado passou a acusador, passou de participante a ‘estrela’, com tempo de antena para fazer a defesa da organização, tudo isto com a surpreendente complacência dos entrevistadores (a dado passo já até lhe chamavam ‘sr. inspector’) e dos outros convidados. Depois de o ouvirmos, assaltou-nos a dúvida sobre se alguma vez aquela associação de criminosos existiu, ou se se tratava de uma mera instituição de caridade, que apenas espalhou o bem neste país mal-agradecido”.<sup>438</sup> No mesmo sentido, um comentário de Álvaro Guerra, publicado na seção “Dois pesos”, critica o tom *revisionista*

---

<sup>436</sup> “A colonização exemplar” in *Diário de Notícias*, 11 de Abril de 1994, p. 11.

<sup>437</sup> “A arte de branquear” in *Diário de Notícias*, 2 de Março de 1994, p. 8.

<sup>438</sup> “A PIDE existiu?” in *Diário de Notícias*, 14 de Abril de 1994, p. 4.

dominante neste debate: “Estes debates abrilistas que as televisões prodigam poderão ser grandes lições de democracia, pela generosidade com que dão voz aos restos do fascismo subitamente animados pelas extremas-direitas lá de fora. Mas ao menos ponham à frente adversários mais mediáticos, capazes de lhes destaparem as carecas saudosistas, totalitárias, paternalistas e xenófobas. E alguém que explique com palavras claras as palavras que eles nostalgicamente querem recuperar do vocabulário salazarento, como ‘guerra do ultramar’, ‘terroristas’, ‘pretos’, ‘províncias ultramarinas’ e outro linguajar de múmias saídas dos seus sarcófagos”.<sup>439</sup>

Em artigo de Fernando Antunes considera-se que o *revisionismo histórico* evidenciado no debate da SIC é decorrência da falta de discussão sobre o passado: “Se em duas décadas partidos, associações políticas e outras tivessem feito alguma coisa para a explicar o que foi de facto a ex-PIDE-DGS, teríamos sido poupados a um lamentável espectáculo em que um simples ex-quadro baralhou e deu de novo como quem está autorizado a fazer batota e usar cartas viciadas pela hipocrisia e pelo desaforo. Aqui para nós, cheguei a pensar que no final, o tal vulnerável inspector acabaria por dar voz de prisão a toda a gente, a começar pelos promotores do programa. Um ‘apanhado’ dos grandes, daqueles que a irreverente e imparável SIC gosta de fazer na rua num país de brandos costumes”.<sup>440</sup>

Em artigo de Manuel Villaverde Cabral, o debate da SIC constitui o foco da crítica ao *revisionismo histórico* em desenvolvimento na sociedade portuguesa: “Desta vez, não eram apenas cinquenta anos de ditadura e quinhentos de colonialismo que eram complacentemente digeridos, mas foi a própria PIDE que tivemos de engolir. Era a PIDE, símbolo máximo da opressão e repressão, contra as quais a democracia é suposta lutar, que desfrutava do seu ‘tempo de antena’ perante um painel cortês e inibido, quando não obsequioso e compreensivo”. Nesse sentido, o articulista destaca o “princípio básico segundo o qual não é ético colocar frente a frente, em pé de igualdade, o carrasco e a vítima, o torcionário e o torturador”. E acrescenta, em crítica ao crescimento das tendências para desvalorizar o 25 de Abril e reabilitar o Estado Novo: “É uma falta de memória grave esquecer que já nos processos de Nuremberga, há perto de cinquenta anos, os carrascos

---

<sup>439</sup> “Tolerando a maldade” in *Diário de Notícias*, 17 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>440</sup> “O Oscar dos apanhados” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 68 (“Última Página”).

nazis se haviam permitido perguntar aos sobreviventes de Auschwitz: ‘Se os campos de concentração eram tão maus como dizem, como é que estão vivos?’ Traduzido para português, vinte anos depois do 25 de Abril: ‘Se a PIDE era tão terrível como a pintam, como é que os conspiradores conspiraram e como é que o golpe militar saiu tão facilmente vitorioso?’ Numa palavra: para que é que era preciso o 25 de Abril? Justamente porque a intenção do programa da SIC não era esta e porque os seus promotores estão acima de qualquer suspeita de simpatia pela PIDE e pelo terror metódico e sistemático com que ela vergou a espinha do País é que é importante perguntar como se chegou aqui. Quais e quantos os múltiplos equívocos acerca do nosso passado e do nosso presente que explicam esta humilhante *révanche* das forças que julgávamos vencidas há vinte anos?”

Em conclusão, Villaverde Cabral reflete sobre as consequências das *transições* para o regime democrático de muitas personalidades afetas à ditadura: “perante o revanchismo do antigamente e o desarmamento moral e cultural dos descolonizadores e dos democratas, é lícito perguntar hoje quem é que cooptou quem. Se foram as elites democráticas que, como era seu dever, concederam aos ‘adesivos’ um lugar na democracia ou se foram as elites tradicionais que, do alto do poder efectivo que detêm na nossa sociedade, concederam um lugarzinho na vida do país aos democratas. Com certeza que o programa da SIC e os demais processos movidos na televisão ao 25 de Abril não farão cair amanhã as liberdades. Mas não é ceder ao pessimismo interrogarmo-nos muito a sério acerca das bases morais desta democracia de brandos costumes”.<sup>441</sup> Esta reflexão é interessante, pois aponta para a força e poder de influência das elites tradicionais em Portugal, as quais, aproveitando-se de uma conjuntura de hegemonia conservadora em âmbito internacional, insurgiam-se contra a memória da revolução que questionou o *status quo*, ao passo que intentavam reabilitar o regime por ela derrubado.

Seguindo linha de argumentação semelhante, um artigo de Mário Mesquita denuncia o debate da SIC como o ápice de um processo de desenvolvimento do *revisionismo histórico* na sociedade. O articulista, assim como Villaverde Cabral, critica a lógica norteadora do debate e culpabiliza a concorrência por audiências no mercado televisivo: “Será isto o pluralismo? Consistirá em dividir aritmeticamente o ‘tempo de antena’ entre o salazarismo e a democracia, os torcionários e as vítimas? Passará por

---

<sup>441</sup> “Um país de brandos costumes” in *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 1994, p. 13.

conferir aos pides o estatuto de participantes de pleno direito no debate político? Sua Ex<sup>a</sup>, o Inspector, cidadão da democracia portuguesa, faz jus a tempo de antena na televisão portuguesa? Ou trata-se apenas de usar o perverso fascínio do pide, enquanto estratégia para efeitos de mercado televisivo?” E acrescenta, acerca da inversão de valores de que deu mostras o *revisionismo histórico* exposto na televisão: “Dir-se-á que a SIC, os seus jornalistas e os demais participantes no programa – mesmo quando manifestaram indignação – foram insuficientemente agressivos face ao deslante do agente ao negar a existência da tortura, das perseguições e dos assassinios perpetrados pela antiga polícia política. Que o trataram com cortesia e deferência. Que perante a PIDE não há ‘recuo’ histórico ou neutralidade jornalística que justifiquem a propaganda política do salazarismo na televisão – pública ou privada. Dir-se-á que o ex-inspector, bem-falante, garantiu, no melhor estilo provocatório, que aos presos da António Maria Cardoso e hospícios congêneres ‘eram servidas as melhores iguarias’; relativizou o uso da tortura e dos espancamentos por serem ‘práticas frequentes em todas as polícias do mundo’; ostentou, sem reboços, o seu ‘muito orgulho’ por ter pertencido à PIDE. Vinte anos após a Revolução democrática, não se justificarão a surpresa e o espanto?”

Nestes termos, Mário Mesquita sustenta que, obviamente, a indignação é justificada, mas não a surpresa. Isto porque a consagração do ex-pide no espaço público democrático era o resultado de uma longa estratégia de desculpabilização do salazarismo e de apagamento das fronteiras entre a ditadura e a democracia – o que significa, na verdade, um dos propósitos do *revisionismo histórico*. Assim, o articulista considera não haver razão para surpresa em um processo que já se anunciava há tempos: “A desculpabilização do salazarismo, sob os auspícios da benigna teoria dos ‘fascismos comparados’, sucedeu a restauração do culto de Salazar, promovido pela biografia apologética de Franco Nogueira. Seguiu-se a ‘entronização’ de ‘ultras’ do salazarismo – entenda-se: opositores de direita a Marcelo Caetano – enquanto figuras consensuais do regime democrático, com direito, em certos casos, a catédra mediática. Tudo fazia prever que chegaria, em breve, a hora de subirem ao palco televisivo, a exemplo de políticos que os caucionaram, os próprios agentes da PIDE, leais servidores da ditadura já devidamente recompensados e condecorados pelo Estado democrático”. Finalmente, Mesquita conclui que o debate da SIC

pode, paradoxalmente, ter acarretado algum benefício para democracia portuguesa, em termos de pedagogia cívica, pois incentivou a discussão sobre o Estado Novo.<sup>442</sup>

No mesmo sentido, um artigo do diretor-adjunto do *Jornal de Notícias*, Fernando Martins, menciona a “tendência crescente para a desculpabilização dos responsáveis pela repressão”. Segundo o articulista, em muitos dos debates sobre o 25 de Abril prevaleceu o espetáculo sobre a informação, o que era grave pois deformava a realidade aos olhos das gerações mais jovens. Neste ponto, Martins ressalta a falta de preocupação pedagógica na abordagem do 25 de Abril, de modo que os jovens não conhecem “o sinistro contraponto da liberdade de que hoje abusam os fautores da opressão”. E adverte acerca do movimento de depreciação da Revolução dos Cravos, paralelo àquele de desculpabilização do Estado Novo: “Já faltará pouco para que se aponte a Revolução como um golpe dos comunistas, que tão-somente se anteciparam a Marcelo Caetano para serem os primeiros a promover a descolonização iminente! A insinuação, essa já corre soprada por ventos conhecidos”.<sup>443</sup>

Em um artigo de Manuel Coelho dos Santos destaca-se a crítica ao tom *revisionista* dos programas televisivos sobre o 25 de Abril, nos quais prevaleceu a intenção de reabilitação do Estado Novo e de depreciação da Revolução dos Cravos. Inicialmente, o articulista aborda o debate da SIC, salientando a indignação pelo fato de haver espaço social para a promoção de valores do tempo da ditadura: “Eu só pergunto como é possível que ao fim de tão pouco tempo, quando estão ainda vivos muitos dos que foram vítimas da PIDE, se dê a palavra pública a um torcionário dessa abominável instituição e ele nos possa vir dizer que se sente orgulhoso do seu passado profissional. Posições como esta de prepotência e de cinismo só são possíveis quando se regressa aos valores do passado, quando começa a perceber-se que um passado salazarista é hoje um trunfo apreciável na promoção social e no acesso aos lugares públicos. Quando tal sucede, o ‘sr. inspector’ da PIDE sente que está no seu mundo e que pode até gracejar com as vítimas de que foi o carrasco, como pode até olhar desprezivelmente para as instituições democráticas do país”. Pode-se dizer que esta crítica aponta para a conjuntura conservadora da época, já que indica o surgimento de abertura na sociedade para a reabilitação do passado no espaço público.

---

<sup>442</sup> “O telemasquismo democrático” in *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 13.

<sup>443</sup> “Abril sem tempo” in *Jornal de Notícias*, 16 de Abril de 1994, p. 6.



Mais adiante, Coelho dos Santos menciona outro programa televisivo em que se tentou demonstrar que se vivia melhor antes do 25 de Abril, ao que contesta: “É evidente que esta não passa de uma monstruosa inverdade: apesar da situação lamentável em que nos encontramos ainda hoje, com um milhão e meio de pobres, sabemos todos que nestas duas últimas décadas uma muito mais larga camada da população teve acesso a um padrão de vida digno e que é outra hoje a cobertura do país no campo social, da saúde e do ensino. Ou seja: somos ainda um país pobre, o que deve continuar a gerar em nós uma onda de insatisfação, mas já não somos paupérrimos, como no período salazarista, em que poucos eram os beneficiários do progresso”.

Nestes termos, o articulista identifica a emergência do *revisionismo histórico* na sociedade, refletida na dupla intenção de recuperar o Salazarismo e desprezar a Revolução de Abril: “Em vésperas das comemorações do 25 de Abril, todo um movimento vem à tona e começa a clarificar-se: foram monstruosos os erros cometidos nos primeiros anos do regime democrático e todos esses erros são imputáveis apenas ao ‘socialismo’ na sua formulação ampla ou ao conjunto da ‘Esquerda’, deles estando absolvidos os que nos comandam hoje nos mais diversos sectores, porque no período quente em que se jogou a liberdade estavam em casa silenciosos e nada têm a ver com as posições que então tomaram os partidos de que são hoje os representantes, mas não os herdeiros do ideário. Aos erros e violência do passado – violência institucionalizada – contrapõem eles os erros e desvarios que houve na fase a seguir ao 25 de Abril e que estão mais vivos na memória colectiva”.<sup>444</sup>

Em artigo de João Amaral<sup>445</sup> ressalta-se também que a indignação decorrente da consagração de ex-agente da PIDE em debate da SIC não devia dar lugar à surpresa, uma vez que o movimento de *revisionismo histórico* constituía processo que já se vinha desenvolvendo desde um longo tempo: “Espero que não apareça por aí ninguém armado em ingénuo a dizer-se espantado com as coisas terem chegado a este ponto. Chamemos as coisas pelos nomes: desde o 25 de Novembro de 1975, os inimigos do 25 de Abril tiveram o terreno livre para denegrirem o 25 de Abril e os seus ideais. Permitiram tudo. A grande maioria dos ex-pides foi logo posta em liberdade. As maiores calúnias caíram sobre os

---

<sup>444</sup> “A PIDE nem existiu” in *Jornal de Notícias*, 17 de Abril de 1994, p. 8.

<sup>445</sup> João Amaral (1943-2003): Advogado. Ingressou no PCP em 1962. Foi deputado por este partido desde 1979 até 2002.

capitães de Abril, sobre forças democráticas, sobre homens e instituições que se entregaram sem desfalecimentos à causa da liberdade e da democracia. Isto enquanto os antigos senhores que viveram e prosperaram à custa da miséria e exploração do povo eram promovidos a heróis e objecto de todos os carinhos”. No entanto, o articulista considera que um efeito positivo do debate da SIC foi ter provocado uma vigorosa onda de repúdio, o que ocasionou a afirmação do 25 de Abril e de seus valores.<sup>446</sup>

Em artigo de Carlos Marques denuncia-se a inversão de valores evidente no debate da SIC em que o ex-agente da PIDE procedeu ao *branqueamento* do Estado Novo: “O cinismo cruel do carrasco fez a revolta voltar a andar à solta. Que celebrações serão estas dos 20 anos de Abril? É certo que as televisões andam na corrida louca das audiências. Mas a dignidade de Abril, a defesa da liberdade e a defesa da democracia não podem estar à venda! Que é feito do mês de Abril? Que é feito da liberdade? Que liberdade defendemos hoje? A liberdade dos cidadãos, do povo participar na construção do seu país, ou a liberdade de tratar os ‘pides’ por senhores inspectores, branqueando o fascismo?” O artigo critica ainda o avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português: “Em Portugal, os ‘pides’ têm tempo de antena nas televisões, para mentir, para branquear o fascismo, para, com terrível despudor, quererem rasurar a história”.<sup>447</sup>

No mesmo sentido, um artigo de Artur Costa critica a tendência *revisionista* de depreciar o 25 de Abril e ao mesmo tempo reabilitar o Estado Novo: “Pois bem: se o 25 de Abril trouxe excessos, porque os trouxe (e como podia não trazer, depois de 48 anos de um regime que transformou um certo excesso – a excepção – em lei?), a verdade é que não há comparação possível entre o antes e o depois da revolução. Por muito que alguns queiram buscar em certos desmandos cometidos nestes últimos vinte anos uma espécie de réplica do que se passou antes, nunca aqueles atingiram nem o volume nem a gravidade das ilegalidades perpetradas pelo regime anterior. Aliás, todo esse regime assentava numa ilegalidade de base”. Além disso, o articulista menciona a superioridade moral do regime democrático, pois tratou com demasiada benevolência os inimigos da liberdade, integrando-os na vida coletiva e conferindo-lhes, inclusive, o direito de “culpabilizar” as autoridades e o regime democrático. Todavia, Artur Costa condena o abuso da tolerância

---

<sup>446</sup> “Obreiros do 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 6.

<sup>447</sup> “O cinismo do carrasco” in *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 6.

democrática que caracteriza o *revisionismo histórico* e cuja expressão máxima foi o *branqueamento* da PIDE no debate da SIC: “Não se confunda, porém, a superioridade moral da democracia, a qual assenta na tolerância esclarecida em relação a opiniões divergentes e até adversas, com leviandade e inconsciência. Casos tem havido em que certos órgãos de comunicação social de grande impacto mais parecem apostados em reabilitar o passado e as forças do passado do que em mostrar a superioridade a todos os níveis do regime democrático. Veja-se o que se passou recentemente com um debate, em que participou um ex-agente da PIDE/DGS. Não bastava que esse senhor, que até beneficia de um soldo do Estado, remetesse para o domínio do fabuloso as práticas torcionárias da polícia política do fascismo! Ainda teve honras de tratamento de sr. inspector! Com isso, o moderador do debate ressucitou (mas acaso não terá ela sido extinta?) a tal polícia sem lei, que massacrrou tantos portugueses e assassinou muitos deles”.

Dessa forma, o articulista critica o avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa, refletido na desvalorização da Revolução dos Cravos e na reabilitação da ditadura: “Assim vai a pedagogia democrática! Melhor: a falta dela. Apostase no esquecimento como se o passado fosse uma coisa de fábula. Os antigos senhores entram, já não de mansinho, mas com a velha desfaçatez, nas nossas caras. Erguem o dedo acusador contra os restauradores da liberdade. Entretanto, os mais jovens vão perdendo todo o elo de ligação com o nosso passado recente. Os arquivos continuam por abrir. Os museus da resistência não existem.”<sup>448</sup>

No mesmo sentido, a dura crítica à inversão de valores *revisionista* presente nos debates televisivos constitui a tônica de artigo da autoria do médico Adão Cruz. O articulista ressalta o desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público, amparado sob o argumento da tolerância democrática: “Não basta à TV promover debates com a eufemística intenção de avaliar profundos fenómenos históricos, de vincado carácter sociocultural, metendo no mesmo saco toda a espécie de traumas pessoais, interesses individuais e conjunturas grupais esclerosadas. Não bastam à TV os inúmeros convidados seropositivos do vírus fascista. Torna-se necessário desenterrar cadáveres putrefactos. A democracia é a liberdade dos homens livres. A despeito da democracia se encontrar internada e doente, deve ser resguardada das infecções. Injectar-lhe gratuitamente

---

<sup>448</sup> “Contra o esquecimento” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1994, p. 10.

micróbios a ver como reage não é profilaxia, mas eutanásia escamoteada. Democracia não é estupidez. Pessoas há que não têm o direito moral de aparecer em público, quanto mais num estúdio de televisão. Ninguém tem o direito de permitir o branqueamento nazi através de tão poderoso meio de informação. Nenhum criminoso julgado e condenado em tribunal tem direito a lavar-se nas águas de uma TV. Nenhum condenado pela história e pela humanidade pode ter mais que o direito de viver, oferecido pela democracia, que, ao contrário de todas as PIDES, não mata”.

Desse modo, o articulista aponta a importância da educação no sentido de evitar os efeitos do *revisionismo histórico*: “A educação está acima de tudo. Acima da saúde. Para lá da fome e da sede. Para além dos governos. Acima da paz. Com ela tudo é possível: paz, saúde, honrosa governação, resistência ao revivalismo neofascista. Sem ela: o caos. Sem ela, até os pides ressussitam. E dormem no regaço da democracia. E mamam o leite do seu úbere. A TV cheira mal, mas não abafa o perfume dos cravos”.<sup>449</sup> É interessante este destaque para o papel da educação como arma contra o avanço do *revisionismo histórico*. Vale lembrar, no entanto, que em um contexto de hegemonia conservadora em âmbito internacional ocorre, muitas vezes, a utilização da educação como eficaz meio de disseminação – ao lado dos meios de comunicação social – de visões do mundo baseadas no *revisionismo histórico*.

Seguindo linha de argumentação semelhante, um artigo de Manuel Coelho dos Santos denuncia que os programas televisivos procediam ao julgamento do 25 de Abril, especialmente no que tange à atuação do Partido Comunista e dos grupos de extrema-esquerda. Omitindo-se, assim, “o circunstancialismo histórico em que os desmandos ocorreram e as razões que os justificam”. “Omitindo-se sobretudo a falta de preparação cívica de um povo que tinha sido amarfanhado durante meio século por um regime autoritário, o qual, com total despudor, atentava contra todos os princípios de dignidade humana e nos tratava como um rebanho tolerado pela PIDE e pela Censura”. Nesse sentido, o articulista critica o *branqueamento* do Estado Novo em debate da SIC: “Quem viveu com o sentido da cidadania a época de Salazar e Caetano não pode deixar de sentir a mais viva repulsa quando vê os títeres do passado a serem exibidos como figuras impolutas ou como patriotas de gema, sem contestação válida por parte de quem os entrevista”.

---

<sup>449</sup> “A TV não cheira bem” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 6.

Mais adiante, Coelho dos Santos contesta os variados juízos *revisionistas* divulgados no espaço público português: “E as mensagens vão-nos sendo transmitidas uma a uma, qual delas a menos verdadeira. É falso que os capitães revoltosos fossem apenas movidos por mesquinhos interesses corporativos e não por razões ideológicas (embora, quanto a alguns, os interesses materiais possam ter sido o cimento que os uniu no propósito da revolução). É falso que o regime pudesse dentro de si fazer a evolução para a Democracia, dispensando este ou qualquer outro 25 de Abril. E o regime não podia fazer uma evolução porque se debatia com uma contradição insanável: a descolonização pressupunha a Democracia aqui e esta não era alcançável, tal como sucedeu depois em Espanha, enquanto se alimentasse a guerra colonial. É até falsa – ou pelo menos não assenta em dados sólidos – a ideia de que naquela altura era possível fazer uma descolonização exemplar e evitar que Angola e Moçambique se vissem ainda hoje a braços com guerras intestinas. Não há hoje guerras em quase toda a África, mesmo em regiões com as quais nada temos em comum? É ainda falso que no domínio económico pudesse o marcelismo ter um futuro risonho, o qual teria sido quebrado pelo 25 de Abril. O condicionamento industrial e todos os mecanismos de uma economia fechada eram já uma barreira ao desenvolvimento económico (...) Quem quiser olhar para o passado de há 20 anos com seriedade há-de concluir que o regime estava esgotado e apodrecido, só faltando saber de que é que ia morrer. Os militares interpretaram então o sentimento popular e criaram as condições para a Revolução – que essa só se dá com o povo na rua”.<sup>450</sup>

É curioso e chama a atenção o fato de um tal artigo, publicado no dia 24 de Abril, baseado em aguda crítica quanto ao desenvolvimento do *revisionismo histórico* em seus mais variados aspectos – tanto o *branqueamento* do Estado Novo quanto a condenação da descolonização e do período revolucionário –, ser do mesmo autor de outro texto, publicado em 10 Abril e já tratado anteriormente (“O tema da descolonização”), que subscrevia, justamente, o *revisionismo histórico* a respeito da descolonização e do processo revolucionário. Pode-se considerar que uma tal inflexão de opinião num curto período de quinze dias reflete, uma vez mais e de forma explícita, o estado de muito avançado desenvolvimento da argumentação *revisionista* no espaço público português. De sorte que um formador de opinião – situado no espectro político social-democrata e que defendia

---

<sup>450</sup> “O 25 de Abril – vigésimo aniversário” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 6.

visões não muito positivas, *revisionistas* enfim, acerca da descolonização e do período revolucionário – modifica sua abordagem do passado recente em virtude da indignação com o grau da manipulação histórica com vistas à depreciação daquele período que por ocasião do vigésimo aniversário da Revolução transpareceu nos meios de comunicação social.

Sob o mesmo ponto de vista, um artigo de José Saraiva critica o avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa: “Teremos todos os que acreditam na Democracia que pedir desculpa por isso aos inimigos da Democracia? Evidentemente que não! Há, todavia, nas últimas semanas, em nome não se sabe bem de quê – o pretexto é, obviamente, os 20 anos da madrugada da liberdade – embora comece a ser aceite que o é em nome de uma certa ‘revisão da matéria’ que uns querem fazer acreditar que andam à descoberta da História... – que se está a tentar colocar os militares de Abril no ‘banco dos réus’. Chegou-se ao cúmulo de tentar explicar o que foi a PIDE/DGS! Há aspectos nesta revisitação do fascismo – chamem-lhe salazarismo/marcelismo, pouco me importa – que me incomodam. De facto, até certa altura apenas se exorcizava o ‘gonçalvismo’, e os saudosistas a ‘descolonização’. Onde já vamos agora? Vamos no Desenvolvimento, que se questiona, vamos na Descolonização onde vozes claramente comprometidas com o passado ditatorial acusam o MFA e os civis que estiveram na primeira linha da libertação dos povos africanos – fomos o último país europeu a realizar esse objectivo moderno –, vemos agora, até, interrogar da bondade ou não da polícia política e se de facto havia direito de fazer o 25 de Abril... (...) Li nos últimos tempos coisas espantosas: Marcelo queria ‘descolonizar’ a Guiné-Bissau e Salazar até estava disposto a controlar o processo de transição no Ultramar. Só falta dizer que houve falta de informação entre os democratas e os poderosos donos do país! Se tivesse havido, na ‘bolsa’ de informação, alguns contactos entre os ‘capitães’ do MFA e os senhores do poder do dia 24 de Abril, tinha-se evitado essa enorme ‘chatice’ de ver cravos na alegria dos portugueses...”

Em conclusão, o articulista lamenta a existência de semelhante ambiente social favorável ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*: “Tudo, por isso, me causa uma enorme náusea. Pior: fico a pensar que muita dessa canalha que agora aparece a dizer ‘de caras’ o que quer dizer, ou a perorar sobre o regime fascista, só o faz porque há gente em Portugal que parece não ter memória alguma. Sei que isto não é novo nem inédito – há até

quem ponha em causa os campos de concentração, os fornos crematórios de extermínio de judeus feitos pelos nazis – mas senão pelos vivos (pelos jovens que não têm qualquer conhecimento de antes de Abril), pelo menos pelos mortos, haveria que ter pudor. Estas comemorações dos 20 anos do 25 de Abril estão a ser um nojo! Tal como dizia o bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, liberdade sim, menos para os inimigos da liberdade! Por mim, digo-vos, do fundo da alma, que nunca me vergarei a ‘pedir desculpa’ a esses canalhas, alguns deles travestidos de democratas...E a quem os apoiar!”<sup>451</sup>

Também um comentário, sem autoria, publicado na última página do *Jornal de Notícias* critica o *revisionismo histórico* abundante nos programas televisivos, com destaque para o escandaloso debate da SIC: “Com a informação-espectáculo, corre-se a tentação de pensar que o 25 de Abril não valeu a pena e até foi a desgraça das desgraças. A cena mais indecorosa passou-se na SIC, com o antigo ‘pide’ Óscar Cardoso deixando a léguas de distância os nostálgicos João Coito, jornalista, e João Braga, fadista, noutras prestações televisivas de ressentimento doentio pela queda do Estado Novo. Esses abusadores da paciência alheia deveriam ter mais tento na língua, no mínimo, para terem vergonha de sequer insinuar que a PIDE-DGS era mais branda do que os nossos brandos costumes. Livra!”<sup>452</sup>

Em outro comentário da última página do *Jornal do Notícias*, também sem indicação de autoria, há destaque para a crítica à tendência *revisionista* de *branquear* o Estado Novo: “Numa democracia aberta e numa sociedade pluralista, levadas até as últimas consequências, talvez seja inevitável, como destino, o coro dissonante de muitas vozes, na hora do balanço, da avaliação do presente e das perspectivas para o futuro. Isso, no mínimo, poderá significar que a democracia como o desenvolvimento são tarefas de permanente construção. O que não lembra ao diabo, é que alguém teime defender o indefensável – a intolerância vesga do autoritarismo salazarista e caetanista. Tolerância para tudo e para todos, menos para a intolerância. E ‘Abril’, sempre”.<sup>453</sup>

Em artigo da autoria de Norma Tasca<sup>454</sup>, critica-se também a abertura existente na sociedade portuguesa para o desenvolvimento do *revisionismo histórico* que pretende

---

<sup>451</sup> “Não peça desculpa ao fascismo!” in *Jornal de Notícias*, 17 de Abril de 1994, p. 72 (“Última Página”).

<sup>452</sup> “Abril, sempre” in *Jornal de Notícias*, 17 de Abril de 1994, p. 72 (“Última Página”).

<sup>453</sup> “Vinte anos de ‘Abril’” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 76 (“Última Página”).

<sup>454</sup> Norma Tasca: Professora universitária e especialista em literatura; esposa de José Augusto Seabra.

recuperar o Estado Novo: “Não admira que os profissionais da nostalgia, que se encapotaram após o 25 de Abril sob o manto protector dos partidos democráticos, servindo-se daqueles que ingenuamente lhes abriram o chapéu de chuva, mesmo tendo sofrido a repressão salazarenta, venham agora deitar a cabeça e as unhas de fora, a tactear um terreno que julgam propício. Para eles, a PIDE não existiu, a guerra colonial não existiu, como hoje não existem nem a tortura nem a violação dos direitos humanos dos imigrantes africanos lusófonos... Eis a imagem que tentam fazer passar em contrabando às jovens gerações esses cândidos anjos de asas branqueadas!”

Neste mesmo sentido, um artigo do médico psiquiatra José Barrias descreve o ambiente social em que o *revisionismo histórico* floresceu durante as comemorações dos vinte anos da Revolução dos Cravos: “O que para a maioria é uma data festiva, para alguns outros trata-se de qualquer coisa de negativo, para ultrapassar ou esquecer. Estes últimos, ditos do 24 de Abril, não deixam apesar disso de aproveitar, agora, todas as oportunidades para colher os frutos, que só a revolução propiciou. Utilizam um discurso estereotipadamente saudosista, evocando a ‘velha senhora’ (...) Continua mesmo a haver quem queira fazer o regresso ao passado, como se fosse possível tirar a liberdade a um povo, assim sem mais nem menos. Como em tudo o que acontece na vida, não é de estranhar que existam também ainda outros que olham com indiferença, como se nada tivessem a ver com o que se passa, à volta de uma data que mudou Portugal e abriu novas perspectivas ao futuro dos seus filhos e de outros povos, então colonizados. Outros ainda, com uma visão mais simplista, dizem que o passado não é para aqui chamado e o que lá vai, lá vai”.<sup>455</sup>

Um artigo do jornalista Pedro Cid segue a curiosa tendência de criticar o *revisionismo histórico* no que diz respeito ao *branqueamento* do Estado Novo, ao mesmo tempo em que adota postura *revisionista* sobre o período revolucionário: “A memória de Abril não pode ser unidireccional. Ao contrário. Lembra o autoritarismo do Estado Novo, por cujo branqueamento (termo agora muito em voga) lutam alguns, com algum êxito. Individualmente, dirigentes do regime anterior podem ser considerados homens sérios, ímpolutos e a quem repugnava certos métodos da vigilância policial. O regime que Abril derrubou era uma espécie de hidra de sete cabeças, com vários e contraditórios centros de

---

<sup>455</sup> “25, 26 ou 24 de Abril?”; “Águas passadas?” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1994, p. 6.



poder. O povo não vivia absolutamente oprimido desde que não se metesse na política. Se o fizesse, fosse de que modo fosse e, sobretudo, se enquadrado nos não-apoiantes do regime, então, sim, ficava completamente marcado e sujeito às mais diversas contingências, incluindo a prisão e a tortura! (...) O balanço do 25 de Abril não deve perder de vista o essencial em detrimento do acessório. Houve contradições, tentativas de tomada de poder de sinal contrário. Houve resistências, simbolizadas nesse gigantesco comício da Fonte Luminosa, em que Mário Soares, por uma e decisiva vez, assumiu a incomensurável resistência ao avanço do PCP, ganhando, só por isso (e haverá mais razões objectivas e subjectivas) direito à memória de um verdadeiro herói de liberdade”.<sup>456</sup> Esta opinião, a exemplo de outras do mesmo gênero, combina a recusa da reabilitação do Estado Novo com apreciações que desvalorizam o período revolucionário, subscrevendo a disseminada ideia da *resistência contra a revolução*.

Um artigo do jornalista Pacheco de Andrade critica a tendência *revisionista*, decorrente da complacência de muitos em relação à ditadura: “O sentido da liberdade democrática não se adquire simplesmente com o golpe de uma revolução nem se colhe, sem mais nem menos, da ponta das armas libertadoras. Por isso, ainda neste momento é possível encontrar quem não tenha compreendido a transformação que houve, e dela só retivesse acontecimentos ou episódios que puseram a liberdade em risco e ameaçaram com o regresso a uma ditadura de novo estilo. A liberdade e a democracia, se não forem uma aspiração que brota da consciência de dignidade que cada um tem de si mesmo e das outras, são um fruto verde que não apetece morder, desde que exista uma estabilidade aparente. Foi assim para muitos e durante muito tempo, e ainda continua a ser para alguns. Os mais novos já nasceram livres, e tanto basta para se sentirem desconhecedores e distantes de realidades que outros viveram e tiveram de suportar”. Mais adiante, o articulista destaca a importância de serem lembrados também os *erros* do período revolucionário: “As evocações que se fazem do ‘25 de Abril’ podem correr o risco de serem tidas como menos exactas, se seguirem o modelo histórico que foi adoptado para os Descobrimentos, de que nos foi mostrado apenas o seu rosto de epopeia. É necessário que não se neguem as sombras que acompanharam os primeiros fulgores da democracia, e que elas sejam assumidas frontalmente, com tudo aquilo que patentearam de negativo. Não é

---

<sup>456</sup> “Celebrações de ‘Abril’” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 2.

por aí que a democracia deixa de ser democracia e a liberdade deixa de ser liberdade e o ‘25 de Abril’ deixa de ser uma porta aberta para ambas”.<sup>457</sup>

Ao tratar das generalizações maniqueístas que se costumam fazer a propósito das revoluções, um artigo do padre Hugo de Azevedo – doutor em Direito Comparado e Direito Canônico – ressalta um ponto de vista interessante: “Em todas as revoluções se misturam mitos e realidades. As pessoas transformam-se em símbolos. As generalizações desembestam e rolam cegamente pelo país fora. Meia dúzia são o todo. Paris foi a França. Já não se vê este ou aquele outro; só existem ‘eles’! ‘Eles’ os reaccionários, os inimigos do povo; ‘eles’, os malvados revolucionários, os inimigos do povo... Não se quer saber das responsabilidades individuais, das inúmeras diferenças que há entre ‘eles’, das diversas circunstâncias em que cada um actuou. No clima das revoluções, o ‘cada um’ não existe. Passa o tempo e, mesmo assim, a mentalidade revolucionária e antirevolucionária só curiosamente amaina. ‘Eles’ lá estão, lá continuam, de um lado e do outro, olhando-se em globo, acusando-se em massa. Porque ‘eles’ são imperdoáveis. Não se pode ser ‘eles’ inocentemente. Nem o consentimento do povo os pode absolver. ‘Eles’ não são verdadeiros cidadãos. ‘Eles’ são pura e simplesmente o inimigo, condenado por natureza. E se nos déssemos ao trabalho de distinguir? De esmiuçar as generalizações? De concretizar ao menos as acusações? E se nos lembrássemos de reconhecer algum bem que ‘eles’ tenham feito? Só por acaso, é claro; sem mérito nenhum da sua parte, como é óbvio; apesar deles, evidentemente... Enfim, se procurássemos ser justos com cada pessoa, em vez de juntarmos todas no mesmo saco? Seria um passo interessante. E se, após este esforço hercúleo, nos abalançássemos a compreendê-los? Impossível? Mas repare-se que, para sermos justos com alguém, é imprescindível compreendê-lo primeiro... Sem compreensão, como há-de haver justiça? Não significa absolvição, note-se. É só um acto de inteligência, de análise das circunstâncias internas e externas da sua actuação...”<sup>458</sup>

Pode-se dizer que um tal ponto de vista que recusa as generalizações na interpretação das revoluções constitui, por um lado, uma crítica às tendências *revisionistas*, pois estas apresentam justamente esta característica generalista na condenação do período revolucionário. No entanto, por outro lado, corre-se o risco de recair em uma postura

---

<sup>457</sup> “Mais luzes do que sombras” in *Jornal de Notícias*, 16 de Abril de 1994, p. 68 (“Última Página”).

<sup>458</sup> “Eles” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1994, p. 10.

concialitória, ao se abdicar da possibilidade de avaliar comparativamente os diferentes posicionamentos políticos existentes em nome de uma suposta superação das contendas revolucionárias. Sem dúvida, a distinção e compreensão das atitudes dos atores revolucionários são fundamentais para uma justa interpretação da Revolução dos Cravos; todavia, isto não implica a renúncia de padrões comparativos capazes de diferenciar entre os opositores da ditadura e os seus acólitos, entre os adeptos da revolução e os da contrarrevolução. A compreensão das disputas políticas em jogo no período revolucionário não pode significar a prescindibilidade de valores e princípios para a sua avaliação.

Já em artigo de Alberto Martins, recusa-se o *revisionismo histórico* nas suas mais variadas vertentes, desde a postura de conciliação que desresponsabiliza os crimes da ditadura, passando pelo *branqueamento* do Estado Novo e a condenação da Revolução: “E o esquecer do passado que então se instalou, como acto que não deixa de ser a um tempo generoso e de desresponsabilização, permitiu consolidar a ideia do ano zero da vida política, fazendo do 25 de Abril o início de biografias, histórias, ‘curricula’ ou até campeões de liberdade. E permitindo, até, que a luta contra a ditadura, que existiu, pudesse ser equiparada com a conflitualidade política das lutas desencadeadas no período alucinatório do pós-25 de Abril, invocando uma luta contra uma ‘ditadura’ não existente. É certo que não se chegou ao ponto de negar a resistência à ditadura, mas a tentação de a valorizar nas suas lutas internas como que levou a fazer de Marcelo, Sá Carneiro e Spínola os heróis da revolução. Ora, a história é bem outra, e, sem prejuízo das contradições internas e externas do regime, o certo é que este foi derrotado decisiva e definitivamente pelos que se opuseram à ditadura e à guerra colonial. Os capitães de Abril foram os agentes materiais da revolta e constituíram a expressão popular, no seio da máquina do Estado, da recusa em prosseguir uma guerra e ser ‘carne para canhão’ num esforço militar sem saída, sem honra, sem grandeza, sem futuro, tingido de sangue inocente. O laxismo com que se encarou a história e a cor cinzenta e desresponsabilizante que se instalou, desde então, criaram a situação propícia ao reescrever do passado e ao surgir dos branqueamentos até dos algozes em que se fundou a ditadura. Tudo isto num clima em que o precário julgamento dos pides foi sendo feito esparsamente, enquanto os grandes responsáveis do regime ficavam incólumes e impunes”. Com efeito, tal apreciação crítica quanto ao *revisionismo histórico* esclarece como a noção de *revolução generosa* – que implica uma

postura de conciliação e de desresponsabilização acerca do passado de ditadura – favorece o desenvolvimento de visões que intentam desvalorizar a Revolução e *branquear* o Estado Novo.

Em conclusão, Alberto Martins salienta a importância da memória do passado para a afirmação da identidade nacional e o predomínio de certos valores: “A ditadura existiu: com governantes sem legitimidade, com uma Polícia política (PIDE) que sustentou por vezes o homicídio, o campo de concentração (Tarrafal), a prisão ilegítima e agressão bárbara; existiu uma guerra colonial: com os horrores criminosos da guerra, da morte e da destruição; existiu um país atrasado, ignorante, atrofiado no seu desenvolvimento, emigrado também e sem esperança, oprimindo outros povos. Não podemos esquecer isso. E, assim, ao celebrarmos os 20 anos de Abril só poderemos ter olhos abertos ao futuro se ancorarmos na identidade que nos forja. Com a consciência firme de que as ‘Listas de Schindler’ da nossa memória são um traço que nos situa na procura de valores, e na recusa de outros, e em que a essencial dignidade humana é um horizonte imprescritível. Temos que nos reencontrar, por isso, na necessidade de uma cultura cívica sobretudo ao encontro dos mais jovens e de uma reforma de mentalidades que conduza a um ‘nunca mais’ dos pequenos ou grandes holocaustos da dignidade e da vida dos homens”.<sup>459</sup> Com efeito, como já foi anteriormente mencionado, há uma relação estreita entre a memória coletiva e a identidade social, de modo que diferentes visões do passado implicam variadas identidades presentes. Neste contexto, a recusa do *revisionismo histórico* na interpretação do Estado Novo e do 25 de Abril significa a afirmação de certos valores e princípios favoráveis à transformação social e contrários à opressão e autoritarismo.

Também um artigo de Fernando Antunes critica o *revisionismo histórico* que emergiu no espaço público português por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril: “As discriminações foram mais que muitas. Os militares de Abril passaram ao degredo dos serviços inúteis – à perseguição, ao chuto no traseiro e às faxinas dos quartéis. Agora foram chamados para entrevistas, mesas-redondas e confrontações, em nome da liberdade da Imprensa e contra as conveniências de alguns (de quem?), com salazaristas e marcelistas. Um ex-inspector, que bem poderia ter sido ministro da Administração Interna, se Spínola tivesse depositado a democracia nas mãos da retemperada PIDE, foi o herói das

---

<sup>459</sup> “Vinte anos de memória” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1994, p. 8.

muitas fitas em que se transformaram as celebrações dos 20 anos de Abril. Inventaram-se, por outro lado, estratégias e táticas, à última hora, para convencer os menos avisados de que Marcelo Caetano tinha afinal ideias muito claras e estava mesmo decidido a defender e a aplicar a autodeterminação aos povos das colónias quando apareceram os capitães de Abril. Uns desmancha-prazeres! Maus, oportunistas e chatos”.<sup>460</sup>

Alguns artigos de opinião focalizam a crítica na tendência *revisionista* que pretende condenar o período revolucionário português. Assim, um texto do jornalista Albano Matos critica o julgamento do 25 de Abril, que predominou nos programas televisivos, marcados pela desvalorização da Revolução: “A TVI enquadrou o debate com um filme que tentou situar as circunstâncias concretas da descolonização. Infelizmente, o ponto de vista dominante maniqueísta e conspirativo – não é possível falar-se em PCP-MFA, como o fez Freire Antunes, conhecendo-se a montanha de contradições que envolvia o movimento militar, só unido, afinal, no próprio dia do golpe –, contaminou todo o trabalho e quase destruiu a eficácia do produto final. Por outro lado, não foi (apenas) porque ‘o Kremlin atribuiu a Cunhal a tarefa de dar as colónias aos movimentos de libertação’ que a descolonização correu como correu. Freire Antunes foi militante de um partido que exigia ‘Não aos embarques! Regresso dos soldados!’ e contribuiu em larga medida (Costa Gomes já o afirmou numa entrevista), para a desorganização da retaguarda militar. Não é preciso reconhecê-lo com orgulho (ou com pena), mas convém não esquecer o passado a golpes de mataborrão. A tática de ‘contratar’ para este género de debates o almirante Rosa Coutinho como o ‘mau da fita’ é obviamente tentadora, mas demasiado simplista.”<sup>461</sup>

A crítica à intenção de reescrever a História no sentido de depreciar o 25 de Abril, evidente no espaço público português nos vinte anos da Revolução, constitui o foco de crônica da autoria de Oscar Mascarenhas. O jornalista aborda a apreciação feita por Nuno Delerue, secretário de Estado do Governo Cavaco Silva: “Disse, na TV, o azougado orador Delerue, do alto de uma criteriosa investigação que fizera, que o único (ou grande, não recordo o termo) capitão de Abril reconhecível pela História é o prof. Aníbal Cavaco Silva”. Mais adiante, Mascarenhas afirma que a maior parte das tentativas de desvalorizar a Revolução dos Cravos é proveniente do quadrante do PSD, e acrescenta: “O que dói ao

---

<sup>460</sup> “A irritação da malta!” in *Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 1994, p. 56 (“Última Página”).

<sup>461</sup> “Os falsos debates” in *Diário de Notícias*, 7 de Abril de 1994, revista “Programas – Semana de 8 a 14 de Abril de 1994”, p. 7.

snobismo apoucador do 25 de Abril é não poder apagar o brilho fidalgo dos olhos dos que, eternamente derrotados, só têm aquela vitória para celebrar – e que vale por todas as outras”.<sup>462</sup>

Semelhante reprovação da priorização do espetáculo e do *revisionismo histórico* dominante nos debates televisivos é enfatizada, inclusive, pelo centrista Narana Coissoró: “Quando se chega ao ponto de afirmar, sem rir, que o prof. Cavaco Silva é um autêntico Capitão de Abril, e por tudo e por nada se traz à colação o antes e depois de 1986, como se a revolução que estamos a comemorar tivesse tido lugar com a posse dos governos do actual primeiro-ministro, é impossível continuarmos a assistir ao discurso da democracia”.<sup>463</sup> A crítica à postura dos sociais-democratas e do primeiro-ministro no que diz respeito ao tratamento dado à memória do 25 de Abril faz-se presente ainda em comentário de Vasco Pulido Valente, publicado em *O Independente* e reproduzido no *Diário de Notícias*: “Portugal mudou? Não mudou. O destino dos ‘salvadores’ não muda. Chegam do nada e prometem o mundo – a liberdade, o socialismo, o cinto largo ou a famosa fuga à ‘cauda da Europa’ – e um belo dia são rápida e definitivamente desprovidos de ‘salvadores’ a traiçoeiros. O dr. Cavaco contemplou com discreto consolo o mesquinho enterro do 25 de Abril. Não reflectiu sem dúvida que este enterro preparava o seu. Com as culpas de Abril revistas e arquivadas acabaram para ele as desculpas. Agora, o bode expiatório não é o PREC, é o ‘cavaquismo’”.<sup>464</sup>

No mesmo sentido, um artigo de José Medeiros Ferreira empreende dura crítica à abertura existente na sociedade portuguesa ao desenvolvimento do *revisionismo histórico*, o qual se tornou especialmente nítido no espaço público através dos programas televisivos comemorativos do 25 de Abril: “Os recentes debates televisivos, realizados no contexto do vigésimo aniversário do 25 de Abril, revelaram a existência de um núcleo duro de adversários do regime democrático, que esperam a primeira oportunidade para o desarticular. Podem não ser todos fascistas nem totalitários, mas são inimigos do poder político que derrubou a ditadura, que descolonizou e que dotou o País de instituições democráticas e de uma Constituição que nos permitiu pedir a adesão à CE logo em 1977. Confesso não estar minimamente surpreendido com o fenómeno, pois há sinais suficientes

---

<sup>462</sup> “O soldadinho de chumbo de Abril” in *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1994, p. 10.

<sup>463</sup> “Os telespectáculos sobre o 25 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 22 de Abril de 1994, p. 8.

<sup>464</sup> “Opinião” in *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1994, p. 15.

da sua influência em vários domínios da actividade social, senão política. Porém, a presente evidência televisiva levou a uma maior tomada de consciência por parte da comunidade dos democratas que lutaram contra a ditadura, assim como da maioria do povo português. Nessa medida, a petulância do pido (para quê chamar-lhe de ex?), exibida na TVI e na SIC, acabou por favorecer os defensores do regime democrático e alertou para os perigos de um Estado policial”.

Além disso, Medeiros Ferreira critica também o posicionamento dos sociais-democratas acerca da visão do 25 de Abril divulgada publicamente: “A actual maioria governamental esteve ausente dos debates. Ou porque se não conhecem protagonistas seus na génese do regime democrático ou porque se vêm poupando na promoção dos seus valores. (...) É claro que o PSD actual se quer apresentar em estado de virgindade perante ‘os desmandos da revolução’, embora os seus fundadores tivessem participado nos governos provisórios”. Em conclusão, o articulista ressalta a importância e influência do passado na conjuntura presente da sociedade, afirmando que “sem a condenação clara da ditadura, o regime democrático perde a velocidade”.<sup>465</sup> Esta observação põe em relevo a estreita relação entre passado e presente, entre memória coletiva e identidade social – de sorte que a crítica ao avanço do *revisionismo histórico* implica a defesa de uma visão progressista da democracia portuguesa.

Da mesma forma, em um artigo de Manuel Villaverde Cabral criticam-se as interpretações *revisionistas* que condenam o período revolucionário português. Ao invés disso, o articulista defende uma visão que valoriza este período histórico de forma positiva e integral, procurando compreender as suas circunstâncias e especificidades: “Ao abrir a porta do frigorífico da história onde o salazarismo havia fechado o País, o 25 de Abril teve foros de museu das antiguidades revolucionárias, desde a revolução russa de 1917 até à revolução francesa de 1968. Isso entusiasmou muita gente e amedrontou outra tanta, deixando diferentes engulhos ainda por digerir inteiramente. Mas o que não se pode tirar ao período revolucionário que se seguiu ao golpe militar é que ele foi a indispensável actualização de todo o nosso corpo social. E se as lembranças da agitação ainda incomodam alguns, servindo de álibi aos ‘adesivos’ da democracia, basta pensar na fragilidade das transições na Europa de Leste ou na América Latina para nos darmos conta

---

<sup>465</sup> “A luta contra a ditadura e o regime democrático” in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1994, p. 13.

da importância decisiva da participação política desencadeada pelo 25 de Abril na consolidação do nosso regime democrático. Sem essa participação elevada, livre e contraditória, as bases morais e culturais da nossa democracia seriam por certo muito mais débeis do que são hoje”.<sup>466</sup>

Finalmente, um artigo do jornalista Pedro Rolo Duarte rejeita veementemente a tendência do *revisionismo histórico* que pretende condenar ou desvalorizar o período revolucionário português: “É muito fácil reduzir uma data a uma palavra: liberdade. Mas é preciso notar, de uma vez por todas, que a Revolução de 25 de Abril não se limitou a libertar o direito a expressar a sua opinião. Por mais que se queira reescrever a História, está claro nas leis, nos jornais e nos livros que uma infindável série de outros direitos, insignificantes para os liberais modernos, mas básicos para o mais comum dos cidadãos, nasceu com esse dia e com o horizonte que esse dia proporcionou. Não se discute aqui a provável contradição de fundo entre liberdade e democracia, ou sequer o estado a que a nação chegou – até porque ao voto livre e inequívoco dos Portugueses o deve... –, mas apenas a mais elementar justiça que deve ser feita à coragem daqueles que deram o passo que faltava dar, e ao valor que teve, para a esmagadora maioria cada uma destas aparentes ‘insignificâncias’ que modificaram radicalmente a vida em Portugal nos últimos 20 anos. É fácil cobrar aos militares e dirigentes políticos de 74/75 os podres da espécie de democracia que hoje temos. Mas é injusto, porque ela resulta da nossa vontade e do nosso voto. Difícil – mas muito mais acertado – seria reconhecer que os homens que desencadearam a revolução deram de bandeja um país inteiro para fazer de novo. Os Portugueses, por mais que isso custe a engolir, quiseram fazer este. A democracia é como a língua portuguesa: muito traiçoeira...”<sup>467</sup>

Em 1995, por ocasião da sessão solene na Assembleia da República, o secretário-geral e deputado do PCP, Carlos Carvalhas, denunciou o *revisionismo histórico* ao afirmar que o património do 25 de Abril está a ser liquidado “pelas mãos dos seus inimigos, quase sempre disfarçados de devotos democratas”. E procedeu à dura crítica sobre a postura dos sociais-democratas: “Quando vemos alguns que dizem este ano ir comemorar o 25 de Abril – quando não o fizeram ao longo destes anos –, quando vemos que esses foram dos que

---

<sup>466</sup> “A qualidade da democracia” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1994, p. 13.

<sup>467</sup> “O resto da revolução que tivemos” in *Diário de Notícias*, 15 de Abril de 1994, p. 10.



sempre e em todas as batalhas decisivas estiveram contra muito do património de transformações do 25 de Abril, logo fica uma dúvida legítima: se o querem realmente comemorar, ou aproveitar o seu prestígio em ano eleitoral, ou se não pretendem antes celebrar tudo o que fizeram ao longo destes anos para apagar a sua memória e para liquidar o essencial dos seus ideais e dos seus valores”.<sup>468</sup>

Com efeito, em 1995 grande parte das críticas ao *revisionismo histórico* concentram-se na iniciativa inédita do PSD de comemorar o aniversário do 25 de Abril. Dessa forma, um artigo de Manuel Coelho dos Santos aborda a intenção deste partido em “celebrar o 25 de Abril de forma festiva, pondo em relevo o aspecto do desenvolvimento devido ao regime democrático (mais concretamente: aos dez de cavaquismo)”. O articulista, todavia, critica esta estratégia social-democrata, evidenciada em tentativa de reescrita da História: “É bom tenhamos a noção das proporções e o sentido de justiça: não tem sentido, nem sucesso, desvalorizar os aspectos válidos e visíveis de qualquer actuação política, sem cairmos, todavia, no exagero da sobrevalorização ou do pecado do eudeusamento. E, sobretudo, progresso e desenvolvimento não se reduzem a obras materiais, necessárias ou de fachada – afinal o mais fácil de fazer, quando o dinheiro nos entra a rodos pela porta dentro”.<sup>469</sup>

Em sentido mais crítico quanto ao valor atribuído ao 25 de Abril, um artigo de João Amaral entende tal iniciativa social-democrata como expressão da tendência *revisionista* que pretende desvalorizar o significado e o legado da Revolução dos Cravos: “A última descoberta do PSD em matéria de ‘mudança de visual’ é a comemoração do vinte e cinco barra quatro. Não é certamente a comemoração da revolução de 25 de Abril. O PSD tem mais de vinte anos de existência, durante a qual já teve vinte oportunidades de comemorar a revolução do 25 de Abril, mas nunca o fez até hoje: por que é que o faria agora, no 21º aniversário? Por isso, o que o PSD descobriu que quer comemorar não é o 25 de Abril, é, quando muito, o vinte e cinco barra quatro. O PSD não comemora o 25 de Abril e nunca o comemorou enquanto ele foi uma realidade económica, social e institucional. O que

---

<sup>468</sup> “Fernando Nogueira contra demagogia – António Guterres pede reformas – Carvalhas e Narana optaram por fazer duras críticas aos anos de ‘cavaquismo’” in *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 3.

<sup>469</sup> “Vinte e um anos depois” in *Jornal de Notícias*, 23 de Abril de 1995, p. 8.

comemora é o desmantelamento dos traços mais identificadores da revolução do 25 de Abril nos planos económico e social”.<sup>470</sup>

Também em artigo do jornalista Manuel Pinto Teixeira contesta-se a atitude social-democrata de reivindicar para este partido a viabilização do *desenvolvimento* em Portugal: “Bem vistas as coisas, o desenvolvimento económico registado numa década nunca pode ser considerado como obra de uma só força política, mesmo quando, como na circunstância, se lhe apõe o facto de o exercício da governação ter estado, durante este período de tempo, confiado aos sociais-democratas. A lógica da vida de um povo, seja na sua componente política, económica, cultural ou de qualquer outra vertente não é passível de ser repartida em ‘tranches’, como se cada parcela da sociedade – partidos, instituições ou simples pessoas singulares – esgote em si o pulsar do macrocosmos de um país. Por este simples raciocínio de lógica se conclui que é um sofisma alguém reivindicar-se como autor material de um determinado objectivo, quando, naturalmente, os resultados têm de ser olhados numa ampla visão social, muito mais abrangente do que o universo de uma força política. Mas, pesem embora estes pressupostos de análise, é de reconhecer que o PSD soube embalar bem o artificialismo da questão, dar-lhe conteúdo comunicacional e tirar proveito dele perante a opinião pública em geral”.<sup>471</sup>

Em artigo da autoria do centrista Narana Coissoró critica-se também a postura do PSD no vigésimo primeiro aniversário do 25 de Abril: “Desde a última semana estamos submergidos na vertigem da palavra ‘Desenvolvimento’, brandida pelo PSD de forma inconsequente e irrealista. A ‘democracia de sucesso’, depois de atingir o seu paroxismo verbal, está agora a transmutar-se em ‘democracia do desenvolvimento’, perdendo com este tactismo – porque na realidade não se passa disso – a generosidade da sua inspiração de Abril de 74 para dramatizar artificialmente a vida política em Abril de 1995”.<sup>472</sup>

Um artigo de José Augusto Seabra apresenta ponto de vista curioso, já manifestado variadas vezes anteriormente, que consiste na combinação da crítica a um aspecto do *revisionismo histórico* e da subscrição de juízos *revisionistas* quanto à outro tema. Assim, por um lado, critica o *revisionismo histórico* evidente no posicionamento social-democrata e, por outro lado, manifesta opinião *revisionista* no que diz respeito ao período

---

<sup>470</sup> “O vinte e cinco à hora do dr.Nogueira” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1995, p. 4.

<sup>471</sup> “PSD: Um lugar de honra na revolução de Abril” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 6.

<sup>472</sup> “25 de Abril de 1995” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1995, p. 4.

revolucionário. Inicialmente, o articulista denuncia o uso que certos grupos políticos fazem do passado, aproveitando-se de posições de poder no momento presente para deformar e reescrever a História: “Mais uma vez ao festejarem o ‘Dia da Liberdade’, muitos democratas se interrogarão: que fizemos nós dessa liberdade tão longamente sonhada e pela qual tantos se bateram, sacrificando-lhe o melhor de si mesmos? Por certo que os que com a ditadura pactuaram ou que depois da sua queda na democracia comodamente se instalaram, sem terem que por esta lutar, se não porão de forma nenhuma tal questão, para eles ociosa, mas antes estoutra: que proveito tirámos nós do novo situacionismo? (...) Esses mesmos cidadãos distinguirão hoje, perfeitamente, se estiverem atentos, o sentido que uns e outros dos que celebram ou dizem celebrar Abril dão à efeméride. Em ano eleitoral, essa distinção não é despicienda, pois se trata ao fim e ao cabo de um teste à ‘transparência’ ou ‘opacidade’ dos que – diferentemente de há um ano, lembram-se? – se mostram por esses dias tão açodados nas comemorações em curso, que a todo preço querem recuperar, numa operação de propaganda bem perceptível. Assim vai a política-espectáculo: é a democracia por vídeo, para telespectador ver. A outra, a da cidadania, do respeito dos direitos humanos, da tolerância, do debate de ideias, das reformas sociais, da solidariedade, da justiça, da ética, fica para os que, como outrora, são uns sonhadores, incapazes, segundo os bem-pensantes, de compreender a realpolitik dos que já falam caricaturalmente de uma ‘social-democracia à portuguesa’ (e não da ‘social-democracia portuguesa’, como fazia Sá Carneiro), exibindo assim o seu desprezo por um ideário que dia-a-dia deformam, em nome da ‘cultura’ do poder, seja ela ‘transparente’ ou ‘opaca’”. Neste ponto, é importante esclarecer que Seabra, tendo sido dirigente do PSD, abandonou o partido durante o Governo Cavaco Silva – o que explica o seu posicionamento crítico.

No entanto, mais adiante Seabra expressa opinião *revisionista* ao desvalorizar o período revolucionário, salientando a oposição entre *democracia* e *revolução*: “Nesse dia [das eleições para a Assembleia Constituinte] se jogou o destino da nossa democracia, impedindo que uma nova ditadura fosse imposta ao país pela força. Quem já se não recorda de tudo o que foi necessário para isso? Enquanto alguns que hoje falam de alto se agitavam em nome de ideologias totalitárias, os democratas mobilizavam a maioria dos portugueses para o exercício do seu direito de voto, ao longo do país, arrostando com as ameaças dos grupos minoritários, dirigidos por ‘doutores’ em ‘revolução’, que depois se reconverteriam

às delícias do poder.”<sup>473</sup> Neste caso, a exemplo de outros já tratados anteriormente, a crítica de um âmbito do *revisionismo histórico* combina-se com a defesa de outro aspecto da visão *revisionista*.

Em um artigo de Nuno Rogeiro sobressai também ponto de vista que desvaloriza o 25 de Abril. Considera-se que esta data da história portuguesa já é consensual, mas apesar disso se reconhece a existência de variadas apropriações deste período histórico, as quais são entendidas como igualmente válidas e justas: “Claro que, em Abril, uns celebram ‘a pureza’ da data, e outros apenas a mesma, sem adjetivos. Uns celebram a construção de um modelo de liberdades civis, outros preferem celebrar a extinção de um modelo político que entrara em perda. Uns celebram a liberdade, outros a aventura igualitária. Uns celebram os ‘capitães de Abril’, outros os ‘maiores de Novembro’. Uns celebram a revolução, outros a Constituição. Uns celebram as eleições e a Imprensa livre. Outros celebram a falhada nacionalização da mente. E uns condenam os ‘desvios’ traduzidos na descolonização irresponsável e muitas vezes criminosa, enquanto que outros se atiram aos ‘desvios’ que transformaram um lindo projecto bolchevique numa partidocracia americanizada e pequeno-burguesa. Nas festas rituais haverá sempre quem surja de cravo na lapela, e quem se apresente mais sóbrio. O cravo parece assim separar os ‘liberais’ do PS dos ‘autoritários’ do PSD. Mas dentro do cravo existem também os nacionalitários ex-imperiais do PC e os europeístas federais do PS. E fora do cravo os ‘populares’ de Monteiro e os ‘oligárquicos’ de Cavaco. É assim nas outras revoluções: elas estão lá para serem vistas de vários ângulos. E, como nos supermercados, cada um escolhe o que quer”.<sup>474</sup> Pode-se dizer que uma tal opinião reflete o *revisionismo histórico*, uma vez que demonstra um grande afastamento, ao dispensar a consideração de valores ou princípios capazes de distinguir entre as diversas interpretações e apropriações do 25 de Abril existentes na sociedade portuguesa – como se o alcance da suposta “consensualidade” sobre o 25 de Abril significasse a falta de necessidade em discernir entre as distintas visões da Revolução.

---

<sup>473</sup> “De Abril a Abril” in *Jornal de Notícias*, 20 de Abril de 1995, p. 36.

<sup>474</sup> “A evolução da revolução” in *Jornal de Notícias*, 28 de Abril de 1995, p. 4.

Ponto de vista semelhante é demonstrado em artigo da autoria de Vasco Rato<sup>475</sup>. A propósito da decisão do PSD em comemorar o 25 de Abril, defende-se opinião *revisionista* acerca de todo o período revolucionário e da descolonização. Contrariando as abundantes críticas sobre o estranho posicionamento dos sociais-democratas no vigésimo primeiro aniversário da revolução, Rato afirma tratar-se de “um passo decisivo para normalizar o significado desse acontecimento”. Inicialmente, o articulista desvaloriza o legado da Revolução, destacando a ameaça de uma nova ditadura e deslocando a conquista da democracia para um tempo posterior ao 25 de Abril: “Porém, sugerir que a democracia e o desenvolvimento do País derivaram imediata e irresistivelmente do 25 de Abril não passa de uma afirmação simplista, ideologicamente condicionada e motivada. É evidente que o golpe dos capitães abriu o caminho aos ‘três DD’ preconizados pelo Movimento das Forças Armadas: a descolonização, a democratização e o desenvolvimento. O 25 de Abril obviamente possibilitou estas transformações, mas não podemos esquecer que outros caminhos, inclusive o retrocesso para uma nova ditadura de sinal oposto, poderiam também ter resultado do derrube do Estado Novo”.

Rato avança com a depreciação dos processos de descolonização e democratização decorrentes da Revolução: “O primeiro D – a descolonização – foi efectuado num curto intervalo de tempo. Se a independência das colónias era historicamente inevitável, o processo político que conduziu a esse fim requer um amplo debate histórico. Essa discussão já se iniciou, mas está muito longe de ser conclusiva. Até porque um juízo histórico final terá de ser tomado sem a interferência das paixões que a questão ainda desperta em muitos sectores. A descolonização é um facto, o seu significado para o País ainda está por discernir. O segundo D – a democratização – é um assunto mais pacífico. À implosão do *ancien régime* seguiu-se uma explosão de participação política por parte de cidadãos previamente excluídos ou marginalizados da vida pública. A intensificação da participação popular, por sua vez, não seria acompanhada pela criação de instituições que a pudessem canalizar sem sobressaltos ou rupturas. A edificação de instituições capazes de assegurar a participação política regulamentada apenas seria concluída em 1982, aquando da revisão constitucional”.

---

<sup>475</sup> Vasco Rato (n.1962): Politólogo, de formação norte-americana. Professor universitário, especialista em política internacional. Dirigente do PSD.

Em conclusão, o articulista celebra a “banalização” do 25 de Abril, o que se expressa, em larga medida, por uma perda de importância da data, já que os méritos de suas principais conquistas são deslocados para períodos posteriores: “Ao comemorar o 25 de Abril, o PSD reconhece a banalidade da data e, por outro lado, aceita os desafios inerentes ao novo ciclo de desenvolvimento árduo e complexo que agora se inicia. É evidente que o carácter das comemorações do 25 de Abril se alterou nesses últimos vinte anos. Deixámos de celebrar o fim do ‘fascismo’ e passámos a festejar a consolidação da democracia. Homenageamos um desenvolvimento normalizado, e uma economia aberta ao exterior, depois da ruptura e do caos do PREC. O 25 de Abril tornou-se banal. E é essa banalização de Abril que vale a pena continuar a enaltecer”.<sup>476</sup> Segundo esta apreciação, a “banalização de Abril” que vale a pena comemorar equivale ao movimento de avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa. Pois se trata, justamente, da desvalorização do legado da Revolução e de sua importância e influência para o presente social.

Por outro lado, uma feroz crítica ao avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa, em sua intenção de desvalorizar a Revolução dos Cravos, constitui o foco da crônica de M. A. Pina: “Uma legião imensa de desavergonhados apoderou-se vorazmente dos restos do irrealizável sonho dos homens de 25 de Abril e disputa agora, empoleirada nos ministérios, nos vistosos galões do generalado e nos dinheiros dos fundos comunitários, os louros da sua desmesurada aventura como os soldados romanos em volta da túnica de Cristo. Salgueiro Maia morreu de doença (a dignidade e a verticalidade são, nos tempos que correm, doenças que não perdoam), Otelo anda por aí em liberdade vigiada, José Afonso calou-se para sempre; enquanto isto, o Supremo Tribunal Militar condecora ‘pides’ e o Governo do prof. Cavaco Silva, naturalmente, lava dessa e doutras afrontas as tecnocráticas mãos, arrependidos do maoísmo, do guevarismo, do trotskismo e de todas as excessivas trincheiras revolucionárias de ontem passam-se com armas e bagagens (e, principalmente, proveito) para o lado do inimigo, e todos eles se atropelam a reescrever precipitadamente a História colectiva à medida das suas torpes conveniências. Cunhal, Soares e outros poucos sobreviventes são hoje olhados de través, com complacente desdém, pela confusa estirpe dos cristãos-novos da Democracia e dos recém-chegados do

---

<sup>476</sup> “A banalização de Abril” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1995, p. 16.

liberalismo e da economia de mercado (...) De resto, se nem tudo é ainda perfeito, se a inflação não desce e os juros também não, se os jovens perdem a paciência e a esperança, se os agricultores se queixam do ministro, se o ministro se queixa do tempo, se a Justiça demora, se os políticos são corruptos, se o Sporting não ganha o campeonato, se Lobo Antunes não ganha o Nobel, a culpa é, toda a gente sabe, de Vasco Gonçalves... É verdade que votamos de quatro em quatro anos, que (até ver) se podem escrever crónicas como esta nos jornais, ou, pelo menos, em alguns jornais, que à segunda-feira é possível discutir futebol no café sem receio dos ouvidos da mesa do lado; mas até isso, que não é certamente coisa pouca, data, parece, de 26 e não 25 de Abril e devemos-lo todos (honra lhes seja feita) a Cavaco Silva, a Alberto João Jardim, a Mega Ferreira e Vasco Graça Moura. Não se percebe é por que se fez ontem a festa e não hoje”.<sup>477</sup>

Tal ambiente social favorável ao desenvolvimento de atitudes *revisionistas* no sentido de desvalorizar a importância e o legado do 25 de Abril é também mencionado por Vasco Lourenço, em entrevista ao *Jornal de Notícias*. Lourenço, abordando o tratamento conferido aos militares de Abril pelo poder público, afirma que “[o] ter-se participado activamente no 25 de Abril continua a ser um ‘handicap’ mais negativo do que um valor acrescentado na carreira militar desses oficiais”.<sup>478</sup>

Em artigo da autoria do coronel de Infantaria David Martelo<sup>479</sup>, contestam-se as opiniões *revisionistas* sobre a descolonização. Segundo o articulista, é inegável que por ocasião do 25 de Abril o tempo para uma descolonização controlada já passara há muito, e as circunstâncias da Guerra Colonial e da Revolução contribuíram para o desenrolar do processo: “Assim, face à ambiguidade do texto do Programa do MFA, enquanto nalguns sectores as forças militares de ambos os lados entabulavam conversações e acordavam a suspensão das hostilidades (caso da Guiné-Bissau), noutros pontificavam as recusas dos ‘cidadãos em uniforme’ à continuação de operações ofensivas, facto este habilmente aproveitado pelas forças dos movimentos de libertação para aumentarem a pressão militar e, conseqüentemente, ganharem poder negocial. Além disto, as rendições das unidades iam sendo perturbadas, na Metrópole, pelos partidários do ‘nem mais um soldado para as

---

<sup>477</sup> “26 de Abril” in *Jornal de Notícias*, 26 de Abril de 1995, p. 50 (“Última Página”).

<sup>478</sup> “Guerra Colonial deve ser estudada sem os militares no banco dos réus – declarou Vasco Lourenço ao JN” in *Jornal de Notícias*, 25 de Abril de 1995, p. 3.

<sup>479</sup> David Martelo (n.1946): Historiador militar.

colónias’ e, sobretudo em Angola e Moçambique, as novas chefias político-militares estavam longe de congregar a confiança generalizada de civis e militares. Se acrescentarmos a todos estes factores a enorme instabilidade política que, entretanto, sacudia a Metrópole, compreender-se-á que os erros cometidos e as situações menos dignas imputáveis às Forças Armadas foram, ainda assim, bem menos culposos do que a cegueira política que, durante décadas, governou o país”.<sup>480</sup>

Em 1995, em virtude de se completarem vinte anos das eleições para a Assembleia Constituinte, este fato é, muitas vezes, evocado de maneira que se desloca a conquista da democracia do início da Revolução, em 25 de Abril de 1974, para a realização das eleições, em 25 de abril de 1975. Nesse sentido, um artigo de Manuel Villaverde Cabral a propósito dos vinte anos destas primeiras eleições, manifesta um tal juízo *revisionista*. Em conclusão, o articulista salienta o “duplo princípio fundador da nossa democracia: contra a ditadura da direita, em 1974, e contra o perigo de ditadura da esquerda, em 1975”.<sup>481</sup> Sob este ponto de vista, tal como já fora anteriormente tratado, há uma oposição entre *revolução* e *democracia* – o que desvaloriza o legado do período revolucionário. Pode-se dizer, portanto, que a visão que desloca a conquista da democracia para o momento da realização das eleições constituintes pressupõe uma interpretação *revisionista* que condena o período revolucionário – considerando-o dominado pelos comunistas, os quais representariam a ameaça de uma iminente ditadura de esquerda. Perspectiva semelhante, que considera as eleições constituintes como verdadeiro momento fundador da democracia, é defendida também pelo presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, em entrevista ao *Diário de Notícias*.<sup>482</sup>

No que diz respeito ao 25 de Novembro, predominam também opiniões *revisionistas* – a exemplo da tendência já observada em anos anteriores. Em 1995, o *Diário de Notícias* publica uma série de reportagens históricas a propósito do 25 de Novembro, da autoria de José Manuel Barroso – estas publicações estendem-se desde o dia 25 de Novembro até o dia 3 de Dezembro. É possível identificar como intenção destas reportagens provar o envolvimento do PCP no 25 de Novembro – trata-se de tema

---

<sup>480</sup> “A Revolta Militar de Abril de 1974” in *Jornal de Notícias*, 24 de Abril de 1995, p. 3.

<sup>481</sup> “25 de Abril sempre!” in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1995, p. 15.

<sup>482</sup> “Em 75 fundou-se a democracia – Barbosa de Melo ao DN” in *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1995, p. 4.



recorrente nas reportagens históricas deste periódico, tal como demonstrou a análise dos anos precedentes. No dia 26 de Novembro é publicada uma entrevista com um ex-dirigente do Partido Comunista, Raimundo Narciso; a entrevista é anunciada como “um dos mais importantes documentos até hoje publicados sobre o 25 de Novembro de 1975 e o processo revolucionário em curso nesse ano”, pois revela informações importantes sobre a atuação do PCP junto dos militares. É curioso notar o carácter das perguntas elaboradas pelo *Diário de Notícias*, as quais pretendem induzir a ideia de estreita relação entre a esquerda militar e os comunistas – com a intenção de provar a participação do PCP no 25 de Novembro. Um exemplo evidente pode ser dado pelo tom de duas perguntas consecutivas cujo conteúdo é rigorosamente o mesmo: “Pode dizer-se haver uma clara aliança entre a esquerda militar e o PCP?”; “Havia, portanto um relacionamento constante, entre a direcção do PCP e a da esquerda militar?”<sup>483</sup>

No dia 30 de Novembro, a reportagem publicada no *Diário de Notícias* apresenta nítido tom *revisionista*, ao abordar a “resistência” civil à esquerda revolucionária e ao PCP.<sup>484</sup> Finalmente, a última das reportagens trata da divisão existente entre os “moderados” e os “revolucionários”, desde o 11 de Março até o 25 de Novembro. Em conclusão, a ideia do 25 de Novembro como golpe comunista é explicitamente elaborada: “Parece difícil não acreditar que, ao mais alto nível, o Partido Comunista tenha estado envolvido na movimentação militar do 25 de Novembro. Mesmo sabendo que os dirigentes da Esquerda Militar não eram, todos eles, dóceis comandados do partido e que tinham posições por vezes mais radicais – não parece crível que, opondo-se ao 25 de Novembro, os dirigentes do PC deixassem as suas bases, nas unidades militares e na área sindical e do trabalho, actuar em roda livre. Parece hoje evidente, pelos testemunhos existentes (alguns dos quais se publicaram no DN, nos últimos dias), que o partido tinha tudo a ver com o essencial das movimentações – e tudo a ganhar com o enfrentamento, naquela data e com aqueles interlocutores”.<sup>485</sup>

---

<sup>483</sup> “O Partido Comunista, a esquerda militar e o 25 de Novembro” in *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1995, p. 2, 3, 4, 5.

<sup>484</sup> “Dias antes do 25 de Novembro, Mário Soares pede apoio para os Nove ao primeiro-ministro inglês – As armas de Callaghan” in *Diário de Notícias*, 30 de Novembro de 1995, p. 6.

<sup>485</sup> “Conjugação de interesses entre a esquerda militar e o PCP no 25 de Novembro – Aquele era o momento” in *Diário de Notícias*, 3 de Dezembro de 1995, p. 12, 13.

Dentre as reportagens publicadas no *Diário de Notícias*, a única que não expressa visão *revisionista* sobre o 25 de Abril é uma entrevista com Duran Clemente<sup>486</sup>. Este militar de Abril defendeu que o 25 de Novembro foi importante por ter neutralizado um possível golpe de extrema-direita; mas, por outro lado, significou um abalo para o “espírito do 25 de Abril”, já que muitos homens ligados ao 25 de Abril deixaram de ter peso e influência no seio das Forças Armadas.<sup>487</sup>

O *Jornal de Notícias* também publica, em 1995, reportagens de cunho histórico a respeito do 25 de Novembro. No entanto, o seu tom é marcadamente diferente, pois é possível notar uma certa preocupação em evidenciar os projetos de sociedade em disputa ao longo do período revolucionário.<sup>488</sup> Além disso, são publicadas duas reportagens que evidenciam posicionamentos políticos divergentes sobre o 25 de Novembro: a do coronel Jaime Neves<sup>489</sup> e a de Mário Tomé<sup>490</sup>, líder da UDP. Jaime Neves manifestou opinião *revisionista* sobre a Revolução dos Cravos: afirmou que “havia que pôr um travão nos desmandos do Partido Comunista e de outras organizações de esquerda e extrema-esquerda” e que se não fosse pelo 25 de Novembro “hoje seríamos uma Albânia”. Para este militar, o “25 de Novembro é uma data histórica, que visou a consolidação do 25 de Abril e repôs os ideais que juramos defender e que estavam a ser desvirtuados”. Mário Tomé, por sua vez, considerou que no 25 de Novembro “foi cortada uma perspectiva de democratização das Forças Armadas, de participação popular viva, actuante e permanente”.<sup>491</sup>

Após a exposição desta enorme ocorrência de opiniões sobre o *revisionismo histórico* em 1994-1995, é primordial proceder a um balanço do período, com vistas a uma sistematização política de tais visões. Em 1994, dentre as opiniões críticas ao *revisionismo histórico*, é possível identificar algumas tendências variadas: as críticas que visam os

---

<sup>486</sup> Duran Clemente: Militar membro do MFA; após o 25 de Novembro esteve exilado em Cuba e em Angola.

<sup>487</sup> “Duran Clemente diz que, depois da independência de Angola, era necessário clarificar a situação interna – O momento de ‘arrumar a casa’” in *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1995, p. 8, 9.

<sup>488</sup> “Seis meses frenéticos”; “Há duas décadas o triunfo da legalidade democrática” in *Jornal de Notícias*, 25 de Novembro de 1995, p. 6.

<sup>489</sup> Jaime Neves: Militar, inicialmente membro do MFA, afastou-se do movimento durante o processo revolucionário. Comandou o Regimento dos Comandos no 25 de Novembro de 1975.

<sup>490</sup> Mário Tomé (n. 1940): Militar membro do MFA. Foi preso depois do 25 de Novembro. Foi dirigente da UDP.

<sup>491</sup> “Sem a nossa intervenção Portugal seria uma Albânia – reconheceu o coronel Jaime Neves, figura destacada do movimento”; “Dependência soviética do PCP evitou um desfecho diferente – considera Mário Tomé, que ainda acredita na sublevação popular” in *Jornal de Notícias*, 25 de Novembro de 1995, p. 7.

juízos *revisionistas* tanto a respeito do Estado Novo quanto a propósito do período revolucionário; as críticas ao *revisionismo histórico* que atinge a descolonização; as críticas específicas às apreciações *revisionistas* que condenam o processo revolucionário; e as críticas específicas ao *branqueamento* da ditadura. Tais opiniões críticas ao *revisionismo histórico* situam-se politicamente entre a Extrema-Esquerda, PCP, PS e, de forma mais rara, setores ligados ao PSD. Existem ainda as opiniões que combinam a crítica ao *branqueamento* do Estado Novo com juízos *revisionistas* sobre o processo revolucionário, ou, de forma esparsa, uma mesma voz que, por vezes, critica aquela tendência *revisionista* e, por outras vezes, subscreve esta – posicionamentos politicamente conotados com o PSD e com setores do PS.

No que tange às opiniões *revisionistas*, sua manifestação mais comum é a condenação do processo revolucionário, o que pode abranger também a condenação da descolonização – expressando o posicionamento da Direita e de setores do PS. No entanto, em 1994 surge outro tipo de opinião *revisionista* bastante rara até então e que consiste na condenação irrestrita do 25 de Abril, para além dos aspectos do processo revolucionário e descolonização. Sob esta aceção, a Revolução é considerada, em toda a sua amplitude, um verdadeiro equívoco: evitável, desnecessária e desastrosa. Uma tal visão amplamente negativa do 25 de Abril restringe-se, obviamente, aos posicionamentos da Direita. Pode-se dizer ser significativo o fato de uma tal vertente radical do *revisionismo histórico* surgir no espaço público português em 1994 – uma vez que se considera o vigésimo aniversário do 25 de Abril como o ápice de um lento processo de desenvolvimento desta tendência interpretativa que intenta desvalorizar o significado e o legado da Revolução dos Cravos.

Além desta novidade do período no que diz respeito ao surgimento de uma vertente mais radical do *revisionismo histórico*, pode-se considerar que a grande incidência de tentativas de *branquear* o Estado Novo por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril ocasiona uma reação indignada da parte de setores socialistas e algumas vozes da Direita que defendiam até então – e que em alguns casos continuam a defender – visões que ora valorizavam o 25 de Abril com ressalvas, ora expressavam claramente o *revisionismo histórico* na interpretação da Revolução. Todavia, esta camada social – que, em sua maioria, participou na luta contra a ditadura – considerou inadmissível o ataque à memória

do Estado Novo, assim como, em certos casos, o extremo avanço da manipulação da História no espaço público com fins a desvalorizar o 25 de Abril.

É importante mencionar ainda que em 1994 algumas opiniões críticas ao *revisionismo histórico* enfatizam a reprovação à postura do PSD/Governo quanto ao significado atribuído ao 25 de Abril. Tais opiniões antecipam, de certa forma, a situação verificada na sociedade portuguesa em 1995, quando abundam as críticas ao PSD em virtude da tentativa deste partido em se apropriar das comemorações do 25 de Abril e reescrever a História do período de modo a valorizar o Governo Cavaco Silva. Convém ressaltar que semelhante visão já se faz presente em 1994 no artigo do próprio Cavaco Silva publicado no *Jornal de Notícias*, em que, paralelamente aos juízos *revisionistas* sobre o período revolucionário e a descolonização, o 25 de Abril é positivamente recuperado apenas pela contribuição aos aspectos do desenvolvimento, integração europeia e estabilidade – aspectos estes, não por acaso, identificados como conquistas de seu Governo. Tal como foi salientado em algumas críticas à atitude do PSD, o objetivo deste partido em comemorar o 25 de Abril, pela primeira vez, em 1995 não foi, de fato, associar-se às comemorações da Revolução, e sim celebrar o desgaste do seu legado na sociedade portuguesa, situação para a qual o Governo social-democrata contribuiu ao longo dos *anos do cavaquismo*. Com efeito, e sem estender a análise para além do plano estrito da memória coletiva, a atuação do PSD durante o Governo Cavaco Silva no *combate pela memória* da Revolução foi a de defesa do *revisionismo histórico*, excetuando-se, eventualmente, a completa concordância com o *branqueamento* do Estado Novo.

Além desta problemática principal do *revisionismo histórico* em 1995, identificada à intenção social-democrata de reescrita da História do 25 de Abril, neste ano a tendência de desvalorização da Revolução também ocorre em outros domínios. A ocasião dos vinte anos das eleições para a Assembleia da República, por exemplo, impulsiona a manifestação de visões que deslocam para este momento a conquista da democracia. Uma tal interpretação implica a suposição – de carácter conservador – de que a democracia só ganha legitimidade pela formalidade do ato eleitoral, e não pela participação popular que marcou a explosão revolucionária logo no dia 25 de Abril de 1974. Outro aspecto sujeito ao *revisionismo histórico* em 1995 é a interpretação do 25 de Novembro, em série de reportagens do *Diário de Notícias*. Tal como já fora mencionado, desde inícios dos anos

1990 este periódico publica reportagens de caráter histórico com cunho *revisionista*, pois pretendem desvalorizar o período revolucionário ao identificá-lo com uma hegemonia comunista; assume-se ainda a tentativa de golpe do PCP em 25 de Novembro com vistas a instalar um governo ditatorial em Portugal. Semelhante visão simplista e maniqueísta do processo revolucionário baseia-se na oposição *forças revolucionárias X forças democráticas*, juízo bastante disseminado na opinião pública e memória coletiva portuguesas.

#### - Considerações finais

O período 1994-1995 é marcado pelo amplo e intenso debate público sobre a Revolução Portuguesa por ocorrido no vigésimo aniversário do 25 de Abril. É possível afirmar que em 1994 o lento e progressivo desenvolvimento do *revisionismo histórico*, desde finais dos anos 1980, culmina nas comemorações dos vinte anos da Revolução dos Cravos – quando as variadas tendências já simuladas em anos anteriores se evidenciam no espaço público de forma consistente. Há, dessa forma, a expressão de diversas tendências do *revisionismo histórico*: a de *branqueamento* do Estado Novo, a de desvalorização do período revolucionário – que pode englobar também a condenação da descolonização –, e ainda a de condenação do 25 de Abril em sua integralidade, sem nem mesmo ressaltar a conquista da liberdade e da democracia, as quais são deslocadas para períodos históricos posteriores.

Sem dúvida, um tal avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português – cuja maior polémica foi causada pelo debate da SIC em que um ex-agente da PIDE foi um dos convidados – ocasionou uma onda de indignação social e, em consequência, numerosas críticas a este tipo de visão do passado. Pode-se considerar, desta forma, que ocorre em 1994 uma “revolta da memória”, em reação ao já considerável avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português. É importante ressaltar, no entanto, que muitas opiniões combinam críticas ao *revisionismo histórico* que intenta *branquear* o Estado Novo com juízos *revisionistas* acerca do período revolucionário. Estes exemplos demonstram haver uma maior tolerância social à tendência *revisionista* que condena a Revolução dos Cravos do que àquela que pretende reabilitar a ditadura.

Pode-se dizer, portanto, que as comemorações dos vinte anos do 25 de Abril representam o ápice de um processo de *combate pela memória* da Revolução. Tal disputa pela memória por ocasião do vigésimo aniversário da Revolução envolve principalmente visões *revisionistas* sobre o passado – as quais, por um lado, pretendem *branquear* o Estado Novo e, por outro lado, desvalorizam a importância e o legado do 25 de Abril para a realidade presente – e visões que entendem a Revolução dos Cravos como o fundamento essencial da democracia portuguesa. Estas últimas abrangem tanto as opiniões que criticam as manifestações do *revisionismo histórico* quanto as apreciações que valorizam positivamente a Revolução e até mesmo aquelas que a valorizam com ressalvas. Dessa forma, em 1994, o *combate pela memória* do 25 de Abril reflete-se no *uso público da História* através dos meios de comunicação social, em especial a televisão. Também nos jornais, por meio da análise de artigos de opinião, reportagens, entrevistas e declarações de personalidades da vida pública, é possível perceber esta situação de uso político e ideológico do passado.

Em 1995, tendo passado a ânsia pela discussão histórica existente no vigésimo aniversário da Revolução, volta ao normal o volume de abordagens sobre o 25 de Abril por ocasião de cada aniversário. Há, no entanto, continuidade do desenvolvimento do *revisionismo histórico* na sociedade, assim como do *combate pela memória* do 25 de Abril no espaço público português.

## **Conclusão – O combate pela memória da Revolução em tempos de conservadorismo político**

Após a análise da memória coletiva sobre o 25 de Abril através da imprensa nacional do período 1985-1995, é interessante, para concluir, realizar algumas considerações sobre o estudo da memória coletiva. Segundo Enzo Traverso, a memória é uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, por reflexões que seguem o acontecimento, por outras experiências que se sobrepõem à originária e modificam a recordação.<sup>1</sup> No mesmo sentido, Fernando Rosas define a memória como “um processo social de construção das representações dos acontecimentos pretéritos e das suas causalidades, um processo complexo e frequentemente contraditório de tentar fixar um discurso interpretativo e, a esse título, um terreno de disputa pela hegemonia de distintas concepções, na realidade, acerca do sentido do presente e do futuro”.<sup>2</sup> Dessa forma, tal como se tentou demonstrar ao longo deste trabalho, o estudo da memória coletiva evidencia os valores e visões do mundo em disputa na realidade presente. No caso da memória da Revolução dos Cravos, este *combate pela memória* situa-se em torno do papel da Revolução para a democracia portuguesa. Nos termos de Fernando Rosas, trata-se de saber se o 25 de Abril foi um “parêntesis dispensável” ou uma “marca genética essencial”.<sup>3</sup>

Outra reflexão interessante a respeito do *combate pela memória* efetuado nas sociedades é a ideia de Maurice Halbwachs que entende a memória coletiva como um conjunto de memórias de diferentes grupos, os quais não conseguem partilhar uma visão comum do passado uma vez que muitas são as barreiras que os separam no presente. Este autor defende ainda que a renovação dos grupos sociais através dos tempos ocasiona a mudança de sentido da memória coletiva, já que há uma transformação nos valores

---

<sup>1</sup> TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007, p. 22.

<sup>2</sup> ROSAS, Fernando. “Memória da violência e violência da Memória” in MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene Flunser; FARINHA, Luís. *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p. 15.

<sup>3</sup> ROSAS, Fernando. “A Revolução e a Democracia” in LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004.

cultivados por estes grupos<sup>4</sup> – e, em consequência, no sentido por eles conferido ao passado, ao presente e ao futuro. Com base em tais reflexões teóricas sobre a memória coletiva, é possível compreender o desenvolvimento da memória do 25 de Abril entre 1985 e 1995, período ao longo do qual ocorre um lento mas progressivo crescimento do *revisionismo histórico* nas interpretações sobre a Revolução Portuguesa. Esta situação pode ser entendida como efeito da propagação de valores de cunho conservador, não apenas em Portugal como também em âmbito internacional.

É importante destacar também o aspecto da mútua influência entre *memória* e *História*. Tal como defende Traverso, as recordações são constantemente elaboradas por uma memória inscrita no espaço público, submetidas aos modos de pensar coletivos mas também influenciadas pelos paradigmas científicos de representação do passado. Assim, o historiador, como homem de seu tempo, participa na vida da sociedade civil e contribui para a formação de uma consciência histórica; de sorte que o trabalho do historiador contribui também para forjar o *uso público da História*.<sup>5</sup> É possível relacionar, portanto, a produção historiográfica do 25 de Abril, analisada no primeiro capítulo deste trabalho, com a memória coletiva desta revolução vista através da imprensa nacional; com efeito, ambos estes âmbitos de representação do passado expressam a disputa entre visões do mundo opostas, as quais supõem não apenas distintas interpretações do passado como também divergentes concepções da democracia portuguesa, da identidade social presente e das perspectivas de futuro.

Pode-se dizer, com base nos resultados desta investigação sobre a memória coletiva do 25 de Abril, que o *uso público da História* ocorrido na imprensa nacional entre 1985 e 1995 pôs em foco a variante portuguesa do *revisionismo histórico* como modelo interpretativo da Revolução de 1974. Tal modelo interpretativo que intenta depreciar a importância e o legado da Revolução dos Cravos beneficiou de uma crescente popularidade ao longo do período em análise – não por acaso, durante um governo maioritário de Direita –, cujo ápice foi o vigésimo aniversário da Revolução, em 1994, quando o intenso calendário de comemorações evidenciou o *combate pela memória* entre visões *revisionistas* e visões que entendem a Revolução e seu legado como a gênese da democracia portuguesa.

---

<sup>4</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006. p. 39-86. Tradução do original francês *La Mémoire collective*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

<sup>5</sup> TRAVERSO, *op. cit.* p. 29, 30, 37.



Este quadro contraria a situação dominante nos primeiros anos posteriores ao 25 de Abril, quando a memória do antifascismo desfrutava de ampla legitimidade na sociedade portuguesa. É interessante o esclarecimento de Fernando Rosas a este respeito: “Essa memória, em suma, mesmo na pluralidade das suas representações, foi a cultura dominante dos primeiros meses da Revolução, e não só. Ela significou a conquista da hegemonia por parte de uma visão global do passado do regime e da resistência que ficaria impressa no código genético da democracia emergente, isto é, na sua cultura largamente aceite e nos seus textos jurídicos fundamentais. E de tal forma o era que a ideologia do Estado Novo, aparentemente esgotado no longo esforço por durar, saía de cena sem sequer assegurar continuadores nas principais forças que concorriam à gestão do novo sistema político: nenhum partido de direita se reivindicaria formalmente da herança salazarista, bem pelo contrário. Na realidade, antes ainda de perder a batalha nas ruas, bem antes, o regime tinha-a perdido nas consciências”.

No entanto, as condições que permitiram a hegemonia da memória antifascista na sociedade portuguesa passaram a ser lentamente revertidas ao longo da década de 1980. Ainda segundo o juízo de Fernando Rosas: “com a contenção pactuada do processo revolucionário após o ‘25 de Novembro’ de 1975, com o declínio das grandes mobilizações, com a ‘normalização’ e a institucionalização da democracia iniciadas em 1976 e a reorganização e ascensão das direitas sociais e políticas que se reflectiria na decisiva revisão constitucional de 1982, no contexto desse refluxo, vai emergir uma espécie de contracultura de negação/revisão da memória constituída em discurso dominante nos 19 meses da revolução”. De acordo com Rosas, este processo de revisão da memória apresenta três manifestações principais: “a anulação ou o esvaziamento prático de grande parte das medidas de justiça exigidas e parcialmente impostas pelo movimento de massa revolucionário contra os responsáveis do regime político deposto, os seus polícias e colaboradores”; “o prolongado fecho de alguns arquivos essenciais à investigação histórica sobre o Estado Novo e suas instituições”; e “a construção progressiva de um discurso de revisão historiográfica acerca da natureza do Estado Novo enquanto regime”.<sup>6</sup>

Deve-se acrescentar que semelhante discurso de *revisão* historiográfica estende-se também à análise da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974. Tal como o resultado desta

---

<sup>6</sup> ROSAS, 2007, *op. cit.* p. 18.

investigação demonstrou, o discurso do *revisionismo histórico* centrado sobre a Revolução Portuguesa passou por um movimento de progressiva ascendência ao longo do período 1985-1995. É possível identificar, evidentemente, variadas nuances e vertentes no interior da corrente *revisionista*. Há, por exemplo, as opiniões que privilegiam o *branqueamento* do Estado Novo e aquelas que se limitam à desvalorização da Revolução. Neste último grupo, existem as visões que condenam a descolonização, aquelas que condenam a Revolução inteiramente, e outras que criticam o processo revolucionário, mas ressalvam o caráter positivo do 25 de Abril por ter proporcionado a liberdade e a democracia. Outras opiniões, no entanto, indicam que a liberdade e democracia foram conquistadas *apesar* do 25 de Abril, e não *graças* a esta Revolução. Em 1990, surge no espaço público português a tese segundo a qual o 25 de Abril teria inaugurado uma onda de *revoluções democráticas* no mundo; trata-se, também, de opinião *revisionista*, pois se escamoteia aquilo que constituiu o foco da Revolução dos Cravos, ou seja, as iniciativas de projetos de sociedade socialistas. Tal como argumenta Fernando Rosas, esta “tese soarista, difundida com prolixidade e insistência, de que o 25 de Abril foi o prenúncio da democratização na América Latina e no Leste da Europa, carece de um mínimo de fundamento. Desde a década de 90 que Mário Soares tenta fazer a identificação desse curso histórico, absolutamente inexistente. O signo de Abril, antes e depois dele, não era a democracia liberal mas a democracia socialista”.<sup>7</sup>

Contra este crescente domínio do *revisionismo histórico* na memória coletiva do 25 de Abril, vale a pena citar a eloquente crítica de Fernando Rosas:

“Particularmente preocupante é o argumento que tenta opor a democracia política à revolução. Desde logo, porque ‘esquece’ que a revolução é fruto, antes de mais, da incapacidade histórica das classes dominantes portuguesas gerarem qualquer processo de transição democratizante a partir do regime ditatorial. A ditadura foi o expediente normal da oligarquia portuguesa governar e prosperar ao longo de quase meio século. E não deixa de ser curioso que as direitas venham hoje apontar a revolução que liquidou a ditadura como uma espécie de prelúdio antidemocrático e ‘totalitário’ da verdadeira democracia: o

---

<sup>7</sup> ROSAS, 2004, p. 64.

momento do seu regresso ao poder com maioria absoluta, em 1980. Isto é, o momento em que ela pôde, já sem compromissos paralizantes, radicalizar a obra legislativa de liquidação do património revolucionário. Depois, porque (...) a primeira e mais decisiva conquista do movimento revolucionário de massa, que explode pela porta que o golpe militar abriu, é a da liberdade política e da democracia. É o povo sem voz nem direitos que, logo a partir do dia 25 de Abril, ataca a sede da polícia política, destrói os serviços de censura, avança sobre as cadeias políticas e obriga à libertação dos presos, caça os pides na rua, que conquista, por força da sua exclusiva iniciativa, o direito de livremente se expressar, associar ou manifestar. Essa foi a génese específica da democracia política portuguesa, conquistada e não outorgada, feita na rua, muito antes de consagrada nas leis. No processo revolucionário, essa democracia política foi democracia na fábrica, no bairro, na escola, na cooperativa, ao mesmo tempo que o era nas urnas, isto é, foi um instrumento central do processo de conquistas sociais. É essa memória e esse sentido social da democracia que a torna, ainda hoje, simultaneamente forte na consciência cidadã, mas, também, indigesta para as direitas portuguesas. (...) Mas se erros e abusos fizeram – fazem sempre – parte da tempestade revolucionária, eles não foram a revolução.”

Em suma, pode-se dizer que:

“A Revolução de 1974/75 foi um processo revolucionário pactuadamente contido, primeiro, e depois largamente esvaziado no decurso de um longo processo político-legislativo contra-revolucionário, provavelmente ainda não concluído. Mas durante os 19 meses que durou, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, procuraria mudar de forma radical a face económica, social, política e cultural do país. E a democracia institucionalizada em 1976, fruto, é certo, da sua

contenção, é por ela genética e decisivamente marcada. É uma democracia que sai, apesar de tudo, do processo revolucionário e não, como pretende a revisão conservadora da história do período, que se imponha contra ela. A Revolução de 1974/75 constituiu, assim, a marca genética específica da democracia política portuguesa, o principal factor que a viabiliza e define o perfil inicial. Cortar-lhe essa amarra, precisamente, é o propósito teórico essencial de tal revisionismo historiográfico, prenhe de evidentes efeitos políticos para os dias de hoje.”<sup>8</sup>

O resultado desta investigação sobre a memória coletiva do 25 de Abril através da imprensa nacional demonstra, portanto, que as visões da Revolução em que o socialismo ocupa espaço relevante e positivo tornam-se cada vez mais minoritárias ao longo do período 1985-1995, como se houvesse uma incompatibilidade entre tal visão otimista da Revolução dos Cravos e a identidade europeia que se desejava afirmar no momento. Todavia, o *combate pela memória* efetuado no espaço público português evidenciou a permanência desta visão prospectiva do 25 de Abril – ainda que como memória dissidente, e não mais hegemônica como outrora. Trata-se, na verdade, de uma disputa entre visões do mundo divergentes, o que prova a influência das transformações no pensamento político-ideológico internacional no processo de reconstrução das memórias coletivas. Pois o predomínio de tendências políticas de caráter conservador impõe seu reflexo nas visões sociais do passado, do presente e do futuro. Isto significa, no caso português, um considerável avanço do *revisionismo histórico* no âmbito da memória coletiva do 25 de Abril, tendência continuamente contrariada pelas opiniões que insistem em afirmar a Revolução dos Cravos e seu legado como a caracterização fundamental da democracia portuguesa.

Portanto, convém proceder a um balanço final acerca dos resultados alcançados por esta investigação sobre a memória coletiva da Revolução dos Cravos. No período 1985-1988 predominam as apreciações que valorizam positivamente a Revolução, em toda a sua amplitude – opinião que expressa os posicionamentos da Extrema-Esquerda, PCP e setores

---

<sup>8</sup> ROSAS, 2004, p. 21, 22, 32, 33.

do PS. Há ainda as opiniões que valorizam positivamente o 25 de Abril, mas que destacam os reveses do período revolucionário – visão que reflete as posições de setores do PS e da Direita, nomeadamente, PSD e CDS. As opiniões que baseiam a interpretação da Revolução Portuguesa em argumentação conotada com o *revisionismo histórico* ainda estão pouco desenvolvidas neste período; a defesa e a crítica de tal visão evidenciam claramente uma clivagem política entre Direita e Esquerda – neste caso não se verifica uma divisão entre setores do PS: os socialistas mostram-se contrários ao *revisionismo histórico* aplicado ao caso português. É importante notar ainda que a partir do alcance da maioria absoluta social-democrata na Assembleia da República, as opiniões que valorizam a Revolução positivamente em toda a sua amplitude passam a ser, muitas vezes, acompanhadas de críticas à postura do Governo quanto ao significado conferido ao 25 de Abril. Logo, pode-se dizer que no período 1985-1988 o *combate pela memória* da Revolução resume-se na oposição entre visões que a valorizam a Revolução positivamente em todos seus aspectos e visões *revisionistas*, minoritárias, que condenam o período revolucionário e desvalorizam a importância de seu legado – em posição intermediária nesta disputa pela memória encontram-se as visões que ressaltam uma valoração positiva do 25 de Abril com destaque, porém, para as suas contrapartidas; visões estas que expressam tanto opiniões socialistas quanto posicionamentos mais moderados da Direita.

O período 1989-1991 diferencia-se do anterior pelo considerável aumento das opiniões *revisionistas*, podendo-se situar nestes anos o surgimento em Portugal do *revisionismo histórico* como paradigma para a interpretação da Revolução de 1974 – o que se explica pela significativa incidência deste tipo de opinião, assim como de suas críticas. Em reação a esta situação de desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público português, verifica-se também neste período um aumento das opiniões que valorizam a Revolução positivamente, em toda a sua complexidade – visões que, a exemplo do período anterior, se identificam politicamente com a Extrema-Esquerda, PCP e PS, abrangendo também os militares do MFA –, assim como o surgimento de opiniões que reivindicam expressamente a *defesa da memória* da Revolução, criticando as tendências *revisionistas* – e que expressam o posicionamento de vozes ligadas ao PS. Ambas estas opiniões – centradas na ampla valorização positiva da Revolução e na *defesa da memória* – criticam o Governo Cavaco Silva pelo tratamento reservado ao passado recente revolucionário.

Quanto às opiniões que versam sobre o *revisionismo histórico*, mantém-se a clivagem política verificada no período anterior entre Direita e Esquerda. Todavia, é possível notar neste período a especificidade do tema da descolonização e Guerra Colonial: pois algumas vozes que subscrevem opiniões *revisionistas* a este respeito insurgem-se contra a tendência de *revisionismo histórico* que pretende desvalorizar o período revolucionário – tratam-se, primordialmente, de visões conotadas com o PS e que evidenciam o maior poder de assimilação do *revisionismo histórico* no que tange ao assunto da descolonização.

Além disso, é importante salientar que o contexto histórico deste período, marcado, no plano internacional, pela queda do Muro de Berlim e derrocada do socialismo real, reforça e impulsiona a argumentação *revisionista* que intenta desvalorizar o período revolucionário português com base em sua comparação com o comunismo soviético. Por outro lado, no plano interno, o avanço no espaço público de interpretações da Revolução Portuguesa conotadas com o *revisionismo histórico* beneficia da vigência de um governo maioritário de Direita, já que esta é, em larga medida, a visão da Revolução defendida pelo grupo social identificado ao PSD. Portanto, entende-se que a identificação no período 1989-1991 do surgimento da vertente portuguesa de *revisionismo histórico* na interpretação da Revolução dos Cravos deve ser lida à luz de um tal contexto político externo e interno, o qual, sem dúvida, influenciou esta situação. Pode-se dizer, enfim, que o aparecimento, em 1990, e rápida popularidade alcançada pela tese da *subversão democrática* mundial supostamente inaugurada pela Revolução Portuguesa é sintomático do *espírito do tempo*: pois se tornam cada vez mais minoritárias as visões que consideram a perspectiva socialista como elemento central, positivo e otimista, para a compreensão da Revolução dos Cravos – situação que esclarece também sobre a maior abertura social verificada neste período para o avanço no espaço público de visões *revisionistas* sobre o 25 de Abril.

No que diz respeito à questão da identidade nacional, verifica-se que – em ambos os períodos 1985-1988 e 1989-1991 – a integração europeia é unanimemente percebida de forma positiva e otimista para o futuro do país, relacionando-se com a perspectiva de desenvolvimento. Observa-se, no entanto, um *combate pela memória* no que tange à relação entre a Revolução de 1974 e a integração europeia. De modo que – em sentido semelhante à sistematização política das opiniões concernentes ao *revisionismo histórico* – a Esquerda defende uma relação de *continuidade*, ou seja, que a integração à CEE ocorreu

*graças ao 25 de Abril*, enquanto a Direita ressalta uma relação de *ruptura*, segundo a qual integração europeia se deu *apesar do 25 de Abril*. Existem ainda as posições – que expressam as visões de setores do PS – que evitam o pronunciamento direto sobre o passado, optando por destacar apenas as perspectivas de futuro e desenvolvimento abertas pela adesão de Portugal à CEE.

Pode-se afirmar, em suma, que no período 1989-1991 assiste-se ao acirrar do *combate pela memória* da Revolução Portuguesa, o que se expressa num aumento das opiniões *revisionistas* e num paralelo aumento das visões que valorizam a Revolução de forma amplamente positiva e que defendem a sua memória. Em jogo, encontra-se não apenas o sentido da memória do passado, mas também o sentido da identidade nacional – ou seja, a identidade europeia como uma *continuidade* ou uma *ruptura* com o passado revolucionário – e o significado da democracia portuguesa – uma conquista que remonta ao 25 de Abril e à Revolução ou uma conquista política posterior, resultado da luta contra o legado revolucionário.

No período 1992-1993 há também um predomínio das opiniões que valorizam a Revolução de forma positiva e integral, e um aumento das críticas à tendência de *revisionismo histórico* na interpretação da Revolução Portuguesa. A sistematização política das opiniões assemelha-se ao quadro já constatado anteriormente. Quanto à valorização da Revolução, a extrema-esquerda e o PCP, juntamente com os militares do MFA, defendem uma ampla valorização positiva, com destaque para as conquistas, direitos e transformações sociais alcançadas no período e ênfase num sentido prospectivo do legado revolucionário; o PS oscila entre uma tal visão amplamente positiva da Revolução, uma visão positiva que salienta somente os seus valores mais consensuais, como a democracia e liberdade, e uma visão que valoriza a Revolução de forma positiva, mas com ressalvas; a Direita apenas concebe uma valorização positiva do 25 de Abril pelo contraste com o passado do Estado Novo e, em consequência, pelo derrube da ditadura. Quanto ao *revisionismo histórico*, continua a haver menos nuances no *combate pela memória*, que se manifesta basicamente entre a crítica da Esquerda e a defesa da Direita.

Pode-se dizer que a modificação no caráter das opiniões que reivindicam a *defesa da memória* demonstra o avanço das interpretações *revisionistas* da Revolução no espaço público português. Pois em 1989-1991 a grande maioria deste tipo de opinião insurgia-se

expressamente contra o *revisionismo histórico*, ao passo que em 1992-1993 existem algumas opiniões deste gênero – ligadas a setores socialistas – que clamam contra o *esquecimento* da memória do 25 de Abril, mas ao mesmo tempo defendem a valorização da Revolução com ressalvas, e outras opiniões – ligadas a posicionamentos conotados com o PSD – que defendem justamente uma memória *revisionista* do 25 de Abril, baseada em ampla condenação do processo revolucionário. Ademais, a ênfase deste tipo de opinião, em 1992-1993, na luta contra o *esquecimento* do 25 de Abril denota a situação de ampla desvalorização da memória do período, para além dos seus aspectos mais controversos do período revolucionário – o que explica a ocorrência de opiniões que, ao contrário do período anterior, não valorizam de forma amplamente positiva a memória da Revolução Portuguesa.

Além disso, considera-se que o período 1992-1993 diferencia-se da fase anterior, pois ocorre em 1992 um abrangente debate público acerca da questão do avanço do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa – o que se dá a propósito da concessão pelo Supremo Tribunal Militar e ratificação pelo Governo Cavaco Silva de pensões a ex-membros da polícia política do Estado Novo. Esta polémica atinge o seu clímax com a instauração de processo crime contra Francisco de Sousa Tavares e o diário *Público* pela publicação de artigo extremamente crítico à conduta do STM, e em que se denunciam os processos de *branqueamento* do Estado Novo e de depreciação do 25 de Abril.

Neste ponto, é importante realizar uma reflexão sobre a continuidade das estruturas de Estado da ditadura para a democracia e suas implicações na construção da memória histórica. Com efeito, tal como salienta António Costa Pinto, a Justiça foi uma das áreas que menos sofreu com os *saneamentos* durante o período revolucionário.<sup>9</sup> Tratando especificamente das transformações verificadas no setor da Justiça em decorrência da Revolução de 25 de Abril de 1974, o politólogo Pedro Coutinho Magalhães identifica uma conduta dos tribunais que pode ser definida como uma *adaptação e distanciamento* dentro da conjuntura revolucionária, o que lhes garantiu a “sobrevivência e continuidade” no regime democrático, uma vez que “comportaram-se de forma a não constituírem nem uma ameaça ao movimento revolucionário nem um corpo revolucionário a ser atacado pelos

---

<sup>9</sup> PINTO, António Costa. “O legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. P. 47.



actores democráticos no pós-25 de Novembro”. “[P]ara os actores políticos da transição democrática tratou-se ‘apenas’ de conciliar duas exigências: a continuidade funcional da administração da justiça e a sintonia mínima do poder judicial com a nova ordem democrática. A reestruturação profunda do sistema judicial e a supressão de pessoal judicial mais comprometido com o regime autoritário teriam implicado perturbações não só na continuidade funcional da administração, mas também perdas na legitimação procedimental do regime que decorre do funcionamento de tribunais formalmente imparciais e independentes. As soluções de continuidade a nível do sistema judicial significaram não só a manutenção de um aparelho funcionante e legitimador do novo regime, mas forneceram igualmente algumas garantias de que o poder judicial não se constituiria como um obstáculo à transição democrática, deixando o palco aos actores políticos. Assim se explica que, mesmo no período de maior agitação revolucionária, *retribuindo*, mas também *reforçando*, a sua passividade e (auto)marginalização política, o poder judicial quase não tenha sido tocado pelos saneamentos que varreram vários sectores do aparelho de Estado durante 1975, e que, por exemplo, a composição do Supremo Tribunal de Justiça não tenha sofrido alterações radicais após o 25 de Abril”. Desse modo, Magalhães defende ter havido um “entendimento estrutural entre elites políticas e elites judiciais: os actores políticos, refreando a sua interferência na gestão interna do poder judicial e aceitando as exigências dos magistrados, evitaram possíveis hostilidades e concederam auto-regulação a um corpo judicial socializado numa cultura jurídica de passividade política e positivismo jurídico; os magistrados foram, por sua vez, assegurados de que nenhuma interferência política existiria na gestão das carreiras e retribuíram refreando-se de introduzir pontos de veto significativos às opções políticas básicas da transição”.<sup>10</sup>

Portanto, tendo-se em conta esta situação de continuidade do poder judicial na transição portuguesa para a democracia, deve-se considerar os seus desdobramentos no que diz respeito ao tratamento da memória do passado, especialmente num contexto marcado pelo conservadorismo político, qual foram os *anos do cavaquismo*. De sorte que, nestas circunstâncias, não é de todo surpreendente a concessão – da parte de um Supremo

---

<sup>10</sup> MAGALHÃES, Pedro Coutinho. “Democratização e independência judicial em Portugal” in *Sub Judice* nº 30-31 – 25 de Abril: A Revolução na Justiça, Janeiro/Junho 2005, Almedina. P. 34, 45.

Tribunal e de um governo de Direita – de pensões a ex-PIDES pelos “serviços prestados à Pátria”. Todavia, um tal escândalo público causou indignação na sociedade e chamou a atenção para a questão do *branqueamento* do Estado Novo, que a partir de então passa a constituir um dos âmbitos da crítica ao *revisionismo histórico*. Sendo assim, é possível entender esta polémica ocorrida em 1992 – que ocasionou um primeiro debate público sobre os efeitos do *revisionismo histórico* na sociedade portuguesa – como um *ensaio* da situação de ampla “revolta da memória” verificada por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, em 1994.

No período 1994-1995, mantém-se semelhante a sistematização política de opiniões delineada em 1992-1993. Há, no entanto, algumas ligeiras diferenças. Dentre as visões que se posicionam pela *defesa da memória* continua a haver críticas ao *revisionismo histórico* na interpretação da Revolução Portuguesa; contudo, neste período tais críticas expandem-se para além da questão de desvalorização do significado do 25 de Abril e período revolucionário, passando a abranger também a tentativa de *branqueamento* do Estado Novo – de modo que a posição pela *defesa da memória* passa a incidir em favor da preservação da memória tanto do 25 de Abril quanto do Estado Novo. Além disso, continua a existir opiniões que reivindicam a *defesa da memória*, mas que subscrevem uma valorização da Revolução com ressalvas, aprovando o 25 de Abril apenas por ter propiciado a liberdade e o fim da ditadura.

Quanto às opiniões que versam sobre a valorização da Revolução, mantém-se a tendência segundo a qual a Extrema-Esquerda, PCP e setores do PS, além de militares do MFA, defendem uma ampla valorização positiva da Revolução, com destaque para o papel dos movimentos populares, a conquista de direitos e transformações sociais, assim como a ênfase num sentido prospectivo do 25 de Abril; já os setores mais moderados do PS e alguns setores do PSD defendem uma valorização positiva da Revolução com base apenas nos seus valores consensuais – liberdade, democracia, integração europeia, fim da ditadura –; ao passo que a Direita defende uma valorização positiva do 25 de Abril com destaque para os reveses do período revolucionário. Comparando-se com a situação verificada em 1992-1993, percebe-se que este último tipo de opinião, além de ter sofrido um decréscimo, sofreu um deslocamento para a direita, pois setores do PS que antes subscreviam-no passam a optar por uma maior valorização positiva da Revolução. Isto evidencia, portanto,

uma reação à situação de avanço das interpretações *revisionistas* no espaço público português.

No que tange às opiniões que tratam do *revisionismo histórico*, mantém-se também a clivagem entre Esquerda e Direita, sendo raras as opiniões ligadas ao PSD que se insurgem contra esta tendência de interpretação da Revolução Portuguesa. No entanto, mais comuns são as posições de setores do PSD que defendem o *revisionismo histórico* a respeito do período revolucionário e criticam-no quanto ao *branqueamento* do Estado Novo. Sendo assim, é possível afirmar que o gênero mais vulgar de opinião *revisionista* é aquele que condena o período revolucionário e a descolonização – e que reflete posicionamentos da Direita e, mais raramente, de setores ligados ao PS. Todavia, surge em 1994 uma vertente mais radical do *revisionismo histórico*, baseada na condenação irrestrita do 25 de Abril, para além dos seus aspectos mais controversos. Considera-se que a manifestação de tal tipo de opinião em 1994 não se dá por acaso, tendo decorrido de uma prévia abertura social para o desenvolvimento de interpretações *revisionistas* da Revolução dos Cravos, situação que atinge o seu ponto máximo por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril. Sob esta perspectiva de acentuado avanço do *revisionismo histórico* no espaço público português, é possível compreender a indignação que em 1994 acomete parte da Direita e de setores do PS que sempre subscreveram opiniões *revisionistas* sobre o período revolucionário ou visões que valorizavam o 25 de Abril com ressalvas, mas que não admitem o ataque à memória do Estado Novo e o seu *branqueamento* – situação que, apesar de não ser nova, conhece significativo desenvolvimento no aniversário dos vinte anos do 25 de Abril, especialmente no âmbito dos programas televisivos.

Portanto, é possível considerar que o progressivo desenvolvimento no espaço público, desde finais da década de 1980, da variante portuguesa do *revisionismo histórico* atinge o seu ápice durante as comemorações dos vinte anos do 25 de Abril. Isto suscita a situação de uma ampla “revolta da memória”, ou seja, uma onda de indignação social e críticas contra semelhante tendência interpretativa que intenta, por um lado, desvalorizar a importância e o legado da Revolução de Abril e, por outro lado, *branquear* ditadura salazarista/marcelista.

Em 1995, a polémica e clamor social acerca do significado da memória da Revolução Portuguesa, que dominou o ambiente do aniversário do 25 de Abril no ano

anterior, dá lugar ao habitual volume de apreciações sobre a questão. No entanto, ocorre neste ano uma novidade: a tentativa do PSD de apropriar-se das comemorações do 25 de Abril, o que reflete a intenção deste partido de reescrever a História do período de modo a valorizar o Governo Cavaco Silva – situação que acaba por implicar numa desvalorização memória da Revolução, já que a concretização de todos os méritos que lhe são atribuídos é situada nos *anos do cavaquismo*: o desenvolvimento, a integração europeia, a estabilidade.

Com efeito, pode-se considerar que tal tentativa social-democrata de reescrita da História do 25 de Abril no último ano do Governo Cavaco Silva indica a estreita relação existente entre a política que caracterizou o *cavaquismo* e as interpretações do passado baseadas no *revisionismo histórico*, especialmente aquelas que pretendem desvalorizar o legado e importância da Revolução dos Cravos. Assim, entende-se não ter sido mero acaso o desenvolvimento do *revisionismo histórico* português ter ocorrido justamente durante os *anos do cavaquismo*; além da indubitável influência do contexto internacional, a conjuntura interna de um governo maioritário de Direita foi fundamental para a criação de um ambiente social propício para o avanço de interpretações *revisionistas* do passado no espaço público português. De sorte que a escolha dos *anos do cavaquismo* para enfocar este estudo da memória coletiva sobre a Revolução Portuguesa de 1974 levou em consideração semelhante situação da política interna e sua possível influência no processo de reconstrução da memória coletiva e formação da opinião pública. Neste ponto, cabe reiterar a perspectiva que norteou esta investigação, segundo a qual o processo de reconstrução da memória coletiva apresenta estreita conexão com as modificações verificadas na opinião pública das sociedades, sofrendo suas influências – motivo pelo qual se considerou a imprensa como um veículo válido para a realização desta análise sobre a memória coletiva da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Finalmente, é possível afirmar que o presente estudo esclarece a respeito das especificidades do caráter da memória coletiva portuguesa sobre o 25 de Abril e o período revolucionário durante o ciclo do Governo Cavaco Silva, ressaltando o sentido do seu desenvolvimento e transformação ao longo dos anos. Além disso, também de forma inovadora, esta investigação trata do surgimento da variante portuguesa do *revisionismo histórico*. Pode-se considerar, em suma, que se trata de importante contribuição para o estudo da memória coletiva sobre a Revolução Portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974,

tema ainda muito pouco explorado pela historiografia, motivo pelo qual esta investigação pode representar uma significativa referência para posteriores aprofundamentos da questão. Tal como já foi salientado inúmeras vezes neste trabalho, o estudo da memória coletiva, através da análise das visões sociais do passado, revela também sobre os valores e princípios dominantes na realidade presente, os quais modelam tanto a noção de identidade social, forjada no presente, quanto os projetos futuros de sociedade. Portanto, a relevância de semelhante gênero de estudo consiste na compreensão acerca do ambiente político-social em que se efetiva o processo de reconstrução da memória coletiva; trata-se, enfim, de um esclarecimento sobre o *estado de espírito*, as visões do mundo dominantes em uma sociedade.

## **Bibliografia**

### **→ Fontes documentais:**

#### **- *Diário de Notícias***

Foram consultados os exemplares deste periódico nos meses de Março, Abril, Setembro e Novembro dos anos 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995.

Em 1994 há um suplemento especial intitulado “25 dias de Abril”.

#### **- *Jornal de Notícias***

Foram consultados os exemplares deste periódico nos meses de Março, Abril, Setembro e Novembro dos anos 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995.

Em 1994 há um suplemento especial intitulado “20 anos de liberdade”.

### **→ Fontes secundárias:**

AMBRÓSIO, Teresa. “O sistema educacional: ruptura, desestabilização e desafios europeus” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. Pp. 281-290.

ANDERSON, Perry. *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. Tradução do original inglês “The Ends of History”, capítulo extraído do livro *A Zone of Engagement*, Londres, Verso, 1992.

\_\_\_\_\_. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. Tradução do original inglês *The Origins of Postmodernity*. Londres, Verso, 1998.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História. Situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo, Xamã, 2004.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. “O 25 de Abril, a sociedade rural e a questão da terra” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública” in RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. Pp. 185-211. Tradução do original francês *Pour une histoire politique*. Paris, Seuil, 1988.

CÁDIMA, Francisco Rui. “Os media na revolução (1974-1976)” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

- CERVELLÓ, Josep Sánchez. *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.
- 
- \_\_\_\_\_. “Da África à Europa: quando Portugal descolonizou” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. Pp. 103-130.
- CONAN, Eric; ROUSSO, Henry. *Vichy. Un passé qui ne passe pas*. Paris, Fayard, 1994.
- CORREIA, Pezarat. “Portugal na hora da descolonização” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. Pp. 117-170.
- 
- \_\_\_\_\_. “A Descolonização” in REIS, António (Coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Temas e Debates, 1996. Pp. 40-73.
- CRUZ, Manuel Braga da. “A evolução da Democracia Portuguesa” in PINTO, António Costa. (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Madrid, Sequitur, 2000. Pp. 122-142.
- CRUZEIRO, Manuela. “25 de Abril – Revolução ou Revolta?” in <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/10/01/25-de-abril-revolucao-ou-revolta/>, consultado em 23 de Outubro de 2008.
- 
- \_\_\_\_\_. “25 de Abril – Amnésia ou mentira?” in <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/11/18/25-de-abril-amnesia-ou-mentira/>, consultado em 21 de Novembro de 2008.
- EAGLETON, Terry. “De onde vêm os pós-modernistas?” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 23-32. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- FERREIRA, José Medeiros. *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*. Lisboa, Alfa, 1990.
- 
- \_\_\_\_\_. “Os militares e a evolução política interna e externa (1974-1982)” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- FERRO, Marc. *L'Histoire sous surveillance: science et conscience de l'histoire*. Paris, Calmann-Lévy, 1985.
- FLORES, Marcello. “La fine del comunismo” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. Pp. 231-240.
- FOSTER, John Bellamy. “Em defesa da história” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 196-206. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History? In The National Interest*, 1989. Disponível na internet em: <http://www.wesjones.com/eoh.htm> (consultado em 26/02/2009).
- GALLERANO, Nicola. “Introduzione” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. Pp. 7-15.
- 
- \_\_\_\_\_. “Storia e uso pubblico della storia” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. Pp. 17-32.
- GALLINA, Vittoria. “Il sapere storico come strumento didattico: processi di costruzione di identità a scuola” in GALLERANO, Nicola. *L'uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. Pp. 103-112.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006. Tradução do original francês *La Mémoire collective*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 2005. Tradução do original inglês *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Basil Blackwell, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Tradução do original inglês *Echoes of the Marseillaise. Two centuries look back on the French Revolution*. Londres, Verso, 1990.
- LOFF, Manuel. “Esquecimento, revisão da História e revolta da memória” in DELGADO, Iva; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (orgs.). *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa, Edições Cosmos, 2000. Pp. 189-199.
- \_\_\_\_\_. “Fim do Colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. Pp. 153-193.
- \_\_\_\_\_. “As duas ‘primaveras’: do marcelismo ao 25 de Abril” in CATROGA, Fernando (coord.) *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal*, VII curso livre de História Contemporânea, organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Edições Colibri, 2008. Pp. 111-142.
- LOSURDO, Domenico. “Due secoli in discussione: il revisionismo storico” in *Il Revisionismo Storico. Problemi e miti*. Roma-Bari, Laterza, 1996. pp. 3-35.
- MAGALHÃES, Pedro Coutinho. “Democratização e independência judicial em Portugal” in *Sub Judice nº 30-31 – 25 de Abril: A Revolução na Justiça*, Janeiro/Junho 2005, Almedina. Pp. 25-50.
- MALIK, Kenan. “O espelho da raça: o pós modernismo e a louvação da diferença” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 123-144. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- MATOS, Luís Salgado de. “A Igreja na revolução em Portugal” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.). *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1999. Tradução do original inglês *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge, University Press, 1995.
- MCNALLY, David. “Língua, história e luta de classe” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 33-49. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. V. 4. Lisboa, Multilar, 1990.
- MESQUITA, Mário. “Os Meios de Comunicação Social” in REIS, António. *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Temas e Debates, 1996. Pp. 360-405.



- MOLINERO, Carme. “ ‘Lugares de memoria’ y políticas de memoria” in ISA, Felipe Gómez (dir.) *El Derecho a la Memoria*. Bilbao, Derechos Humanos 5, 2006. Pp. 295-309.
- NANDA, Meera. “Contra a destruição/desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 84-106. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux” in NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. Pp. 23-43.
- \_\_\_\_\_. “L’ère de la commémoration” in NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1997. Pp. 4687-4719.
- ORTOLEVA, Peppino. “Storia e mass media” in GALLERANO, Nicola. *L’uso pubblico della storia*. Milão, Franco Angeli, 1995. Pp. 63-82.
- PALLA, Maria Antónia. “A liberdade de imprensa entre o poder e a independência” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. Pp. 271-280.
- PALMER, Bryan D. “Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 74-83. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- PINTO, António Costa. “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976)” in BRITO, J. M. Brandão de. (coord.) *O país em revolução. Revolução e democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- \_\_\_\_\_. “O legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. Pp. 37-70.
- PISANTY, Valentina. *L’irritante questione delle camere a gas. Logica del negazionismo*. Milão, RCS Libri, 1998.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio” in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Pp. 3-15.
- REIS, António. “Introdução” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. Pp. 7-10.
- \_\_\_\_\_. “A revolução do 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização” in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. V. 6. Lisboa, Publicações Alfa, 1990. Pp. 13-62.
- \_\_\_\_\_. “O Processo de Democratização” in REIS, António (Coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Temas e Debates, 1996. Pp. 19-39.
- REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril. Mitos de uma revolução*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- ROSAS, Fernando. “A Revolução e a Democracia” in LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004. Pp.15-49.
- \_\_\_\_\_. “A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.)

- Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. Pp. 15-34.
- 
- “Memória da violência e violência da Memória” in MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene Flunser; FARINHA, Luís. *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007. Pp. 15-30.
- VAKIL, Abdoolkarim. “Heróis do Lar, Nação AmbiValente. Portugalidade e Identidade Nacional nos tempos dos pós” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles. (coord.) *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* Porto, Ed. Universidade do Porto, 2006. Pp. 73-101.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)* Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- SANTOS, Carlos; CASIMIRO, José. “O Big-Bang dos Movimentos Sociais” in LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando. *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*. Lisboa, Dom Quixote, 2004. Pp. 157-188.
- SILVA, Tiago Matos. “O 25 de Abril tal como é ensinado – a Democracia e o Ensino da História” in LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles (Coord.) *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*. Porto, Ed. da Universidade do Porto, 2006. Pp. 251-263.
- STABILE, Carol A. “Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 145-160. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.
- TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Volume 1. Lisboa, Editorial Presença, 2007.
- TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007. Tradução do original francês *Le passé, modes d'emploi*. Paris, La Fabrique Éditions, 2000.
- WEHLER, Hans-Ulrich. *Le mani sulla storia. Germania: riscrivere il passato?* Florença, Ponte Alle Grazie, 1989. Tradução do original alemão *Entsorgung der deutschen Vergangenheit? Ein polemischer Essay zum “Historikerstreit”*, Munique, Verlag C. 1-1. Beck, 1988.
- WOOD, Ellen Meiksins. “O que é a agenda pós-moderna?” in WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (orgs.) *Em Defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. Pp. 7-22. Tradução do original inglês *In Defense of History. Marxism and the Postmodernist agenda*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1997.